

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

COARACY ELEUTÉRIO DA LUZ

**A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA E
NOVA SANTA BÁRBARA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA
CULTURAL**

**MARINGÁ
2015**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

COARACY ELEUTÉRIO DA LUZ

**A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA E
NOVA SANTA BÁRBARA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA
CULTURAL**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho

MARINGÁ

2015

COARACY ELEUTÉRIO DA LUZ

**A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM TURÍSTICA EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA E
NOVA SANTA BÁRBARA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA
CULTURAL**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Endlich
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Jasmine Cardozo Moreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Cicilian Luiza Löwen Sahr
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho (Orientadora)
Universidade Estadual de Londrina

Dedico esta...

...assim como as minhas demais conquistas, aos meus amados pais, Maria de Lourdes e Carlos, pela capacidade de sempre acreditarem e investirem em mim.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta pesquisa teve a colaboração de algumas pessoas, que de diferentes formas deram sua contribuição no decorrer das várias etapas do estudo.

Para estas, manifesto um agradecimento especial:

Aos meus queridos pais, Maria de Lourdes e Carlos, pelo amor e incentivo, que nos momentos de minha ausência dedicados ao doutorado sempre compreenderam que o futuro é feito de constante dedicação no presente.

Aos meus queridos tios, Maria Deolinda e Nelson, pela contribuição valiosa.

Ao meu querido noivo, Daniel Kamio, que compartilhou comigo o último ano da pesquisa, sendo paciente em minhas ausências e prestando apoio em etapas importantes para o término do trabalho.

A Professora Doutora Márcia Siqueira de Carvalho pela paciência na orientação e incentivo, que tornaram possível a conclusão desta tese.

Ao apoio imprescindível dos ex-alunos Isaél da Silva Pinheiro e Alex Takeshi Schudeler Nomura que tanto me auxiliaram durante o levantamento de campo e aplicação dos questionários e entrevistas nos municípios estudados.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida ao ouvirem os meus desabaços, ao presenciarem e respeitarem o meu silêncio, ao partilharem de alguma forma este longo transcorrer de quatro anos.

*Nossa maior fraqueza
está em desistir. O
caminho mais certo
de vencer é tentar
mais uma vez.*
(Thomas Edison)

RESUMO

A pesquisa abrange como área de estudo os municípios de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra, localizados na mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, cuja conjuntura socioeconômica de ambos caracteriza-se pelo baixo dinamismo e expressividade ao longo das décadas do presente século. Em contrapartida, o enfoque dado à área estudada deriva de sua significativa diversidade de componentes naturais e culturais da paisagem, planeada como rica potencialidade turística a ser trabalhada. Julgando-se tal questão como merecedora de um exercício analítico, de início apresenta-se a categoria paisagem ao longo da evolução da ciência geográfica, seguidamente trata-se da relação pertinente entre paisagem e turismo, dando ênfase para as modalidades turísticas tencionadas. Por intermédio desta fundamentação teórica, procede-se a interpretação geográfica e identificação da potencialidade turística dos municípios analisados. Conclui-se que as respectivas paisagens investigadas apresentam notáveis componentes de ordem natural e cultural, que representam tal potencialidade para o aspirado desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra, paisagem, potencialidade turística.

ABSTRACT

The research covers as study area the municipalities of Nova Santa Bárbara and São Jerônimo da Serra, located in the middle region of Norte Pioneiro Paranaense, whose both socioeconomic situation is characterized by low dynamism and expressiveness over the decades of this century. On the other hand, the focus given to the studied area derives from its huge diversity of natural and cultural components of the landscape, planned as rich tourist potential to be developed. Judging such a question as worthy of an analytical exercise, initially the landscape category appears during the evolution of geographical science, then the appropriate relationship between landscape and tourism, with emphasis on the tensioned tourist modalities. Through this theoretical framework we proceed the geographical interpretation and identification of the tourist potential of the municipalities analyzed. It is concluded that their landscapes investigated show remarkable components of natural and cultural order, representing such potential for the tourism development aspirated.

Keywords: Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra, landscape, touristic potential.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Localização geográfica das propriedades dos entrevistados em Nova Santa Bárbara	192
FIGURA 02 Estado de origem dos entrevistados na área urbana de São Jerônimo da Serra	202
FIGURA 03 Estado de origem dos entrevistados na área urbana de Nova Santa Bárbara	203
FIGURA 04 Estado de origem dos entrevistados na área rural de Nova Santa Bárbara	204
FIGURA 05 São Jerônimo da Serra (PR) e municípios limítrofes	227
FIGURA 06 Nova Santa Bárbara (PR) e municípios limítrofes.....	249
FIGURA 07 Criação de gado bovino (Comunidade rural do Tigre em São Jerônimo da Serra)	257
FIGURA 08 Reflorestamento de eucalipto no topo do morro (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra)	258
FIGURA 09 Reflorestamento de eucalipto na beira da estrada (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra)	259
FIGURA 10 Predomínio de reflorestamento de eucalipto na paisagem (área rural de São Jerônimo da Serra)	259
FIGURA 11 Reflorestamento de eucalipto em fase de início de crescimento (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra).....	260
FIGURA 12 Plantação de café no Distrito de Terra Nova	262
FIGURA 13 Habitação na área rural de São Jerônimo da Serra.....	267
FIGURA 14 Habitação na beira da estrada (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra).....	268
FIGURA 15 Habitação e estrada de acesso (área rural de São Jerônimo da Serra)	268
.....	
FIGURA 16 Tipo de construção das casas nas propriedades de São Jerônimo da Serra	269
FIGURA 17 Tipo de construção das casas nas propriedades de Nova Santa Bárbara	269
.....	
FIGURA 18 Religião dos entrevistados em São Jerônimo da Serra (área rural).....	270
FIGURA 19 Religião dos entrevistados em Nova Santa Bárbara (área rural)	271

FIGURA 20 Religião dos entrevistados em São Jerônimo da Serra (área urbana).	274
FIGURA 21 Religião dos entrevistados em Nova Santa Bárbara (área urbana).....	275
FIGURA 22 Igreja Matriz na sede municipal de São Jerônimo da Serra.....	277
FIGURA 23 Igreja Matriz São José de Nova Santa Bárbara.....	278
FIGURA 24 Local de residência em maior parte da vida (área rural de São Jerônimo da Serra)	280
FIGURA 25 Local de residência em maior parte da vida (área rural de Nova Santa Bárbara)	281
FIGURA 26 Local de residência em maior parte da vida (área urbana de São Jerônimo da Serra).....	281
FIGURA 27 Local de residência em maior parte da vida (área urbana de Nova Santa Bárbara)	282
FIGURA 28 Escolaridade (meio rural de São Jerônimo da Serra)	288
FIGURA 29 Escolaridade (meio rural de Nova Santa Bárbara).....	289
FIGURA 30 Escolaridade (meio urbano de São Jerônimo da Serra)	290
FIGURA 31 Escolaridade (meio urbano de Nova Santa Bárbara).....	291
FIGURA 32 Tipo de atividades desenvolvidas no local visitado (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)	302
FIGURA 33 Frequência de visitação (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)	302
FIGURA 34 Portal de entrada em São Jerônimo da Serra (2012)	325
FIGURA 35 Propriedade rural ao longo do caminho para Cachoeira do Padre (próximo à sede municipal de São Jerônimo da Serra).....	332
FIGURA 36 Vista de propriedade rural com pastagens, ao longo do caminho para Cachoeira do Padre (próximo à sede municipal de São Jerônimo da Serra)	332
FIGURA 37 Vista parcial da paisagem rural de São Jerônimo da Serra (Estrada em frente à Terra Indígena Barão de Antonina).....	333
FIGURA 38 Vista da paisagem rural no vale do rio Tigre em São Jerônimo da Serra (destaque para a visão da Cachoeira João Nogueira à direita da imagem).....	333
FIGURA 39 Propriedade rural com prática de pecuária na localidade de Passo Liso em São Jerônimo da Serra.....	334
FIGURA 40 Cria�o de gado bovino em propriedade rural da localidade Passo Liso em São Jerônimo da Serra.....	334

FIGURA 41 Pastagem com cavalos em propriedade rural do Passo Liso em São Jerônimo da Serra.....	335
FIGURA 42 Cachoeira do Padre em São Jerônimo da Serra	336
FIGURA 43 Trilha de acesso a Cachoeira do Padre.....	336
FIGURA 44 Resíduo sólido deixado na trilha de acesso a Cachoeira do Padre.....	337
FIGURA 45 Resíduos sólidos na mata ciliar do rio Tigre (próximo a Cachoeira do Padre)	337
FIGURA 46 Prática de pecuária e reflorestamento em área de preservação permanente no rio Tigre em São Jerônimo da Serra	338
FIGURA 47 Associação Filantrópica Humanitas em São Jerônimo da Serra	339
FIGURA 48 <i>Layout</i> do <i>site</i> da Associação Filantrópica Humanitas (divulgação do município).....	340
FIGURA 49 Vista panorâmica do Distrito de Terra Nova em São Jerônimo da Serra... ..	341
FIGURA 50 Vista de propriedades rurais ao longo do caminho para o Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra	341
FIGURA 51 Vista de propriedade rural ao longo de vales na região do Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra	342
FIGURA 52 Propriedade rural no Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra.....	342
FIGURA 53 Propriedade rural com plantação de café no Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra.....	343
FIGURA 54 Vista da paisagem rural ao longo da Estrada Setecentos Alqueires em Nova Santa Bárbara.....	343
FIGURA 55 Rio Tigre em São Jerônimo da Serra.....	345
FIGURA 56 Vista das margens do rio Tibagi e embarcações atracadas	346
FIGURA 57 Ponte precária sobre o rio Tigre em São Jerônimo da Serra	346
FIGURA 58 Plantação de eucalipto nas margens do rio Tigre em São Jerônimo da Serra	347
FIGURA 59 Corte de reflorestamento de eucalipto próximo as margens do rio Tibagi em São Jerônimo da Serra.....	347
FIGURA 60 Cavalos pastando em área alterada as margens do rio Tibagi em São Jerônimo da Serra.....	348

FIGURA 61 Resíduo sólido encontrado as margens do rio Tibagi em São Jerônimo da Serra	348
FIGURA 62 Reflorestamento de eucalipto as margens do rio Tibagi	349
FIGURA 63 Vista da propriedade e da Cachoeira Maria Julia em Nova Santa Bárbara	350
FIGURA 64 Placa na entrada da propriedade da Cachoeira Maria Julia em Nova Santa Bárbara	350
FIGURA 65 Lixeira improvisada	351
FIGURA 66 Churrasqueira	352
FIGURA 67 Placa de aviso para visitação na Cachoeira Maria Julia	352
FIGURA 68 Vista parcial do relevo plano e suave-ondulado de Nova Santa Bárbara – Estrada da Vila Rural	353
FIGURA 69 Vista parcial do relevo acidentado de São Jerônimo da Serra	354
FIGURA 70 Pastagens em São Jerônimo da Serra	355
FIGURA 71 áreas colhidas de trigo em Nova Santa Bárbara	355
FIGURA 72 Uso diversificado da paisagem rural de Nova Santa Bárbara.....	356
FIGURA 73 Capela da localidade rural de Passo Liso em São Jerônimo da Serra	357
FIGURA 74 Escola Municipal Rural Santo André na localidade rural Passo Liso – Distrito de Terra Nova em São Jerônimo da Serra.....	357
FIGURA 75 <i>Layout</i> do <i>site</i> Rota do Café com Fazenda Terra Nova em São Jerônimo da Serra	366
FIGURA 76 Acomoda�es em apartamento triplo da pousada da Serra em São Jerônimo da Serra.....	374
FIGURA 77 Pousada da Serra em São Jerônimo da Serra	374
FIGURA 78 Lago artificial na Pousada Caminho das �guas Mansas em São Jerônimo da Serra.....	375
FIGURA 79 Piscina da Pousada Caminho das �guas Mansas em São Jerônimo da Serra	375
FIGURA 80 Queda d'�gua – Pousada Caminho das �guas Mansas em São Jerônimo da Serra.....	376
FIGURA 81 Quiosque com churrasqueira – Pousada Caminho das �guas Mansas em São Jerônimo da Serra.....	376

FIGURA 82 Trilha calçada – Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra.....	377
FIGURA 83 Abrigo para carros – Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra.....	377
FIGURA 84 Armadilha para captura de animais silvestres – Terra Indígena Barão de Antonina	380
FIGURA 85 Artefato para limpeza e cozimento do peixe – Terra Indígena Barão de Antonina	380
FIGURA 86 Fogueira para assar peixe – Terra Indígena Barão de Antonina	381
FIGURA 87 Espécie de grelha para assar carnes – Terra Indígena Barão de Antonina	381
FIGURA 88 Instalação no meio da mata para reunião entre lideranças indígenas – Terra Indígena Barão de Antonina	382
FIGURA 89 Arruamento na Terra Indígena Barão de Antonina	382
FIGURA 90 Igreja evangélica na Terra Indígena Barão de Antonina.....	383
FIGURA 91 Campo de futebol da Terra Indígena Barão de Antonina.....	383
FIGURA 92 Estrada de acesso a Terra Indígena Barão de Antonina (ao fundo plantação de eucalipto)	384
FIGURA 93 Plantação de mandioca na Terra Indígena Barão de Antonina	384
FIGURA 94 Plantação de café e pecuária na Terra Indígena Barão de Antonina...	385
FIGURA 95 Vista da Terra Indígena São Jerônimo	386
FIGURA 96 Escola da Terra Indígena São Jerônimo.....	386
FIGURA 97 Novas habitações construídas na Terra Indígena São Jerônimo	387
FIGURA 98 Venda de artesanato indígena.....	387
FIGURA 99 Área das moradias – Terra Indígena Barão de Antonina.....	394
FIGURA 100 Instalação para eventos – Terra Indígena Barão de Antonina.....	399
FIGURA 101 Vista do vale do rio Tigre (também conhecido como mirante natural do Tigre)	408
FIGURA 102 Cachoeira João Nogueira	409
FIGURA 103 Estrutura para rapel na Cachoeira João Nogueira.....	410
FIGURA 104 Cachoeira do Baiano	411
FIGURA 105 Cachoeira Caratuva	412
FIGURA 106 Cachoeira do Arixinguana.....	412
FIGURA 107 Cachoeira dos Pilões	413

FIGURA 108 Cachoeira Vale Verde.....	413
FIGURA 109 Cachoeira do Larine.....	414
FIGURA 110 Cachoeira do Lauro	415
FIGURA 111 Cachoeira do Brandão	415
FIGURA 112 Pico Agudo e Morro do Tafe – região do distrito de Terra Nova	416
FIGURA 113 Locais visitados em São Jerônimo da Serra.....	419
FIGURA 114 Locais visitados em Nova Santa Bárbara	420

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 Área e número de propriedades rurais segundo classe de área (1920) ..	187
QUADRO 02 Tamanho das propriedades (Levantamento em São Jerônimo da Serra)	188
QUADRO 03 Localização geográfica das propriedades dos entrevistados em São Jerônimo da Serra.....	189
QUADRO 04 Tamanho das propriedades (Levantamento em Nova Santa Bárbara)....	191
QUADRO 05 Naturalidade e porcentual da procedência da população de São Jerônimo da Serra.....	199
QUADRO 06 Estado de origem dos entrevistados na área rural de São Jerônimo da Serra	202
QUADRO 07 Alqueires utilizados para cultivo nas propriedades de São Jerônimo da Serra	251
QUADRO 08 Alqueires utilizados para cultivo nas propriedades de Nova Santa Bárbara	252
QUADRO 09 Uso das propriedades em São Jerônimo da Serra	253
QUADRO 10 Uso das propriedades em Nova Santa Bárbara	253
QUADRO 11 Produtos cultivados nas propriedades em São Jerônimo da Serra (2012).....	254
QUADRO 12 Produtos cultivados nas propriedades em Nova Santa Bárbara (2012) ..	255
QUADRO 13 Destino da produção das propriedades em São Jerônimo da Serra (2012).....	264
QUADRO 14 Destino da produção das propriedades em Nova Santa Bárbara (2012)	264
QUADRO 15 Igrejas frequentadas em São Jerônimo da Serra (área rural).....	271
QUADRO 16 Igrejas frequentadas em Nova Santa Bárbara (área rural)	272
QUADRO 17 Festas realizadas nas igrejas em São Jerônimo da Serra (área rural)	273
QUADRO 18 Festas realizadas nas igrejas em Nova Santa Bárbara (área rural) ..	273
QUADRO 19 Igrejas frequentadas em São Jerônimo da Serra (área urbana).....	275

QUADRO 20 Igrejas frequentadas em Nova Santa Bárbara (área urbana)	276
QUADRO 21 Festas realizadas nas igrejas em São Jerônimo da Serra (área urbana)	278
QUADRO 22 Festas realizadas nas igrejas em Nova Santa Bárbara (área urbana)	279
QUADRO 23 Dinâmica populacional dos municípios estudados em comparação com o Estado e o país	287
QUADRO 24 Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios estudados (1991, 2000 e 2010)	288
QUADRO 25 Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra)	291
QUADRO 26 Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara).....	292
QUADRO 27 Festas/eventos realizados no meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra	296
QUADRO 28 Festas/eventos realizados no meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara	297
QUADRO 29 Atividades no tempo livre (respondentes do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra).....	299
QUADRO 30 Atividades no tempo livre (respondentes do meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara).....	300
QUADRO 31 Presença de infraestrutura no local visitado (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)	301
QUADRO 32 Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra)	403
QUADRO 33 Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara)	416

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I - PAISAGEM E GEOGRAFIA CULTURAL	24
1.1. A CATEGORIA PAISAGEM DURANTE A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	24
1.2. A ABORDAGEM SOBRE PAISAGEM NA GEOGRAFIA CULTURAL	46
PARTE II – GEOGRAFIA CULTURAL, TURISMO E PAISAGEM	94
2.1. TURISMO E GEOGRAFIA CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES	94
2.2. A PERTINÊNCIA DO ENFOQUE TURISMO E PAISAGEM	104
2.3. AS MODALIDADES TURÍSTICAS POSSÍVEIS: ECOTURISMO, TURISMO RURAL E TURISMO INDÍGENA	113
PARTE III – INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DA PAISAGEM E DA POTENCIALIDADE TURÍSTICA	155
3.1. INTERPRETANDO A PAISAGEM E A POTENCIALIDADE TURÍSTICA NA ÁREA ESTUDADA	155
3.2. ORIGENS E FORMAS DO POVOAMENTO DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE	167
3.3. HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA	211
3.4. HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE NOVA SANTA BÁRBARA	230
3.5. SÃO JERÔNIMO DA SERRA E NOVA SANTA BÁRBARA: A PAISAGEM E A POTENCIALIDADE TURÍSTICA	250
3.5.1. Relatos e reflexões sobre a paisagem e sua potencialidade turística na área estudada	306
CONCLUSÃO	422
REFERÊNCIAS	428
APÊNDICE	441
ANEXOS	457

INTRODUÇÃO

Os municípios de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra localizados na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense, historicamente associam-se à vislumbrada possibilidade de interligação do litoral com o interior do país e com a ocupação de terras férteis e devolutas por fazendeiros mineiros e paulistas.

Ademais, sobre a ocupação da região em que os municípios estudados se encontram, pode-se dizer que a frente pioneira, que desde os primórdios foi formada por grandes propriedades cafeicultoras, e em menor escala, criadoras de gado, introduziu na região um escasso povoamento, permanecendo durante várias décadas, conectada quase que exclusivamente com São Paulo. Somente no início do século XX verificou-se um adensamento populacional mais expressivo na região, em um movimento precursor de grande expansão fronteiriça que iria se disseminar por todo o Norte Central e Noroeste Paranaenses, no decorrer dos decênios seguintes.

Durante as primeiras décadas do século XX, no período posterior a fundação de São Jerônimo da Serra como município, as atividades concentraram-se na ocupação econômica do território. Nessa época a economia se desenvolvia através da criação de porcos com o sistema de safras, cuja produção destinava-se ao mercado interno do país. No restante do município predominava a extração da madeira com diversas serrarias distribuídas no local, e ainda próximas às margens a população sobrevivia do garimpo de diamantes.

Sua extensão territorial corresponde a 823,77 km² e sua população atinge 11.570 habitantes com IDH-M de 0,637 em 2010 (IBGE, 2014). E atualmente sua economia consiste na agropecuária, pequenas indústrias e atividades do setor terciário como serviços e comércio.

Já o município de Nova Santa Bárbara tem suas origens ligadas à criação e desenvolvimento de um eixo viário entre a porção setentrional do Estado e sua capital Curitiba na década de quarenta, adquirindo sua emancipação política em 1990, perfazendo uma extensão territorial de 71,76 Km² e registrando em 2014 uma população de 4.135 habitantes com IDH-M de 0,680 em 2010 (IBGE, 2014). Na atualidade suas atividades econômicas envolvem agropecuária, indústria e serviços, tendo o maior destaque este último segmento.

A paisagem natural desses municípios que, no caso de São Jerônimo da Serra se situa em uma região que geograficamente está na zona de transição entre o Segundo e o Terceiro Planalto paranaense, e Nova Santa Bárbara no Terceiro Planalto, apresenta expressivos atributos de ordem natural como a sua rica rede de drenagem e a grandiosidade de suas feições geomorfológicas.

Ao considerar esses resumidos aspectos relativos à conjuntura socioeconômica e fisionômica dos locais estudados, que de um lado ressalta-se o fato de suas inexpressivas atuações na economia estadual, e de outro, destacam-se suas potencialidades paisagísticas, aguçou-se o interesse de investigação teórica e empírica acerca de tais realidades geográficas.

Outra justificativa que alvitrou tal atenção para os municípios abrangidos nessa pesquisa surgiu a partir de experiências acadêmicas, como integrante colaboradora em projeto de extensão desenvolvido na Universidade Estadual do Norte do Paraná pelo Departamento de Economia nos anos de 2008 e 2009. O mesmo tratava da potencialidade turística do município de São Jerônimo da Serra para um público específico (terceira idade), desenvolvendo suas reflexões sob o ponto de vista econômico.

Com tal conhecimento adquirido sobre o local, constatou-se a existência de uma vasta potencialidade turística natural e cultural no município, porém ainda pouco estudada e valorizada. Reside nesse fato a preocupação primordial que desencadeou esse estudo que analisou a formação paisagística e identificou a potencialidade turística do já citado município e também de Nova Santa Bárbara, território fronteiro a este. Julga-se ter contribuído teoricamente e também em aspectos práticos para uma possível situação de desenvolvimento turístico a ser promovida nos municípios. A referida temática oferece um cenário fértil para a ampliação de estudos desta ordem, acrescentando assim novas perspectivas para a escassa bibliografia regional.

A inserção do município de Nova Santa Bárbara na área de estudo resultou de concordância com a orientação da pesquisa que por se tratar de uma análise em nível de doutoramento, optou-se em aumentar a área estudada e realizar uma análise através do método comparativo. O uso desse método possibilitará o realce nesse estudo das semelhanças e diferenças entre os municípios abordados. Acompanhando o próprio desenvolvimento do método, que se desenvolve e permanece nas abordagens contemporâneas na busca por similaridades, diferenças

ou ambas. Como uma técnica de verificação das ciências humanas, para aplicá-lo é necessário estabelecer com clareza que uma coisa pode ser comparada a outra em algum aspecto, seja propriedades ou características. A melhor estratégia de comparação é a que ora realça as similitudes ou ora as diferenças, atentando-se para diferenças em contextos similares ou buscando semelhanças em sistemas diferentes.

Este método de análise foi desenvolvido na ciência geográfica, desde o estabelecimento de suas bases tradicionais, com a definição de “sistema natural” de Karl Ritter, qual seja uma área delimitada e dotada de individualidade. Para este pesquisador a Geografia tinha como objetivo estudar tais arranjos individuais e compará-los, uma vez que cada arranjo abrangeria um conjunto de elementos, uma totalidade, em que o homem constituiria o principal elemento. A Geografia desenvolvida por Ritter caracterizava-se por um estudo dos lugares, buscando sua individualidade, com reforço para análise empírica, avançando de “observação em observação” (MORAES, 1986).

Igualmente, percebe-se o uso do método comparativo nos estudos de Paul Vidal de La Blache a respeito dos gêneros de vida, ao afirmar que o homem contrai hábitos de existência, e em função destes se organiza, fabrica instrumentos, criando estabelecimentos temporários ou fixos, sendo este fundamento o ponto de partida para as diferenças. Para ele, as diferenças aumentam e se acentuam a proporção que os gêneros de vida se especializam, o que se denota quando diferencia, explicando as origens e localização de casos concretos e determinados como o caso da ação humana nas regiões tropicais, o caso das regiões secas, as clareiras nas florestas da Europa, gêneros de vida de regiões montanhosas etc. (LA BLACHE, 2005).

Tendo como ponto de partida a questão de que modo as paisagens na área de estudo se apresentam como potencialidade turística, o objetivo geral da análise foi compreender a formação das paisagens de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara demonstrando a possibilidade das mesmas apresentarem propensão para a prática turística, ou seja, indicar a potencialidade turística presente na área estudada a partir da percepção espacial do universo pesquisado. Partindo-se de tal propósito maior, buscou-se identificar os elementos de ordem natural e cultural que compõem as paisagens, com ênfase para os aspectos humanos. Assim como, analisaram-se as diferentes formas paisagísticas de São Jerônimo da Serra e de

Nova Santa Bárbara, e suas prováveis relações com a tencionada atividade turística. E, por fim destacou-se a relevância da valorização por parte da população para a concepção de uma paisagem turística nos municípios estudados.

As hipóteses delineadas para a presente pesquisa reportam-se a afirmação de que as paisagens de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara podem ser compreendidas através de seus respectivos marcos históricos, que demonstram certa configuração espacial, oriunda dos modos de vida existentes nestes lugares. Ainda, a valorização cultural faz-se necessária nos municípios para reconhecimento e apreciação de suas formas paisagísticas potencialmente interessantes para a atividade turística. E, dentre as feições paisagísticas que podem apresentar estreita relação com prática turística nos municípios destacam-se as quedas d'água, as grutas, a topografia acidentada, as localidades rurais, as comunidades indígenas, dentre outras.

Sendo assim, algumas etapas necessitaram ser executadas para que os objetivos propostos no presente estudo fossem atingidos, assim como as hipóteses lançadas foram comprovadas ou refutadas. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico tanto para o embasamento teórico-conceitual como para a investigação sobre as realidades geográficas dos municípios de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara, de modo a obter informações sobre o processo histórico de ocupação territorial e formação da paisagem.

Em tal fase foram utilizadas fontes bibliográficas como livros, teses, dissertações, monografias, revistas específicas, relatórios técnicos e relatórios científicos. Também se verificaram referências eletrônicas, tais como *sites*, revistas, periódicos, museus etc. Para o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa as consultas ocorreram em acervos públicos – bibliotecas, prefeituras, secretarias e museus – e particulares. As informações adquiridas relevantes para a análise foram registradas sob a forma de resumos e fichamentos a fim de serem posteriormente empregados na produção do texto final.

A verificação das condições atuais da temática dessa pesquisa realizou-se através de observações em campo nos municípios estudados, contando com o registro fotográfico e a efetivação de questionários, entrevistas com as populações locais e pesquisas documentais.

A respeito do procedimento metodológico – registro fotográfico – acredita-se que este possibilitou ilustrar e documentar os possíveis eventos naturais e sociais verificados na área estudada.

O uso de questionários apresentou-se na pesquisa como um bom instrumento para a obtenção de dados quantitativos, necessários para a descrição da situação estudada, e as entrevistas mostraram-se importantes para obtenção direta de informações essencialmente qualitativas. Ainda, se realizou o levantamento de coordenadas georreferenciadas em campo para fins de mapeamento indicando algumas localizações e fenômenos deste estudo geográfico.

A última tarefa versou sobre a interação dos resultados atingidos pela conclusão das etapas descritas anteriormente e na posterior organização das informações e dados considerados relevantes à pesquisa para a análise e interpretação necessárias para redigir o texto final. Afinal, admite-se que os procedimentos metodológicos mencionados foram de grande importância para a pesquisa a ser realizada, pois estes subsidiaram e evidenciaram os resultados almejados na interação entre questão teórica e empírica.

Teoricamente propõe-se uma análise que se valendo da categoria paisagem, possibilite reconhecer como esta se expressa espacialmente em São Jerônimo da Serra e em Nova Santa Bárbara. De modo que os aspectos históricos e geográficos abordados no decorrer da pesquisa sustentaram o enfoque dado à concepção das paisagens identificadas nos municípios e a possível relação destas com a atividade turística.

Dessa maneira, o marco teórico – paisagem e turismo – permeia a referida pesquisa corroborando na defesa da ideia de que existe um quadro empírico caracterizado pelo baixo dinamismo socioeconômico ao longo dos anos nesses municípios, mas em contrapartida, repleto de amenidades físicas e culturais formadoras das respectivas paisagens estudadas, cuja potencialidade turística é reconhecida por suas populações locais que aspiram pelo desenvolvimento turístico local como uma alternativa econômica para incremento da renda, situação até então, nunca efetivada de forma plena nestes lugares.

Para conduzir tal tese estruturou-se sua redação em três partes, sendo as seguintes: **“Parte I – Paisagem e Geografia Cultural”**, **“Parte II – Geografia Cultural, turismo e paisagem”**, e **“Parte III – Interpretação geográfica da paisagem e da potencialidade turística”**. Em cada parte, optou-se por sua divisão

em itens, assim a Parte I, divide-se em **“1.1. A categoria paisagem durante a evolução do pensamento geográfico”** e **“1.2. A abordagem sobre paisagem na Geografia Cultural”**.

O item **“1.1.”** introduz o principal conceito geográfico abordado na pesquisa, sem a intenção de esgotar o assunto, buscou-se expor suas principais formulações ao longo da evolução da ciência geográfica, e nesta abordagem dar relevo aquelas que forneceram suporte teórico a posterior interpretação da questão empírica. E, na sequência o item **“2.2.”** explora certo desequilíbrio na evolução da Geografia Cultural, informa-se que esse ramo da ciência geográfica possui uma periodização que demonstra as transformações sucedidas em seu cerne a partir da década de setenta, dividindo-se em Geografia Cultural Tradicional e Nova Geografia Cultural ou Geografia Cultural Renovada, e nessa trajetória destaca-se como se desenvolveu a categoria geográfica paisagem.

A Parte II está dividida assim: **“2.1. Turismo e Geografia Cultural: algumas reflexões”**, **“2.2. A pertinência do enfoque turismo e paisagem”** e **“2.3. As modalidades turísticas possíveis: ecoturismo, turismo rural e turismo indígena”**.

Nessa parte, o item **“2.1.”** faz uma breve exposição acerca da relação entre Geografia Cultural e Geografia do Turismo, no âmago da qual, a paisagem constitui elemento substancial dos fenômenos analisados nos estudos de ambos.

O assunto do item **“2.2.”** versa sobre a paisagem que pode ser considerada uma força motriz fundamental para o turismo, quando esta significa sua motivação principal, coincidindo com os motivos e objetivos das viagens, denotando assim a essência do turismo. Contudo, o turismo não se reduz a mera questão de paisagem, ressaltando-se que dos menores aos maiores ambientes, estes estão repletos de informações e sensações.

Com o propósito de um olhar mais atento para o fenômeno do turismo, e mais precisamente para três modalidades turísticas, o ecoturismo, o turismo rural e o turismo indígena, possíveis de serem realizadas a partir da potencialidade turística identificada em alguns componentes da paisagem de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra, no item **“2.3.”** aprofundam-se algumas de suas principais propriedades, limitando-se nessa parte do estudo aos seus aspectos teóricos.

A Parte III apresenta os seguintes itens: **“3.1. Interpretando a paisagem e a potencialidade turística na área estudada”**; **“3.2. Origens e formas de**

povoamento no Norte Pioneiro Paranaense”; “3.3. Histórico de formação de São Jerônimo da Serra”; “3.4. Histórico de formação de Nova Santa Bárbara”; e “3.5. São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara: a paisagem e a potencialidade turística”.

Nessa última parte, o item “3.1.” apresenta algumas considerações a respeito da metodologia a ser empregada para o trato do referido tema na área de estudo. O item “3.2.” traz um perfil histórico e geográfico da contextura socioeconômica original da região em que se localizam os municípios estudados. Por sua vez, os itens “3.3.” e “3.4.” ocupam-se com a interpretação e compreensão dos aspectos históricos e geográficos ao longo da constituição da paisagem presente nos municípios, discorrendo sobre seu processo de formação no passado e na atualidade, para em seguida, ter como assunto a identificação da potencialidade turística no item “3.5.”.

PARTE I – PAISAGEM E GEOGRAFIA CULTURAL

1.1. A CATEGORIA PAISAGEM DURANTE A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O presente item introduz o principal conceito geográfico abordado na pesquisa, sem a intenção de esgotar o assunto, busca-se expor suas principais formulações ao longo da evolução da ciência geográfica, e nesta abordagem dar relevo aquelas que fornecerão suporte teórico a posterior interpretação da questão empírica.

Dentre as dificuldades, existentes sobre a categoria paisagem gira em torno de lhe atribuir uma definição, visto que cada indivíduo possui uma imagem associada à determinada paisagem e a define através de suas próprias referências. Ainda, pode-se mencionar o fato de que todos os povos não exprimem a noção de paisagem, esta concepção vaga pode apresentar um sentido diferente devido a existência de línguas e culturas distintas (PASSOS, 2009).

“Paisagem’ é um termo pouco usado e impreciso, por isto mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu bel prazer, na maior parte das vezes anexando um qualificativo de restrição que altera seu sentido” (BERTRAND, 2009, p. 33).

Conforme os apontamentos de outro autor a categoria paisagem apresenta um caráter instável ao se considerar a grande abrangência de concordâncias que este pode assumir nas análises científicas atuais, quais sejam natureza, espaço ou espacialização, dentre outras. Tal aspecto deve-se em grande parte a própria polissemia da palavra ‘paisagem’. Os diversos usos do termo possuem justificativas e utilidades próprias, mas torna-se difícil identificá-los em um denominador comum, além disso a banalização do termo faz com que seu uso seja indiferenciado, impróprio quando é necessária alguma precisão (MENESES, 2002).

Assim, pode-se trazer à tona a questão do “retorno da paisagem”, visto que atualmente esta se tornou uma preocupação tanto ecológica e econômica como cultural, expressando destacada influência nas problemáticas ambientais e da gestão do território (PASSOS, 2009).

Segundo Passos (2009) este novo interesse pela categoria provoca problemas e questionamentos, pois a noção de paisagem procede menos da polissemia que da cacofonia, se pretende associar a paisagem às formas de

interdisciplinaridade atualmente frágeis. Necessita-se reconhecer e favorecer a diversidade das interpretações e das abordagens, propondo uma abordagem híbrida, que seja capaz de associar os contrários – natureza e sociedade, subjetivo e objetivo, individual e coletivo, teórico e prático, ciência e cultura, etc.

Esse viés epistemológico consiste em um meio de reunir as informações, saindo de certo modo de uma Geografia setorial que não respondia mais às necessidades da sociedade. Porém, é necessário construir um sistema a partir dos diferentes elementos, rejeitando assim o corte entre Geografia física e humana. Uma vez que esta pode ser utilizada para traçar um caminho as outras disciplinas, compreendendo-se assim que a análise geográfica pode ser realizada de forma transversal (PASSOS, 2009).

Concluindo este questionamento inicial admite-se que esse termo é essencialmente polissêmico e dinâmico, e que as reflexões feitas sobre o mesmo são estritamente geográficas, ademais ao longo da história do pensamento geográfico o conceito apresentou múltiplas interpretações (RISSO, 2008). Para se compreender tal diversidade de sentidos para o termo de paisagem é conveniente fazer um exame da situação. Nesse estudo dedica-se atenção ao citado conceito sob a ótica da Geografia, visto que muitos geógrafos entendem que este é um dos conceitos-chave da disciplina, consistindo em uma das formas de entender o espaço geográfico, ou seja, através de sua expressão fisionômica.

Em respeito às colocações anteriores tal proposta de pesquisa reconhece o conceito de paisagem como uma das formas de entender o espaço geográfico por meio de sua expressão fisionômica, visto que esse atributo será fundamental para a interpretação da área estudada. Então, corrobora-se a chamada questão do “retorno da paisagem” como valiosa categoria de análise geográfica, pois na pesquisa esta apresentará diferentes nexos – ecológico, econômico, cultural – podendo influenciar, inclusive, a gestão dos territórios estudados.

A representação das paisagens foi transformada sucessivamente ao longo da história. Na Idade Média, no Ocidente, a paisagem não existia como representação. A partir do século XVI, a noção de paisagem emerge das novas técnicas de pintura e se expande para a literatura. Essa não possuía um sentido de unidade, era o sentimento da natureza, refletida como um éden em jardins fechados. Nessa aproximação do homem com o mundo natural tornava cada vez mais evidente o

caráter ornamental da natureza e sua valorização estética como símbolo distintivo de posição social. (LUCIARI, 2001).

Até o século XVIII, a paisagem significou, por conseguinte o formato de pintura. Deste modo, através da mediação com a arte que o sítio – o lugar – adquiriu estatuto de paisagem. Para a Geografia, e também para outras ciências dessa época, isso influenciou notadamente a construção do conceito de paisagem. A partir da geografia alemã e das influências do racionalismo positivista, de um lado, e do idealismo e romantismo, de outro, impôs-se uma concepção polissêmica do termo (LUCIARI, 2001).

Mesmo o conceito abrangente de *landschaft* já associava uma apreensão objetiva (científica) e subjetiva (artística). Desde o início, a apreensão da paisagem como fenômeno visível se colocou como o centro de um conflito entre objetividade (descrição de elementos concretos da fisiologia da paisagem que poderiam ser analisados por qualquer geógrafo) e subjetividade (descrição seletiva dos elementos da paisagem, conforme o interesse explicativo) (LUCIARI, 2001, p. 15).

Holzer (1999b) explica que a Geografia acadêmica e o conceito acadêmico de “paisagem” se originaram simultaneamente. Essa origem amplia a concepção primeira de “paisagem” surgida no Renascimento, associada as novas técnicas de representação do espaço, a partir da projeção em perspectiva baseada em um ou dois direcionamentos, renovando os princípios da pintura e das demais técnicas artísticas que reduzem o espaço a apenas duas dimensões.

A Geografia, ciência acadêmica, desenvolveu um conceito novo que do sentido original renascentista restou pouco. E, esta paisagem em seu sentido renascentista de “espaço que se observa de um golpe de vista” é associada pela geografia à “cena”, ao passo que o conceito geográfico do final do século XIX preocupou-se com o significado medieval de área fisicamente e culturalmente reconhecível (HOLZER, 1999b).

Diante desse trecho inicial sobre a incorporação e construção do conceito de paisagem pela Geografia a presente pesquisa também tem como objetivo averiguar o sítio – o lugar – sob o estatuto de paisagem. Ressalta-se que a apreensão da paisagem estudada como fenômeno visível possivelmente se colocará como o cerne

de um conflito entre objetividade ao descrever os elementos concretos da fisiologia da paisagem, e subjetividade quando envolve a descrição seletiva dos elementos da paisagem, de acordo com o interesse explicativo, nesse caso compreender a percepção da paisagem como potencial para a atividade turística. Ademais, reforça-se que através do conceito geográfico aplicado na pesquisa busca-se absorver o significado fisicamente e culturalmente reconhecível das áreas estudadas.

Nesse sentido pode-se ainda explicitar mais alguns tópicos acerca do conceito de paisagem no decorrer do pensamento geográfico. Na ciência geográfica a noção de paisagem se originou com a observação de áreas visualmente¹ homogêneas. Na Geografia alemã do século XVIII até os anos 1940, este conceito abrangia o conjunto de fatores naturais e humanos (RISSO, 2008).

Claval (1999) indica que durante o final do século XIX, com o desenvolvimento da Geografia Humana, a descrição da diferenciação cultural da superfície terrestre tornou-se um capítulo importante da nova disciplina. Nessa época o ponto de vista dominante era positivista, por isso a Geografia Cultural não estudava as ideias e representações, enfatizando nas análises os aspectos materiais das culturas, o vestuário, o hábitat, os utensílios e as técnicas. A Geografia Cultural pretendia analisar os modos de existência dos grupos humanos. Assim, para descrever as atividades de um grupo e as técnicas as quais este podia recorrer – gênero de vida – os geógrafos franceses analisavam o calendário de homens e mulheres e seu emprego do tempo cotidiano. Por sua vez, os geógrafos alemães e americanos, abordavam as marcas que a cultura imprime nas paisagens – a paisagem cultural (CLAVAL, 1999).

Durante o século XIX três estudiosos alemães se sobressaíram, quais sejam Humboldt, Ritter e Ratzel. Para Humboldt a paisagem era vista de forma holística, associada a um conjunto de fatores naturais e humanos (RISSO, 2008). Alexander Von Humboldt aprofundou o conceito de paisagem a partir da observação da natureza e das sensações que possuía através dessa prática. Seus objetivos não consistiram em sistematizar a paisagem enquanto um novo conceito, porém, este contribuiu no entendimento desta como um importante objeto de contemplação pelos

¹ Conforme Holzer (1999b) a palavra 'visualmente' refere-se a todo um aparato técnico ligado à trigonometria e à geometria descritiva que possibilitavam a projeção e identificação destas áreas na carta geográfica, além disso, envolve também um acurado senso de observação do geógrafo em campo, uma visão de paisagista, para que sejam associadas adequadamente uma determinada cultura com o seu sítio.

homens. Assim, pode-se considerar que Humboldt foi um dos primeiros a dotar a paisagem de um aspecto ontológico (MOREIRA, 2009).

Para Humboldt, a paisagem seria a representação mental de um espaço real com conteúdo diversificado. “A singularidade físico-natural incontestável dos elementos que constituem o espaço real assume – até mesmo em seus estudos de classificação climática, geobotânica, morfológica, entre outros” (GOMES, 2001, p. 66). Consideração que confirma as leituras e interpretações diversificadas de seu conjunto.

O modo da organização dos elementos percebidos e estudados, a ênfase dada a alguns elementos sobre outros, o destaque para determinados cortes espaciais, temporais, sua dinâmica etc. implicam em opções e a construção de critérios seletivos que para o autor revelam a subjetividade, o caráter qualitativo, a marca humana (GOMES, 2001, p. 66).

A prática geográfica de Ritter que ocupou a primeira cátedra acadêmica de Geografia enfatizou as condições físicas da atividade humana. Embora a ideia de que a civilização se ajusta ao meio é evidentemente muito antiga, ela recebeu especial atenção desde o racionalismo do século XIX (SAUER, 2011a).

Apenas nas últimas décadas do século XIX a paisagem ganhou significado científico com o surgimento da escola alemã. A fim de expor alguns traços característicos desse período e sua relação com os conceitos abordados, foi destacada a cultura nas investigações geográficas de Friedrich Ratzel durante o século XIX, quando lançou a expressão ‘Antropogeografia’. A interação entre homem e meio e a discussão de aspectos econômicos e políticos em correlação com o espaço em que vive se tornaram importantes temas de seus estudos, e vieram a influenciar a escola francesa representada por Paul Vidal de La Blache (CLAVAL, 1999).

Em sua *Antropogeographie* ele construiu a base conceitual da qual havia se estruturado desde então a Geografia Humana, isto é, um conjunto de categorias do meio físico e sua influência sobre o homem. Somente com este trabalho ele se converteu no grande apóstolo do ambientalismo e seus seguidores desconsideraram em muito os seus estudos culturais posteriores (SAUER, 2011a).

“O efeito das categorias ambientalistas de Ratzel não foi considerável em seu próprio país; na França, foi suavizado pela substituição feita por Vidal de la Blache do determinismo original pelo ‘possibilismo’” (SAUER, 2011a, p. 20). Contudo, o

estudo do meio físico como objeto geográfico transformou-se em marca quase exclusiva do geógrafo em países como Inglaterra e Estados Unidos. Visivelmente, Ratzel avaliava sua obra Antropogeografia como um estímulo e uma introdução a uma geografia humana que devia fundamentar-se em um estudo da cultura. “Enquanto os antropólogos utilizaram amplamente suas análises de difusão da cultura, os geógrafos ocidentais consideraram Ratzel somente como um ambientalista” (SAUER, 2011a, p. 20).

Gomes (2001) ainda aponta que o esforço desse autor, que resultou a partir da divulgação preliminar de suas constatações, ter sido classificado como determinista, o que marcou e marca equívoca e profundamente a propagação generalizada de sua obra. O que impede que lhe sejam conferidos os tributos de fundador de bases para a Geografia Cultural.

Friedrich Ratzel realizou estudos de história natural na Alemanha, tendo como fonte de interesse a zoologia e a obra “*A origem das espécies*” de Charles Darwin. A partir de 1870, quando teve contato com os estudos de ecologia de Ernst Haeckel passou a se interessar pela Geografia. Após voltar dos Estados Unidos em 1880 finalizou a obra “*Geografia cultural dos Estados Unidos da América do Norte com a ênfase especialmente voltada para as suas condições econômicas*”. Surgindo assim, o termo “Geografia Cultural” (CLAVAL, 1999). Assim, Ratzel apresentou este conceito de forma diferente por incluir basicamente a cultura, apesar de uma concepção limitada de cultura, confundindo-a com os artefatos utilizados pelos homens para dominar o espaço (RISSO, 2008). Com isso, Friedrich Ratzel demarcou como a Geografia não pode descartar os elementos culturais, assim como a interação destes com os demais aspectos da realidade geográfica no processo de entendimento dos diferentes arranjos paisagísticos produzidos (FERRAZ, 2007).

A abordagem geográfica de Ratzel visava levantar as características das relações de determinado meio com o homem que ali habitava, sendo que esse entendimento se dava a partir dos utensílios e práticas empregadas no processo de produção de subsistência do coletivo, como ficava evidente ao se observar as diversas regiões, em grande parte fortemente rurais, isoladas e milenarmente consolidadas, que compunham as várias nações européias do século XIX (FERRAZ, 2007, p. 37).

Quanto ao desenvolvimento das ideias de Ratzel, Claval (1999, p. 21) ainda comenta que:

As relações que os homens tecem com seu ambiente e os problemas que nascem de sua mobilidade dependem das técnicas que dominam. [...] De um grupo a outro, os utensílios utilizados variam: como explica a história das migrações e da difusão das inovações; a cultura, isto é, o conjunto de utensílios e de *know-how* que permite aos homens se apropriarem do meio merece ser estudado.

Para a pesquisa também será empregada a noção de paisagem através da observação de áreas visualmente homogêneas e abrangendo um conjunto de fatores naturais e humanos dos municípios estudados. Inicialmente a análise da paisagem dará ênfase aos aspectos materiais das culturas – o hábitat, os utensílios e as técnicas – e em um segundo momento serão estudadas as ideias e representações acerca da paisagem. Desse modo, se estudará a paisagem cultural, abordando as marcas que a cultura imprime nas paisagens, para se fazer uso do legado analítico dos geógrafos alemães.

No caso de Humboldt aqui citado, as contribuições para pesquisa residem no fato dele afirmar que a paisagem seria a representação mental de um espaço real com conteúdo diversificado. Pois, ao se buscar compreender a paisagem estudada através da subjetividade, as representações mentais constituirão um recurso fundamental para análise. Assim como esse autor observa, a subjetividade, o caráter qualitativo, a marca humana se revelarão por meio do modo da organização dos elementos percebidos e estudados na paisagem, a ênfase dada a alguns elementos sobre outros, o destaque para determinados cortes espaciais, temporais, sua dinâmica etc. consistem em opções e a construção de critérios seletivos.

Aspectos semelhantes quanto ao destaque para cultura nas investigações geográficas são notados nas formulações de Ratzel, que também fornecem subsídios teóricos para a presente análise. A sua forma de abordagem da relação entre homem e meio, apontando as características do meio habitado, entendendo-se o domínio do espaço através das técnicas e instrumentos usados para a sobrevivência do grupo ao observar regiões rurais certamente ganharão destaque nessa pesquisa.

No início do século XX, outros geógrafos alemães introduziram o trato sobre cultura no estudo da paisagem, dentre esses, Otto Shlütter², afirmando que é “a marca que os homens impõem à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas” (CLAVAL, 2001 apud RISSO, 2008, p. 69). Ainda, pode-se assinalar que esta marca é estruturada, na qual o objeto da Geografia consiste em apreender esta organização, descrevendo aquilo que se qualifica desde então de morfologia da paisagem cultural e de compreender sua gênese.

O geógrafo alemão Otto Schlütter pode ser lembrado como outra importante influência para a Geografia Cultural. Em seus estudos desenvolvidos durante o final do século XIX, ele demonstrava interesse pelos dados materiais da cultura, sobretudo, os estabelecimentos humanos. Seu entendimento de paisagem era de que essa não era produzida somente pela cultura, mas também pela natureza. Este se dedicou ao estudo da ‘paisagem cultural’, ou a modificação causada pelo homem na natureza (CLAVAL, 1999).

Outros estudiosos alemães da paisagem foram Eduard Hann e Siegfried Passarge. O primeiro desenvolveu seus estudos preocupando-se com a origem da agricultura, a história da domesticação dos animais e os fatores religiosos influentes na economia agropastoril. O segundo estabeleceu um método de análise comparada de paisagens, condicionada aos fatos materiais da cultura (CLAVAL, 1999).

Sigfried Passarge utilizou a denominação “geografia da paisagem”, assumindo que esta é “o conjunto daquilo que os olhos podem abarcar” (CLAVAL, 2001 apud RISSO, 2008, p. 69). Este pesquisador deu ênfase aos elementos individuais que compõem a paisagem: clima, água, terra, plantas, fenômenos culturais e a forma como se agrupam, formando unidades hierarquizadas (YÁZIGI, 2001). O estudo da paisagem centrado nos fatos culturais predominou na Geografia alemã desde os anos 1920 até 1960.

Sobre o que o geógrafo Otto Shlütter escreveu, ou seja, que é “a marca que os homens impõem à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas”, tal afirmação corresponde ao que se pretende realizar nessa pesquisa. A interpretação da paisagem se efetivará por intermédio da apreensão desta

² Este pesquisador especializou-se desde o final do século XIX, no estudo de estabelecimentos humanos, casas, campos, cercados, etc. Redigiu em 1907 uma obra na qual faz da paisagem o objeto da geografia humana, e a repercussão desta publicação foi considerável. Esta obra mantém a unidade da geografia, pois uma paisagem é tanto modelada pelas forças da natureza e pela vida, quanto pela ação dos homens, evitando tomar partido na difícil questão do determinismo (CLAVAL, 1999).

organização, da descrição da morfologia da paisagem cultural e da compreensão de sua gênese.

Assim como os outros geógrafos já mencionados, ele demonstrava interesse pelos dados materiais da cultura, especialmente, os estabelecimentos humanos, consideração que também procede para posterior emprego no estudo. Do mesmo modo que o autor citado busca-se entender que a paisagem não é produzida somente pela cultura, mas também pela natureza. E, para reforçar dedica-se neste estudo ao entendimento da 'paisagem cultural', ou a modificação causada pelo homem na natureza.

Siegfried Passarge, outro geógrafo alemão, cujas ideias semelhantes aos demais já apresentados, fundamentam teoricamente a análise proposta. Portanto, se aceita o método de análise comparada de paisagens, condicionada aos fatos materiais da cultura, estabelecido por este autor. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, a fase de levantamento de informações em campo através de registro fotográfico possibilitará observar o objeto de estudo e aplicar o conceito de paisagem nessa etapa inicial de descrição, assumindo-o como o conjunto daquilo que os olhos podem abarcar.

Prosseguindo a análise acerca da categoria paisagem ao longo da evolução do pensamento geográfico expõem-se as principais ideias referentes ao gênero de vida, conceito elaborado por Paul Vidal de La Blache durante o século XIX na França. Basicamente, a noção de gênero de vida destaca o papel da ação do homem sobre a natureza, tais práticas sociais por sua vez interferem na fisionomia dos lugares e sua análise vale-se da recorrência ao passado que expressa significativa influência no presente.

Nessa perspectiva a abordagem geográfica visa estudar a influência do homem sobre a natureza, e busca dar conta da "ação metódica e contínua" que as sociedades humanas exercem sobre a fisionomia dos lugares e como esta ação, em cada caso específico, se compõem com as condições naturais para produzir distintas formas de estabelecimentos humanos (DANTAS, 2005).

A compreensão dos gêneros de vida ultrapassa as explicações simplistas que resumem seu entendimento exclusivamente a fatores de "ordem geográfica", esquecendo-se de que o passado exerce influência sobre o presente e que sempre será necessário recorrer à História para se fazer Geografia (DANTAS, 2005).

Um gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem faz-se sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde o início das civilizações, essa ação não foi negligenciada (LA BLACHE, 1993 apud DANTAS, 2005, p. 31).

Meio consiste na concepção que auxiliou Vidal de La Blache a pensar o local. Assim, o meio “se precisa como correlativo de adaptação que se manifesta através das séries de fenômenos que se encadeiam entre si e são postos em movimento por causas gerais” (LA BLACHE, 1985 apud DANTAS, 2005, p. 30-31). Vidal denominou de gênero de vida a conformação diversa entre os homens e destes com relação à adaptação, originando daí também a noção de civilização, designando esta como o desenvolvimento técnico das sociedades na luta contra os obstáculos da natureza. Desse modo, o estudo dos gêneros de vida é o estudo das formas de adaptação das sociedades com o seu habitat. Através do trabalho que as sociedades constituem o meio e o gênero de vida que lhes é peculiar (DANTAS, 2005).

A contribuição dos geógrafos franceses para a pesquisa assenta-se no conceito de gênero de vida formulado por Paul Vidal de la Blache. Tal noção será de extrema relevância para análise e juntamente com as demais contribuições teóricas, evidenciará o papel da ação humana sobre a natureza e a interferência de tais práticas na fisionomia dos lugares, recorrendo-se aos fatos do passado que exercem influência na paisagem atual.

Os fatos do passado serão apreciados na pesquisa por intermédio do levantamento bibliográfico de relatos históricos sobre os municípios estudados, indispensáveis para se compreender o processo de constituição das paisagens. Tal procedimento metodológico confirma o que se explica anteriormente que é necessário recorrer à História para se fazer Geografia.

Almeja-se também explicar a influência do homem sobre a natureza, exprimindo tal processo como uma ação metódica e contínua sobre a fisionomia dos lugares e que esta prática possui especificidades que em combinação com as condições naturais resultam em formas de estabelecimentos humanos distintos.

Associando-se ao assunto anterior, prossegue-se apresentando o fato geográfico e o complexo geográfico, concepções geográficas desenvolvidas por Pierre Monbeig. O complexo geográfico foi inspirado nas formulações *lablachianas*

de meio e gênero de vida, e no entendimento de fato geográfico, apresenta como objetivo demonstrar que o conhecimento geográfico ultrapassa a descrição, e como um ramo científico, este também explica sob que contingências ocorre a relação entre o homem e a natureza, ou em que proporção os elementos da natureza condicionam a ação do homem, conforme este autor as explicações devem ser buscadas nas condições do meio, no entanto, este não admitia a ideia de que o meio natural determinava o gênero de vida (DANTAS, 2005).

Assim, tomando de empréstimo a ideia *lablachiana* de complexidade dos fenômenos que se entrecruzam na natureza, Monbeig elaborou a noção de complexo geográfico. Partindo da noção de fato geográfico, que segundo ele é análogo ao fato histórico, para então chegar a noção de complexo (DANTAS, 2005).

O fato histórico não consiste apenas em um fato, mas em um conjunto de fatos, cujos elementos não podem ser dissociados sem que se lhes deforme a complexidade. De acordo com Monbeig, na Geografia poderá ocorrer o mesmo, assim “se considerarmos o fato de que a presença de uma cidade, por si só, num determinado ponto do globo, constitui um fato geográfico, nada teremos definido” (DANTAS, 2005, p. 32). Para o autor, a noção de fato geográfico, conduziria o pesquisador a precisar a localização da cidade, sendo esta uma das etapas da análise geográfica, a caracterizar seu solo, seu clima, sua situação em relação a outras cidades, aos meios de transporte, às produções das cidades vizinhas e, basicamente, comparar as cidades entre si. A respeito desse pensamento de Pierre Monbeig, ressalta-se ainda a necessidade de questionar sobre os homens que construíram essa cidade, “porque a natureza por si só nada explica. É aos indivíduos reunidos em sociedade que devemos endereçar nossas pesquisas” (DANTAS, 2005, p. 32).

Para Monbeig, a paisagem é um fato geográfico, que se explica em sua complexidade. A paisagem é um dos elementos do complexo geográfico e cabe ao geógrafo decifrar esse complexo. Dessa maneira, ele “o geógrafo vê-se diante do complexo geográfico como diante de novelos de linha loucamente emaranhados, dos quais dificilmente se encontra a ponta” (MONBEIG, 1950 apud DANTAS, 2005, p. 32). Tal metáfora expressa os conhecimentos acerca de simultaneidade e de complementaridade dos fenômenos que compõem o complexo geográfico.

Para completar, Vesentini (2014) explica que a pesquisa geográfica versa sobre os complexos de fatos, sendo esses complexos que, por sua localização no

globo, apresentam-se como verdadeiros fatos geográficos. Assim, a tarefa do geógrafo é explicar tal localização, investigando as consequências, analisando as relações, ações e interações que unem uns aos outros os elementos que constituem o complexo geográfico. E, como afirma “complexo geográfico, sim, porque se localiza e porque implica em ações recíprocas mutáveis do meio natural e do meio humano” (VESENTINI, 2014, p. 3). Ainda, destaca-se que a diversidade de componentes do complexo geográfico é proporcional ao grau de civilização técnica atingida pelo grupo humano que existe há séculos ou milênios.

Outras preleções feitas por Vesentini (2014) quanto ao conceito de complexo geográfico, anunciam que este se manifesta na paisagem, sendo esta a sua representação concreta, devido a sua composição una e indissolúvel dos elementos naturais e pelo trabalho humano. Por essa razão, o estudo da paisagem é a essência da pesquisa geográfica, contudo, é absolutamente preciso que sua análise não se restrinja somente ao cenário, a percepção do concreto. Pois, a paisagem não exterioriza todos os elementos que constituem o complexo, esta nem sempre expressa nitidamente os modos de pensar, as estruturas financeiras, estas consistem em parcelas consideráveis do complexo geográfico. O autor também alerta sobre outro perigo desse tipo de análise, ao mencionar que o estudo da paisagem pode conduzir o pesquisador ao recurso exclusivo da descrição. Ao olhar e observar minuciosamente, possuindo perfeito espírito científico, porém tende a esquecer do essencial, a explicação. Satisfazendo-se assim em ser uma excelente “máquina fotográfica”, atentando-se menos em analisar os processos do que à sua descrição. Relegando os problemas a serem investigados e envolvendo-se na abundância de fatos observados, portanto, a paisagem não pode ser entendida como um fim, mas como um ponto de partida, esta resulta do complexo, não podendo ser confundida com ele.

Outras acepções que podem ser conduzidas nesse rumo de pensamento remetem-se ao que Vidal de La Blache assinalou sobre homem e meio: “os grupos humanos tinham de adaptar-se às condições ambientais” (CLAVAL, 2011, p. 149). A adaptação tratada por ele caracterizava-se pela adoção de um modo de vida, de um gênero de vida, que poderia se referir à caça, pesca, criação de bovinos, ovelhas, suínos, cavalos, agricultura, etc. Conforme as ideias de Monbeig, o meio implica necessariamente adaptação, porém este não se referia a uma natureza em si mesma, mas uma natureza já concebida, sentida, adaptada, produzida. Assim, o

meio é obra, interessando-se mais pela concepção de produção no sentido amplo que no sentido restrito, a produção enquanto obra é também espacialidade (DANTAS, 2005).

Claval (2011) explica que o gênero de vida surgia como solução ao problema de extrair do meio ambiente o que se necessitava para alimentação, vestuário, abrigo do vento, da chuva, do frio e para dispor de ferramentas diversas. Expressando então um conjunto de técnicas e hábitos, sendo que a adaptação de um grupo humano a um meio ambiente específico dependia: das técnicas produtivas e da possibilidade de inventar novas técnicas; das técnicas de transporte e da possibilidade de desenvolver trocas com grupos vivendo em outros meios ambientes; dos hábitos do grupo (CLAVAL, 2011).

E, essas técnicas de produção, de transporte e os hábitos pertencem à esfera da cultura, Vidal de La Blache não mencionasse a cultura, esta sempre teve um lugar central em suas concepções. Para este autor o papel da ‘força do hábito’ representava a causa mais importante para a rigidez dos gêneros de vida, o que percebia ao observar que migrantes transportavam com eles os seus gostos e os seus hábitos alimentares (CLAVAL, 2011).

Então, a cultura se fazia presente em sua obra através da técnica, com as possibilidades de inovação – daí o possibilismo *vidaliano* – e da força de hábito, entendido como o maior fator de inércia dos grupos humanos. Assim, o modelo de gênero de vida foi desenvolvido para a compreensão de sociedades tradicionais, sem grande divisão social do trabalho. Este não se aplicava bem nas sociedades mais complexas dos países urbanizados e industrializados. Nos anos quarenta, cinquenta ou sessenta, o conceito de gênero de vida persistia e era atribuído aos estudos geográficos no Terceiro Mundo. Simultaneamente, os geógrafos do mundo desenvolvido ensejavam inventar outros instrumentos para entender outros tipos de sociedades e de geografias (CLAVAL, 2011).

O trecho anterior a respeito dos conceitos de fato geográfico e complexo geográfico, elaborados por Pierre Monbeig e fundamentados em referenciais *lablachianos* são relevantes para pesquisa no sentido de que uma vez aplicados proporcionarão um avanço em termos explicativos, complementando as ideias anteriores que também constituem a base teórica empregada. Pois, tal explicação deve ultrapassar o nível da descrição, explanando assim sob que contingências a relação entre homem e natureza ocorreu.

A noção de complexo geográfico e de fato geográfico equivalente ao fato histórico de Pierre Monbeig também serão válidos para analisar a concepção da paisagem nos municípios estudados. Pois, considerando que o fato histórico não consiste apenas em um fato, mas em um conjunto de fatos, cujos elementos não podem ser dissociados sem que se lhes deforme a complexidade, no desenvolvimento da pesquisa é reproduzida uma sequência de fatos históricos, que arrolam sobre a composição das paisagens de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara evidenciando a relação entre diversos elementos espaciais, sociais, econômicos, culturais etc.

Nessa parte da pesquisa em que se faz necessário tal encaminhamento ratifica-se a seguinte afirmação do autor citado: “se considerarmos o fato de que a presença de uma cidade, por si só, num determinado ponto do globo, constitui um fato geográfico, nada teremos definido”. Isso se deve ao direcionamento dado para o estudo que se integra novamente ao pensamento de Monbeig sobre o entendimento do fato geográfico, quais sejam: precisar a localização da cidade, sendo esta uma das etapas da análise geográfica, a caracterizar seu solo, seu clima, sua situação em relação a outras cidades, aos meios de transporte, às produções das cidades vizinhas e, basicamente, comparar as cidades entre si. Nessa acepção, o autor ainda menciona outro imperativo nesse tipo de investigação, que mais uma vez busca-se contemplar no presente estudo. Este indica a necessidade de questionar sobre os homens que construíram essa cidade, já que a natureza por si só nada explica, sendo aos indivíduos reunidos em sociedade que as pesquisas devem se dirigir.

Do mesmo modo que Monbeig, nesse estudo concebe-se a paisagem como um fato geográfico, sendo explicada em sua complexidade. Logo, concorda-se com a metáfora dos “novelos de linha loucamente emaranhados, dos quais dificilmente se encontra a ponta” para expressar a simultaneidade e a complementaridade dos fenômenos históricos, geográficos, econômicos, sociais, culturais que compõem o complexo geográfico. Possibilitando entender as relações, ações e interações dos elementos que integram o processo de formação do complexo geográfico estudado, e por consequência sua forma concreta atual, como este se exprime na paisagem da área pesquisada.

Outra ideia do mencionado autor de grande importância para a pesquisa é abordagem sobre meio como adaptação, não apresentando o significado de

natureza em si mesma, mas uma natureza já concebida, sentida, adaptada, produzida. O meio significa obra, associando-se a concepção de produção no sentido amplo que no sentido restrito, pensa-se que esta noção auxiliará na explicação da gênese da paisagem dos municípios.

Ao se recorrer aos fatos históricos na parte sobre a interpretação da paisagem tem-se a explicação sobre o gênero de vida que surgiu nos municípios estudados como solução aos problemas de extrair do meio ambiente o que se necessitava para alimentação, vestuário, abrigo do vento, da chuva, do frio e para dispor de ferramentas diversas. Percebendo-se daí a adaptação humana as condições ambientais, caracterizada pela adoção de um modo de vida, de um gênero de vida, referindo-se a caça, pesca, criação de bovinos, ovelhas, suínos, cavalos, agricultura, etc.

Ainda nessa parte o reconhecimento do complexo geográfico para compreensão da paisagem enquanto fato geográfico expressará um conjunto de técnicas e hábitos, demonstrando que a adaptação dos grupos humanos a um meio ambiente específico dependeu das técnicas produtivas e da possibilidade de inventar novas técnicas; das técnicas de transporte e da possibilidade de desenvolver trocas com grupos vivendo em outros meios ambientes; e dos hábitos do grupo.

A esfera cultural se expressará pela demonstração das técnicas de produção, de transporte e os hábitos. A 'força do hábito' tratada anteriormente é um aspecto cultural observado no estudo em razão do considerável contingente de migrantes de outros Estados que integra a população total dos municípios abordados, este fato influenciou os costumes locais por que os migrantes transportaram com eles os seus gostos e os seus hábitos alimentares. Além disso, a paisagem analisada comporta a aplicação do modelo de gênero de vida, uma vez que este foi desenvolvido para a compreensão de sociedades tradicionais, sem grande divisão social do trabalho, não se aplicando bem nas sociedades mais complexas dos países urbanizados e industrializados.

Seguidamente, apresenta-se um dos discípulos de Paul Vidal de la Blache que manifestou interesse pelo conceito de paisagem como meio para desvendar a organização do espaço, mantendo suas pesquisas no cerne do paradigma possibilista.

Como exemplo, da necessidade de uma perspectiva histórica nos estudos geográficos, cita-se Albert Demangeon, aluno de Vidal de La Blache, que assim como seu mestre, acreditava que a Geografia devia, primeiramente estudar as relações entre homens e o meio ambiente. Todavia, durante 1900 uma evolução se desencadeava na concepção das tarefas da Geografia Humana. Uma atenção nova dirigiu-se para a categoria paisagem, desse modo, a descrição e a análise das paisagens cessaram de ser apenas meios para descobrir a organização do espaço, pois a realidade visível, na escala da vida dos indivíduos, tornou-se o objeto a ser descrito, analisado e explicado (CLAVAL, 2011).

Albert Demangeon foi um dos primeiros a desenvolver esse tipo de interesse pelas paisagens. Então, devia-se analisar a gênese e o papel das paisagens transformadas pela ação humana. Considerava-se uma abordagem histórica – que analisava, por exemplo, as fases do desmatamento da Europa Central ou da drenagem das zonas litorais no Noroeste europeu – ou funcionalista – a habitação rural como suporte para a criação de bovinos ou de ovelhas, ou da produção de alimentos. Nessas análises não existia um interesse pelos fatores especificamente culturais, e este autor não se dedicava ao estudo das sociedades tradicionais, pois se interessava por regiões industriais. Não utilizava o conceito de gênero de vida, visto que este não se adequava bem aos países industrializados ou urbanizados (CLAVAL, 2011).

Tais estudos e suas respectivas características propalavam o contexto e o desenvolvimento da Geografia, balizando seu caráter dentre as outras ciências humanas. Segundo Berdoulay (2012) a Geografia é a disciplina que mais mobilizou a ideia de homem transformador do meio ambiente, embora essa utilize, em diversos graus, e sempre menores, a influência do meio ambiente sobre o destino das sociedades humanas. O autor ainda ressalta a importância que deve ser dada a Paul Vidal de La Blache e aos seus primeiros discípulos³ devido à formulação de uma teoria geral das relações humanas sobre o meio ambiente – possibilismo. Este desenvolve simultaneamente uma epistemologia *neokantiana* que “privilegia o poder estruturador do espírito humano e o livre-arbítrio a ele associado, a perspectiva histórica que revela o sentido da interação humana com o meio ambiente” (BERDOULAY, 2012, p. 105). O possibilismo insiste sobre a iniciativa humana e,

³ Pierre Gourou (1902-2001); Albert Demangeon (1872-1940); Jean Brunhes (1869-1930); Pierre Deffontaines (1894-1978).

concomitantemente, sobre a força dos hábitos, privilegiando-se dessa forma o estudo dos gêneros de vida e das organizações regionais, entendidas como mediações, que fornecem a abordagem mais sutil sobre as relações entre o homem e o meio ambiente. “Estas são concebidas como um conjunto de interações com modificações recíprocas das culturas e de seus meios, passando pela construção de mediações mais ou menos estáveis, como as paisagens, as regiões, os gêneros de vida etc.” (BERDOULAY, 2012, p. 105).

Quanto ao último autor citado, Albert Demangeon, que também dedicava atenção para a categoria paisagem, ao descrever, analisar e explicar a realidade visível na escala da vida dos indivíduos será útil em função da necessidade de tal enfoque para a interpretação do objeto de estudo, completando a colaboração teórica já apresentada.

Como dito anteriormente a gênese e o papel das paisagens transformadas pela ação humana serão assuntos tratados ao longo do estudo, desempenhando tanto uma abordagem histórica quanto funcionalista da paisagem pesquisada. Nessa perspectiva, os resultados do estudo propagarão a ideia possibilista de homem transformador do meio ambiente. E, ainda compreendem-se as paisagens estudadas como mediações mais ou menos estáveis das relações entre homem e meio.

Prosseguindo esta abordagem histórica do conceito, a paisagem também é refletida sob a perspectiva sistêmica, em muitos casos, o conceito de geossistema foi utilizado como substituto dessa. Tal abordagem é utilizada, sobretudo, pela Geografia Física e Geociências, pois proporciona uma análise das categorias da paisagem dinamicamente. Seus principais representantes são Bertrand (1971), Sotchava (1977), Christofolletti (1999), Troppmair (2000), Tricart (1977), dentre outros. Os estudos sistêmicos da paisagem são importantes, devido à valorização dada à interdisciplinaridade (RISSO, 2008). Para tanto propõe três entradas para análise geográfica, sejam estas a naturalista (antropização), socioeconômica e territorial, sociocultural (paisagem). Nesse sentido é válido citar o modelo geossistêmico que se constitui de três subsistemas – potencial ecológico/abiótico, exploração biológica/biótico e ação antrópica. O autor citado, Georges Bertrand, sugeriu uma análise integrada do meio, denominada de geossistema, e nesta parte-se do pressuposto de que a “a natureza não é natural”, pois, está irremediavelmente impactada pela sociedade. E, conforme essa ideia o geossistema está

comprometido em estudar o funcionamento do território modificado pela sociedade (PASSOS, 2009).

Ainda mediante os apontamentos de Bertrand a apreensão da dimensão geográfica só é possível a partir de uma visão do todo, do conjunto, isto significa avaliar como funciona, nesta condição, a sociedade, os elementos naturais abióticos e bióticos, necessitando-se assim apreender uma Geografia “de base”. Também considera importante apreender a paisagem como objeto científico (PASSOS, 2009).

Segundo Bertrand (2009) a entrada na Geografia ocorre por intermédio das paisagens, para compreender sua forma e funcionamento, e também por sua beleza. A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados, esta consiste numa determinada porção do espaço, sendo o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que reagindo uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Se lidamos não apenas com a complexidade, mas também com a diversidade das coisas, podemos afirmar que naquilo que estudamos há elementos de ordem natural, de ordem social e de ordem cultural. Por que não inventar alguma coisa que seja “policonceitual”? Então é isso – conclui G. Bertrand: “eu proponho que se analise a mesma realidade a partir de três conceitos diferentes”. Conceitos que são três entradas no sistema. Chamo “conjunto tripolar”, ou seja, no interior da complexidade, enxergo três grandes tipos de diversidade: uma que está mais ou menos ligada aos fenômenos naturais, uma que está associada aos fenômenos da economia e outra, aos culturais (PASSOS, 2009, não paginado).

Associada as ideias presentes na citação anterior faz-se importante ressaltar que há uma dimensão naturalista no campo das ciências sociais, na qual o domínio da complexidade e da diversidade do objeto analisado se reveste de uma dimensão original. É preciso ultrapassar um limite epistemológico que separa as ciências da natureza das ciências sociais (BERTRAND, 2009).

[...] não apenas as sociedades em seus meios, mas também os meios nas suas sociedades. Por um lado, é preciso, de forma clássica, resituar as sociedades nos meios ditos naturais que elas conhecem e utilizam em função de seu sistema de produção econômica e cultural. Por outro lado, é preciso também resituar os meios ditos naturais nas sociedades que os utilizam, ou que os utilizaram. Eles aparecerão então em sua plena realidade, ao mesmo tempo como produtos da natureza e da sociedade (BERTRAND, 2009, p. 121).

Nesse sentido a natureza entendida como o universo das formas e dos processos físico-químicos e biológicos é revestida de uma significação geográfica em termo de espaço social ou de espaço “ecúmeno”. De acordo com Bertrand (2009, p. 121) “a natureza na geografia é primeiramente espaço, um espaço cada vez menos natural e cada vez mais antropizado”.

Para Bertrand (2009) o qualificativo – antrópico – define a ação direta ou indireta do homem e das sociedades humanas sobre a natureza, propondo ampliar o conceito até a totalidade da combinatória natureza/sociedade. Para o mesmo autor “o antrópico é o conjunto das formas e a antropização é o conjunto dos processos materiais e imateriais que nascem da interação entre os sistemas sociais e os sistemas naturais” (BERTRAND, 2009, p. 121). Pode ser dito, então, que consiste em toda natureza que direta ou indiretamente se encontra integrada na análise geográfica – erosão dos solos, a representação da paisagem, a floresta considerada como espaço de lazer ou de produção de matéria prima.

Ainda, Bertrand (2009) afirma ser necessário acabar com o determinismo natural e o possibilismo geográfico, admitindo ser este um debate de outra era, indigno da cultura científica contemporânea. Conforme suas considerações territorializar a natureza significa inverter a problemática das relações entre as sociedades e seus meios. Pois, os geossistemas situados em seu mosaico funcional com seus componentes bióticos e abióticos, não exprimem em si mesmos nenhuma possibilidade ou impossibilidade social. Estes não possuem o projeto social, a potencialidade e a limitação não estão na natureza da natureza. Os determinantes, se existem, se encontram na sociedade. Estes revelam a desigualdade das sociedades e dos homens diante da natureza, do território, da paisagem.

Sobre a exploração geográfica da interface sociedade-natureza assume-se que o sistema GTP (geossistema, território, paisagem) define três campos conceituais, semânticos e metodológicos. Este possibilita uma varredura lógica, hierarquizada e diferenciada do conjunto da interface (BERTRAND, 2009).

O geossistema situa-se entre a 4ª e a 5ª grandeza têmporo-espacial, então se trata de uma unidade dimensional compreendida entre alguns quilômetros quadrados e algumas centenas de quilômetros quadrados. Nessa escala encontram-

se a maior parte dos fenômenos de interferência entre os elementos da paisagem e que evoluem as combinações dialéticas. Nos níveis superiores a este só o relevo e o clima, importam e, complementarmente as grandes massas vegetais. Nos níveis inferiores, os elementos biogeográficos são capazes de mascarar as combinações de conjunto. Destarte, o geossistema constitui uma boa base para estudar a organização do espaço, visto que este é compatível com a escala humana (BERTRAND, 2009).

Vale destacar que a transição da descrição mais ou menos ordenada e coordenada de elementos naturais e humanos constituintes de um meio natural à análise científica deste mesmo meio natural não foi efetiva senão a partir do momento em que este último foi considerado como um “conjunto” geográfico dotado de uma estrutura e um funcionamento próprios, ou seja, quando a “paisagem” real e multiforme está construída em conceitos. O termo geossistema foi utilizado pela primeira vez por V. B. Sotchava em 1960, esse serve para designar um “sistema geográfico natural homogêneo associado a um território” (BERTRAND, 2009).

As concepções teóricas do autor supramencionado tornam-se importantes para demonstrar a sequência evolutiva da abordagem sobre paisagem na Geografia no século passado e também por que sugeriu para análise do meio, partir do pressuposto de que a natureza não é natural, pois, esta se encontra irremediavelmente impactada pela sociedade, mantendo esta perspectiva da interpretação.

Complementando as conceituações já apresentadas define-se ainda a paisagem afirmando que esta não é a simples adição de elementos geográficos disparatados, pois consiste numa determinada porção do espaço, resultando de uma combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que reage uns sobre os outros, fazendo da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. E, distinguindo-se das anteriores, sobretudo, pela ideia de desenvolvimento perene, o que se torna um primoroso fator explicativo para a análise, uma vez que tal noção será atribuída à paisagem estudada quando se realça sua potencialidade turística.

Em concordância com o autor citado admite-se que no interior da complexidade, existem três grandes tipos de diversidade – ordem natural, social e cultural. Mais outra contribuição significativa para a pesquisa diz respeito à preocupação de resituar nas análises os meios ditos naturais nas sociedades que os

utilizam, ou que os utilizaram, aceitando-se que eles aparecerão então em sua plena realidade, ao mesmo tempo como produtos da natureza e da sociedade.

Sendo um estudo geográfico também se acolhe a ideia que a natureza consiste primeiramente em espaço, e um espaço cada vez menos natural e cada vez mais antropizado. Visto que ao longo da explicação se abordará o antrópico e antropização, no caso do primeiro conjunto das formas e para o segundo conjunto dos processos materiais e imateriais que se originam da interação entre sistemas sociais e naturais, tais ideias serão veiculadas no estudo ao se inquirir sobre a gênese da paisagem. E, à medida que se avança na interpretação cada vez mais se entende a natureza se encontra direta ou indiretamente integrada na análise geográfica por meio da representação da paisagem, da floresta considerada como espaço de lazer ou de produção de matéria prima.

Findando esse trecho sobre a paisagem na evolução do pensamento geográfico, a concepção de paisagem sob a perspectiva da Geografia Tradicional existente desde 1890, perdurou até a década de 1940, quando os geógrafos enfatizaram quatro temas vinculados as relações entre sociedade e natureza, sendo estes a análise das técnicas, os instrumentos de trabalho, a paisagem cultural e os gêneros de vida. Sendo retomada como conceito-chave geográfico a partir do início da década de 1970, aproximadamente, sob novos olhares e abordagens (RISSO, 2008; CORRÊA, 1999).

De tal modo, na década de sessenta a paisagem ganhou maior destaque na Geografia de vários países como a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, na tentativa de superar sua definição 'clássica' que a considera como uma porção do território vista por um observador a partir de um determinado ponto, a qual privilegia essencialmente os aspectos visíveis. E, apesar das divergências entre os diversos autores que se dedicaram ao trato desse conceito, há um consenso em considerá-la não meramente como objeto, mas como relação (PICHININ, 2008). Claval (2001) explica que nas décadas de 1960 ou 1970 não faltavam trabalhos de Geografia Cultural, seguindo o impulso daqueles realizados desde o início do século, e para um quadro de Geografia Cultural no limite deste período, em função da quantidade de pesquisas desenvolvidas o seu interesse era inquestionável. Entretanto, muitos geógrafos hesitavam em dar continuidade a trabalhos cuja inspiração lhes parecesse ultrapassada.

Assim sendo, caracterizou-se a periodização que versou sobre a categoria paisagem no decorrer do pensamento geográfico até a segunda metade do século passado, e que mudanças passaram a ocorrer no sentido de uma reinterpretação do conceito a partir dos anos setenta, tomando como exemplo a abordagem sistêmica do autor Georges Bertrand.

Nesse item do estudo objetivou-se demonstrar a existência de vários pontos de vista a respeito do assunto, utilizando principalmente autores que executavam análises geográficas fortemente interessadas na individualidade dos lugares produzidos, cuja preocupação significou um dos fundamentos mais duradouros da Geografia ao longo de sua evolução como ciência, e, portanto, consistindo em uma significativa contribuição acadêmica para a disciplina.

Deste modo, valoriza-se tal possibilidade de leitura da paisagem, dentre as diversas perspectivas e igualmente válidas. Porquanto, a interpretação da paisagem examinada se deslocará de um entendimento desta, como campo de visibilidade à proporção que se interessa pelas características de suas formas e estrutura visível, para um raciocínio a respeito da mesma enquanto campo de significação individual e sociocultural, focalizando os significados e valores construídos pelos sujeitos e grupos que a vivenciam (CABRAL; BUSS, 2002).

Sendo assim, ponderam-se estes dois aspectos do enredo da paisagem, o visível e o invisível. Numa perspectiva positivista, sua análise restringe-se ao universo do visível, daquilo que pode ser descrito a partir dos elementos que se encontram ao alcance da visão do observador. E, logicamente, sob este ponto de vista, a observação/descrição busca neutralizar as variáveis subjetivas que podem interferir nos resultados da análise e da síntese. Então, alguns elementos são preponderantes na observação, sendo fundamentais para explicar as diferenciações paisagísticas. Conseqüentemente, o que se encontra disponível à visão torna-se central para a compreensão da paisagem (DANTAS; MORAIS, 2008).

Na abordagem fenomenológica, a percepção é a condição primordial para compreender a paisagem, e esta é o elo de comunicação do sujeito com o mundo. Sendo a percepção da forma, a condição de objetivação do sujeito com o mundo. Por isso, não se subordinam as condições subjetivas e objetivas na produção da paisagem. O visível se mistura ao invisível, de modo que a forma expressada na paisagem é o resultado de processos de experimentação e vivência do homem na natureza (DANTAS; MORAIS, 2008).

Assim, reconhece-se a diversidade das interpretações e das abordagens, buscando-se realizar uma abordagem que seja capaz de associar os contrários – natureza e sociedade, subjetivo e objetivo, individual e coletivo. Como Dantas e Morais (2008) comentam a discussão sobre paisagem enreda-se na trama do visível e do invisível, e nessa estabelece-se a lógica da explicação da sociedade, que provém da combinação das técnicas e saberes culturalmente organizados.

Conclui-se então que as representações da paisagem sofreram alterações sucessivamente ao longo da história, e as mudanças morfológicas atinentes à paisagem não são independentes das práticas sociais. De maneira que sua análise pode incluir o critério de objetividade, ao se descrever elementos concretos, e a subjetividade, partindo-se da descrição seletiva dos elementos, denotando determinado interesse explicativo.

Com a intenção de expor a diversidade de possibilidades de leituras que a paisagem oferece, sobretudo, o que diz respeito ao seu entendimento como campo de significação, apresentam-se no próximo item o desenvolvimento, o processo de renovação e os principais temas da Geografia Cultural, relevando a importância dessa categoria geográfica, entendido como conceito unitário, que se evidencia pelo estudo das relações no tempo e no espaço, averiguando fatos de sustento físico e fatos de cultura humana.

1.2. A ABORDAGEM SOBRE PAISAGEM NA GEOGRAFIA CULTURAL

Neste trecho inicial aponta-se certo desequilíbrio na evolução da Geografia Cultural, informa-se que esse ramo da ciência geográfica possui uma periodização que demonstra as transformações sucedidas em seu cerne a partir da década de setenta, dividindo-se em Geografia Cultural Tradicional e Nova Geografia Cultural ou Geografia Cultural Renovada.

Almeida (2009) esclarece que atualmente a Geografia Cultural pode ser resumida em duas grandes vertentes de construção do conhecimento. Uma delas é a Geografia Cultural Tradicional fundamentada no estruturalismo, que segundo o ponto de vista de alguns autores, a Escola de Berkeley caracteriza-se como aquela que mais se aproxima dessa corrente. E, a outra apresenta mais consistência a partir dos anos oitenta, correspondendo a Nova Geografia Cultural, assim como a

chama Paul Claval, ou Geografia Cultural Renovada, expressão utilizada por Roberto Lobato Corrêa.

A periodização traçada por Claval (1999) descreve o declínio da Geografia Cultural Tradicional. Para ele esta entra em declínio no decorrer dos anos 1950, 1960 e 1970, devido a três razões:

Falar das culturas sem tratar das representações, das opiniões ou das crenças parece, cada vez mais, absurdo. Uma reflexão sistemática sobre a cultura deve ser realizada, se desejamos que a disciplina reencontre seu crédito.

O progresso técnico se acelera e a diversidade dos utensílios e dos equipamentos diminui, ou desaparece completamente. O estudo dos aspectos técnicos das civilizações, o qual estava no cerne da geografia cultural tradicional, apresenta menos interesse.

Nas cidades, os tipos de atividades se diversificam, de sorte que a descrição dos gêneros de vida perde sua credibilidade (CLAVAL, 1999, p. 61).

Desde o início dos anos setenta delinea-se a renovação da Geografia Cultural, então esta se manifesta quase em toda parte da mesma maneira, os lugares não tem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Estes estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam (CLAVAL, 2001).

Após um período de relativa perda de prestígio entre 1940 e 1970, o ressurgimento da Geografia Cultural, significou tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, uma renovação temática e de abordagem. Portanto, o ressurgimento da Geografia Cultural fez-se num contexto pós-positivista e advém da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo (CORRÊA, 1999).

Corrêa indica que após 1970 emergiu uma Geografia das formas simbólicas através das mudanças da Geografia Cultural de base *saueriana*. Essa Geografia recente aborda “a cultura, na qual o simbólico tem enorme centralidade, está em toda parte, manifestando-se de modo diferenciado no espaço e no tempo” (CORRÊA, 2012, p. 133).

Para o período contemporâneo, em que o papel fundador da cultura na Geografia Humana é aceito e reconhecido, segundo Claval (2011, p. 148) distingue-se duas fases:

- I – a primeira, nos anos setenta e oitenta, foi marcada por uma explosão de curiosidades e pistas de pesquisas novas;
- II – a segunda, desde 1990, caracteriza-se por ensaios que repensam a geografia cultural numa perspectiva pós-moderna.

Assim sendo, após muitos anos de relativa inércia, durante a década de 1880, a Geografia obteve novo ânimo, ao desprender-se dos enfoques macroeconômicos e sociológicos para efetuar propostas metodológicas da paisagem. “O enfoque cultural incorporado [...] foi avaliado por alguns geógrafos como uma espécie de oxigênio para sua disciplina” (ALMEIDA, 2009, p. 245).

A partir disso, falava-se em mudança e valorização do enfoque cultural. Na língua inglesa, esse movimento chamou-se *The cultural turn in geography*. Para os franceses denominou-se *le tournant culturel em géographie* e no Brasil ficou conhecido como virada cultural na Geografia (ALMEIDA, 2009).

Nos anos oitenta a postura dos geógrafos começou a mudar, período em que as manifestações territoriais das culturas atraíam o interesse de várias disciplinas das ciências sociais, sensibilizando um número crescente de ambientes da Geografia Humana. Portanto, a renovação da Geografia Cultural se origina sobre o impulso de dois fatores: um fator geral que afetou o conjunto das ciências sociais, resultando no abrandamento do estruturalismo ocorrido um pouco antes; e um fator mais específico, decorrido da insatisfação nas investigações quantitativas, com base estruturalista que foram difundidas no campo da Geografia (ALMEIDA, 2009).

Nos anos 1980 e 1990, a disciplina se moderniza, assiste-se ao nascimento da nova Geografia Cultural quando suas abordagens se transformam. Essa renovação deve-se a dois fatores, um deles diz respeito ao fato da disciplina se confrontar com novas formas de afirmação da diversidade dos grupos, as quais ela não pode ignorar, e o outro se remete ao trabalho de reflexão epistemológica, empreendido pelas ciências sociais e pela geografia desde o início dos anos 1960, que atinge um ponto decisivo, tendo consciência das inconsistências dos princípios positivistas até então aceitos (CLAVAL, 1999).

Rio (2010) define o início dos anos noventa como ‘virada cultural’. “[...] três viradas nas ciências sociais tiveram fortes repercussões na ciência geográfica, durante a última geração de geógrafos: a virada linguística, que ressalta a análise do

pesquisador a partir da palavra e das imagens e não diretamente a partir da realidade; a virada espacial da sociologia, que reforça a existência das sociedades em espaços e lugares concretos e não em uma esfera conceitual e abstrata; a virada cultural da Geografia Humana em que os processos sociais, econômicos e políticos dependem das culturas onde eles ocorrem. Os processos têm, em comum, evidenciar o papel da subjetividade e das representações e os processos culturais” (ALMEIDA, 2009, p. 245).

Ainda, destaca-se nesse primeiro trecho o desenvolvimento tardio da Geografia Cultural no Brasil e os motivos para tal atraso. A incorporação tardia da Geografia Cultural entre os geógrafos brasileiros possui várias razões. Dentre estas, se menciona a força da tradição empiricista, profundamente cativa a uma pretensa leitura objetiva da realidade, e, a partir do final dos anos setenta, da perspectiva crítica, assentada em um materialismo histórico mal assimilado. Assim, a cultura foi negligenciada ou entendida conforme o senso comum, passando a ser vista como sendo dotada de poder explicativo. E, se aspectos culturais eram tratados em muitos trabalhos realizados, no entanto, isto não permite qualificar aqueles trabalhos como de Geografia Cultural (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011).

Não obstante, Almeida (2009) complementa sobre o assunto, afirmando que Corrêa e Rosendahl, os principais estudiosos da Geografia Cultural no Brasil, avaliam o desenvolvimento tardio da Geografia Cultural no país devido a várias razões: a combinação de uma excessiva influência da corrente *vidaliana* de Geografia associada a precária apropriação dessa corrente por parte dos seguidores de Vidal de La Blache; o desenvolvimento relativo da Geografia Teorética e Quantitativa, cujos seguidores consideravam a cultura como secundária, marginal ou residual; e, nos fins dos anos setenta, emerge a terceira causa, segundo eles, a influência do materialismo histórico dialético, que enfatiza a base econômica, as contradições e as desigualdades advindas do modo de produção como forma de explicação e interpretação do espaço.

Concordando com Corrêa (1999) que partindo do fato de o Brasil apresentar uma significativa heterogeneidade cultural em seu espaço e de que o processo de redefinição cultural do espaço brasileiro está em andamento, se estendendo ao longo do século XXI; e ainda da pouca relevância da Geografia Cultural entre os geógrafos brasileiros, aponta alguns temas para investigação, sem é claro, esgotar a

riqueza da matéria que a heterogeneidade cultural brasileira pode proporcionar. Dentre esses, a maioria foi parcialmente abordada por geógrafos brasileiros.

A paisagem rural brasileira como produto e, simultaneamente como matriz cultural, estabelecendo-se comparações entre paisagens pouco ou muito transformadas pela modernização do campo;

A percepção e avaliação ambiental por parte dos diversos grupos sociais, incluindo os naturais e os imigrantes da natureza e dos ambientes socialmente produzidos;

O caráter simbólico dos prédios, monumentos, praças, ruas, bairros, cidades, regiões ou montanha, vale, rio ou área florestal, entre outros, para os diversos grupos sociais, étnicos, religiosos, etc.;

As trocas comerciais através dos mercados periódicos (feiras) e do comércio itinerante, como o regatão na Amazônia, como prática cultural no espaço e seus significados;

As diversas manifestações religiosas em sua dimensão espacial, como se exemplifica com as peregrinações às cidades santuárias, definindo espaços sagrado e profano;

A variação espacial dos diferentes modos da falar, considerando-se as características léxicas, fonéticas e sintáticas, incluindo a gênese, a dinâmica e o significado;

A cultura popular em suas múltiplas manifestações e sua variação espacial;

Os contatos e conflitos culturais resultantes do processo migratório inter-regional;

A interpretação de textos a respeito das paisagens e lugares, incluindo-se tanto a literatura, a música, a pintura e o cinema;

A caracterização e delimitação de áreas culturais, inclusive áreas residuais e enclaves, num contexto de difusão de uma cultura com características globais (CORRÊA, 1999, p. 54-55).

Corrêa (1999) explica que a partir de 1970 a Geografia Cultural ressurge como importante subcampo da Geografia, reavivando o interesse pela dimensão cultural do espaço, ressalta ainda que na década de noventa, a criação de alguns núcleos de estudos expressam no Brasil os interesses e os esforços de se analisar o espaço sob o ângulo da cultura.

Na perspectiva da interpretação da paisagem como campo de significação, buscando-se assim revelar que os lugares não possuem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica, mas que estes estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam. Dentre os temas apontados para investigação que expressam parte da riqueza do material de estudo que a heterogeneidade cultural brasileira pode proporcionar a presente pesquisa encarrega-se da análise da paisagem rural como produto e ao mesmo tempo como

matriz cultural; do caráter simbólico de vales, rios ou área florestal para determinado grupo social; e a cultura popular em suas múltiplas manifestações e sua variação espacial.

Este item também apresentará algumas considerações a respeito das origens da Geografia Cultural Tradicional, portanto trata da expressiva participação de Carl Sauer com a fundação da Escola de Berkeley nos Estados Unidos durante a década de vinte no século passado e a desenvoltura de suas principais formulações teóricas, tais como a paisagem cultural.

Carl Sauer tornou-se figura hegemônica na Geografia Cultural americana. Os principais temas desse ramo, presentes em seu trabalho foram: a ecologia cultural, a difusão de artefatos e ideias e a percepção cultural da paisagem. “Sauer reconheceu sua ‘dívida intelectual’ para com os geógrafos culturais alemães do final do século XIX e início do século XX, especialmente Ratzel, Schlüter e Hann” (DUNCAN, 2011, p. 70). Sauer considerava Ratzel, acima de todos os outros, como o pai da Geografia Cultural. Ratzel, por sua vez, foi profundamente influenciado por Herbert Spencer, um pioneiro da teoria supraorgânica e que criou o termo “supraorgânico”. (DUNCAN, 2011).

Sauer foi também igualmente influenciado pelas ideias em curso da antropologia americana, e durante seus primeiros anos em Berkeley, estabeleceu fortes vínculos com o Departamento de Antropologia e, em particular, com A. L. Kroeber e R. H. Lowie. Lowie o apresentou ao trabalho de Ratzel. A partir daí, Sauer assimilou a teoria da cultura que viria a permear todo o seu ensino e pesquisa posteriores, como bem ilustra esse fato, a importância dada por ele para os antropólogos de Berkeley em seu “The Morphology of Landscape”, em que aprova a obra *Anthropology* de Kroeber. Outras evidências da influência da antropologia *kroeberiana* em Sauer manifestam-se através dos temas da reconstrução histórica, área cultural e difusão, introduzidos por ele na Geografia americana dos anos 20, estes foram os mesmos que Boas e seus discípulos, Kroeber, Wissler, Lowie, Goldweiser, Herskovits e Spier, vinham trabalhando desde o primeiro momento em que Boas se tornou interessado em tais tópicos, no final da década de 1890 (DUNCAN, 2011).

Outra colaboração teórica de geógrafo alemão refere-se a Carl Sauer, fundador da Escola de Berkeley, considerada um marco para o desenvolvimento da Geografia Cultural. Sua interpretação de paisagem considerava a divisão dessa

categoria em natural e cultural⁴. Nesse ponto aborda-se sobre as características da interpretação *saueriana* de paisagem, subsidiando a consolidação desse subcampo da Geografia. Ademais, a análise cultural de Carl Sauer que elaborou métodos de estudo das paisagens culturais, foi criticada mediante os argumentos de alguns autores que alegavam que este denotava em suas pesquisas um enfoque reducionista da cultura, comprometendo a realização de uma explicação cultural mais aprimorada.

Os alemães também foram responsáveis pela conceituação diferenciada de paisagem natural e paisagem cultural. Contudo, foi Carl Sauer, geógrafo alemão, que apresentou a noção de paisagem natural (*Naturlandschaft*) e paisagem cultural (*Kulturlandschaft*) à Geografia norte-americana (RISSO, 2008; BERDOULAY, 2012). Ele foi o precursor do resgate dos estudos da paisagem ao fundar a escola de Berkeley em 1922. Seus discípulos afirmavam que a paisagem é “uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 36).

Foi nos Estados Unidos, onde a Geografia Cultural adquiriu plena identidade, inicialmente na escola de Berkeley (1922-1975) e posteriormente, dispersa em várias universidades (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011). De acordo com Berdoulay (2012), essa escola, na atualidade, é utilizada sem que seja necessário afirmar uma filiação intelectual a Sauer. No entanto, seu peso sobre a ideia de uma Geografia Cultural é tão importante que a abordagem optada é sempre avaliada em relação ao início dessa escola.

Sauer ambicionava confrontar a Geografia Humana divulgada pela Universidade de Chicago, a qual expressava uma visão relativamente determinista e

⁴ Segundo Dantas e Morais (2008) esta divisão consiste em um aspecto bastante tradicional no estudo da paisagem geográfica. A paisagem natural é definida como resultado de uma combinação específica de elementos, tais como relevo, solo e as formações vegetais. Esses se modificam no decorrer do tempo, em um ritmo lento e quase imperceptível. A paisagem humanizada corresponde às formações resultantes da ação humana na superfície terrestre. São produtos do trabalho social, ou seja, do esforço coletivo, organizado pelas gerações através das técnicas disponíveis. Tais definições atualmente possuem apenas valor didático, não se caracterizando como um viés de interpretação e análise das formas espaciais. Não é possível mais considerar uma fronteira material entre o físico e o humano na leitura do espaço, pois seus aspectos fisionômicos assumem uma feição em que elementos naturais se mesclam ao humano. Desse modo, a paisagem configura-se como uma categoria de análise geográfica que possibilita problematizar o espaço, partindo de um conjunto de objetos fixos que apresentam determinado dinamismo através de fluxos de ideias, percepções, valores, condutas, usos e apropriações que variam no tempo. De tal modo que a natureza dispõe seus elementos, o homem emprega suas ideias, e a paisagem é a síntese dessa combinação natureza-técnica, não podendo se separar uma da outra, sob o risco desta ser fragmentada, isolando o homem da natureza, através de conceitos que dificultam o entendimento dos problemas.

cuja preocupação com o trabalho aplicado em detrimento das questões intelectuais não eram de seu apreço. Ciente da contribuição vidaliana e de suas origens baseadas no pensamento alemão, ele buscava promover uma Geografia Humana que não caísse no determinismo ambiental e econômico. Por isso, privilegiava o uso da expressão “Geografia Cultural” (BERDOULAY, 2012).

A Geografia Cultural não se refere a um ramo particular da disciplina, mas a sua concepção. “Insistindo sobre o papel do homem, seus valores, atitudes e crenças na modificação do espaço terrestre” (BERDOULAY, 2012, p. 107). A clássica interpretação *saueriana* de paisagem recorre à transformação cultural do mundo natural, enfatizando as características visíveis e materiais e as estreitas ligações entre terra e vida – isto é, a paisagem em que se vive (NORTON, 2000, p. 2, tradução nossa).

A paisagem na perspectiva de Carl Sauer deve ser compreendida como a soma de características gerais. Ele explica que a área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos, e as formas que o homem introduziu constituem outro conjunto. Dessa maneira, as primeiras, com referência ao homem, podem ser denominadas de paisagem natural, original. As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Então, a paisagem cultural se sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura pela substituição de culturas, assim esta é a área geográfica em seu último significado, e suas formas correspondem a todas as obras humanas que caracterizam a paisagem (RISSO, 2008).

Portanto,

a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento [...]. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada (SAUER, 1998 apud RISSO, 2008, p. 69-70).

Carl O. Sauer dividiu o espaço em áreas naturais e culturais. As áreas naturais seriam aquelas em que o homem nunca teria agido, sem interferência

humana. Basicamente, as áreas culturais seriam aquelas que já haviam sofrido a interferência humana (MOREIRA, 2009). Complementando, segundo Holzer (1999a) o estudo da Geografia para Carl Sauer estava vinculado ao conceito de 'paisagem cultural', no qual a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado.

A área que não recebeu a atividade humana está representada por um corpo de fatos morfológicos. As formas que introduziram o homem constituem outro conjunto. Pode se chamar o primeiro, por referência ao homem, de paisagem natural. Não existe já de maneira integral em muitas partes do mundo, mas sua reconstrução e compreensão constituem a primeira parte da morfologia formal. Nessa perspectiva, os eventos anteriores pertencem, sobretudo ao campo da Geologia, e seu tratamento histórico na Geografia constitui apenas um artefato descritivo empregado onde seja necessário para aclarar a relação das formas físicas que são significativas no habitat (SAUER, 2011b).

Os trabalhos do homem se expressam na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão destas paisagens correspondente a uma sucessão de culturas. Em cada caso, se derivam da paisagem natural, enquanto o homem tem seu lugar na natureza como um agente distintivo de modificação. De especial significado clímax da cultura que chamamos civilização. Nesse momento, a paisagem cultural se vê sujeita as mudanças tanto pelo desenvolvimento de uma cultura como por uma substituição de culturas. A linha de datação a partir da qual se mede cada mudança é a condição natural da paisagem. A divisão de formas em naturais e culturais é a base necessária para determinar a importância areal e o caráter da atividade do homem (SAUER, 2011b).

Nos Estados Unidos Carl Sauer defendeu vigorosamente a base do estudo da paisagem em Geografia, qual seja uma unidade dialética entre cultura e natureza. Em seu ensaio metodológico inicial, "A Morfologia da Paisagem" de 1925, afirmou que "os objetos que existem juntos na paisagem formam um todo indivisível, no qual terra e vida têm de ser vistas juntas" (COSGROVE, 2011, p. 107). Nesta obra, ele fez uma divisão conceitual entre paisagem natural e cultural, sendo a "primeira um estágio sobre a qual a 'cultura' operava, então, um processo de transformação" (COSGROVE, 2011, p. 107).

Outras ideias de Cosgrove aceitam que reconhecer a individualidade dos lugares produzidos e mantidos pela ação humana incide sobre o fundamento mais

duradouro da Geografia e, na prática, sua contribuição acadêmica mais significativa. Em estudos que buscam a coerência de lugares, casas, celeiros, associações de cultivos, etc., caracterizando-se pelo uso frequente e repetitivo de indicadores culturais na paisagem que se observam mais claramente o viés rural e o foco sobre a cultura material. “A esterilidade da classificação certamente foi desafiada por tentativas de estabelecer o reconhecimento de lugares e paisagens como produtos da atividade humana intencional, repleta de significados” (COSGROVE, 2011, p. 111). Para o autor estes trabalhos são valorizados, porque ampliam a compreensão da cultura na Geografia Humana e a relacionam mais intimamente aos *insights* das ciências sociais, particularmente aquelas que criticam o positivismo. Nessa abordagem sobre paisagem cultural pode-se completar mediante as explicações de Claval (1999) que os grupos humanos transformam os meios naturais onde se instalam, exemplificando que as florestas e as planícies cedem lugar ao xadrez dos campos; as casas são agrupadas em vilas, as construções urbanas alastram-se como mancha de óleo e projetam seus tentáculos sobre os campos circundantes; os caminhos, as estradas, as vias férreas, as linhas de força elétricas, transformando o espaço numa malha de meios de comunicação, uma vez que sem essa não haveria vida social possível. Desse modo a paisagem humanizada toma formas variadas, e reflete as escolhas e os meios de diferentes culturas.

Em trabalhos posteriores, durante as décadas de 1940 e 1950, Sauer mostrava-se mais ansioso para enfatizar a ‘avaliação cultural’ da natureza como ponto de partida para o estudo da Geografia Humana, em detrimento do conceito de paisagem “natural”. Porém, ele não fornece uma teoria concreta para o aparecimento e natureza da cultura. Segundo o mesmo autor, “não lidamos com Cultura, mas com culturas” (SAUER, 1941, p. 378 apud COSGROVE, 2011, p. 107).

Essas “culturas” são reificadas como uma força ativa na transformação ambiental, aparentemente divorciada de sua base na natureza. Culturas são conjuntos de “hábitos adquiridos” envolvendo “atitudes e preferências, que foram adquiridas” e estão incessantemente sujeitas à mudança (SAUER, 1941, p. 359 apud COSGROVE, 2011, p. 108). O modo de tal aquisição e mudança, a maneira pela qual características culturais se combinam dentro de áreas para produzir um modo de vida e a “personalidade” da paisagem (COSGROVE, 2011, p. 107-108).

Para Berdoulay (2012), nota-se um paradoxo pelo fato de Sauer defender uma Geografia Cultural sem procurar impor uma teoria particular da cultura. Inicialmente, ele foi marcado pela concepção da cultura tal como defendida por autores alemães, destacando a radical singularidade de toda cultura, ligando-a de maneira indissociável à raça, ao território e aos valores. Porém, ele a rejeita rapidamente, preferindo observar na paisagem múltiplas manifestações dos valores, percepções e criatividade humanas. “A geografia que instilou foi então aberta a uma grande variedade de temas. [...] a escola de Berkeley privilegiou a perspectiva histórica, as formações regionais e o estudo das paisagens transformadas pela ação humana” (BERDOULAY, 2012, p. 108).

Na gênese das paisagens, a escola de Berkeley se interessava pelos longos períodos, pelas atitudes, pela contribuição da história das ideias, pela identificação dos valores próprios aos diversos grupos humanos. Ao invés de fazer inventários, todo estudo geográfico, deve contribuir para responder as grandes questões sobre a transformação cultural do globo terrestre. Então, esta se caracterizava por uma Geografia voltada para mudança, por importar-se com o tema da difusão das inovações e dos fatos culturais. Concomitantemente, predominava a visão ecológica, devido a sua preocupação com os efeitos destruidores da cultura sobre a natureza, Sauer difundia ativamente as ideias a favor da proteção e da conservação das paisagens (BERDOULAY, 2012).

Ferraz (2007) tece alguns comentários sobre esse geógrafo – Carl Sauer, explicando que seu foco de análise cultural era restrito aos elementos paisagísticos da superfície terrestre passíveis de serem empiricamente catalogados e descritos. E na busca de entender a interação entre homem e natureza, os estudos se limitavam a localidades em que a força de uma tradição latente, assim atendiam mais a uma abordagem estanque das relações sociais e culturais, desconsiderando elementos simbólicos mais dinâmicos e flexíveis.

Além disso, pode-se dizer que a partir de suas origens europeias e sua proeminência nos Estados Unidos, a Geografia Cultural caracterizou-se pela adoção de inúmeros temas que definem uma tradição. No período entre 1890 e 1940, enfatizavam-se quatro temas vinculados as relações entre sociedade e natureza: a análise das técnicas, os instrumentos de trabalho, a paisagem cultural e os gêneros

de vida, assim contemplavam-se os aspectos materiais da cultura pelo trato dos três primeiros e os aspectos não materiais ao analisar o último tema (CORRÊA, 1999).

Almeida (2009) caracteriza a Geografia Cultural tradicional pela persistência no interesse por temas como modo de vida e uso dos recursos naturais por um determinado grupo social, como por exemplo, indígenas, quilombolas, marisqueiras, etc. E, também pela difusão no território das manifestações culturais; as regiões ou territórios culturais homogêneos e as especificidades culturais de territórios singulares.

Na pesquisa a interpretação da paisagem também incidirá sobre transformação cultural do mundo natural, enfatizando as características visíveis e materiais e as estreitas ligações entre terra e vida, ou seja, a paisagem em que se vive. Assim, a análise apreenderá a paisagem dos municípios abordados entendida como área geográfica em seu último significado, e suas formas correspondem a todas as obras humanas que caracterizam a paisagem. Os resultados da análise também indicarão que esta mudou através do tempo, apresentando um desenvolvimento, assim será possível se perceber que uma nova paisagem se sobrepôs sobre o que sobrou da antiga.

O reconhecimento e estabelecimento das paisagens como produto da atividade humana intencional e repleta de significados consolidam-se nessa pesquisa como um dos fundamentos mais duradouros da Geografia. Ainda, tal procedimento metodológico no estudo assume o uso frequente e repetitivo de indicadores culturais na paisagem que se observam mais claramente no viés rural e o foco sobre a cultura material. Os indicadores culturais observados na paisagem exprimem a transformação dos meios naturais em que os grupos humanos responsáveis pela origem dos municípios estudados se instalaram. Desse modo a paisagem humanizada adquire várias formas, refletindo as escolhas e os meios de diferentes culturas.

Considera-se a paisagem natural importante, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem é formada, todavia apoia-se a reflexão de que esta já não existe de maneira integral em muitas partes do mundo. Outro ponto privilegiado na Escola de Berkeley a ser contemplado pela pesquisa refere-se ao estudo das paisagens transformadas pela ação humana, interessando-se pelas atitudes, pela contribuição da história das ideias, pela identificação dos valores próprios aos diversos grupos humanos.

A paisagem pode ser descrita como a associação típica de características geográficas numa região ou em qualquer outra subdivisão espacial da superfície terrestre. A paisagem cultural refere-se “ao conteúdo geográfico de uma determinada área ou a um complexo geográfico de um certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens” (WAGNER; MIKESSELL, 2011, p. 35-36).

Ainda, segundo Sauer (2011b), o termo “paisagem” foi proposto para designar o conceito unitário da Geografia, para caracterizar a associação de fatos peculiarmente geográficos. Termos equivalentes, em certo sentido são os de ‘área’ e ‘região’. O primeiro consiste em um termo geral, não exclusivamente geográfico. E o segundo, para alguns geógrafos ao menos implica uma ordem de magnitude. A paisagem não é simplesmente um cenário atual contemplado por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenários individuais. Sauer foi o mais importante difusor do novo conceito geográfico, este delineou suas características mais marcantes, em princípio colocando-o como termo central da Geografia enquanto corologia. (HOLZER, 1999b).

“Uma apresentação ordenada das paisagens da Terra é um empreendimento formidável. Começando com a infinita diversidade, se selecionam traços sobressalentes e relacionados com o propósito de estabelecer o caráter da paisagem e situá-la em um sistema” (SAUER, 2011b, p. 5, tradução nossa). Segundo Sauer (2011b) a qualidade genérica não existe no mesmo sentido que no mundo biológico, pois cada paisagem tem tanto individualidade como relação com outras paisagens, e assim também procede para as formas que a integram.

“Nenhuma ciência pode sustentar ao nível de mera percepção... As assim chamadas ciências descritivas naturais, zoologia e botânica, não se limitam a contemplar o singular, senão que se elevam até os conceitos de espécie, gênero, família, classe, tipo”. “Não existe ciência ideográfica, isto é, uma descreve o indivíduo simplesmente como tal. A geografia foi antes ideográfica; desde há muito intentou ser nomotética, e nenhum geógrafo a estabeleceria a seu nível anterior”. Qualquer que seja a opinião que se tenha sobre a lei natural, ou relação nomotética, genética ou causal, uma definição de paisagem como singular, carente de organização ou carente de relações, necessita de valor científico (SAUER, 2011b, p. 5, tradução nossa).

O conteúdo da paisagem se encontra nas qualidades físicas da área que são significantes para o homem e nas formas de seu uso de área, em fatos de sustento

físico e fatos de cultura humana. Somente podemos formar uma ideia de paisagem em termos de suas relações no tempo e no espaço. Encontra-se em um contínuo processo de desenvolvimento, ou de dissolução e substituição. Em sentido corológico, sem dúvida, as modificações de área devido ao homem, e sua apropriação para seus usos, tem uma importância dominante (SAUER, 2011b).

Sobre a paisagem pode-se apontar as considerações de Santos (1997 apud PICHININ, 2008, p. 129) ao afirmar que:

A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta as necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual.

E ainda escreve que:

[...] a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições [...] Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 1994 apud GAIOTTO, 2009, p. 34).

E, para completar, reconhece-se “que cada formação social e econômica está ligada a um espaço específico – uma paisagem -, produzida e reproduzida nele” (COSGROVE, 2011, p. 128). Assim, “as formações sociais escrevem a história do espaço, e a história de tal formação é a história da superimposição de formas produzidas em sua paisagem através da sucessão de modos de produção” (COSGROVE, 2011, p. 128). Reforça-se que estes modos de produção são simbolicamente constituídos, portanto, lugar e paisagem são imediatamente dotados de significado humano. Sob essa ótica as paisagens contêm significados culturais residuais e emergentes, assim como atuais. Então, a perspectiva histórica da Geografia Cultural Tradicional é uma predileção válida, pois esta é essencial para compreender as formas e características em áreas da paisagem (COSGROVE, 2011).

O estudo da paisagem cultural serve, simultaneamente e inseparavelmente, a diversos fins diferentes. Este “possibilita um *insight* sobre o papel do homem nas transformações geográficas e esclarece certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 36). Acredita-se também que esse tipo de análise vise encontrar diferenças na paisagem que possam ser atribuídas às diferenças de conduta humana sob diferentes culturas e investiga desvios de condições “naturais” esperadas, causados pelo homem (WAGNER; MIKESELL, 2011).

Se “as ‘influências ambientais’ evocaram uma ‘adaptação’ pela comunidade humana à sua área em torno, a ênfase teria de privilegiar o estudo dessas influências como uma chave para tudo” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 36). Todavia, os geógrafos culturais enfatizam em suas análises o grupo humano e suas atividades. A Geografia Física é essencial para a Geografia Cultural, mas não como fonte principal de explicação para a condição do homem. Paralelamente, a alternativa do “determinismo cultural” não consegue fornecer explicações satisfatórias, pois, conforme observado anteriormente, “a ideia de cultura não é adequada para explicar o comportamento humano, mas somente para formular alguns fatores limitantes que o afetam” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 36).

A paisagem cultural significa um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, expressando certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. Pode ser entendida também como uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano. Uma paisagem influenciada pela ação do homem e da cultura exhibe uma configuração básica muito similar àquela que podia se desenvolver somente a partir de condições naturais: o padrão dominante de colinas e vales, rios e lagos; o clima; o litoral (WAGNER; MIKESELL, 2011).

A linha do horizonte apresenta os mesmos cumes e picos, ou o mesmo horizonte imensamente amplo que existia na eternidade. As chuvas e os ventos, o calor e o frio vêm e vão em suas próprias estações. Entretanto, já nestas principais configurações pode aparecer alguma influência humana: uma encosta escarpada, um entulho de mina, um rio represado, uma atmosfera enfumaçada. Mas a evidência da influência humana é mais surpreendentemente revelada nas características da vegetação. Grandes espaços foram abertos e cultivados na pradaria, floresta ou em área de arbustos. Grande parte da cobertura “selvagem” que resta está danificada ou

empobrecida, ou ainda se recuperando da influência humana. Refletindo a maneira de sua alteração e substituição, a cobertura vegetal tende, assim, a apresentar padrões distintos de acordo com específicas comunidades humanas.

As terras cultivadas que aparecem tão marcantemente em muitas paisagens testemunham não apenas uma mudança radical na cobertura vegetal, mas também a presença de elementos claramente artificiais: pomares, jardins, campos arados, muros e cercas, caminhos e estradas, celeiros, estábulos, habitações e núcleos de povoados inteiros, todos em disposição regular. (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 37).

De acordo com Wagner e Mikesell (2011) a Geografia Cultural caracteriza-se por um estudo que trata do mundo como ele é, então esta deve organizar a sua contribuição a partir da evidência disponível e aceitar o auxílio de qualquer raciocínio válido e útil. Assim, podem surgir questionamentos sobre as características de uma paisagem, tais como: o que é antigo e o que é recente? O que é típico e o que é excepcional? O que é acidental e o que é intencional? O que é transitório e o que é permanente? O que foi imposto pelo homem e o que foi dado pela natureza? E, suas respostas “são decifradas a partir da evidência fragmentária embutida na paisagem ou da reconstrução histórica, comparação cultural, raciocínio físico ou biológico e outros meios” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 37-38).

Os métodos mais comumente utilizados na Geografia Cultural consistem naqueles usados constantemente pela maioria dos geógrafos, quais seja o mapeamento de distribuições e densidades de determinadas características isoladas e agregadas; a delimitação e a comparação de regiões por vários critérios; o mapeamento do arranjo e a organização espacial de complexos de características relacionadas ou conectadas; o mapeamento dos fluxos; a identificação do zoneamento físico e biótico (WAGNER; MIKESELL, 2011).

Tais operações expõem os padrões ordenados, pois as coincidências regulares das características, os desvios da situação “natural” esperada e as similaridades geográficas entre diferentes lugares e regiões compõem produtos da cultura. Ao se comparar as próprias áreas culturais com as unidades espaciais, assim definidas, o conceito de cultura fornece um meio de compreender os processos em atividade na formação de paisagens culturais. A principal vantagem do raciocínio que combina métodos geográficos comuns com métodos culturais é a extrapolação de resultados. Quando um determinado tipo de paisagem cultural foi estudado e seus processos formativos se tornaram claros, pode-se esperar um

desenvolvimento similar em outro lugar onde ocorrem combinações semelhantes de circunstâncias naturais e culturais. E, em uma área ou região limitada, isto equivale quase a uma regra, sendo que para distâncias maiores as probabilidades diminuem (WAGNER; MIKESELL, 2011).

Uma correlação estabelecida entre uma determinada cultura e sua paisagem serve, assim, por um lado, para inferências sobre a cultura a partir de tipos conhecidos de paisagens e, por outro lado, para prognosticar o caráter da paisagem onde são conhecidos os determinantes culturais e naturais. Ainda mais importante, praticamente os mesmos tipos de problemas, conectados aos mesmos processos particulares de mudança da paisagem, costumam surgir onde coincidem tipos similares de cultura e circunstâncias naturais similares (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 38-39).

Segundo os mesmos autores, poucas paisagens culturais atuais são inteiramente produtos do trabalho de comunidades contemporâneas, a evolução daquelas é um processo gradual e cumulativo, tem uma história. E os estágios dessa história possuem significados para a paisagem atual, assim como para as do passado. As paisagens culturais atuais do mundo envolvem não apenas evoluções locais, mas também um grande número de influências devido a migrações, difusão, comércio e trocas. “Subjacente à maioria das áreas culturais de hoje está uma longa sucessão de diferentes culturas e desenvolvimentos culturais. Conseqüentemente, a história da cultura deve participar vigorosamente da geografia cultural” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 39-40).

Por meio das considerações de Luchiarini (2001) para a Geografia Cultural, a paisagem sempre representou a expressão material do sentido que a sociedade dá ao meio. Assim, repudiou-se a análise estrita das formas e buscou a substância da paisagem na relação entre forma e conteúdo, materialidade e representação, paisagem e imaginário coletivo. Contudo, a Geografia Humana desde sua origem deu ênfase ao enfoque reducionista da cultura por meio da análise das técnicas, dos utensílios e das transformações da paisagem. Para a autora, a Geografia Tradicional e a materialidade inquestionável da paisagem sempre estiveram expostas à objetivação analítica do tipo positivista, o que comprometeu durante muito tempo uma explicação cultural mais aprimorada.

A identidade da paisagem baseia-se numa constituição reconhecível, em limites e relações genéricas com outras paisagens. O geógrafo definia as características genéricas a partir de seu julgamento, passando a redefinir a relação do homem com o ambiente cada vez que o habitat apresentava modificações, reinterpretando-a a cada mudança de hábito (HOLZER, 1999b).

“O estudo das paisagens culturais considera não apenas os atores, mas também as ações que elaboraram e continuam a elaborar paisagens. [...] a história da cultura, senão toda a história, trata de uma *seqüência* de eventos” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 46, grifo do autor).

O estudo e descrição geográfica de paisagens afetadas pelo homem não pode evitar relatar observações em termos de processos reais, apesar dessas afirmações, poderem ser muito simples, como por exemplo:

Estes campos são arados duas vezes por ano. O governo está construindo uma represa. Todo ano são extraídas dez mil toneladas de carvão da mina. A extensão de florestas na região foi fortemente reduzida pelas operações comerciais de serrarias nos últimos setenta e cinco anos (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 46, grifo do autor).

Estas afirmações dizem o que ocorreu ou está ocorrendo com uma paisagem. Do mesmo modo, são comuns relatos geográficos indicando ou nomeando um processo ou uma determinada condição da paisagem que afeta os habitantes de uma região, tais como “A produção anual de alimentos mal sustenta a população em um nível de subsistência.’ ‘Os mosquitos que se reproduzem nos pântanos e poças estagnadas são vetores da malária, que aflige uma alta porcentagem da população.” (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 46).

A ecologia cultural iniciava seus estudos com uma comparação cuidadosa de dados observacionais. Executava-se um exame minucioso de numerosos casos para descobrir quais condições da paisagem se encontravam invariavelmente associadas a certas práticas conhecidas. Tais como, que tipos de ação humana se manifestavam em todos os exemplos disponíveis, podendo estar ligados, ou pelo menos coincidentes, com determinado desenvolvimento da paisagem. Outra forma de análise referia-se a quais técnicas concretas de uso da terra e dos recursos e desenvolvimento artificial estavam associadas a diferentes sistemas culturais e

sociais. E, ainda que condições de vida articulam-se coerentemente a um tipo particular de paisagem cultural. Por fim, quais circunstâncias naturais específicas, se existem algumas, coincidem regularmente com qualquer aspecto da atividade ou bem-estar humano em uma, em algumas ou todas as sociedades e culturas. (WAGNER; MIKESELL, 2011).

Associando-se a tais ideias que expressam a forma como se conduziam as análises de paisagens culturais, Claval (1999) esclarece que essas permitiam uma leitura em vários níveis, utilizando o método funcional quando se tratava de compreender as características naturais, tais como formas do relevo geral e vegetação nas zonas desabitadas. Este era empregado também para se entender a formação de paisagens agrárias – a organização dos campos abertos ou fechados, criação de animais, etc. Ele lembra ainda que os elementos observáveis eram muitas vezes heranças de situações passadas, e que alguns elementos de paisagens traziam a marca das técnicas características de determinados grupos – forma das construções, tipo de cobertura, entre outros.

Contribuem para a pesquisa as ideias relativas ao conteúdo geográfico da paisagem resultante das escolhas feitas e das mudanças realizadas pelos homens que participaram do processo de instauração dos municípios estudados. E, os resultados obtidos a partir dos procedimentos metodológicos empregados para levantamento de informações em campo – questionários, entrevistas e registro fotográfico – revelará que a paisagem não é simplesmente um cenário atual contemplado por um observador, mas esta se apresenta como uma generalização derivada da observação de cenários individuais.

A interpretação do conteúdo das paisagens de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara demonstrará que as qualidades físicas da área – clima, relevo, altitude, rede hidrográfica, solos etc. – foram significantes para o homem e nas formas de seu uso de área – habitat, práticas agrícolas, pecuária, núcleos urbanos etc. – em fatos de sustento físico e fatos de cultura humana. Ainda, a abordagem histórica dos municípios estudados permitirá compreender suas paisagens em termos de suas relações no tempo e no espaço, entendendo que esta se encontra em um contínuo processo de desenvolvimento.

Também se admite a existência da paisagem através de suas formas, geradas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. E, as formas que compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função

atual, respondendo as necessidades atuais da sociedade. Então, a análise histórica da gênese da paisagem estudada confirmará que a mesma não se cria de uma só vez, mas por acréscimos. As paisagens de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara correspondem a um conjunto de objetos com idades diferentes, sendo uma herança de vários momentos diferentes. Nessa ótica, essas paisagens são imediatamente dotadas de significado humano, contendo significados culturais residuais e emergentes, assim como atuais. Ressalta-se que a perspectiva histórica da Geografia Cultural Tradicional é um recurso analítico válido, pois se torna essencial para compreensão das formas e características em áreas da paisagem.

Igualmente se percebe ao longo do estudo que os municípios apresentam uma paisagem caracterizada como produto concreto e característico da interação entre uma determinada comunidade humana, expressando em seus aspectos fisionômicos e de organização certas preferências e potenciais culturais, além de um conjunto particular de circunstâncias naturais. Esta também pode ser entendida também como uma herança de um longo período de evolução natural e de algumas gerações de esforço humano.

Ainda destaca-se que a paisagem estudada, influenciada pela ação do homem exibe uma configuração básica semelhante àquela que podia se desenvolver somente a partir de condições naturais, tais como o padrão dominante de morros e vales em algumas regiões dos municípios. Algumas feições da paisagem natural se mantêm, como por exemplo, a linha do horizonte que apresenta os mesmos cumes e picos, ou o mesmo horizonte imensamente amplo, as chuvas e os ventos, o calor e o frio chegam e partem em suas próprias estações. Todavia, nestas formas pode despontar alguma influência humana como uma encosta escarpada, um rio represado, uma atmosfera enfumaçada etc.

Também se constata na pesquisa que a evidência da influência humana é mais impressionante ao se observar as características da vegetação. Já que, grandes espaços foram abertos e cultivados nos campos e florestas. Assim, grande parte da cobertura original que resta está danificada ou empobrecida, ou se recuperando da influência humana.

A observação da paisagem rural nos municípios exprime o aspecto marcante das terras cultivadas, comprovando não somente uma mudança radical na cobertura vegetal, mas também a presença de elementos visivelmente artificiais como pomares, jardins, campos arados, muros e cercas, caminhos e estradas, celeiros,

estábulo, habitações e núcleos de povoados inteiros, todos em disposição regular.

A partir da evidência fragmentária introduzida na paisagem e da reconstrução histórica identificam-se as características da paisagem em termos de elementos antigos ou recentes, transitórios ou permanentes, e ainda impostos pelo homem ou dados pela natureza.

A análise também permite compreender que as paisagens estudadas não são totalmente produtos do trabalho de comunidades contemporâneas, o progresso daquelas é um processo gradual e cumulativo, portanto histórico. Na pesquisa é perceptível que as fases históricas possuem significados para a paisagem atual, assim como para as do passado. Os elementos observáveis são muitas vezes heranças de situações passadas, e alguns elementos de paisagens têm a marca das técnicas características de determinados grupos – forma das construções, tipo de cobertura etc. Além do mais, as paisagens tratadas envolvem não apenas evoluções locais, mas também várias influências devido a migrações, difusão, comércio e trocas ao longo de suas respectivas sequências de eventos históricos.

Mais uma vez salienta-se a importância para a pesquisa e não se despreza a objetivação analítica ao se interessar pela análise das técnicas, dos utensílios e das transformações da paisagem, ou seja, descrevê-la e interpretá-la a partir de sua materialidade ou do domínio de sua visibilidade.

Contudo, também se enfatiza ao longo da explicação o posicionamento crítico de alguns autores com relação à abordagem dos fatos culturais da paisagem – visão supraorgânica – na Geografia Cultural Tradicional. Nesse rumo, narra-se sobre as transformações socioespaciais decorridas na segunda metade do século passado que inviabilizaram os conceitos empregados nas abordagens geográficas praticadas até a época. Não obstante, tais alterações não alcançavam uma escala mundial de modo uniforme e homogêneo, porém, nesse contexto as várias mudanças ocorridas nos estudos geográficos acarretaram o declínio da Geografia Cultural Tradicional de base *saueriana*.

Para tratar das transformações da abordagem sobre cultura em Geografia, explanam-se alguns apontamentos acerca do assunto mediante as ideias de Ferraz (2007). Segundo esse autor o entendimento sobre cultura nos estudos geográficos teve sua sistematização e institucionalização a partir do século XIX, nessa época a

cultura era tomada como artefatos e técnicas que possibilitavam caracterizar determinado arranjo sócio paisagístico.

No início do século passado, o modo como os geógrafos apreendiam a cultura não se diferenciava em nada daquela adotada pelos etnógrafos e etnólogos. Interessavam-se preferencialmente pelos utensílios, artefatos, campos, hábitat. Diferenciando-se, os etnólogos acrescentavam um inventário de crenças, mitos e rituais, questionando-se sobre a significação dos tabus ou sobre o papel da magia. Em seus trabalhos os aspectos materiais das culturas se sobressaíam mais que as representações. Entretanto, o equilíbrio entre os dois aspectos da análise das culturas modificou-se progressivamente. Os geógrafos ignoram esta evolução, sua prática de campo continua diferente: “nas regiões do mundo onde a humanidade se encontra pulverizada e as línguas são numerosas, sua preocupação com a comparação impede de se restringirem à análise de uma comunidade” (CLAVAL, 2001, p. 54).

Durante o primeiro quartel do século XX, a teoria da cultura enquanto entidade supraorgânica foi esboçada pelos profissionais da Antropologia. “A cultura era vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos e misteriosamente respondendo a leis próprias” (DUNCAN, 2011, p. 64). Essa perspectiva de cultura que dominou a Geografia Cultural, sendo adotada especificamente por Carl Sauer ao se associar a Kroeber e Lowie em Berkeley nos anos vinte e trinta.

Assim sendo, a visão supraorgânica da cultura a separa dos indivíduos, porém esta precisa dos indivíduos para se realizar. “Os homens atuando como causas eficientes, são descritos como ‘meros agentes’, ‘portadores’ ou ‘mensageiros’ da cultura” (DUNCAN, 2011, 72). E, a causa formal – a cultura – torna-se desse modo reificada, possuindo o poder de fazer as coisas.

[...] o processo cultural é uma das poucas grandes causas primárias que dão forma àquelas diferenças de lugar para lugar, de fenômenos sob ou perto da superfície da Terra que nós geógrafos estudamos, e... esta poderosa, quase soberana força primordial deve dividir o estelato em nossa pesquisa e pedagogia, junto com os agentes geomorfológicos, processos climáticos e biológicos e a operação das leis econômicas (ZELINSKY, 1967 apud DUNCAN, 2011, p. 73).

Duncan (2011) afirma que o supraorgânico implicava uma visão de homem como relativamente passivo e impotente. “Se o indivíduo é considerado atomístico e isolado, então as forças aglutinadoras entre os homens devem ser externas a eles” (DUNCAN, 2011, p. 77). Não se entendia que a cultura significava o trabalho da humanidade, tendo-se a impressão de que esta era autônoma só porque era anônima.

A proporção em que os geógrafos culturais consideram que a cultura seja uma força determinante, outros tipos de explicação parecem ser desnecessários. Por isso, excluem-se muitas questões importantes. Então, há pouca ou nenhuma tentativa de se encontrar evidências empíricas de processos através dos quais os padrões culturais são gerados. E, “ao abordar a cultura como um processo supraorgânico, não é necessário lidar com as complexidades das decisões humanas” (DUNCAN, 2011, p. 78). Uma vez que, “o animal humano recebeu uma cultura, enxerga a realidade através dos ‘olhos’ de sua cultura e age de acordo com a mesma” (DUNCAN, 2011, p. 78). Dessa maneira, os indivíduos que possuem escolhas, interagem, negociam e impõem restrições uns aos outros são ignorados em grande parte. E, quando as instituições são vistas como produtos da cultura, geralmente se esquece de que elas resultam da interação social e, frequentemente, representam os interesses de alguns grupos em oposição a outros (DUNCAN, 2011).

“A consequência mais séria de se atribuir um poder causal à cultura é o fato de que ela torna obscuras muitas questões importantes relativas à origem, transmissão e diferenciação de várias ‘características culturais’ dentro de uma população” (DUNCAN, 2011, p. 78). Assim, faltam muitas categorias de variáveis explanatórias que são empregadas em outros subcampos da Geografia e em outras ciências sociais (DUNCAN, 2011).

Por exemplo, há pouca ou nenhuma discussão a respeito da estratificação social, de interesses políticos de grupos específicos e dos conflitos que surgem de seus interesses opostos. Da mesma forma, há pouca discussão sobre as políticas do governo e de outras instituições, ou sobre os efeitos das organizações empresariais e das instituições financeiras sobre a paisagem. Muitos desses itens são vistos como ‘dados’, como características culturais de um povo, não analisadas sob qualquer prisma ou usadas como explicações. Diz-se que a cultura, a qual presumivelmente, inclui os fatores acima, produz tais efeitos sobre a paisagem. Dessa forma, frequentemente, não se dá a devida atenção às interações dos homens ou das instituições (DUNCAN, 2011, p. 78).

Ferraz (2007) ainda explica que diante das modificações sociais, econômicas, culturais e espaciais ocorridas ao longo do século passado registra-se a presença de um espaço em que:

inovadores elementos comunicativos e circulatórios definiam novos padrões culturais, o tradicional discurso cultural da geografia, que buscava identidades entre as populações no interior de fronteiras mais claramente delimitadas, tão facilmente identificáveis num meio espacial hegemonicamente dominado pela lógica do mundo rural, tornava-se cada vez mais distante das condições sócio-espaciais então colocadas pela realidade e velocidade do universo tecno-industrial (FERRAZ, 2007, p. 34).

Os geógrafos culturais optavam por fazer pesquisa em áreas rurais relativamente primitivas, a fim de distinguir uma maior homogeneidade. Assim, “a maior parte do trabalho de Sauer foi realizada nas regiões rurais do México, [...] para que uma suposição de homogeneidade fosse feita, ou tivesse que ser feita devido à escassez de dados” (DUNCAN, 2011, p. 82). Em vista das mudanças já proferidas, sugeriu-se que os geógrafos culturais abandonassem a suposição de homogeneidade e concentrassem sua atenção sobre a escala da instituição que consiste no nível crítico nas complexas sociedades modernas. Pois, “passou a era em que se faziam agregações cruas de dados’. [...] os geógrafos têm que se distanciar dessa ‘posição mecanicista e agregativa de menor sofisticação” (DUNCAN, 2011, p. 83).

Quando a cultura define-se como a força ativa e o indivíduo como recipiente passivo, assume-se a homogeneidade, porque os indivíduos são considerados como páginas em branco sobre as quais o padrão cultural será impresso. Com isso gera-se um ataque à suposição da existência de homogeneidade e atinge-se o cerne da teoria supraorgânica da cultura. Poderia se poupar o termo “cultura” se este não fosse tratado por si próprio como uma variável explanatória e, sim, usado para expressar contextos para ação ou conjuntos de acordos entre pessoas em vários níveis de agregação (DUNCAN, 2011).

Tais contextos podem parecer como coisas em si próprias, proporcionando assim a natureza do mundo. Desse modo, em qualquer sociedade não há um único contexto, mas uma série de contextos em uma variedade de escalas. Como por exemplo, indivíduos e grupos distintos, que dependendo de seu acesso ao poder e a outros recursos que eles tenham, são diferencialmente capazes de organizar e modificar esses diferentes contextos. Alguns podem provocar um impacto sobre o contexto imediato de sua vizinhança, enquanto os ricos e poderosos podem deixar sua marca em nível nacional (DUNCAN, 2011).

Esses contextos frequentemente se originam no passado distante, fazendo-se parecer remotos para as pessoas que agora os aceitam, muitas vezes sem contestá-los, como regras para a ação. No entanto, isso não evidencia a autonomia de processos de larga escala, somente reflete a opacidade de interações complicadas e a alienação do homem em relação às suas criações coletivas. A cultura não é “um poder, algo que se pode, de maneira causal, ser atribuído a eventos sociais, comportamentos, instituições ou processos: é um contexto, algo dentre o qual eles podem ser inteligentemente... descritos” (DUNCAN, 2011, p. 89).

Então, a cultura era uma ideia que servia para diferenciar e classificar, e ao longo do século XX transformou-se em um sistema superorgânico, posicionado em um plano superior, além dos desejos e vontades dos membros individuais de uma cultura. Esta significava uma forma de vida contendo ideias, atitudes, línguas, práticas sociais, instituições e estruturas de poder, e um leque de práticas culturais como formas artísticas, textos, arquitetura, etc. (SARMENTO, 1999).

Houve uma rejeição da característica superorgânica do conceito de cultura por parte da Nova Geografia Cultural, pois a cultura não deveria ser entendida como a causa das ações dos indivíduos, esta não pode explicar, mas deve ser explicada.

Desse modo,

o superorgânico é assim então substituído pelo materialístico, isto é, em vez de se colocar a cultura numa caixa negra com poderes autônomos, ‘cultura’ é compreendida como socialmente construída, mantida dinamicamente por diversos actores sociais, sendo flexíveis nas suas relações com outras esferas da vida e actividade humana. O conjunto de ideias, atitudes, percepções e valores social e culturalmente edificados não pode assim ser compreendido como independente das forças e relações de produção. A cultura é composta por relações sociais de domínio e de subordinação, envolvendo negociação e resistência, onde os significados não são somente impostos, mas também contestados (SARMENTO, 1999, p. 165).

De acordo com Cosgrove (2011) *pays* e paisagem cultural de Vidal e Sauer eram conceitos estáticos e morfológicos. Estes também forneceram a Geografia Cultural, *genre de vie* e ação humana, conceitos dinâmicos ou associados a processo. “Ambos os conjuntos de conceitos dependem inicialmente de compreender a relação entre natureza e cultura dialeticamente, não dando a nenhuma uma predominância absoluta no âmbito de uma forma linear, determinista [...]” (COSGROVE, 2011, p. 108).

Não obstante, os autores parecerem ter sustentado tal preceito na prática, estes ignoraram as dimensões na classe de cultura em sociedades não primitivas, tendendo a considerar a cultura como uma espécie de pura inventividade humana. Então, posteriormente a abordagem dialética foi abandonada (COSGROVE, 2011).

Claval (2011) revela algumas dificuldades para a abordagem cultural na Geografia Humana, afirmando que a primeira complicação deriva do lugar da cultura no domínio da Geografia Humana e para a maior parte dos geógrafos culturais, a Geografia Cultural aparece como um subcampo dessa. Para estes, a sua natureza assemelha-se a Geografia Econômica ou a Geografia Política. Ainda, conforme o autor, para uma minoria dos geógrafos “todos os fatos geográficos são de natureza cultural. Esses geógrafos preferem falar de abordagem cultural na geografia e não de geografia cultural” (CLAVAL, 2011, p. 147).

Para o mesmo autor, uma consequência dessa perspectiva é que no final do século XIX, o interesse pela cultura se desenvolvia ao mesmo tempo em que o interesse pela Geografia Humana, mas, nessa época, a epistemologia da Geografia era de inspiração naturalista ou positivista, então o resultado foi que os geógrafos não poderiam dar a cultura o seu devido papel (CLAVAL, 2011).

Durante as primeiras décadas do nosso século, os geógrafos interessados nos fatos culturais voltavam-se preferencialmente à diversidade das pequenas células de sociedades de etnólogos e dos campos do mundo tradicional. Entretanto, o avanço do progresso técnico, da facilidade das comunicações e a industrialização das fabricações de utensílios ameaçavam apagar esses traços (CLAVAL, 2001).

[...] A uniformização das técnicas e da vida material nunca foi tão marcante como hoje: entra-se na era da viagem imóvel, que conduz turistas de um quarto de hotel Hilton a um outro quarto Hilton; todos são construídos com o mesmo projeto, com os mesmos equipamentos; são mantidos, graças à climatização, à mesma temperatura qualquer que seja o tempo exterior. Os jovens usam em todas as partes os mesmos jeans – mas um número crescente milita nos movimentos fundamentalistas. Os nacionalismos que se acreditava decepados por duas gerações de marxismo-leninismo são mais virulentos do que nunca nos países do Leste. No Ocidente, as religiões instituídas atravessam uma crise, mas uma inquietação religiosa é perceptível entre muitos e traduz-se por uma multiplicação das seitas e pela vontade de experimentar novas formas de culto e de conformar-se aos novos rituais. Há aproximadamente uma década, afirma-se o hábito de dizer que vivemos num mundo pós-moderno. A expressão é primeiramente aplicada à decoração dos edifícios e marca a vontade da geração ascendente dos construtores de romper com a ditadura e os modelos do movimento da arquitetura moderna. Mas a idéia de pós-modernismo aplica-se, igualmente, ao gosto declarado pelos objetos ultrapassados (fala-se também de *kitsch*) como decoração da vida de todos os dias e à liberdade com que se empregam então todos os estilos. O mundo no qual vivemos é aquele dos consumos culturais de massa. (CLAVAL, 2001, p. 49-50).

A geografia das técnicas constituía no começo do século passado o assunto mais profícuo dos estudos culturais. Baseando-se em práticas muito mais do que em saberes padronizados, pois o universo instrumental variava pouco. O progresso científico e a facilidade das comunicações aniquilaram a diversidade de antigamente. A análise das técnicas tradicionais segue, entretanto, fascinando um grande número de geógrafos – mesmo porque os contrastes na maneira de se vestir, de se equipar, de habitar, estão revalorizados em uma época onde a Geografia tende à uniformidade (CLAVAL, 2006).

A inquietude, provocada pela uniformização do mundo, já estava presente nos geógrafos do início do século. Assim, até a Segunda Guerra Mundial, os campos mantiveram uma forte especificidade, visto que se continuava a utilizar em alguns lugares os arados comuns e, em outros, os arados simples, e para atrelá-los, conforme o lugar usavam-se asnos, cavalos, mulas, bois, búfalos ou camelos. Era notável que o material de cultura uniformizava-se, pois os camponeses buscavam cada vez mais os arados industrializados e comprovavam a eficácia das novas segadoras ou ceifeiras mecânicas. Todavia, o número de modelos, mantinha-se elevado e as fabricações eram usualmente adaptadas à natureza dos solos e ao tamanho das explorações da região em que eram vendidos. A uniformização do

mundo só progrediu realmente nas grandes cidades e nas regiões industrializadas (CLAVAL, 2001).

A incursão do trator acelerou tais transformações, porque o motor a explosão e a eletricidade asseguraram em toda a parte o acesso a formas concentradas de energia, causando uma racionalização brutal do trabalho. Dessa maneira, as atrelagens desaparecem, a criação de animais para o trato cessa em regiões inteiras e os parques de máquinas abrigados em hangares ou dispersos ao livre assemelham-se cada vez mais (CLAVAL, 2001).

O interesse dos geógrafos pelos fatos de cultura centrava-se no conjunto de utensílios e equipamentos elaborados pelos homens para explorar o ambiente e organizar seu hábitat. O advento da mecanização e da modernização introduz um arsenal de máquinas e de tipos de construções tão padronizados que este objeto de estudo é esvaziado de interesse (CLAVAL, 2001). “A geografia cultural entra em declínio, porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas” (CLAVAL, 2001, p. 48).

Pela explicação anterior, percebe-se que a modernização, e sua conseqüente uniformização dos utensílios e artefatos, atingiu em todos os lugares, a Geografia Cultural. Alguns lugares sentiram mais que outros essas conseqüências, como por exemplo, na França, que dava aos trabalhos realizados segundo o modelo *vidaliano* sua pertinência e profundidade, a análise dos gêneros de vida se tornou inadequada ao mundo urbano e industrializado (CLAVAL, 2001).

Tanto que,

Até os anos 1960, o desenvolvimento da geografia cultural esteve arrefecido pela sua recusa de se afastar da paisagem ou dos artefatos e por se interessar pelo que se passa no espírito das pessoas. Este bloqueio diminuiu hoje em dia. Por se interessar primeiramente pelos homens, os estudos podem hoje ir muito mais longe do que no passado (CLAVAL, 2006, p. 92).

Desde os primeiros anos do pós-guerra alguns autores como Max Sorre e Pierre George apontam essas limitações, porém sem tentar superá-las, eles desenvolveram gradativamente a ideia de que os métodos de descrição apurados pela Geografia francesa, que convém tão bem a apreensão das realidades culturais não eram feitos para a sociedade modernizada que se generalizava. Contudo, eles mereciam ser empregados nos países onde as células do mundo rural não foram

atingidas pelo progresso. Tem-se aí a origem da oposição que se afirma entre Geografia Tropical e Geografia dos países desenvolvidos (CLAVAL, 2001).

As sociedades idealizadas a partir do gênero de vida desapareciam em todos os lugares do mundo, esse fato parecia então, condenar as pesquisas de Geografia Cultural. Todavia, o desaparecimento desse ramo da Geografia que parecia assim programada para o início dos anos setenta não aconteceu (CLAVAL, 2001).

Todavia, nesse sentido deve-se considerar também que a uniformização das técnicas não cessa de se afirmar, porém a resposta de populações que presenciam a dissolução de algumas das marcas mais antigas de suas identidades se expressa mais forte do que se esperava (CLAVAL, 1999). “As pessoas têm o sentimento de que seu ser profundo está ameaçado pela padronização dos tipos de vida e dos produtos. Elas começam a procurar novas fontes de identidade” (CLAVAL, 1999, p. 62). A diversidade das culturas apresenta-se cada vez menos fundamentada sobre seu conteúdo material, pois esta se associa à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades (CLAVAL, 1999).

Segundo Claval (2001, p. 50) esse contexto obrigou os geógrafos a não negligenciarem as dimensões culturais dos fatos que observavam, orientando-os assim, sua curiosidade numa nova direção “as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; são as representações, negligenciadas até então, que merecem ser estudadas”. De acordo com os escritos de Brookfield (1963 apud DUNCAN, 2011, p. 63) os geógrafos culturais “raramente procuravam explicações em assuntos como comportamento humano, atitudes e crenças, organização social e características e interrelações de grupos humanos”.

Ainda, para completar essas constatações, mediante a fala de Wagner e Mikesel (1962 apud COSGROVE, 2011, p. 109) diz-se que “[...] o geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura ou com a descrição dos padrões do comportamento humano que ‘afetam’ a terra, apesar de, [...], eles terem, desde então, retrocedido desta posição”.

Afirma-se que “em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-as em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura” (LUCHIARI, 2001, p. 11). A tradução mais completa da cultura foi registrada ao longo da história em função do conceito de paisagem. A paisagem além de ser um modelo abstrato de compreensão do meio, também significa

materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Completa ainda admitindo que esta além de ser estruturante da sociedade, é portadora de sentido, visto que o domínio ideológico que compõem o espaço também está representado na organização social das paisagens (LUCHIARI, 2001).

“Mas a geografia quer também entender as atitudes dos indivíduos diante da natureza, o sentido que eles dão às suas vidas e os horizontes futuros que eles constroem e que os guiam nas suas existências” (CLAVAL, 2011, p. 163). E, com a meta de se compreender esses aspectos geográficos, parte-se da ideia de que todas as realidades geográficas são apreendidas por meio de palavras e imagens. “As relações entre os seres humanos e a natureza, ou as relações que os seres humanos tecem entre eles nunca são diretas. Elas sempre se apóiam em uma mediação cultural” (CLAVAL, 2011, p. 163).

“A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis” (CLAVAL, 2011, p. 163, grifo do autor). De tal modo, a cultura é herança e experiência, esta é também projeção em direção ao futuro. Segundo o autor “cada um constrói, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros” (CLAVAL, 2011, p. 163). Em função desses horizontes, a cultura se mostra mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como uma repetição do passado. Claval (2011) afirma ser sobre essa base que uma reconstrução pós-moderna da Geografia parece possível, sendo de seu interesse abrir à pesquisa domínios até hoje desprezados.

Uma possível definição dessa “nova” geografia cultural seria: contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa “nova” geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída” (COSGROVE; JACKSON, 2011, p. 136).

Para Claval (2006) a Geografia Cultural moderna, ao fazer do homem o centro de sua análise obrigou-se a desenvolver novas abordagens. Esta se construiu em torno de três eixos necessários e complementares – primeiramente esta é parte das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, que é compreendida como uma criação coletiva; e terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades.

Essa renovação ocorreu mais no âmbito da escala. A mudança de escala permitiu estudar sutilezas da cultura impressa no espaço e renunciar a configuração de grandes teorias gerais ou de sínteses ambiciosas. [...] com a nova geografia cultural, houve uma aproximação dos estudos culturais de Raymond Williams, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss, rompendo, assim, com as fontes utilizadas pela geração de Sauer. Enquanto a primeira tem sua base epistemológica no estruturalismo e faz uso de métodos analíticos que lhe dão uma natureza homogênea, a segunda demonstra uma diversidade em que se distinguem três abordagens mais evidentes: semiótica, espiritualista e eclética (ALMEIDA, 2009, p. 248-249).

Em sua abordagem semiótica, a Geografia Cultural privilegia a relação entre signo e significado, ou seja, “a compreensão e a imaginação que cercam esses dois elementos” (ALMEIDA, 2009, p. 250). Admitindo-se que o símbolo é um tipo de signo e o signo é objeto da semiótica, esta constitui a base teórica referencial para esse ramo da Geografia explorar as conotações simbólicas dos lugares, dos espaços e dos valores que eles possuem (ALMEIDA, 2009).

Diz a autora:

Na perspectiva da semiótica, assume-se que a cultura é um objeto autônomo na indagação sobre a realidade. A cultura é a criação de símbolos atribuídos a lugares e a espaços. Ela é vista como um universo de símbolos e os símbolos atribuídos aos lugares e aos espaços devem constituir-se ou pelo menos devem ser concebidos como objeto de indagação geográfica (ALMEIDA, 2009, p. 250).

Por exemplo, em um estudo do meio rural, os geógrafos culturalistas baseados na semiótica, identificariam os símbolos que a história da comunidade local atribuiu aos lugares, levando em conta seu usufruto e os valores que são associados aos símbolos. No caso de geógrafos estruturalistas, a explicação se

daria preferencialmente com a análise do gênero de vida e a percepção e uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2009).

Na abordagem eclética, a Geografia Cultural abrange uma ampla gama de elementos e ideias geográficas, que segundo Almeida (2009) compõem um rico mosaico de temas com pouca coerência metodológica. Seus estudos tornam-se mais interdisciplinares, e novos aspectos são vinculados a paisagem: cultura e pobreza, cultura e gênero, cultura e política, cultura e racismo.

Almeida (2009) ainda indica Paul Claval como o protagonista principal dessa abordagem, e que o mesmo “defende a cultura como um produto da história e uma realidade superior. [...] É no exame da paisagem que o movimento eclético demonstra sua mais eloqüente expressão” (ALMEIDA, 2009, p. 251).

Também assume que na paisagem “se encontram ideias próprias, seja sobre a abordagem estruturalista (a paisagem como complexo de formas materiais), seja sobre a abordagem semiótica (a paisagem como conjunto de símbolos que ligam os lugares), seja ainda sobre a abordagem espiritual (valores estéticos)” (ALMEIDA, 2009, p. 251).

Os geógrafos britânicos da abordagem eclética definem a Geografia Cultural como

um estilo de pensamento que reúne uma ampla variedade de questionamentos e de maneiras de respondê-los [...] o cultural modificou o geográfico, tornando possível estudar cada vez mais ‘coisas’, porém também, submetendo cada vez mais coisas a um exame atento. Pode se afirmar que se trata da democratização do entendimento, da possibilidade de mirar o mundo pelas diferenças que coexistem nele e de aprender dele (CHRISTLIEB, 2006 apud ALMEIDA, 2009, p. 252).

Destaca-se que a presente pesquisa interessa-se pela compreensão do arranjo sócio paisagístico dos municípios abordados, sobressaindo os aspectos materiais desse, contudo, perfazendo o equilíbrio entre os dois aspectos da análise também dará relevo às representações da paisagem. Dessa maneira, o estudo também se interessa pelos homens, pelo que se passa no espírito das pessoas, partindo-se do pressuposto de essas realidades geográficas possam ser apreendidas por meio de palavras e imagens.

Sendo assim, entende-se a cultura como expressão do trabalho humano, ou seja, esta precisa dos indivíduos para se realizar e é compreendida como

socialmente construída, mantida dinamicamente por diversos atores sociais. Nesse rumo pretende-se não excluir alguns tipos de explicação considerados necessários para interpretação da paisagem, como representações, valores, significados, ideias, atitudes, percepções, questões importantes que integram a complexidade das decisões humanas. E, se incide sobre tais questões ao se explicar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários e entrevistas que exploram sobre a percepção da paisagem como potencialidade turística. Com isso a pesquisa não ignora os indivíduos que possuem escolhas, interagem, negociam e impõem restrições uns aos outros.

Nesse sentido, procura-se dar visão as instituições como produtos da cultura e resultantes da interação social, representando, geralmente os interesses de alguns grupos em oposição a outros. De tal modo, havendo elementos empíricos discute-se sobre as políticas do governo e de outras instituições, ou sobre os efeitos das organizações empresariais e das instituições financeiras sobre a paisagem. Esses itens não serão vistos como características culturais dos locais estudados, mas serão usados como explicação para se compreender como a cultura que inclui tais fatores produz efeitos sobre a paisagem.

Se aceita a ideia de que a uniformização das técnicas e da vida material nunca foi tão marcante como hoje, e que o mundo contemporâneo é aquele dos consumos culturais de massa, entretanto a interpretação dada para paisagem rural dos municípios pesquisados, sobretudo em seu item acerca do lazer, expressa mais apropriadamente a ideia de que a diversidade das culturas se associa à diversidade dos sistemas de representação e de valores que possibilitam às pessoas se afirmarem, se reconhecerem e constituírem coletividades, igualmente as pessoas pressentem que seu ser profundo está ameaçado pela padronização dos tipos de vida e dos produtos, estas começam a procurar novas fontes de identidade.

Na pesquisa é possível se apreender a cultura como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. Então, a expressividade da cultura observada nos municípios é herança e experiência, esta é também projeção em direção ao futuro, pois nas respostas conseguidas a respeito da percepção da paisagem como potencialidade turística nota-se que cada um constrói horizontes futuros, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência.

Conclui-se esse trecho de encaminhamento justificando que pelas escolhas metodológicas auferidas a pesquisa convencionou-se como uma abordagem eclética, por que abrange uma ampla gama de elementos e ideias geográficas, trata a cultura como um produto da história e examina a paisagem.

Com relação às possibilidades de estudos da Nova Geografia Cultural na década de setenta, analisa-se o enfoque humanista sobre paisagem a partir dos próximos trechos.

Em conformidade com os esclarecimentos de Cosgrove e Jackson (2011) nesse período de renovação da Geografia Cultural surgiram diversas novas perspectivas. Em 1978, previa-se “a cooperação vantajosa entre a geografia cultural humanista e a geografia social marxista, ‘através de uma investigação sobre o mundo do homem e as geografias da mente’” (COSGROVE; JACKSON, 2011, p. 135).

Além disso, Corrêa (1999) reconhece que ao ressurgir a Geografia Cultural é marcada, em maior ou menor intensidade, por várias influências.

De um lado, pela geografia cultural que a antecedia; de outro pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura simultaneamente como um reflexo e uma condição social. Finalmente, pelos aportes das filosofias do significado através da geografia humanista [...] que valoriza a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete. A inclusão, no temário da geografia cultural pós-positivista, das diversas dimensões não-materiais da cultura é um elemento de diferenciação e, simultaneamente, de enriquecimento da geografia cultural pós-1970 (CORRÊA, 1999, p. 51-52).

Como exemplo das novas abordagens da Geografia Cultural, na Geografia Humanista, o conceito de paisagem foi resgatado, ao considerar os aspectos subjetivos da paisagem, através da análise de seu significado. Esses estudos de percepção da paisagem são fundamentais para investigar os valores e os sentimentos em relação as paisagens (RISSO, 2008).

Para Frémont, a Geografia tinha de tratar das formas, das cores, dos cheiros, dos sons, dos ruídos. Ele acreditava que a tarefa de uma descrição geográfica incluía a experiência do espaço vivido pelas pessoas da área estudada. O exemplo desse estudioso foi seguido por muitos geógrafos franceses. Assim sendo, um grupo de geógrafos abordando o mundo tropical, começou a analisar as maneiras de

organizar e representar o espaço nas sociedades ainda tradicionais que eles estudavam. Descobriram então que, para uma parte dessas sociedades, as pessoas não poderiam definir suas identidades sem referência do espaço em que moravam (CLAVAL, 2011).

A maioria dos estudos feitos no domínio da Geografia dos sentidos trata do olhar. O tema da paisagem possuía uma posição importante na Geografia francesa desde o começo do século XX, baseada na perspectiva geralmente funcionalista (a paisagem era explicada pela organização da produção agrícola) ou arqueológica (a paisagem era interpretada através de suas funções no passado). E, no final dos anos setenta, surgem novas perspectivas no âmbito dos estudos sobre a paisagem. A paisagem deixou de ser idealizada como um dado objetivo. O enfoque passa a ser, a partir de então, colocado na dialética entre a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva do olhar e sobre a relação entre a paisagem como marca da cultura e a paisagem como matriz da cultura (CLAVAL, 2011).

Um terceiro domínio começou a ser explorado nos anos oitenta e no começo dos anos noventa pelos geógrafos franceses, este consistia na ideia central de que valia a pena estudar os instrumentos usados pelos seres humanos para aprender as realidades do meio ambiente ou do meio social. Na primeira fase, o interesse voltou-se para as representações mentais, a respeito do meio ambiental, como por exemplo, a imagem dos Alpes, da neve, nas populações locais ou nos turistas (CLAVAL, 2011).

Por intermédio de Vincent Berdoulay, o interesse mudou um pouco, este se manifestou pelo discurso dos geógrafos e os discursos das pessoas ao abordarem problemas geográficos. Porém, faltava a esses trabalhos uma visão global do papel da cultura na Geografia Humana. A situação se modificou nos anos noventa, visto que os geógrafos, considerando a cultura, não almejavam somente desenvolver um novo domínio chamado “Geografia Cultural”, estes visavam reconstruir toda a Geografia Humana a partir de uma perspectiva nova (CLAVAL, 2011).

No final do século XIX, a Geografia Humana fora concebida fundamentada no modelo das ciências naturais. Mas, chama-se atenção para o seguinte que a natureza dos fatos analisados pela Geografia Humana não era semelhante à natureza dos fatos humanos, que sempre têm uma dimensão cultural, destarte a Geografia Humana sempre trata de fatos culturais, e esta deve ser reorganizada conforme essa perspectiva (CLAVAL, 2011).

Baseando-se em Melo (2001) a partir da década de setenta, os estudos de Geografia Humanista, desenvolvidos por geógrafos americanos fundamentavam-se na crítica ao positivismo lógico, interposto pela “revolução teórica-quantitativa”, especialmente no uso de leis cientificamente verificáveis para o comportamento humano, porque, na perspectiva humanista “as ações humanas só podem ser entendidas por meio de teorias que considerem seus significados, valores, propósitos, objetivos e aspectos subjetivos” (MELO, 2001, p. 32).

Melo (2001) explica que os geógrafos culturais e históricos dessa corrente de pensamento propuseram um redirecionamento nas abordagens dos conceitos-chave da Geografia. Assim, paisagem, região, território, lugar e espaço devem ser considerados quanto a seus caracteres simbólico e subjetivo, que até então estavam fora do interesse geográfico.

No tocante a análise da paisagem, os geógrafos humanistas buscavam referências nas humanidades, amparando-se nas filosofias do significado, sobretudo, na fenomenologia e o existencialismo. “Todo ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário, influencia sua conduta. A realidade é interpretada e os fenômenos são observados como parte de um fenômeno maior [...]” (MELO, 2001, p. 33).

De acordo com Cosgrove apud Sarmiento (1999, p. 166) “o interesse geográfico num renovado (novo) conceito de paisagem tem crescido significativamente nos últimos anos, sobretudo devido à renascença humanística na geografia”.

Para Melo (2001) na nova Geografia Cultural inscreve-se uma diversidade de opções com que a paisagem passa a ser analisada. Na tessitura dessa variedade cada pesquisador difere em sua perspectiva de abordagem da natureza da teoria e interpretação da paisagem e “o objetivo comum na obra desses geógrafos pesquisadores é a ‘elucidação do processo cultural por meio do estudo das paisagens’” (MELO, 2001, p. 37).

As paisagens são criadas a partir de conjuntos complexos de relações de poder, que necessitam ser examinadas e interpretadas no cerne de seus contextos sociais, históricos, culturais e políticos. Elas são criadas através de experiências e relações com o mundo (SARMENTO, 1999).

Estas relações podem ser íntimas, baseadas em contactos estreitos ou remotas e relativamente desinteressadas. Podem também ser conscientes, claramente pensadas e como meio de obter determinados fins. Paisagens são assim uma manifestação de uma dada cultura, símbolos representações emblemáticas de poder, capital e *status* [...]. Para se compreender o significado de uma paisagem, o seu papel numa sociedade, como funciona, é necessário contextualizá-la, dentro dos respectivos sistemas sociais, históricos, políticos e culturais. Esta é uma das grandes diferenças entre o conceito de paisagem na geografia cultural tradicional e na nova geografia cultural (SARMENTO, 1999, p. 166).

Ao se considerar o significado da paisagem necessita-se avaliar três aspectos. “O primeiro é a maneira como as pessoas consideram a natureza da paisagem, ou seja, qual o vínculo das pessoas com a paisagem e como suas leituras contribuem para a política de interpretação” (MELO, 2001, p. 43). A importância e a natureza da paisagem podem se diferenciar ao longo do tempo e também dentro dos grupos sociais ou entre eles. A averiguação desta questão utiliza o método hermenêutico, que envolve a interpretação do pesquisador e daqueles que produzem, reproduzem e transformam a paisagem (MELO, 2001).

“O segundo aspecto são os valores diferenciados que têm a paisagem para os intérpretes externos a ela e os intérpretes locais, analisados por meio dos discursos” (MELO, 2001, p. 43). O intérprete externo, por estar distante da paisagem, tendo uma visão crítica sobre ela, diferindo da perspectiva daqueles que a vivenciam. Assim, a justaposição dos escritos dos intérpretes externos e internos da paisagem pode ajudar no esclarecimento das ideologias dominantes, políticas e práticas sociais (MELO, 2001).

Por fim, “o terceiro aspecto a considerar é com relação a um sistema de significação implícita à paisagem” (MELO, 2001, p. 44). Daí a importância do pesquisador, enquanto intérprete externo, para analisar o relacionamento entre diferentes elementos no sistema cultural, e focalizar a atenção na maneira como a paisagem reproduz códigos de significação presentes em outras áreas do sistema cultural (MELO, 2001).

Buscando uma associação da fala anterior com o conceito de cultura, mediante as explicações de Claval (2001), afirma-se ser este em grande parte, constituído de palavras que traduzem o real recortando-o, estruturando-o e organizando-o. Esses signos falam dos lugares, da vida, dos seres ou das técnicas,

apresentando um valor descritivo. E, como adquirem conotações no decorrer da existência, ganham carga emotiva.

Para Holzer (1999b) era necessário mudar o olhar, visto que o conceito de paisagem em seu sentido de formatar a Terra, de produzi-la, permanecia sendo fundamental para o estudo geográfico. Então, era mister “que seja utilizado a partir da consideração das mudanças ontológicas pelas quais passamos, e que vem se refletindo na revisão dos fundamentos da geografia e de outras disciplinas” (HOLZER, 1999b, p. 165).

O conceito de paisagem não pode perder seu significado fundamental, ou seja, “de uma formatação intersubjetiva de determinada porção da Terra delimitada por cultura relativamente homogênea, sendo que tal delimitação reflete o trabalho coletivo do homem sobre a Terra” (HOLZER, 1999b, p. 165). Pois, esta representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se determinam sobre o espaço geográfico e que constituem a base do ser social das pessoas (HOLZER, 1999b).

David Lowenthal é um dos precursores da Geografia Humanista, este estudioso teve importantes contribuições para a Geografia Cultural e a Geografia Histórica. Este concordava que “a mais fascinante *terrae incognitae* é aquela que se encontra no interior da alma e do coração dos homens” (WRIGHT, 1947 apud MELO, 2001, p. 33). A terra incógnita consistia na mente dos homens, que deveria ser conhecida e explorada para se entender a conduta geográfica desse autor. Desse modo, o papel da geografia “era considerar os aspectos subjetivos da relação homem-meio [...] não recusava o método científico, pois, em seu entender, uma visão puramente perceptiva do mundo seria defeituosa e falsa [...]” (MELO, 2001, p. 34).

“O homem seria a medida de todas as coisas, uma vez que toda explicação só seria satisfatória se fundada nas explicações e valores humanos” (MELO, 2001, p. 34). Conforme tal consideração, o caráter da cultura seria individual, baseando-se na percepção ou subjetividade, tornando-a concebida além dos aspectos materiais. Assim, a superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias. Reconhecida como subcampo da Geografia, a Geografia Humanista, começa a receber as críticas pelas suas formulações, desenvolvidas principalmente pelos geógrafos inseridos na Nova Geografia Cultural. Sendo assim, os geógrafos humanistas também deram sua

contribuição à criação dessa nova corrente de pensamento, pois influenciaram um movimento de renovação dentro da Geografia Cultural que acabou incorporando a simbologia da paisagem como um dos focos de análise (MELO, 2001).

Segundo Claval (2001) a Geografia Humana se originou como um ramo das ciências naturais, isso explica o fato dos geógrafos por muito tempo, tenham resistido a considerar certas dimensões da realidade humana, sendo mais sensíveis à diversidade das paisagens que a originalidade dos homens e das iniciativas que tomam. Uma reação projeta-se no início da década de cinquenta, Eric Dardel publica "*L'Homme et la terre, nature de la réalité géographique* (O homem e a terra, natureza da realidade geográfica) (1952). Suas preocupações de historiador, o convívio com o seu sogro, o pastor Leenhardt, que era o grande especialista de etnografia da Nova Caledônia, o reencontro que faz na sua casa com Mircea Eliade, o grande historiador das religiões, e a influência de seu cunhado, o filósofo Henri Corbin que foi o introdutor de Heidegger na França, colocam-no numa situação muito diferente daquela de seus colegas. Sua fé protestante e a influência de Heidegger transparecem na sua obra. Os homens não param de se questionar sobre as razões de sua presença na Terra; eles sentem a necessidade de dar um sentido à sua existência e ao mundo no qual vivem. É disso que os geógrafos devem partir na sua análise" (CLAVAL, 2001, p. 52-53). Logo, sua obra "*L'Homme et la Terre*" publicada em 1952 significou uma contribuição essencial para a abordagem cultural, esta foi segundo Claval (2011) maravilhosamente bem redigida e as ideias apresentadas são muito originais.

O texto *L'Homme et la Terre* foi escrito numa linguagem magnífica, clara, musical. Dardel enfocou uma ideia central: a geografia tinha de explorar o sentido da presença humana na superfície da Terra. Pela primeira vez, o sentimento religioso, os mitos, a dimensão imanente ou transcendente de alhures, de onde a vida é julgada, tornaram-se aspectos centrais da análise geográfica. Os geógrafos franceses dos anos cinquenta ignoraram completamente o livro de Eric Dardel. Ele foi redescoberto no começo dos anos setenta pelo geógrafo canadense Edward Relph, e influenciou muito na nova corrente da geografia humanista, nos países de língua inglesa (CLAVAL, 2011, p. 156-157).

Na abordagem desse geógrafo francês a percepção consiste no meio e o fim do conhecimento, desse modo o mundo não é exterior, e muito menos abstrato a vida do sujeito. O mundo é assim, sempre uma experimentação ou uma vivência.

Sua compreensão de paisagem resulta da geograficidade perene nos vários modos pelos quais esta é sentida e conhecida em todas as suas formas. Segundo esse autor em suas origens a Geografia é um prolongamento da experiência e a paisagem é uma dimensão da condição humana de habitar. A função da paisagem consiste em manter uma relação viva entre o homem e a natureza que o envolve imediatamente, por isso esta desempenha um papel de mediação, possibilitando que a natureza mantenha-se como mundo para o homem (DANTAS; MORAIS, 2008).

A paisagem remete-se a síntese inicial de tal condição, visto que esta permite entrar no espaço geográfico, encontrando seus limites, revelando o mundo e as pessoas. Na concepção desenvolvida por Eric Dardel, a paisagem é instituída como uma dimensão da sensação, da percepção, funcionando como uma orientação no e sobre o mundo. Dessa forma, o pesquisador situou a Geografia no meio caminho, ou seja, entre o saber disciplinar e o eminentemente humano (DANTAS; MORAIS, 2008).

Logo, para Dardel a paisagem expressa um encontro único entre a Terra e o projeto humano. Dessa maneira, não existe “paisagem de sobrevoo”, pois a observação da paisagem designa um movimento íntimo e profundo na relação de experimentação que vincula o homem a Terra. Tal vínculo desvenda a geograficidade originária do ser humano para com o espaço, assim como a noção de historicidade representa a relação do homem com o tempo (DANTAS; MORAIS, 2008).

Também se entende que a paisagem é a natureza criada e recriada, à medida que o homem modifica as formas originais da natureza, percebendo, experimentando e vivenciando os processos sócio afetivos que estruturam e constituem esta relação com a natureza. Proporcionalmente, ocorre a criação e recriação do homem na natureza, porque quando esta adquire contornos moldados pela ação humana, ressignifica suas formas originais, incorporando ritmos e feições resultantes do encontro do homem com a natureza. A perspectiva fenomenológica permite ao homem lembrar este encontro (DANTAS; MORAIS, 2008).

Assim, a nova Geografia Cultural resgatou e ampliou as bases epistemológicas desenvolvidas pela Geografia Cultural de Sauer e dos geógrafos europeus, assim como os temas tradicionais, dentre esses a paisagem cultural,

introduzindo uma temática variada baseando-se em uma matriz não positivista (MELO, 2001).

Para esse autor, denota-se a paisagem pela morfologia e conota-se pelo conteúdo e processo de captura e representação. “A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente” (GOMES, 2001, p. 56).

Nessa perspectiva a paisagem só tem existência a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, como em um jogo de mosaicos. Esses mosaicos são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço apreendidos conforme determinado ponto de vista. “É sabido que o espaço comporta coexistências que nem sempre são capturadas ou valorizadas no recorte da paisagem efetuado, dependente desses filtros bem como nos interesses que regem as representações” (GOMES, 2001, p. 56-57).

Assim, a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos) desse mosaico construído. A paisagem evoca significados a partir dos signos e valores atribuídos. Esses signos assumem amplo espectro de propriedades e escalas numa grande semântica própria.

A gestação de uma paisagem coletiva se encontra dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural e evocativa do agente impulsionador que cria e reproduz sua representação em larga escala, bem como, entre outros fatores, da reelaboração da imagem como memória (GOMES, 2001, p. 57).

O desígnio de rerepresentar algo ausente ou no todo inapreensível revela o caráter subjetivo desse processo, conforme nos assinala Gomes (2001). “A apreensão e a rerepresentação de imagens são derivadas de filtros fisiológicos, sócio-culturais e ideológicos reforçados pelas vertentes dos conhecimentos científicos, técnicos etc., e pela dimensão histórico-contextual, vivenciada ou experimentada [...]” (GOMES, 2001, p. 59).

Para o autor, o estudo da paisagem e suas representações por intermédio de diversas linguagens, relatos, poesias, iconografia etc., versa sobre uma fonte de registros dos ‘olhares’ sobre práticas e culturas que corrompem a racionalidade

científica devido ao valor intrínseco da subjetividade que comportam. “A fenomenologia e o existencialismo oferecem sua fundamental colaboração. Neste sentido, ao longo da história da Geografia, muitos métodos e abordagens vêm sendo construídos e ‘experenciados’” (GOMES, 2001, p. 60).

Perante a pluralidade semântica que envolve a expressão paisagem ao longo da história, é válido destacar que, “em qualquer circunstância etimológica primeva – latina, indo-germânica, anglo-saxônica, francófona, entre outras -, ela esteve sempre associada à ideia de recorte espacial (terra, província, país, região, território)” (GOMES, 2001, p. 60). Também, sua representação tem raízes subjetivas pelos recursos dos sinais simbólicos que assume, adquirindo o lugar da forma da matéria na decodificação. “Conseqüentemente, o padrão do valor estético que se toma por valor positivo ou negativo penhora a qualidade do fenômeno capturado da natureza em seu conjunto” (GOMES, 2001, p. 60).

Ao longo da história, a paisagem foi assumindo vários significados, sendo usada com as mais variadas conotações. Rapidamente pode ser reconhecida uma série ampla desses entendimentos:

1. Representação na arte por meio de um quadro de uma parcela da Terra.
2. Impressão dos sentidos sobre o meio ambiente da Terra.
3. Formas externas de surgimento de fenômenos de uma parcela da superfície da Terra.
4. Condição, propriedade natural de uma região.
5. Marcas culturais de uma região.
6. Características genéricas de uma parcela da Terra.
7. Espaço delimitado.
8. Corporação político-legal ou organização.
9. Área ou expansão de uma determinada categoria de objeto que constitui seqüências topológicas (GOMES, 2001, p. 60-62).

A paisagem, o conceito mais antigo da Geografia Cultural, parece renovada para o milênio. Henderson apud Cosgrove (1999, p. 34) diz “a paisagem está morta, longa vida à paisagem”. Para Cosgrove esta máxima propõe o deslocamento para uma maior flexibilidade e contextualidade da paisagem, ao invés da paisagem como objeto, sem perda do contato com a materialidade, que reforça a exigência da paisagem pertencer ao projeto de localização, representação e intervenção nas relações sociais, nas quais os seres humanos podem conhecer e ser o que desejarem.

Segundo Cosgrove (1999, p. 35, grifo do autor) “a paisagem como contexto é aparentemente mais facilmente deduzida quando os *insiders* são os intérpretes”, mas também se reconhece que o conhecimento local é somente “*um* domínio de conhecimento que permanece isolado a não ser quando recursivamente anexado e criticamente colocado face a outras experiências, percepções e exigências” (COSGROVE, 1999, p. 35, grifo do autor).

Para Claval (1999) cada indivíduo é portador de um sistema cultural que se encontra em constante evolução, sendo estruturado pelos valores. Estes se adquirem no decorrer de sua trajetória de vida, ao sabor dos ensinamentos que recebeu e das experiências que possui. Na medida em que os valores nascem da crença em coisas que estão para além, nas quais se descobre o sentido das coisas e os impulsos a serem dados para conduzir a situações mais satisfatórias, estes se devem muito mais às relações que cada um tem com os outros do que à experiência direta do ambiente natural e social.

As situações nas quais o indivíduo se acha envolvido conduzem, por vezes, a revisar as escalas de valores, a colocá-los em questão, mas geralmente não são suficientes para originar concepções novas do significado das coisas. Portanto, na construção de sistemas individuais de cultura, considera-se que no nível dos valores a parte das interações coletivas como sendo a mais forte. Comprova-se isso através “dos esforços feitos pelos grupos para dar uma unção oficial às construções individuais para que elas se conformem ao modelo que prevalece: é para isto que servem todas as formas de institucionalização das relações” (CLAVAL, 1999, p. 73).

Ainda, sobre a questão destacada acima, Claval (1999) assume que alguns estudiosos colocam no centro de suas investigações a percepção e seus condicionamentos exteriores. À proporção que estes exploram a maneira pela qual as percepções se estruturam nos indivíduos, os quais as reinterpretam e as utilizam quando fazem escolhas, o termo deixa de ser satisfatório, falando-se então de mundos interiores. “[...] a sociedade é feita de indivíduos que não se contentam em refletir condicionamentos sociais exteriores, mas os interiorizam, os reelaboram e os colocam em ação em função das circunstâncias e de sua experiência” (CLAVAL, 1999, p. 74-75).

Contudo, tratar de mundos interiores apresenta um risco, pois os indivíduos, constituintes das sociedades, não existem como entidades independentes. Tal raciocínio explica-se pela perspectiva relacional em que estes devem sua

especificidade à maneira como se inscrevem as relações que mantêm com o ambiente e com os outros. “[...] eles constroem seu eu a partir de modelos sociais que eles aceitam, que eles imitam ou que rejeitam; não se compreende seu mundo interior sem essas articulações com o social” (CLAVAL, 1999, p. 75).

Para Claval (1999) atualmente parece impossível o estudo da Geografia de uma cidade, de uma região ou de um país sem se interessar pelas pessoas que os povoam. “Os recenseamentos não são mais suficientes. Procuramos compreender o que são os homens e as mulheres do espaço em questão [...]” (CLAVAL, 1999, p. 81).

[...] É através dos sentidos que os homens apreendem o mundo. Os estudos geográficos não desconhecem este domínio, mas tratam, quase que exclusivamente, da visão. O olhar que os homens lançam sobre seu ambiente reteve a atenção dos geógrafos, porque é ele que permite estruturar o espaço, opor o próximo ao longínquo, distinguir planos escalonados e perceber a natureza em diversas escalas.

[...] O olho não é um instrumento neutro. O que nós vemos nos agrada, nos incomoda ou nos faz medo. O olhar participa da experiência emotiva e, por vezes, estética, que temos dos lugares (CLAVAL, 1999, p. 83).

Lowenthal (1968 apud HOLZER, 1999b, p. 155-156) escreveu que “as paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas. As pessoas vêem seu entorno através das lentes de preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que vêem”. Então, a paisagem se diferencia da natureza pelo caráter unitário que imprime aos sentidos; de ambiente porque trata não só da sustentabilidade dos seres vivos; de região e de área porque o sentido da paisagem é de modo eminente simbólico; e, dos lugares, pois estes se remetem ao indivíduo e são nomeados, enquanto que a paisagem se caracteriza como superfície contínua (HOLZER, 1999b).

Segundo Holzer (1999), Tuan definiria a paisagem pela ordenação de dois ângulos diversos de visão: “a vertical, objetiva, que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; a lateral, subjetiva, que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou de contemplação” (HOLZER, 1999b, p. 158). Como afirma Holzer (1999b) tais definições se afastam do conceituado de paisagem somente como descrição dos atributos visuais do sítio.

Por conseguinte, entende-se a paisagem como um depósito de história, ou seja, um produto da “prática” entre indivíduos e da realidade material com a qual o pesquisador se confronta. Para se desenvolver uma “geografia da paisagem” seria “preciso situar-se o nível perceptivo a ser abordado, constituído da experiência cognitiva da paisagem a ser estudada a partir da intencionalidade; e de nossos constructos, já que o real objetivo não existe para além deles” (HOLZER, 1999b, p. 161).

A questão central é se pode estudar os objetos tais como eles são (positivismo), ou se deve compreendê-los em suas forças não observáveis, que são subjetivas (fenomenologia). Conclui-se que os mecanismos do processo cognitivo obriga o pesquisador a integrar a subjetividade. Sendo necessário, então, “(...) *propor uma metodologia que levando em conta a subjetividade pessoal esclareça os grupos de similitudes existenciais criadoras da paisagem*” (RAFFESTIN e REYMOND, 1980 apud HOLZER, 1999b, p. 161, grifo do autor).

Então, inspirado nesses pressupostos teóricos e assumindo também uma abordagem geográfica humanista o estudo pretende interpretar a paisagem no domínio da significação, ou seja, obter ideias que permitam refletir sobre a paisagem como fenômeno vivido. Sendo assim, valorizam-se as dimensões não materiais da experiência, da intersubjetividade, dos sentimentos, da intuição para se atingir tal nível de explicação. Alguns temas tratados nos questionários – lazer, potencialidade turística do município – e as entrevistas consideram os aspectos subjetivos da paisagem e visam através da sua análise compreender seus significados, valores e sentimentos em relação à mesma.

De tal modo, na pesquisa a paisagem não será idealizada somente como um dado objetivo, restrita ao domínio dos sentidos – visão – seu enfoque ultrapassa esse nível, apresentando-a tanto na dimensão objetiva quanto na dimensão subjetiva. A dimensão subjetiva analisada envolverá apenas as representações mentais das populações locais, uma vez que a presença considerável de turistas inexistente nos municípios.

Esse encaminhamento metodológico da pesquisa considera aspectos subjetivos da relação homem-meio, cuja medida para todas as coisas centra-se no elemento humano, uma vez que as explicações se fundamentam nas explicações e valores humanos. Considerando que a tomada da cultura é individual, baseia-se na percepção ou subjetividade, tornando-a concebida além dos aspectos materiais,

reforçando a ideia de que a superfície terrestre é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais.

As respostas dadas pelos entrevistados demonstram que as representações das paisagens dos municípios estudados resultam da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente. É através dos sentidos que os homens apreendem o mundo. Enquanto, estudo geográfico, a pesquisa não desconhece este domínio, de modo que se considera que o olhar que os homens lançam sobre seu ambiente retém a atenção dos geógrafos, porque é ele que permite estruturar o espaço, opor o próximo ao longínquo, distinguir planos escalonados e perceber a natureza em diversas escalas. E, também se compreende que o olhar não é um instrumento neutro, pois o que se vê pode agradar, incomodar ou causar medo.

Os resultados expressam que as paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas, porquanto, as pessoas veem seu entorno através das lentes de preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que veem. Assim, se proporciona o entendimento da ordenação da paisagem possivelmente pela visão vertical, objetiva, que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; e pela visão lateral, subjetiva, que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou de contemplação.

Nessa perspectiva a paisagem só terá existência a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, tal como um jogo de mosaicos. Esses mosaicos são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço apreendidos conforme determinado ponto de vista – paisagem como potencialidade turística.

Também é relevante advertir que os resultados obtidos podem revelar que o espaço comporta coexistências que nem sempre são capturadas ou valorizadas no recorte da paisagem efetuado, em função desses filtros – fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos – assim como dos interesses que regulam as representações. Assim, entende-se que a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do indivíduo em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos – culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos – desse mosaico construído.

Com essa metodologia se percebe que cada indivíduo é portador de um sistema cultural que se encontra em constante evolução, sendo estruturado pelos valores. Tais valores são adquiridos no decorrer de sua trajetória de vida, ao sabor dos ensinamentos que recebeu e das experiências que possui. As situações nas quais o indivíduo se acha envolvido conduzem, por vezes, a revisar as escalas de valores, a colocá-los em questão, mas geralmente não são suficientes para originar concepções novas do significado das coisas. Portanto, na construção de sistemas individuais de cultura, considera-se que no nível dos valores a parte das interações coletivas como sendo a mais forte. Isso se comprova através dos esforços feitos pelos grupos para dar uma unção oficial às construções individuais a fim de que estas se conformem ao modelo que prevalece, para essa função servem todas as formas de institucionalização das relações.

A pesquisa promove com isso a gestação de uma paisagem coletiva dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural que cria e reproduz sua representação em larga escala, assim como, entre outros fatores, da reelaboração da imagem como memória. A reapresentação de algo ausente ou no todo inapreensível revela o caráter subjetivo desse processo. Ainda é possível compreender que a apreensão e a reapresentação de imagens derivam de filtros fisiológicos, socioculturais e ideológicos reforçados pelas vertentes dos conhecimentos científicos, técnicos etc., e pela dimensão histórico-contextual, vivenciada ou experimentada.

Dentre as conotações ou significados assumidos pelas paisagens estudadas é possível se reconhecer estas a partir do entendimento das populações locais ao tratarem da impressão dos sentidos sobre o meio ambiente, da condição, propriedade natural de uma região dos municípios.

A metodologia utilizada – aplicação de questionários e entrevistas – possibilitará que os *insiders* sejam os intérpretes, proporcionando que a paisagem como contexto seja aparentemente mais facilmente deduzida. Contudo, reconhece-se que o conhecimento local é apenas um domínio de conhecimento que não deve permanecer isolado, este necessita ser anexado, e criticamente colocado diante de outras experiências, percepções e exigências.

Ao se conduzir a análise sob o enfoque humanista, concorda-se que a abordagem acerca de mundos interiores apresenta riscos, uma vez que os indivíduos, constituintes das sociedades, não existem como entidades

independentes, porque constroem seu 'eu' a partir de modelos sociais que estes aceitam, imitam ou rejeitam; não se compreende seu mundo interior sem tais articulações com o social. Apesar disso, consente-se que parece impossível o estudo da Geografia de uma cidade, de uma região ou de um país sem se interessar pelas pessoas que os povoam, buscando-se compreender o que são os homens e as mulheres do espaço em questão, no caso dos municípios estudados, entender as suas impressões no tocante as feições paisagísticas e a potencialidade turística. E, para atingir tais desígnios a pesquisa avança na próxima parte com a finalidade de apresentar os fundamentos teóricos acerca da inter-relação entre a categoria paisagem e o fenômeno turístico na perspectiva da Geografia Cultural e Geografia do Turismo.

PARTE II – GEOGRAFIA CULTURAL, TURISMO E PAISAGEM

2.1. TURISMO E GEOGRAFIA CULTURAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Inicia-se esse item com uma breve exposição acerca da relação entre Geografia Cultural e Geografia do Turismo, no âmbito da qual, a paisagem constitui elemento substancial dos fenômenos analisados nos estudos de ambos.

Pode-se ressaltar que a interação sociedade-natureza e a organização do espaço também se expressam através da histórica curiosidade humana de conhecer cada recanto do planeta com a finalidade de explorá-lo em função de seus benefícios. A atividade turística originou-se como resultado da sociedade industrial e das conquistas sociais trabalhistas, e ao longo do tempo vem estimulando consideravelmente a economia. Os profissionais da Geografia dedicaram atenção a esse processo, que favoreceu o enriquecimento da disciplina, estruturando um novo e importante setor – a Geografia do Turismo. O turismo consiste em um fenômeno que interessa a sociedade e a natureza, desse modo, vincula-se estreitamente aos propósitos da Geografia, entendida como uma ciência que almeja a interpretação dos arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificação da complexidade de seu dinamismo. Além disso, o turismo sendo uma prática social do período contemporâneo é considerado integrante legítimo da Geografia, já que se refere ao espaço e conseqüentemente ao conjunto das paisagens (CONTI, 2003).

Para reforçar o entrelace dos temas aqui apresentados, e no intuito de enfatizar outro aspecto de tal temática, apoia-se nas ideias de Sarmiento (1999) que afirma a existência de uma relação entre Geografia Cultural e Geografia do Turismo. Uma vez que são recorrentes e estratégicas a análise e discussão sobre cultura dentre os sujeitos envolvidos na gestão ou estudos de diferentes seguimentos do turismo, pois conforme Baptista e Moreira (2013, p. 14) os espaços turísticos geralmente, “possuem comunidades ou características histórico-culturais que estão expostas a diferentes níveis de degradação, podendo variar entre a descaracterização do local, até a fragmentação das identidades construídas”.

Rodrigues (1997) consentindo as incidências espaciais do turismo confirma que o fenômeno vem se destacando cada vez mais no domínio da ciência geográfica. Particularmente, um dos primeiros trabalhos realizados sobre o tema,

que utilizou a expressão Geografia do Turismo foi escrito em 1905 na cidade austríaca de Graz por J. Stradner informa Rodrigues (1997).

Ao longo do século passado os estudos do fenômeno turístico no âmbito da Geografia acentuaram-se na década de 60 em função do rápido crescimento da atividade e conseqüente prosperidade econômica nos países centrais do capitalismo, com destaque na época, Espanha, Alemanha e França (RODRIGUES, 1997). Rodrigues (1997) explica que no Brasil, as pesquisas em Geografia do Turismo, especialização recente da Geografia, são escassas se confrontadas com a produção científica de Geografia Urbana, Agrária ou Industrial. Segundo Galvão Filho e Calvente (2006) no início do século XXI a atividade turística significa uma relevante forma de uso do território nacional, e no campo da Geografia existem geógrafos que estudam o tema e outros avessos a tais pesquisas, ou a maneira como estas são desenvolvidas. “O conflito entre as duas posturas tem gerado polêmica e discussão sobre qual seria o papel da Geografia no que diz respeito ao seu olhar sobre o turismo” (GALVÃO FILHO; CALVENTE, 2006, p. 129).

Para Rodrigues (1997) devido à complexidade do turismo, sua análise deve ocorrer em esfera multidisciplinar, principalmente, pelo grupo das ciências sociais, associando os aspectos histórico-geográficos; econômicos; psicológicos; sociológicos; antropológicos; constitucionais; regionais; culturais; ecológicos, dentre outros.

Nessa linhagem de pensamento pode-se acrescentar que existe uma crescente procura por lugares que ofereçam atrativos culturais e de lazer, entretanto, deve-se evitar cair no caráter reducionista da interpretação da paisagem sob o ponto de vista estético. Então, se reforça como base de investigação para atividade turística um maior conhecimento integrado de compreensão geográfica da paisagem como tentativa de apreender os aspectos naturais e sociais a partir de uma abordagem interdisciplinar (PICHININ, 2008).

Através das explicações de Rodrigues (1997) o interesse do fenômeno turístico na Geografia tem se manifestado predominantemente em trabalhos que competem à Geografia Tradicional, segundo a autora desenvolvendo-se no máximo até a fase neo-positivista. Além desses, existem alguns que representam as tendências da Geografia Crítica, ou seja, com propostas metodológicas para estudos turísticos fundamentadas em princípios marxistas. Também podem ser encontradas pesquisas baseadas na percepção espacial que exploram o imaginário. Estas

podem, por exemplo, sugerir tipologias de imagens turísticas; estudar a imagem turística e a percepção do espaço de consumo do turista; analisar folhetos turísticos, explorando seu discurso e elementos icônicos, que buscam sensibilizar o turista em sua essência, isto é, em seus valores, em suas motivações, em suas expectativas para com a viagem empreendida. Ainda, a mesma autora menciona a produção de pesquisas de estudiosos integrantes de uma onda ecológica, rotulada de Ecoturismo, que se preocupa com a preservação ambiental de parques nacionais e reservas ecológicas, por exemplo.

A respeito de tais abordagens geográficas sobre turismo, Rodrigues (1997, p. 50-51) avaliza que “o enfoque centralizado no sujeito, recorrendo-se à percepção geográfica que remete ao imaginário coletivo [...]. Apresenta-se como um caminho fascinante nos estudos geográficos de turismo”. Ademais, esta pondera que nesse tipo de análise, “o apoio em linhas teórico-metodológicas diversas não se apresenta conflitante. Muito pelo contrário, podem ser complementares, revelando uma realidade muito mais rica” (RODRIGUES, 1997, p. 51). Na opinião da autora a rigidez teórico-metodológica pode traduzir uma grave restrição para o pesquisador, e logicamente empobrecer a análise.

Seguindo o raciocínio nesse curso em que se expressa a pertinência entre turismo e Geografia Cultural, interpõe-se as explicações de Garcia e Bahl (2011) que destacam como principal característica da Nova Geografia Cultural, a inserção do homem em seus estudos, compreendendo que este possui um papel fundamental no desenvolvimento de todo processo. Nessa conjuntura, segundo os autores “surgem as atividades turísticas que dependem da compreensão do homem no espaço para seu desenvolvimento” (GARCIA; BAHL, 2011, p. 25), portanto, ressaltam a relação da atividade turística a Nova Geografia Cultural para se compreender a relação com o espaço turístico.

Explica-se que os estudos da Nova Geografia Cultural interessam-se, sobretudo em “compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, e ainda entender por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira” (GARCIA; BAHL, 2011, p. 25). Este ramo da Geografia desde os anos setenta tem investigado temáticas humanas mais específicas, estudando assuntos ignorados pelos seus precursores, tal como é o caso do fenômeno turístico.

Com o propósito de contextualizar alguns enfoques pertinentes para se atender os objetivos da pesquisa – o conceito de paisagem e turismo – deu-se relevo a relação existente entre Geografia Cultural e Geografia do Turismo, que vem sendo discutida por alguns autores. Seguindo essa linha introdutória pode-se exprimir como ambos se manifestam de forma tão imbricada, sendo simultaneamente objeto de estudo desses dois ramos da Geografia.

Nesse estudo serão as incidências espaciais presentes nos municípios abordados, ainda não consideradas como recursos do turismo, mas como potencialidade para a prática deste que confere mais uma vez o destaque desse fenômeno no domínio das investigações da ciência geográfica como uma relevante forma de uso do território nacional.

Diante do exposto de que no Brasil, as pesquisas em Geografia do Turismo são escassas se confrontadas com a produção científica de outros ramos da área, considera-se que o presente estudo afiança sua relevância pelo tema abordado no contexto do desenvolvimento acadêmico regional e nacional.

Nesta análise a Geografia exercerá seu papel no que diz respeito ao olhar sobre a potencialidade turística de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra, locais que oferecem atrativos culturais e de lazer, os quais serão tratados na Parte III do estudo. Ao examinar a potencialidade turística presente na paisagem dos municípios, evitou-se uma posição reducionista de interpretação, que se restringe somente ao ponto de vista estético. Então, buscou-se reforçar como base de investigação para atividade turística um conhecimento integrado de compreensão geográfica da paisagem, no intuito de apreender os aspectos naturais e sociais componentes da mesma.

E, fazendo-se valer a pertinência entre turismo e Geografia Cultural, a interpretação da paisagem e de seu potencial geográfico contemplou a inserção do homem, compreendendo-o como detentor de um papel fundamental no desenvolvimento de todo processo, qual seja, a formação da paisagem estudada, e ainda a identificação, reconhecimento e valorização de sua potencialidade turística. Além disso, nessa etapa da pesquisa foi possível notar e nesse sentido buscar entender por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira.

Considerando as diversas correntes do pensamento geográfico, já experimentadas em estudos que se interessam pelo fenômeno turístico e

concordando que se fundamentar em linhas teórico-metodológicas diversas não se apresenta conflitante, mas estas podem ser complementares, revelando uma realidade muito mais rica, o estudo segue em algumas etapas os preceitos da Geografia Tradicional, como por exemplo, na compreensão da paisagem geográfica estudada, e em outra fase para identificação da potencialidade turística, tem como fundamento teórico-metodológico, a percepção espacial.

Igualmente, nessa seção do estudo dá-se atenção ao turismo que compõe uma das principais práticas econômicas dos tempos modernos, designando-se ainda como um dos campos mais importantes da civilização moderna que enreda um conjunto de relações, influências, motivações, desejos, representações, preconceções, percepções de imagens e valores.

Rodrigues (1997) enfatiza que no decorrer do século passado o notável aumento do fenômeno turístico, especialmente o turismo de massa, estimulou o interesse de seu estudo em nível teórico através das ciências sociais e em setores de planejamento, marketing e publicidade nas ciências aplicadas.

De acordo com Conti (2002) no século passado o turismo emergiu como uma nova modalidade de deslocamento através do planeta, sendo resultado da sociedade industrial e das conquistas sociais, o período anual de descanso pelos que a ele têm acesso, vem sendo aproveitado, cada vez mais para a realização de viagens. Desse modo sustentam-se os fluxos de pessoas que se deslocam a pequenas, médias e longas distâncias. Esse processo motivou o enriquecimento da Geografia com a estruturação de novo e importante setor, a Geografia do Turismo. Destarte, os fluxos de pessoas que se deslocam em pequenas, médias e longas distâncias, instigaram de certa forma os estudos da percepção, para os quais o mundo dos fatos geográficos não inclui somente o clima, o relevo, as atividades econômicas ou o fato urbano, mas também, os sentimentos.

Claval (2001) ao explicar sobre espaços de distração e lazer menciona que a necessidade de evasão tem um papel muito importante e manifesta-se de muitas maneiras. Dentre essas, a viagem possibilita a combinação de um conjunto de prazeres, quais seja, a atividade física, o encontro, a contemplação das belezas naturais, o comércio de obras-primas da arquitetura ou da arte. “O turismo é assim progressivamente imposto, entre o século XVII a nossos dias, como um dos campos mais importantes da civilização moderna” (CLAVAL, 2001, p. 130).

A expressão usada frequentemente “o turismo hoje representa o terceiro produto do comércio internacional, colocando-se após o petróleo e os armamentos” (RODRIGUES, 1997, p. 38) demonstra o peso da atividade na economia mundial, e no início da década de sessenta, estudiosos já apregoavam que se entrava na era da civilização do lazer e por extensão do turismo.

Machado (2002) afirma sobre o mesmo assunto que esta atividade apresenta um rápido crescimento, consistindo na tendência mundial que mais tem despertado interesses socioeconômicos, em virtude das perspectivas de retorno que promove para vários segmentos da produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias.

Retrocedendo mais no tempo Rodrigues (1997) ilustra que em 1883 um panfleto intitulado “O direito a preguiça” desaprovava o trabalho demasiado, destacando que “o proletariado estava embrutecido pelo dogma do trabalho difundido pela ideologia burguesa” (LAFARGUE, 1980 apud RODRIGUES, 1997, p. 38).

Transcorrido um século registra-se a redução da jornada de trabalho – diária, semanal, anual – que associada a outras conquistas da classe trabalhadora expandiu o tempo livre, incidindo diretamente na multiplicação e diversidade de atividades de recreação, e conseqüentemente do turismo de massa. Decisivamente, introduziu-se uma nova necessidade na mente dos indivíduos – o lazer – de modo mais amplo, e a recreação, esportes e turismo em sentido mais restrito. Esta ideologia se expressa através da justificativa da viagem turística como uma das necessidades humanas, “fundamental para sua auto-preservação e para o reconhecimento e admiração do grupo social no qual está inserido” (RODRIGUES, 1997, p. 39).

Destarte, a recreação e, sobretudo a viagem foram incorporados à existência humana como uma necessidade fisiológica para repor as energias físicas e mentais. Para Rodrigues (1997, p. 39) “há quem diga que ao ‘*homo sapiens*’ sucede o ‘*homo turisticus*’, um produto da sociedade de consumo. O indivíduo que viaja está *in*, enquanto aquele que não viaja está *out*’.

Castro (2002) explica que de atividade exclusiva das elites, esta prática tem se transformado rapidamente em possibilidade para um número crescente de pessoas de classes sociais menos abastadas. Sua expansão ocorre por meio do acesso da massa trabalhadora aos recursos que nas últimas décadas tem sido

colocado a sua disposição, isso ocorre, sobretudo, nos países centrais. Esses recursos consistem no crescimento da massa salarial e tempo livre remunerado – férias e aposentadoria – e políticas de investimentos em infraestrutura de lazer e avanço na tecnologia de transporte. (CASTRO, 2002, p. 131).

Assim, aqueles que se encontram no topo da pirâmide social usufruem dos passeios nos sofisticados cruzeiros de volta ao mundo e viagens exóticas, e as camadas menos favorecidas da população deleitam-se com o domingo na praia ou com alguma estação de montanha através de um ônibus de excursão (RODRIGUES, 1997).

O turismo pode ser caracterizado como uma das maiores seduções dos tempos modernos, sendo atualmente considerado uma das atividades mais atraentes, envolvendo um conjunto muito grande de relações, influências, motivações, desejos e representações. Aumenta em todas as pessoas o desejo incontido de viajar, podendo-se afirmar que todo ser humano é um turista em potencial. Desse modo, o turismo tem exercido forte sedução aos deslocamentos humanos (CORIOLANO, 1997, p. 119).

Em consenso com as explicações de Rodrigues (1997) o turismo em sua complexidade manifesta três aspectos com incidências territoriais em cada um destes. Dessa forma, o fenômeno apresenta áreas de dispersão ou emissoras, áreas de deslocamento e áreas de atração ou receptoras. Nessas áreas “se produz o espaço turístico ou reformula-se o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço” (RODRIGUES, 1997, p. 43). E, segundo a mesma autora os elementos básicos desse espaço consiste na presença de oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e comercialização. Ressaltando que tais elementos mantêm-se em interação recíproca, não sendo possível serem compreendidos separadamente.

Nesses trechos anteriores demonstrou-se a relevância teórica e prática do fenômeno turístico, como uma das principais práticas econômicas dos tempos modernos e um dos campos mais importantes da civilização moderna, significando ainda um conjunto de relações, influências, motivações, desejos, representações, preconceções, percepções de imagens e valores. Estendendo tais considerações à realidade dos municípios estudados, que ainda não apresentam o desenvolvimento pleno de tal atividade, reforça-se a primazia da mesma como um dos possíveis usos

para estes territórios e suas populações, que mesmo não experimentando o turismo, suas representações, motivações, desejos, percepções e valores apontam para este rumo ao assuntarem sobre a potencialidade turística das paisagens estudadas.

Sendo o turismo uma atividade que envolve fluxos de pessoas que se deslocam em pequenas, médias e longas distâncias, e que tais deslocamentos incluem fatores como clima, relevo, atividades econômicas, atividades físicas, encontro, contemplação de belezas naturais, sentimentos etc., revelando-se a potencialidade turística da área estudada, e este vindo a se transformar de fato em recursos turísticos, viagens que envolvem pequenas e médias distâncias no interior do território paranaense poderiam se concretizar motivadas por fatores como relevo, atividade física, atividades econômicas, contemplação de belezas naturais e sentimentos de experimentar realidades que escapam do cotidiano urbano, por exemplo.

E, como tendência mundial que mais tem despertado interesses socioeconômicos, devido às perspectivas de retorno que promove para vários segmentos da produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias, espera-se que a interpretação da paisagem, juntamente com a identificação da potencialidade turística dos municípios represente um ensejo para a transformação dessa potencialidade em recursos turísticos, a fim de que tal prática integre a economia da área estudada. No caso de tal condição concretizada, esta pesquisa considera que os municípios de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra poderiam se configurar sob um dos três aspectos das incidências territoriais do turismo, áreas de atração ou receptoras, nessas ocorre o consumo do espaço. Para tanto há necessidade de reformulação do espaço anteriormente ocupado nos dois municípios, e ainda para a efetivação de tal cenário é fundamental a presença de alguns elementos básicos, como oferta turística, demanda, serviços, transportes, infraestrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e comercialização. Todos se mantêm em interação recíproca, não sendo possível serem compreendidos separadamente. Na Parte III da pesquisa tal assunto será retomado com maior nível de detalhamento.

No Brasil, o crescimento turístico se mostra tímido, perante sua vasta dimensão continental, considerável potencial da tropicalidade e expressivos aspectos culturais da formação social, tais potencialidades tem sido associadas às

atividades turísticas que não são acompanhadas de um planejamento adequado, o que tem gerado entraves para um modelo de desenvolvimento favorável e justo.

Esta atividade apresenta-se como um fenômeno em expansão no mundo, movimentando cada vez mais um número maior de pessoas e um volume maior de capital. No Brasil, o turismo possui significativa importância em termos de receita de divisas, embora sua participação no montante do turismo mundial ainda seja tímida, a expansão da atividade turística do país está centrada nas possibilidades de exploração de seus recursos naturais, como principal oferta de motivação, concorrendo para isso à dimensão territorial, a extensa faixa litorânea, a multiplicidade e a diversidade dos ecossistemas e a tropicalidade do clima, entre outros fatores (AULICINO, 2002).

O Brasil aparece no ranking mundial (OMT)¹ no 42º lugar entre as áreas receptoras. É uma colocação muito baixa, se levadas em consideração as dimensões continentais e o potencial da tropicalidade do país. Mesmo assim, no território brasileiro além dos aspectos culturais de nossa formação social, a “natureza ecológica” tem-se tornado a mercadoria imprescindível nos simulacros das finalidades estruturadoras das paisagens (na Amazônia, no litoral, no Pantanal, etc.), enaltecidas e apregoadas como “alavancas do progresso” nas entranhas que as atividades turísticas geram para a divisão do trabalho.

Esse ritmo, desigual e combinado de nosso desenvolvimento que dá a inserção dos mais diferentes pontos do território brasileiro aos tentáculos da globalização, que teve sensível expansão a partir dos anos 80, acelerado nos dias atuais, é suscitado muitas vezes como vital ao crescimento econômico (MACHADO, 2002, p. 72).

A prática social do turismo adquire ao longo do tempo importância crescente, sobretudo, por ser uma atividade econômica que contribui para o surgimento de várias iniciativas em prol de seu desenvolvimento. Grande parte das ações empenha-se na promoção do turismo devido aos benefícios econômicos que este pode originar, tais como “divisas para os governos, novos investimentos privados e emprego e renda para a população em geral” (SILVEIRA, 2001, p. 133).

Yázigi (2002) também aponta alguns questionamentos a respeito do assunto, admitindo que o desenvolvimento turístico brasileiro assenta-se em duas regalias. A primeira consiste no fato de uma extensa, variada e bonita natureza, tirando-se partido desta como fonte de divisas. Sendo essa uma atitude válida para um país

¹ Organização Mundial de Turismo.

carente de frentes de trabalho, porém deixa transparecer uma fraqueza, visto que se oferece a natureza porque esta é dada de forma gratuita, sugerindo-se “não exigir muito trabalho para vendê-la”, ao contrário dos lugares dela pouco providos. É válido dizer também que na maior parte das vezes a displicência na exploração de recursos paisagísticos naturais tem origem na fraqueza da administração pública em função de arbítrios pessoais.

Consoante Figueiredo (2002) nota-se que apesar de suas potencialidades, a atividade turística não tem sido acompanhada de um planejamento adequado, desse modo não tem favorecido espaço para uma participação da população local, nem tem proporcionado o ajuste entre os vários segmentos sociais envolvidos. Contudo, adverte-se que a existência de demanda potencial não significa condição suficiente para o desenvolvimento turístico na escala adequada para provocar a superação das condições de atraso da região.

O turismo contemporâneo influencia e é influenciado por um contexto amplo que envolve a economia, a sociedade, a política e a cultura. E a cultura contemporânea reserva um espaço privilegiado para o prazer e o lazer, fato que auxilia na manutenção da prerrogativa e ascensão desta atividade (CORIOLANO, 1997, p. 119).

A potencialidade turística identificada na pesquisa, assim como a pretendida realização do turismo nos municípios estudados elucidam o vasto potencial existente no país. Contudo, quanto à informação de que tais potencialidades têm sido associadas às atividades turísticas que não são acompanhadas de um planejamento adequado, gerando entraves para um modelo de desenvolvimento favorável e justo, deve-se ter como sobreaviso se oportunizar o desenvolvimento turístico da área estudada. Pois, apesar de suas potencialidades, se a atividade turística não for conduzida por um planejamento adequado, não se favorece nesse espaço uma participação da população local, e, por conseguinte não se proporciona o ajuste entre os vários segmentos sociais envolvidos. Por isso, adverte-se que mesmo com a existência de demanda potencial não significa condição suficiente para desenvolver o turismo na escala adequada para provocar a superação das condições de atraso da área de estudo.

Sobre os benefícios econômicos auferidos pelo turismo, tais como divisas para os governos, novos investimentos privados e emprego e renda para a

população em geral, estes foram destacados aqui como ciência e estímulo, uma vez reconhecida a potencialidade turística da paisagem analisada.

2.2. A PERTINÊNCIA DO ENFOQUE TURISMO E PAISAGEM

A paisagem pode ser considerada uma força motriz fundamental para o turismo, quando esta significa sua motivação principal, coincidindo com os motivos e objetivos das viagens, denotando assim a essência do turismo. Contudo, o turismo não se reduz a mera questão de paisagem, ressaltando-se que dos menores aos maiores ambientes, estes estão repletos de informações e sensações.

A construção da valorização social e cultural da paisagem consolida sua importância como recurso para o turismo, já que se admite esta como um bem social e coletivo. Não se deve pensar a paisagem somente para a atividade do turismo, pois quanto mais valorizada socialmente, mais valor esta adquire para habitantes e visitantes.

Paisagem e turismo consistem em duas realidades intimamente relacionadas, sendo que a primeira é um elemento substancial do fenômeno turístico (PIRES, 2001). Reconhecendo-se a emergência da atividade turística, destaca-se a paisagem como sendo seu componente básico, e ainda ressalta-se que “a mudança de paisagem (ou do ambiente) pode também representar uma mudança na rotina” (MARTINS; ZANGIROLI; CALVENTE, 2002). Ao tratar de paisagem e turismo, essa relação não envolve somente paisagens naturais, visto que as diversas vertentes da atividade turística ocorrem devido à preferência das pessoas por paisagens diversificadas de acordo com a motivação de suas viagens. Assim, as paisagens turísticas existem a partir da existência de sociedades que sob um determinado arcabouço natural, constroem e reconstroem outras paisagens, aquelas denominadas culturais, políticas, sociais, econômicas etc. (MOREIRA, 2009).

Define-se a potencialidade da paisagem para o turismo por meio do levantamento de seus componentes naturais (clima, vegetação, relevo, hidrografia) e/ou culturais (gastronomia, cultura, museus e monumentos históricos etc.). Assim sendo tais elementos étnicos, culturais, históricos e ambientais que podem constituir a paisagem, passarão a ser percebidos e valorizados conforme o imaginário dos turistas (GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002). E, o significado da paisagem presente no imaginário turístico pode variar, pois “nem todos os turistas

atribuem o mesmo significado [...] e podem, portanto, não estar à procura de experiências similares. [...] os turistas não devem ser considerados um grupo homogêneo” (VERBOLE, 2002 apud GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002, p. 224).

Além disso, é significativa considerar a diferença entre potencialidade para o turismo e recurso turístico, pois estes últimos sejam naturais ou culturais somente constituem potencial turístico quando cumprem determinada função. De tal modo, a expressão potencialidade designa a possibilidade de cumprir a função turística, sendo esta definida socialmente (GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002).

Assim, um rio, por exemplo, apenas se transforma em recurso turístico quando passa a ter, pelo menos, um caminho de acesso, permitindo a chegada dos visitantes que, por sua vez, possuem, no seu imaginário, a idéia de que aquele rio, especificamente, é um elemento merecedor de sua visita. Em resumo, elementos naturais e sociais são transformados em recursos pela sociedade, incluindo o conjunto destes elementos – a paisagem (CALVENTE, 2001, apud GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002, p. 224).

A paisagem, expressão fisionômica do espaço geográfico, se reveste de diversas conotações, e suas definições partem do ponto de vista de quem a contempla e a analisa, desse modo é “como se a paisagem não existisse sem alguém que a observasse” (RODRIGUES, 1997, p. 45-46). Pois, uma vez que o observador é um sujeito impregnado, a acepção de paisagem é impregnada de significações culturais e ideológicas. Mesmo quando se trata de uma fotografia, ou seja, de um quadro estático, a captação da imagem passa por diferentes interferências, como “o ângulo escolhido, a incidência da luz, o jogo de luz e sombra, a distância realçando ou escondendo detalhes” (RODRIGUES, 1997, p. 46). A autora explica que comumente, define-se a paisagem como o domínio compreendido pela visão do observador, confundindo-se com frequência o ver com o perceber.

Por intermédio da visão capta-se grande parte das impressões oferecidas pela paisagem, contudo, deve-se distinguir visão e percepção. Assim, a visão em termos psicológicos “é considerada de uma sensação ao passo que a percepção é

definida como o significado que atribuímos às informações recebidas pelos nossos sentidos, na forma de sensações” (MACHADO, 1988 apud PIRES, 2001, p. 118).

As explicações de Pires (2001) indicam que a percepção faz-se presente em toda e qualquer atividade humana, uma vez que a vivência e a experiência se assentam na paisagem. Assim, “o ser humano percebe e vivencia as paisagens e a elas atribui significados e valores” (PIRES, 2001, p. 118). Quando a paisagem é percebida individualmente se expressa como um ato criativo, pois uma mesma cena pode ser observada por várias pessoas e cada uma delas produz diferentes paisagens.

A relação sensorial entre o homem e a paisagem não é somente visual, pois outras impressões sensoriais carregadas de conteúdo espacial e temporal, tais como ruídos, sons, odores e temperaturas se fazem presentes na paisagem. Porém, a visão apresenta um papel preponderante na percepção humana da paisagem tendo como elementos fundamentais a própria paisagem, composta de formas naturais e humanizadas; a visibilidade (zona física de visão entre o observador e a paisagem); o observador (agente da observação) e a interpretação (análise do observador sobre o conteúdo e o significado da cena observada) (PIRES, 2001).

Castro (2002) afirma que a Geografia Humanista há muito tempo tem contribuído para demonstrar a importância da paisagem como componente inescapável das manifestações da cultura e do imaginário social. Conforme a autora entende-se a vertente do imaginário “não como fantasia nem como ideologia, mas como um atributo coletivo, ancorado no real que motiva decisões individuais” (CASTRO, 2002, p. 129).

De acordo com Meneses (2002, p. 40) a historicidade da paisagem refere-se também ao uso que dela fazem as sociedades ou segmentos sociais. Admitindo-se que nos usos se concentram os seus significados mais profundos, e sua capacidade cognitiva, estética e afetiva faz com que esta possa ser explorada nas mais variadas direções. Nessa direção Pires (2001, p. 127) também articula que “as atuais paisagens humanizadas representam a acumulação de informações que se deram ao longo dos tempos”.

Para complementar tal consideração sobre os diferentes usos da paisagem, pode-se dizer que montanha, mar, deserto, espaços selvagens, preexistiram empiricamente a sua transformação em paisagem. Essa translação de natureza se dá apenas quando a paisagem empírica passa a integrar as diversas dimensões do

imaginário e a atuar como agente, mais do que como cenário, na interação sociocultural (MENESES, 2002, p. 39).

Conforme Yázigi (2001, p. 22) os objetos geográficos são parte do cotidiano e lhes conferem valor simbólico, dessa maneira a natureza (praias, rios, montanhas, florestas, campos, planícies, etc.) e as construções (ruas, praças, monumentos, bairros, quarteirões, cidades) transformam-se em imagens, caminhos e representações. Nesse curso, completa-se com as explicações acerca do principal apelo da atratividade presente na dimensão visual da paisagem. Pois, os elementos naturais ou artificiais que compõem o território apresentam determinada qualidade visual intrínseca. “Estes elementos perceptíveis à visão e por ela discriminados representam a desagregação do território nos seus grandes componentes paisagísticos: o ‘relevo’, a ‘água’, a ‘vegetação’ e as ‘atuações humanas’” (PIRES, 1996 apud GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002, p. 225).

Ressaltando esse processo de interação sociocultural menciona-se o fato de que ilhas, praias, rochedos à beira mar, cidades marítimas constituem na atualidade um dos pontos fortes do turismo global, expressando e reforçando as relações sociais, econômicas e políticas que moldam a sociedade (MENESES, 2002, p. 39).

Ainda, floresta, bosque, campo, sertão, pântano, planície, pampa, altiplano, estepe, tundra, dentre outras tipologias geográficas, segundo Meneses (2002, p. 40) podem ser tratadas historicamente, no sentido de se entender como cada categoria se transformou em paisagem para certa sociedade.

A paisagem é um dos motores fundamentais do turismo, e esta atividade é uma das indústrias de maior peso econômico atualmente (MENESES, 2002). Ainda, segundo Castro (2002) a paisagem é um dos muitos recursos mobilizados pelas atividades econômicas do turismo, esta mobilização ou valorização da paisagem para essas atividades é possível devido ao conteúdo simbólico prévio que a reveste. Todavia, segundo Yázigi (2002) deve-se buscar entender os sentidos da paisagem para o turismo, mas sem perder de vista sua importância virtual no cotidiano das pessoas, seus principais atores.

“A paisagem é o que se vê, e neste sentido ela é decorrência também do olhar que se constrói, em parte como herança histórica da cultura e em parte como resultado da experiência individual” (CASTRO, 2002, p. 132). De acordo com a autora, o jogo dos motivos que dirige a percepção e que articula as coisas ao olhar define uma “motivação paisagista” (CASTRO, 2002).

Um grande número de viagens ocorre devido a diversos objetivos, nesses casos a paisagem não se institui como motivação principal. Há deslocamentos para fins específicos, tais como visita a parentes e amigos; procura por certos meios climáticos ou minerais convenientes à saúde; realização de tarefas religiosas; missões diplomáticas e militares etc. (YÁZIGI, 2002). Em outra perspectiva distinguem-se outras motivações que se ajustam particularmente ao turismo:

- a) alívio do estresse pela alienação das rotinas;
- b) busca de aventuras de diversas naturezas;
- c) conhecimento sobre os mais variados assuntos de interesse pessoal;
- d) conhecimento de pessoas e possibilidades de trocas sociais;
- e) necessidade de experiências com o desconhecido;
- f) saturação das paisagens familiares;
- g) necessidade de *status* dado por certas viagens;
- h) fugas diversas etc. (YÁZIGI, 2002, p. 21).

A tecnificação e a industrialização consequentes do sistema capitalista contemporâneo provocaram o afastamento do homem e dos elementos e ciclos naturais, este fato apresenta-se como um dos fatores motivacionais da procura dos turistas por determinadas paisagens. Em virtude disso, a demanda turística atual prefere experiências e significados que não fazem parte do seu cotidiano, com a intenção de fugir da agitação e do dia-a-dia considerado estressante do meio urbano. Então, o turismo pode romper com a rotina comum a partir da percepção do imaginário em que os recursos da paisagem, sejam naturais ou culturais, transformam-se em produtos através da interpretação (GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002).

Além disso, para Yázigi (2002) não se pode reduzir o turismo a mera questão da paisagem, entretanto, convém ressaltar que sem o órgão da visão o turista se acharia em condição extremamente limitada, com necessidades de complementar as informações e sensações do mundo externo por outros meios. Assim, as paisagens, dos menores aos maiores ambientes, encontram-se carregadas de informações, ainda que incompletas. Estas são o ponto de partida para outras averiguações que dependem apenas de quão perspicaz possa ser o observador.

“Mas a percepção da paisagem supõe arte, ou seja, uma lógica que o homem faz e faz-se da natureza e da beleza. Portanto, é a sensibilidade humana que se encontra na origem da paisagem” (CASTRO, 2002, p. 132). Assim, todas as

civilizações distinguem seu território com traços que lhes dão sentido e “as *motivações paisagistas* os multiplica em muitas expressões, mais ou menos materiais, mais ou menos estéticas, mas sempre simbólicas” (CASTRO, 2002, p. 132, grifo da autora).

A paisagem pode ser agradável ou desagradável conforme seus diferentes elementos atuam nos sentidos humanos. Desse modo, a paisagem de uma praia apresenta grande probabilidade de proporcionar sensação de bem estar, contudo a paisagem de uma favela brasileira pode tanto acarretar sensações desagradáveis, rememorando-se das diferenças sociais, quanto ser uma paisagem turística, tal qual o exemplo do Rio de Janeiro que realizam visitas monitoradas para turistas estrangeiros (MARTINS; ZANGIROLI; CALVENTE, 2002).

A paisagem é entendida como potencialidade ou como recurso turístico por intermédio da imaginação dos turistas, tal imaginário pode ser estabelecido através da mídia. A valorização da paisagem ou de seus elementos ocorre quando esta agrada aos sentidos, sobretudo o olhar, e tal processo influencia sua caracterização como paisagem turística. Contudo, “diferentes imagens, captadas pelo olhar, podem ser detectadas como turísticas – ou não” (GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002, p. 225). Um exemplo disso é a praia, caracterizada como local turístico na contemporaneidade, entretanto, na época do Brasil colonial, era um local de trabalho e desvalorizado pelas classes dominantes. Já, o meio rural, em função da crescente urbanização mundial, está deixando de ser associado somente ao cotidiano de labor intenso, e começando a ser compreendido como local para recuperação de energias físicas e espirituais (GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002).

Yázigi (2001) discutindo outra questão a respeito do turismo afirma que atualmente, muitos lugares do mundo estão ficando com a mesma feição, não só devido à globalização, mas já antes disso pela força da evolução de tecnologias e modismos, os quais sendo etapas do mesmo processo.

No tocante a esse ponto, Machado (2002, p. 71) menciona que “aos poucos, as rugosidades dos novos tempos delineiam padrões, gerenciam fetiches e promovem dilemas. Essas características dão, em certo sentido, o significado que este debate pretende oferecer”. As preocupações com as escalas locais devem-se à lógica que o espaço reproduz perante os efeitos das homogeneizações globalizantes, pois os lugares, seus ambientes e paisagens significam parte do

conjunto de “conexões geográficas”, refletindo tipos de atividades que cada porção da superfície terrestre assume ao longo da sua formação socioespacial, reconhecidos em seus estágios por “padrões de desenvolvimento” (MACHADO, 2002).

Este processo expõe “uma forte conotação de ruptura” na trajetória socioespacial empreendida pelos lugares, dando sentido de mudanças e, atualmente, “desenvolvimento e globalização tornam-se praticamente sinônimos, ou pelo menos, sinérgicos, ambos se fazem com e para a destruição das culturas locais, e, [...], com exclusão ‘inevitável’ da grande maioria dos indivíduos ou de nações” (MACHADO, 2002, p. 71).

Os lugares parecem abertos a qualquer iniciativa, tanto da imaginação pessoal, como do *marketing*, e ao apresentarem-se com o mesmo aspecto, o problema que se coloca é o da identidade paisagística, sem a qual a comunidade se empobrece, além de ser incômodo viver sem referencial (YÁZIGI, 2001, p. 16).

Sair do lugar geralmente incide sobre algumas possibilidades mais ou menos antevistas por informações, sonhos ou intuições. Assim por exemplo, as variações climáticas são fatores de preferências pessoais. Ou ainda, as culturas e o modo como elas criaram paisagens diferentes despertam o desejo do conhecimento, da experiência vivida. As pessoas e coisas são vistas como elementos teatrais de um cenário, sugerindo expectativas reais de encontros e trocas – segundo o autor, nós como atores, espectadores e diretores (YÁZIGI, 2002).

Pois, as fantasias existem à revelia, inclusive positivamente, mesmo que muitos queiram negar seu lugar. Fala-se então da busca de outro lugar, uma vez que “a paisagem (isto é, o tipo de entrada mentalizado pelo turista) nada mais é do que a perspectiva de nos colocarmos numa outra configuração geográfica, cheia de história, costumes e outras coisas que queremos experimentar” (YÁZIGI, 2002, p. 24). Ainda destaca-se que com relação à paisagem, pouco pode interessar o deslocamento para o igual, isto é, necessita-se que ao menos seu sinal seja outro. “Fazer turismo não significa obrigatoriamente frequentar lugares fabricados por sua indústria, mas dirigir-se para qualquer outro cotidiano também repleto de rotinas dos outros, que por sua vez reivindicam um movimento inverso...” (YÁZIGI, 2002, p. 24).

Sobre a citação apresentada, esclarecendo mais algumas considerações do referido autor, sua ideia não consiste em forçar um convite ao mundo especulativo,

mas sublinhar possíveis valores nas realidades presentes, mas desatendidas, escanteadas, subestimadas, entendendo-as como possíveis lugares (YÁZIGI, 2002).

Os fatores que têm contribuído para o processo de despersonalização dos lugares referem-se ao uso indiscriminado do progresso técnico e o abismo social, aliados a um baixo grau de informação do cidadão; o preconceito pelo antigo e pelas coisas da terra; os modismos; a sujeição cega ao gosto do mercado; a falta de expressão geográfica na administração do espaço; a desconsideração das características 'menores' do lugar. Consequências essas de um mundo extremamente dinâmico admite-se que os referenciais da geografia física, apesar de serem mutáveis, constituem-se ainda em um dos mais possantes pilares de reforço ao lugar turístico no país, sendo estes, parte expressiva de certo tipo de construção. As construções mentais de importância insubstituível apresentam, no entanto, a característica de não permanecerem no tempo, nem de se generalizarem para todos, ademais, estas nem sempre se configuram espacialmente, mesmo fazendo parte do lugar (YÁZIGI, 2001, p. 22).

Quanto à produção local do turismo, cogita-se que é no lugar que o mosaico de culturas floresce, mostrando diversidades e contradição de tradições, costumes, formas de fazer, de viver e de dizer regionais. Podendo-se identificar como meios regionais inovadores, caracterizados por uma determinada criatividade socioeconômica, um conjunto de habilidades coletivas no lugar, que se manifesta por meio da cultura (SILVEIRA, 1997, p. 43).

Buscando-se uma conclusão considera-se que o turismo e a paisagem apresentam enorme e inegável potencial de fecundação mútua e enriquecimento da vida humana, sendo que são as hierarquias de interesses humanos e as estruturas dentro das quais estes se expressam e operam que definem as condições segundo as quais esse potencial poderá realizar-se (MENESES, 2002, p. 61).

Nesse subitem procurou-se demonstrar a consistente relação entre paisagem e turismo, conceitos norteadores dessa pesquisa, destacando tal peso explicativo para presente análise que busca entender a paisagem geográfica de dois municípios do Norte Pioneiro Paranaense, elemento substancial para o fenômeno turístico pretendido.

A potencialidade turística analisada nos municípios não envolve somente as feições da paisagem natural, mas também seus aspectos culturais, sociais e econômicos erigidos sob este arcabouço natural. Em tal acepção, a abordagem

sobre a potencialidade da paisagem para o turismo na área estudada considera seus componentes naturais (clima, vegetação, relevo, hidrografia) e/ou culturais (gastronomia, cultura, museus e monumentos históricos etc.). Pois, entende-se que tais elementos étnicos, culturais, históricos e ambientais que compõem a paisagem, passarão a ser percebidos e valorizados conforme o imaginário dos turistas, quando estes visitarem os locais.

No caso dos municípios estudados trata-se de potencialidade para o turismo, que se distingue de recurso turístico, pois estes últimos sejam naturais ou culturais somente constituem potencial turístico quando cumprem determinada função. Sendo aplicável a realidade estudada a expressão potencialidade porque designa a possibilidade de cumprir a função turística, sendo esta definida socialmente, ou seja, é um elemento merecedor de visita, e quando transformados em recursos pela sociedade, incluem o conjunto destes elementos naturais e sociais, a paisagem. Esta situação de potencialidade para o turismo ocorre em vários locais identificados na paisagem dos municípios estudados.

As várias conotações que a expressão fisionômica do espaço geográfico, ou seja, a paisagem assume a partir do ponto de vista de quem a observa, contempla e analisa, condição também se relaciona a distinção entre visão e percepção pode ser avaliada através dos resultados de uma das etapas metodológicas da pesquisa, exposta e explicada na Parte III. Estes resultados versam sobre a percepção da paisagem dos municípios estudados por parte de alguns representantes de segmentos da sociedade local, interpretando-os pode se notar que o ser humano percebe e vivencia as paisagens e a elas atribui significados e valores.

As respostas às indagações proferidas durante as entrevistas nessa fase da pesquisa também permite entender que quando a paisagem é percebida individualmente se expressa como um ato criativo, pois uma mesma cena pode ser observada por várias pessoas e cada uma delas produz diferentes paisagens.

Quando se afirma que as atuais paisagens humanizadas representam a acumulação de informações que se deram ao longo dos tempos, tal ideia transcorre a interpretação da paisagem e da potencialidade turística dos municípios estudados, já que se recorre a informações da composição desta também em séculos passados e não se descartam os elementos culturais, sociais, econômicos como campo fecundo para o turismo.

Vê-se a paisagem dos municípios estudados como um dos motores fundamentais para a possível realização do turismo, pois seus grandes componentes paisagísticos, como o relevo, a água, a vegetação e as atuações humanas, destacam-se nos resultados da pesquisa feita a partir de questionários, a ser explorada na Parte III, evidenciando a valorização da paisagem para desejosas atividades turísticas por parte das populações locais. A valorização da paisagem ou de seus elementos ocorre quando esta agrada aos sentidos, sobretudo o olhar, e tal processo influencia sua caracterização como paisagem turística.

A potencialidade turística da paisagem dos municípios estudados é creditada como sendo possível o seu uso para o turismo ao se afirmar, por exemplo, que o sistema capitalista contemporâneo provoca o afastamento do homem e dos elementos e ciclos naturais, apresentando-se como um dos fatores motivacionais da procura dos turistas por determinadas paisagens. Ainda, que o turismo é capaz de romper com a rotina comum a partir da percepção do imaginário em que os recursos da paisagem, naturais ou culturais, transformam-se em produtos através da interpretação, sendo que as paisagens, dos menores aos maiores ambientes, encontram-se carregadas de informações, ainda que incompletas.

A paisagem de Nova Santa Bárbara e de São Jerônimo da Serra será capaz de ser mentalizada pelo turista como a perspectiva de coloca-lo numa outra configuração geográfica, cheia de história, costumes e outras coisas que deseja experimentar. Uma vez que fazer turismo não significa obrigatoriamente frequentar lugares fabricados por sua indústria, mas dirigir-se para qualquer outro cotidiano também repleto de rotinas dos outros, que por sua vez reivindicam um movimento inverso.

2.3. AS MODALIDADES TURÍSTICAS POSSÍVEIS: ECOTURISMO, TURISMO RURAL E TURISMO INDÍGENA

Com o propósito de um olhar mais atento para o fenômeno do turismo, e mais precisamente para três modalidades turísticas, o ecoturismo, o turismo rural e o turismo indígena, possíveis de serem realizadas a partir da potencialidade turística identificada em alguns componentes da paisagem de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra, aprofundam-se algumas de suas principais propriedades,

limitando-se nessa parte do estudo aos seus aspectos teóricos, para que posteriormente, na Parte III estes sejam articulados a análise empírica.

O turismo contemporâneo ao mesmo tempo em que influencia, o é também influenciado pelo contexto amplo da economia, sociedade, política e cultura. Consente-se este como alternativa econômica em regiões que concentram áreas naturais e patrimônios histórico-culturais. Exemplificando tais espaços de interesse para desenvolvimento de modalidades turísticas, alude-se a elevada quantidade de reservas da biosfera existentes no Brasil, suas populações, tal quais os indígenas, mesmo o espaço rural e sua riqueza de atividades, contudo cada espaço apresentando suas respectivas particularidades a serem respeitadas para um funcionamento adequado do turismo.

Como realce ao que foi mencionado acima, emprestam-se as palavras de Yázigi (2009, p. 267) ao escrever que:

Reservas da biosfera existem no mundo inteiro, entretanto, nenhum país as possui com a magnânima grandiosidade do Brasil. Jubilosamente, elas nos brindam com a graça presença dos indígenas que vivem na selva, de bichos que nem Noé deve ter conhecido. Enquanto o universo rural *lato sensu* encerra grande variedade de atividades. Unidades de Conservação e Terras Indígenas são dotadas de peculiaridades que exigem cuidados bem diferenciados.

Figueiredo (2002) explica que o turismo significa uma atividade que vem demonstrando grande crescimento nas últimas décadas no país, e ainda este tem se mostrado como interessante alternativa econômica para as regiões onde se concentram áreas naturais, valorizadas por ricos patrimônios histórico-culturais, assinalando assim a presença do chamado turismo ambiental ou ecoturismo.

Articulando-se às ideias do parágrafo anterior explana-se nesse ponto sobre as modalidades turísticas, como o turismo alternativo, o qual em função de objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço se contrapõe ao turismo de massa. Esta modalidade tem nos espaços naturais seu principal objeto de consumo, requerendo ao contrário do turismo de massa, uma quantidade restrita de infraestrutura e serviços, embora, muitas vezes, não dispensem a sofisticação de ambos. Segundo Cruz (2003) essa modalidade também necessita de infraestruturas de acesso, hospedagem e restauração, entretanto, diferente do turismo de massa,

essa base apresenta menor densidade. Quanto ao turismo de massa, esse envolve o agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje.

Surgidas, a partir da década de setenta, as modalidades chamadas de turismo alternativo são consideradas como uma opção ou reação ao turismo de massa, ao evidenciarem os problemas por ele provocados, e discutirem sobre novos tipos de turismo que produzam menor impacto para o meio ambiente e comunidades anfitriãs. Então, aumentava-se a preocupação perante as questões relacionadas aos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais do turismo e as primeiras formas de rejeitar o modelo anterior, influenciando o surgimento de novas ideias e regras para reorientar o turismo a partir de uma nova ética. Os movimentos de larga repercussão que contextualizaram as propostas para um turismo alternativo, enquanto movimento de reação ao turismo massificado até então dominante, foram as manifestações da contracultura, os movimentos de libertação e as bandeiras do ambientalismo (LIMA, 2003).

De tal modo, verificaram-se consideráveis transformações no século passado quanto aos valores em relação à natureza, e, por conseguinte, as viagens realizadas as áreas naturais. Tal propensão teve novo impulso em função da influência dos efeitos negativos do turismo de massa, ainda por causa do estresse e qualidade de vida dos espaços urbanos do mundo contemporâneo globalizado, da nova consciência da finitude dos recursos naturais e dos riscos de sobrevivência da humanidade (LIMA, 2003).

Rodrigues (2003) revela que o movimento recente do ecoturismo rumo às áreas em que a natureza encontra-se relativamente preservada, sustenta e é mantido de forma dialética pelo mito do eterno retorno² que proporciona através dessa modalidade turística a possibilidade de reencontrar o paraíso perdido. “Reveste-se de mistério, de luxúria, de pecado, por isso é tão atraente. Todos os elementos valorizados pela nossa cultura estão presentes: o sol, a água, a fertilidade, o verde, as flores, a mulher, o pecado” (RODRIGUES, 2003, p. 30).

² A possibilidade de reencontrar o paraíso perdido, tal qual aquele descrito nos escritos bíblicos, o Jardim do Éden em terras do Oriente (RODRIGUES, 2003). O jardim representa o símbolo do paraíso terrestre, e do Cosmo do qual este é o centro. Este figura os estados espirituais que correspondem às estadias paradisíacas. “O jardim do Extremo Oriente é o ‘mundo em miniatura’, mas é também a natureza restaurada em seu estado original, um convite à restauração da natureza original do ser. ‘Que prazer passear no jardim’” (YÁZIGI, 2009, p. 199-200).

Segundo essa autora, há neste cenário uma relação de harmonia entre homem e natureza, atingindo pleno estado de felicidade. Assim, conforme suas explicações, “a natureza para o ecoturismo é um atributo puramente da cultura, não tendo, portanto, valor intrínseco. A natureza pode ser recriada artificialmente produzindo no turista o mesmo efeito que a natureza ‘natural’” (RODRIGUES, 2003, p. 30).

Lima (2003) também tece alguns comentários nesse sentido ao identificar nessa modalidade turística o desejo de romper com o cotidiano, revelando assim a “necessidade de vivenciar o novo, o exótico, a ‘paisagem intocada’” (LIMA, 2003, p. 72). Nesse sentido, se diferenciando do convencional, e expressando-se ainda como alternativa de destinos distantes dos fluxos congestionados, e sob outro ponto de vista, compreendendo a venda e o consumo da natureza.

Ecoturismo, para Rodrigues (2003) consiste em uma atividade econômica, que exerce baixo impacto ambiental, e orienta-se para áreas de expressivo valor natural e cultural. Suas atividades recreativas e educativas contribuem para conservar a biodiversidade e a sociodiversidade, gerando benefícios para as comunidades receptoras. Outra concepção assinalada para a atividade, da *International Ecotourism Society*, a define de modo sucinto como “uma viagem responsável para áreas naturais que pretende conservar o ambiente e apoiar o bem-estar das populações locais” (RODRIGUES, 2003, p. 31).

Lima (2003) profere que o ecoturismo é comumente considerado uma forma de desencorajar atividades mais predatórias, favorecendo assim um turismo mais leve e seletivo, com destaque para a natureza preservada ou pouco alterada. É referido também como um promotor para financiar a conservação e propiciar o desenvolvimento de economias deprimidas e beneficiar comunidades rurais. Este tem apresentado “uma maior capacidade de adequar-se às características locais, um novo tipo de turismo que busca autenticidade na experiência, preocupação com a qualidade e cuidado com o meio ambiente” (LIMA, 2003, p. 72).

Também se importa em salientar que sua realização comprometa-se com a máxima diminuição de possíveis impactos físicos e culturais, e promova a educação ambiental para constituir e aprofundar a consciência ecológica, assim como o respeito aos valores, tanto para a comunidade anfitriã, quanto para os turistas (RODRIGUES, 2003). No Brasil suas origens estão ligadas as atividades de promoção da Educação Ambiental, iniciado na década de 80, em um contexto histórico de forte influência de movimentos sociais ambientalistas, ou seja, quando

diversos segmentos da sociedade deram atenção para as questões ambientais (FURLAN, 2003).

Conti (2003) explica que dentre as práticas de ecoturismo tem-se as caminhadas, percursos de bicicleta ou a cavalo, contatos com a população residente etc. É evidente que tal atividade transcorre a educação por aqueles que a exercem, através do respeito à natureza e da redução ao mínimo do consumo de recursos não renováveis. No Brasil, as Unidades de Conservação acumulam várias condições propícias para esta modalidade. Silveira (2003) escreve que o ecoturismo, considerado como uma atividade de baixo impacto ambiental, possibilita sustentação econômica para as Unidades de Conservação, funcionando como alternativa para as economias das regiões e lugares que possuem atividades tradicionais tais como agricultura familiar, extrativismo, pesca artesanal, entre outras, que revelam certo esgotamento e demonstram ser insuficientes para manutenção das populações dependentes.

Lima (2003) informa que cada vez mais no mundo, os turistas visitam parques e reservas, buscando a partir dessa modalidade turística experiências que os auxiliem a compreender e “valorizar” o ambiente natural. “A paisagem, a fauna e a flora – juntamente com os elementos culturais existentes nas ‘áreas naturais’, sobretudo as protegidas legalmente – representam pólos de atração para os turistas de todo o mundo” (LIMA, 2003, p. 73) inclusive para os turistas nacionais, residentes nos próprios países em que estas áreas se localizam.

Na América Latina o aumento da popularidade das áreas naturais protegidas como destino turístico em viagens e férias vem sendo acompanhado de uma imperativa necessidade de produzir capitais para manutenção da integridade dessas áreas. Tais esforços convergem cada vez mais na elaboração de planos de manejo criativos e rentáveis para parques e reservas. Paralelamente, ambientalistas e administradores de parques passam a ponderar cada vez mais a relevância do manejo das áreas protegidas em conformidade com as necessidades das populações locais (LIMA, 2003).

No Brasil, assim como em outros países, a legislação que rege áreas protegidas³ estabelece que algumas categorias de unidades de conservação,

³ Parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e outras (SILVEIRA, 2003, p. 105).

sobretudo, os parques⁴ podem ter exploração turística, possibilitando contato com a natureza e servindo como um destacado instrumento no processo de educação conservacionista. Uma das operações para autofinanciamento dessas áreas baseia-se no ecoturismo, devido a sua capacidade para gerar receitas diretas ou indiretas:

Essa receita pode vir da cobrança de ingressos aos visitantes ou àqueles que exploram as áreas protegidas para o turismo, da venda de *souvenir*, ou por desencadear outras atividades, serviços e empregos relacionadas à atividade, como o setor de hospedagem e de alimentação, promoção de passeios e eventos, guias e monitores, aluguel de carros e equipamentos, comércio, artesanato, marketing, entre outros (LIMA, 2003, p. 75).

Um questionamento pertinente apontado por Lima (2003) refere-se à função e propósito das áreas protegidas que apresentam duas orientações, quais sejam a preservação e o uso. Assim, o turismo que se pratica nas áreas de unidades de conservação envolve tal dilema:

A concepção original de parques nacionais colocava a recreação, em vez de conservação, como centro das funções de um parque. Assim, os parques foram criados inicialmente por razões utilitárias, embora tenha havido, num dado momento, um significativo redirecionamento do foco recreativo/turístico para os objetivos de preservação, cuja concepção envolve a idéia de áreas desabitadas e com a mínima interferência. Contudo, mais recentemente a política de áreas protegidas moveu-se novamente na direção de um enfoque mais antropocêntrico (LIMA, 2003, p. 78).

Mediante as ponderações de Figueiredo (2002, p. 55) o ecoturismo não deve ser visto simplesmente como “uma pequena elite de amantes da natureza, mas encarado como uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. Pois, compreende-se que o ecoturismo seja capaz de provocar e satisfazer o desejo de estar em contato com a natureza, e explorar o potencial turístico, promovendo a conservação e o desenvolvimento, evitando o impacto negativo à ecologia, à cultura e à estética (FIGUEIREDO, 2002).

Figueiredo (2002) ainda argumenta que para usufruir da natureza é preciso ter conhecimento prévio do ambiente a ser colocado à disposição do uso turístico.

⁴ Sobre as possibilidades de turismo em unidades nacionais de conservação, no caso dos parques nacionais (aborda-se com mais detalhes esse assunto na próxima parte da pesquisa) a visita é permitida, mas sujeita a restrições (YÁZIGI, 2009).

Assim, todo turismo deveria se ajustar ao funcionamento da natureza e aos seus limites ecológicos ao planejar infraestruturas e equipamentos turísticos. De tal modo, aponta-se que qualquer tipo de turismo tem de se adequar às fragilidades do meio e ser capaz de gerir e controlar impactos ambientais, pois para a natureza não interessa quem usufrui dela, mas sim como usufrui.

Com essas mesmas nuances Furlan (2003) escreve que o ecoturismo tem sido considerado como modalidade de turismo que poderá criar uma nova prática de lazer associada à conservação da natureza. Essa modalidade turística é analisada por alguns autores como um fenômeno complexo e multidisciplinar e também como um conceito polissêmico. Espera-se que este seja um novo modo de usar o tempo livre em atividades que promovam contato, diversão e simultaneamente gere baixos impactos sobre os recursos naturais.

Um princípio fundamental para o ecoturismo foi identificado em documentos da *World Travel Organization* (WTO), estabelecendo que em geral, mas não de modo exclusivo, o ecoturismo deve ser organizado para pequenos grupos por pequenos empreendedores locais. Semelhante, a esta definição, a *United Nations Environment Programs* (UNEP), apresenta como um dos fatores que compõem o ecoturismo: “uma oferta para pequenos grupos, empreendida por pequenas empresas” (UNEP, 2001 apud RODRIGUES, 2003, p. 32).

Tal princípio corresponde a um dos preceitos fundamentais da atividade, e para Rodrigues (2003) não está sendo seguido, pois este vem sendo conduzido a empreendimentos e produtos que não condizem a sua verdadeira meta. A autora ainda cita mais dois princípios básicos, que se referem ao menor consumo possível de recursos não renováveis, e o fortalecimento das oportunidades de negócios, particularmente, para a população rural.

É comum associar o ecoturismo ao conceito de desenvolvimento sustentável, o qual denota a melhoria da qualidade de vida humana, sem rebaixar a capacidade de carga dos ecossistemas que as sustentam. Nesta acepção, surge outro parâmetro difícil de ser determinado, a capacidade de suporte, cuja definição não resulta de critérios universais. De acordo com Rodrigues (2003, p. 32):

É extremamente variável de segmento para segmento, de ecossistema para ecossistema, de trilha para trilha, de caverna para caverna, de praia para praia, variando também quando se extrapola o ambiente físico para incorporar outros dados, tais como confortabilidade, segurança, privacidade.

Ainda, quanto à capacidade de suporte ou carga, Lima (2003) indica que o conceito vem sendo criticado pela comunidade científica, especialmente porque se baseia no número de visitantes, resultando em vários questionamentos na sua consequente reformulação. Assim, diversas pesquisas demonstraram que muitos problemas decorrentes da visitação provêm do comportamento das pessoas e não necessariamente por causa quantidade. Desse modo, afirma-se que o tipo de uso, o comportamento dos visitantes, as condições biofísicas e de manejo e a época de uso são mais relevantes para calcular a capacidade de carga ou impacto, do que somente a quantidade de visitantes. Nessa perspectiva, “a quantidade de visitantes pode ter importância secundária, se os recursos são adequados e as condições sociais podem ser medidas e mantidas” (LIMA, 2003, p. 81).

Outra necessidade, conforme Rodrigues (2003) indica, remete-se a revisão do conceito de desenvolvimento sustentável, do qual são princípios norteadores: a eficiência econômica, a conservação da natureza, os princípios éticos que tem como ápice a justiça social e a equidade ao se tratar de comunidade anfitriã. Contudo, a autora questiona sobre a existência de empreendimentos que estejam respeitando tais paradigmas.

No tocante a necessidade de estabelecer um perfil para o ecoturista, admite-se que quem busca um produto rotulado de ecoturístico tem atração pela natureza. Conforme a maioria das pesquisas executadas em vários países, os turistas manifestam o interesse em visitar uma área natural protegida. Mas, este segmento de demanda apresenta diferenças, o que possibilita classificá-los em alguns subgrupos: i) pesquisadores ecoturistas, ii) ecoturistas pesquisadores, iii) ecoturistas naturalistas e iv) ecoturistas casuais (RODRIGUES, 2003).

Os pesquisadores ecoturistas apresentam fortes tendências ecologistas, são altamente especializados, geralmente associados à ONG's ou instituições acadêmicas, que além de serem investigadores, participam das pesquisas como turistas. Os ecoturistas pesquisadores são pessoas que se interessam em participar de grupos de pesquisa em áreas de rica biodiversidade, enquadrando-se pontualmente em experiências científicas. Os ecoturistas naturalistas correspondem às pessoas que viajam para áreas ricas em biodiversidade para observar a natureza ou alguns aspectos singulares do local, motivados por interesses específicos. E, os

ecoturistas casuais são estimulados por interesses em participar de experiências ecoturísticas, sem haver um interesse específico, como por exemplo, grupos de estudantes em experiências pedagógicas. Estudos já realizados sobre a demanda ecoturística revelam que os dois últimos grupos são mais numerosos, não sendo muito exigentes quanto ao luxo das acomodações, contudo, não dispensam higiene e segurança (RODRIGUES, 2003).

Quanto aos principais envolvidos e seus diferentes interesses no ecoturismo, Rodrigues (2003) lista o setor ambientalista, sobretudo as Organizações Não Governamentais (ONG's), o setor empresarial e o Estado, considerado um parceiro que não deve ser descartado. No primeiro caso, o setor ambientalista vincula-se a necessidade de fomentar novos modelos de desenvolvimento economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, de acordo com as prescrições do chamado desenvolvimento sustentável. No domínio das ONG's há uma tendência que simpatiza com a ideia de ecoturismo com o intuito de alcançar a prevista sustentabilidade. Ademais, verifica-se uma corrente contrária que se atenta para as experiências advindas no segmento, reconhecendo no mesmo uma intenção para a exploração econômica.

No que diz respeito ao setor empresarial, este está alerta para os movimentos do mercado e as mudanças que o público alvo apresenta em seus gostos, para tanto planeja e diversifica as ofertas. Considerando o fato de o ecoturismo ser um dos segmentos que mais cresce em escala mundial, algumas operadoras e agências turísticas direcionam seus negócios para este segmento (RODRIGUES, 2003).

Os folhetos vendem imagens paradisíacas de vegetação exuberante, inesgotáveis mananciais, pássaros exóticos, mamíferos em extinção, flores raras, comunidades indígenas “quase” intocadas, rico e criativo artesanato. Também são de referência obrigatória as iguarias da boa mesa, em que nomes indígenas de pratos locais com temperos exóticos, sorvetes de frutas tropicais e bebidas afrodisíacas aguçam muitos apetites: pirarucu, tucunaré, tambaqui, sopa de piranha, licor de jenipapo, sorvete de açaí, pato no tucupi, só para citar alguns (RODRIGUES, 2003, p. 33).

Rodrigues (2003) assevera que em função somente do crescimento desmedido da atividade, percebe-se que seus paradigmas, especialmente, aquele que recomenda pequenos grupos de turistas interessados em apreciar a natureza e a valorar a cultura local, não condiz à realidade. Explicita-se que relacionado ao papel do Estado, verifica-se uma tendência no mundo globalizado, fazendo com que

este permaneça cada vez mais restrito, desse modo a gestão de muitos setores anteriormente controlados pelo poder público se transferiram para a iniciativa privada.

Nesse caso, as agências governamentais responsáveis por áreas protegidas encontram-se sob forte pressão para obterem mais lucro e produzirem mais receitas do que despesas a partir dos serviços oferecidos nas unidades de conservação. Dessa maneira, o turismo desenvolve-se cada vez mais no sentido de proporcionar um fundamento econômico lógico para preservar áreas naturais. Este se transforma em filosofia política para administrar áreas protegidas e institutos de conservação, sendo capaz de causar resultados práticos no intuito de fornecer uma base de proteção contínua para essas áreas. Porém, há situações de gestão compartilhada junto à iniciativa privada das unidades de conservação nacionais sob a forma de terceirização de determinadas funções e atividades ecoturísticas. Tal formato de gestão já existente no Brasil, possibilitando que dezenas de parques nacionais possam ser exploradas pela atividade do ecoturismo por agências e operadoras fiscalizadas pelo órgão ambiental competente (LIMA, 2003).

Contudo, sobre a participação do Estado, adverte-se que “este continua a ser o maior parceiro nos projetos de ecoturismo e de outros rotulados de turismo de base local” (RODRIGUES, 2003, p. 34). Furlan (2003) comenta que para este setor o ecoturismo significa uma modalidade de turismo estratégica e “salvadora”, representando possíveis alternativas econômicas em locais não incluídos pelo turismo de massa. Ainda, Lima (2003, p. 73) complementa em muitos países, os governos consideram o ecoturismo “como uma boa oportunidade de ingresso de divisas, geração de empregos e, de certa forma, como alternativa para a conservação da natureza”.

Todavia, nos programas iniciados por ONG's parece existir uma indiferença por parte do Estado quanto aos seus deveres, por vezes resultando em conflitos. A ação das ONG's funciona muitas vezes como uma alternativa de controle social, passando a ser vista pelo Estado não de maneira complementar, mas como substitutiva e desobrigando-o de seus deveres. Então, as ONG's devem trabalhar para reivindicar junto ao Estado a elevação de seus deveres, e jamais agir de forma subsidiária e nem se confrontando com ele. As cobranças para o Estado podem ser feitas através de movimentos sociais organizados, perfazendo assim o pleno exercício da cidadania de modo claro e objetivo, para evitar confrontos

desgastantes. E, unir as reivindicações ao processo eleitoral expressa sempre uma forma virtuosa de participação (RODRIGUES, 2003).

Dentre as atribuições básicas do Estado, elencam-se as seguintes ações para um estado politicamente progressista: criação de um espaço político em que as reivindicações da sociedade organizada possam ser ouvidas; mediação e tentativa de solucionar conflitos; remoção de obstáculos legais e outros ao desenvolvimento local; promoção de novos instrumentos jurídicos, quando necessários, para facilitar o processo de desenvolvimento autocentrado; apoio amplo, total e irrestrito para os esforços da comunidade em prol de seu fortalecimento; oferecer quadro administrativo que apoie o desenvolvimento autocentrado (RODRIGUES, 2003). Em suma, “o Estado tem que essencialmente permitir, facilitar e apoiar sempre a comunidade, não se isentando das suas obrigações fundamentais” (RODRIGUES, 2003, p. 35).

Conforme as considerações tecidas por Furlan (2003) no tocante as soluções possíveis para desigualdades sociais e dificuldades estruturais existem as políticas de planejamento ambiental, como uma das ferramentas que governos e sociedades possuem para começar a atacar seus problemas. Assim, o planejamento ambiental tem como objetivo cumprir metas sociais, não devendo ser antidemocrático, injusto e discriminatório. A autora ainda adverte “não é de estranhar, pois, que se constate a quase ausência de políticas públicas de apoio aos planos de conservação ambiental locais, em nível municipal” (FURLAN, 2003, p. 57). Para ela turismo e ecoturismo passam por procedimentos similares, porque muitos projetos e incentivos se originam de forma desterritorializada, ou seja, fora do lugar.

Ainda, na esfera dos envolvidos com o ecoturismo, alvitra-se que as instituições de ensino devem ser comprometidas com as iniciativas comunitárias, com destaque para as universidades e suas diferentes atribuições de ensino, pesquisa e extensão. Pesquisas básicas são fundamentais, entretanto, nas áreas que carecem de recursos econômicos, as pesquisas aplicadas são essenciais, e devem receber todo o apoio dos órgãos de fomento. E, os estudos que reúnem a pesquisa e a extensão desempenham duas funções: a pesquisa-ação. Dificilmente encontra-se um município brasileiro onde não existam preocupações com o ambiente e não tenham condições de desenvolver algum projeto de cunho ambiental, iniciando-se a partir do envolvimento com a comunidade local (RODRIGUES, 2003).

Destacando-se nesse trecho, as comunidades hospedeiras, assume-se que um dos princípios fundamentais do ecoturismo é o benefício às comunidades locais, condição esta muito delicada, porque se exige tempo e habilidade para ser efetivado, e, além disso, o trabalho de base indispensável para concretizar a participação é intenso (RODRIGUES, 2003). Segundo Lima (2003) a gestão do ecoturismo além de garantir os objetivos referentes à conservação da natureza e a manutenção da qualidade ambiental, deve permitir que os benefícios auferidos por suas atividades, sejam largamente coligados às populações locais, estas sendo consideradas como sujeitos do desenvolvimento. E, decididas a participar, vão requerer capacitação e investimentos no setor.

Furlan (2003) alega que em função dos graves problemas de exclusão social, da geração de empregos e da economicidade local, existem grandes expectativas que a prática ecoturística possa incluir os moradores locais. Porém, alerta que com normas distintas, esta modalidade turística não vem considerando apropriadamente “os diferentes modos de vida que resistem as ondas homogeneizadoras de costumes que acompanham o desenvolvimento do turismo de um modo geral e do ecoturismo em particular” (FURLAN, 2003, p. 48). Segundo a autora, tais aspectos, certamente heterogêneos e complexos, interagem de algum modo para explorar o que é mais visível na paisagem: florestas, relevos, águas, a paisagem em sua totalidade, as diferenças culturais etc.

Faz-se necessário o vínculo entre a administração da área protegida e as atividades econômicas das comunidades locais, assim como a inclusão das comunidades desde o processo de planejamento e gestão dos recursos. Dentre os estímulos para o pretendido envolvimento das comunidades, destacam-se:

o engajamento efetivo como meta; a participação ao longo de todo o projeto; os riscos dos investimentos; a relação entre lucro e conservação; a distribuição justa dos lucros; o incentivo aos agentes de mudança; o conhecimento das especificidades locais; o controle e a avaliação dos progressos (BRANDON, 1995 apud RODRIGUES, 2003, p. 37).

Há também, conforme literatura especializada, formas distintas de participação em projetos, tais como i) a participação imposta, ii) a participação consultiva, iii) a participação endógena com acompanhamento, e iv) a participação endógena. A participação imposta ocorre através do envolvimento da comunidade

em projetos delineados por agentes externos, ou seja, sem considerar suas necessidades prioritárias ou escutar suas opiniões. A participação consultiva promove o diálogo entre os agentes externos e os comunitários, a fim de discutir e avaliar os problemas, especialmente, os de cunho econômico. A participação endógena com acompanhamento admite que os comunitários tenham a iniciativa com o apoio de agentes externos no setor consultivo e financeiro, trabalhando em equipe para manejar e controlar os recursos, tendo suas próprias decisões. E, a participação endógena, apoia-se na atuação espontânea, assumindo diferentes graus de conscientização, sem envolver agentes externos (RODRIGUES, 2003).

Levando-se em consideração que a economia empresarial obedece aos mesmos princípios da economia familiar, deve-se então lançar mão de analogias. Exemplificando: uma roça de milho tem que ser administrada, envolvendo o planejamento que obedece a um calendário. Onde plantar, quando plantar, quanto plantar, cuidados com a roça, quando colher, quanto estocar, quanto vender, preço da comercialização. A contabilidade do empreendimento é fundamental, envolvendo o orçamento da própria unidade familiar. Deve-se usar, portanto, uma linguagem adequada que possa ser assimilada, porém vale ressaltar que cada comunidade é diferente e deve ser entendida como única. Há que ter respeito pelas especificidades, não havendo modelos a imitar (RODRIGUES, 2003, p. 37).

Convém sublinhar que as unidades familiares das comunidades receptoras apresentam baixo nível de renda e de instrução, fato que as posiciona como inferiores e subordinadas, podendo ser facilmente influenciadas. E, durante o processo de implantação de programas, apontam-se diversos problemas, tais como:

difficuldade de acesso – falta completa de sistema de transportes; dificuldades de comunicação; falta de infraestrutura básica e de serviços de apoio; dificuldades no abastecimento; desconfiança e enclausuramento; baixo nível de instrução, gerando dificuldades para manejo de informações – leitura de jornais, textos, cartilhas, manuais; baixa capacitação dos recursos humanos; ausência de horizontes e diretrizes; baixa auto-estima; dificuldade na contabilidade, tanto familiar quanto empresarial, havendo necessidade de contar com extensionistas; falta de higiene tanto nos hábitos pessoais quanto familiares; competição e divergências entre famílias e grupos de ordem pessoal, religiosa, econômica; integração deficiente com outros setores da economia; falta de alternativas em caso de imprevistos; falta de linhas de crédito para pequenas e médias empresas (RODRIGUES, 2003, p. 38).

Além disso, Lima (2003) certifica que há outros problemas na esfera do envolvimento das populações locais, estes dizem respeito à distribuição dos benefícios econômicos locais e regionais, levantando-se assim a complexa discussão sobre quem obtém o benefício e quem paga os custos. Embora, os visitantes consumam um valor que traga benefícios diretos para a população do entorno da área, em algumas situações pouco desse recurso “é realmente distribuído entre as comunidades locais e a taxa de evasão dos gastos turísticos pode ser bastante elevada” (LIMA, 2003, p. 75). Em outra perspectiva, não tem sido dada a atenção merecida aos custos econômicos impostos pela infraestrutura e capacitação necessária para atração, acomodação e promoção do turismo, ou os custos para manutenção ou recuperação dos recursos das unidades de conservação que foram danificados durante as visitas. Tais questões demonstram a preocupação sobre o retorno do turismo em áreas protegidas ou associado a elas, ou seja, se este será responsável por um desenvolvimento inadequado e/ou em graus de uso que signifiquem uma ameaça aos objetivos de conservação que preconiza. Ainda assim, tal inquietação é o desafio em que se concentram os elementos diferenciadores da atividade ecoturística.

Na América Latina, o êxito econômico para o desenvolvimento do ecoturismo em unidades de conservação conforme explica Lima (2003) depende de vários fatores relativos ao atrativo dos lugares e de sua vida silvestre, das facilidades de alojamento e de acesso, da qualidade dos serviços de guias e da capacidade de incorporar ativamente a população local. Para a autora com exceção do primeiro item, acredita-se não ser muito fácil obter o conjunto destes pré-requisitos, particularmente no que se refere às unidades de conservação, ao menos no caso do Brasil. Mas, de um ponto de vista ideal, o desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas pode ocasionar benefícios econômicos em escala regional, local e nacional, extrapolando a arrecadação proveniente da cobrança de ingressos. Pode também aumentar as ofertas de emprego e prover recursos para preservação do patrimônio natural e cultural, e este tipo de valor é reconhecido, quando os benefícios destinam-se diretamente para as áreas protegidas e população local.

Rodrigues (2003) anuncia a precisão de uma postura ética e respeitável para com os residentes e os turistas. Tal postura ética é mais complexa quando dois grupos humanos distintos entram em contato, tal como é o caso de turistas e de população residente. Pois, “quando uma cultura é considerada superior a outra, há

uma grande probabilidade de surgir relações de poder que implicam em posturas de poder e dependência” (RODRIGUES, 2003, p. 39). Geralmente, os turistas são considerados seres superiores, devendo ser servidos e imitados, isto é, ocasionando comportamentos subservientes, a exemplo disso, a tentativa de comunicação através do idioma do visitante. O idioma estrangeiro deve ser adotado exclusivamente para fins de prestação de serviços, em seu sentido profissional, não ultrapassando tal limite para horizontes afetivos. A valorização da cultura local começa pelo idioma, sendo um fundamental instrumento para as comunidades locais (RODRIGUES, 2003).

A abordagem sobre ética empresarial deve estar presente nas discussões de oficinas de capacitação, embora o empreendimento seja familiar. Deve-se tratar o turista com respeito, para assim poder exigir respeito. Ao se considerar os serviços como produtos, estes devem corresponder aquilo que foi prometido, uma vez que o sucesso do empreendimento depende da satisfação do turista. E, promessas não cumpridas resultam em frustrações e reclamações que dificilmente são controladas. Um dos problemas mais graves do ecoturismo é a segurança dos visitantes, portanto, devem-se evitar situações que demonstrem riscos a integridade física dos mesmos, e particularmente, é melhor prevenir em detrimento de remediar (RODRIGUES, 2003).

Para a atividade do ecoturismo torna-se indispensável o respeito à propriedade pública ou privada, como um importante princípio ético a ser seguido. Também se faz necessária a adoção de um código de ética que abrange todos os segmentos envolvidos. “Há urgente necessidade de a Embratur lançar um novo documento para definir as diretrizes sobre o ecoturismo no Brasil atual, propondo um código de ética apropriado à nossa realidade” (RODRIGUES, 2003, p. 41).

Para Rodrigues (2003, p. 41) “o conceito de ambiente em escala total de abrangência extrapola os dados físicos do território incorporando também as dimensões humanas”. Nessa associação entre paisagem e turismo existe uma presença ampla e ativa de fatores econômicos, pois há custos envolvidos, produção, circulação e consumo de bens e serviços (MENESES, 2002, p. 53). Faz-se necessário ainda mencionar que a atividade turística possui não apenas grande significado econômico em muitos casos – fonte de renda e divisas – mas, também exerce impactos (positivos e negativos), notadamente sobre a cultura e o espaço

(natural e, ou social) da área receptora dos turistas (SOUZA, 2002, p.17). E, dentre os principais impactos ambientais negativos do ecoturismo destacam-se:

alteração irreversível da paisagem natural, como desmatamentos, cortes e aterros, desmonte de morros, a erosão [...]; construções não condizentes com o entorno, funcionando como elementos de intrusão visual negativa que funcionam como detratores da paisagem, interferindo quase de forma irreversível na qualidade visual da mesma; problemas com resíduos sólidos que muitas vezes são depositados aleatoriamente produzindo lixões, que além de serem grandes detratores visuais, produzem chorume, que pode percolar e contaminar irreversivelmente o lençol freático ou ser carregado pelas águas superficiais, contaminando cursos d'água [...]; esgoto domiciliar e de outra natureza [...] lançado *in natura* ou em fossas negras; poluição visual causada por placas indicativas não apropriadas ou por cartazes publicitários muitas vezes fixados em árvores; poluição sonora causada por tráfego terrestre, por grupos de turistas ruidosos, por ruídos de geradores; compactação do solo pelo pisoteio em trilhas não monitoradas; assentamentos ilegais – gravíssimo em áreas à beira de rios, lagos e lagoas, cachoeiras [...]; uso indiscriminado de fontes de energia, onde a água é um recurso finito; alteração do habitat natural de muitas espécies da fauna e da flora; planos de manejo sem base científica consistente e não respeitados mesmo que sejam apropriados; desrespeito total à capacidade de carga natural, principalmente em ecossistemas de grande fragilidade; montagem de equipamento não adequado para acessos e mirantes para observação de vales, planícies, cachoeiras, cavernas e grutas (RODRIGUES, 2003, p. 42).

Figueiredo (2002) delata que o ecoturismo é uma atividade em ascensão, porém este implica em impactos positivos e negativos as áreas naturais e as culturas locais. Também revela que a prática de conservação e o turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão predestinados ao fracasso, quando não considerados totalmente ilegais. Ressalta-se segundo Silveira (2003) que tanto os benefícios quanto os problemas consequentes da prática ecoturística são potenciais, e resultam essencialmente da maneira como é planejado, implantado e monitorado. Lima (2003) explica que em curto prazo o ecoturismo pode acarretar menos alterações nas destinações turísticas do que o turismo de massa, devido as suas dimensões, e em função de necessitar menos e menores instalações para atender aos princípios e diretrizes que o regem. Todavia, em longo prazo, previne-se que seus efeitos cumulativos podem danificar profundamente o meio ambiente e as comunidades vizinhas. Isso ocorre, porque “para cada viajante preparado para ir ao encontro do ‘selvagem’ como ele se apresenta, existem centenas de outros que

pedem que o lugar seja modificado para seu uso: rodovias pavimentadas, lanchonetes, [...] banheiros [...] (LIMA, 2003, p. 79).

Lima (2003) também esclarece que as concepções ligadas ao ecoturismo significam um avanço em relação ao turismo convencional e seu manejo superficial do exótico e da beleza natural. Contudo, informa a necessidade de aprofundamento de sua discussão e concepção, garantindo o seu caráter transformador. Assim, “mesmo uma iniciativa diferenciada e bem menor que um empreendimento turístico tipo Cancún também pode apresentar impactos socioambientais e profundas transformações nos sistemas políticos, econômicos e culturais” (LIMA, 2003, p. 80).

Furlan (2003) encara como sub-modalidades do ecoturismo, oriundas do mundo da competição e do lucro, aquelas que: incentivam a cultura; incentivam os esportes; incentivam o ar livre; incentivam a observação e o respeito à natureza. Contudo, tais modalidades, cuja razão deveria controlar os limites da exploração econômica dos ambientes com respeito à pluralidade cultural das populações locais, são exploratórias e com pouca frequência consideram os impactos socioambientais. Assim, estas são executadas a partir de uma visão fragmentada de natureza, dificultando os meios para que a ação educativa se transforme em ação de entendimento e estratégia crítica de mudança.

O ecoturismo ao ser encarado como uma ação estratégica e educativa atua de forma embrionária na transformação dos sistemas produtivos, constituindo-se em uma ação crítica do mundo. Desse modo, significa um momento de desfrute com percepção e contato reflexivo com a realidade. Entendido como ação educativa, ao se vivenciar a natureza possibilita-se um desvelamento, sensibilizando o sujeito, e propõe-se através do exercício de observação a reflexão, podendo levá-lo a compreensão dos lugares (FURLAN, 2003).

Nas considerações de Rodrigues (2003) ainda são notáveis alguns problemas fundamentais nas práticas ecoturísticas, no intuito de sugerir algumas diretrizes. Sob o ponto de vista quantitativo admite-se que o ecoturismo é um segmento alternativo e seletivo, pois respeita o número restrito de visitantes. Qualitativamente, existe uma oferta indiscriminada de produtos ecoturísticos, que utiliza de forma indevida o prefixo eco para comercializar qualquer tipo de visita. Para as comunidades receptoras, em várias situações a população local é enganada e influenciada para participar de empreendimentos que pouco lhes traz benefícios. Na perspectiva jurídica, existem muitos empreendimentos ilegais. Sob a ótica ambiental os

problemas mais graves, verificados atualmente, consistem na questão do lixo e na destinação dos efluentes orgânicos.

Quanto à atuação do Estado, observa-se que este cada vez mais se ausenta tanto da atuação direta, quanto indireta, e ainda da fiscalização e punição de irregularidades. Sobre as ONG's, Rodrigues (2003, p. 44) escreve que “há que saber separar o joio do trigo, desconfiando sempre das suas boas intenções”. Com relação à instalação da infraestrutura básica e de apoio, exigem-se as mínimas condições de acesso, higiene, conforto e segurança. Do ponto de vista econômico, recomenda-se a cobrança de taxas diferenciadas para turistas brasileiros e estrangeiros, especialmente nas visitas a UC's (Unidades de Conservação). E, sobretudo, menciona-se que “as ações devem ser empreendidas no sentido de que na luta a favor das forças locais, no segmento do ecoturismo, é necessário enfatizar o esforço coletivo, pautando-se pela cidadania responsável” (RODRIGUES, 2003, p. 44).

Pires (2001) explana sobre o crescimento da demanda turística por ambientes naturais, cujo retorno em diversos países, inclusive no Brasil, remete-se a exaltação do ecoturismo, todavia, verifica-se outra demanda também em expansão, voltada para o meio rural, qual seja o turismo rural.

Silveira (2001) e Rodrigues (2001) esclarecem que o desenvolvimento dessa modalidade turística no Brasil consiste em um processo recente, quando comparada ao “modelo sol e praia” e o ecoturismo. Os primeiros instrumentos políticos que contém alguns mecanismos para fomentar tal atividade no país referem-se a proposição da Política Nacional de Turismo e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) durante os anos noventa. Ainda, nesse período pode-se mencionar a criação de uma linha de financiamento para o desenvolvimento do turismo rural através do programa Crédito Rural à Agregar em parceria com o Banco do Brasil (SILVEIRA, 2001).

Este programa tem como finalidade dar apoio financeiro mediante abertura de crédito a investimentos que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária e/ou de produtos artesanais fabricados por famílias rurais, inclusive para a exploração do lazer no espaço rural (SILVEIRA, 2001, p. 141-142).

Conforme Rodrigues (2001) não é possível datar com precisão o início do turismo rural no país devido a sua vasta extensão geográfica. Até o final do século passado a promoção dessa atividade dependeu da vontade e do espírito empreendedor dos proprietários rurais do que de ações governamentais do setor público pertinente (SILVEIRA, 2001).

Como exemplo de empreendedorismo nesse setor, consideram-se como primeiras iniciativas oficiais de turismo rural em escala estadual as que ocorreram na fazenda Pedras Brancas, no município de Lages no planalto catarinense, em 1986 (SILVEIRA, 2001; RODRIGUES, 2001). O local começou “a acolher visitantes para passar ‘um dia no campo’. Oferecendo pernoite e participação nas lidas do campo são consideradas pioneiras também as fazendas do Barreiro e a Boqueirão” (RODRIGUES, 2001, p. 101).

De tal modo, aproveitando-se da infraestrutura existente nessas fazendas e estâncias de criação de gado, buscaram desenvolver o turismo rural (SILVEIRA, 2001). Então, iniciativas semelhantes se multiplicaram rapidamente, extrapolando os limites de Santa Catarina, e alastrando-se por todo território nacional, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Posteriormente, alguns municípios da região Centro-Oeste também aderiram a esta modalidade turística, com destaque para o estado do Mato Grosso do Sul. E, nos dias atuais pode-se afirmar que as iniciativas relativas ao turismo rural já chegaram até as regiões Nordeste e Norte (RODRIGUES, 2001).

Com relação à difusão do turismo rural brasileiro, Silveira (2001) aponta que tal processo ocorreu a partir da metade da década de 1980. Para o autor na região Sul se situam as principais áreas dessa atividade no país, tais como os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso se deve as próprias características econômicas e culturais desses territórios manifestadas através da expressiva presença da agropecuária e da formação étnico-cultural que auxiliam no resgate e na valorização do modo de vida e da produção das populações rurais. No tocante ao estado do Paraná a modalidade vem se expandindo rapidamente, visto que este possui forte tradição agrícola, dispondo de recursos naturais e culturais, além de infraestruturas e equipamentos que são utilizados para o desenvolvimento do turismo rural em várias regiões (SILVEIRA, 2001).

No campo teórico-conceitual, Rodrigues (2001) ressalta sobre a imprecisão dos conceitos acerca do turismo rural, e que sua reflexão geralmente vincula-se a

tentativa de classificações baseadas em parâmetros europeus, o que para autora “resulta em graves equívocos por se tratar de realidades tão diferentes e complexas” (RODRIGUES, 2001, p. 101). Pois, as próprias comparações entre países europeus exprimem modalidades turísticas distintas no espaço rural, inexistindo critérios afins para classificação.

Sobre o assunto Joaquim (2001, p. 35) escreve que:

[...] o turismo em espaço rural recobre um conjunto diversificado de atividades turísticas, apresentando profundos contrastes no interior dos países europeus, o que se relaciona, por um lado, com os diferentes conceitos de rural e, por outro, com as várias formas que o Turismo em Espaço Rural (TER) assume. O traço comum, no âmbito de situações tão contrastadas, é o espaço rural.

No Brasil, o conceito de turismo rural apresenta um sentido amplo, abrangendo a fruição dos recursos rurais, além das atividades desportivas e ecológicas, assim como “a dimensão relativamente intangível da cultura e do modo de vida das comunidades rurais e/ou de montanha” (RODRIGUES, 2001, p. 104). A diversificação da atividade turística torna possível a inclusão de uma parte da população brasileira em diversos locais com potencial para o desenvolvimento do turismo em pequena escala, tal como é o caso do Norte do Paraná, desde que haja políticas em sentido amplo para a promoção da atividade que contribuem com os de menor poder econômico. “O turismo rural, nesta perspectiva, estaria relacionado principalmente ao turismo em pequena escala e não ao turismo organizado pelas grandes empresas” (CALVENTE, et al., 2002, p. 218). Também é possível mencionar que essa modalidade de turismo apresenta-se “com uma formatação diferenciada do produto turístico convencional ou de massa, uma vez que são planejados como turismos especializados, em geral praticados em pequena escala” (SILVEIRA, 2001, p. 136).

Segundo Silveira (2001) o turismo passa por modificações significativas, uma vez que o longo período de férias em família ou entre amigos, curtindo o verão em algum destino turístico com sol e praia no litoral está perdendo simpatizantes. Conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT) estão surgindo novas tendências na prática de turismo e lazer, determinadas pelos seguintes fatores:

Interesse crescente por questões relativas ao meio ambiente, em particular pela qualidade ambiental do lugar nos destinos turísticos; aumento por parte dos turistas na procura de experiências mais autênticas e de convívio com o modo de vida e costumes locais; necessidade emergente de práticas de lazer mais saudáveis; demanda crescente por tranquilidade e relaxamento que a vida no campo oferece, em contraste com o estresse da vida urbana; interesse maior em cuidar da saúde física e mental e, portanto, de férias mais ativas; e, principalmente, aumento no volume de ofertas e no marketing de “produtos turísticos” ligados ao meio rural e à natureza, por parte de operadoras e agências de turismo (SILVEIRA, 2001, p. 135).

Percebe-se aumentar o interesse pelos denominados “turismos de interior”, também reunidos sob o título de “turismo alternativo”, que compreende as modalidades de turismo rural, turismo cultural, turismo ambiental, ecoturismo, turismo de aventura etc. Então, a busca por lugares que apresentem qualidade ambiental e pouca saturação, e por férias ativas através do contato com a natureza e a integração com a cultura e os costumes locais, fazem com que os espaços rurais e naturais transformem-se em destinos exclusivos com fluxos turísticos de tipo alternativo (SILVEIRA, 2001, p. 135).

No caso brasileiro, segundo a Embratur, órgão responsável pela formulação de políticas públicas para o setor no país, o turismo rural possui um conceito mercadológico, ao considerar que este reúne atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, que agregam valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo (SILVEIRA, 2001).

Pertinente ao assunto existe uma variedade de conceituações, há autores que elaboram uma aceção associada aos aspectos culturais, ao afirmar, por exemplo, que:

o turismo rural diz respeito ao conjunto de atividades que compõem a vida no campo, envolvendo a experiência do dia-a-dia nas fazendas, o convívio com camponeses, a montaria de cavalos, as plantações, as pastagens, o sabor dos alimentos comidos diretamente da fonte (VAZ, 1999 apud SILVEIRA, 2001, p. 137-138).

E, também tem autores que consideram a dimensão espacial do fenômeno, conceituando-o como o “deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros

programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas” (BENI, 1998 apud SILVEIRA, 2001, p. 138).

O dado geográfico de localização dessa modalidade turística não deve ser interpretado simplesmente como o rural em oposição ao urbano, segundo Rodrigues (2001) é necessário considerar alguns fatores essenciais, como o processo histórico de ocupação territorial, a estrutura fundiária, as características paisagísticas regionais, a estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho desenvolvidas, as atividades econômicas atuais, as características da demanda, e os tipos de empreendimentos.

Rodrigues (2001) explica que o turismo rural associa-se as atividades agrárias, passadas e presentes, que exercem na paisagem uma expressão nitidamente rural. Contudo, a autora indica que esta se diferencia “das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, com ecossistemas ricos em biodiversidade, onde a natureza encontra-se ainda bastante preservada [...]” (RODRIGUES, 2001, p. 103).

Na publicação de Pires (2001) explica-se que a valorização de paisagens naturais, assim como de paisagens rurais permeia-se pela percepção e representação humana. Segundo o autor, a unidade, a força, a harmonia e a beleza dos elementos naturais, definem a atratividade das paisagens naturais, e no caso das rurais esta se desenvolve a partir das marcas humanas na natureza, quais sejam as atividades agropastoris, dentre outros aspectos da organização e ocupação espacial. Assim, a paisagem rural pode ser caracterizada no âmbito da humanização do ambiente natural, reconhecendo-se ainda como potencial perceptivo para o turismo em função de sua diversidade e dos aspectos singulares que a compõem.

Pires (2001) explica a diversidade como um atributo de qualidade paisagística que exerce forte impacto na percepção estética do turista usuário da paisagem rural. Sua experiência visual é enriquecida por causa da presença simultânea de diversos componentes diferenciados entre si quanto a sua natureza – relevo, água, vegetação, atividades humanas – e devido a sua expressão estética – forma, cor, textura, linha, escala, espaço – dispostos de forma integrada e visualmente variada, atraente.

No plano real esta variedade cênica inclui a ocorrência de culturas agrícolas distintas entre si devido à coloração, textura e porte das diferentes espécies

existentes. Ainda, a diversidade paisagística pode ser observada pela dimensão e distribuição espacial dos cultivos, compondo um mosaico multiforme juntamente com atividades pastoris, distinguidas pelo tipo e quantidade de animais e pelas particularidades de sua criação (PIRES, 2001).

O autor ainda acrescenta que a composição do cenário confere a presença de:

Maciços ou fragmentos irregulares de vegetação natural (capões, bosques, mata ciliar) interrompendo o desenho “geometrizado” da paisagem predominante;
 Reflorestamentos e alinhamentos artificiais de cortinas florestais, ao contrário, reforçando o aspecto “geometrizado” da paisagem cultivada;
 Superfícies de água em sua configuração espacial (lagos, barragens), pontual (pequenos açudes e reservatórios) e linear (rios) estabelecendo contrastes visuais marcantes com o entorno próximo;
 Das demais atividades humanas materializadas nos corredores de circulação e transmissão (estradas, caminhos, redes aéreas de eletrificação), nos limites de parcelamento do solo (cercas, muros) e nas benfeitorias diversas como residências, galpões e cercados, aumentando a diversidade paisagística pelo contraste de formas, volumes, linhas e cores com o restante dos elementos já relacionados (PIRES, 2001, p. 128).

O outro atributo da qualidade paisagística – a singularidade – é considerado no âmbito da percepção da paisagem, porém sob outra dimensão além da simplesmente estética ou visual. A singularidade se expressa através da presença de elementos ou ocorrência de manifestações dotadas de expressão visual, além disso “impregnados de significados e valores captados pelo turista-usuário da paisagem e codificados pelos filtros perceptivos – pessoais, sensitivos, emocionais, sociais, culturais e educativos – de que é dotado” (PIRES, 2001, p. 128) produzindo assim as imagens do ambiente real que influenciam diretamente na avaliação espontânea de sua expressão espacial e visual, a paisagem.

Bombin (1987, apud PIREs, 2001) relaciona de forma geral as atividades humanas que vem marcando destacadamente a paisagem natural: agricultura; obras públicas – estradas, ferrovias, linhas de transmissão, barragens; urbanização; indústria; e turismo. Em arranjos espaciais que apresentam desde áreas naturais praticamente inalteradas até centros e núcleos urbanos, a paisagem do meio rural

assume níveis de qualidade visual intermediários, corroborando a posição dada pela escala do gradiente de modificação⁵.

Conforme as considerações de Pires (2001) o meio rural localizado numa posição intermediária no gradiente de modificação humana dos ambientes naturais, conserva elementos e manifestações naturais remanescentes e também se mostra repleto de marcas e registros da ação passada e atual do homem. Dessa forma, “gerações de antepassados colonizadores em sua passagem e fixação na terra abriram espaços na natureza selvagem, e neles foram criando os ambientes culturais que, gradativamente, se incorporaram à própria natureza remanescente” (PIRES, 2001, p. 129). Por ser viva e dinâmica a paisagem é capaz de integrar e assimilar ao longo do tempo elementos introduzidos por modificações territoriais que não sejam ríspidas.

De acordo com Pires (2001, p. 129) a rica e considerável diversidade entre as paisagens rurais deve-se a “integração entre os elementos introduzidos de origem humana e aqueles preexistentes de origem natural, envolta pela herança cultural e ditada pela criatividade e labor do ser humano”. O espaço rural brasileiro possui um amplo potencial paisagístico, resultante da superposição de três fatores, sendo eles: “a grande extensão territorial; a diversidade dos ambientes naturais que lhe servem de entorno e suporte e o notável matizamento cultural disseminado em todas as regiões” (PIRES, 2001, p. 129).

Pires (2001, p. 129-130) relaciona algumas ocorrências e manifestações comuns no cotidiano de diversas regiões rurais que sujeitas à percepção turística assumem o mérito de singularidade:

Terras cultivadas, mosaicos verdes;
 Obras antigas de engenharia como roda d'água, ponte pênsil;
 Moradias com estilo arquitetônico etnicamente representativo;
 Benfeitorias rústicas como, fornos, estábulos, muros de pedra etc.;
 Instalações tradicionais típicas como moinhos, ferrarias, adegas, alambiques;
 Aldeias, povoados, paragens remotas;
 Travessias, pontes, caminhos antigos;
 Edificações, monumentos, fortificações, igrejas e templos históricos ou antigos.

⁵ “Paisagem natural sem alterações visíveis => paisagem natural pouco alterada => paisagem predominantemente natural com alterações moderadas => paisagem tipicamente rural => paisagem rural com elementos pré-urbanos => paisagem suburbana com áreas verdes => paisagem urbana artificializada” (PIRES, 2001, p. 123).

Para Silveira (2001) a apropriação do espaço rural para satisfação das necessidades de ócio e lazer da população urbana potencializa suas aptidões turísticas para as formas alternativas de turismo, ou seja, aquelas com baixa densidade e que se adaptam as suas peculiaridades. “O resultado disso tem sido a apropriação crescente do espaço rural para a implantação de atividades produtivas que não têm um caráter agrário propriamente dito” (SILVEIRA, 2001, p. 136).

Nem mesmo os espaços que não são considerados especificamente rurais se desassocia de tal prática, pois também periferias urbanas e/ou metropolitanas são cada vez mais ocupadas por atividades de lazer, turismo, recreação etc., configurando o chamado turismo periurbano (SILVEIRA, 2001). Na literatura sobre turismo verifica-se que o termo turismo rural aparece associado a outras expressões popularmente conhecidas entre o público não especializado no assunto. Dessa forma, “termos como turismo cultural, turismo ambiental, turismo de aventura são usados também como referência ao turismo rural [...] a maioria dos autores não diferencia o turismo que ocorre em espaço rural do turismo rural propriamente dito” (SILVEIRA, 2001, p. 137).

Ademais, numa escala municipal fica difícil discernir entre turismo rural e ecoturismo. Por isso, Rodrigues (2001) propõe utilizar a denominação turismo ecorrural quando o hibridismo é muito acentuado.

Elucidando tal dificuldade e o acentuado hibridismo presente na realidade de alguns municípios brasileiros, Rodrigues (2001) expõe o caso de Brotas em São Paulo. O município oferece passeios a cavalo pela região serrana, e bóia-cross, *rafting*, canoagem, escaladas para aqueles favoráveis ao turismo de aventura. Apesar de não receberem turistas para pernoite, as fazendas dispõem de produtos para consumo a varejo, tais como doces, frutas e flores. Outro exemplo de turismo híbrido refere-se ao município paulista de São Bento do Sapucaí, onde se desenvolve um roteiro a partir da sede municipal em direção à Pedra do Baú, localizada nos limites de São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão, permitindo ao visitante desfrutar de uma rara e bela paisagem montanhosa que alterna áreas de pastagem mescladas com cultivos agrícolas de banana e milho, intercaladas por remanescentes de floresta atlântica, já muito degradada, e pontuada por majestosas araucárias. No final do trajeto para chegar até a Pedra do Baú e do Bauzinho realizam-se caminhadas de algumas centenas de metros, com escaladas de vários

níveis de dificuldade, para o deleite de praticantes do ecoturismo em sua conexão ao turismo de aventura (RODRIGUES, 2001).

“Quando há uma nítida distinção fisionômica da área visitada, vinculada às atividades realizadas pela demanda, pode-se distinguir com certa facilidade o turismo rural do ecoturismo” (RODRIGUES, 2001, p. 105). Então, a autora explica que no caso do município apontado, os roteiros monitorados de jovens hospedados nos acampamentos em trilhas no interior da Unidade de Conservação do Parque Estadual de Campos do Jordão se enquadram na modalidade de ecoturismo. Logo, as atividades de pesque-pague em lagos artificiais de represas de rios, e as cavalgadas e visitas as fazendas de pecuária leiteira classificam-se como atividades de turismo rural (RODRIGUES, 2001).

Posto que, para se estabelecer uma tipologia, antecede-se o exercício analítico de caracterizar a paisagem, o tipo de empreendimento e o roteiro. Mesmo, como procedimento metodológico complementar, a demanda necessita dessa distinção quanto a sua origem, motivações para o deslocamento, tempo de permanência e atividades praticadas (RODRIGUES, 2001).

Além disso, Rodrigues (2001) ao ensaiar uma tipologia apresenta alguns elementos para classificar o turismo rural propriamente dito em turismo rural tradicional de cunho histórico e o turismo rural contemporâneo. O primeiro tipo possui três tipos de origem, sendo estas, agrícola, pecuarista e de colonização europeia.

Assim, o chamado turismo rural do ciclo cafeeiro, encontrado em antigas fazendas de café do interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná exemplificam o turismo rural tradicional de origem agrícola. Essas propriedades que ao longo da ocupação histórica e geográfica desses locais constituíram as principais unidades de produção durante o ciclo de café, dispõem de patrimônio arquitetônico imponente em suas sedes, contendo áreas de pesque-pague, e algumas atividades rurais sem fins lucrativos, tais como ordenha de vaca, colheita de frutas em pomares etc. (RODRIGUES, 2001).

Quanto ao turismo rural tradicional de origem pecuarista refere-se aos equipamentos de hospedagem originados através da pecuária tradicional, identificando-se áreas em que a atividade de criação de gado proporcionou o domínio territorial no início da colonização, tal como foi o caso de regiões interiores do Nordeste, do Centro-Oeste e do Brasil Meridional (RODRIGUES, 2001).

O turismo rural tradicional de origem europeia relaciona-se ao histórico da imigração europeia no Brasil, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, onde se destacam os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. Nestas áreas algumas fazendas possuem instalações luxuosas, com proprietários que residem nestas ou não, e cuja atividade agrária é importante, e o turismo consiste em uma atividade complementar. Também condizem a esta categoria as propriedades rurais tradicionais com instalações simples e proprietários residentes, cujo sustento provém das atividades rurais. Assim, conciliam as atividades agropecuárias ao turismo que desempenha uma atividade econômica complementar. Os turistas são recebidos nas dependências de suas casas, compartilhando a moradia com os proprietários. Em alguns casos podem apresentar instalações anexas muito singelas para hospedagem. Fabricam e vendem produtos artesanais, tais como compotas, pães, biscoitos, melado, mel, aguardente, licores, verduras e legumes orgânicos. Portanto, essa modalidade pode ser chamada de turismo rural artesanal de origem colonial caracteriza-se como “um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar” (RODRIGUES, 2001, p. 113).

O turismo rural contemporâneo opõe-se a tipologia anterior, em função de abarcar equipamentos recentes implantados a partir dos anos 70, momento em que o turismo assume maior significação como atividade econômica no país. Este se caracteriza como uma modalidade de turismo alternativo ao “modelo sol e praia”, predominante no país e adquirindo destaque cada vez maior à proporção que a população torna-se mais urbanizada. Outra diferença com relação ao turismo rural tradicional é que as instalações deste estão ligadas à história do país com exploração de atrativos culturais históricos (RODRIGUES, 2001).

Rodrigues (2001) destaca como variantes dessa modalidade: hotéis-fazenda; pousadas rurais; *spas* rurais; segunda residência campestre; campings e acampamentos rurais; turismo de caça e pesca; turismo rural místico ou religioso; turismo rural científico-pedagógico; turismo rural etnográfico.

Quanto aos hotéis-fazenda localizam-se na zona rural, sendo instalados exclusivamente para a exploração dessa modalidade turística, com valorização da cultura rural, tais como folclore, gastronomia, e atividades do campo como cavalgadas (RODRIGUES, 2001). Ainda, descrevem-se as pousadas rurais, instalações de menor porte e menos luxuosas que oferecem aos visitantes o

desfrute da vida no campo sem muito requinte. No caso dos spas rurais que também podem ser ajustados a categoria de turismo de saúde, situa-se na zona rural com o objetivo de ofertar aos pacientes-hóspedes a simplicidade da vida campestre com caminhadas, esportes aquáticos e banhos de cachoeira em função do tratamento adequado de suas moléstias e bem estar físico (RODRIGUES, 2001).

A segunda residência campestre geralmente situa-se na área rural de municípios vizinhos dos grandes centros urbanos, são as chamadas chácaras de veraneio. Estas ocorrem nos arredores de muitas aglomerações metropolitanas, em municípios desse entorno, frequentemente cruzados por grandes rodovias que vão em sentido radial para todas as regiões interioranas. Também podem se manifestar em regiões serranas com altitudes mais altas que servem para diminuir as temperaturas e para ocorrência de manchas de vegetação mais densa (RODRIGUES, 2001).

Os campings e acampamentos rurais consistem em um meio de hospedagem significativo no Brasil, e apesar de apresentarem uma aparente estagnação são úteis para hospedar jovens e famílias com crianças, demanda expressiva do turismo rural. Estes se localizam preferencialmente em vales de rios, em áreas de significativa cobertura vegetal, tais como as matas ciliares (RODRIGUES, 2001).

Sobre o turismo de caça e pesca, tem-se o exemplo dos ranchos de pesca no pantanal mato-grossense, e também algumas experiências de turismo cinegético, com a realização de atividade de caça permitida por lei, sendo que os animais são criados para esse fim. O turismo rural místico ou religioso encontra-se em expansão em vários locais do país, sobretudo no Brasil Central. Alguns estabelecimentos associam-se a religião, e outros consistem em centros de vivência comunitária, onde se realizam meditação e práticas místicas. Além disso, nessa variante há experiências relacionadas à tentativa de contato com objetos voadores não identificados (RODRIGUES, 2001).

O turismo rural científico-pedagógico volta-se principalmente para recepção de alunos e estagiários, como por exemplo, citam-se escolas agrícolas de nível médio e superior que efetuam visitas e estadas vinculadas ao turismo, lazer e ensino. E, por fim a autora apresenta o turismo rural etnográfico que envolve a reprodução de aldeias indígenas para receber grupos de estudantes (RODRIGUES, 2001).

A paisagem rural caracteriza-se e diferencia-se por duas variáveis, qual seja a topografia e o uso do solo associado ao seu caráter sociocultural. A topografia apresenta essencialmente duas configurações, uma composta por relevos predominantemente planos a suave-ondulados, e outra por relevos movimentados formados por vales e elevações com declividades mais acentuadas. E, o uso do solo verifica-se em três situações, a primeira registra-se o aspecto extensivo do referido uso – comumente pastagens naturais; a segunda tem o aspecto intensivo, como por exemplo, monoculturas e latifúndios, em ambas destacando-se a monotonia paisagística; a terceira situação apresenta um aspecto diversificado contendo pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas comerciais e de subsistência, com presença de traços étnico-culturais acentuados, percebendo-se a diversidade paisagística (PIRES, 2001).

O esforço teórico de combinação e associação desses elementos caracterizadores e diferenciadores presentes no espaço rural resulta na classificação da paisagem rural em duas sub-tipologias básicas, proposta por Pires (2001): a paisagem campestre e a paisagem cultivada. A paisagem campestre identifica-se pela presença de espaços abertos com topografia predominantemente plana e extensa – campos – recobertos por vegetação gramínea e normalmente utilizados como pastagem natural, podendo apresentar ainda agrupamentos – “capões” – ou alinhamentos de mata natural que se encontram dispersos ou ao longo de cursos d’água. O restante das atividades humanas – benfeitorias – localiza-se alastrada no espaço considerado. O caráter campestre distingue-se devido ao relevo pouco acidentada, a possibilidade de visualização ampla sem barreiras visuais e ao aspecto extensivo e monótono do uso do solo (PIRES, 2001).

A paisagem cultivada pode ser verificada em espaços abertos e extensos com topografia predominantemente plana assim como em áreas mais acidentadas – vales e encostas – apresentando extensões e conformações espaciais variadas com predomínio de uso agrícola do solo através da agricultura tradicional diversificada ou da agricultura moderna intensiva – monoculturas. O atributo de tais paisagens define-se pelo uso agrícola mais diversificado e intensivo do solo (PIRES, 2001).

Aos componentes e às características dos ambientes identificados em cada uma das tipologias apresentadas podem se agregar outros elementos típicos do meio rural [...] tais como, povoados e vilarejos isolados, estradas e caminhos de terra, cercas e divisores (de vegetação, pedra ou aramado),

pontes e passagens rústicas, açudes, rodas d'água (de moinhos, alambiques), estábulos, mangueiras, galpões, templos religiosos, cemitérios, estalagens e armazéns de beira de estrada, escolas isoladas, fornos de carvão, estufas etc. (PIRES, 2001, p. 126).

Para conservar a autenticidade da paisagem não é necessário mantê-la estática ou fossilizada porque a paisagem possui natureza dinâmica e resulta da tensão dialética ininterrupta entre elementos abióticos, bióticos e humanizados. “Trata-se, portanto, de conservar a originalidade de seus elementos constituintes sem questionar o seu dinamismo, preservando assim o caráter do lugar” (PIRES, 2001, p. 130).

Antes de encerrar esse subitem em que se deu ênfase a algumas modalidades turísticas pertinentes para o estudo, discorre-se sobre o possível interesse turístico por indígenas⁶, que segundo Yázigi (2009) este grupo étnico pode ser engajado tanto no turismo rural quanto em atividades ecoturísticas. Assim, se esforçando para atender as expectativas de vários grupos indígenas, o autor aponta os elementos condicionantes da organização territorial do turismo indígena de acordo com as cartas de declaração de autonomia publicadas por estes povos. De acordo com Leal (2008, p. 242) “a verdade é que cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos”.

Segundo Yázigi (2009) a abordagem sobre turismo em terras indígenas atualmente não soa estranho devido a várias razões: i) Em terras indígenas brasileiras já existe exploração com atividades agrícolas e de mineração para fins lucrativos; ii) Em várias partes do mundo (Austrália, África, Canadá etc.) diversos povos tradicionais vêm se abrindo ao turismo, sugerindo que tal iniciativa se encaminhe com os indígenas brasileiros; iii) Conforme várias Cartas de Intenções, representativas de diversos grupos indígenas, estes afirmam soberania de decisões com relação aos seus destinos.

⁶ Segundo Martins e Coutinho (2007) o turismo indígena pode ser desenvolvido dentro das terras indígenas ou fora delas, tendo por base a identidade cultural e o controle da gestão pelo grupo ou comunidade indígena envolvida, pois existem grupos que não desejam a atividade turística no interior de suas terras, optando por divulgar suas culturas com identidade, e obtendo algum ganho econômico, porém sem mercantilizá-la, fora das terras indígenas. Nesta pesquisa dá-se ênfase ao turismo indígena desenvolvido no interior dos territórios indígenas.

As razões descritas acima se exemplificam através do caso dos indígenas em São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas, em que alguns de seus membros cursam o ensino superior na área de Turismo.

Numa das ilhas do Xingu, a Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas, formada por 1.200 indígenas de nove tribos, já tem em funcionamento o Hotel Tataquara, financiado por ONGs internacionais. Yanomamis se dizem a favor do turismo, desde que lhes renda lucros. Em 2008, 120 pataxós da aldeia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, ocuparam a sede do Iphan de Porto Seguro para reivindicar a liberação de obras de 95 ocas para venda de artesanato [...] O turismo virtual que se assiste em qualquer parte do mundo, por meio de DVDs, já está sendo praticado por várias tribos que cobram direitos de filmagem (YÁZIGI, 2009, p. 313).

Ainda, sobre o desenvolvimento turístico em territórios indígenas, planejado, empreendido e conduzido pelos mesmos, acrescenta-se que na Reserva Indígena de Jaqueira na Bahia, os pataxó criaram a Associação Pataxó de Ecoturismo, possibilitando que o espaço fosse visitado por estudantes, turistas e pesquisadores. Estes indígenas estabeleceram acordos com empresas de turismo para o transporte dos visitantes até o local. Neste desenvolvem trilhas ecológicas com guia local, palestra sobre lendas, hábitos e costumes, conversas com o Pajé para conhecer um pouco da medicina indígena, degustação da culinária tradicional e visualização da confecção de artesanato. Conclui-se a visita após uma apresentação de músicas e danças cantadas no idioma dos pataxó, com duração de três horas (LEAL, 2008).

A fim de salientar os anseios da população indígena mencionam-se duas proposições da Carta de Autonomia composta de quase 200 itens, aprovada durante a Conferência Nacional dos Povos Indígenas em 2006. Tal desejo consolida-se no tópico “Programa de apoio ao turismo ecológico” na proposição de número 106 e 107 há as seguintes reivindicações:

Normatizar o trabalho de ecoturismo feito por povos ou organizações indígenas, de acordo com o interesse de cada comunidade, respeitando as especificidades culturais e garantindo financiamento para a infraestrutura, recursos humanos e desenvolvimento de capacidade de gestão de projetos pelas comunidades.

Construção de centros culturais e infraestrutura necessária para a promoção do turismo ecológico em Terras Indígenas, de acordo com o interesse da comunidade e de acordo com a normatização (YÁZIGI, 2009, p. 317).

Sobre os benefícios que estes podem auferir com o turismo, isso dependerá de seu modelo de organização. Deve-se também considerar que o turismo consiste em uma atividade de experiência quase nula para estes grupos, portanto, somente ao experimentá-la ao longo do tempo é que se atingirá o aperfeiçoamento de qualquer modelo (YÁZIGI, 2009).

Evidentemente, sua hospitalidade, alimentação, interação e outras rotinas do turismo não podem ser as mesmas que num grande centro, como, por exemplo, identidades, serviços, equipamentos, padrões de espetáculo e outras manifestações culturais (YÁZIGI, 2009, p. 312).

No turismo indígena, os modos de vida dos grupos correspondem aos principais atrativos, e não somente seus artesanatos e danças. Dessa maneira, supõe-se que os indígenas preservem a legitimidade de seus rituais, visto que não costumam ser praticados fora de época em função de vincularem-se a um determinado calendário. Então, apenas as danças comuns seriam exibidas para os turistas. Entretanto, possivelmente, sabedores da observação do turista, alguns povos tradicionais modificam os comportamentos ou artefatos para chamar atenção e obter mais benefícios (YÁZIGI, 2009). Complementando com os apontamentos de Leal (2008) este tipo de turismo é mantido pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, no intuito de conhecer seus costumes e crenças no próprio habitat destes. Assim, muitas populações selecionam símbolos que atribuem ao grupo distinção, tradição e prestígio.

Segundo Leal (2008) o artesanato corresponde a um dos principais elementos de reconhecimento oficial dos grupos indígenas, sendo utilizado essencialmente na atividade turística. E, ainda tal uso, propiciou um movimento de intensas trocas culturais entre grupos locais, envolvendo invenção e propagação de práticas culturais e na criação de vários objetos e adornos confeccionados com materiais e técnicas nativas.

No tocante a esta modalidade turística propaga-se o conceito de etnodesenvolvimento, supondo o diferencial sociocultural de uma sociedade, isto é, a sua etnicidade. Nessa conceituação, desenvolvimento não se associa aos

indicadores de progresso usuais para o termo, tais como PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc. Este significa que:

uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e cultural, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses (YÁZIGI, 2009, p. 312).

Pesquisadores temem que a abertura do indígena ao turismo possa desgastar seus fundamentos culturais, estes também temem a falsificação étnica, partindo do próprio autóctone quando altera seus hábitos para ser visto. Esta opinião não é partilhada por Yázigi (2009) que não concorda com a forma que esta é colocada de modo a isolar e “satanizar” tal atividade do contexto histórico. Em seu ponto de vista pode-se ter uma adulteração de diversos graus, que é inevitável, porque qualquer apresentação folclórica do mundo exige produção recreativa, e muitas vezes, opta-se por rituais abandonados. Para o autor a corrupção de vários valores indígenas é um fato histórico, inegável e multissecular, que no caso brasileiro vem sendo praticada desde a colonização portuguesa. Recentemente, os meios globais de comunicação (rádio, televisão, internet, contatos com os “brancos” etc.) disseminam-se com conceitos variados, indo do saudável ao perverso, afetando toda população. Então, “a vaga contrária aos bons valores tradicionais é universal e o indígena não está isento dela, não sendo sua não abertura ao turismo que o protegerá do que não interessa a ninguém” (YÁZIGI, 2009, p. 313). Logicamente, necessita-se que os grupos sociais tenham forte resistência para que a vaga indesejável seja dominada em sua totalidade, incluindo todos os cidadãos brasileiros. Em contrapartida, há incontestáveis casos em que a abertura ao turismo possibilitou que grupos vernaculares recuperassem suas tradições e se aproximassem (YÁZIGI, 2009).

Leal (2008) discute no mesmo curso que estudos que abordam o desenvolvimento do turismo em terras indígenas frequentemente trazem concepções associadas ao processo de aculturação causado pela atividade, levando a crer que tal influência incentivaria os indígenas a abandonarem seu modo de vida para executarem esta atividade. Não se nega que a relação entre turismo e os povos tradicionais é bastante criticada, principalmente por problemas sociais e culturais que a atividade provoca, promovendo um desenvolvimento inadequado, como por

exemplo, submissão econômica, degradação ambiental, artificialização das manifestações culturais etc.

Contudo, Leal (2008) aponta que estudos antropológicos recentes consideram as aldeias indígenas não somente como receptoras passivas do fluxo turístico, mas como empreendedoras turísticas atuantes, estabelecendo diálogo com a estrutura oficial do setor, sendo assim capazes de extrair condições para garantir sua existência no cenário capitalista desigual, usando a atividade turística também para revitalização cultural. Assim, segundo a autora na década de 70 verificou-se o início de novas abordagens sobre o turismo em áreas indígenas, visualizando-o como um veículo de reforço à etnicidade⁷ e revitalização cultural. Grünewald (2003) refere-se a instâncias em que o turismo pode auxiliar as metas de Estados-Nações em seus relacionamentos com minorias étnicas no interior de suas fronteiras, porque o turismo tem promovido oportunidades para representações de construções culturais para minorias étnicas que são compatíveis com a ideologia nacional, assim o turismo pode atenuar conflitos em comunidades multiétnicas.

Porém, Yázigi (2009) não descarta a existência de riscos para a atividade, destacando que a história registra vários infortúnios dos sucessivos encontros entre brancos e indígenas, como o contágio de doenças que eles não tinham anticorpos para reagir. Ainda, menciona-se a tentativa de escravizá-los ou “caçá-los” por esporte, demonstrando horríveis atos desumanos desse contato.

Não obstante, as nações indígenas, e somente elas, estão autorizadas a tomar decisões de abertura ou não ao turismo, sendo aconselháveis análises de projetos coadjuvadas por especialistas de várias áreas. Aí, o melhor barômetro para se medir o grau de perdas dos indígenas está na forma como eles haverão de se relacionar com o desenvolvimento da sociedade pós-industrial, através de vários tipos de contacto. Inversamente, o melhor lucro dos turistas poderá ser a assimilação de tudo o que os indígenas têm de interessante em todos os grupos tradicionais (YÁZIGI, 2009, p. 314).

Faria (2008) esclarece os impactos do turismo sobre territórios e comunidades indígenas podem ocorrer de duas maneiras, indesejável, quando a atividade é promovida a partir de um planejamento que ignora a identidade étnica e

⁷ “Etnicidades são fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico. A distintividade dessa identidade, para caracterizar um grupo étnico, deve se remeter a noções de origem, história, cultura e, até raça comuns” (GRÜNEWALD, 2003, p. 145).

territorial, assim como as territorialidades, tendo como conseqüências a despersonalização do lugar e na descaracterização da cultura. Por outro lado, o desejável, considera a cultura, a identidade do lugar para intercambio de conhecimentos. Desse modo, acredita-se que fortalecendo a cultura, promovendo a conscientização e valorização de um povo sobre sua identidade étnica e cultural, aliado a um planejamento adequado a realidade cultural e territorial, é capaz de minimizar ou impossibilitar os impactos indesejáveis causados pelo turismo, tanto em função de outras culturas, como devido à economia de mercado.

Barbosa e Silva (2014) ressaltam que onde existe atuação de uma atividade econômica que se utiliza da cultura local e do meio ambiente como produto, suscita-se a hipótese de haver impactos negativos ou positivos em maior ou menor grau, tais conseqüências dependerão da forma como essa atividade será dirigida. Pois, uma das grandes motivações para as comunidades locais aceitarem o desenvolvimento turístico é o fator econômico, que serve como uma forma de economia complementar para as mesmas. Por isso, um de seus impactos negativos se manifesta quando a importância do turismo com fator econômico prevalecer, e a comunidade deixar cair no esquecimento suas tradições e costumes para se adaptarem aos gostos e exigências do turista.

O turismo indígena merece atenção na sociedade brasileira, não somente por que contempla parte das aspirações desta, mas também porque enriquece a própria oferta nacional de que faz parte. As nações indígenas representam o último reduto exótico do planeta, neste existem culturas de cerca de 200 etnias diferentes com aproximadamente 180 idiomas, representando notável potencial para o Brasil e para o restante do mundo, considerando que vários segmentos mundiais de exploração turística dão sinais de exaustão, ou seja, a oferta não vem apresentando novidades. Embora, admite-se a relevância dos povos indígenas, primeiramente como seres humanos e depois como culturas distintas, não são todos os turistas que se interessam por indígenas, em que se considere a vontade dos próprios indígenas, por isso o turismo tende a ser cada vez mais temático (YÁZIGI, 2009).

Certamente, os visitantes que se interessam em conhecer culturas indígenas não esperam se deparar nesses locais com os elementos banalizados do turismo mundial, como piscinas, *night clubs* etc. Se fosse desse modo, o turismo indígena não se caracterizaria como original, e durante uma estadia entre indígenas é possível praticar turismo cultural aproveitando-se de vários focos: danças rituais,

sistemas de crença, pintura corporal, artesanatos (cerâmica, cestaria, bijuteria, arte plumária etc.), arquitetura ecológica, vários domínios técnicos (caça, pesca, medicina fitoterápica) e segundo Yázigi (2009, p. 315) “uma rica possibilidade de interlocução, de possibilidades indizíveis (ou talvez intraduzíveis sem intérpretes)”.

Conforme Yázigi (2009) o turismo indígena só pode existir em sintonia com o mundo não indígena, porque primeiramente, são os não indígenas que visitariam seus domínios. Além disso, as infraestruturas de acesso dependem de redes nacionais e internacionais, e até o momento não há registros de que um grupo indígena pratique um verdadeiro turismo ao visitar outro grupo indígena. Com sinais evidentes de que desconhecem o modo ideal de organização para tal prática, os indígenas devem estabelecer parcerias convenientes com universidades. E, devido às atrações turísticas abrangerem possíveis serviços de hospedagem, alimentação, divulgação, venda de produtos, intérpretes etc. prevê-se a necessidade de parcerias com empresas locais, regionais e internacionais.

É válido sobre o assunto tangenciar o significado de terras indígenas. Para tanto o artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil indica que:

São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e fazer respeitar todos os seus bens (YÁZIGI, 2009, p. 320).

Desse modo, a Constituição afasta definitivamente a necessidade de desapropriação, destinação e terras reservadas quando há presença de territórios indígenas tradicionais, tratando-se do reconhecimento da posse indígena como direito, originário e imprescritível. Legalmente, há três modalidades de terras indígenas: i) terra indígena tradicional, ii) terra indígena dominial e iii) terra indígena reservada (YÁZIGI, 2009).

As terras indígenas tradicionais, fazendo jus à denominação, são tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, sendo habitadas por eles em caráter permanente para uso em suas atividades produtivas e imprescindíveis para preservar os recursos ambientais necessários para reprodução física e cultural conforme seus usos, costumes e tradições. A terra indígena dominial é resultante de um ato de compra individual ou coletivo de acordo com o Código Civil. Por fim, a terra indígena reservada destina-se a posse indígena, porém sem se confundir com

a terra tradicional, usualmente, servem para solucionar problemas decorrentes da perda irreversível de terras tradicionais (YÁZIGI, 2009).

As terras indígenas significam muito mais do que reservas, representam uma base de referência social, cultural e econômica dos respectivos grupos indígenas que as possuem. Por isso, a necessidade de demarcá-las e garantir seus territórios e sua expressão cultural como recompensa pelos abusos decorrentes da colonização. A tramitação do reconhecimento das terras indígenas envolve algumas etapas: i) identificação e delimitação baseiam-se em estudos antropológicos, históricos, ambientais cartográficos e fundiários, sob a responsabilidade da FUNAI (Fundação Nacional do Índio); ii) declaração amparada por estudos realizados e aprovados por portaria do Ministério da Justiça; iii) demarcação que envolve definições topográficas nos limites reconhecidos, marcação geodésica, abertura de picadas e demais sinalizações de acordo com portaria do Ministério da Justiça, essa etapa ocorre através de empresas licitadas pela FUNAI; iv) homologação realizada por meio de mapas e memorial definitivos da terra encaminhados pelo Ministério da Justiça à Presidência da República que os aprova; v) registro feito após a publicação em Diário Oficial, em nome da União. A última etapa realiza-se nos cartórios das comarcas a que pertencem às terras, do mesmo modo que no Serviço do Patrimônio da União (YÁZIGI, 2009).

Para a organização do turismo em terras indígenas, recomenda-se a profissionalização em turismo, assim acredita-se que a reprodução de cursos profissionalizantes de turismo, tal qual foi experimentado em São Gabriel da Cachoeira (AM), para outras partes do país, contribuiriam para a maturidade das comunidades indígenas nesse âmbito (YÁZIGI, 2009).

A autonomia indígena em suas terras não permite que outras pessoas ou entidades interfiram em modelos de organização, assim nesse sentido, o máximo que se pode ter é definir suas relações com os não indígenas. Inicialmente, deve-se determinar quais áreas indígenas manifestam interesse por uma iniciativa individual ou conjunta de operacionalização turística, qual seja o interesse regional ou internacional. E, no caso do Brasil, como já existem destinos turísticos consagrados e equipados, seria cabível aproveitá-los, organizando extensões aos núcleos indígenas em sua área de influência. O próximo passo exige reconhecimento prévio das terras nas quais se podem organizar visitas. Ressalva-se

que na inexistência de meios indígenas de hospedagem, em lugares distantes, necessita-se de pontos urbanos de apoio (YÁZIGI, 2009).

Para Faria (2008) qualquer tipo de gestão ou planejamento a ser realizado em terras indígenas, deve considerar a participação, promovendo discussão com a comunidade, para o esclarecimento de dúvidas, receios, formas de organização, valorizando o conhecimento preexistente (tradicional ou não), possibilitando assim que tais atores sociais envolvidos possam ter autonomia e decidir sobre seu próprio destino. Martins e Coutinho (2007) completam, explicando que o ecoturismo representa a modalidade turística mais adequada a ser desenvolvida nas terras indígenas, devido à possibilidade de planejamento e gestão participativa e comunitária dos grupos ou comunidade indígena envolvida, promovendo a interação entre comunidade e natureza.

Quanto à participação dos indígenas nessa modalidade turística há três formas:

O primeiro estilo ocorre quando o projeto é conduzido exclusivamente pelo Estado, onde há certo grau de envolvimento comunitário em determinada fase, mas é pouco expressivo. É um simulacro apresentado para a maioria das pessoas que acredita ser esta a metodologia participativa mais eficiente na inclusão popular. Nesse caso, não passa de um modelo instrumental e funcional de planejamento, que não consegue e também não pretende assegurar um nível de participação que assegure a autonomia destas comunidades [...]. O segundo estilo de participação [...] consorciada, ocorre quando Estado e ONG evocam a participação da comunidade local em determinadas ocasiões; e participação associada, que ocorre quando a ONG e a organização popular atuam em conjunto em todo o projeto ou em determinadas fases. Neste caso, a ONG tem papel central, exercendo o controle das ações do Estado e criando canais de interlocução com a comunidade local, estilo no qual está a maioria dos projetos ambientais aprovados pelas agências de cooperação internacional (FARIA, 2008, p. 275).

Quanto à produção dessa modalidade turística e a participação do Estado, já Grunewald (2003) afirma que este constitui a maior das instâncias envolvidas, uma vez que este é a instituição dominante na regulação de etnicidades, por isso não se deve “perder de vista a construção política da etnicidade através principalmente dos caminhos das designações étnicas oficiais, através da distribuição de recursos e através de regras e estruturas de acesso político” (GRÜNEWALD, 2003, p. 151).

O plano de manejo, regimento e programas de apoio são da responsabilidade dos grupos interessados em definir formalmente, por meio de contrato de serviços,

exigido pelo operador. Ainda, trata-se da necessidade de planejar a viagem, cada lugar receptivo deve oferecer ao menos acesso, local de hospedagem, alimentação, e atrativos com exemplar segurança de efetivação. Também se recomenda que tudo ocorra no curto tempo de uma permanência turística (YÁZIGI, 2009).

Como esboço de um plano de manejo em terras indígenas, Yázigi (2009, p. 326) orienta que “norma e território são instituições universais e inseparáveis. Indígenas não possuem leis de uso e ocupação do solo oficiais, mas acertos orais que, na tradição, podem ser muito mais eficazes do que incontáveis documentos”. Ao encaminhar as sugestões que seguem, o autor ainda destaca que “não significa que devam possuir todos os itens relacionados e, sim, que cada unidade tratará de eleger o que lhe convém” (YÁZIGI, 2009, p. 326).

A prática do turismo indígena vai além da visita a uma reserva comum, pois seu principal produto é um ser humano, o indígena. Portanto, seu plano de manejo, preocupa-se em criar condições específicas para o sensível encontro entre indígenas e indivíduos pertencentes a culturas muito específicas. Nessa modalidade turística há uma dupla necessidade, que consiste na oferta de pacotes turísticos por grupos indígenas e as necessidades do visitante (YÁZIGI, 2009).

Ninguém se aventura a visitar grupos indígenas sem se informar do mínimo necessário. Embora um turista tipicamente urbano possa dormir numa rede e se alimentar das mesmas refeições que o hospedeiro, algumas de suas necessidades básicas são insubstituíveis: nem todos estão habituados à vida na selva tropical: será preciso ser tolerante com a iniciação dos que vêm de fora (YÁZIGI, 2009, p. 326).

Recomenda-se a construção de uma vila turística, o que caracteriza um sistema de hospedagem distanciado da aldeia. Tal necessidade justifica-se porque estudos de antropólogos e de membros da FUNAI relatam intromissões, até mesmo de domiciliares, perturbando a privacidade dos indígenas, vários destes não interessados e não engajados como o restante dos receptores (YÁZIGI, 2009).

Quanto à disposição arquitetônica e urbanística, desperta interesse e idealiza-se que a vila turística reproduza a mesma ordem espacial e padrões arquitetônicos do grupo indígena, permitindo uma ambientação harmoniosa, e simultaneamente sem criar modelos bizarros que venham a sugerir aos indígenas o abandono de suas tradições. Com relação ao sistema de hospedagem, independente da forma adotada, é necessário o mínimo de conforto para o hóspede, então deve possuir

água corrente para os sanitários e um sistema apropriado de ventilação, podendo ser natural ou artificial. O padrão construtivo tradicional dos indígenas que utiliza palhas e troncos, com aberturas laterais e pé direito alto é mais aprazível que a construção de alvenaria com vidros. Importante ter em cada unidade de hospedagem um regulamento completo sobre as exigências da visita (YÁZIGI, 2009).

Dentre as necessidades básicas para essa modalidade turística, cita-se o pronto socorro, no caso de ferimentos, picadas de insetos e mordidas de outros animais. Também é essencial dispor de um atendente especializado, a ser convocado sempre que necessário. Também uma biblioteca mínima com acervo de dados sobre o próprio grupo indígena e informações regionais (clima, mapas das terras indígenas e da região etc.). O centro de informações turísticas faz-se necessário, pois a permanência no local oportuniza excursões locais, algumas até pré-definidas no pacote original. E, outras podem ser suscitadas pelo interesse momentâneo, tais como pesca ou visita a outra aldeia. Por causa do câmbio de datas e trajetos que os turistas fazem, aconselha-se dispor de informações locais sobre horários e modos de transporte regionais (YÁZIGI, 2009).

Como elemento do centro de apoio ao turismo também se tem as butiques que correspondem a uma boa fonte de renda complementar, contendo alguns suprimentos vitais e outros são lembranças do local. Estas podem ter estoques de artesanato, água mineral em garrafas, livros de antropologia e etnografia, fotos, DVDs, CDs, artigos de higiene pessoal, preservativos, frutas regionais etc. É necessário um espaço de encontros, como local de convivência entre turistas e para palestras com membros indígenas, projeções etc. Os avisos e programas diários devem ser reunidos neste espaço, e deve ter um Livro de Sugestões para registrar a memória turística. Finalmente, completa-se o centro de apoio turístico com uma oficina de artes e ofícios, pois muitos turistas podem se interessar pelo aprendizado de técnicas tribais de diversas naturezas, sendo assim um local de aprendizado que permitirá arrecadar mais renda (YÁZIGI, 2009).

Como infraestrutura da vila turística é indispensável apresentar tratamento de resíduos para os lixos sólidos dos turistas (mesmo que seja mais viável pedir-lhes que os levem para um destino mais adequado ao deixarem o lugar); tratamento de águas usadas; uso preferencial de energia solar; sinalização para toda a área (aldeia indígena, vila turística e seus arredores); e limpeza e manutenção. (YÁZIGI, 2009).

Yázigi (2009) ainda recomenda a divulgação, necessária para o sucesso da atividade, salientando que existem dificuldades para pequenas localidades se promoverem em função do custo exigido. E, quanto às comunidades indígenas, a situação é mais grave, porque além de não pertencerem à civilização urbana, poucos conhecem idiomas internacionais. A divulgação, preferencialmente, deve ser feita através de veículo próprio em *sites* da Internet. Em condições atuais, dificilmente um povo indígena somente conseguiria criar um *site* bilíngue, com ilustrações e informações atualizadas mensalmente. Contudo, se vários *sites* forem organizados e agrupados, correspondendo a vários grupos, permitirá que qualquer usuário do mundo tenha informações essenciais para organizar sua viagem. Possivelmente, uma colaboração com universidades e a FUNAI auxiliará na manutenção de um *site* poli tribal sempre atualizado. O autor completa tratando do passo mais difícil “fazer com que os indígenas se entendam entre si e que o espírito de concorrência seja amenizado no interesse de todos” (YÁZIGI, 2009, p. 329).

Para o bom funcionamento do turismo indígena algumas diretrizes éticas são necessárias, sendo assim é de interesse das culturas indígenas que a FUNAI reforce cuidados para evitar visitas turísticas clandestinas, assim como qualquer visita turística deve passar por essa instituição. E, em conformidade com o Decreto 1.775/96 cabe a este órgão:

- a) o poder de disciplinar o ingresso e trânsito de terceiros em áreas nas quais se constate a presença de indígenas isolados, ou que estejam sob grave ameaça;
- b) a extrusão de possíveis não indígenas ocupantes das terras administrativamente reconhecidas como indígenas (YÁZIGI, 2009, p. 330).

Encerrando, menciona-se o item 16 da Carta da Terra dos Povos Indígenas – Direitos Humanos e Internacionais, em que consta a seguinte declaração: “Devemos manter nosso direito às formas tradicionais de nossas vidas”. Para a perspectiva turística essa afirmação é positiva, servindo de teste para os estudiosos. Contudo, Yázigi (2009) comenta que surge uma dúvida ao se analisar “manter formas tradicionais de vida” após o contato com o branco e com as cidades, seus valores, sua tecnologia, seu dinheiro, significam elementos a serem conferidos. Na verdade, os modos de tradicionais de vida já vêm se transformando a partir dos usos de inúmeros fatores de ocidentalização, inclusive o próprio turismo, porém este não

significa a única causa de mudanças, e nem as alterações podem ser evitadas em sua totalidade.

O turismo indígena possui seu lado comercial, contudo a diferença assenta-se na essência, na finalidade e no contexto em que é planejado e desenvolvido, de modo que é cabível a reflexão sobre como esta atividade da sociedade ocidental, com características fundamentalmente capitalistas pode ser inserida e apropriada pelas comunidades indígenas sem se perder o respeito étnico, enquanto uma comunidade que afirma seus valores culturais sem corromper o caráter do indivíduo étnico ocasionando-lhe uma confusão de identidade tão frequente na era do capitalismo pós-moderno (MARTINS; COUTINHO, 2007).

Resumindo os indígenas devem ser compreendidos em duas situações. Na primeira, estes ainda vivem isolados, merecendo grande atenção e proteção dos indigenistas. E, na segunda circunstância, estes já se encontram com múltiplos contatos com o restante do país, e de tal modo não restam dúvidas de que requerem seus direitos a todos os fatores da cidadania, como saúde, educação, previdência etc. Nessa ótica, aderir ao turismo consiste em larga expressão de não isolamento e precisão de diversos níveis de integração, havendo a opção voluntária de conservarem seus valores tradicionais na esfera pública de uma sociedade indígena (YÁZIGI, 2009).

Chegando ao fim dessa parte da pesquisa sobre paisagem e turismo, na Parte III ocupa-se com a interpretação e compreensão geográfica da paisagem presente nos municípios estudados, discorrendo sobre seu processo de formação no passado e na atualidade, para em seguida, ter como assunto a identificação da potencialidade turística.

PARTE III – INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DA PAISAGEM E DA POTENCIALIDADE TURÍSTICA

3.1. INTERPRETANDO A PAISAGEM E A POTENCIALIDADE TURÍSTICA NA ÁREA ESTUDADA

Neste tomo apresentam-se algumas considerações a respeito da metodologia a ser empregada para o trato do referido tema na área de estudo. Sobre tal etapa da pesquisa – compreensão geográfica da paisagem estudada – incide-se a necessidade de realizar levantamento da bibliografia histórica (local e regional) e trabalho de campo, um aspecto fundamental da análise geográfica. Para atingir os propósitos dessa seção do estudo o exercício de campo foi composto por aplicação de questionários, registro fotográfico e obtenção de coordenadas georreferenciadas das localidades reconhecidas para posterior mapeamento.

Acerca da realização de levantamento de informações em campo apresentam-se suas principais etapas e possíveis complicações, ressaltando-se os aspectos condizentes ao seu devido planejamento para melhor serem resolvidas. Quanto aos questionários evidencia-se a necessidade desse recurso para a investigação feita diretamente com a população. Ainda, se expõe sobre os procedimentos para a realização desse exercício em suas diferentes fases de elaboração e aplicação.

Com relação ao registro fotográfico abordam-se sobre os métodos para obtenção de boas imagens conforme as condições do tempo, horário do dia, características topográficas, além de aspectos técnicos e metodológicos com relação a tomada de imagens, baseando-se no legado dos sistemas iconográficos de geógrafos como Paul Vidal de La Blache e Pierre Monbeig.

Sobre a obtenção de coordenadas georreferenciadas e o mapeamento explanou-se sobre os seus aspectos técnicos e importância para estudos geográficos. Afinal, admite-se que os procedimentos metodológicos mencionados serão de grande importância para a pesquisa a ser realizada, pois estes subsidiarão e evidenciarão os resultados almejados na interação entre questão teórica e empírica.

Alguns apontamentos sobre os citados procedimentos metodológicos são discutidos por O'Reilly Sternberg (1946), dentre outros autores arrolados neste

tópico. Segundo ele, por mais que outras ciências contribuam com informações importantes para a elaboração de estudos geográficos, não se pode prescindir da pesquisa original realizada pelo próprio geógrafo. Uma vez que se uma região já foi estudada por todas as ciências 'periféricas' da Geografia, os objetivos específicos desta ciência exigiriam o contato direto do geógrafo com a região, pois além de verificar os trabalhos anteriores, estudando-os de maneira minuciosa, certos pormenores de interesse geográfico, tratados superficialmente pelas outras ciências, este também procuraria *in loco* correlacionar os fenômenos até então tomados isoladamente.

O trabalho de campo varia segundo o nível em que se desenvolve, este pode se caracterizar como trabalhos geográficos de pura pesquisa ou trabalhos geográficos com finalidade apenas didáticas, é comum também uma combinação dessas duas modalidades (O'REILLY STERNBERG, 1946).

Os trabalhos de campo ainda podem variar conforme o ponto de vista adotado, ou seja, assumida uma atitude analítica poderá ser dado maior desenvolvimento a um dos ramos da Geografia, emprestando ao estudo um cunho sintético (O'REILLY STERNBERG, 1946).

Assim o estudioso da geografia histórica, não se contentando com as informações de bibliotecas e arquivos, procura comparar, no terreno, as descrições antigas da região e de suas atividades características com a paisagem cultural do presente. Investiga a localização antiga das habitações, das linhas de comunicação, das florestas, dos campos de cultura, procurando discernir, através dos traços da paisagem atual, todo o complexo geográfico do passado (O'REILLY STERNBERG, 1946, p. 15).

Ainda sobre os vários aspectos que podem apresentar os trabalhos geográficos de campo e quanto a algumas condições que influenciam sua execução, pode-se mencionar a facilidade ou dificuldade de comunicação da área a estudar com centros urbanos, assim como os meios de transporte a empregar. Dentre os elementos fundamentais que o geógrafo pode obter como resultado de pesquisas anteriores refere-se a uma carta topográfica que lhe sirva de base para os trabalhos, facilitando a execução destes e significando grande economia de tempo (O'REILLY STERNBERG, 1946).

Perfazendo as considerações anteriores, a realização do trabalho de campo consiste em uma fase fundamental para o desenvolvimento do referido estudo que se caracteriza por ser uma pesquisa original em função de seus propósitos científicos e metodológicos. Por meio de consultas acerca da bibliografia existente sobre a área estudada (São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara) foram encontradas outras pesquisas realizadas por estudiosos da Geografia e de áreas afins¹, daí a necessidade de contato e levantamento de informações *in loco* para comparar e conferir aspectos geográficos e/ou históricos com a paisagem atual. O interesse em tais aspectos denota a atitude analítica pretendida, que orientada pela questão teórica central do estudo dará maior desenvolvimento às ideias e argumentações pertinentes aos ramos da Geografia Cultural e da Geografia do Turismo.

Em suma, o trabalho de campo divide-se em três etapas sucessivas e complementares, quais sejam, o planejamento e organização, a realização e a elaboração dos resultados (O'REILLY STERNBERG, 1946). Considera-se a comunicação com a área de estudo facilitada devido a localização geográfica favorecida pela presença das seguintes rodovias: a federal Transbrasiliana (BR-369), rodovia estadual Pedro Baggio (PR-525) e rodovia estadual do Cerne (PR-090) que integram os municípios dessa porção do Norte Pioneiro. As dificuldades em termos de comunicação que podem eventualmente ocorrer referem-se às condições ruins de tráfego em ocasiões de chuvas fortes no interior dos municípios. Esse tipo de deslocamento é necessário para a etapa de aplicação de questionários, registro fotográfico e obtenção de coordenadas georreferenciadas, todavia, planejamento e organização adequados são capazes de sanar esse tipo de obstáculo. Outro ponto a ser mencionado sobre o planejamento e organização para o trabalho de campo relaciona-se ao uso de carta topográfica², elemento fundamental resultante de pesquisas anteriores que serviu de base para os

¹ Dentre as pesquisas já executadas sobre a área podem ser citadas: "Caracterização geológica e preliminar do município de São Jerônimo da Serra / PR" (Gesualdo Borges da Silva; et. al.); "O turismo e a população local – o caso de São Jerônimo da Serra" (Maria Del Carmen M. H. Calvente; et. al.); "Histórias e mistérios do sertão do Tibagi – Jataizinho, São Jerônimo da Serra, Assaí, Santa Cecília do Pavão, Santo Antonio do Paraíso e Nova Santa Bárbara" (Jacob Bittencourt de Moraes); "A Geologia e a Geoespeleologia como instrumentos de planejamento para o desenvolvimento do turismo: o caso de São Jeronimo da Serra/PR" (Angelo Spoladore).

² IBGE. **Levantamento estereofotogramétrico topográfico regular**. Congonhinhas, 1967. 1 mapa, color., 74 cm x 61 cm. Escala 1:100.000.

trabalhos realizados em campo ao possibilitar a orientação e localização juntamente com o manuseio de aparelho GPS (Global Position System).

Conforme Marangoni (2005), atualmente devido a crescente preocupação com questões ambientais e a expansão do mercado de trabalho nos ramos educacional, editorial e de consultoria, está em curso uma revisão de posições quanto a integração entre Geografia Humana e Geografia Física. Desse modo, saber utilizar recursos de descrição da realidade observada para divulgação de resultados de pesquisa, ou mesmo utilizar programas e equipamentos de informática integram uma realidade que não se pode descartar. Na análise que se desenvolve devido ao conceito geográfico empregado – paisagem – tenciona-se demonstrar certa integração entre conhecimentos da Geografia Humana e Geografia Física para compreender como esta se materializa na área de estudo. Também nas etapas de organização, realização e elaboração de resultados faz-se uso de diferentes recursos já citados para averiguação da realidade, assim como se aproveitam de equipamentos (aparelho GPS, computadores, câmeras fotográficas digitais) e *softwares* com finalidades específicas: programas para edição de textos; edição de tabelas e gráficos; produção de mapas e/ou cartogramas.

Segundo a mesma autora essas circunstâncias e o persistente desconhecimento praticamente geral dos princípios fundamentais da Ciência e da falta de melhor conhecimento acerca de disciplinas científicas afins a Geografia consistem em um dos motivos para o abandono de recursos eficientes em estudos que levem ao melhor conhecimento da realidade. Dentre esses recursos se encontram os que permitem obter dados e informações relativas às pessoas, aos grupos sociais, as relações sociais e econômicas interpessoais e intergrupais, e as inter-relações individuais e grupais com o meio ambiente, tais como o questionário e a entrevista (MARANGONI, 2005).

Não existe unanimidade de aceitação quanto ao uso do termo ‘questionário’, entretanto, pode-se entender este como uma listagem de questões que devem ser respondidas, mas não uma listagem qualquer. Pois, para uma pesquisa científica os questionários devem obedecer a requisitos, quais sejam, a estruturação a partir de hipóteses claras, a redação deve ter objetividade, clareza, ainda deve apresentar organização lógica e agrupar questões quando cabível e necessário, ter boa apresentação gráfica e concisão (MARANGONI, 2005).

O questionário é um bom e, por vezes, insubstituível instrumento para a obtenção de dados *quantitativos*, embora nada impeça que sirva ao propósito de obter informações *qualitativas*. O uso de dados quantitativos independe da corrente filosófica a que pretenda filiar-se o pesquisador; tal uso será necessário ou não dependendo do propósito do estudo e das características do objeto em análise. Essa afirmação serve para tranquilizar quem ainda tenha medo de receber o rótulo de *quantitativista* (como se isso fosse insulto), pelo simples fato de usar uma tabela ou uma listagem numérica [...] (MARANGONI, 2005, p. 168, grifo da autora).

O uso de questionários envolve diferentes etapas sucessivas e subsequentes, sejam essas, a preparação prévia, a elaboração do questionário, a aplicação-teste e respectiva avaliação, a aplicação ao universo em pauta, o tratamento dos dados e informações (tabulação, elaboração de tabelas, gráficos e cartogramas), a análise dos resultados e correlações com dados e informações obtidas por meio de outros procedimentos (MARANGONI, 2005).

Ainda quanto ao detalhamento dos principais passos para a elaboração do questionário propriamente dito, após serem estabelecidos os objetivos da pesquisa, faz-se necessário proceder da seguinte forma: elaborar uma lista de perguntas; confeccionar uma lista de cruzamentos possíveis; descartar perguntas cuja utilidade não se confirme; estabelecer uma ordem lógica; determinar se for o caso, blocos de questões; escolher para cada quesito o melhor formato da resposta; decidir a forma de apresentação dos quesitos; distribuir as perguntas ou quesitos nas páginas; fazer testes de aplicação e tabulação; providenciar cópia ou impressão dos questionários (MARANGONI, 2005).

Após a fase da aplicação, deve-se fazer a tabulação dos dados, o mais breve possível, a fim de que não se percam detalhes sobre o procedimento e se possam corrigir eventuais falhas de informação. Sobre a tabulação é interessante que o próprio pesquisador proceda a escolha dos programas de computador a utilizar, bem como a determinação dos cruzamentos de dados entre categorias e variáveis de interesse (MARANGONI, 2005).

Nesse estudo científico, se optou pelo uso desse princípio fundamental para obtenção de dados e informações relativos às pessoas, aos grupos sociais, as relações sociais e econômicas interpessoais e intergrupais presentes na área urbana e rural dos municípios estudados. A população do município de Nova Santa Bárbara em 2010 consistia em 3.911 habitantes e em São Jerônimo da Serra esse dado para o mesmo ano correspondia a 11.337 habitantes. Em Nova Santa Bárbara

a população urbana correspondia a 3.282 habitantes e a população rural 629, já em São Jerônimo da Serra o contingente populacional urbano totalizava 5.661 e na área rural havia 5.676 habitantes (IBGE, 2010).

A quantidade estipulada para questionários a serem aplicados foi 350 que após consulta com especialista em Estatística da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Cornélio Procopio) concluiu-se sua viabilidade para pesquisa que se realizaria por meio uma listagem de questões fechadas em sua maioria, tendo assim uma margem de erro de 5 pontos para o total da população da área estudada (15.248 habitantes).

Assim, a quantidade de questionários a serem aplicados foi distribuída proporcionalmente ao tamanho da população de cada área a ser estudada. Em Nova Santa Bárbara designou-se a aplicação de 90 questionários (2,3% da população total), sendo que para a área rural aplicaram-se 15 (2,3% da população rural) e 75 na área urbana do município (2,2% da população urbana). Em São Jerônimo da Serra definiu-se que 260 questionários seriam aplicados (1,1% da população total), ficando 130 para a área rural e 130 para área urbana (representando em cada área 2,2% da população rural e urbana).

A listagem de questões estruturou-se a partir de hipóteses e objetivos delineados para a presente pesquisa. Desse modo, objetiva-se que a interpretação de suas informações permita revelar que determinados marcos históricos incidem na configuração espacial dos modos de vida observados na área de estudo, possibilitando examinar aspectos sociais, econômicos e culturais que sustentam a existência na paisagem analisada. E, ainda que a partir do ponto de vista e reconhecimento das populações locais, acredita-se que existem nesses municípios feições paisagísticas com significativa potencialidade turística.

Ademais, teve-se como modelo os exemplos de questionários apresentados em Lima (2011)³ que são constituídos por vários blocos de perguntas sobre diversos temas relativos a pesquisa exemplificada. Com base nesses modelos elegeram-se os seguintes tópicos para composição dos questionários a serem aplicados na área urbana: identificação; formação escolar; caracterização social da família; religiosidade; lazer. Para os questionários destinados a área rural foram os

³ LIMA, M. das G. de. Contribuições aos procedimentos de pesquisa em Geografia Humana: questionários e entrevistas para levantamento de informações. **Apontamentos geográficos**, Maringá, n. 1, p. 119-143, 2011.

seguintes: identificação; formação escolar; caracterização social da família; caracterização da propriedade; religiosidade; lazer. Após preparação prévia, aplicação-teste e avaliação sua redação apresenta-se de forma objetiva e clara, com organização lógica e agrupando questões cabíveis e necessárias (APÊNDICES A, B, C, D).

A aplicação ao universo em pauta realizou-se entre os meses de agosto e dezembro de 2012 nas sedes municipais e em algumas localidades rurais dos municípios abordados. Posteriormente, realizou-se o tratamento dos dados e informações (tabulação, elaboração de tabelas, gráficos e cartogramas), a análise dos resultados e correlações com dados e informações obtidas por meio de outros procedimentos, tal como se examinará ao longo da redação desse tomo da pesquisa⁴.

No que diz respeito às entrevistas, estas são indispensáveis para a obtenção direta de informações essencialmente qualitativas, embora possam fornecer também informações de caráter quantitativo. Em se tratando de questionários deve-se produzir um instrumento de pesquisa que permita a quantificação e a comparação de situações pela repetição invariável das mesmas perguntas a diferentes indivíduos ou unidades de aplicação. Já no caso das entrevistas, o instrumento básico é o roteiro que deve ter flexibilidade e adaptabilidade, dependendo do potencial de informações, da experiência e mesmo do comportamento do entrevistado e do entrevistador (MARANGONI, 2005, p. 172).

A elaboração do roteiro da entrevista deve apresentar o claro estabelecimento dos objetivos a serem atingidos com seu uso e a determinação de quem vai proceder ao trabalho. Contudo, na realização de entrevistas, a forma de abordagem e a linguagem utilizada, a habilidade do entrevistador, o conhecimento prévio sobre o assunto em pauta, o conjunto de informações sobre o entrevistado, podem significar desde o mais desejável sucesso ao mais completo fracasso na obtenção de informações desejadas (MARANGONI, 2005, p. 173).

Estas necessitam de registro das informações obtidas, que poderá ser feito principalmente por meio de anotações, gravação de voz, e/ou gravação de imagem e voz. No caso de registro escrito, por exemplo, nem sempre se consegue manter o

⁴ Os questionários aplicados na área urbana são compostos de 21 questões a respeito dos itens já citados, e aqueles direcionados para a população da área rural se constituem de 33 questões devido a inserção do tópico sobre caracterização da propriedade.

ritmo da entrevista. Por outro lado, o entrevistado (e o entrevistador) pode sentir certa inibição diante do gravador de voz ou da filmadora, o que também pode prejudicar a fluência e o teor do depoimento pessoal. De qualquer forma, o entrevistado deve ser sempre informado sobre o uso de um meio ou outro, segundo Marangoni (2005, p. 173) é uma questão ética a ser observada sob pena de perda de credibilidade não apenas em relação ao pesquisador que cometa tal deslize, mas quanto aos pesquisadores em geral.

Para a pesquisa buscou-se seguir tais orientações na realização das entrevistas com alguns segmentos da sociedade local. Nesse procedimento, optou-se pela entrevista estruturada, com perguntas previamente formuladas, prezando assim a possibilidade de comparação de um conjunto de respostas em que as diferenças devem refletir as distinções entre os entrevistados, e não nas perguntas. Em cada município foram feitas entrevistas com duas pessoas ligadas a gestão do território. Em São Jerônimo da Serra oportunizou-se entrevistar uma pessoa relacionada ao setor de hospedagem na cidade. Também se conseguiu executar essa metodologia com lideranças indígenas nesse município. No momento das entrevistas explicou-se sobre a natureza da pesquisa, assim como da maneira como estas ocorreriam. Estas entrevistas realizaram-se através de anotações das informações obtidas e gravação de voz, e os entrevistados recebiam uma autorização para publicação da entrevista e de compromisso ético de sua não identificação, documento que devia ser preenchido e assinado.

Com relação ao registro fotográfico pode-se assumir que em Geografia a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem em determinado tempo e lugar e esta deve ser acompanhada de outras informações, tais como localização geográfica, ângulo de visada, registro da hora e da data e relato do fato observado. Essas anotações se fazem importantes para composição de trabalhos, para verificação de resultados e para o acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo (JUSTINIANO, 2005).

No trabalho de campo podem surgir eventos importantes não previstos em gabinete, porém o geógrafo possui ferramentas que o auxiliam a organizar a atividade de fotografar de acordo com o clima, vegetação e morfologia do terreno (JUSTINIANO, 2005).

Através de análise de cartas sinóticas pode-se verificar as precipitações nos anos anteriores e prever a possibilidade de chuvas, que podem prejudicar os equipamentos e o andamento do trabalho em campo. Mapas topográficos, cartas de declividade ou de vertentes possibilitam o planejamento das melhores horas para a fotografia de cada lugar. Para tanto, é importante considerar o ângulo de incidência dos raios solares e a orientação das vertentes. De maneira geral, as manhãs são mais apropriadas para fotografar objetos a Oeste e o período da tarde, a Leste; próximo ao meio-dia, é bom horário para fotografar cânions e vales, que em alguns casos não são facilmente fotografados em determinadas estações do ano. Também é aconselhável consultar os moradores locais sobre a iluminação dos lugares e sobre o tempo necessário para se chegar a eles (JUSTINIANO, 2005, p. 187).

Conforme Justiniano (2005) a fotografia pode registrar objetos móveis em intervalos de tempo muito curtos, dando a impressão de congelamento de movimento. Se o pulso do fotógrafo treme, a visão que a película fotográfica tem é a de que todo o quadro se movimenta; caso a imagem fique borrada, é necessário diminuir o tempo de exposição, congelando o movimento.

Em função da ergonomia das câmeras, fotografar no sentido horizontal é mais confortável. Porém, em alguns casos o enquadramento vertical é mais adequado. Antes de apertar o botão de disparo da câmera fotográfica é conveniente observar qual o melhor sentido, aconselha-se abaixar, posicionar-se em lugares mais altos, aproximar-se ou afastar-se, buscando a melhor harmonia e representatividade do assunto na imagem. Ademais, deve-se prestar atenção na proporção entre o tamanho dos elementos que compõem o quadro, além das linhas do relevo das construções e das árvores. Indica-se que a imagem seja composta de forma que o assunto principal fique bem representado e dentro de um contexto (JUSTINIANO, 2005).

No mesmo segmento explicativo, Santos e Ferreira (2002) concordam que a fotografia apresenta-se para as pesquisas geográficas como técnica de documentação e representação de fatos reais, acometendo-se pelo mundo da linguagem não verbal. A partir dessa ideia, a imagem adquire relevância indiscutível, funcionando como meio de linguagem. “[...] nas possíveis falas das imagens está íntimo, a possibilidade da própria imagem, no caso uma fotografia, dizer e representar significados às vezes mais evidentes do que as palavras” (SANTOS; FERREIRA, 2002, p. 198). Assim, parte-se do pressuposto de que a imagem não é simples “ilustração”, como se convencionava afirmar, e que ela pode inclusive ter sua própria linguagem (SALGUEIRO, 2006).

Mendibil (2006) ao relatar sobre sistema iconográfico⁵ da Geografia Francesa e o geógrafo Pierre Monbeig, explica que ao se buscar além da frágil materialidade de tais objetos da memória, pensa-se sobre o olhar pessoal que as produziu, no intuito de encontrar sua intenção e compreender quais são os saberes, as interrogações e as lacunas do momento intelectual atestados pelas imagens.

A respeito da mesma opinião afirma-se que

o acto fotográfico resulta de sentimentos e imaginações anteriores ao próprio acto. O fotógrafo, em sua representação fotográfica [...] (re)cria o mundo físico ou imaginado, tangível ou intangível; o assunto registrado é procedente de um elaborado processo de criação por parte do autor (SANTOS; FERREIRA, 2002, p. 199).

Imagem fotográfica e trabalho de campo nutrem uma relação intrínseca desde a escola *vidaliana*. Para Pierre Monbeig, herdeiro desta escola, a fotografia era um instrumento essencial. Na sua época, estudiosos da Geografia, destacavam a importância de se ter um arquivo fotográfico, pois nem sempre era possível registrar com palavras o que se observava em campo. E, “sendo a geografia a ciência da observação, ela exige múltiplas visões [...] além disso, ao rever as fotos, o geógrafo pode reconstituir seu pensamento e o caminho percorrido em campo, recompondo a paisagem” (SALGUEIRO, 2006, p. 268).

Paul Vidal de La Blache foi responsável pelas características inovadoras que diferencia os sistemas iconográficos presentes nos livros durante o século XIX, quando as imagens eram formatadas e organizadas de modo repetitivo, conservador, convencional e comemorativo, sem comentários ou problematização, não estando sujeitas a discussão. “Apresentava-se em geral sob a forma de um inventário sistemático de imagens emblemáticas conhecidas e, portanto, utilizadas sem comentários” (MENDIBIL, 2006, p. 236).

A novidade da prática iconográfica *vidaliana* pode ser caracterizada assim:

a preferência pelas fotografias (qualquer que fosse seu enquadramento), em vez das gravuras e desenhos;

⁵ “Sistema iconográfico é uma maneira particular – durável e tornada coerente pelo uso, repetição e institucionalização – de fazer a série das escolhas que contribuem para a produção e a difusão das imagens, mobilizada por um saber científico no exercício de sua função social” (MENDIBIL, 2006, p. 235).

a disposição das imagens em pares – às vezes em trios – para dar-lhes sentido por meio da sua proximidade na paginação. Para cada imagem, ele buscava o geral no particular, e seu pensamento circulava entre tipos e exemplos reconhecidos mais facilmente graças a esses dispositivos. [...] os textos que dinamizam as fotografias trazendo-lhes o movimento e a temporalidade, de modo às vezes poético; os textos que questionam a profundidade aparente das vistas e que, ao mesmo tempo, solicitam a acuidade e a memória visuais; os textos que com frequência articulam o visível e o invisível da imagem, a descrição e a explicação (MENDIBIL, 2006, p. 236).

Sobre a articulação entre o visível e o invisível da imagem, Santos e Ferreira comentam que na imagem fotográfica não há movimento explícito, porém, esta pode “expressar intrinsecamente o conjunto de suas intenções, o dinamismo que envolve a realidade aí subtraída, na forma de fotoimagem” (SANTOS; FERREIRA, 2002, p. 199).

Outro ponto destacado na análise das coleções de geógrafos remete-se ao lugar do homem nas imagens, no caso de Pierre Monbeig nota-se que este retratava a cultura material, a “paisagem humanizada”, assim como a dinâmica dos meios de transporte e vias de circulação, dos animais e das pessoas (SALGUEIRO, 2006). “O espaço e o tempo implícito no documento fotográfico subentendem sempre um contexto histórico específico em seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos, ‘ambientais’ e culturais” (SANTOS; FERREIRA, 2002, p. 199).

Três tipos de vista podem ser associados a obtenção de imagens – paisagística, teatral e subjetiva⁶. “A intenção do geógrafo ao produzir uma foto é que define o tipo de vista a ser usado” (SALGUEIRO, 2006, p. 273).

⁶ Em relação ao ponto de vista próximo, tem-se a vista objetiva que apresenta um enquadramento centrado no objetivo a ser fotografado, assim são focados sob um ponto de vista próximo um objeto, pessoa, etc. ou um conjunto de pessoas, objetos, construções, animais, árvores, rochas ou outro elemento presente na paisagem, em primeiro plano. Algumas imagens mostram um primeiro plano objetivo, com uma dimensão paisagística discreta no fundo (no caso de vistas urbanas ou rurais), outras isolam o objeto do seu contexto. Ainda, trata-se da vista teatral que apresenta o objetivo centralizado como num cenário, com certa centralidade, por que está situado em um espaço teatralizado com elementos laterais que funcionam como enquadramento do tema central (as laterais não são necessariamente iguais). A vista subjetiva apresenta um primeiro plano privilegiado, com um eixo na direção direita ou esquerda, ou com elementos invadindo a cena do primeiro plano, nas laterais próximas, trata-se de um ponto de vista que mostra o fotógrafo participando da cena, ele se coloca na imagem, embora oculto, como um *voyeur* (muitas vezes está agachado). Em relação ao ponto de vista mediano, fala-se da vista panorâmica, que apresenta uma grande extensão da paisagem, em geral a fotografia é feita do alto (mas não obrigatoriamente), com 360° avistando-se um horizonte bem definido e algumas vezes apresentando o primeiro plano próximo. A vista paisagística destaca o segundo plano privilegiando-o, assim a extensão é captada na visada extensa, semelhante a visão panorâmica, porém com um campo de visão mais restrito, menor, mais próximo. E, a vista

Diante das ideias expostas, considera-se que as imagens fotográficas constituem um instrumento essencial para a presente investigação, entendida como uma eficaz técnica de documentação e representação dos eventos naturais e sociais observados em campo. De tal modo, concebem-se as imagens nesse estudo não simplesmente como ilustração, mas como elemento que exerce relação intrínseca com o trabalho de campo ao possibilitar a recomposição da paisagem a ser compreendida na área estudada.

Portanto, no transcurso da pesquisa preocupou-se com as orientações técnicas e metodológicas a serem seguidas no momento da tomada de imagens em campo, e com a organização desses registros fotográficos no corpo do texto, atendendo a sua disposição, comentários e legendas.

Findando este item sobre procedimentos metodológicos pode-se citar a coleta de pontos georreferenciados com o auxílio da forma de posicionamento, o sistema de coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator). Estas podem ser fornecidas pelo equipamento GPS ou extraídas de uma carta topográfica existente, em que possa ser identificado o local onde se encontra o objeto em questão (RAFFO, 2005). Em trabalho de campo realizado na área de estudo valeu-se de ambos para verificação da posição geográfica das localidades conhecidas durante a fase de aplicação dos questionários. Este estágio fornece dados significativos para a posterior espacialização de resultados ou aspectos destacáveis através de mapas ou cartogramas.

O trabalho de campo composto por questionários e registro fotográfico apresenta-se como uma ferramenta fundamental contribuindo para a compreensão geográfica da paisagem e suas diferentes expressões na área estudada, no sentido de se perceber como ocorre a interação material e simbólica que a designa. Os resultados dessa etapa tangenciados as informações resultantes do levantamento bibliográfico estabelecem a explanação feita nessa parte do estudo.

O item 3.2. intitulado “Origens e formas do povoamento no Norte Pioneiro Paranaense” traz um perfil histórico e geográfico da contextura socioeconômica

pitoresca privilegia o enquadramento subjetivo dos primeiros planos, tendo elementos que o enquadram (folhagens, por exemplo) numa composição bem distribuída. Finalmente, sobre o ponto de vista distante, explica-se sobre a vista aérea vertical que possui um ponto de vista vertical do alto. Já, a vista aérea oblíqua apresenta um ponto de vista com larga extensão, visto do alto obliquamente. E, a vista aérea aproximada praticamente associa as duas primeiras, fazendo um *zoom* do alto sobre o objetivo. As vistas aéreas são frequentemente utilizadas para retratar florestas, sobretudo, áreas de desmatamento ou focos de queimada, rios, áreas litorâneas e loteamentos agrícolas (SALGUEIRO, 2006).

original da região em que se localizam os municípios estudados. Nos **itens 3.3 e 3.4 “Histórico de formação de São Jerônimo da Serra” e “Histórico de formação de Nova Santa Bárbara”** explicam-se sobre as procedências conexas ao processo interpretativo de construção das paisagens geográficas analisadas. E, finalmente no **item 3.5 “São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara: a paisagem e a potencialidade turística”** desenvolve-se a interpretação paisagística e da potencialidade turística dos municípios fundamentando-se em suas características históricas e geográficas de construção social, cultural e econômica.

3.2. ORIGENS E FORMAS DO POVOAMENTO NO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Com relação ao tema tratado nesse item que apresentará o contexto histórico e geográfico da região em que se situam os municípios estudados, tenciona-se entender o processo de (re)ocupação da referida área, esforçando-se para não reproduzir o discurso dominante, tentando demonstrar assim outras possibilidades de análise⁷.

Porquanto, concorda-se com Chesneaux apud Tomazi (1999) que os fatos sociais e históricos são percebidos de modo diferente, essa percepção depende do tempo, do lugar, da classe e da ideologia de quem os analisa. Contudo, nenhum estudo consegue fazer uma reconstituição total dos fatos históricos, mas apenas aproximações sucessivas, nunca acabadas, nem completas.

Quanto a região descrita nessa seção, o Norte do Paraná consiste numa área que sob a perspectiva de sua colonização ou de suas atividades econômicas, durante longo tempo diferenciou-se significativamente do restante do território paranaense. Nas décadas de trinta a cinquenta “transformou-se num grande polo de atração dos migrantes brasileiros. Tornou-se a *Terra da Promissão*, o *El Dorado*, o *Paraíso da Terra Roxa*” (WACHOWICZ, 1987, p. 5, grifo do autor).

Conforme a análise histórica e geográfica de Wachowicz (1987) sua população dividiu-se de acordo com a (re)ocupação desse território que ocorreu em

⁷ Na bibliografia existente sobre o assunto, evidencia-se que a oligarquia que governava o Paraná só valorizava as camadas hegemônicas da região. Dessa maneira, esses escritos destacavam o papel exercido pelos latifundiários, e a grande maioria pobre da população era praticamente esquecida (WACHOWICZ, 1987).

três estágios, surgindo daí a divisão do Norte do Paraná em Norte Velho⁸, Novo e Novíssimo.

O Norte Pioneiro foi o primeiro espaço (re)ocupado, tal episódio retrocede aos tempos imperiais com início anterior a criação da Província do Paraná em 1853, e convencionalmente considera-se sua área geográfica compreendida entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema, especificamente a região que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi (WACHOWICZ, 1987; COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975). Foram dois motivos distintos que desencadearam esse processo: o estabelecimento do caminho terrestre-fluvial do Tibagi-Paranapanema pela iniciativa do Barão de Antonina com a finalidade de ligar o litoral atlântico com a Província de Mato Grosso; e a iniciativa de tropeiros e latifundiários mineiros que começaram a possuir terrenos na porção leste da região. (WACHOWICZ, 1987).

João da Silva Machado, o Barão de Antonina, teve a sua vida ligada à Comarca de Paranaguá e Curitiba e à nascente Província do Paraná. Quando ainda muito jovem migrou do Rio Grande do Sul e trabalhou como feitor na fazenda do Alegre, na Vila de Conchas nos Campos Gerais, nessa época fez-se tropeiro e comerciante de tropas. Posteriormente tornara-se empreendedor, e não tardou a receber encargos do governo, como a conservação da estrada do Viamão por onde transitavam as tropas de mulas vindas do Continente de São Pedro para a feira de Sorocaba. Dentre suas iniciativas pioneiras de importância, têm-se como exemplo o patrocínio as explorações sertanistas como as de Francisco Lopes e de João Henrique Elliot que desbravaram serras e rios, revelando a existência de imensas terras devolutas no Paraná (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ, 1991).

“Possuía uma verdadeira paixão pela propriedade da terra. Achava *lisonjeiro* ser latifundiário. Por isso, *possuía* terras onde achasse mais conveniente: Mato Grosso, São Paulo, 5ª comarca, Santa Catarina” (WACHOWICZ, 1987, p. 11, grifo do autor). Desse modo, onde fosse possível, realizava uma posse de terra e depois requeria sua legalização, tornando-se proprietário mesmo que não obtivesse vantagens financeiras de imediato. Dentre seus principais objetivos mencionam-se:

⁸ “Como a expressão Norte Velho feria alguns escrúpulos éticos, um radialista da região difundiu a expressão Norte Pioneiro, hoje também acatada e utilizada” (WACHOWICZ, 1987, p. 5).

encontrar os “imaginários” ‘Campos do Paiquerê’, tão comentados dentre os indígenas como uma terra de mil maravilhas; abrir frentes de ocupação entre Castro e Jatahy, para construção de uma Colônia Militar; apossear-se de novas terras; e valorizar suas posses com a entrada oficial de investimentos públicos com estradas, a Colônia Militar, aldeamentos, escolas, etc. (MORAES, 199-?).

Conforme expõe Tomazi (1999) durante o século XIX o Norte do Paraná já era conhecido e esquadrinhado por engenheiros, agrimensores, viajantes, e, além disso, já viviam na região índios⁹ e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço.

Especificamente sobre as populações indígenas faz-se importante mencionar que para existir o “Norte do Paraná” foi necessário expulsar, destruir e confinar esses grupos humanos que viviam nessas regiões. Da mesma maneira que se substituíram as populações indígenas por brasileiros e migrantes de outros países, também foi necessário destruir a rica floresta para implantar o modelo econômico agropastoril das monoculturas e da criação extensiva de gado. No interior dessas áreas predominantemente florestais, os Guarani¹⁰, Xokleng¹¹ e os Kaingang¹²

⁹ Segundo estudos realizados pela Universidade Federal do Paraná na região de São Jerônimo da Serra já havia registros da presença de indígenas há 9.000 anos. Ferreira (1999) ao explicar sobre a família linguística Tupi, diz que os Guaranis podiam ser encontrados em todo o sertão compreendido entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibagi e Iguçu.

¹⁰ De acordo com Mota (2005) dentre os povos pré-históricos e indígenas, os Guaranis são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e linguísticos. A denominação ‘guarani’ define simultaneamente a população e o idioma falado. Conforme estudos arqueológicos e linguísticos realizados no continente sul-americano, estes vieram das bacias dos rios Madeira e Guaporé. A partir desses locais, ocuparam continuamente vários territórios ao longo das redes de drenagem dos rios Paraguai e Paraná até atingirem Buenos Aires, distando aproximadamente 3.000 km de seu centro de origem. Também se expandiram para a margem esquerda do Pantanal, nos atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocupando ainda o Uruguai e o Paraguai. Excetuando-se o Uruguai, a foz do rio da Prata e o litoral sul-brasileiro, as datações já obtidas determinam que as demais regiões citadas foram ocupadas por esses povos há pelo menos 3.000 anos atrás. Estes territórios foram mantidos até a chegada dos primeiros europeus, que a partir de 1528, registraram em centenas de documentos os limites do vasto domínio Guarani.

¹¹ “A denominação ‘Xokleng’ define genericamente ao mesmo tempo a população e o nome da língua por eles falada. Na bibliografia arqueológica, eles são conhecidos como ‘Tradição Itararé’. Apesar da volumosa bibliografia e dos inumeráveis conjuntos de documentos não publicados a seu respeito, ainda conhecemos pouco acerca de seus ascendentes pré-históricos. [...] Suas aldeias eram geralmente pequenas, no interior das florestas, abrigando habitantes pouco numerosos. Também ocupavam abrigos sob rocha e casas semi-subterrâneas. [...] Sua funcionalidade também estaria relacionada ao preparo dos alimentos” (MOTA, 2005, p. 17).

¹² A alcunha ‘kaingang’ determina concomitantemente a população e o idioma por eles falado. Na bibliografia arqueológica este grupo é conhecido como “Tradição Casa de Pedra”. Os resultados comparados de estudos arqueológicos e linguísticos já realizados apontam o Brasil central como a

realizavam uma sofisticada e produtiva agricultura de diversos cultivares, de baixo impacto ambiental e adaptada aos ciclos biológicos naturais (NOELLI e MOTA, 1999).

Nessa contextura que ocorreu a (re)ocupação da porção nordeste do Estado do Paraná, envolvendo tais práticas e numa perspectiva de (re)ocupação estratégica durante o período imperial.

Em um período que retrocede a década de quarenta no século XIX na região compreendida entre os rios Itararé, Paranapanema e Tibagi manifestou-se a necessidade estratégica de ligar o litoral brasileiro à longínqua Província de Mato Grosso, iniciativa que foi liderada por João da Silva Machado, o futuro Barão de Antonina¹³. Ademais, a passagem de tropeiros e/ou latifundiários mineiros pelo registro do Itararé, com o anseio de apossar-se de terras novas e férteis levaram-nos a iniciar a organização de posses de terras na região (WACHOWICZ, 2002).

A concretização desse eixo de comunicação solucionaria um dos grandes problemas viários do Império, visto que não existia um caminho, nem mesmo de tropas, que interligasse a corte do Rio de Janeiro com a afastada Província. E, nessa época a conexão mais facilitada era fluvial, seguindo via Buenos Aires e rio Paraguai. Esse trajeto era excessivamente oneroso, demorado e politicamente

região de origem dos Kaingang, que ocuparam imensas áreas dos Estados sulinos, parte meridional de São Paulo e o leste da Província de Missões (MOTA, 2005). De acordo com Martins (1995) a grafia deve ser 'caingang', que provém do vocábulo 'caing', mato e 'ang', gente. "Embora não existam ainda datas mais antigas do que as do Guarani, é provável que os Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro ao Paraná, pois em quase todo o Estado os sítios Guarani estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e Xokleng. Com a chegada dos Guarani, e à medida que estes iam conquistando os vales dos rios, os Kaingang foram sendo empurrados para o centro-sul do Estado e ou sendo confinados nos territórios interfluviais, e os Xokleng foram sendo impelidos para os contrafortes da Serra Geral, próximos do litoral. A partir do final do século XVII, quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná" (MOTA, 2005, p. 16). Durante o século XVIII por meio das primeiras expedições coloniais nos territórios hoje denominados Paraná foi possível conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios: "Koran-bang-rê (campos de Guarapuava); Kreie-bang-rê (campos de Palmas); Kampo-rê (Campo Erê – sudoeste); Payquerê (campos entre os rios Ivaí e Piquiri, atualmente nos municípios de Campo Mourão, Mamborê, Ubitatã e outros adjacentes); Minkrinierê (campos de Chagu, oeste de Guarapuava, no município de Laranjeiras do Sul); campos do Inhoó (em São Jerônimo da Serra). E quando da ocupação da região norte e oeste do Paraná, nos anos 30 a 50 do século XX, os Kaingang, que já estavam aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucarantina, circulavam pelas matas existentes caçando, coletando e pescando nos rios Tibagi, Pirapó, Ivaí, Piquiri e seus afluentes" (MOTA, 2005, p. 16).

¹³ "Onde fosse possível, fazia uma posse de terra e depois requeria sua legalização, (...) Por isso, foi chamado o primeiro papa terras do Paraná, e precursor [sic] dos grileiros" (WACHOWICZ apud BRAGUETO, 2007, p. 146-147).

inconveniente, porque necessitava passar por águas argentinas, uruguaias, paraguaias, bolivianas (WACHOWICZ, 1987).

A preocupação do Império brasileiro centrava-se então em encontrar o caminho mais curto por terra entre o litoral e o Mato Grosso. Desde 1835, o sertanista Joaquim Francisco Lopes percorria as terras de Mato Grosso e São Paulo a serviço dessas províncias. Em 1837 e 1838 abriu-se um picadão pelo vale do rio Tietê, passando por Piracicaba até Mato Grosso. Durante os anos seguintes, mediu-se o referido picadão até as barrancas do rio Paraná, e trabalhou-se neste até 1843 (WACHOWICZ, 1987).

Contudo, essa via de comunicação era precária e muito longínqua, praticamente inexecutável. Os comerciantes que tentaram levar mercadorias de São Paulo a Mato Grosso, não voltaram a usá-la. “Além dos perigos de assaltos dos índios e dos acidentes, o grande problema era a maleita ou as sezões, como se dizia na época” (WACHOWICZ, 1987, p. 12).

Precisava-se localizar um caminho melhor e mais curto entre o litoral e Mato Grosso. Por isso, João da Silva Machado – o Barão de Antonina – que possuía importantes investimentos nas províncias de Mato Grosso e São Paulo, interessou-se pelo problema. Após algumas expedições ao Mato Grosso e Vale do Paranapanema, o sertanista, Joaquim Francisco Lopes, e o agrimensor, João Henrique Elliot, concluíram que o melhor trajeto para esse destino seria: porto de Antonina, Curitiba, Castro, rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e os afluentes deste último na margem mato-grossense (WACHOWICZ, 2002).

Joaquim Francisco Lopes em 1844, já experiente sertanista em Mato Grosso e São Paulo havia trabalhado com o Coronel João da Silva Machado, na exploração dos rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná e Ivaí em sertões. Dessa maneira, explorou as serras do Apucarana, Iapó e Furnas, assim como as campinas de São Jerônimo. Em 1847 ao explorar as possibilidades de comunicação entre o Paraná e Mato Grosso, desceu os rios Tibagi e Paranapanema, transpondo o rio Paraná, chegando a Miranda e à fronteira com a Bolívia, daí retornando com suas explorações até os rios Paraná, Paranapanema e Tibagi, chegando ao Congonhas. Considerado um dos fundadores da Colônia Militar do Jataí e do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, sob o patrocínio do Barão de Antonina. Também fundou e dirigiu o aldeamento de São Jerônimo, no período de 1860 a 1867. Destarte, as atividades exploradoras de Joaquim Francisco Lopes foram de

fundamental importância para o conhecimento do interior paranaense (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991). A respeito do mesmo, Moraes (199-?) exprime o ‘Homem Natureza’, atribuindo a ele as longas histórias de viagens pelos rios Itararé, Paranapanema em direção ao Mato Grosso, onde, viajava pelos rios Paraná, Brilhante, Ivinhema, fundando várias cidades. Mineiro da cidade de Pium-hi, havia se especializado nas andanças por meio de rios ou matas, e no jeito para tratar os índios que apareciam em dezenas repentinamente do meio do mato. A confiança que ganhara do Barão de Antonina, juntamente com Elliot deve-se a tais virtudes. “Lopes ficaria famoso pela fundação de cidades como São Jerônimo e Jatahy, entre outras no Paraná e Mato Grosso” (MORAES, 199-?, p. 15).

Seu companheiro de campanhas, além de explorador, era aquarelista, escritor, cartógrafo, sertanista norte-americano, que ficou conhecido inicialmente pelas atividades ligadas aos levantamentos que executou para o Barão de Antonina, em expedições nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Elliot veio ao Brasil com apenas 16 anos, como guarda-marinha da fragata Cyane. Após um ano, tornou-se integrante da esquadra brasileira como tenente. Quando preso numa expedição no Rio Negro, manteve-se fiel à bandeira brasileira e, devido a isso, foi preso durante dois anos no Uruguai. Em retorno ao Brasil, conheceu o Barão de Antonina, (segundo algumas fontes, quando pintava letreiros) que o convidou para participar das expedições sertanistas, na qualidade de técnico em cartografia. Na publicação da obra *“Pionnering in South Brazil”* de Bigg-Whither, engenheiro inglês que percorreu o Paraná entre 1872-5, narra pormenorizadamente o encontro que teve com Elliot no Aldeamento de S. Jerônimo. Este se encontrava instalado numa extensa área de terras das quais era proprietário, condição mantida graças aos poderes de seu protetor, Silva Machado, o Barão de Antonina, que o presenteou com uma casa, onde vivia com a mulher. Assim, as longas conversas sobre os índios hostis, sobre regiões desbravadas em companhia de seu amigo Lopes se entremeiam às últimas informações sobre o sertanista colhidas por Bigg-Whiter. Em *“Iconografia Paranaense”* (1950), Newton Carneiro tratou da obra de Elliot como aquarelista. E, explica que as aquarelas que Elliot pintou por ocasião das expedições na região noroeste do Paraná, constituem o primeiro documento iconográfico daquelas paisagens e de seus habitantes, destacando-se também a vista do Aldeamento de S. Jerônimo, onde está registrada pela primeira vez, uma

plantação de café no território paranaense (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991).

Além do caminho mais curto, o barão de Antonina almejou encontrar e tomar posse dos lendários campos do Paiquerê para ampliar a extensão de seus latifúndios (WACHOWICZ, 1987).

*Durante muito tempo Elliot e Joaquim Francisco Lopes, a seu serviço, não fizeram outra coisa senão assignalar latifúndios e se apossarem deles, para o insaciável **papa terras**. Percorreram então, individualmente ou conjuntamente, não só os rios como as terras do Norte do Paraná. O mesmo fizeram no território da Província de Mato Grosso. Foram percorridos os rios Itararé, Tibagi, Congonhas, Ivaí, Paranapanema, Paraná, Verde, Samambaia, Ivinheima, Miranda, etc. (WACHOWICZ, 1987, p. 12-13, grifo do autor).*

Sendo assim um caminho terrestre-fluvial e as primeiras expedições nesse sentido ocorreram a partir de 1846 (WACHOWICZ, 2002). Segundo Wachowicz (1987) em 1847, João da Silva Machado organizou outra expedição sob o comando do sertanista Joaquim Francisco Lopes que partiu do porto do rio Tibagi, chegando na localidade de Albuquerque, província de Mato Grosso, após uma viagem de três meses.

Esta expedição pioneira, após a descida do rio Paranapanema, atravessou o caudaloso Paraná e adentrou-se pelo rio Ivinheima, afluente da margem direita. Este rio possibilitava navegação por canoas até a localidade de Porto Rosalinda, numa extensão de 45 léguas. Em seguida, percorreram a pé, atravessando o divisor de águas das bacias do Paraná e Paraguai, chamado de Varadouro ou Serra do Maracaju. Passaram pela localidade de Nioaque, posteriormente pelo rio Mondengo, (futuramente denominado de Miranda), já afluente da margem esquerda do rio Paraguai e atingiram a povoação de Miranda. A partir deste povoado, este rio era navegável. Assim demonstrava-se que o melhor caminho para ligar Mato Grosso era realmente pela Província do Paraná (WACHOWICZ, 1987).

Ao regressarem, descendo pelo rio Ivinheima, esta expedição encontrou na sua margem direita um toldo dos índios caiúá, “*travando com eles relações de amisade, atentas as boas disposições que mostravam*” (WACHOWICZ, 1987, p. 14, grifo do autor). Com esta iniciativa, provava-se que era possível chegar-se ao Mato

Grosso utilizando-se a rede fluvial dos rios Tibagi e Paranapanema e em seguida os afluentes da margem direita do rio Paraná, mais especificamente o Ivinheima. Então, tinha-se uma “nova opção, mais curta inclusive, abria-se para se chegar a Mato Grosso. Era um caminho terrestre-fluvial que poderia utilizar o porto de Antonina ou de Paranaguá, passando por Curitiba” (WACHOWICZ, 1987, p. 14).

E, para concretizar o funcionamento desse caminho constatou-se a necessidade de fundar nas margens do Tibagi uma colônia agro-militar que oferecesse apoio e cobertura para essa navegação e organizar nas margens desse rio e do Paranapanema aldeamentos indígenas para obtenção de mão de obra e facilidades para a navegação (WACHOWICZ, 2002). Assim, os estrategistas brasileiros elaboraram um plano para concretizar esta comunicação, tendo como elementos básicos: a fundação nas margens do rio Tibagi de uma colônia agrícola e militar, comandada por um oficial aposentado do exército; seriam criados de 7 a 8 aldeamentos indígenas nas margens dos rios Tibagi e Paranapanema, com a finalidade de atrair os índios para a civilização, deixando de ser uma ameaça para a navegação; a segurança dos aldeamentos e da navegação proviria dessa colônia militar; alguns dos aldeamentos indígenas nas margens do Paranapanema poderiam localizar-se em antigos pontos que no século XVII existiram as reduções jesuíticas (WACHOWICZ, 1987).

Dentre as providências ordenadas pelo barão de Antonina menciona-se a procura pelos indígenas caiuí com vistas em aldeá-los. Estes indígenas pertenciam a grande nação tupi-guarani, localizados na Província de Mato Grosso, na margem direita do rio Ivinheima e esquerda do Iguatemi. Eram considerados tímidos e pacíficos, mas aliados do Império e defensores da fronteira com o Paraguai (WACHOWICZ, 1987).

Por que os índios do sul do Mato Grosso não apresentavam condições de ir ao Tibagi utilizando canoas, Joao da Silva Machado mandou abrir uma picada a facão, margeando o lado esquerdo do Tibagi e do Paranapanema¹⁴. E, seguindo o

¹⁴ “Este relacionamento dos sertanistas a serviço do futuro Barão de Antonina com os índios ao sul de Mato Grosso, foi de grande importância. Pouco antes da instalação da Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853, o Ministro do Império determinou, por aviso de 23 de novembro do mesmo ano, que os aldeamentos indígenas do Ivinheima, sob direção do Barão de Antonina, bem como os do Varadouro, entre o rio Brilhante e o Anhuac, ficassem, até segunda ordem, sob responsabilidade da jovem Província do Paraná. Esta decisão ocorreu devido ao fato de esses aldeamentos estarem [...] *muito mais próximos à capital do Paraná, do que à de Mato Grosso*, e tendo em vista a existência, embora precária, do caminho fluvial Tibagi-Paranapanema, que comunicava Curitiba com a Província de Mato Grosso” (WACHOWICZ, 1987, p. 16, grifo do autor).

planejamento estabelecido da necessidade de instalar uma colônia agro-militar nas margens do Tibagi, o barão ordenou a escolha do local para tal empreendimento. Então, seu sertanista escolheu um riacho de nome Jataí, da margem direita do Tibagi, e na confluência desse riacho com o rio, fixou o local para a fundação da colônia que recebeu o nome do mesmo riacho: Nossa Senhora da Conceição do Jataí (WACHOWICZ, 1987).

Os trabalhos de sua implantação começaram no dia 13 de dezembro de 1850. O decreto imperial de criação é de nº. 751, de 2 de janeiro de 1851, e sua fundação ocorreu a 8 de dezembro de 1854, sendo seu primeiro diretor o major aposentado Thomaz José Muniz¹⁵.

Jataí deveria transformar-se num centro agro-militar que daria apoio operacional e de subsistência aos transportes de tropas, comboios militares, expedições de comerciantes, [...] às monções que, partindo da Província do Paraná, se dirigissem à de Mato Grosso (WACHOWICZ, 1987, p. 17)¹⁶.

Na outra margem do Tibagi (margem esquerda) em frente à colônia do Jataí foi prevista a implantação de um aldeamento indígena, conhecido inicialmente como colônia D. Pedro, e depois chamado de aldeamento São Pedro de Alcântara (ANEXOS A, B). Este tinha como objetivo agrupar os índios caiuíá que tinham vindo da Província do Mato Grosso. O sertanista Lopes foi o encarregado pelo barão de Antonina para receber e fixar esses índios no aldeamento (WACHOWICZ, 1987).

Somente em 1853, após alguns anos de espera, o barão de Antonina conseguiu enviar algumas pessoas para se estabelecerem no local da futura colônia

¹⁵ “Desde os tempos coloniais, a administração central valia-se de indivíduos prestigiosos locais, para auxiliar a administração do vasto território brasileiro. O império não fugiu a essa regra. Eram geralmente latifundiários e/ou altas patentes militares, bem como elementos do clero, que coadjuvavam na administração local. As decisões ou atitudes dessas eram depois referendadas pelas autoridades constituídas. O poder central contava com a colaboração dessas pessoas e pagava-as com favores especiais, como a doação de terras, nomeação de pessoas indicadas para cargos governamentais, concessão de títulos nobiliárquicos, permissão implícita de uso dos bens governamentais etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 26).

¹⁶ “A idéia de se fundar as chamadas colônias-militares, no Brasil, remonta aos primórdios da independência. A princesa Da. Leopoldina conhecia de sua pátria, a Áustria, mais ou menos esse tipo de colônias. Algumas delas foram instaladas na fronteira húngara com os territórios turcos, a fim de tentar guarnecê-la. Por outro lado José Bonifácio, o futuro *patriarca da independência*, em sua estada na Europa, tomou conhecimento das colônias agro-militares dos cossacos na Ucrânia e em algumas regiões da Rússia” (WACHOWICZ, 1987, p. 17, grifo do autor). De acordo com Mota (2005) as colônias militares nos territórios indígenas no Paraná datam desde a invasão dos bandeirantes no século XVII. “As Colônias Militares foram *criadas* diretamente pelo Império, obedecendo a uma política mais ampla de ocupação de territórios até então não conquistados” (MOTA, 2005, p. 56, grifo do autor).

militar¹⁷. As pessoas ali instaladas começaram a plantar produtos alimentares para manter as futuras monções que se dirigiram para a Província de Mato Grosso. “Compunham esse grupo pioneiro alguns camaradas assalariados, poucos escravos africanos, pertencentes ao governo imperial, todos chefiados pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes” (WACHOWICZ, 1987, p. 25).

A fim de tornar possível a inauguração da colônia, o barão contratou a construção de casas para morada do comandante, do capelão, capela de madeira e barracos para abrigar colonos e talvez soldados. Todos esses serviços foram iniciados, porém nunca concluídos, devido a decisão de construir novo arruamento, fato que demonstra total improvisação, típica do serviço público desde os tempos coloniais (WACHOWICZ, 1987).

Com relação a qualidade da mão de obra enviada pelo barão de Antonina, o diretor da colônia concluía que esta não apresentava aptidão necessária. Isso devido ao fato de alguns serem muito velhos, outros por possuírem defeitos físicos e outros por estarem “*aferrados ao habito da vadiação e preguiça com que forão creados*” (WACHOWICZ, 1987, p. 26, grifo do autor). O diretor Thomaz Muniz explicava que essas pessoas recebiam o nome de operários agrícolas e que a colônia de militar só tinha o título e o comandante (WACHOWICZ, 1987). A maioria desses operários agrícolas foi recrutada verbalmente pelo barão na Província de São Paulo para o tempo máximo de três anos, sem sujeição à disciplina militar. Preferiam-se indivíduos da roça, morigerados, casados e com quanto mais filhos, melhor. Pois, o barão julgava serem essas as melhores qualidades que permitiriam a derrubada das matas virgens e a domesticação do sertão, “*tão longe de recursos, e assim prepara-lo para a introdução de colonos, Europeus, ou mesmo para uma colonia verdadeiramente militar*” (WACHOWICZ, 1987, p. 28, grifo do autor).

Logo, percebe-se que só existia uma pessoa realmente entusiasmada com o projeto – o barão de Antonina. “[...] antes mesmo que se procurasse consolidar a sua viabilidade, já pensava em estabelecer uma linha de correio entre Curitiba e Cuiabá. [...] sugeria [...] o encurtamento do caminho a ser seguido [...] em direção a Castro e Jataí” (WACHOWICZ, 1987, p. 26-27).

¹⁷ Segundo Wachowicz (1987, p. 25) “havia melindres políticos por parte da Província de São Paulo, com relação à futura criação da Província do Paraná. São Paulo não tinha interesse de investir capitais num território que certamente seria desmembrado”.

A fim de estimular a povoação, o barão enviava para a colônia, ferramentas agrícolas, remédios, sal, pólvora, chumbo, etc. Entretanto, com a nomeação oficial do major Muniz para direção desta, o barão de Antonina começou gradualmente a se desprender dos problemas da colônia (WACHOWICZ, 1987).

O decreto de criação da colônia militar do Jataí – n.º. 751 de 2 de janeiro de 1851 – já determinava que esta seria regida pelo regulamento oriundo do decreto 662 de 22 de dezembro de 1849. Porém, ao assumir a direção do Jataí, o major Muniz não recebeu nenhuma instrução de como aplicar tal regulamento. “A cada problema surgido na administração deparava-se com dilemas: que atitude seria legal? Quantos dias de trabalho os colonos poderiam dar à colônia por semana? Pode-se aplicar aos paisanos a disciplina militar?” (WACHOWICZ, 1987, p. 27).

Após a abertura desse caminho para Mato Grosso, e extinto o perigo imediato de ataques indígenas, inúmeras expedições transitaram pelo mesmo durante a década de 1850¹⁸. Depois da última expedição nesse período, o percurso foi quase esquecido, tornando-se obsoleto. Em função da crescente importância política da Província de São Paulo nas decisões do império fez com que se preferisse o caminho Santos-Tietê (WACHOWICZ, 1987).

Para concorrer com a via Santos-Tietê-Pardo em São Paulo, passou-se a procurar um melhor caminho pelo rio Ivaí no Paraná. Por isso, os engenheiros e irmãos Keller, estudaram a problemática e não pouparam críticas ao caminho paulista. Estes afirmaram em seu relatório que “o rio Tietê opunha 55 corredeiras equivalentes, senão maiores às do rio Ivaí, e, [...] *sem dúvida alguma, muito mais consideráveis que as do Tibagy e Paranapanema*” (WACHOWICZ, 1987, p. 21, grifo do autor).

Além desse fator negativo ao rio Tietê, os irmãos Keller apontavam que a via do Tietê era muito mais extensa, possuindo 221 léguas até a barra do Ivinheima, enquanto a via paranaense oferecia 96, sem contar a viagem marítima Santos-Antonina. “O primeiro diretor do Jataí, o major Tomaz, comparando a navegação do Tietê com a do Tibagi-Paranapanema, afirmava que na falta de melhores opções a do território paranaense afigurava-se não só boa, como ótima” (WACHOWICZ, 1987, p. 21).

¹⁸ A primeira realizada em 1850 com treze canoas que conduziam mercadorias (ida e volta), provavelmente de comerciantes de Antonina, que embarcaram no Jataí com destino a Cuiabá. E, a última em 1859 através da condução de um comboio bélico até Miranda (WACHOWICZ, 1987).

A despeito disso, nunca se registrou por parte das autoridades imperiais vontade política de melhorar definitivamente este caminho. Assim sendo, a colônia militar do Jataí e os aldeamentos indígenas desse trajeto, “simplesmente passaram a vegetar” (WACHOWICZ, 1987, p. 22). E, essa situação manteve-se assim até a eclosão da Guerra do Paraguai.

Tal conflito bélico tão temido pelo Império aconteceu a partir de 1864. Durante esse episódio o exército de Solano Lopes avançava rapidamente sobre as fronteiras paranaenses em direção ao Mato Grosso. O governo substituiu o Major Thomaz José Muniz pelo Capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba, a fim de que comandasse as ações necessárias a partir da distante Colônia Militar. Em Jatahy as tropas brasileiras passavam rumo a Mato Grosso onde os combates ocorriam. Por isso a colônia serviu, afinal, ao seu escopo, transformando-se em ponto de apoio e referência aos encarregados de transporte de materiais bélicos. Significou, na época, um centro ativo de embarque, desembarque e transporte de tralhas bélicas. E, o transporte pelo rio Tibagi, experimentou movimentação nunca experimentada durante os seis anos que transcorreram até o fim da guerra. Também Frei Timóteo participou ativamente nesse período, enviando dois capelães para auxiliar com orações e assistências aos combatentes brasileiros. Além disso, os índios Caiuás, aldeados pelo Frei, atuaram na Guerra do Paraguai ao lado do Império Brasileiro, como exímios canoeiros no transporte de forças militares e armamentos para os locais de combate, através dos rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Ivinhema. No final de 1870 a Guerra do Paraguai se findou após intensos combates com milhares de baixas de todos os lados envolvidos. Assim, Frei Timóteo voltou a sua rotina de muito trabalho e poucos recursos, e, depois desse acontecimento, a colônia retornou a sua já conhecida situação de esquecimento por parte do governo, declinando gradativamente até perder totalmente o sentido (MORAES, 199-?).

Nesse conflito a Província do Mato Grosso foi invadida pelos exércitos do Paraguai e para abastecê-la preferiu-se o caminho do rio Tietê, contudo as ações militares poderiam chegar a Província do Paraná. “Prevendo esta possibilidade, resolveram as altas autoridades imperiais estudar de forma *científica* as possibilidades dos caminhos fluviais da Província do Paraná em direção ao Mato Grosso, Paraguai e Corrientes” (WACHOWICZ, 1987, p. 22, grifo do autor).

Os irmãos José e Francisco Keller¹⁹ exploraram os rios Ivaí, Tibagi, Paranapanema e Ivinheima; Jerônimo R. de Moraes Jardim estudou a estrada de Corrientes pelo divisor de águas da bacia do Iguaçu e Uruguai; Antônio P. Rebouças Filho estudou a estrada da Graciosa e o rio Ivaí; Francisco A. Monteiro Tourinho, a estrada de Mato Grosso (WACHOWICZ, 1987, p. 22).

Assim, os irmãos Keller foram favoráveis ao caminho do Tibagi-Paranapanema, sugerindo a canalização desses rios onde fosse necessário e a utilização de vapores com correntes mergulhadas. O presidente da província Polidoro Cezar Burlamaque optava pelo rio Ivaí, no entanto, prevaleceu a ideia defendida de modo abrangente por Rebouças Filho e Monteiro Tourinho. Estes estariam certos, se os planos administrativos no Brasil tivessem solução de continuidade. “Na euforia inicial, a estrada da Graciosa teve seus melhoramentos e no dia 15 de abril de 1871, com festa das autoridades, foi lançada a primeira pedra da importante rodovia que deveria ligar o Paraná com Mato Grosso” (WACHOWICZ, 1987, p. 23).

O objetivo inicial foi construir uma estrada “carroçável” que ligasse a capital aos Campos Gerais. O engenheiro Monteiro Tourinho foi o encarregado de sua construção. O primeiro trecho dessa rodovia partiu do prolongamento da rua das Flores (Praça Ozório), até o Batel, numa extensão de 2.200 m. “A partir de então, quando os presidentes da província referiam-se a estrada que se dirigia a Campo Largo-Palmeira-Ponta Grossa, chamavam-na de *Estrada de Mato Grosso*” (WACHOWICZ, 1987, p. 23, grifo do autor). Apesar do entusiasmo inicial esta iniciativa, também não vingou, pois os objetivos militares, que a estimulavam, mesmo no início da Guerra do Paraguai haviam sido diluídos (WACHOWICZ, 1987).

Wachowicz (1987, p. 24, grifo do autor) esclarece que se “o ouro brasileiro empregado para sustentar a infantaria e a marinha brasileira tivesse sido empregado

¹⁹ “Contratado para realizar serviços técnicos de planejamento de estradas de rodagem e estudos hidrográficos, veio ao Brasil em 1865 na companhia de seu pai, o engenheiro Joseph Keller. André Augusto de Pádua Fleury, Presidente da Província, solicitou aos engenheiros Keller levantamentos dos rios Ivaí, Tibagi, Paranapanema e Iguaçu, cujos serviços deveriam ser objetos de relatórios [...]. Franz Keller tinha também formação artística através de lições de desenho ministradas por seu pai, que aperfeiçoou mais tarde em Dusseldorf [...]. Essa formação possibilitou importante obra documental, fixando a paisagem, silvícolas e cenas urbanas paranaenses. Preocupou-se em retratar o indígena brasileiro com rigor nos detalhes, atingindo perfeita apreensão do real. O conjunto de seu trabalho com enfoque para a vida indígena compõe o melhor testemunho iconográfico realizado dos Kayoá e Kaingáng”. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991, p. 233-234).

na estrada para Mato Grosso, [...] outra seria a história da ocupação do território paranaense”, e principalmente, a da região Norte do Estado.

Com o término da guerra do Paraguai, as autoridades imperiais esqueceram-se da pretendida comunicação, e outra vez a colônia agro-militar do Jataí e os aldeamentos do Tibagi e Paranapanema passaram a vegetar e regredir (WACHOWICZ, 1987).

Em 1859 a Colônia Militar de Jataí contava com uma população de apenas 154 pessoas, e anos seguintes esse número pouco aumentou, atingindo 306 habitantes em 1880. Em 1875 o aldeamento de São Pedro de Alcântara contava com uma população de 902 indígenas Kaingang, 461 indígenas Caiuá, e entre brancos, mulatos e pretos, 250, totalizando 1613 pessoas. No entanto, um surto de varíola e a decadência do lugar, em função do isolamento reduzem drasticamente a população. Em 1891 a situação populacional do aldeamento se caracteriza da seguinte forma: brancos de ambos os sexos, 184, indígenas Guarani e Caiuá, 117, indígenas Kaingang, 221, somando 522 habitantes (BRAGUETO, 2007).

Conforme Bragueto (2007) esses núcleos não tiveram nenhum sucesso do ponto de vista econômico e ocupacional devido ao seu isolamento, pois a ligação com Mato Grosso nunca despertou o interesse do governo imperial, no sentido de melhorá-lo, e terminado o conflito com o Paraguai, o mesmo foi quase que esquecido.

Ressalta-se ainda que realmente parece nunca ter havido uma preocupação no sentido de se realizar efetivamente a (re)ocupação da área por parte dos militares, na medida em que recrutavam-se pessoas para a colônia, os mesmos recebiam a promessa de um terreno no rocio (quadro urbano) e outro fora desse local, de 250.000 braças²⁰, após três anos de permanência no local (BRAGUETO, 2007).

Mas as autoridades provinciais e imperiais demonstravam uma incrível insensibilidade para tornar proprietários de terras a esses caboclos, pioneiros da ocupação dos sertões do norte do Paraná. As fazendas de criação de gado dos Campos Gerais, já vinham evidenciando um excesso de oferta de mão-de-obra. Essa população excedente começava a se localizar na qualidade de posseiros, nos limites dessas fazendas e ao longo dos caminhos de tropas da região. Não seria muito difícil atraí-los com propostas concretas,

²⁰ A medida de distância – braça – equivale a 2,2 m.

de torná-los proprietários de razoáveis extensões, visto que a terra desabitada existia em quantidades quase ilimitadas (WACHOWICZ, 1987, p. 29).

Com isso evidencia-se que as oligarquias dominantes no Paraná e no Brasil não se interessavam em possibilitar o acesso à propriedade para as populações rurais, marginalizando-as do processo rural brasileiro. Assim, em colônias agro-militares distantes, a terra não era usada como atração ao agricultor. “O poder dos segmentos dirigentes da sociedade emanava da propriedade da terra e dela não abriam mão nem para colonizarem os sertões longínquos e incultos” (WACHOWICZ, 1987, p. 29).

A colônia do Jataí não possuía lotes demarcados, capazes de atrair mão de obra rural para colonizar a região. Posteriormente a sua instalação, já se compreendia ser exagerada a ideia do Barão de Antonina de tentar a ligação Paraná-Mato Grosso, através do desenvolvimento do comércio entre as partes. Pois, as dificuldades de navegação desanimavam os possíveis comerciantes. Ainda, o primeiro diretor da colônia não via nenhuma possibilidade comercial entre as duas províncias (WACHOWICZ, 1987).

Assim, o diretor Muniz criticava o Barão de Antonina por sua pretensão em abrir comércio com a Província de Mato Grosso, embora admitisse abrir perspectivas otimistas com relação a agricultura do Jataí e possibilidade de colocar os produtos nos Campos Gerais. “De fato, as populações dos Campos Gerais estavam mais voltadas para o criatório e eram grandes consumidoras de produtos agrícolas” (WACHOWICZ, 1987, p. 30).

Com essas considerações, o diretor da colônia concluía que faltava para esta “braços amigos do trabalho. [...] o pequeno número de colonos indolentes que possuía, não seria possível fazer algo promissor” (WACHOWICZ, 1987, p. 30). Muniz ainda sugeria que a Província do Paraná convidasse elementos mineiros para se estabelecerem no Jataí, através de concessões de terrenos propícios aos mesmos, não justificando tal preferência (WACHOWICZ, 1987).

Essas sugestões não poderiam resolver ou atenuar o problema, uma vez que as principais falhas encontravam-se na máquina administrativa. Os chamados operários agrícolas do Jataí, assim como seus diretores, comércio, etc. não poderiam subsistir com os atrasos de pagamentos. “Eram em oito, dez e até quinze

meses que atrasavam os salários. Com tamanha falta de numerário, nada poderia funcionar” (WACHOWICZ, 1987, p. 31).

No final de 1857, os contratos de muitos operários agrícolas haviam terminado. Diante disso, o governo ao invés de tentar fixá-los definitivamente na região, resolveu retirar dos mesmos algumas vantagens. Acontecimento que levou ao protesto de seu diretor, afirmando “às autoridades superiores que para conseguir que os colonos permanecessem na colônia não podiam ter suas vantagens diminuídas, se é que possuíam alguma” (WACHOWICZ, 1987, p. 31).

Terminado o prazo de engajamento de três anos, não receberam as terras prometidas. Sabendo que a maioria teria dificuldades em abandonar a colônia, o governo procurou continuar com o mesmo contrato. Era o reengajamento. O próprio diretor concordava que muitos, por serem *indolentes e inúteis*, deveriam ser dispensados. Segundo o diretor, esses engajados eram basicamente pobres, sem instrução e sem ambição. Propunha também à presidência da Província que seria necessário definir se a colônia iria continuar existindo ou não.

Apesar de todas essas dificuldades, incertezas e falta de decisões, novos operários agrícolas estavam sendo esperados no ano de 1859 (WACHOWICZ, 1987, p. 31, grifo do autor).

No final de 1858, a população do Jataí e do aldeamento São Pedro da Alcântara foi surpreendida com a chegada de dezenas de indígenas kaingang (também chamados de coroados) nas margens do rio Tibagi. Nessa época, os operários agrícolas da localidade já estavam habituados a conviver com indígenas caiuí, que se encontravam aldeados do outro lado do rio Tibagi, no aldeamento de São Pedro de Alcântara. Mas, a chegada inesperada dos kaingang às povoações do Tibagi proporcionou um forte impacto aos seus habitantes, assim tanto dirigentes, subordinados e índios caiuí foram tomados por um verdadeiro sentimento de pavor. “Os coroados tinham acumulado má fama, de *selvagens bravios*, entre as populações sertanejas” (WACHOWICZ, 1987, p. 31, grifo do autor). O advento desses indígenas suscitou algumas consequências negativas, tais como o afastamento dos colonos da agricultura, devido ao medo de assaltos, e aqueles que a realizavam, utilizavam vigilância armada; a destruição de muitas lavouras e paióis de colonos e dos caiuí; o afugentamento de alguns colonos já instalados que nunca mais voltaram; o estabelecimento de um verdadeiro estado de sítio pelos comerciantes que amedrontados evitavam levar mercadorias até o local; e o

desaparecimento do pequeno comércio existente entre as colônias e a cidade de Castro e Faxina (Província de São Paulo) (WACHOWICZ, 1987).

E, o comportamento da província e do governo imperial expressava enfaticamente a falta de terras devolutas na região, em virtude, de que foram demarcados apenas 36 lotes após um período superior a 20 anos da existência da colônia. E, esses lotes foram distribuídos aos operários agrícolas que por teimosia ou por falta de iniciativa ainda permaneciam na região (BRAGUETO, 2007).

Segundo Bragueto (2007) essa pretendida colonização oficial através das colônias militares estava por si mesma fadada ao fracasso. O Jataí constituía-se numa 'frente de expansão', porém teria de aguardar outra conjuntura para que efetivamente fosse colonizada. "O lento e tumultuado processo de ocupação desta área (...) foi decaindo em razão do abandono e do isolamento a que estavam submetidos os que ali habitavam" (STIER apud BRAGUETO, 2007, p. 148).

Em 1889 com a Proclamação da República todas as colônias militares do Brasil entraram em recesso e deixadas a sua própria sorte (BRAGUETO, 2007). "Quando foi proclamada a República em 1889, uma nova política começou a ser adotada em relação aos índios. Foi implantada uma política da indiferença, como se os índios não fizessem parte dos problemas políticos e administrativos" (MORAES, 199-?, p. 63). Desse modo, tanto em Jataí quanto em São Jerônimo os indígenas "foram sendo pouco a pouco abandonados à própria sorte" (MORAES, 199-?, p. 63). No caso de Jataí em 1896 passou para a administração civil (BRAGUETO, 2007). Todavia, esta "teve o mérito de ser o primeiro núcleo colonizador do norte do Paraná"²¹ (WACHOWICZ, 1987, p. 49).

Bragueto (2007) ainda admite a existência de outra manifestação do comportamento regional do Norte do Paraná como frente de expansão, de importância superior à colônia de Jataí, esta consiste no deslocamento de mineiros em meados do século XIX.

²¹ Conforme Bernardes (2007, p. 80-81) "uma área é considerada 'povoada' quando já se esboça uma organização econômica e há, apesar da precariedade das comunicações, um regime de trocas com a retaguarda, isto é, com os centros mais civilizados. [...] há ainda a considerar o seguinte; em não poucos casos teve-se que omitir, propositadamente, certas povoações ou pequenos núcleos rurais localizados ou âmagos da mata deserta. São núcleos formados junto a longas vias de penetração, com função da etapa. Cite-se como exemplo, Jataizinho [...] A primeira teve origem na colônia militar de Jataí, fundada em 1855, no ponto em que o caminho para Mato Grosso atingia o rio Tibagi. Esta colônia jamais se expandiu, não passando de um pequeno núcleo estagnado, mais ou menos isolado na mata e em 1900 a onda povoada, que mais tarde viria atingi-la, ainda estava a uma centena de quilômetros para leste".

No início da década de 1840 muitos mineiros, que além de serem grandes proprietários em sua província natal eram também tropeiros. Ao passar pela região através do caminho Viamão-Sorocaba já sabiam da existência de vastas áreas de terras devolutas as margens do rio Itararé (BRAGUETO, 2007).

Estes tropeiros mineiros compravam muares e bovinos no Rio Grande do Sul e revendiam o gado em São Paulo e Minas Gerais. “Suas propriedades já apresentavam terras cansadas e a produtividade manifestava índices de declínio. Estava na hora de se procurar novas terras que demonstrassem maior fertilidade” (WACHOWICZ, 1987, p. 80). Logo, sua participação como tropeiros podia ser considerada como uma forma de compensar a diminuição dos seus lucros. Sobre essa dinâmica populacional, Wachowicz (1987) explica que em Minas Gerais os grandes fazendeiros ‘apertavam’ os pequenos, para venderem seu pedacinho de terra que era transformado em internada. “Vinham então para o Paraná. Um mineiro daqui, *comunicava outro lá e ele vinha, para abrir fazenda*” (WACHOWICZ, 1987, p. 82-83, grifo do autor). Então, nessa época o fluxo de migrantes mineiros se intensificava, visto que a sua província não se restabelecera da decadência da mineração, aumentando a pobreza.

Cobria o caminhão com *forro paulista* de pinho, comprado em Ponta Grossa. Levava para Minas Gerais dois motoristas e sacos de feijão. Este servia para ser vendido e distribuído para as famílias migrantes. Esses migrantes vinham em cima do caminhão, às vezes com mudancinha, amontoados, homens, mulheres e crianças, que nem porcos. O caminhão não parava na estrada. Os dois motoristas iam se revezando. Só se parava ao meio dia para descansar e almoçar. Alguns migrantes traziam a comida preparada: arroz, feijão e carne de porco ou galinha. Era a “*matulã*” (WACHOWICZ, 1987, p. 94, grifo do autor). O ambiente é de alvoroço porque o desbravador mineiro não parte sozinho: acompanham-no parentes e alguns amigos, que também se dispõem a deixar a região montanhosa e pouco fértil de Minas Gerais, em busca de glebas onde possam estabelecer lavouras mais produtivas e criar seu gado. Partem no princípio da manhã, logo após ouvirem missa, levando família e bens para uma jornada sem regresso: eles se estabelecerão definitivamente no vale escolhido, às margens do rio das Cinzas. Muitos animais de carga, escravos carregando armas e bagagens, alguns índios, famílias em trajes apropriados para dias e dias de travessia difícil (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 36).

Ademais, as perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842²², reforçaram as partidas dos mineiros para novas terras. Com a Guerra do Paraguai (1864-1870) uma parte da população preferiu correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar (BRAGUETO, 2007).

A maior parte desses migrantes fixou-se em áreas em que o café já estava solidamente implantado, outros procuraram regiões mais longínquas, onde poderiam continuar a viver, conforme seus hábitos criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente a distância dos poderes constituídos (BRAGUETO, 2007).

Assim,

as terras despovoadas dos vales do Itararé e Cinzas começaram a despertar interesse e se tornaram mais conhecidas. Por volta, de 1842-43, um desses mineiros tropeiros e proprietário de terras, Domiciano Correa Machado (...), instala-se na margem esquerda do Itararé (WACHOWICZ apud BRAGUETO, 2007, p. 150).

Após a independência, até o ano de 1850, quando foi aprovada a Lei de Terras, a propriedade era adquirida de dois modos: através da compra de terras já tituladas, decorrentes de antigas sesmarias; e pela formação de posses em terras devolutas, esse último caracteriza a situação encontrada na região do Norte Pioneiro durante o período citado (WACHOWICZ, 1987).

Os mineiros do Norte Pioneiro não faziam posse em qualquer lugar, visto que para esse grupo uma posse deveria equivaler a uma água. Por essa razão procuravam a cabeceira de um riacho, pois “instalado na cabeceira é *dono da água e do terreno que a acompanha até o fim*” (WACHOWICZ, 1987, p. 81, grifo do autor).

E, também não era qualquer indivíduo que podia ou apresentava condições para se tornar proprietário. “*Só podia fazer possia aquele que tinha recursos [...] Os sem recursos não podiam fazer uma coisa dessas*” (WACHOWICZ, 1987, p. 82, grifo do autor).

As famílias mineiras instaladas na região do Norte Pioneiro sentiam-se orgulhosas de seus vastos latifúndios, e para conservá-los sob o controle de suas famílias, seus membros costumavam casar entre si com o intuito de preservar a propriedade. Wachowicz (1987) explica que muitos mineiros se dirigiam para essa

²² “Fracassado o movimento sedicioso de inspiração liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais, a situação política de muitos desses tropeiros e/ou proprietários de terras tornou-se delicada” (WACHOWICZ, 1987, p. 81).

área, compravam uma propriedade e retornavam altivos. Ainda, completa que a ocupação pelos migrantes mineiros cessa no vale do rio das Cinzas, porque “*além do rio das Cinzas a expansão esmoreceu e raramente se repetiu a vitalidade pioneira*” (WACHOWICZ, 1987, p. 84, grifo do autor). Conclui-se também que o Norte do Paraná, durante o final do século XIX não correspondia a uma área completamente desconhecida, em função da existência de alguns caboclos que já habitavam a região, e do conhecimento desta por parte de alguns fazendeiros paulistas e mineiros que auxiliavam na propagação das qualidades de suas terras (WACHOWICZ, 1987).

Todavia, nem toda a população aí estabelecida no século XIX relacionava-se diretamente aos latifundiários, visto que pequenos sitiantes e/ou posseiros também conseguiram estabelecer-se na região, com uma relação estreita com estes latifundiários, pois acabavam vendendo seus produtos a estes (BRAGUETO, 2007).

Pequenos sitiantes e/ou posseiros também conseguiram estabelecer-se na região. A maioria da população poderia ser considerada pobre. Mesmo os grandes proprietários tinham dificuldades de conseguir numerário. Os produtores não tinham condições de escoar sua produção. Os pequenos ofereciam seus produtos aos grandes proprietários. *Pedia barato e respondiam que quanto aquele preço, tinham para lhe vender. [...] Muitos compravam de dó de nós. Saia rezando por aquela pessoa*” (WACHOWICZ, 1987, p. 95, grifo do autor).

Cabe nesse ponto mencionar as importantes colocações de Tomazi (1999) que ao analisar os dados do Censo Agrícola de 1920 (QUADRO 01) sobre a região nordeste ou “Norte Velho” do Paraná chega às conclusões destacadas na sequência. Na primeira metade do século XX a configuração espacial dos municípios que se localizam no Norte Pioneiro apresentava-se diferente da atual. No caso dos municípios estudados, Nova Santa Bárbara, que mais adiante no século passado, desmembrara-se do município de Santa Cecília do Pavão (ambos originados a partir do território de São Jerônimo da Serra), ainda nem existia (ANEXO C). Em 1920, São Jerônimo da Serra, elevava-se da categoria de freguesia para município, desmembrado de Tibagi, e segundo recenseamento geral de 1950, nessa época com o nome de Araiporanga possuía área territorial de 1.520 km² e população residente de 12.698 habitantes, pertencendo a Zona de Tibagi (IBGE, 2014).

Classe de área (ha)	Nº. de estabelecimentos	%	Área total	%
Até 41 ha	723	32,14	26.888	4,3
De 41 a 100 ha	742	33	50.221	12,5
De 101 a 400 ha	598	26,59	108.037	26,9
De 401 a 1.000 ha	129	5,75	78.210	19,5
Mais de 1.000 ha	57	2,52	147.826	36,8
TOTAL	2.249	100	401.182	100

QUADRO 01 – Área e número de propriedades rurais segundo classe de área (1920)
 FONTE: Censo Agrícola/IBGE, 1920.

Os dados evidenciam que até 1920 o número de pequenas propriedades (sítios com até 100 hectares para a época) era de quase 2/3 do total dos estabelecimentos da região em foco e que estas só detinham 16,8% da área total. Conforme o critério de média propriedade – estabelecimentos entre 101 e 1.000 hectares – observa-se que 32,34% (quase 1/3) dos estabelecimentos detinham 46,4% (quase a metade) da área. E, aceitando-se que áreas acima de 1.000 hectares possam ser consideradas grandes propriedades, observa-se que somente 2,52% dos estabelecimentos detinham 36,8% (mais de 1/3) de toda a área. Desse modo, pode-se afirmar que até 1920 a (re)ocupação se deu com base na pequena propriedade (devido ao número elevado de estabelecimentos) e com uma brutal concentração da terra, visto que a soma dos estabelecimentos acima de 401 hectares, totaliza 8,27% do número de estabelecimentos e detêm 56,3% da área (TOMAZI, 1999).

Complementa-se ainda que a maioria desses estabelecimentos mantinha a maior parte sem cultivo algum, significava assim terras à espera de valorização. A grande propriedade convivia com a pequena de modo significativo. Tomazi (1999) desvela o motivo pelo qual se fala que a “ocupação do Norte Velho” baseou-se na grande propriedade, segundo ele isso se deve a um discurso (o da CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná) que foi desenvolvido após os anos trinta e que visava demonstrar que o processo de comercialização da área que esta tinha comprado era novo e diferente do que havia acontecido anteriormente. Havia também uma valorização da figura do fazendeiro e da grande propriedade, além do fato de que, no contexto da narrativa dominante, era necessário reafirmar que a (re)ocupação da região era uma extensão da cafeicultura paulista.

Desse modo, a historiografia regional em estudo pouco ou quase nada fala sobre esses pequenos proprietários. Normalmente, escreve-se muito sobre a vida

nas grandes fazendas, demonstrando um viés marcante, que serviu para que se disseminasse a ideia de que a (re)ocupação no nordeste do Paraná foi realizada com base na grande propriedade (TOMAZI, 1999).

Ratificando a presente característica fundiária, observaram-se durante o levantamento de informações na área rural do município de São Jerônimo da Serra os dados que seguem (QUADRO 02).

Tamanho da propriedade (alqueires)	%
0,25	20
0,5	1,6
1,5	1,6
2	1,6
2,5	2,3
3	1,6
3,5	1,5
4,5	3
5	26,9
5,5	5,3
6	4,6
6,5	1,5
7	10,8
7,5	9,2
8	3
11	0,7
12,5	0,8
18	0,8
50	1,6
Não respondeu	1,6
TOTAL	100

QUADRO 02 – Tamanho das propriedades (Levantamento em São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

O quadro indica que a maioria dos entrevistados (26,9%) possui propriedades no tamanho de 5 alqueires, em seguida destacam-se as propriedades com 0,25 alqueires, totalizando 20% dos entrevistados e 10,8% possuindo propriedades de 7 alqueires. Tais dimensões correspondem a classificação de pequenas propriedades, assim como o restante das informações levantadas sobre esse tópico que não ultrapassam 20 alqueires. Ainda, 1,6% dos entrevistados que têm propriedades com 50 alqueires permanecem nessa mesma classe fundiária.

Nesse município grande parte dos entrevistados possui propriedades particulares (87,7%); uma parte (10%) tem relação de parceria, ou seja, habitam e/ou produzem na propriedade sem algum tipo de cobrança pelo uso da terra; 1,5% obtêm propriedades na forma de arrendamento; e 0,8% referem-se a outras formas, tais como o caso de pessoas recém-instaladas em assentamentos, que ainda esperavam pela regularização dos lotes. Os proprietários chamam as propriedades da seguinte maneira: 63% sítio; 19,3% lote, e 17,7% chácara. De acordo com informações do Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra (2011), o Censo Agropecuário de 1996 do IBGE aponta que os agricultores familiares ocupam 83,42% dos estabelecimentos, significando 17,91% do território municipal. O município apresenta 8,12% de seu território ocupado por pequeno número de agricultores empresariais. O documento cita também informações da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) local, afirmando que existem pequenas concentrações de agricultores familiares (com propriedades inferiores a 50 hectares) por todo o município. Verifica-se uma concentração maior de grandes propriedades na porção meridional do município e margeando o rio Tibagi. Quanto a condição legal das terras, os dados apresentados pelo plano diretor informam que 89% são próprias; 8% apresentam a condição de terras ocupadas (área do estabelecimento pertencente a terceiros – públicos ou particulares, pela qual o produtor nada pagava por seu uso, ocupação, posse ou cessão); 2% em condição de parceria e 1% arrendada (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

A localização geográfica das propriedades expõe-se a seguir (QUADRO 03).

Localidades	%
Assentamento Dom Elder Câmara	38,4
Vila Rural Pedro Fonseca	20,8
Assentamento Palmares	11,5
Tigre	11,5
Assentamento Amélia	10,8
Distrito de Terra Nova	2,3
Passo Liso	2,3
Cerrado	0,8
Assentamento Cacique Cretan	0,8
Reta Grande	0,8
TOTAL	100

QUADRO 03 – Localização geográfica das propriedades dos entrevistados em São Jerônimo da Serra.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nesse município conforme informações do Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra (2011) existem na área rural três distritos, vinte e uma comunidades rurais, oito assentamentos, uma vila rural e duas terras indígenas (ANEXO D). Os resultados apresentados nessa parte do estudo foram realizados durante a aplicação de questionários na vila rural com 20,8% dos entrevistados; em quatro assentamentos, quais sejam Assentamento Dom Elder Câmara (38,4%), Assentamento Palmares (11,5%), Assentamento Amélia (10,8%) e Assentamento Cacique Cretan (0,8%). Pesquisou-se também no distrito de Terra Nova totalizando 2,3% dos questionários aplicados, e em quatro comunidades rurais: Tigre (11,5%), Passo Liso (2,3%), Cerrado e Reta Grande com 0,8% cada.

A maioria dos assentamentos agrários criados em São Jerônimo da Serra datam do final da década de noventa. Dentre esses, as características dos assentamentos visitados são: Assentamento Palmares criado em 1999, possui área de 350,78 hectares com capacidade de 17 assentados; Assentamento Amélia criado em 1998, tem área de 751,71 hectares com capacidade para 35 assentados; Assentamento Cacique Cretan criado em 1999, sua área é de 287,97 hectares, possuindo capacidade para 18 assentados; e Assentamento Dom Elder Câmara criado em 2001 com 1.957,44 hectares e capacidade para 132 assentados. Os assentamentos somam 6.068,36 hectares do território municipal, existindo mais um assentamento chamado Roseli Nunes com dados não informados no plano diretor. Os assentamentos Cacique Cretan e Amélia visitados durante a pesquisa, juntamente com mais três estabelecimentos concentram-se em uma única fazenda. Os assentamentos Dom Elder Câmara e Palmares localizam-se próximos ao Distrito de Terra Nova (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

A Vila Rural Pedro Fonseca localiza-se cerca de quinze quilômetros da sede municipal de São Jerônimo da Serra, esta foi implantada em 2002 com a entrega de 60 casas e seus respectivos terrenos para a produção agrícola das famílias rurais. Não possui iluminação pública, somente energia elétrica nas residências. Seu acesso é feito através de estrada com cascalho. Esta produz manufaturas comercializadas nas feiras que ocorrem na sede municipal, tais como pães, conservas e hortaliças. Cada família selecionada recebeu pelo programa Vila Rural

do governo do Estado do Paraná e executado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), um lote de 5.000 m², uma moradia com 44,52 m², um galinheiro e um depósito de produtos e instrumentos de trabalho, além disso o programa previa treinamentos e insumos para as famílias em um período de 30 meses (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

Em Nova Santa Bárbara averiguou-se parte da população rural e nesse local teve-se a seguinte variação quanto ao tamanho da propriedade dos entrevistados (QUADRO 04). Examina-se que 73,3% das propriedades correspondem a 0,25 alqueires e restante ficando em torno de 6,7% contendo entre 3 e 20 alqueires, assim como em São Jerônimo da Serra, os resultados demonstram pequenas propriedades.

Tamanho da propriedade (alqueires)	%
0,25	73,3
3	6,7
12	6,6
15	6,7
20	6,7
TOTAL	100

QUADRO 04 – Tamanho das propriedades (Levantamento em Nova Santa Bárbara)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

As propriedades em Nova Santa Bárbara são particulares (80%), adquiridas por meio de parceria (13,3%) e obtida por outros meios (6,7%). As duas últimas classificações remetem-se ao mesmo caso do município anterior. Estas são chamadas de lote por 66,6% dos entrevistados, sítio equivalente a 26,7% dos proprietários, e 6,7% as denominam de chácara. A localização geográfica das propriedades demonstra-se a seguir (FIGURA 01).

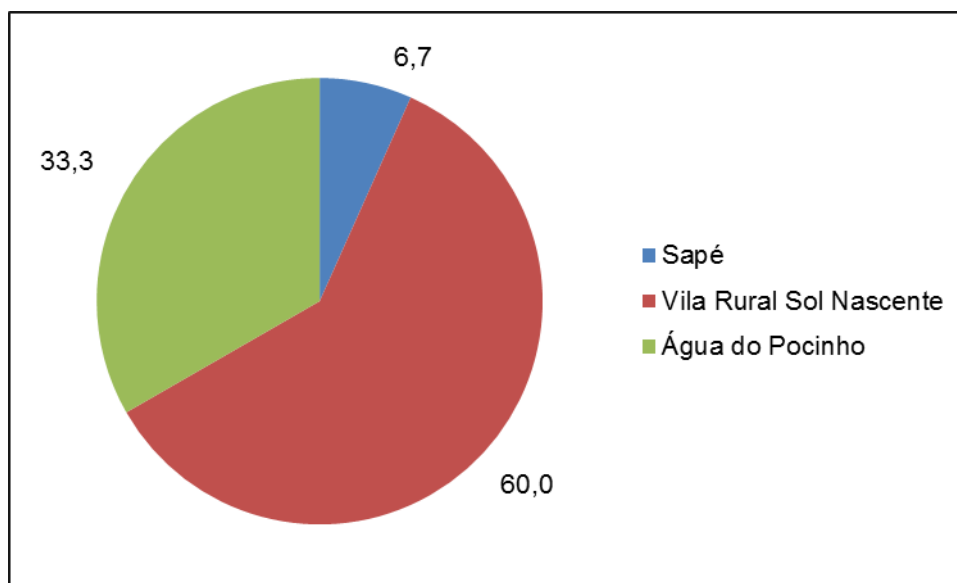


FIGURA 01 – Localização geográfica das propriedades dos entrevistados em Nova Santa Bárbara.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Mediante os apontamentos de Bragueto (2007) a cultura de café no final do século XIX nunca se desenvolveu. Os núcleos mais antigos, tais como São José da Boa Vista, Colônia Mineira, Tomazina, etc., não conseguiram ampliar a cafeicultura. As primeiras tentativas de cultivo de café acarretaram prejuízo em função dos problemas da comercialização. Praticamente não havia comunicação com o restante do território paranaense e, com São Paulo só havia péssimos picadões que davam passagem as tropas, e a estrada de ferro ainda estava muito distante. Destarte, não existia uma agricultura de mercado, predominando a plantação de algodão, arroz, feijão e fumo e principalmente a criação de porcos.

Complementando conforme Mota (2005) as populações que se instalaram na região, diferentemente daquela instalada nos Campos Gerais que se dedicavam a pecuária, tiveram outra ocupação, esta se dedicou a agricultura e a suinocultura. Inicialmente, foram várias as dificuldades de sobrevivência, os produtos agrícolas, como o milho, o feijão, a mandioca e outros, não possuíam valor, o escoamento da produção inviabilizava-se devido a falta de estradas.

Quanto ao desenvolvimento da suinocultura, atividade predominante na região no início do século passado, que teve como fatores favoráveis o crescimento da urbanização no Estado de São Paulo e o avanço dos trilhos da Sorocabana. Pode-se dizer esta atividade econômica baseava-se em criar porcos e 'exportar

milho a pé', expressão comumente utilizada nesse período, iniciava-se assim um novo ciclo econômico regional (WACHOWICZ, 1987; MOTA, 2005).

A mão de obra que já se encontrava escassa para o cultivo de algodão, permaneceu insignificante para a criação de porcos. “O dinheiro era difícil e ninguém queria pagar. O pagamento para o assalariado era geralmente em espécie: feijão, arroz, mandioca, batata, pedaço de porco etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 96).

A criação de porcos funcionava com o sistema de *safra*. “Terminado esse serviço, *para não perder o patrão, tinha que ficar trabalhando de graça, só pela comida*. O pouco dinheiro que recebiam era para comprar algum calçado, roupa remédio” (WACHOWICZ, 1987, p. 96, grifo do autor). O sistema de *safra* baseava-se na derrubada de 20, 30, 50 alqueires de mato. Após a queimada plantava-se milho, abóbora, batata doce. Quando o milho já estava crescido, compravam-se porcos dos sitiantes da região (WACHOWICZ, 1987).

Oito, dez, quinze de cada um. Eram todos colocados em mangueirões. Quando o milho começava a amarelar, esses animais eram soltos no milharal. Quando havia vizinhos na redondeza, o porco era marcado. [...] De preferência o porco já era solto castrado no milharal. O porco usado no sistema de *safra*, tinha que ser de raça mais forte, mais adequado. Os melhores eram *duroc, caranca, canastra, cariocão* etc. Estes são porcos que com um ano de idade já podiam ser colocados na *safra*, para engordar. Passavam ali cerca de 100 a 120 dias. Com 60 dias já estavam em *meia seva*. Dessa forma, com 13 ou 14 meses o porco alcançava 7 a 8 arrobas (WACHOWICZ, 1987, p. 96, grifo do autor).

Da região de São José da Boa Vista e Siqueira Campos as varas de porcos eram comercializadas em Sengés, Jaguariaíva e Itararé, principalmente. E, quando o preço no interior de São Paulo mostrava-se mais compensador, tropeavam-se os porcos até Itapeva. No município de Ribeirão Claro, caracterizado como grande produtor de café, a economia dividiu-se com os safristas. Em seu território as safras estavam localizadas na porção meridional, preferencialmente nas margens do rio Itararé. “Originalmente esta região era coberta por uma densa mata de perobas. Os *safristas* derrubaram tudo e queimaram” (WACHOWICZ, 1987, p. 97, grifo do autor).

Jacarezinho que na época possuía mais de 500.000 cafeeiros, plantados pelos Alcântaras, sofreu em 1902 com uma forte geada, tendo dificuldades para comercialização dessa produção. Fato que levou os Alcântaras a abandonar essa

cultura, começando a criar porcos. “Derrubaram o mato fino, a *roça pintada* e plantaram milho e abóbora. Tocavam os porcos até Cerqueira César, onde já estavam os trilhos da estrada de ferro” (WACHOWICZ, 1987, p. 97, grifo do autor).

Santo Antônio da Platina considerava-se nesse tempo como um local propício para compra de porcos. Ainda, os sertões de Abatiá, Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal eram grandes produtores (WACHOWICZ, 1987).

No início do século XX os porcadeiros que atravessavam o rio Itararé dispendiam grandes esforços:

Quando o rio dava passagem a pé, o peão derrubava o porco no rio, agarrava-o fortemente nas orelhas por trás, montava no porco e conduzia-o até a outra margem, onde já existia um mangueirão improvisado. Quando a água no rio estava alta, o peão atravessava a canoa. Dois indivíduos tocavam a canoa a remo ou a vau, enquanto um peão ia ajoelhado na parte traseira, segurando o porco pelas orelhas, mas cara a cara com o animal. Era preciso muito cuidado para não virar a canoa.

Os canoieiros nunca atravessavam com a canoa de frente. O porco era embarcado uns 100 metros acima do ponto de desembarque. A canoa tinha que passar o rio, atravessada. Se fosse tocada a varejão, a correnteza encostava a canoa no pau e podia virar. *A canoa descia de ponta, nunca de frente*. Essa travessia exigia muita perícia e tempo (WACHOWICZ, 1987, p. 98, grifo do autor).

Os safristas de Curiúva também compravam porcos nos terrenos da margem esquerda do rio Tibagi, atravessando o rio de balsa. Estes não compravam em São Jerônimo, pois lá era área de ação de outros compradores. “De Curiúva a Piraí, levavam 12 a 13 dias com a porcada *enxuta*. Até a localidade de Ventania os porcos iam divididos em diversas *pontas* ou *talhas*” (WACHOWICZ, 1987, p. 103, grifo do autor). Assim, os porcos de cada vendedor seguiam juntos, pois misturar porco de mangueiras diferentes não dava certo, estes brigavam e fugiam para o mato. “De Ventania até Piraí já podia misturá-los, não só porque predominava o campo e as possibilidades de se extraviarem diminuía, como também os porcos já se haviam acostumado com o cheiro dos de outras mangueiras e aceitavam andar juntos” (WACHOWICZ, 1987, p. 103).

Após a venda dos porcos, os peões voltavam a pé, acompanhados do cargueiro e do cão especializado. “Naquele tempo, para que o porco estivesse pronto para a venda, era preciso um ano e meio de trato. [...] Para ser tropeado o

porco precisava de uns 4 meses de *ceva na safra, para afirmar o toicinho*” (WACHOWICZ, 1987, p. 103). A perda de peso durante a viagem era sempre grande, porém isso dependia em parte do modo de condução e alimentação dos animais (WACHOWICZ, 1987).

“Em Curiúva, os *safristas* viviam na cidade e tinham suas *safras* nos sertões em volta. O número de *safristas* era relativamente pequeno, mas os criadores eram numerosos” (WACHOWICZ, 1987, p. 103, grifo do autor). Na compra de suínos dos criadores, o safrista não costumava pagar de imediato, somente após a revenda, pagaria essas dívidas. Contudo, na venda para os representantes dos frigoríficos, o pagamento era feito no ato (WACHOWICZ, 1987).

Entre 1910 e 1940, uma legião de desbravadores se espalhou no sentido norte do município de São Jerônimo, abrindo picadas dentro da mata cerrada, comprando ou tomando posse da área (MORAES, 199-?, p. 81). Era preciso que o local fosse próximo de um riacho que garantisse água potável, umidade e fertilidade do solo, suprindo as necessidades dos sertanejos. Embora a distância da sede da Vila não fosse tão longe, para a época eram considerados locais como sertão bravo (MORAES, 199-?).

Havia animais selvagens, tais como onças, porcos do mato, antas, cobras, e outros bichos que serviam de alimentos, como a paca, o veado, o cateto. Ainda, animais inofensivos como os serelepes, pássaros de várias espécies como o tucano, a gralha, comum nos pinheirais, a saracura, que tinha seu “habitat” nos lugares úmidos, cardumes de peixes, que forneciam alimento abundante e rápido como os lambaris e cascudos (MORAES, 199-?). Em contrapartida existia também uma série de doenças como o tifo, a malária (conhecida como “maleita”), e tantos outros obstáculos, que dependiam da determinação das pessoas, para serem transpostos ao longo da exploração de tais lugares (MORAES, 199-?).

Desse modo, muitos descendentes de famílias política e socialmente prestigiadas, com cultura adquirida em vários centros urbanos, estes filhos e netos dos pioneiros urbanos de São Jerônimo se transformaram inicialmente em verdadeiros “caboclos”, desprovidos de instrução e de escola onde pudessem aprender conhecimentos básicos, e ainda sem condições de contar com assistência médica, inexistente na região (MORAES, 199-?). Contudo, os caboclos destemidos e resolvidos,

[...] entraram com a cara e a coragem pelo sertão, colocando seus pés descalços nas águas turvas e insalubres dos pântanos e brejos, derrubaram pinheiro e capoeira, queimaram tocos, e com a madeira derrubada ergueram toscos ranchos cobertos de tábuas, plantaram em volta do rancho, começaram pequenas criações de porcos em pequenas mangueiras, criaram galinhas e outras aves, abriram estradas para comunicação com escassos vizinhos, e desse trabalho nasceu a força, a energia para a construção de pequenos bairros, e depois povoados e novas cidades (MORAES, 199-?, p. 81).

As breves biografias a seguir são exemplos de safristas em São Jerônimo nessa época:

Por volta de 1920, José Mendes Moraes, conhecido como Léia, abriu picada a foice e machado para entrar nas terras adquiridas pelo seu pai Francisco Mendes Moraes. Era uma área de 550 alqueires, próximos a Estrada da Arixiguana, e do local conhecido como *Santa Bárbara velha*. [...] Assim a família ajudou a abrir a Fazenda Casa Branca onde Léia criou seus filhos e iniciou a luta como safrista de porcos. [...] Com muita inteligência e visão, o patriarca dos Bittencourt plantou a semente de sua família na região, espalhando filhos e genros pelos seus 500 alqueires na divisa com o genro Léia, atingindo o Rio do Tigre e o Bairro do Pocinho [...] Conta-se muitas histórias de coragem e luta dos safristas de porcos, sertanistas solitários, como a de Plácido Lemes Gonçalves. Era conhecido como Dico Chicú, e mudou-se com sua família para Santa Bárbara velha. Eram fazendas totalmente isoladas e sem comunicação. No início Dico saía pela manhã com um 'camarada' paulista para fazer o corte de árvores e queimadas para plantar milho e feijão, drenar a várzea próxima do rancho para o plantio de arroz, e depois fazer o mangueirao para criação de porcos. [...] Figura emblemática da luta dos safristas em São Jerônimo foi Antonio Pedro dos Reis, nascido na cidade de Tomazina-PR, e que chegou na Água do Mandassaia para trabalhar com Dico Chicú, um dos safristas mais famosos na época. [...] Ainda moço, José Sampaio Sobrinho saiu de São Jerônimo e abriu picadas a custa de golpes de foice e enxada, para chegar a distante Água do Zé Maria, lugar que conseguiu para começar a vida, e onde construiu um modesto rancho, começando a derrubada de pinheiros e outras espécies para o plantio do milho, feijão, arroz e criação de porcos" (MORAES, 199-?, p. 82-85). Ademais, algumas características desse modo de vida: "[...] Na época havia pouquíssimos moradores nas proximidades, mas sempre que precisavam arrumar uma estrada ou fazer os mangueirões e cercas, faziam os 'mutirões' reunindo as famílias mais próximas, trocando dias de serviço. A solidariedade era muito grande, e em geral tornavam-se compadres, relação de amizade profunda, de visitas recíprocas, casamentos dos filhos, principalmente no sertão onde havia muito pouca gente com quem se relacionar, as amizades tinham um caráter especial e muito mais intenso [...] era preciso saber construir casas e ranchos de madeira, açude de peixe, monjolo para a fabricação de farinha, atafona de polvilho extraído da mandioca, queijo, manteiga, gordura para cozinhar e para iluminação das lamparinas. As carnes de porco eram retalhadas em grandes mantas de

toucinho e colocada sobre o fogão para conservar pelo processo de defumação. Ora derretia no fogo o toucinho para extrair a banha que era acomodada em vasilhas, e cozinhava-se a carne que era conservada dentro da banha. [...] Também a traia para uso dos animais era artesanal, quase que totalmente fabricado no sítio. Comprava-se em Assaí a parte de ferragem como estribos, argolas, esporas, e fabricava-se do couro de gado as barrigueiras, pelegos, laços e outros acessórios usados em carroções, carroças ou simplesmente para o uso do cavalo. Fazia-se sabão para uso doméstico. E em algumas propriedades como a do Léia, havia também o engenho para produção do açúcar mascavo, melado, garapa, extraídos da cana de açúcar. A cana era moída nos engenhos usando animais, para puxar a moenda. Fabricava-se muita coisa nas fazendas dos safristas. O cultivo de arroz, feijão, milho, para subsistência, era complementado por peixes do rio ou açudes, carne de porco, galinha, gado (mais raramente), e também muita caça de animais selvagens como o veado, cateto, paca e capivara. As frutas eram colhidas 'in natura' das árvores nativas: pinhão, gabioba, cereja, pitanga, amora. Mas cada safrista tinha também seu pomar, com pés de banana, laranja, mexerica, abacaxi, pêra, maçã, goiaba. Da mandioca as donas de casas extraíam o polvilho, que era muito utilizado para fabricar deliciosos sequilhos, biscoitos, bijus. Ia-se a Vila de São Jerônimo muito raramente, para comprar pouca coisa, quase sempre levando queijos para vender, arroz para beneficiar. A culinária 'cabocla' era muito rica. Desde os deliciosos pratos com tutu de feijão, arroz, torresmo, couve cozido, ovo frito e carne de banha. Havia o costume de tomar um prato de leite com farinha de milho, logo após as refeições. [...] O café que era produzido no sítio, torrado, moído e servido bem forte. O uso do cigarro feito de fumo de corda e enrolado em palhas de milho. Os safristas, depois de aberta a Estrada do Cerne iam uma vez por ano na cidade de Assaí fazer compras de roupas e calçados. No resto do ano, procurava-se servir do que tinha no sítio (MORAES, 199-?, p. 85, 100-102).

A volumosa produção de suínos no Norte Pioneiro atraiu para a região a presença dos grandes frigoríficos brasileiros. Assim, a firma paulista de Francisco Matarazo resolveu instalar-se na região com um grande frigorífico. E, a abertura desse estabelecimento em Jaguariaíva no ano de 1924 significou um forte estímulo para este segmento econômico (WACHOWICZ, 1987; MOTA, 2005).

Recebia a matéria prima, principalmente pelos vagões da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, remetidos pelos compradores exclusivos que espalharam-se pela região: Siqueira Campos, Joaquim Távora, Curiúva, Ibaítí, Ribeirão do Pinhal, Pinhalão etc. suínos de Maringá, Campo Mourão, Apucarana, Londrina, também eram conduzidos para o frigorífico de Jaguariaíva.

[...]

A capacidade de abate diário desse frigorífico em Jaguariaíva era de 1.000 suínos por dia (WACHOWICZ, 1987, p. 99 e 103).

Nota-se que a atividade sofreu modificações importantes com a implantação de frigoríficos, tais como o exemplo citado acima, assim não era mais necessário levar o gado suíno até os frigoríficos da Matarazo no Parque Antártica, daí em diante exportava-se a banha em latas (MOTA, 2005).

No governo de Manoel Ribas executou-se a abertura da estrada do Cerne, possibilitando que o transporte dos porcos das roças de engorda no interior do Norte do Paraná fosse feito através de caminhões. A infraestrutura permitiu que o sistema de safra se expandisse para regiões distantes do Norte paranaense, atingindo a porção central no vale do Ivaí, em cidades como Cândido de Abreu, que tropeavam varas de porcos para o abate em Ponta Grossa. “E a procura por porcos magros também chegou às distantes povoações do sudoeste do Paraná, como Palmas, Mangueirinha e Chopim, que abasteciam os safristas do norte do estado” (MOTA, 2005, p. 63).

De tal modo, a implantação desse eixo viário interrompeu a atividade de tropear porcos dos safristas, liquidando o sistema de safra na região. “Os caminhões da firma Matarazo passaram a transportá-los para Jaguariaíva. Toda manhã chegavam esses veículos em Curiúva e S. Jerônimo, *batendo grade*, e levavam de 180 a 200 porcos em dois andares” (WACHOWICZ, 1987, p. 103, grifo do autor). O povoamento do território e o progresso do Norte Pioneiro também foram responsáveis pela inviabilização do sistema de safras na região (WACHOWICZ, 1987).

Ainda completa-se que o declínio dessa atividade iniciou-se com o cultivo do café em larga escala no Norte do Estado a partir dos anos 1920, agravando-se com a estiagem de 1944, e com a peste suína que infestou os rebanhos em 1945, e por fim com o fechamento do frigorífico Matarazo nessa mesma época (MOTA, 2005).

Os dois principais núcleos servidos pela estrada do Cerne no Norte Pioneiro eram Curiúva e São Jerônimo, e segundo pesquisas de Wachowicz (1987) a origem da população colonizadora no caso deste último pode ser resumida conforme se demonstra no QUADRO 05.

Ano	PR	SP	MG	Outros Estados	Estrangeiros	Indeterminados	Total
1876	70	10	-	-	-	20	100
1899	50	23,1	-	3,8	-	23,1	100
1910	84,6	13,5	1,9	-	-	-	100
1920	62,8	29,8	3,2	4,2	-	-	100
1930	81,9	14,6	0,9	0,9	1,7	-	100
1940	89,8	3,8	3,8	2,6	-	-	100
1950	90,5	8,1	0,7	0,7	-	-	100

QUADRO 05 – Naturalidade e porcentual da procedência da população de São Jerônimo da Serra

FONTE: WACHOWICZ, 1987.

Conforme os dados do autor observa-se o predomínio da população paranaense, atingindo altos níveis em 1950 (90,5%) no município analisado. Também se denota uma acentuada presença paulista no fim do século XIX e primeiras décadas do centenário seguinte. A presença de mineiros, migrantes de outros Estados e de estrangeiros, é pouco expressiva no município.

No contexto geral da procedência da população do Norte Pioneiro, Wachowicz (1987) explica que no primeiro período verifica-se que as populações paranaense e paulista se equilibram até aproximadamente 1910, excluindo-se os últimos anos do século XIX. E, a partir desse momento a população paranaense passa a ser majoritária, destacando-se da população paulista. “Este é exatamente o período que corresponde à construção da ferrovia do ramal do Paranapanema: Jaguariaíva-Jacarezinho” (WACHOWICZ, 1987, p. 166).

A partir de 1931-32, apesar da grande crise financeira de 1929, ocorre um verdadeiro *boom* ocupacional da região. Dois fatores contribuíam para isso:
a – a virtual proibição do plantio de café nos Estados de São Paulo e Minas Gerais²³;

b – a continuação da construção da ferrovia São Paulo-Paraná, em direção a Jataizinho (WACHOWICZ, 1987, p. 166).

²³ “No ano de 1931, começaram a surgir os primeiros excedentes brasileiros da produção cafeeira. O mundo começou a produzir mais café do que seu próprio consumo. Para deter a expansão da produção cafeeira, o governo federal criou, pelo prazo de 5 anos, um imposto anual de 1\$000 rs. sobre cada pé novo de café plantado. Esta medida era um verdadeiro golpe na expansão da cafeicultura paranaense. O Paraná tanto protestou que, pouco depois, esse decreto acabaria sendo reformulado, para fazer incidir o imposto apenas nos Estados cujos cafezais ultrapassassem 50 milhões de pés. A cafeicultura paranaense estava muito aquém de ultrapassar esta cota. Desta maneira, esta disposição proibitiva não chegou a atingir a ocupação e o desenvolvimento do Norte do Paraná” (WACHOWICZ, 1987, p. 124-125).

Então em 1931-32 forma-se uma verdadeira corrente humana de grandes proporções para a região. Contudo, no período imediatamente anterior a essa onda migratória, registra-se um leve decréscimo da presença de paulistas e mineiros. Essa diminuição foi iniciada com os paulistas, e em seguida, realizada pelos mineiros. “A euforia da produção e comercialização do café, ocorrida na década de 1920, tendeu a fixar a mão de obra nos Estados produtores como São Paulo e Minas Gerais. Observa-se que esse fenômeno não ocorre com a população paranaense” (WACHOWICZ, 1987, p. 166).

Na década de trinta, há um expressivo movimento migratório de paulistas e mineiros para o Norte Pioneiro. “A *proibição* de plantio de novos cafezais nos Estados já grandes produtores e a consequente permissão no território paranaense deflagrou esta forte corrente para o Paraná” (WACHOWICZ, 1987, p. 166, grifo do autor).

Segundo Wachowicz (1987) no Norte Pioneiro, os elementos migrantes nascidos na própria região, não tiveram uma distribuição fixa e homogênea. Pois, os paranaenses concentraram-se preferencialmente na parte sul da região, ou seja, mais próximos do Paraná tradicional. Assim, municípios que apresentavam sua população formada predominantemente por paranaenses: Curiúva possuía 83%; São Jerônimo da Serra, 76,8%; São José da Boa Vista, 75,6%; Siqueira Campos, 73,4%; Congonhinhas, 72,9%; Tomasina, 68,4%; Ibaiti, 63,1%; Jundiá do Sul, 51,9%; Quatigu, 50,8%; Joaquim Távora, 50,7%; Ribeirão do Pinhal, 50,5% etc. (ANEXO E).

Os municípios que apresentavam menor participação de migrantes paulistas situados no sul da região: São José da Boa Vista, 8,4%; Tomasina, 10%; Siqueira Campos, 12,1%; Curiúva, 13,7%; Ibaiti, 15,2%; São Jerônimo da Serra, 16,2%; Congonhinhas, 16,5% etc. (ANEXO F). Já, os mineiros concentraram-se na parte noroeste e central da região: Cornélio Procópio, 30%; Uraí, 28%; Santo Antônio da Platina, 22,1%; Santa Mariana, 20,8%; Quatiguá, 19%; Ribeirão do Pinhal, 18,9%; Abatiá, 18,8%; Bandeirantes, 18,4%; Cambará, 18% etc. (ANEXO G) (WACHOWICZ, 1987).

Os paranaenses nascidos na própria região do Norte Pioneiro apresentavam-se da seguinte maneira quanto ao município de nascimento: Ribeirão Claro com 9,8%; Santo Antônio da Platina com 8,6%; São José da Boa Vista com 7,5%; Siqueira Campos com 6,7%; São Jerônimo da Serra com 5,6%; Tomasina com

4,8%; Carlópolis com 4,2%; Cambará com 3,4%; Curiúva com 1,8% etc. Os paranaenses nascidos fora da região do Norte Pioneiro apresentavam-se assim quanto ao município de nascimento: Jaguariaíva com 1,2%; Tibagi com 0,8%; Curiúva com 0,8%; Piraí do Sul com 0,6%; Castro com 0,4%; Ponta Grossa com 0,3% etc. (WACHOWICZ, 1987).

De Minas Gerais, os grandes fornecedores de migrantes são os municípios localizados no sul de Minas, região que na época já apresentava sua agricultura cafeeira decadente. E, de São Paulo, com exceção de Pinhal, próximo da fronteira do sul de Minas, os grandes municípios fornecedores de migrantes para o Norte Pioneiro do Paraná são da própria região contígua, da margem direita do Itararé e/ou vale do Paranapanema. Expressando uma continuação da frente pioneira impulsionada pela Sorocabana e pelos núcleos da margem direita do Itararé (ANEXO H) (WACHOWICZ, 1987).

Segundo Bragueto (2007) a verificação de dados do IBGE para o ano 1970 aponta que uma parcela ínfima da população era composta por estrangeiros (cerca de 1%). Ponderando que a maior parte da população que possui naturalidade paranaense pode ter nascido na própria região, destaca-se a importância dos mineiros e paulistas na colonização regional, representando respectivamente, 12,8% e 13,7% da população.

Em relação a este aspecto populacional dentre as informações obtidas a partir da aplicação de questionários nos dois municípios, alcançou-se na área urbana de São Jerônimo da Serra o percentual de 33% para entrevistados até 30 anos, e para aqueles de 31 até 60 anos; e ainda 34% para as pessoas entre 61 anos ou mais. Dentre esses 40,8% eram mulheres e 59,2% homens. Na área rural do mesmo município teve-se 33% com idade até 30 anos; 52,3% entre 31 e 60 anos; e 14,7% com idade superior a 60 anos. Do total desses entrevistados, 54,6% eram mulheres e 45,4% homens.

A mesma caracterização dos entrevistados nas áreas urbana e rural do município de Nova Santa Bárbara referem-se 33% para aqueles com idade até 30 anos, e de 31 até 60 anos; e 34% para os entrevistados com idade superior a 60 anos. Sendo 33% mulheres e 67% homens.

Quanto a procedência dos entrevistados quanto ao Estado de origem na área urbana de São Jerônimo da Serra teve-se as seguintes informações (FIGURA 02).

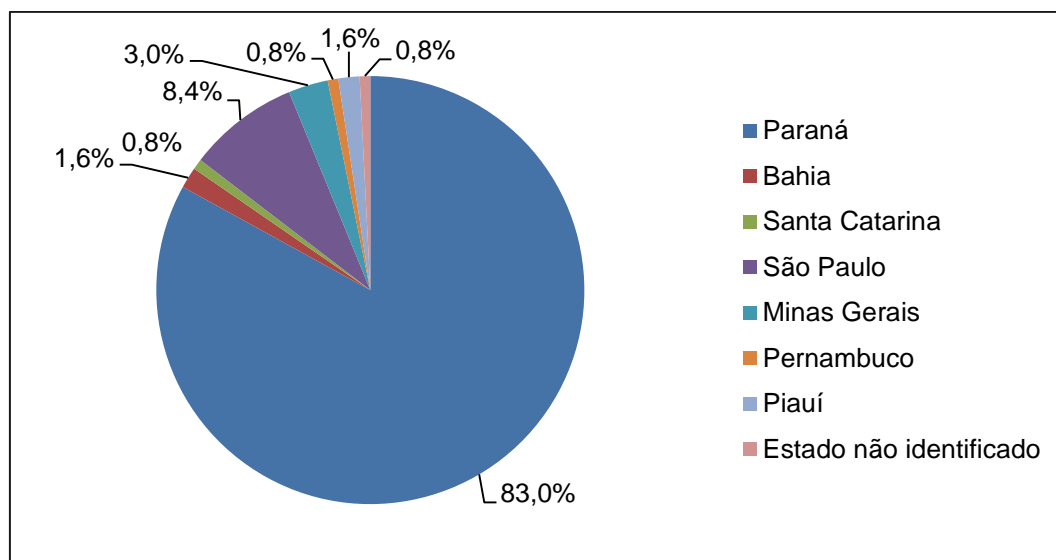


FIGURA 02 – Estado de origem dos entrevistados na área urbana de São Jerônimo da Serra.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nota-se que a maior parte dos entrevistados pertence ao próprio território paranaense com 83%, em seguida 8,4% são paulistas e 3% emigraram de Minas Gerais. Os outros Estados que aparecem na pesquisa com percentuais inferiores integram as regiões Sul, no caso de Santa Catarina (0,8%), e Nordeste, com Bahia (1,6%), Pernambuco (0,8%) e Piauí (1,6%). Ainda, 0,8% dos entrevistados não identificou seu Estado de origem.

Na área rural de São Jerônimo da Serra, a procedência dos entrevistados caracterizou-se da seguinte maneira (QUADRO 06).

Estado	%
Paraná	69,2
Rio Grande do Sul	7,7
Minas Gerais	5,3
Santa Catarina	4,6
São Paulo	3,8
Bahia	2,3
Província não identificada (Paraguai)	2,3
Mato Grosso do Sul	1,6
Pernambuco	1,6
Espírito Santo	0,8
Estado não identificado	0,8
TOTAL	100

QUADRO 06 – Estado de origem dos entrevistados na área rural de São Jerônimo da Serra.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Já, na área rural verifica-se um número maior de procedências dos entrevistados, inclusive alguns que emigraram de outro país. Sendo assim, os que mais se destacam: 69,2% são paranaenses; 7,7% são originários do Rio Grande do Sul; 5,3% vieram de Minas Gerais; 4,6% de Santa Catarina e 3,8% do Estado de São Paulo. Ainda aparecem na pesquisa com percentuais menores os Estados da Bahia no Nordeste com 2,3%; Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com 0,8% na região Centro-Oeste; e Espírito Santo (0,8%) na região Sudeste. Contudo, ainda citam-se os dados de 0,8% para Estado não identificado, e 2,3% para província não identificada no Paraguai.

Na área urbana de Nova Santa Bárbara, os resultados para esse item correspondem as informações a seguir (FIGURA 03).

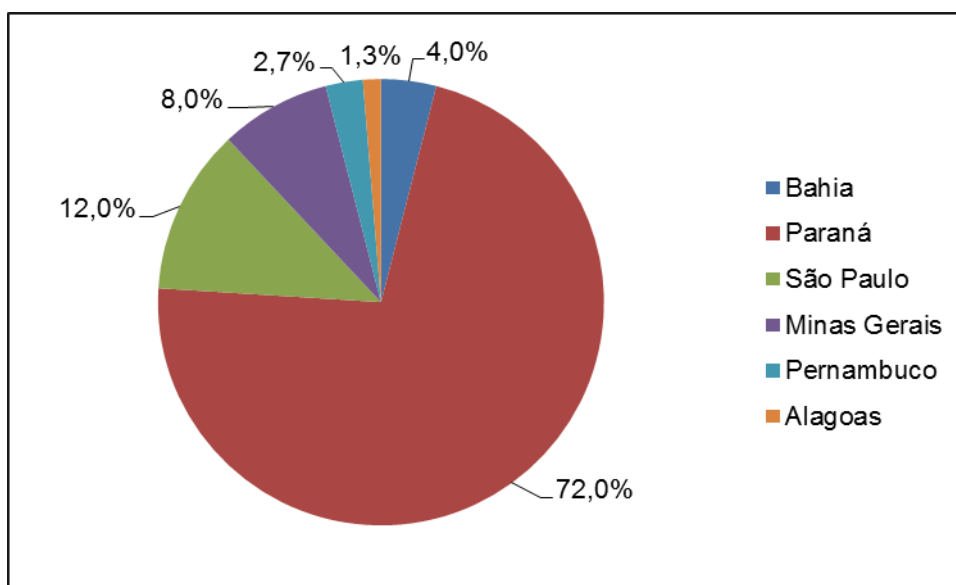


FIGURA 03 – Estado de origem dos entrevistados na área urbana de Nova Santa Bárbara.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Os paranaenses correspondem a 72% dos entrevistados; 12% são paulistas; os mineiros perfazem 8% e 4% são baianos. Depois aparecem 2,7% pernambucanos e 1,3% alagoanos. Na área rural do mesmo município tem-se a seguinte caracterização (FIGURA 04).

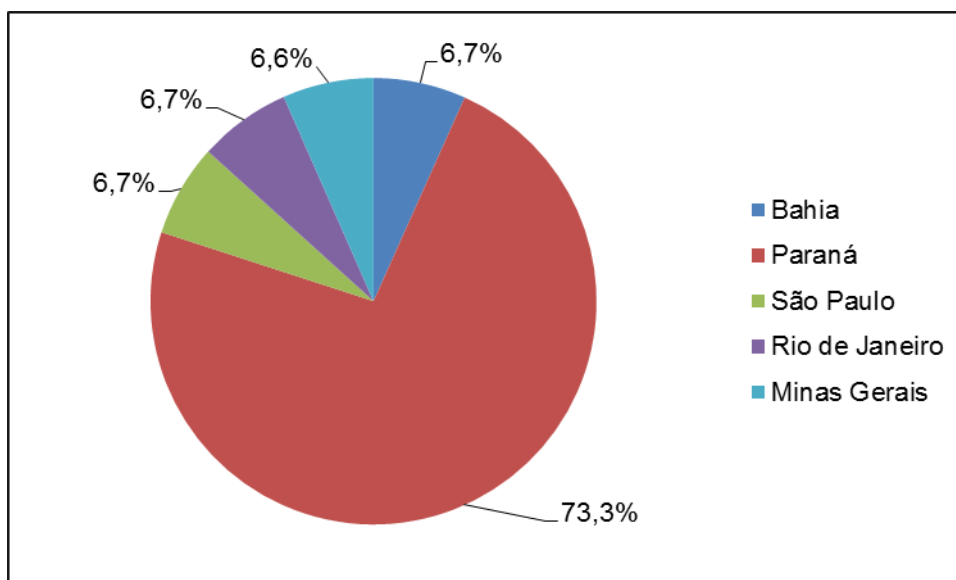


FIGURA 04 – Estado de origem dos entrevistados na área rural de Nova Santa Bárbara.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Assim, os entrevistados paranaenses referem-se a 73,3%, e 6,7% corresponde aos paulistas, cariocas e baianos, com 6,6% ficaram os mineiros. Os resultados da pesquisa corroboram as informações históricas a respeito da procedência da população do Norte Pioneiro, reproduzindo o mesmo panorama populacional com a predominância dos paranaenses, mantendo ainda algum destaque para paulistas e mineiros, por último apresentando baixa expressividade alguns Estados nordestinos e das demais regiões. Ainda para enfatizar tal repetição do quadro populacional ressalta-se a localização dos municípios analisados que se situam na porção sul da região, no chamado Paraná Tradicional, área que exprimiu o predomínio da população paranaense no decorrer dos anos em função dos motivos já explicitados com as considerações de Wachowicz. Os entrevistados também foram indagados sobre a cidade de origem (APÊNDICES E, F, G, H), dentre as cidades mencionadas, verificam-se algumas localizadas nas principais áreas de concentração dos migrantes paulistas e mineiros, tais como Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Piraju (SP), Monte Santo de Minas (MG), etc.

Assim retornando a explicação do passado histórico da região e conforme já exposto, o esgotamento das áreas tradicionais de produção do café – vale do Paraíba no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia – desde o final do século XIX e início do século XX proporcionou a expansão cafeeira pelas terras

norte-paranaenses, e acompanhando tal processo um grande contingente humano se estabeleceu no Norte do Paraná (MOTA, 2005).

Com a introdução dos plantadores de café no Vale do Paranapanema, registra-se a organização de uma modesta rede urbana, e a formação de alguns núcleos urbanos como ponto de apoio às plantações, aos caminhos abertos e “a atividade criatória desenvolvida pelos mineiros que fornecia alimentação e animais de trabalho, além da posse da terra através das ‘aguadas’” (BRAGUETO, 2007, p. 156). Os plantadores recém-chegados com a marcha do café consideravam a povoação mineira, um obstáculo para a posse da terra. No entanto, “esse obstáculo acabou sendo contornado através de negociações, demandas, grilagem, ou por meio da expulsão dos antigos moradores” (BRAGUETO, 2007, p. 156).

Por consequência da penetração dos plantadores de café, grileiros e especuladores do sertão do Paranapanema, “a primitiva malha fundiária (constituída de aguadas), desmembrou-se e implantou-se a forma das fazendas tradicionais de café” (BRAGUETO, 2007, p. 156). Dessa forma conclui-se que durante as primeiras décadas do século XX a paisagem foi transformada, percebendo-se o desaparecimento gradativo das áreas de matas e a ampliação da área plantada dos cafezais (BRAGUETO, 2007).

“No entanto, a inexistência no Norte do Paraná de meios adequados de transporte e de alocação de safras cafeeiras até a década de 1920 fez elevar consideravelmente os custos de produção limitando a expansão cafeeira” (BRAGUETO, 2007, p. 156). Em 1920, a maior parte das terras ainda permanecia recoberta de matas. Da extensão total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no norte do estado, a área mantida em florestas atingia 47,9%. Sendo assim, somente 13,3% da área dos estabelecimentos eram cultivados, sendo que os cafezais ocupavam 5,7%. Da área restante, ou seja, que não era cultivada e nem permaneciam nestas as florestas, em grande parte deveriam ser ocupadas pela criação de porcos, principal atividade econômica de muitos pequenos sítiantes, e também pelo gado bovino, contudo o censo de 1920, não informa a presença de áreas de pastagens (BRAGUETO, 2007).

A produção de café se expandiu, sobretudo, após a primeira década do século XX, porém sua participação no contexto da produção nacional, ainda se expressasse pouco em 1924. “Neste ano, existiam no Paraná 17 milhões de pés de café, enquanto em São Paulo havia 800 milhões” (BRAGUETO, 2007, p. 156). Em

1921 “a produção paranaense representava apenas 0,4% da produção nacional, aumentando para 2,1% em 1931, enquanto São Paulo tinha uma participação de 62,1% da produção neste ano” (BRAGUETO, 2007, p. 156).

Compreende-se que “se por um lado, a fertilidade do solo incentivava o processo de ocupação e a exploração cafeeira nas terras do Norte do Paraná, por outro, a má localização os freavam” (BRAGUETO, 2007, p. 158). E, na medida em que, até os anos 1920, existiam altos custos de produção, em detrimento do maior rendimento dos cafeeiros da região. “Os custos de produção se elevavam a tal ponto, em função da deficiência da rede de transportes, que mesmo com uma produtividade muito maior do que a da cafeicultura paulista o agricultor não conseguia obter uma renda compensatória” (BRAGUETO, 2007, p. 158).

Assim, os fazendeiros que se estabeleciam com o propósito de produzir café em larga escala, buscaram trazer para a região a infraestrutura básica para comercialização, sobretudo ferrovias. Estes se agilizaram para construir uma rodovia que comunicasse o Norte paranaense a São Paulo, e paralelamente iniciaram estudos para a ligação férrea com a estrada de ferro Sorocabana, que já tinha atingido Ourinhos. “No período de 1922/25 estenderam-se estes em 29 quilômetros, chegando até Cambará, onde parou a construção, por quatro anos, por falta de recursos” (BRAGUETO, 2007, p. 159).

As tentativas do governo paranaense em efetivar a ligação do restante do Estado com o Norte Velho, especialmente Paranaguá, foram frustradas. “Uma dessas tentativas foi o ramal Jaguariaíva-Ourinhos, conhecido como ramal do Paranapanema [...]. Este ramal ficou conhecido como ‘ferrovia dos desmaios’, pois a construção teve início em 1912 e atingiu Jacarezinho somente em 1930” (BRAGUETO, 2007, p. 159). O término dessa ferrovia causou florescimento econômico na região, todavia, algumas partes permaneceram mal povoadas e estagnadas, como por exemplo, a faixa em torno do médio e alto rio Laranjinha.

Mesmo assim, o impasse acerca dos meios de transporte e de alocação das safras só seria solucionado para grande parte do Norte do Paraná, após a segunda metade da década de vinte, por intermédio do capital inglês que daria continuidade a ferrovia São Paulo-Paraná, paralisada em Cambará. Com isso os custos do frete não mais poderiam ser colocados como entrave à exploração cafeeira comercial. A economia cafeeira paranaense teve sua expansão ligada diretamente ao comportamento dos preços do café, determinando “conjunturas distintas: a) de

incentivo à produção (1906-1929); b) conjuntura da depressão e dos anos de guerra (1930-1944); c) conjuntura dinâmica (1945-1970)” (BRAGUETO, 2007, p. 160).

O processo de colonização de terras dessa região estava inserido em uma contextura de política nacional unida aos interesses da economia internacional. “Primeiro no sentido de atender aos interesses de expansão e exportação da cafeicultura e seu produto; e em segundo lugar, angariar lucros com a venda de terras pelas empresas privadas e pelo próprio Estado” (MOTA, 2005, p. 81).

Conquanto que a produção de café foi desacelerada em seu crescimento em todo o país no período que vai até 1929 (ano da depressão) até 1945²⁴ (ano que marca o final da Segunda Guerra Mundial), no Paraná essa atividade econômica continuou a ser incentivada até a década de sessenta do século passado. Neste momento iniciou-se a incineração dessa cultura por causa da superprodução obtida, desfavorecendo o preço do café no mercado internacional (MOTA, 2005).

Conforme Bragueto (2007) o período de preços favoráveis, registrado após a Segunda Guerra Mundial durou até 1954, este causou um aumento substancial na plantação de café. Entretanto, mesmo com esta fase favorável não se verificou tendência à monocultura. Pois, em 1960, excluindo-se da análise os outros usos, havia um pequeno predomínio das lavouras permanentes, todavia, ocupando apenas 21% da área. As lavouras temporárias e pastagens também apresentavam importância significativa, representando 15,1% e 20%, respectivamente. A partir de 1970 a situação se modificou completamente, observando-se o predomínio das pastagens com quase 29% da área, sucedida das lavouras temporárias com 26,16%. As lavouras permanentes adquiriram uma perda significativa, declinando para apenas 10,5% da área ocupada. Tal conjuntura se intensificou nos anos de 1980 e 1985, com o advento do criatório que representava uma alternativa para a cafeicultura de baixa produtividade.

²⁴ “[...] a análise do uso do solo em 1940 indica que à queda dos preços do café correspondeu a diversificação agrícola. Preponderavam as culturas temporárias na maior parte dos municípios, numa tendência clara de policultura. Onde havia o predomínio das culturas temporárias e pastagens, corresponderam os municípios mais antigos do Norte Pioneiro. Quando os cafeeiros velhos foram eliminados é certo que foram plantados alguns novos, porém em pequena escala. Tudo indica que, ao contrário de uma nova expansão cafeeira, optou-se pela substituição por outras culturas e pastagens. O milho aparecia numa porcentagem variável de 45 a 50% da área cultivada. Passou-se também a cultivar o algodão, arroz, cana-de-açúcar, trigo [...] e outros, afora o feijão, que sempre foi cultivo intercalar ao cafeeiro” (BRAGUETO, 2007, p. 160).

A vida nos pequenos povoados e cidades do norte do Paraná transcorreu em plena atividade do café até o início dos anos setenta, época em que devido a diversos fatores esse panorama socioeconômico começou a se modificar. “Foi um impacto que mudou completamente a vida das pessoas, das famílias, das vizinhanças das águas e das cidades da região” (MOTA, 2005, p. 87).

As transformações começaram já na década de sessenta ao se iniciarem as políticas governamentais de erradicação do café para manter o preço do produto no mercado exportador. Da mesma maneira que os demais Estados brasileiros produtores de café, o Paraná também recebeu essa interferência do governo federal. Novamente a paisagem norte paranaense sofreu uma nova transformação. “Constituída para atender aos interesses da cafeicultura, produzindo outras culturas somente para a subsistência, a agricultura [...] passou a investir na diversificação da produção agrícola” (MOTA, 2005, p. 87).

“Tendo por referência a produção de café desde os anos 1930, a partir dos anos 1970 percebemos uma redução na área de produção dessa cultura, e encontramos o crescimento de outras culturas, como o algodão e a soja” (MOTA, 2005, p. 88). A nova política governamental adotada a partir dos anos setenta no Paraná consiste em outro fator que diversificou as lavouras na região Norte. “Essa política objetivava modernizar o setor agrícola para posteriormente desenvolver a produção baseada na agroindústria” (MOTA, 2005, p. 88).

E, o governo almejava fornecer produtos para o abastecimento do mercado externo. Verifica-se então que nos anos posteriores ao declínio da cafeicultura, a ascensão do milho e da soja²⁵. Encerrando-se assim um ciclo histórico de ocupação da região, sustentado na agricultura cafeeira (MOTA, 2005).

Então retomando sobre as correntes de povoamento no Norte Pioneiro, este processo de (re)ocupação a partir de meados do século XIX, ocorre quando mineiros cruzam o médio e alto curso do rio Itararé, tendo como base de penetração a zona paulista de povoamento antigo. Sendo estes, homens que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, tendo como principal recurso a criação de porcos, tradicional em Minas Gerais (BRAGUETO, 2007).

²⁵ “[...] sequer figurava nas estatísticas agrícolas nos idos de 1940, a soja acumulou índices de crescimento impressionantes na década de setenta. [...] A ocupação de áreas anteriormente destinadas ao café e a incorporação de áreas novas à fronteira agrícola no oeste e sudoeste, contribuiu para a consolidação da sojicultura, aliado ao aprimoramento do uso de insumos modernos, mudanças tecnológicas e melhoria de variedades” (FERREIRA, 1999, p. 79).

E, desse avanço da frente demográfica originam-se os núcleos de Colônia Mineira (1862), atual Siqueira Campos; Tomazina (1865); Santo Antonio da Platina (1866); Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867). Duas décadas mais tarde, em 1888, outra família de mineiros instala-se no local onde atualmente se encontra a cidade de Jacarezinho, núcleo irradiador da frente pioneira do século XX (BRAGUETO, 2007).

Segundo Müller (2007) a aproximação dos trilhos pelo fato de que em 1908 Ourinhos em São Paulo já ser considerada “boca de sertão” ou “ponta dos trilhos” devido à chegada da ferrovia Sorocabana, foi suficiente para que o povoamento realizado a sua frente já se tivesse concretizado na fundação de Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924).

É relevante especificar que as bases de formação dessas cidades associam-se as relações comerciais executadas de forma muito mais intensa com as cidades paulistas de Faxina (atual Itapeva), Itapetininga e Sorocaba do que com as cidades paranaenses de Castro, Ponta Grossa ou mesmo Curitiba (MOTA, 2005).

Novas levas de populações paulistas foram atraídas para a região, em função dessas relações comerciais com São Paulo, fundando cidades ao norte na confluência de Itararé, no Paranapanema, como foi o caso de Ribeirão Claro e Carlópolis (MOTA, 2005). “Os mineiros continuaram a dirigir-se para a região e fundaram novas cidades no extremo norte da região, como Jacarezinho, fundada por Antonio Alcântara da Fonseca, um mineiro da Airuoca” (MOTA, 2005, p. 61).

A partir da década de 1860, seguindo os cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros, começaram a plantar café e a formar fazendas no Norte paranaense. “Os mateiros que percorriam a região, haviam difundido a notícia da existência de grandes manchas de terras rãs” (BALHANA et al., 1969, p. 213). Assim, concessões de terras foram requeridas, através de aquisição feita a baixo preço, ao governo Imperial e, “nesta primeira frente pioneira que chegaria apenas até o rio das Cinzas, surgem os núcleos de Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Santo Antonio da Platina (1866), Venceslau Braz, e São José da Boa Vista (1867)” (BALHANA et al., 1969, p. 213). Caracteriza-se nessa época o colono como, ainda, geralmente nacional e assalariado, e a produção destinava-se exclusivamente para São Paulo. Sobre as técnicas agrícolas e o regime de trabalho significavam um prolongamento das práticas tradicionais paulistas (BALHANA et al., 1969).

Assim, ocupada a região do rio das Cinzas, as correntes de povoamento descobriram o planalto arenito-basáltico, cuja colonização se processou em duas fases: a mais antiga, que se desenvolveu nas três primeiras décadas deste século, abrangendo a área compreendida entre o rio Itararé e o Tibagi; e a mais recente, de colonização dirigida, que, por iniciativa particular ou oficial, promoveu a (re)ocupação do planalto do Tibagi as barrancas do rio Paraná (MÜLLER, 2007).

Para complementar o raciocínio anterior explica-se que as primeiras tentativas ocasionaram-se mais em razão de ordem militar que colonizadora em meados do século XIX. Estas também manifestaram interesses de expansão rumo ao Norte do Paraná, através do estabelecimento da Colônia Militar do Jataí e dos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra, contudo, repetidamente observou-se nos “relatórios oficiais de que os colonos, tanto de uma, como de outras, não tinham onde colocar a sua produção agrícola, pela ausência de mercados e de transportes” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991, p. 92).

“A ausência de vias de comunicação com mercados consumidores e mesmo a sua inexistência impediram o seu desenvolvimento” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991, p. 92). Somente a partir do final do século XIX, no período em que novas estruturas começavam a se formar, outras regiões paranaenses seriam efetivamente ocupadas e partilhadas pelos proprietários privados. “A penetração, porém, em território paranaense, somente ganharia expressão, como onda povoadora, no início do século XX quando a conjuntura nacional tornaria procuradas e preferidas pelo café, as terras do Paraná”. (BALHANA et al., 1969, p. 213).

Apoia-se a ideia de que o povoamento da região teve início fora do planalto diabásico, onde predomina a existência dos solos de ‘terra roxa’. Sendo que “as primeiras penetrações cruzaram o médio e alto rio Itararé, ainda na década de 1860, com base na zona paulista de povoamento antigo, à margem das comunicações com os Campos Gerais” (BERNARDES, 2007, p. 109).

A área visada pelos povoadores constituía-se das formações sedimentares permianas, em que numerosos diques e remanescentes da cobertura diabásica originaram manchas de ‘terra roxa’. Entretanto, esse predomínio de solos inferiores não proporcionou a esta área a mesma fama que obteve posteriormente o Norte do Estado. “[...] a expansão se fez em não pequena escala e, a exemplo do estado de

São Paulo, o povoamento revelou sua tendência em progredir segundo movimentos leste-oeste” (BERNARDES, 2007, p. 110).

Porém, tal tendência não chegou a ter pleno desenvolvimento, pois a distribuição da rede hidrográfica não repetia as mesmas condições. Porque, Os afluentes do Paranapanema que descem dos Campos Gerais no rumo norte, cortando a região, atravessam a escarpa do terceiro planalto que se apresenta em direção nordeste-sudoeste. Portanto, os povoadores não encontraram os suaves espigões leste-oeste que em São Paulo facilitavam a marcha neste sentido. Entre o rio Itararé e o rio das Cinzas, formou-se uma população numerosa e vários núcleos urbanos surgiram, posteriormente servidos pela ferrovia que se construiu passando pelo divisor de águas (BERNARDES, 2007).

“Mas, além do rio das Cinzas, a expansão esmoreceu e raramente se repetiu a vitalidade pioneira que promissoramente se registrara em fins do século passado” (BERNARDES, 2007, p. 110). Segundo Müller (2007, p. 35) com a ligação ferroviária Jacarezinho-Jaguariaíva-Curitiba em 1930, e de forma indireta abrangida pela evolução econômica do planalto, “a região de Cinzas foi tomada de surto progressista, de que ficou à margem apenas a área compreendida entre o rio Cinzas e o Laranjinha, até hoje pouco povoada”.

3.3. HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Conforme dito anteriormente em meados do século XIX que se processou a retomada da colonização do Norte Pioneiro de forma mais efetiva, porém mesmo assim tímida, trata-se da fundação da colônia militar de Jataí e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo. A colônia militar de Jataí foi fundada em 1855 à margem direita do Tibagi, no ponto em que este rio começa a ser navegável. Ligada por uma estrada a Curitiba, a colônia tinha por função estabelecer ligação com Mato Grosso, agindo como posto militar avançado de proteção dessa vasta área (MÜLLER, 2007).

Em frente à colônia militar, na outra margem do Tibagi, foi posteriormente fundado o aldeamento de São Pedro de Alcântara, destinado a congregar os elementos civis da população e que, unida a Jataí, constitui atualmente a cidade de Jataizinho. Em 1859, em terreno doado pelo Barão de Antonina, à beira do caminho aberto por sua ordem entre Jataí e Curitiba nasceu um terceiro núcleo, São

Jerônimo, mais tarde, especificamente em 1943 chamado de Araiporanga, e atualmente denomina-se São Jerônimo da Serra (MÜLLER, 2007; IBGE, 2011). A Colônia Militar de Jataí e o aldeamento de São Pedro de Alcântara originaram posteriormente a cidade de Jataizinho e o aldeamento de São Jerônimo, a cidade de São Jerônimo da Serra (BRAGUETO, 2007). Segundo Moraes (199-?), Jataizinho, São Jerônimo da Serra juntamente com Nova Santa Bárbara são as cidades mais antigas do sertão do Tibagi na região Norte. E, de 1846 a 1920 São Jerônimo e Jataí figuravam como “as duas únicas referências do imenso sertão no sentido norte do Estado” (MORAES, 199-?, p. 87).

Este núcleo foi estrategicamente instalado na orla da escarpa, constituía ponto de parada obrigatória para os viajantes, derivando disso seu primeiro fator de desenvolvimento. Esses centros de povoamento, postos avançados de colonização mantiveram-se como pequenos povoados até o século XX, quando sob o impulso da colonização moderna começaram a se desenvolver (MÜLLER, 2007).

No início dos anos 1840, João da Silva Machado – Barão de Antonina – expedia as suas próprias custas, bandeiras exploradoras com o objetivo de encontrar especialmente na margem direita do rio Paraná o caminho fluvial-terrestre mais adequado que comunicasse o rio Paranapanema a Vacaria, Miranda e Albuquerque no Mato Grosso (WACHOWICZ, 1987).

Desse modo, anterior a doação do terreno para a instalação do referido aldeamento, foram realizadas incursões na região. Tais expedições²⁶ foram realizadas em 1846, pelos sertanistas Francisco Lopes e João Henrique Elliot, estes para melhor divisarem a região subiram em um pico da Serra dos Agudos e avistaram uma imensa área coberta por exuberante floresta, tendo dois

²⁶ Mota (2005, p. 37) nos apresenta outra versão de tais expedições realizadas na região: “Uma semana após terem chegado da Serra da Apucarana, Lopes e Elliot, mais o genro do Barão de Antonina, partiram para os campos do Inhoó. Era uma expedição constituída por trinta pessoas, com dois índios como guias. Iniciaram a picada em 21/10/1846, e em 20/11/1846 chegaram aos campos. Lá, queimaram-nos e os índios responderam com fogos em três lugares diferentes: a norte, distante seis a oito léguas, e mais um a nordeste, a quatro léguas. Demoraram na exploração dessas campinas 10 dias; eram várias campinas entremeadas de matos. No dia 4/12/1846, eles se encontravam nos campos de Inhoó que denominaram São Jerônimo. Concluíram que eram suficientes para a instalação de um depósito, isto é, um entreposto entre o futuro porto do Jataí e Castro. Em 16/12/1846, Lopes e Elliot e mais doze pessoas, por determinação do Barão, rumaram dos Campos do Inhoó ao norte por uma ou duas léguas, acompanhando o Tibagi. Seguiram para o ribeirão Santa Bárbara, depois acompanharam o rio Congonhas. Tudo indica que o itinerário seguido foi o divisor de águas entre o rio Congonhas e o rio Tibagi. No dia 13/1/1847, estavam de volta aos campos do Inhoó, após 25 dias”.

descampados, chamados de Inhoó ou Inhonhô, já ocupados por índios Kaingang, chefiados pelo cacique que emprestava seu nome ao local, e São Jerônimo, em virtude de ser aquele dia dedicado a este santo²⁷ (WACHOWICZ, 1987; 2002).

Sendo que este último foi imediatamente posseado para o Barão de Antonina, uma vez que na época, as terras com campos eram as preferidas, pois nestas se podia iniciar a criação de animais. Esse latifúndio, cuja extensão era superior a 33.000 ha, não era a única posse do Barão de Antonina no Norte Pioneiro, ele possuía também Lagoa, Congonhas e Santa Bárbara. Nesse período, as terras recobertas com campos eram as preferidas, pois permitiam de imediato a ocupação através da criação de gado bovino, cavalos, etc., e as terras ocupadas com matas praticamente nada valiam (WACHOWICZ, 1987; 2002). O futuro aldeamento de São Jerônimo, localizado na Serra dos Agudos, junto da escarpa arenito-basáltica e divisora do Segundo e o Terceiro Planalto paranaense, consiste inicialmente numa fazenda aberta pelo Barão de Antonina em 1848, cujas terras perfaziam um total de 33.880 ha, posseadas em 1845 (FRESCA, 2007).

Havia na região de Piraí do Sul, Ponta Grossa, Castro, Tibagi e São Jerônimo, a mentalidade da posse fácil da terra, sem objetivo de produção. Essa tendência já tinha sido denunciada por Thomaz Plangent Bigg-Whiter em seus estudos sobre o Paraná. Terra gerava poder, prestígio, qualidades que se mediam pela quantidade de terra que cada proprietário ou posseiro pudesse ter (MORAES, 199-?, p. 87-88).

A partir desse momento, os territórios do cacique Inhoó nos planaltos a leste do Tibagi se transformariam em entreposto comercial, caminho para o Mato Grosso e fazenda de criação do Barão de Antonina (MOTA, 2005). Em 1848, em função dos interesses do governo imperial na ligação com a Província de Mato Grosso, ordenou-se ao barão a abertura de uma picada entre os campos da Fortaleza e o local de embarque no rio Tibagi (Jataí). O Barão de Antonina determinou a criação de 300 rezes nos campos de São Jerônimo. “[...] ficarão servindo as minhas ditas campinas para acomodação de gado de municio, bestas e cavalos da expedição, formando-se então o Abarracamento de S. Jerônimo” (WACHOWICZ, 1987, p. 54,

²⁷ No ano de 1867 veio de Portugal uma imagem de São Jerônimo, a partir de então frei Luiz de Cemitile dedicou-se a construção de uma capela para a invocação do atual padroeiro do município. Em 1870 foi erigida uma capela sob a invocação de São Jerônimo (EL-KHATIB, 1969).

grifo do autor). E, assim se originava nas proximidades dos campos de Inhoó, as margens do rio do Tigre, uma das mais antigas cidades do Norte Pioneiro, que na época possuía apenas alguns barracões (MORAES, 199-?).

Em 1846, depois de Joaquim Francisco Lopes e John Henri Elliot instalarem um entreposto comercial nos campos de São Jerônimo, e iniciarem a passagem também pelos Campos do Inhonhô, o Barão de Antonina determinou que algumas pessoas da expedição ficassem no local, transportando para o mesmo, alguns animais, muares e gado bovino, além de armas, ferramentas, sal e outras mercadorias de primeira necessidade (MORAES, 199-?). São Jerônimo ficou “parado no tempo por dez anos, sendo visitado por poucas pessoas, ligadas ao *Barão de Antonina*, e por algum viajante conhecedor da região” (MORAES, 199-?, p. 21). Contudo, seu destino vinha sendo traçado para se erigir naquele local um grande povoamento (MORAES, 199-?).

Consequentemente, centralizaram-se ali todos os serviços para construção da referida picada. Era uma linha de 22 léguas, entre Castro e Jataí, e São Jerônimo situava-se praticamente no meio dessa via de comunicação. Sendo assim os trabalhadores abasteciam-se em São Jerônimo, comprando víveres, carne, ferramentas, sal, etc. Mesmo após o surgimento da colônia militar do Jataí e do aldeamento de São Pedro de Alcântara nas margens do Tibagi, o abastecimento realizava-se há muito tempo em São Jerônimo. “[...] *por isso que ali se conserva o admor., o conductor e alguns assalariados e escravos para trabalharem as roças, no campo e nas conduções quando são precisas*” (WACHOWICZ, 1987, p. 54, grifo do autor).

A estrutura organizada por João da Silva Machado foi designada a direção de frei Timotheo de Castelnovo²⁸, inclusive este o próprio administrador da fazenda.

²⁸ De acordo com Mota (2005) o primeiro diretor dessa colônia indígena foi Joaquim Francisco Lopes, e o primeiro religioso foi frei Mathias de Genova, em seguida, assumiu frei Luiz de Cemitile. “Segundo o plano inicial, cada aldeamento indígena deveria ser dirigido por um capuchinho. Frei Timotheo ficaria com o aldeamento de S. Pedro de Alcântara, frei Mathias de Gênova com o de N. Sra. do Pirapó e frei Pacífico de Monte Falco, ainda por chegar, com o de Sta. Isabel. Mas como fosse de grande falta um padre na colônia militar do Jataí e inexistindo um padre brasileiro para a função, o Barão de Antonina houve por bem designar o frei Mathias, para a colônia militar. Comenta o barão que tal decisão fez *nímia falta* ao seu companheiro, frei Timotheo, encarregado pelo barão do manejo das *Colonias Indígenas*” (WACHOWICZ, 1987, p. 67, grifo do autor). Frei Timotheo nasceu na cidade italiana de Castelnuovo de Magra, no ano de 1823, cujo nome era Domingos Antonio Luciani. Seu ingresso na Ordem Capuchinha ocorreu em 1841, e sua ordenação realizou-se após cinco anos. Em 1850 veio para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro na época em que a cidade sofria uma epidemia de febre amarela. Depois de desenvolver ações de ajuda para os enfermos, foi designado

“Destá forma, a equipe do barão na região ficava completa: um sertanista, um cartógrafo e um missionário. Seu domínio sobre este sertão evidenciava-se completo” (WACHOWICZ, 1987, p. 54-55). Após seis anos da chegada de Lopes e Elliot aos campos de Inhoó, o barão já havia consolidado uma fazenda no território Kaingang, que após alguns anos seria repassada ao Império para a criação do aldeamento indígena de São Jerônimo (MOTA e NOELLI, 1999). “A ocupação branca, contudo, avançou para o norte e ultrapassou o rio Tibagi para as terras de suas margens ocidentais” (MOTA, 2005, p. 38).

Contudo, os campos de Inhoó não se restringiram ao barão de Antonina. Devido a influência do proprietário da fazenda Fortaleza, Canto e Silva, e por questões matrimoniais, esses campos tornaram-se de posse do engenheiro civil e empresário, Feliciano Nepomuceno Prates que em 1856 “celebrou com o Governo Geral contrato pelo qual se obrigava a consertar e manter aberto o caminho entre Fortaleza e Jataí. Esse cidadão era mais um que se beneficiava com as mordomias obtidas às custas dos cofres públicos” (WACHOWICZ, 1987, p. 55).

Na picada Fortaleza-Jataí, 14 escravos foram enviados pelo governo e empregados pelo barão. Ao concluírem os trabalhos, levaram-nos ao frei Timotheo, o qual por ordens do próprio barão entregou-os ao major Thomaz José Muniz, diretor da colônia de Jataí. “Este porém não dispunha de alimentos para sustentar tanta gente. Por ordem do próprio barão, entregou-os ao engenheiro Prates, a fim de que os empregasse na conservação da estrada do Jataí” (WACHOWICZ, 1987, p. 55).

Entretanto, desde a segunda metade de 1856 até início de 1859, o encarregado Prates preocupou-se com a conservação da picada apenas duas vezes. “A primeira em 1856, quando transitou pelo Tibagi a artilharia e os *trens bélicos* que demandavam a Mato Grosso e a segunda em princípios de 1857 em consertos ligeiros e insignificantes” (WACHOWICZ, 1987, p. 55).

Porém, os 14 escravos permaneciam em seu poder. O diretor Muniz, informava que em Castro, Prates empregava-os na construção de casas e em vários tipos de afazeres, ainda em São Jerônimo, nos serviços da fazenda de que era encarregado, no Jataí em serviços domésticos e lavoura. Também os cedia a particulares, como Joaquim Francisco Lopes, e utilizava-os para navegação, toda

para a região de Água Choca, interior de São Paulo, momento em que recebeu o convite do Barão de Antonina para assumir inicialmente a colônia militar de Porto Jatahy (MORAES, 199-?).

vez que enviava algum de seus agentes para Mato Grosso. E em Mato Grosso, eram envolvidos nos serviços de uma fazenda particular em Vacaria (WACHOWICZ, 1987).

Em 1856 o Barão de Antonina ordenou a demissão de todos os empregados de São Jerônimo e retirou todo o pessoal e animais da fazenda. Em 1857, chegou ao aldeamento de São Pedro de Alcântara, vindo do acampamento de São Jerônimo, o restante dos escravos, ficando nessa fazenda apenas as tropas de mulas e os bois carreiros. Em 1858 chegou o restante das tropas que estavam em São Jerônimo. O administrador do aldeamento Frei Timóteo disse que não ficou na fazenda nenhum objeto pertencente ao Império. No final de 1858 os Kaingang atacaram a fazenda São Jerônimo levando ferramentas e materiais bélicos que ali estavam estacionados. (MOTA e NOELLI, 1999).

De acordo com Wachowicz (1987) esses indígenas já usavam algumas pontas de ferro em suas flechas, reconhecendo algumas palavras em português, tendo inclusive uma índia velha que servia de intérprete ao frei Timotheo. Tal grupo kaingang pertencia à tribo dos dorins e conheceram os brancos em Guarapuava, na ocasião em que o príncipe regente D. João havia ordenado ocupar esta região logo após a sua chegada ao Brasil, em 1808. E, quando a expedição chegou aos campos de Guarapuava, seus componentes entraram em contato com o indígena kaingang que ali habitava, denominados de *coroados* pelos portugueses por cortarem seus cabelos à moda dos frades franciscanos. Inicialmente os kaingang combateram o intruso branco, porém com o passar do tempo os camés e votorões aproximaram-se do colonizador branco. Os dorins, no entanto, continuaram a hostilizar não só os brancos, como também aos seus irmãos camés e votorões, que passaram a aceitar a presença dos brancos. Em 1825, os dorins reduziram o aldeamento de Atalaia, fundado pelo padre Chagas, a escombros e cinzas, matando muitos índios.

Esses índios continuaram a hostilizar os brancos, inclusive quando estes ocuparam os campos de Palmas. Nesses campos do sudoeste paranaense, buscaram aliança novamente com os camés e votorões, liderados na época pelos caciques Viri e Vitorino Condá. Estes, contudo, foram fiéis à sua aliança com os brancos e em dada oportunidade, Viri derrotou os dorins nas circunvizinhanças da localidade de Palmas. A derrota foi humilhante para os dorins, pois os brancos de Palmas haviam armado melhor os guerreiros de Viri, apesar do seu menor número. Então, os dorins recuaram em direção ao vale do rio Piquiri e terras meridionais da

Província de Mato Grosso, na outra margem do rio Paraná. Uma parte desses indígenas retornou ao Paraná antes da Guerra do Paraguai e outra depois. Ao retornarem para a margem esquerda do rio Paraná fixaram-se nas terras inférteis de Tayoba, onde a fome logo fez sentir as consequências. Portanto, a fome foi o móvel que levou alguns grupos dos dorins a procurarem uma aproximação em 1859 com os brancos do aldeamento de S. Pedro de Alcântara e Jataí. E, a província tinha decidido, ainda em 1859, aldeá-los no Jataí. Ponderando-se que a rivalidade entre os kaingang e os caiuí vinha desde as terras de Mato Grosso, não convinha aldeá-los ao lado dos caiuí que estavam fixados no aldeamento de S. Pedro de Alcântara. A partir desse argumento convincente que frei Timotheo e o diretor Muniz, recomendaram fixá-los na fazenda S. Jerônimo. A sede desta localizava-se a 60 quilômetros na picada que demandava do Jataí em direção a Castro (WACHOWICZ, 1987). Devido ao grande número de indígenas kaingang nessa região, a presidência da província enviou ao Tibagi um intérprete que atendesse as duas línguas, incumbindo-se da missão, Frutuoso Antônio de Moraes Dutra, filho de um dos primeiros habitantes de Clevelândia.

Com um salário prometido de 40\$000 rs por mês, partiu Frutuoso para o Tibagi, ali chegando a 19 de junho de 1860. O major Muniz instruiu-o para que somente utilizasse a língua indígena, após os primeiros contactos, não sem antes conseguir sondar as suas disposições para com os brancos. Ao ouvirem do intérprete sua própria língua, alvoroçaram-se todos, cercaram-no e bombardearam-no de perguntas, fazendo-o todos ao mesmo tempo, com visível surpresa e admiração. Disseram-lhe que queriam aldear-se [...] *para terem muitos machados, foice, facão, roupa, etc. etc.* Para aldear-se preferiam o Inhoó ou S. Jerônimo, regiões que já conheciam e que abundavam em pinhões, caça e mel. O intérprete recomendou-lhes S. Jerônimo e *não o largaram mais em quanto aqui estiveram.* O intérprete falou-lhes das autoridades de Curitiba. Decidiram incontinentemente que iriam visitar esta localidade. Comenta o major Muniz de que essa gente [...] *obra pela força dos affectos ou das impulssões e não pela reflexão* (WACHOWICZ, 1987, p. 34, 35 e 36, grifo do autor).

Nessa época o povoado de Castro, nos Campos Gerais, também teve a presença de um grande número de indígenas, quase todos guerreiros armados com arco, flecha e lanças com choupas de ferro. Estes assaltaram a fazenda São Jerônimo, na estrada para Jataí, que nesse período pertencia ao território de Castro. Invadiram a casa da residência do administrador, intimando-o, a lhes entregar todas

as ferramentas, através de ameaças de ser morto. Para tanto uma indígena velha que falava regularmente o português servia de intérprete deles. Obedecidas tais ordens, passaram a fazer novas exigências, e por fim apoderaram-se de tudo que encontraram (MOTA e NOELLI, 1999).

“Frei Timotheo informava que por ocasião das visitas que fizeram os kaingang no mês de dezembro e primeiros dias de janeiro, saquearam todas as casas do aldeamento, com exceção da de dois colonos e da sua própria” (WACHOWICZ, 1987, p. 32). Segundo tal relato o que não conseguiram abrir, eles arrobaram. Fizeram isso com as senzalas dos africanos e com as choupanas indígenas. “Destruíram as roças, sempre pedindo e ameaçando, ficando cada vez mais atrevidos. Frei Timotheo ficou chocado pelo fato de que queriam até despir as pessoas e tirar-lhes possíveis facas. [...] *chegando a mim tirar da manga meo lenço etc.*” (WACHOWICZ, 1987, p. 32, grifo do autor).

Na fazenda São Jerônimo seus moradores e o próprio administrador praticamente fugiram, e os índios aproveitando-se do trem bélico estacionado no local já há muito tempo sob a responsabilidade de Feliciano Nepomuceno Prates. “Rebentaram os fardos e caixas e levaram o que era do seu interesse. Espalharam mais do que roubaram. Por muito tempo, ficou tudo abandonado. Ninguém passava por S. Jerônimo” (WACHOWICZ, 1987, p. 55). Em correspondências ao presidente da Província, frei Timotheo utiliza termos pejorativos contra os kaingang, tais como ladrões, assassinos, vilãos, malfeitores, etc. Porém, ignorava-se que nos costumes desses indígenas, considerava-se normal os caciques oferecerem aos liderados presentes e dádivas, pois sem estes, os membros do grupo abandonavam sua liderança. Esta era a razão que levava os caciques que possuíam pouco a ofertar tudo o que tinham aos seus inferiores, no intuito de manter a sua autoridade e reunir o seu povo em torno de si. “*Negar um pedido não é honesto e chamal-os de pouco liberais, de **decaimá**, é uma grava offensa*” (WACHOWICZ, 1987, p. 33, grifo do autor).

Assim, todos os prepostos do barão e também o major Muniz, recomendaram que fosse instalado um aldeamento para os Kaingang na fazenda São Jerônimo, que se localizava em plena Serra dos Agudos, possuindo, portanto, uma topografia acidentada. “O aldeamento traria com certeza mão de obra inconstante, porém baratíssima, para as outras propriedades do barão na região. A valorização dessas terras seriam muito mais rápidas” (WACHOWICZ, 1987, p. 56).

Em 1859, possivelmente devido ao levante dos Kaingang na região, foi criado por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o aldeamento indígena de São Jerônimo da Serra, com o objetivo de atrair os indígenas, sendo este instalado no antigo território Kaingang ocupado pelo Barão de Antonina (MOTA e NOELLI, 1999). “Imediatamente, no dia 21 de junho de 1859, o barão passou para o domínio do Governo Central a fazenda S. Jerônimo da qual era posseiro fazia já 14 anos” (WACHOWICZ, 1987, p. 56).

Sua extensão era de aproximadamente 33.880 he e possuía os seguintes limites: ao norte o rio S. Jerônimo e parte do rio Lixiguana; a oeste o rio Tibagi; ao sul e sudoeste com o rio Tigre (ribeirão das Furnas) e ribeirão Pilaosinhos; a leste o ribeirão Lixiguana e a sudeste a Serra da Esperança. De posse desse imóvel, o Ministério do Império, a 27 de junho de 1859, ordenou ao presidente da Província do Paraná que, observadas as instruções de 25 de abril de 1857, mandasse fundar nesta fazenda um aldeamento sob a denominação de S. Jerônimo (WACHOWICZ, 1987, p. 56).

O sertanista Joaquim Francisco Lopes foi o encarregado de instalá-lo, para tanto contratou carpinteiro, serrador e alguns empregados. Em função de frei Timotheo não ter lhe fornecido os víveres necessários, adquiriu-os na fazenda Fortaleza. No entanto, desde o início os indígenas demonstravam certa resistência para fixar-se em São Jerônimo. “O local era alto, com temperaturas frias no inverno e muito ventoso. Os índios não queriam o local porque ficavam resfriados com facilidade e temiam esta *constipação*”²⁹ (WACHOWICZ, 1987, p. 56, grifo do autor). Para resolver tal impasse, no início de 1860, o sertanista Lopes, acompanhado de 32 índios coroados de São Jerônimo, viajou para Curitiba, e ao receberem seus presentes, prometeram conduzir para o aldeamento grande número de companheiros (WACHOWICZ, 1987).

Após sua instalação teve em sua direção, o frei Luiz de Cemitile, capuchinho vindo de Tibagi, designado por frei Timotheo, a prestar serviços no aldeamento a partir de 13 de julho de 1866. Este se revelou muito mais administrador civil do que catequista³⁰, desse modo os indígenas não lhe interessavam muito, não definiu

²⁹ A altitude do município de São Jerônimo da Serra é de 920 m (FERREIRA, 1999).

³⁰ Em tempos coloniais, manifestou-se o interesse do catolicismo para com o indígena brasileiro. Assim, várias ordens religiosas se interessaram pela catequese dos silvícolas, com isso, os jesuítas tiveram um papel de destaque. “No território paranaense a tentativa jesuítica de reduzir os índios no

nenhum plano para estes. Sua ação em São Jerônimo demonstrou grande anseio por progresso, então “preocupou-se em obter dobradiças para o rancho dos índios, cal para rebocar os prédios nacionais, ferro e aço para a fabricação de foices, zinco para o encanamento de água, bestas para condução no aldeamento, balança, pesos e medidas do sistema métrico etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 57).

A partir de 1870, várias famílias brancas desembarcaram em São Jerônimo, e motivada pelo espírito empreendedor de Frei Luiz de Cemitille, a Vila de São Jerônimo se expandia rapidamente. Frei Cemitille almejava trazer o “máximo de famílias pobres para o local, e assim minar as forças das famílias brancas, grandes fazendeiros que já ocupavam boa parte das terras pertencentes ao aldeamento, e tinham um grande poder de pressão política” (MORAES, 199-?, p. 39). Desse modo, o frei visava promover uma espécie de reforma agrária no Sertão do Tibagi. Entretanto, por outro lado muitas famílias, principalmente provenientes de Tibagi “tinham grande influência na Província e no Império, e através dessas pressões o Governo Imperial expediu o Aviso da Fazenda nº. 150, autorizando a concessão de títulos de arrendamento às famílias brancas”³¹ (MORAES, 199-?, p. 39).

Em 1876, a fim de solucionar alguns problemas da administração frei Cemitille foi à corte do Rio de Janeiro. Com sua ida obteve promessas governamentais no

Guairá é um testemunho histórico desse interesse, com a expulsão dos mesmos do reino português, o interesse do catolicismo pelo índio brasileiro começa a declinar. Por ocasião da independência do Brasil era irrisório o número de missionários católicos que se preocupavam com o problema” (WACHOWICZ, 1987, p. 65). Contudo, durante o primeiro reinado retomam-se as preocupações nesse sentido. “[...] nos grandes projetos de penetração para o oeste, a estrutura oficial sentia necessidade da presença de representantes deste catolicismo. Assim foi na ocupação dos campos de Guarapuava e na ligação fluvial com a Província de Mato Grosso” (WACHOWICZ, 1987, p. 65). Na organização e direção de aldeamentos indígenas preferia-se a autoridade religiosa em detrimento da civil. “Para o indígena, a autoridade civil era odiosa. Via nela o conquistador e o explorador do território em que nascera e vivera livremente. O presidente Zacarias, ao tratar do índio paranaense, afirmava que com o uso da força nada se conseguiria. Esta, acabaria por aniquilá-los. Visando reestruturar o chamado serviço de *catequese e civilização* dos índios, em 24 de julho de 1845, foi aprovado pelo governo Imperial um regulamento nesse sentido, que recomendava: o uso de meios suaves e o mimo para atraí-los; o emprego das pompas e aparatos das festas do cristianismo para arrebatá-los e ferir-lhes a imaginação. [...] Zacarias trouxe consigo também a nova política do governo Imperial para com os missionários: o governo propunha-se utilizar a religião como instrumento de civilização dos índios do Paraná, Mato Grosso, etc.; cada missionário receberia um honorário para suas despesas pessoais, bem como auxílio para os misteres do culto e manutenção dos aldeamentos; a direção e o governo dos aldeamentos competiriam exclusivamente aos missionários, até os indígenas serem considerados civilizados; os missionários não seriam utilizados para outras funções ou tarefas” (WACHOWICZ, 1987, p. 65-66, grifo do autor).

³¹ “Em 26 de Novembro de 1877, José Corrêa de Bittencourt, ocupando na época o cargo de Diretor Geral dos Índios, enviou ofício ao Presidente da Província informando sobre a petição de 32 pessoas reclamando direitos sobre as terras que ocupavam” (MORAES, 199-?, p. 39).

sentido de trazer melhorias do salário do pessoal que trabalhava no aldeamento; autorização para contratar um professor de música e uma professora de primeiras letras; e ainda para a concessão de terras e fundação de uma nova colônia (WACHOWICZ, 1987).

No mesmo ano de sua viagem, a população indígena compunha-se de 194 pessoas, entretanto, no inverno essa estimativa cresceu substancialmente, atingindo 300 indivíduos. “Era a época da cata do pinhão³². Na safra 1875-76, a colheita dos índios do aldeamento foi: milho, 360 alqueires; feijão, 18 alqueires; rapadura, 156 alqueires e aguardente, 6 barris³³ (WACHOWICZ, 1987, p. 57).

Em 1878, São Jerônimo registrava 76 famílias, contendo 294 indivíduos. E, seu administrador abriu uma picada entre este local e o povoado de Castro, sendo este caminho antecessor da estrada do Cerne, ainda fundou uma colônia agrícola denominada Dantas Filho³⁴ nas margens dessa passagem. (WACHOWICZ, 2002).

Foi assim “frei Cemitile comunicava ao governo que a partir do mês de novembro, todos os assalariados e índios de S. Jerônimo iriam começar a abrir um novo caminho que comunicaria S. Jerônimo com os Campos Gerais” (WACHOWICZ, 1987, p. 57). O caminho que existia até então partia dos fundos da fazenda Fortaleza em Tibagi, passando pelas fazendas Monte Alegre e Lagoa, e atravessando depois muitos ribeirões. O novo traçado proposto pelo frei afastava-se dos cursos dos ribeirões e pegava uma trilha que passava, na medida do possível, pelo divisor de águas do rio Tibagi com o rio das Cinzas, pelos Campos de Ventania

³² Segundo Moraes (199-?) o pinhão era um alimento muito utilizado pelos indígenas, inclusive na fabricação de farinhas e nos processos de conservação para que não se deteriorassem após o inverno.

³³ Segundo Balhana (et al., 1969) em meados do século XIX, o café também era plantado e colhido na Colônia militar do Jataí, nos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo. Este era produzido em pequena escala, mais para o consumo interno do que para exportação, em virtude da precariedade das vias de comunicação (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991). Como demonstra (MONBEIG, 2007, p. 12) em sua explanação “entregou-se uma estrada á circulação, entre Jatahy e S. Jeronymo, em 1935, mas ella vae margeando o rio Tibagy e é pouco praticável”.

³⁴ No relatório de 1879 feito pelo frei de Cemitile explicava-se que a denominação da nova colônia – Dantas Filho – era uma homenagem ao presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, e recomendava ao presidente que protegesse os brasileiros pobres: “[...] que a meu ver, são os unicos proprios para abrir, e cultivar os mattos nacionais, servindo assim de pioneiros de progresso e civilização” (WACHOWICZ, 1987, p. 58, grifo do autor).

até Fortaleza. Assim, Cemitile abriu o caminho que daria origem, mais de meio século depois, à estrada do Cerne (WACHOWICZ, 1987).

Em textos dos Relatórios da Interventoria Federal no Paraná expressavam-se a mesma luta para alcançar e integrar o Norte do Estado do Paraná tradicional. Por fim, na década de 1940, concluiu-se a primeira estrada de rodagem continuada que seria a ligação fundamental, a estrada do Cerne, com o Norte do Paraná, mas que posteriormente, por motivos de ordem técnica, não preencheria as suas finalidades originais (BALHANA, et al., 1969). Entretanto, enquanto esta via funcionou afirma-se que gradativamente, com o crescimento da produção, com a melhoria das vias de comunicação, e, sobretudo com a construção da estrada do Cerne, assim como o melhor aproveitamento do porto, foi ganhando expressão a exportação de café por Paranaguá (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, 1991).

Frei Cemitile também comunicava à presidência da província que no próximo “ano, no mês de maio, iria fundar, a uma distância de 10 léguas de S. Jerônimo, nas margens do novo caminho, uma nova Colônia Agrícola Brasileira, já possuindo para esse objetivo a quantia de 300\$000 rs, subscrita pelos colonos interessados” (WACHOWICZ, 1987, p. 57).

O frei Cemitile esclarecia que os colonos estavam satisfeitos com uma área de 500 braças em quadra e que “[...] simplesmente V. E. terá a bondade despachar quando Elles apresentarem os requerimentos” (WACHOWICZ, 1987, p. 57, grifo do autor). Em março de 1879, o frei comunicava à província que no começo do mesmo ano havia ido ver a construção da estrada, e considerou os colonos um quanto indiferentes aos trabalhos da via de comunicação, que seguia do aldeamento até cidade de Castro. Por isso, chamou-os e explicou-lhes sobre “as conveniências da estrada, o desejo de V. E. de ver uma colônia Nacional effectuada na Província etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 57, grifo do autor).

No ano de 1878, a nova colônia de nacionais exportou para Curitiba, Castro e Ponta Grossa aproximadamente 800 cargueiros contendo produtos como milho, tocinho, feijão, café, arroz e fumo. Nessa colônia, os colonos nacionais possuíam mais de 20.000 pés de café plantados. “Este fato levava-o a concluir que a nascente colônia estava [...] em um estado florescente” (WACHOWICZ, 1987, p. 58, grifo do

autor). O único evento lamentável na época remetia-se a recusa do ministro em despachar para o aldeamento dois engenhos para serrar madeira.

A década de setenta do referido século corresponde ao período da morte de João da Silva Machado, o barão de Antonina, em 1875, e de seus dois homens de confiança, Joaquim Francisco Lopes em 1877 e John Henri Elliot em São Jerônimo no ano de 1888. A partir de 1880 se deslocaram para a vila de São Jerônimo diversas famílias oriundas do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais, principalmente (MORAES, 199-?).

Em 1889, em pleno crepúsculo da monarquia, São Jerônimo se desenvolvia a passos largos. Inúmeras famílias chegavam ao local e a titulação de terras animava outros migrantes gaúchos, mineiros e paulistas. [...] O novo cenário da Vila de São Jerônimo mostrava que, embora não estivesse próxima de um rio, como Jatahy, ou por causa disso mesmo, era certo o seu progresso (MORAES, 199-?, p. 65-66).

“Gente nascendo, casando, morrendo, e tudo isso passou a ser registrado no registro civil da Vila. [...] procurando um lugar para garantir a sua sobrevivência. São Jerônimo era um lugar novo, em expansão, que daria oportunidade para essa gente” (MORAES, 199-?, p. 45). Em 1876 tem-se início o registro de nascimento no aldeamento, anteriormente o registro civil precisava ser feito em Tibagi ou Castro, e as dificuldades para chegar nesses locais eram enormes. A partir daí inicia-se o aperfeiçoamento dos registros civis. Para tanto, Basílio Francisco Lopes, descendente de Joaquim Francisco Lopes, fundador da cidade, assume o cargo de escrivão em 1893 (MORAES, 199-?).

Esse fato marca a chegada das famílias dos patriarcas do futuro município, e estas provenientes de várias origens, motivadas por diferentes circunstâncias e interesses (MORAES, 199-?). “Nessa época a história de São Jerônimo estava ainda profundamente arraigada a de Tibagi, pelas causas de dependência política, que haveria de atravessar o século e consumir mais duas décadas, até que São Jerônimo começasse a escrever sua própria história” (MORAES, 199-?, p. 45).

No entanto, os políticos e proprietários da vila de Tibagi e os próprios moradores de São Jerônimo ambicionavam apoderar-se dessas terras indígenas. E para atingir tal escopo, conseguiram inicialmente o afastamento do frei Cemitile da direção do aldeamento (WACHOWICZ, 2002). “Face ao contínuo trabalho de atrair

novas populações para a região, Cemitile irritava esses seus inimigos em potencial” (WACHOWICZ, 1987, p. 59).

Conforme o frei “um *Rabola Fazendeiro*, instigava um colono a ameaçá-lo de morte. [...] *presentemente me acho perseguido, e injuriado por um chefe de huma família, que eu dei commodo neste Aldeamento [...]*” (WACHOWICZ, 1987, p. 59). Este pedia então segurança de vida ao presidente da província, solicitando o envio de quatro ou cinco soldados. Em novembro de 1881, por aviso do ministro da Agricultura veio autorização para que frei Cemitile fosse a Guarapuava, ocupar-se naquela localidade da catequese dos índios kaingang (WACHOWICZ, 1987).

Assim que se informou sobre a saída de frei Cemitile de São Jerônimo para Guarapuava, a Câmara Municipal de vila de Tibagi, liderada por Telêmaco M. Borba, oficiou ao presidente da província sugerindo:

- a – que o próprio frei Cemitile fosse o diretor do novo aldeamento que poderia ser fundado na margem esquerda do Tibagi;
- b – que o local escolhido poderia ser a barra do rio Bello no Tibagi, limitando-se com a fazenda de Bento Pupo de Gouvêa;
- c – que o local indicado distava apenas 11 ou 12 léguas da vila, onde já existia um número grande de índios, com plantações;
- d – que se obrigasse a esses índios a abrir um caminho até a vila do Tibagi;
- e – que as vantagens seriam inúmeras: milhares de índios seriam reduzidos e aumentaria a segurança pública dos tibagianos;
- f – que seria proporcionada a esses índios instrução religiosa, literária e agrícola;
- g – que o novo aldeamento deveria chamar-se também de S. Jerônimo, para aproveitar a imagem e todas as alfaías do culto (WACHOWICZ, 1987, p. 59-60, grifo do autor).

Logicamente, Telêmaco M. Borba e seus seguidores visavam se apoderar das terras do aldeamento de São Jerônimo. Estes não conseguiram a mudança do aldeamento, no entanto, em 1886 seu diretor já era um civil, Ildefonso Mendes de Sá. “[...] de 1886 a 1888, chegou em São Jerônimo, onde encontrou problemas. Entre os muitos problemas, uma enorme ação de grilagem de terra, expulsões de pequenos sitiantes e um tratamento hostil para a população de índios caingangues”(MORAES, 199-?, p. 71). Esse tipo de direção existiu até 1900, daí até 1910, o aldeamento passou a ter somente um encarregado (WACHOWICZ, 1987).

“O regime republicano negligenciava *in extremis* o problema indígena. Foi no período inicial da República, que a antiga fazenda S. Jerônimo encheu-se de

posseiros de todo tipo: urbanos e rurais” (WACHOWICZ, 1987, p. 60, grifo do autor). Em 1920, esses já chegavam a ser mais de 400 famílias (WACHOWICZ, 2002).

Os posseiros do tempo provincial transformavam-se em grileiros e argumentavam com a lei provincial nº. 1.114 de 27 de setembro de 1860, que “autorizava a venda de terrenos que outrora pertenceram às missões ou aldeamentos de índios que estivessem abandonadas” (WACHOWICZ, 1987, p. 60). Tal situação não correspondia ao caso de São Jerônimo, pois “a terra era do governo federal e não do estadual, e o Estado não tinha como vendê-la; os índios não haviam abandonado o aldeamento” (WACHOWICZ, 1987, p. 60).

Todavia, os indígenas em sua maioria permaneceram a frequentar as regiões vizinhas do Norte Pioneiro, e também de São Paulo e Mato Grosso. Empregando-se geralmente como trabalhadores rurais para tentar obter algum sustento. “S. Jerônimo era para eles um ponto seguro de referência³⁵. Sobretudo na época dos pinhões, apareciam no aldeamento para comê-los” (WACHOWICZ, 1987, p. 60).

O indígena não compreendia que “S. Jerônimo era sua propriedade, doada pelo Barão de Antonina; que era preciso defendê-la de intrusos que queriam essas terras” (WACHOWICZ, 1987, p. 61). Este não entendia e não dispunha de condições para apreender a política envolvida na questão e, principalmente, da legislação de terras. “O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), inspirado pelo marechal Candido Rondon, somente foi criado em 1910”³⁶ (WACHOWICZ, 1987, p. 61).

³⁵ “Na segunda metade do século XIX, o governo imperial, atuando em conjunto como o governo da Província, passou a implantar as Colônias Indígenas em diversos pontos da Província. Era a política de ‘catequização e civilização’, ou conquista das populações indígenas, implementada pelos governos e capitaneadas pelos padres capuchinhos italianos. Se pelo lado do governo essa política tinha o objetivo de aldear os índios em alguns locais da Província e liberar seus territórios para ocupação, pelo lado dos índios os aldeamentos poderiam servir como locais onde poderiam acessar facilidades, benefícios, bens e produtos da sociedade envolvente. Em outras palavras, os índios, que se deixaram aldear, traçaram uma política própria para utilização dos aldeamentos. Eles reelaboraram, a seu modo, a política de ‘catequese e civilização’ dos conquistadores e procuraram imprimir seu ritmo no funcionamento desses aldeamentos, nem que para isso tivessem que fingir que tinham aceitado as leis dos brancos e a religião que os padres procuravam impingir-lhes” (MOTA, 2005, p. 57). Os aldeamentos do Tibagi-Paranapanema não se configuravam propriamente como aldeamentos. Pois, não conseguiam fixar os indígenas, assim como os jesuítas fizeram em suas reduções. “Os aldeamentos eram apenas pontos de referência nas andanças ou *correrias* que os índios faziam nos sertões” (WACHOWICZ, 1987, p. 77, grifo do autor).

³⁶ Conforme Ferreira (1999) em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, destacando-se o papel do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon – o pacificador de índios. Mesmo com a criação desse órgão, os problemas relacionados aos povos indígenas permaneceram, e em 1967, o SPI, foi substituído pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio – que na prática continuou o mesmo sistema implementado no início do século XX, alterando parcialmente seu estatuto.

Em 1924, este órgão, defendendo os interesses dos índios considerava que a invasão dos terrenos dessa fazenda, ocorria por parte não só de portadores de títulos definitivos e provisórios, muitos dos quais se achavam alojados em locais muito diferentes daqueles que lhes eram indicados nos citados títulos, e outros sob o ensejo de ocuparem os cinquenta alqueires mencionados nos títulos, ocupavam, realmente, impedindo-as do acesso de outros lavradores (WACHOWICZ, 1987).

[...] áreas decuplas das que lhes indicavam os títulos como também por parte de outros invasores que nenhum título tinham, e estes constituíam a maioria, que ali iam se alojando desordenadamente, estorvando-se uns aos outros, deu em resultado estragarem, pelo estado de indivisão, e indeterminação das glebas ocupadas, extensos tractos de terra dantes férteis e productivas e agora transformadas pela acção do fogo e do gado de toda a espécie daquela gente, solto á vontade em toda a extensão da fazenda, em capinzaes e sapezaes, completamente estéreis e improductivos [...].

[...] Artur Martins Franco, engenheiro e deputado federal [...] levou a effeito uma medição em uma área de terras no logar Arixiguana e Campo do Atalaia, e a demarcou com marcos com as iniciais A.F. (WACHOWICZ, 1987, p. 61, grifo do autor).

E, a população dita civilizada que invadiu as terras de São Jerônimo, criou em 1920 através do governo estadual a lei nº. 1.918 para a instituição do município de São Jerônimo³⁷ (FIGURA 05). Sendo assim, desmembrou-se do município de Tibagi, e em 1921 foi criado o termo judiciário em São Jerônimo. Como primeiro prefeito designou-se o gaúcho, Coronel Deolindo Correia de Mello, devido a sua participação como um dos mentores do processo de emancipação política (MORAES, 199-?).

³⁷ Cambiaghi (2007) explica que era parte integrante desse município, o distrito de Sertanópolis, desmembrado nas primeiras décadas do século passado. Ainda, em 1932, perde território com a criação do município de Assaí (MORAES, 199-?). Oliveira (2007) fala que esse município conforme uma delimitação regional fundamentada em princípios de Geografia Humana, pertencia a uma região dominada por Londrina. De acordo com Ferreira (1999, p. 451-452) “a fundação do atual município de São Jerônimo da Serra remonta ao ano de 1854 [...]. Em 1870, o frei Cemitille construiu pequena capela sob a invocação de São Jerônimo. Em 23 de fevereiro de 1920, pela Lei nº. 1.918, foi criado o município de São Jerônimo e em 19 de abril de 1943 foi criada a comarca, instalada pelo dr. Joaquim de Oliveira Sobrinho, na presença do prefeito Flávio Maria e de toda a comunidade jeronimense. Quando era prefeito o major José Schelleder, a sede da comarca foi transferida para Assaí, sendo que pouco tempo depois São Jerônimo perdia a condição de município emancipado, passando a ser distrito de Congonhinhas. Quando recuperou a categoria de município, em 10 de outubro de 1947, pela Lei nº. 02, São Jerônimo teve sua antiga denominação substituída, passando a se chamar Araiporanga. Em 08 de fevereiro de 1949 foi restabelecida a comarca de Araiporanga, sendo que pela Lei nº. 790, de 14 fevereiro de 1952, passou a denominação de São Jerônimo da Serra”.

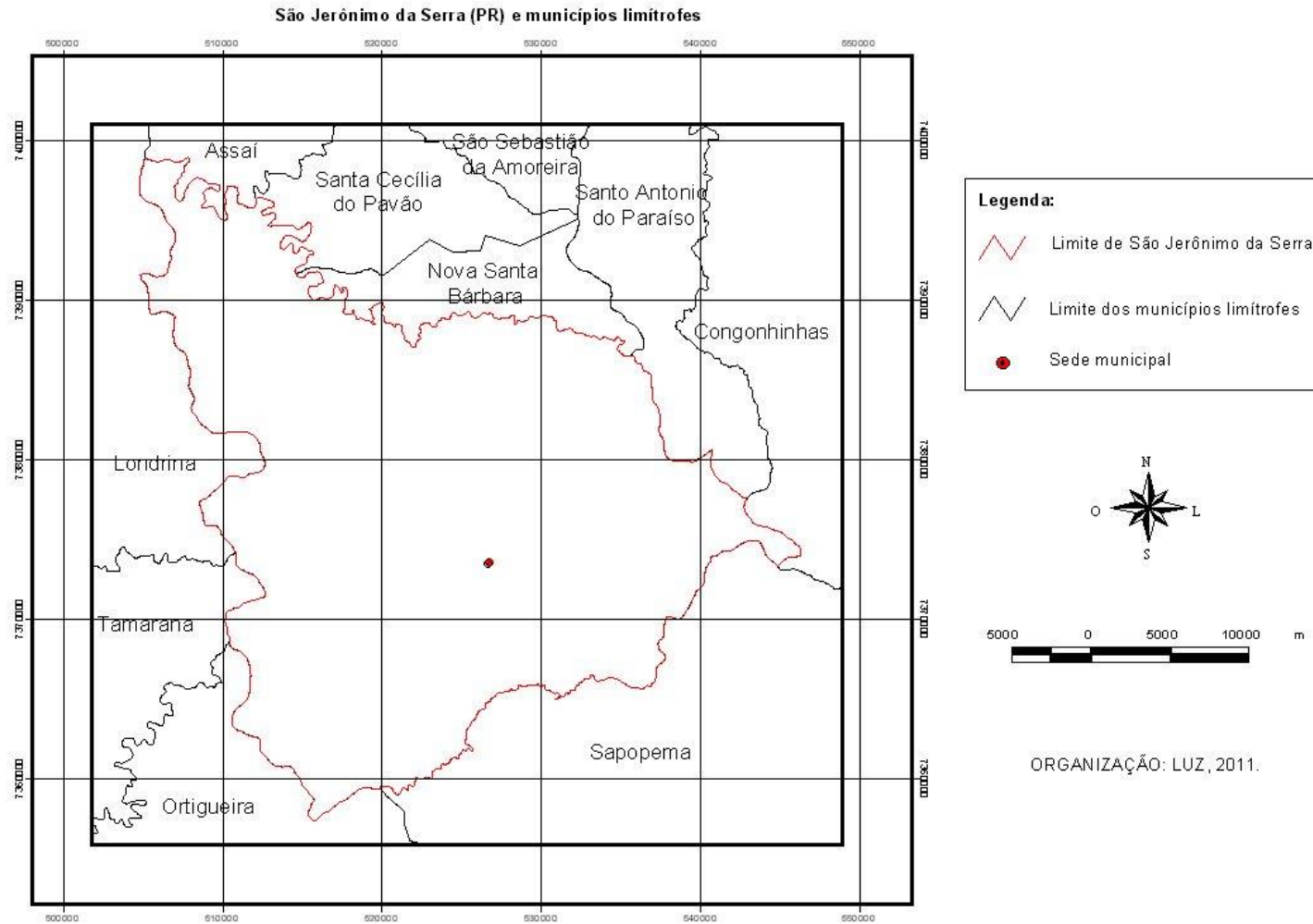


FIGURA 05 – São Jerônimo da Serra (PR) e municípios limítrofes
FONTE: LUZ, 2011.

Porém, “o SPI não reconhecia a legalidade dessa *Câmara Municipal*. Considerava o governo do Paraná incompetente para instalar um município” (WACHOWICZ, 1987, p. 61). “Enquanto a briga ganhava os contornos burocráticos costumeiros, a Vila de São Jerônimo encorpava, ganhando Delegacia, Coletoria e outras repartições estaduais” (MORAES, 199-?, p. 75).

[...] a custa das terras doadas pelo benemérito barão de Antonina á União, sob clausula expressa de nellas serem acolhidos os índios caingangue.
 Instalado o município, veio a polícia, delegacia, coletoria etc., tudo colocado a serviço dos interesses dos grileiros (WACHOWICZ, 1987, p. 62).

Em 1924, os grileiros tentaram aprovar uma lei federal que extinguisse o aldeamento, em meio a relações conflituosas e mortes, o aldeamento não foi extinto, mas os indígenas ficaram com apenas 14% da área original de suas próprias terras (WACHOWICZ, 2002). Ainda sobre o assunto pode-se acrescentar que pelo Decreto-lei 7692 de 30 de junho de 1945 autorizou-se que fossem cedidas ao Estado do Paraná, as terras da Fazenda São Jerônimo com 33.800 alqueires, reservando 4.840 alqueires aos povos indígenas. Porém, para estes restaram 2.000 alqueires, divididos em duas áreas descontínuas, e a maior parte dessa área estava ocupada por posseiros. Esse impasse foi resolvido nos anos de 1979 e 1985 com a devolução em definitivo das terras. Em 1999 ocorreu o último confronto pela posse das terras indígenas, no distrito de São João do Pinhal, entre não índios e indígenas. Este conflito terminou com a legalização das terras da gleba Água Branca.

“[...] o deputado Artur M. Franco apresentou projeto na Câmara Federal, extinguindo o aldeamento de S. Jerônimo, projeto publicado no Diário Oficial de 31/10/1924, à folha n.º 3.526” (WACHOWICZ, 1987, p. 62). Os comentários do Serviço de Proteção ao Índio sobre tal acontecimento:

Verifica-se mais que, de facto, o meio mais prompto de se conseguir a volta para o civilizado e para o selvicola, á triste época das nefandas batidas, dadas ou entradas, como da aviltante escravização dos proprietários, da nossa terra, ou da situação de expoliados indefezos, será a extincção do serviço de Proteção aos Índios [...] (WACHOWICZ, 1987, p. 62, grifo do autor).

Daí em diante, os conflitos entre o SPI e os grileiros ocorriam frequentemente: “o índio José Zacarias foi vender seu milho a um negociante estabelecido. O

encarregado do SPI, tentou impedir que o índio concretizasse a venda” (WACHOWICZ, 1987, p. 62). Argumentava-se que este índio possuía pouco milho e que este era insuficiente para sua alimentação para o ano todo, além disso, queria o dinheiro para comprar aguardente e fazer um baile (WACHOWICZ, 1987).

O comerciante, achando-se prejudicado, emprestou uma pistola ao índio para que matasse o encarregado do SPI, prometendo que este ficaria completamente impune. Quando foi aberto o inquérito, o índio envolvido declarou que o Sr. Franco, o funcionário do SPI, havia o aconselhado a abandonar sua roça, morada etc., e juntamente com toda sua tribo internar-se no mato. “Ele Franco, lhe forneceria roupas, ferramentas, utensílios de cozinha e armas. Argumentava que o SPI não protegia os índios e sim apenas os empregados do serviço” (WACHOWICZ, 1987, p. 62). Nesse mesmo inquérito consta que “o colete de S. Jerônimo, Sebastião Prestes, dizendo-se proprietário na localidade de Salto, expulsou da localidade 27 famílias, utilizando-se de um criminoso de nome Israel Pedroso Martins” (WACHOWICZ, 1987, p. 62). E ainda, contém declarações do índio Manoel Antônio informando que “fizera compras na casa de Deolindo Correa de Mello, no valor de 140\$000. O negociante exigiu que pagasse a despesa com 76 cargueiros de milho. Estando o cargueiro a 6\$000, recebeu o equivalente a 456\$000, pela despesa de 140\$000” (WACHOWICZ, 1987, p. 62).

Em defesa do que se considerava *livre comércio e convivência entre brancos e índios*, o deputado Franco argumentava que o SPI procurava tolher a liberdade individual dos índios.

[...] liberdade de que sempre gozaram e que lhes é garantida pelo Código Civil, pois que esses descendentes dos coroados, nasceram, criaram-se e teem vivido sempre no tracto diuturno dos civilizados, falando o portugues, conhecendo o valor de nossa moeda, realizando os seus contractos ou empreitadas de serviços, livremente, como homens livres que sempre foram, até que a Inspetoria dos Indios do Paraná, viesse submete-los a uma tutela humilhante, obrigando-os a só contractar serviços por intermédio dos encarregados [...] (WACHOWICZ, 1987, p. 63, grifo do autor).

Na defesa, o SPI defendia-se argumentando que o deputado Franco deveria usar sua influencia para evitar violências contra os indígenas e não para atacar o órgão público. Conseqüentemente, o SPI em 1923 passou por uma maciça campanha de desestabilização e desmoralização. “Lançavam-se à opinião pública idéias como: o SPI quer desalojar 400 famílias de sertanejos para prestar

assistência a apenas 38 de índios. Nada porém foi resolvido” (WACHOWICZ, 1987, p. 63).

O ano de 1927 marcaria também o recomeço dos conflitos pela questão agrária. Vários episódios de violência foram registrados pela imprensa estadual, e o nome de Israel Martins Pedroso começou a ganhar fama no local, como uma pessoa violenta, servindo aos interesses de grileiros de terra locais e de outras cidades, inclusive de políticos de renome interessados na terra em conflito. Como era comum a entrada de famílias brancas e de índios em vários pontos afastados da sede do município, a ação consistia basicamente em agredir fisicamente e em expulsar as pequenas famílias brancas e algumas famílias de índios de suas terras.

Essas ações foram novamente elevando a temperatura na cidade. [...] recebiam notícias de atos de crueldade praticados contra os índios e contra brancos. Essas ocorrências e a divisão de opinião na Vila, alguns apoiando os índios e outros os fazendeiros, levaram a vários desentendimentos e atritos entre os opositores e o chefe político e prefeito municipal [...] (MORAES, 199-?, p. 75-76).

Na década de 1940, o governo do Paraná e o Ministério da Agricultura “[...] em decorrência do reduzido número de selvícolas radicados na área e a necessidade de progresso da região de S. Jerônimo, tolhida na sua ação produtiva” (WACHOWICZ, 1987, p. 63) decidiram acordar por meio do decreto lei nº. 7.692 de 30 de junho de 1945 que autorizava o governo federal a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná as terras da fazenda São Jerônimo na extensão de 29.040 hectares. Fazia-se uma ressalva sobre a área de 4.840 hectares, que se destinaria ao uso dos indígenas, localizados no Posto Indígena Barão de Antonina (WACHOWICZ, 1987).

Em 1949, foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União o acordo estabelecido entre a União e o Estado do Paraná. Assim, “os índios kaingang ficaram com apenas 14% da área original da Fazenda S. Jerônimo, não em terras contínuas, mas sim em [...] *mais de uma gleba, em lugar ou lugares designados pelo mesmo Serviço de Proteção aos Índios*” (WACHOWICZ, 1987, p. 63, grifo do autor).

3.4. HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DE NOVA SANTA BÁRBARA

O registro das origens de Nova Santa Bárbara relaciona-se a seguinte paisagem: “um imenso esplanado aberto pela estrada, uma pequena casa de madeira com um mangueirão de porcos ao fundo e a imensa floresta em volta”

(MORAES, 199-?, p. 9). No ano de 1946, a chegada do sertanejo Emídio Couto de Camargo pela estrada do Cerne recém aberta ao tráfego, significou uma das principais iniciativas para o surgimento do futuro município. A fim de tratar de negócios com José Kuniski – o ‘Polaco’ – dono da única casa da localidade de Água do Sabiá (MORAES, 199-?).

Este havia comprado de Emídio uma área de 50 alqueires, seu venda situava-se nessa área, mas este não conseguiu pagar e queria entregar de volta ao vendedor, a fim de mudar-se para um outro sertão, um lugar recém ocupado que viria a se chamar Sapecado (atual Ivaiporã). Emídio há algum tempo sonhava com a ideia de abrir uma cidade às margens da estrada do Cerne, favorecida pelo movimento que certamente surgiria na região. Este se valeu da ocasião ao saber que *Polaco* passava por dificuldades e pretendia renegociar o terreno, pois este “tinha procurado *Jango Bueno* em São Jerônimo da Serra, e propôs vender a área para quitar as dívidas que tinha na casa de comércio de *Jango*. Porém este fornecia vários safristas, e não tinha interesse em terras” (MORAES, 199-?, p. 9, grifo do autor). Então permaneceu com a venda e sua criação de animais, cabritos, porcos e galinhas, no entanto, percebendo que não conseguiria saldar as dívidas, logo soube que com certeza Emídio teria uma proposta capaz de solucionar o problema, e assim que este foi resolvido,

Emídio começou a discutir os planos para abrir um grande loteamento urbano no local e transformar mato em cidade, nas margens da estrada do Cerne. A idéia agitou a cabeça das poucas pessoas que se arriscavam a habitar naquele fim de mundo: fazer da Água do Sabiá uma cidade. A idéia rabiscada a grosso modo num papel velho e amassado, seria transformada em planta por um engenheiro, e após a medição dos lotes começaria a venda, não se esquecendo de doar uma área para construção de uma praça e uma igreja católica (MORAES, 199-?, p. 9-10, grifo do autor).

Nesse instante, as poucas pessoas que presenciaram esse pronunciamento, mostraram-se perplexos, imaginando de que maneira se originaria uma cidade a partir de “uma casa ao lado de uma estrada inacabada perdida num sertão sem fim com um riozinho ao fundo” (MORAES, 199-?, p. 10). O local que se caracterizava apenas pela presença de “uma trilha de passagem dos safristas de porcos que tinham encontrado no local uma boa parada para descanso da marcha infundável de levar porcos para Jaguariaíva e Pinhalão” (MORAES, 199-?, p. 10).

Em 1908 no mapa do Estado do Paraná no imenso sertão do Tibagi, havia somente um ponto sem comunicação que mostrava duas cidades – São Jerônimo e Jataí – nas quais se chegava apenas por caminhos. A partir de posturas governamentais desenvolvimentistas que introduziram máquinas de grande porte nas colossais florestas, derrubando árvores e cortando barrancos para abertura de uma nova e ampla estrada que passaria em São Jerônimo e depois partisse para Jataizinho (MORAES, 199-?).

Não mais as estradinhas boiadeiras macetadas pelo pisoteio de cavalos e carroças. Não mais o caminho dos tropeiros ou viajantes carregando mercadorias em cargueiros por aquele imenso sertão pisando a terra vermelha, escorregadia, os cavalos marcando fundo o barro com seus cascos. Era uma estrada saindo de Curitiba para o interior, passando por Jataizinho e encontrando a estrada boa de Jataizinho a Londrina, onde o “café estourava” e fazia com que o norte do Paraná fosse conhecido no mundo inteiro (MORAES, 199-?, p. 10-11).

No entorno dos escassos sítios existentes na localidade de Água do Sabiá³⁸, a maior parte da população habitava casebres de madeira feitos com pinheiro e cedro, abria estradas e carreadores, queimando a vegetação nativa para plantar milho, abóbora, mandioca e arroz. Na mata próxima do povoado conviviam com a fauna local, deparando-se usualmente com cobras, serelepes, pacas, antas, veados, saracuras, onças, etc. E, enfrentavam com frequência doenças como a malária. Contudo, “todos tinham algo em comum: o ânimo e disposição suficiente para lutar pela sobrevivência e pelo bem do lugar³⁹” (MORAES, 199-?, p. 11).

Perante tais circunstâncias o projeto para transformação do vilarejo em cidade exprimia um anseio audacioso, uma vez que “a única coisa que incentivava era aquele desenho vermelho da estrada serpenteando no meio da mata” (MORAES, 199-?, p. 11). O trânsito de pessoas em função da construção da Estrada do Cerne “interrompia o tédio do lugar e transmitia um clima de progresso e

³⁸ O local era conhecido como Água do Sabiá, porque há cerca de 100 metros abaixo da pequena venda de José Kuniski existia um riacho conhecido como Sabiá (MORAES, 199-?).

³⁹ Relatando um pouco da experiência dos pioneiros do local conta-se que: “Vizinho de Emídio, estava a propriedade de *Viloca* [...] que havia adquirido partes de alguns herdeiros de Julio Corrêa de Bittencourt formando uma grande propriedade. Próximo a Água do Sabiá, porém, a vida já fervilhava há muito tempo. *Dico Chicú* tinha adquirido parte da Fazenda Velha na beira do rio São Jerônimo, e tinha aberto uma grande criação de porcos” (MORAES, 199-?, p. 11, grifo do autor).

civilização, que teria que ser cultivado ao longo do tempo, para ver no que daria” (MORAES, 199-?, p. 12). Segundo o mesmo autor os trechos sinuosos da Estrada do Cerne abririam definitivamente o sertão do Tibagi.

Porém

Emídio não desanimou. Continuou a rabiscar com a mão pesada num papel de embrulho o plano para lotear parte de sua fazenda e fazer com que outras pessoas, centenas delas procurassem a Água do Sabiá e nela fizessem sua casa, trouxessem sua família, e fizessem acontecer, finalmente, a cidade do sonho de Emídio e dos poucos que lá estavam naquela tarde. Emídio montou o cavalo e saiu galopando rumo a sua fazenda. Estava radiante. Tinha compartilhado aquela idéia (sic) maluca que estava atormentando o juízo com pelo menos meia dúzia de pessoas. Estes se encarregariam de divulgar aquela loucura toda. Os homens pediram mais um copo de cachaça e ficaram olhando Emídio sumir deixando um rastro de poeira atrás dos galopes do animal, levantando nuvem de poeira vermelha. Olhavam calados, um para o outro, matutando na história de Emídio (MORAES, 199-?, p. 12).

Nesse período existia um intenso movimento dos safristas utilizando cavalos ou carroções, e nessa região se originavam vários povoados nas proximidades. “Adiante do Sabiá, seguindo a estrada de Santa Bárbara velha se alcançava Santa Cecília do Pavão [...] Em 1938, [...] haviam aberto o povoado de São Sebastião da Amoreira” (MORAES, 199-?, p. 103).

Um dia a tão sonhada e esperada Estrada do Cerne finalmente cortou o antigo Sertão do Tibagi, passando por São Jerônimo da Serra e indo encontrar com a estrada Ourinhos-Londrina (MORAES, 199-?, p. 115). A concretização dessa obra já era almejada em muitos governos precedentes. Assim, começou uma grande movimentação por essa via, uma vez que a mesma “abriu o caminho por onde só passavam os safristas, com suas carroças, a cavalo ou a pé. A partir da abertura da estrada aconteceu uma verdadeira revolução” (MORAES, 199-?, p. 115).

Pois, anterior a Estrada do Cerne existiam somente as ferrovias, que passavam longe do Sertão do Tibagi. Também havia duas outras pequenas estradas, uma delas caracterizava-se por uma trilha construída ainda por Joaquim Francisco Lopes, localizada próximo do rio São Jerônimo, e a outra era a estrada dos viajantes, uma “passagem estreita aberta de forma improvisada aproveitando a estrada da Arixiguana e passando pela *Santa Bárbara velha*. Sem dúvida alguma, a Estrada do Cerne foi a maior responsável pelo grande progresso que viria ocorrer” (MORAES, 199-?, p. 115-116, grifo do autor).

A respeito do projeto de Emídio Couto Camargo para criação da nova cidade, a partir da casa de José Kuniski “o terreno começava a cair, mas acima, no sentido de São Jerônimo da Serra, a estrada desenhara uma reta e o terreno era bastante plano” (MORAES, 199-?, p. 103). Assim, o campo contendo uma única casa no meio apresentava um descampado adequado para a formação de um povoado as margens da Estrada do Cerne (MORAES, 199-?).

Emídio entrou em contato com Edson Gonçalves Palhano⁴⁰ e explicou sobre o “plano de dividir uma área de sua propriedade, dos dois lados da estrada do Cerne, em preço acessível a quem se interessasse morar no local” (MORAES, 199-?, p. 104). O agrimensor se surpreendeu com a ideia, considerando-a ousada:

Quem iria querer morar naquele lugar, cujo único referencial era apenas a estrada passando no meio e o movimento de alguns safristas passando pelo local. Mesmo de uma forma inovadora e moderna. O sistema de datas quadradas de iguais tamanhos, com quadras regulares em tamanho e apenas algumas ruas com lotes que continham tamanhos irregulares para fechar a área. E assim foi feito. As quadras tinham a denominação de letras, “A” a “Z”, e eram distribuídas nos dois lados da estrada. Pelo lado esquerdo sentido Santa Bárbara-Santa Cecília do Pavão, uma das quadras era ocupada pelo projeto de uma igreja católica e de uma praça. Na margem da estrada, duas grandes avenidas bastante largas até porque tinha que deixar a área das avenidas e deixar livre o leito da estrada no meio da cidade (MORAES, 199-?, p. 104).

Em 1947, o projeto para estabelecimento da cidade estava pronto, e o agrimensor contratado o apresentou para o fundador e sua família. Ainda faltava o nome, e “como Sabiá ou Água do Sabiá não podia ficar. Emídio Couto de Camargo olhou para o desenho, seus olhos foram se dirigindo para o desenho da igreja e da pracinha em frente, e não teve dúvida: ‘vai se chamar Santa Bárbara’” (MORAES, 199-?, p. 104-105). Desse modo, Edson Gonçalves Palhano que elaborou a planta de forma precisa e planejada também teve importante contribuição para a fundação da cidade.

⁴⁰ Na região de São Jerônimo da Serra os safristas comentavam muito sobre um agrimensor que há muito tempo trabalhava nas medições de terra em Jataizinho e na abertura de Londrina e outras cidades vizinhas. “Palhano nasceu em 06 de novembro de 1901, em São Luiz, capital do Maranhão. [...] Formou-se engenheiro na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1929, atendendo o convite de seu irmão Mario Gonçalves Palhano, Edson veio para o Paraná. Mário era comissário de terras do norte do Paraná. Edson, depois de participar da revolução de 1930 em São Paulo, retornou ao norte do Paraná e ingressou na política [...] Edson se fixou em Santa Bárbara, e depois da cidade fundada lutou pela sua emancipação, na década de 50” (MORAES, 199-?, p. 105).

Santa Bárbara já estava no papel. A larguíssima estrada do Cerne cercada de mato era o cenário real. Na planta uma grande área dividida em ruas, lotes e a praça da igreja católica. Tudo no imaginário, como um jogo, para que as pessoas acreditassem no jogo, comprassem os lotes e comesçassem a desenhar num terreno baldio as sonhadas moradias e as casas de comércio, escolas, igrejas, e muita gente circulando onde naquele tempo existia apenas a estrada e a floresta (MORAES, 199-?, p. 107).

Assim, seu idealizador iniciou a divulgação da venda dos lotes. Não tardou a aparecerem alguns compradores, para então dar início ao povoado (MORAES, 199-?).

Logo de começo, Waldomiro Mello, morador de São Jerônimo, conhecido como *Miro Mello*, comprou um lote na avenida, bem próximo de onde era a venda de José Kuniski. E tratou logo de abrir uma pequena venda para atrair os safristas. Walter Guimarães da Costa, que era casado com Nina, filha de *Miro Mello*, também foi morar em Santa Bárbara. Nasceu em Santa Bárbara, o filho do casal, José Joaquim Guimarães da Costa, apelidado de *Juca* pela família. *Miro Mello* teve uma casa de comércio no Pavão, próximo a Santa Cecília, mas, quando entrou o comerciante conhecido como José Carneiro “Zé do Teto”, (José Carneiro da Silva), ele achou que o movimento era pouco para os dois, e resolveu mudar seu comércio para Santa Bárbara.

Em seguida, a filha de *Dico Chicú*, Davina Lemes Gonçalves, junto com seu marido Valdomiro, também compraram de Emídio Couto Camargo, um lote central na avenida projetada e fizeram uma casa de madeira. [...]

Chegaram na cidade também os paulistas, Acácio Antonio da Silva, e seu irmão, José Felipe, que estavam junto com o pai, formando café para Emídio. Acácio e Zé Felipe eram filho de Pedro Antonio da Silva, e tinham vindo de Pirajú, sul de São Paulo. [...] De Pirajú vieram para Londrina onde ficaram aproximadamente seis anos trabalhando na formação de lavoura branca. Em Londrina, através de um conhecido que morava em Sapopema acabaram vindo para formar café na propriedade de Emídio Couto de Camargo. A formação de café exigia muita gente, por isso Emídio abriu empregos para muitas outras famílias paulistas e paranaenses que também acabavam chegando e se fixando na fazenda de Emídio. O velho Emídio era uma das grandes referências do lugar, conhecido como um safrista e fazendeiro de café bem sucedido, além de começar a criar também gado bovino (MORAES, 199-?, p. 107 e 110).

Então, após o ano de 1951, a cidade idealizada por Emídio Couto de Camargo se erigia lentamente, “embora o mato ainda predominasse nas muitas ruas desabitadas, a projetada avenida tomava forma, brotando uma casinha aqui outra acolá” (MORAES, 199-?, p. 111). Formava-se um núcleo urbano formado por várias famílias de migrantes paranaenses, paulistas e mineiros através da abertura de lotes e construção de casas. Esse processo apoiava-se nos empréstimos de dinheiro a

juro que Emídio fazia para aqueles que buscavam construir ou iniciar negócios através do comércio ou safra de porcos (MORAES, 199-?).

A vida social na nova cidade constituía-se por intermédio das diversas atividades desempenhadas por esses migrantes: lavradores, dentista, sapateiros, carpinteiros, mecânicos, comerciantes, etc. “[...] Antonieta Volpi Furtado conseguira junto a administração de São Jerônimo da Serra, o prédio de madeira para dar início a primeira escola isolada” (MORAES, 199-?, p. 112). Todavia, existiam poucos alunos dispostos a alfabetizar-se, e as condições do estabelecimento eram precárias, além disso, poucas pessoas sabiam alguma coisa para poder ensinar. “A falta de material humano era absoluta” (MORAES, 199-?, p. 112).

Outras pessoas teriam atividades estratégicas para movimentar o povoado, Antão, genro de Juca Mingote (José Ferreira de Mello), chegou no local com noções de mecânica. Havia pouco serviço, e Antão não tinha estrutura para montar uma oficina mecânica. Mas se desincumbia bem da tarefa utilizando sua maletinha para visitar as pessoas que precisavam de mecânico. O mesmo sistema de maletinha para atender nos domicílios era empregado pelo jovem Jurandyr Kasecher, que havia chegado de Castro, e que começava a trabalhar como dentista prático, e também fazia seus serviços a domicílio para quem precisasse, inclusive para as aplicações de injeção, que muito pouca gente tinha conhecimento para fazer. Também com sua maletinha percorria o povoado e as propriedades rurais quando era chamado pelos safristas. O paulista Acácio Antonio da Silva saiu da propriedade de Emídio em Junho de 1951. Com a renda que tinha conseguido da venda do contrato de formação de café comprou uma chácara, formada por vários lotes urbanos. Assim, começou a construir casas, e assim que terminava uma ia vendendo e começando outra. Assim atendia as inúmeras pessoas que começavam a chegar na cidade de diversas partes. Já havia um certo movimento no povoado que permitia a quem quisesse ganhar dinheiro montar algum negócio. Acácio viu que seria rentável vender as casas prontas para as pessoas que chegassem. Ia fazendo casas em diversos pontos do povoado, e assim abrindo ruas novas. Na avenida teve que derrubar os barrancos da Estrada do Cerne para poder construir (MORAES, 199-?, p. 112).

Em meados de 1951, outros migrantes da região de Itatinga, interior de São Paulo, dirigem-se para Santa Bárbara, a fim de tornarem-se proprietários de terras, atraídos pela fertilidade dessas e da possibilidade de cultivar café. “Muitos não ficariam na cidade, pois tinham idéia (sic) de fixar-se na terra para trabalhar com agricultura” (MORAES, 199-?, p. 113). De tal maneira, muitas outras famílias chegariam a zona rural da localidade, e, por conseguinte, colaborariam na constituição do município (MORAES, 199-?).

A fertilidade da terra atraiu muitos japoneses interessados na agricultura, como foi o caso das famílias de Zenzu Yamashita e a família Kamagori, que se instalaram no Bairro do Pocinho, e começaram a abrir a agricultura local. No Tigrinho a família do Iwassa. E ainda, a família de Takajú Ito nas proximidades de Santa Bárbara. Também no Pocinho a família do mineiro Benedito Braz e de Antonio Ferreira. (MORAES, 199-?, p. 114).

Os sinais de desenvolvimento remetem-se também a implantação da primeira linha de ônibus entre Assaí e São Jerônimo da Serra, passando, logicamente por Santa Bárbara. “Veio complementar o benefício da estrada planejada pelo interventor Manoel Ribas para cortar o Sertão do Tibagi até o norte novo do Paraná, fazendo uma verdadeira revolução depois das décadas de abandono” (MORAES, 199-?, p. 116).

Ainda, esta melhoria de infraestrutura “movimentaria o transporte de pessoas e mercadorias, substituindo em parte charretes, carroças, carroções e alguns poucos caminhões e ‘pés de bode’ que existiam em Santa Bárbara” (MORAES, 199-?, p. 116). A ideia da primeira linha de ônibus para a região ocorreu a partir das observações de Virgílio Spuri, morador de Cornélio Procópio e transportador de toras de madeira. “[...] em sua rota diária via o número de pessoas que dependiam de transporte para suas viagens até as cidades da região. Muitas pessoas não tinham sequer um cavalo ou carroça para fazer esse transporte em tempo menor [...]” (MORAES, 199-?, p. 116).

Portanto, em 1945 fundou a empresa Jardim & Virgílio, tendo como meio de transporte uma jardineira adaptada sobre um caminhão Chevrolet-39 que realizava as primeiras viagens dessa linha. Percebendo que havia um incremento da quantidade de passageiros, abandonou o ramo do transporte de madeira, e assim surgiu a firma Virgílio & Hase em 1947. “Virgílio percebeu que para aumentar sua frota teria que se associar a uma pessoa que tivesse capital de giro, uma vez que as despesas da empresa [...] exigia um investimento maior do que dispunha” (MORAES, 199-?, p. 116).

Sua sede localizava-se em Assaí, cidade em franco desenvolvimento na época, devido ao seu comércio promissor, considerado um forte atrativo para a população regional. Além disso, a agricultura desenvolvida pela população japonesa contribuía expressivamente para o progresso do local. “O ouro verde, como era

chamado o café, atraía migrantes de todas as partes, principalmente paulistas e mineiros” (MORAES, 199-?, p. 117).

Mas outra riqueza que chegou quase junto com o café, chamava a atenção do Brasil e do mundo para o norte do Paraná: o algodão, que já era chamado de ouro branco simbolizava as imensas plantações que se estendiam por Assaí e região, Uraí, Sertanópolis e municípios vizinhos. Tanto os produtores de café quanto os de algodão precisavam utilizar muita mão de obra, um exército de trabalhadores rurais para que dessem conta do plantio, carpa, raleação e colheita (MORAES, 199-?, p. 117).

O transporte de passageiros, cuja necessidade era evidente na região, possibilitou que várias jardineiras circulassem entre Assaí e Cornélio Procopio, e entre Londrina e Araiporanga (nome indígena dado a São Jerônimo da Serra na época que na língua tupi significa “rio que corre bonito”, se referindo ao rio do Tigre com suas quedas de água). “As condições para o tráfego de ônibus e de outros veículos automotores eram complicadas. Apesar da Estrada do Cerne ter aberto a possibilidade de transporte, a verdade é que a estrada era de chão desde Curitiba” (MORAES, 199-?, p. 117).

No ano de 1951, a empresa teve autorização para explorar a linha Londrina-Curitiba, anterior mesmo a Viação Garcia, outra grande empresa desse período, que iniciou suas atividades antes da companhia Ouro Branco. Originada através da iniciativa do pioneiro espanhol Celso Garcia Cid que “entusiasmado pelo progresso do município de Londrina, expandiu seu patrimônio transformando-se numa das maiores e mais organizadas empresas de prestação de serviços de transporte coletivo do país” (MORAES, 199-?, p. 117).

O grande movimento da população na região exigia que a empresa tivesse mais veículos para atender a demanda. Porém, os dois sócios não tinham capital suficiente para a expansão necessária, então em 1954, Virgílio Spuri e Yoshimato Hase diminuíram suas cotas no capital social, tornando-se sócios majoritários, e outros sócios se associaram a empresa, sendo Manoel Pinto Ribeiro, Orlando Gregório, Aylton Bastos e Takeshi Manaka. Surge a “Empresa Ouro Branco Limitada”. “O nome foi dado, claro, a partir da grande influência da cultura do algodão na cidade de Assaí. A cidade Assaí – sede da empresa – era uma das maiores produtoras de algodão do país” (MORAES, 199-?, p. 118).

“Para os safristas, a velha ‘jardineira’ era mais que um utilitário. Era quase uma atração turística” (MORAES, 199-?, p. 118). As viagens de ônibus eram realizadas frequentemente, e o safrista que sempre dispôs de tempo, “aprendia agora com homens apressados, que o mundo do progresso cobrava um planejamento e um aproveitamento do tempo que não existia no calendário sertanejo” (MORAES, 199-?, p. 118).

Na porteira do sítio de Alfredinho Mendes, a velha jardineira do seo Valdomiro passava religiosamente as 7 horas da manhã indo de São Jerônimo da Serra para Assaí, e passava de volta as 5 horas da tarde de Assaí para São Jerônimo da Serra. Crianças, adultos e velhos comentavam:

“Lá vem a jardineira do Seo Valdomiro...”, assim que ela apontava no alto da estrada. Com o tempo, o próprio “Seo Valdomiro” passou a simbolizar a Ouro Branco, afinal seria por mais de uma década, o único ônibus a passar no local. Com a jardineira, um novo mundo começou a se abrir para as famílias do sertão. Era possível ir a Assaí, de vez em quando, e lá um novo mundo se descortinava, principalmente para os jovens afoitos de novidade. Cada viagem era uma descoberta que mostrava a todos quanto isolados estavam da civilização e do mundo fantástico do progresso, com incessantes novidades (MORAES, 199-?, p. 118).

Apesar de ter iniciado sua história com o intuito de progredir, Santa Bárbara possuía ainda estreita dependência de São Jerônimo da Serra. “Os safristas, por volta de 1955, e mesmo os filhos foram visitando e frequentando aos poucos o pequeno povoado recém aberto” (MORAES, 199-?, p. 119). A preferência destes era pelas novidades vindas de fora e pelas pessoas procedentes de inúmeras cidades paulistas. “Era como um novo mundo que se descortinava para os jovens” (MORAES, 199-?, p. 119).

Contudo, as pessoas mais velhas ainda estavam ligadas aos compromissos com São Jerônimo da Serra. “A cidade pioneira que teria se chamado no início São Tomáz de Papanduva, e por muitas décadas São Jerônimo, recebeu o nome de Araiporanga, por poucos anos, e finalmente o nome definitivo” (MORAES, 199-?, p. 119). E, em São Jerônimo da Serra, a população dependia muito de Jataí e Tibagi para uma série de coisas que não se resolviam no local (MORAES, 199-?).

No decorrer da segunda metade do século passado registra-se na região o declínio da criação de porcos através do sistema de safras e a transição para outras atividades econômicas:

Em meados de 60, *Alfredinho Mendes*, tinha uma família de 12 filhos. Seu sítio a beira do rio do Tigre começou a ficar pequeno. *Alfredinho* ainda lidava com a criação de porcos, mas essa lida estava com os dias contados. A Estrada do Cerne permitia que caminhões entrassem para pegar os porcos em toda parte, e os compradores pagavam o preço que queriam aos safristas. O sítio a beira da estrada e com o rio do Tigre correndo pelo meio estava diversificado. Havia plantação de café, pastagens, arroz, feijão, milho, e os filhos mais velhos, *Duio*, Sebastião e Jonas já tinham partido para o plantio de algodão, desviando da atividade tradicional de safra de porcos. No sítio vizinho, o irmão de *Alfredinho*, João Jurandyr Moraes também diversificava a atividade com o plantio de café e a criação de gado⁴¹.

Em redor da propriedade de *Alfredinho*, apenas ele e os Matilde, mexiam com criação de porcos. Pouco acima, Natal Suman também plantava algodão. Próximo morava João Ferreira e sua família, um dos funcionários da DER, encarregado de zelar da Estrada do Cerne. *Alfredinho* começou a planejar uma saída estratégica. Vendeu o sítio e comprou uma casa de comércio em Santa Bárbara. Era preciso educar os filhos para enfrentar a mudança que certamente viria com a Estrada do Cerne. As melhores perspectivas estavam no povoadinho que começava a se organizar lentamente. *Alfredinho* mudou com a família para a Rua Principal, ao lado da barbearia de Aparecido Modesto de Pinho, e juntamente com os filhos mais velhos começou a lidar com comércio. Não demorou e os filhos *Duio* e Sebastião, percebendo a grande movimentação da Estrada do Cerne, instalaram um pequeno posto de gasolina e borracharia. O filho Sebastião, que era bastante inteligente e curioso e, como não havia luz na cidade instalou na casa iluminação gerada a motor (MORAES, 199-?, p. 129-130, grifo do autor).

Durante a década de cinquenta, Edson Gonçalves Palhano e João Jurandyr Moraes já haviam tentado emancipar Santa Bárbara, entretanto, somente em 1963 esta deixa de pertencer a São Jerônimo da Serra, passando a integrar o território de Santa Cecília do Pavão⁴². “E o pequeno povoado já estava crescendo visivelmente, e passou a ter um maior impulso com a mudança política” (MORAES, 199-?, p. 130).

Nesse período ainda existiam poucas casas no povoado:

⁴¹ “[...] a cidade parava para ver o *Duio* e o *Zébio* passarem conduzindo o boi até o matador do Silvério Cardoso. Crianças eram retiradas das ruas, e muitas vezes os animais enfurecidos avançavam contra os cavalos, escapavam do laço e davam verdadeiros espetáculos nas tardes monótonas da cidade. No dia seguinte, Silvério, o *Duio* e o *Zébio* se reuniam as cinco da manhã para o ritual que era manter e destringir o boi para levar ao açougue. *Dona Detinha*, esposa do Silvério, tinha a incumbência de cozinhar o fígado do boi para os três, e para os inúmeros meninos que levantavam de madrugada, mais para comer o fígado, embora observassem com atenção o processo todo antes da carne chegar ao açougue (MORAES, 199-?, p. 141).

⁴² “No dia 25 de julho de 1960, Santa Cecília do Pavão passou da condição de distrito para município, através da Lei Estadual n.º 4245, sancionada pelo Governador Moysés Lupion. A cidade fundada por Lupércio Amaral Soares mostrava sua força, principalmente na agricultura, onde se formou a Colônia Mineira, e várias famílias japonesas que descobriram em Santa Cecília um lugar propício para o plantio de algodão” (MORAES, 199-?, p. 130).

Bento Munhoz tinha sua casa de comércio, juntamente com seu irmão Roque Munhoz. João Miyamoto tinha oficina mecânica numa esquina central. Tinha um açougue em frente a casa de comércio de Alfredinho conhecido como Açougue do Giovani. “Ditão” Suero de Carvalho, morava no final do povoado, na saída para Santa Cecília do Pavão. Jurandir Kasecker, que começou a dar atendimento a domicílio, como dentista prático, agora tinha sua farmácia na avenida, e sua mulher Ninita (Maria Conceição Kasecker), tomava conta. Aparecido Modesto de Pinho era o *Aparecido Barbeiro*. Domingos Valim era comerciante há algum tempo. Algum tempo depois chegou o *Zequinha Alfaiate*, aproveitava-se que não havia loja de roupas feitas na cidade, e desenvolvia o seu ofício com empenho, exceto nos dias de jogo do Corinthians, nas horas de jogo de palito. A segurança oficial passou a ser feita pelo soldado Marins Moreira Branco, com ajuda de civis como Eleodoro Furtado, “*Taviquinho*”. “*Viloca*” morava em seu sítio, próximo do povoado. Augusto Pereira de Quadros depois de ter morado no povoado, mudou-se para o sítio nas proximidades (MORAES, 199-?, p. 130-131, grifo do autor).

Quando a Estrada do Cerne foi inaugurada, em seguida foi instalada nas imediações de Santa Bárbara, uma vila onde residiam os funcionários do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que ficou conhecida como “Conserva”, porque os moradores trabalhavam na conservação da estrada. “Muitos deles ficaram morando em Santa Bárbara, como o caso de Gregório, que morreu quase centenário na cidade” (MORAES, 199-?, p. 131).

Quanto a diversidade de profissões na cidade, “a figura do tradicional sapateiro caía como uma luva em José Alcides dos Passos, que já fora professor, e resolveu entrar na área de fabricação de calçados, cintas, tralhas de couro em geral” (MORAES, 199-?, p. 131). E, por muito tempo este fabricou tudo o que era possível com couro: “botinas, botas, sapatos, cintas. Vários sapateiros trabalhavam para ele, numa jornada intensa e produtiva” (MORAES, 199-?, p. 131).

O sistema educacional era de responsabilidade de Antonieta Volpi Furtado, também já tinham se envolvido com tal atividade as professoras Tereza Mendes e Lurdes Dias Bittencourt, quando nem existia sala destinada para a escola do povoado. Posteriormente, a professora Antonieta passou a ser auxiliada por Ziza (Alice Carneiro de Pádua), Ninita e Cecília Piza de Moraes. “A escola isolada passava por extremas dificuldades, pois não havia quase apoio oficial. As salas tinham poucas carteiras, e era preciso colocar tábuas sobre os assentos e sobre o balcão das poucas carteiras e emendar para caber todos os alunos” (MORAES, 199-?, p. 131).

A precariedade da instalação era tão grande, que “chegou ao ponto de não ter giz na escola, e Antonieta molhava o dedo numa vasilha de água para escrever

no quadro negro” (MORAES, 199-?, p. 131). Contudo, os pais dos alunos se mostravam satisfeitos porque seus filhos estavam saindo da condição de analfabetos, até sonhavam que alguns deles poderiam se tornar doutores em medicina, em direito, em engenharia (MORAES, 199-?).

“A educação ocupou sem dúvida um enorme espaço vago e sentido pelos safristas durante décadas. [...] eram pessoas de certo grau de conhecimento. Alguns até bastante cultos” (MORAES, 199-?, p. 132). Entretanto, reconheciam que o lugar não oferecia este bem valioso – a educação – e por isso aspiravam pelo dia em que a pequena vila se tornaria um lugar civilizado. Contudo, muitos pioneiros morreram sem presenciar tal acontecimento. “Com isso puderam ver florescer a cidade de Londrina, que atraiu a civilização para o norte do Paraná, em menos de duas décadas. Coisa que a Província tivera mais de 50 anos para fazer e não fez” (MORAES, 199-?, p. 132).

Mas agora, Antonieta, Cecília, Ziza e Ninita, estavam cuidando da educação. Construindo o conhecimento de centenas de alunos, entre paredes toscas e apodrecidas, carteiras com tábuas para caber mais alunos, que se apresentavam vestidos de guarda-pó, usando as tradicionais penas e tinteiros, taboadas, cartilhas e poucos livros. Eram abnegadas construtoras do conhecimento humano, elas eram muitas vezes incompreendidas, pois os pupilos não eram capazes de saber no momento que estudavam para que servia decorar tabuadas, e saber inúmeras coisas que viveram a vida toda sem saber (MORAES, 199-?, p. 132).

As mudanças já transcorridas, quais sejam, a Estrada do Cerne, a circulação da jardineira da viação Ouro Branco, e em 1963 a condição de distrito de Santa Cecília do Pavão, promovendo definitivamente o desligamento do povoado de São Jerônimo da Serra significam grandes feitos em sua narrativa histórica. “Foi uma virada na história. Depois de mais de 50 anos, quando Santa Bárbara começou a ter seus primeiros habitantes, a independência em relação a São Jerônimo da Serra foi um marco” (MORAES, 199-?, p. 135).

Depois disso, ainda se manteve como Vila, entretanto, já apresentava forças para lutar pelo seu espaço, e posteriormente por sua autonomia, desvinculando-se totalmente “da antiga cidade, que estava visivelmente perdendo suas características de mais de um século como referência no estado. O futuro agora mirava para Londrina [...]” (MORAES, 199-?, p. 135).

O distrito de Santa Bárbara ainda teria nessa época a execução de uma obra de infraestrutura que há muito tempo já se fazia necessária. Em 1962, iniciou-se o sistema de eletrificação do local. “A notícia da luz elétrica agitava a pequena Vila, e pouco a pouco a companhia começou a instalar os postes de eucalipto e modestas luminárias que para os padrões de Santa Bárbara era uma obra extraordinária” (MORAES, 199-?, p. 135-136).

“A vida era escura. Quando chegava 6 horas da tarde a cidade praticamente morria. Apenas os meninos brincavam na rua, trombando com inoportunos pedestres e ciclistas, e se acidentando nas brincadeiras de rua devido a escuridão” (MORAES, 199-?, p.136). Apenas uma das casas da localidade possuía iluminação: “a casa de *Alfredinho Mendes* tinha algumas lâmpadas palidamente acesas por força do gerador existente na casa, mas que para acender quatro ou cinco lâmpadas fazia um barulho ensurdecedor” (MORAES, 199-?, p.136).

Todavia, já se anunciava o dia para findar a escuridão, e foi na tarde do dia 16 de dezembro de 1962. “Um rebuliço na larga Avenida Washington Luiz marcou o ato público de inauguração da luz elétrica. [...] Não era mais a simples Água do Sabiá, onde à beira da Estrada do Cerne, viajantes e safristas descansavam para seguir as longas jornadas” (MORAES, 199-?, p.136).

Ao anoitecer, a cidade se transformou, pois “um grande feixe de luz desafiava o breu costumeiro, alterando a rotina das pessoas que agora podiam trabalhar até mais tarde e sair perambular a noite” (MORAES, 199-?, p.136). A luz elétrica despertou os ânimos da população na cidade, este empreendimento foi aprovado por todos os moradores e provocou muita satisfação. O advento da luz elétrica aumentou o interesse de pessoas que moravam na área rural e em outros municípios em residirem em Santa Bárbara. “*Duio*, que na época tinha adquirido alguns lotes na cidade, se recorda como aumentaram os preços dos lotes urbanos. A procura pelos lotes cresceu de forma inesperada e o povoado passou a tomar ares de cidade” (MORAES, 199-?, p. 136-137, grifo do autor).

Igualmente a década de sessenta imprimiu em Santa Bárbara “a busca de novos caminhos para a cidade e para o campo. [...] todo mundo havia acordado para um novo estilo de vida” (MORAES, 199-?, p. 143) diferente da solidão do Sertão do Tibagi, que isolava as famílias e as impedia de se desenvolverem. “O ritmo frenético de Londrina e da região envolvia as pessoas numa onda de ansiedade pela busca

de oportunidades e de novidades. Mesmo os mais conservadores iam cedendo a tentação de superar a fronteira entre o velho e o novo” (MORAES, 199-?, p. 143).

O velho Zacarias Lemes Gonçalves, no início dos anos 60, era ainda freguês da venda de *Jango Bueno* em São Jerônimo da Serra. Sua mulher havia falecido e foi então, por intermédio do Jango que Zacarias conheceu Geni, filha do Augusto de Abreu, que na época residia em São Jerônimo da Serra e trabalhava na área de saúde. Não demorou muito tempo para que os dois se acertassem e o casamento ocorreu no ano de 1960. [...]

Zacarias já tinha superado a fase de safrista, e como tinha juntado um bom capital na lida com porcos, passou a emprestar dinheiro a juro para os novos empreendedores [...]. A vida dos safrististas, até então, era quase de completa reclusão, fechado em seus domínios. As pessoas que precisavam tinham que ir até eles, já que eles somente saíam para alguma viagem para Aparecida do Norte, e eventualmente para São Jerônimo da Serra para tratar de negócios. Também nesse estilo vivia o pecuarista Eloy Guides conhecido como *Lauzico*, casado com Elzira, filha do pioneiro de São Jerônimo da Serra, Julio Corrêa de Bittencourt. *Lauzico*, proprietário de boas terras deixadas com a morte do sogro, a exemplo de seu concunhado Arlindo Carneiro, partiu para a criação de gado. O sobrinho de *Lauzico*, João Jurandyr Moraes, por sua vez, começou também a criação de gado, e como tinha uma propriedade com partes de áreas planas, passou a cultivar o café nas proximidades de Santa Bárbara (MORAES, 199-?, p. 143-144, grifo do autor).

Nessa época os pecuaristas tiveram um incentivo governamental quando houve a promessa em campanha para resolver a troca do gado “tucura” por gado nelore. “O “tucura” era um gado fraco, amestiçado, enquanto o nelore era a grande sensação, o assunto da época, pois já estava sendo criado pelo dono da Viação Garcia, o espanhol Celso Garcia Cid na região de Londrina” (MORAES, 199-?, p. 144). Assim, o pecuarista Lauzico, de modo inteligente e visionário para os negócios “promoveu em sua fazenda uma grande churrascada para reunir os sitiantes criadores de gado que iam fazer a troca de boi nelore por “tucura”, e cada criador voltou para casa feliz levando o belo exemplar de nelore para iniciar sua criação” (MORAES, 199-?, p. 144).

Como já se tratou anteriormente desse segmento econômico, a região de Santa Bárbara logo foi impregnada por diversos compradores de algodão. Passaram a existir em Santa Bárbara e nas cidades vizinhas uma variedade de máquinas de beneficiamento e de compradores do produto (MORAES, 199-?).

Em Santa Bárbara, o Agenor Vieira e o *Chico Bispo* seriam os pioneiros, e principalmente o *Chico Bispo*, entrou firme na compra de algodão, e quando o

sócio Agenor Vieira já idoso foi embora para o Rio de Janeiro, *Chiquinho* experimentou uma fase de grande movimento na cidade, criando uma forte estrutura na compra de algodão. [...]

[...] Os negócios com algodão estavam de vento em popa, em toda a região. A cidade de Assaí chegou a ser chamada de Capital do Algodão. Comprava-se também muito café, que era prejudicado pela grande incidência de geadas. O café continuou sendo cultivado pelo Emídio Couto de Camargo, pelo seu cunhado Leocádio Lemes Gonçalves, pelo paulista Antonio Ruy, pelo João Jurandyr Moraes. Mas o algodão começava a dominar as áreas de plantio. Na água do Mandassaia, a família Bortotti, o Antonio Janes, Antonio Bieco eram grandes produtores. E logo outros plantadores tradicionais [...] começariam a mostrar o grande apego a produção de plumas de algodão, que movimentava muita gente em todas as fases do cultivo. Na Água do Pocinho, a família Yamashita, entre outras, cultivavam o algodão. Em todo o município era bonito ver o cenário interessante para uma tela: uma imensa lavoura de algodão, com centenas de homens, mulheres e crianças trabalhando na limpeza, na raleação e na colheita (MORAES, 199-?, p. 146, grifo do autor).

Desenvolvia-se também a produção de arroz: “A família Nomura tinha na máquina de arroz sua atividade principal” (MORAES, 199-?, p. 147). Ademais, Francisco Hirano, demonstrou ser um agricultor dinâmico nessa época, e acreditando que a soja seria o produto do futuro⁴³, iniciou gradualmente o seu pioneirismo nessa cultura em Santa Bárbara, no momento em que ninguém a conhecia (MORAES, 199-?). E, a movimentação em Santa Bárbara na década de sessenta era forte. “Foi nesse ambiente que floresceram bares, lojas, farmácia, alfaiatarias, barbearia e tantos outros pontos de comércio. [...] A pequena cidade fervilhava, já não era mais o povoado de casas esparsas” (MORAES, 199-?, p. 147).

No entanto, nos anos setenta, o dinamismo que perdurou por mais de duas décadas culminou e se estagnara. O cultivo de café começou a decair devido ao superabastecimento, e assim muitos produtores pararam de plantar. “O Emídio Couto de Camargo e sua mulher Maria Guiomar Camargo já haviam falecido. Os genros *Ioio* e *Biu*, depois de alguns fracassos na agricultura, mudaram-se para a cidade, e abandonaram o café” (MORAES, 199-?, p. 159, grifo do autor).

“O cultivo de algodão ainda teria um fôlego. As produções eram boas, e os preços se mantinham num nível aceitável. Muitos novos produtores foram surgindo em Santa Bárbara. O algodão era o produto que mantinha a cidade em ebulição” (MORAES, 199-?, p. 159). A circulação de dinheiro e pessoas usados no

⁴³ Esse produtor possuía esse tipo de conhecimento sobre tecnologia agrícola porque estava integrado a Colônia Japonesa de Santa Cecília do Pavão, nesse local já se previa tais alterações nesse setor. “A soja que quase ninguém conhecia, seria a nova atração, para sucesso de alguns e fracassos de outros” (MORAES, 199-?, p. 160).

funcionamento do sistema produtivo de algodão estimulava o local. Dessa forma, o comércio apresentava um movimento considerável, embora nada que se igualasse ao que existia nos anos cinquenta e sessenta. Pois, muitas casas de comércio foram extintas nesse período, e houve evasão populacional em Santa Bárbara (MORAES, 199-?). Observavam-se nesse período algumas dificuldades na produção algodoeira, visto que o algodão alternava-se entre safras boas e ruins. “O fornecimento de mercadorias para os sitiantes tinha prazos muito longos, e quando uma safra frustrava o prejuízo era muito grande” (MORAES, 199-?, p. 160).

Com a dispersão das famílias dos pioneiros “que levava de vez uma era romântica e rica em acontecimentos, que ia se perdendo aos poucos, transformando a cidade de Santa Bárbara em outra cidade. Alguns poucos pioneiros, ficando para contar a história do lugar” (MORAES, 199-?, p. 161).

Mais adiante, no ano de 1976, o governo paranaense construiu a Rodovia do Cerne, ligando a BR-369, de Jataizinho a Piraí do Sul, que ficou conhecida como PR-090. “A nova rodovia tirou a velha Estrada do Cerne de dentro da cidade de São Jerônimo da Serra, Santa Bárbara e Santa Cecília do Pavão” (MORAES, 199-?, p. 163). Acabando assim com a poeira que aumentara com o movimento intenso da Estrada do Cerne e que atormentava os moradores.

Capítulo empolgante na história de Santa Bárbara foi o processo de emancipação política. Era um sonho antigo de muitos moradores do distrito, e os primeiros a sonharem foram Edson Gonçalves Palhano e João Jurandyr Moraes, o engenheiro que ajudou Emídio Couto de Camargo a abrir o povoado. Por volta de 1960, Palhano cultivava o sonho de emancipação. Mas Santa Cecília do Pavão já era distrito, tinha alguns líderes políticos influentes e acabou tornando-se município antes e anexado Santa Bárbara ao seu território (MORAES, 199-?, p. 167).

Para a campanha em prol da emancipação realizou-se um levantamento de dados, comprovantes de residência dos moradores, documentos comprobatórios da estrutura que o distrito possuía no tocante a economia, educação, infraestrutura, etc. para sustentar a solicitação. O processo de documentação foi finalizado em 1984, e aproveitando-se da visita de um deputado estadual na cidade, que viria para a inauguração da Rodovia PR-090 (Estrada do Cerne) (MORAES, 199-?). “Estava selado o primeiro passo para criação do novo município” (MORAES, 199-?, p. 168).

Passado cinco anos desde que o projeto de emancipação foi entregue a um representante do governo estadual, e a situação territorial de Santa Bárbara permanecia a mesma. “[...] havia questões políticas, principalmente a anexação de parte do município de São Jerônimo da Serra, que estava complicando as coisas” (MORAES, 199-?, p. 171). Em uma reunião da comissão pró-emancipação em outubro de 1989 informou-se que até o fim do referido ano teria uma resposta por parte do governo sobre as possibilidades concretas da emancipação. E, em março de 1990, o projeto estava para ser votado, sugeriu-se que estratégias de divulgação entre a população como apoio a comissão, porém o projeto não foi colocado em votação como se esperava (MORAES, 199-?).

Mas, no dia 03 de abril de 1990, finalmente, uma notícia bastante animadora. A reunião transcorreu em clima de euforia. O projeto já tinha sido aprovado em 3ª votação e estava sendo encaminhado [...] para sanção da lei. [...] O governador, num ato solene assinou a Lei nº 9.241/90, criando o município. Em seguida rasgou o verbo, e soltou a frase que estava enroscada na garganta de todo o povo do Distrito: **“está criado o município de Nova Santa Bárbara”** (MORAES, 199-?, p. 173-174, grifo do autor).

A partir de 1990, vivia-se em Santa Bárbara um clima de verdadeira euforia por causa da notícia de emancipação. Nesse momento, iniciou-se o ciclo das festas populares no novo município (MORAES, 199-?).

Agora, a luta seria pelo plebiscito. Mas, Nova Santa Bárbara, respirava liberdade. E foi nesse clima que começou o 1º carnaval de rua na cidade. [...] e começou a correria para conseguir patrocínio. Londrina, Assaí, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra. De todas as partes houve gente com interesse em ajudar para que o novo município pudesse realizar o 1º carnaval de rua (MORAES, 199-?, p. 175).

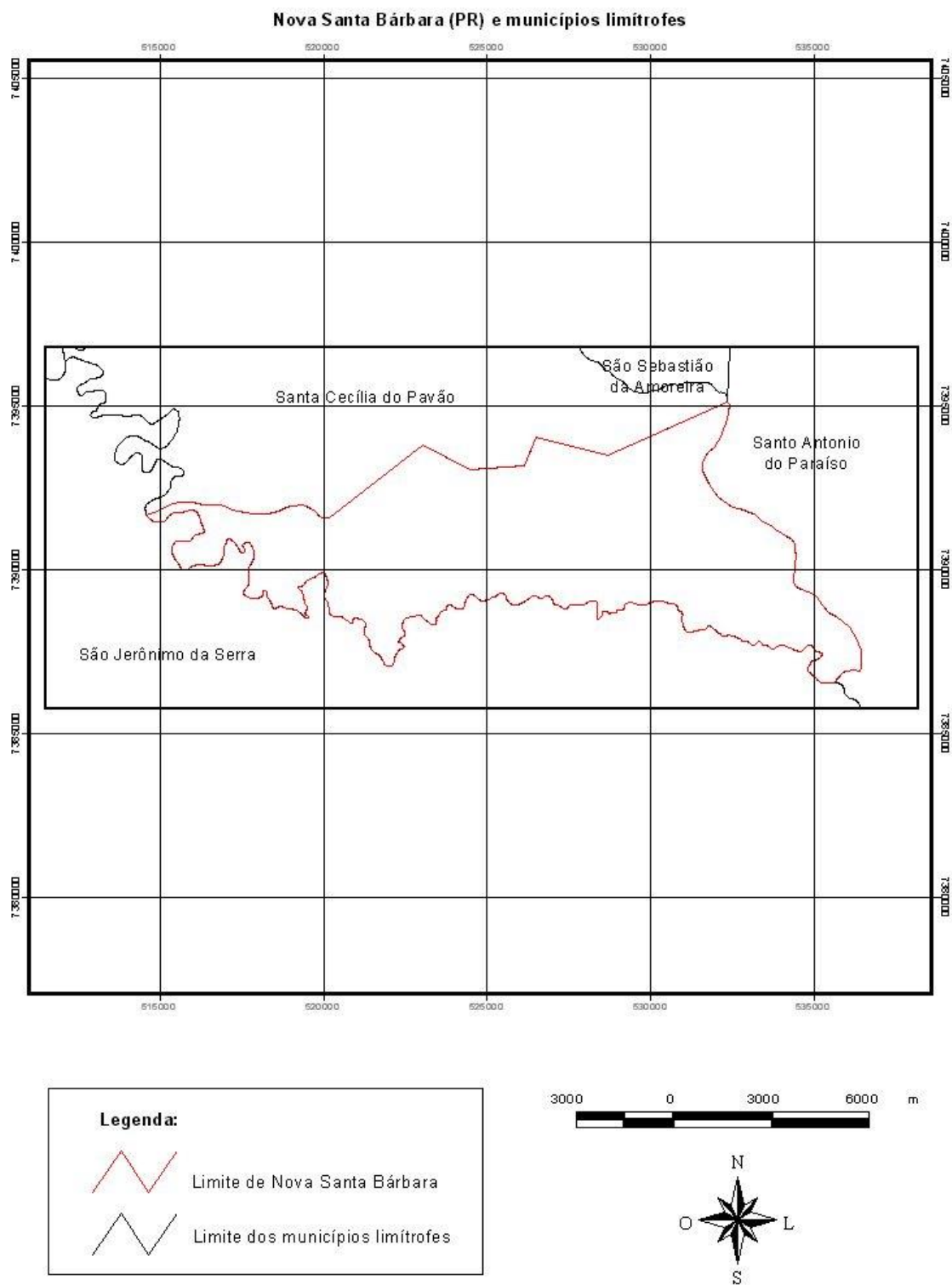
Em 1991, realizou-se o plebiscito a fim de que a população se manifestasse no sentido de aceitar ou não a transferência de Nova Santa Bárbara para município. Fez-se necessário cadastrar a população que votaria no plebiscito, e esclarecer a importância do voto da maioria da população e como seria o transporte até os locais de votação (MORAES, 199-?).

“O dia do plebiscito chegou. Das 7:30 às 17 horas, uma multidão se concentrou nas quatro salas do Colégio Estadual Antonio Carlos Gomes para a chamada “consulta plebiscitária”. 1.568 pessoas foram cadastradas para votar”

(MORAES, 199-?, p. 181). A realização do plebiscito foi pacífica, tendo como resultado 1.505 votantes, sendo que 1.366 optaram pela emancipação, e 112 foram contrários a esta, havendo 11 votos em branco e 16 votos nulos (MORAES, 199-?).

Após este resultado, toda a comitiva retornou a Santa Bárbara para comemorar o fato que expressou o anseio popular de muitos anos, reivindicação antiga dos moradores da comunidade. “Em frente ao salão de festas da igreja católica, armou-se um palanque improvisado onde foi instalado aparelhagem de som e foi transmitido ao povo o resultado favorável ao som da música e fogos de artifício, que traduziam a alegria popular” (MORAES, 199-?, p. 181).

No ano de 1993 o município foi instalado oficialmente (FIGURA 06) e no decorrer dos primeiros anos de sua existência alguns avanços foram auferidos no intuito de ratificar seu crescimento, suprimindo as carências do município recém-criado. Algumas das conquistas nesse sentido que caracterizam a infraestrutura e prestação de serviços existentes no município foram: “a substituição de luminárias na cidade, o serviço de água que passou para a Fundação Nacional de Saúde, a municipalização do ensino, readequação de estradas” (MORAES, 199-?, p. 187).



ORGANIZAÇÃO: LUZ, 2011.

FIGURA 06 – Nova Santa Bárbara (PR) e municípios limítrofes
FONTE: LUZ, 2011.

3.5. SÃO JERÔNIMO DA SERRA E NOVA SANTA BÁRBARA: A PAISAGEM E A POTENCIALIDADE TURÍSTICA

Para elucidar a paisagem rural constituída a partir da (re)ocupação do Norte Pioneiro menciona-se em linhas gerais como este processo geográfico ocorreu no Norte do Paraná que segundo Müller (2007) era composta de dois elementos distintos e inseparáveis a colonização rural e a fundação de núcleos urbanos.

Dedicando-se atenção a colonização rural⁴⁴, fato de destaque para o entendimento de alguns aspectos referentes à formação da paisagem rural na área abordada. A respeito desse evento admite-se que o elemento básico da posse da terra foi o café, fator da unidade paisagística da região e de sua individualidade no conjunto do Estado. Embora, a grande importância do café fosse óbvia para qualquer observador dessa época, um exame mais apurado verificava variações de forma e de intensidade na posse da terra efetuada por este. Desse modo, conforme as ideias de Müller (2007) nesse conjunto uniforme em suas grandes linhas, se o café foi na maioria dos casos figura de primeiro plano, em outros, este pode ter desempenhado papel menos relevante, e até mesmo secundário.

Essa autora ainda esclarece

A área em que o café domina é a das terras altas, a isso obrigado pelas injunções climáticas, a fim de fugir da geada. Os pequenos espigões de direção N-S, a Leste do Tibagi, o enorme espigão mestre que de L-W separa as bacias do Ivaí e Paranapanema, bem como os espigões secundários suficientemente amplos, - esse é o domínio em que reina o café. No plano dos 400-600 m, ou mesmo no de 600-1.000 m, o café dirige a ocupação do solo. Esta é bastante uniforme: fugindo aos vales e depressões, o café começa à meia-vertente a subida para o espigão, deixando as terras mais baixas para os pastos e outras culturas. Paralelas aos cursos d'água, formam-se, assim, faixas de ocupação diferenciada em altitude que, com o verde esmaecido dos pastos e carregado dos cafezais, traçam as linhas mestras da paisagem (MÜLLER, 2007, p. 45).

As unidades paisagísticas locais consistiam nos elementos que diferenciavam esse grande cenário. Assim, nas áreas em que predominavam a pequena

⁴⁴ Vale mencionar que ao lado da colonização rural, como elemento distinto da ocupação, mas dela inseparáveis estão os núcleos urbanos. Segundo Müller (2007), São Jerônimo da Serra, um dos municípios abordados, na época chamado de Araiporanga, consiste em raros casos de cidades que se originaram independentemente da valorização da região em que se encontravam.

propriedade, aparece frequentemente, entre a faixa de pastos e a de café, um terceiro domínio, representado por culturas variadas (MÜLLER, 2007).

Essas culturas variadas eram provenientes do pequeno produtor, do sitiante, de finanças mais precárias que o fazendeiro, e que buscava prover a sua subsistência plantando cereais (milho, arroz), mandioca e outros produtos. Com o incremento desses novos campos de cultivo, a paisagem se diversificava, ganhando em variedades e colorido (MÜLLER, 2007).

Ainda, essas paisagens embora fossem as mais típicas da região, podiam ser substituídas por variações do mesmo tema. Pois, na região do rio das Cinzas, onde a ‘terra roxa’ só aparecia em manchas, o café, não se apresentava em manto contínuo. Os cafezais surgiam ilhados em áreas ocupadas por pastos e outras culturas, desaparecendo a diferenciação da ocupação em andares verticais para se impor uma variação no próprio plano horizontal (MÜLLER, 2007).

A análise de alguns dados obtidos durante a pesquisa: tamanho da propriedade em alqueires utilizado para cultivo; tipo de cultivo e principais produtos cultivados possibilita compreender os aspectos paisagísticos que permanecem na área estudada e quais elementos foram acrescentados nesta. Para tal apreciação tratam-se dos resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários, iniciando-se pela abordagem da quantidade de alqueires da propriedade para cultivo (QUADROS 07 e 08).

Cultivo (alqueires)	%
0	7,7
0,25	17,7
0,5	4,7
0,75	1,5
1	7,7
1,5	7,7
2	5,3
2,5	9,2
3	11,5
3,5	6,1
4	3,8
4,5	0,8
5	9,2
6	1,5
6,5	1,6
7	0,8

Continua...

Cultivo (alqueires)	%
7,5	0,8
8	1,6
Não respondeu	0,8
TOTAL	100

QUADRO 07 – Alqueires utilizados para cultivo nas propriedades de São Jerônimo da Serra.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Cultivo (alqueires)	%
0,25	73,3
3	6,7
12	6,6
15	6,7
20	6,7
TOTAL	100

QUADRO 08 – Alqueires utilizados para cultivo nas propriedades de Nova Santa Bárbara.

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Verifica-se que a quantidade de alqueires utilizados na propriedade é pequena, logicamente em função do tamanho das propriedades já tratado anteriormente. Em algumas propriedades localizadas em vilas rurais, devido a pequena dimensão do lote (0,25 alqueires) são utilizadas em toda sua extensão, correspondendo a 17,7% dos entrevistados em São Jerônimo da Serra e 73,3% em Nova Santa Bárbara, salientando que estes percentuais são os maiores nos dois municípios. Também é válido destacar que em alguns assentamentos rurais de São Jerônimo da Serra não se verificou nenhum tipo de cultivo, sendo 7,7% dos entrevistados nessa situação.

Percebe-se que nas unidades paisagísticas locais, quais sejam as comunidades rurais, assentamentos e vilas rurais reconhecidas na pesquisa predomina a presença de pequenos proprietários de terra – pequenos produtores, sítiantes – que exercem considerável papel na formação da paisagem com seu labor. Os diferentes usos das propriedades observam-se a seguir (QUADROS 09 e 10).

Uso da propriedade	%
Lavoura / pastagem	22,3
Pastagem / outra	1,6
Outra	5,4
Lavoura	23,9
Lavoura / outra	9,2
Pastagem	3,8
Lavoura / pastagem / outra	33
Não respondeu	0,8
TOTAL	100

QUADRO 09 – Uso das propriedades em São Jerônimo da Serra.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Uso da propriedade	%
Lavoura / Outra	20
Outra	13,3
Lavoura	66,7
TOTAL	100

QUADRO 10 – Uso das propriedades em Nova Santa Bárbara.
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em São Jerônimo da Serra os principais usos referem-se a: lavoura, pastagem, outra com 33%; somente lavoura com 23,9%, lavoura e pastagem correspondendo a 22,3% das respostas. Em Nova Santa Bárbara o uso predominante foi lavoura com 66,7%; em seguida aparece o uso para lavoura e outra com 20%, e outra com 13,3%. A alternativa 'outra' que se observa nas respostas dadas nos dois municípios condiz ao uso da propriedade para pomar, horta e reflorestamento de eucalipto. Esse tipo de uso ocorre isoladamente ou conjugado a outros tipos de uso em ambos os municípios.

Para especificar os produtos cultivados na área de estudo apresentam-se as seguintes informações (QUADROS 11 e 12).

Principais produtos cultivados na propriedade (2012)	%
Milho / feijão	3
Hortaliças	2,3
Milho / feijão / café / outros	1,5
Feijão	0,8
Arroz / milho / feijão / café	5,3
Milho / feijão / hortaliças	2,3
Milho / feijão / outros	0,8
Milho / feijão / café / hortaliças / outros	3,8
Mandioca / feijão / hortaliças / outros	0,8
Café / outros	1,5
Café	9,2
Arroz / milho / feijão / outros	0,8
Arroz / milho / feijão	0,8
Milho / soja / café / hortaliças / outros	0,8
Outros	2,3
Arroz / milho / feijão / café / outros	1,5
Nenhum tipo de produto	4,7
Cana de açúcar	0,8
Café / frutas	0,8
Milho / feijão / café	1,5
Feijão / café	1,5
Café / hortaliças	2,3
Arroz / mandioca / feijão / café	0,8
Mandioca / café	0,8
Mandioca / feijão	0,8
Mandioca / milho / feijão	1,5
Mandioca / milho / feijão / frutas	0,8
Milho / feijão / café / hortaliças	6,1
Arroz / mandioca / suínos / milho / aves / feijão / café / hortaliças / frutas	0,8
Arroz / milho / soja / feijão / café	0,8
Arroz / mandioca / milho / feijão / café / hortaliças	1,5
Arroz / milho / feijão / café / hortaliças	2,3
Arroz / mandioca / milho / feijão / café	2,3
Mandioca / milho / tubérculos / feijão / café / hortaliças / frutas / outros	0,8
Arroz / mandioca / milho / cana / aves / feijão / café / hortaliças	0,8
Mandioca / milho / tubérculos / feijão / café	0,8
Arroz / mandioca / milho / feijão / café / hortaliças / outros	0,8
Arroz / feijão / café / hortaliças / outros	1,5
Arroz / mandioca / milho / café	1,5
Arroz / feijão	1,5
Arroz / milho / feijão / café / hortaliças / outros	3,8
Mandioca / milho / feijão / café / hortaliças	1,5
Arroz / milho / café / hortaliças / outros	0,8

Continua...

Principais produtos cultivados na propriedade (2012)	%
Arroz / mandioca / tubérculos / feijão	0,8
Mandioca / milho / café / hortaliças / frutas / outros	0,8
Arroz / mandioca / feijão / café / hortaliças	0,8
Arroz / mandioca / feijão / café / hortaliças / outros	0,8
Milho / café / hortaliças	2,3
Arroz / feijão / café / hortaliças	0,8
Milho / feijão / café / outros	3
Milho / café	0,8
Milho / tubérculos / feijão / hortaliças / outros	1,5
Arroz / mandioca / milho / feijão / café / outros	1,5
Mandioca / milho / feijão / café	0,8
Mandioca / milho / feijão / hortaliças	0,8
Milho / feijão / hortaliças / outros	0,8
Arroz / milho / soja / feijão / café / hortaliças	0,8
Milho / feijão / hortaliças / frutas / outros	1,5
Arroz / mandioca / milho / feijão / hortaliças / outros	0,8
TOTAL	100

QUADRO 11 – Produtos cultivados nas propriedades em São Jerônimo da Serra (2012).
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Principais produtos cultivados na propriedade (2012)	%
Milho / soja / hortaliças / outros	6,7
Outros / frutas	6,7
Milho / soja / outros	13,3
Hortaliças / outros	6,7
Café	13,3
Café / feijão	6,7
Feijão	6,7
Feijão / milho	6,7
Hortaliças / frutas	6,7
Hortaliças	6,6
Mandioca	6,6
Milho / café	13,3
TOTAL	100

QUADRO 12 – Produtos cultivados nas propriedades em Nova Santa Bárbara (2012).
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Os quadros acima demonstram a diversidade de culturas em ambos. Considerando os percentuais a partir de 3% em São Jerônimo da Serra: milho e feijão (3%); arroz, milho, feijão, café (5,3%); milho, feijão, café, hortaliças, outros (3,8%); café (9,2%); nenhum tipo de produto (4,7%); milho, feijão, café, hortaliças

(6,1%); arroz, milho, feijão, café, hortaliças, outros (3,8%); milho, feijão, café, outros (3%). Nota-se que os produtos milho e feijão se sobressaem nas propriedades que produzem várias culturas, assim como estes cultivos são recorrentes nas demais respostas. O café produzido isoladamente ou associado a outras culturas se destaca nos resultados superiores e também no restante. A resposta 'outros' refere-se na maioria das vezes ao produto eucalipto, que surge nos resultados enfatizados e em boa parte dos demais.

Após as décadas de sessenta e setenta ocorreu nesse município um processo de diversificação agrícola, passando a fazer parte de sua paisagem rural as plantações de soja, milho, trigo, arroz, feijão, hortaliças, etc. além da criação de gado. De acordo com o Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra (2011) o plantio de soja, trigo e milho cresceram substancialmente. Também se menciona que nas pequenas propriedades (até 50 hectares) verifica-se boa diversificação do uso da terra entre lavouras temporárias (soja, milho, trigo e olerícolas), lavouras permanentes (café e eucalipto) e pastagens.

Ainda, no caso de São Jerônimo da Serra verificaram-se em três tipos de respostas o cultivo de soja que juntamente com o reflorestamento de eucalipto significam novos tipos de uso que ao longo do tempo transformaram a paisagem analisada. Quanto a pecuária, tem-se a criação de gado (FIGURA 07) pela presença de pastagens nas pequenas propriedades, e a criação de aves e suínos que aparecem em algumas respostas.



FIGURA 07 – Criação de gado bovino (Comunidade rural do Tigre em São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

A área de eucalipto em São Jerônimo da Serra encontra-se em expansão, conforme dados do Plano Diretor Municipal (2007) a área plantada ultrapassa 6.000 hectares, passando a ocupar áreas de lavouras nas pequenas propriedades e pastagens nas grandes, existindo cerca de 1.000 produtores de eucalipto. Observou-se na paisagem que este cultivo ocorre em topos de morros (FIGURA 08) e nos espigões nas margens das estradas principais (FIGURA 09), em algumas cenas registradas esta cultura exerce predomínio e parece recortar a paisagem de várias formas (FIGURA 10), também se percebe diferentes estágios crescimento da planta na área rural de São Jerônimo da Serra (FIGURA 11).



FIGURA 08 – Reflorestamento de eucalipto no topo do morro (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 09 – Reflorestamento de eucalipto na beira da estrada (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 10 – Predomínio de reflorestamento de eucalipto na paisagem (área rural de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 11 – Reflorestamento de eucalipto em fase de início de crescimento (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Já, o cultivo de soja representa 17% da área total do município e 60% da área de cultivo de lavouras temporárias. Sendo cultivada por pequenos, médios e grandes produtores, apresentando-se de forma mais expressiva em grandes propriedades. Sua comercialização realiza-se por intermédio de cooperativas e empresas (Corol, Integrada, Bunge, Seara e Villela).

No município de Nova Santa Bárbara, os percentuais menores correspondem a 6,6% para hortaliças e mandioca, em seguida tem-se 6,7% para milho, soja, hortaliças, outros; outros e frutas; hortaliças e outros; café e feijão; feijão; feijão e milho; hortaliças e frutas, depois 13,3% no caso de milho, soja e outros; somente café, e ainda milho e café. Notam-se tipos de culturas variadas nas propriedades pesquisadas, alguns produtos aparecendo mais vezes nas respostas, como por exemplo, milho, café e feijão. 'Outros' exprimem produtos como eucalipto e trigo

dados como resposta em alguns questionários. Esses são elementos novos na paisagem do município, juntamente com o cultivo de soja que também se observa no local.

Conforme o Plano Diretor Municipal de Nova Santa Bárbara (2007) destacavam-se no município as culturas de soja com 90 produtores com área plantada de 5.200 hectares, milho com 105 produtores e área plantada de 600 hectares, e trigo com 51 produtores e 3.650 hectares de área plantada. Segundo o documento estas culturas apresentam as maiores arrecadações para o município. Estes produtos são armazenados e comercializados através da presença das cooperativas Corol e Integrada e de empresas particulares como a Bunge.

Portanto, através dessa amostragem do universo pesquisado, percebe-se a presença do cultivo de café, elemento historicamente importante para formação da unidade paisagística, que contribuiu para a individualidade da região em que os municípios estudados se inserem. Não obstante, assim como Müller explica um olhar mais atento observa variações na paisagem rural devido a presença de outros tipos de uso, quais sejam as pastagens, diversos tipos de culturas (milho, feijão, arroz, mandioca, dentre outros produtos apresentados), alguns tipos de criação de animais, e ainda o cultivo de soja, trigo e reflorestamento, elementos que originariamente não pertenceram a formação dessa paisagem devido ao contexto socioeconômico do período histórico em questão.

Comparando a paisagem rural da atualidade nos municípios estudados com as considerações de Müller, confirma-se a diversidade da paisagem também pela ocupação alternada conforme a variação de altitude, assim as plantações de café ainda continuam nas partes mais altas e os pastos e outras culturas nas porções baixas (FIGURA 12).



FIGURA 12 – Plantação de café no Distrito de Terra Nova
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Müller (2007) ainda explica que nas áreas de conquista recente, enquanto o café estava sendo plantado ou ainda não havia produção, o sitiante necessitava então garantir a manutenção da família e contava com um elemento comercial de produção rápida, como o algodão. E em algumas áreas em que a ‘terra roxa’ ocorria de forma limitada, o sitiante era levado a adotar a batata como segundo produto comercial a fim de aproveitar os solos arenosos. E de acordo com a posição do sítio, podia acontecer uma inversão na ordem de ocupação: batata nas terras altas, café no andar intermediário e, nas terras mais baixas os pastos e arroz.

No parágrafo anterior, as considerações de Müller menciona novamente a disposição das culturas conforme a diferenciação do relevo e chama a atenção para um produto existente na época de sua análise – o algodão. Perante os resultados obtidos na pesquisa não se constatou o plantio de algodão no ano de 2012 em nenhum dos municípios estudados. Entretanto, uma das indagações feitas aos entrevistados relaciona-se a mudança do tipo de cultivo produzido na propriedade desde que a adquiriu, sobre esta questão tem-se os seguintes resultados: para São Jerônimo da Serra a mudança de cultivo nas propriedades atingiu o percentual de

14,6% contra 85,4%. E, em Nova Santa Bárbara foram 26,7% dos entrevistados que responderam 'sim' para mudança, e 73,3% disseram 'não'. E, interrogados sobre os motivos da mudança e quanto ao antigo e o novo cultivo, em São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara observou-se que dentre o maior número de respostas o produto antes cultivado era o algodão. As causas da modificação de cultivo verificadas a partir dos questionários são: dificuldades para conseguir preços altos no mercado e problemas no controle de pragas devido ao uso de agrotóxicos fortes que prejudicavam a saúde. A substituição se efetuou pelo cultivo de arroz, feijão, milho, café e produção de pastagens para criar gado.

Especificamente sobre São Jerônimo da Serra as informações do Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra (2011) indica que houve uma redução dos produtores de algodão em seu território, visto que em 2005 existiam 20 produtores com área plantada de 50 hectares e rendimento de 1.850 quilos por hectare; no ano de 2006 decaíram para 12 produtores com área plantada de 250 hectares e rendimento de 800 quilos por hectare; e em 2007 eram 4 produtores com 10 hectares de área plantada e um rendimento de 800 quilos por hectare.

Relativo ao assunto ainda teve-se outras respostas: alguns tipos de culturas como arroz, feijão, amendoim foram substituídas pela criação de gado (bovino e caprino) e pelo reflorestamento de eucalipto por causa da baixa rentabilidade; alguns entrevistados lidavam com sericicultura⁴⁵ e devido a considerarem a atividade pouco rentável em função da dispendiosa mão de obra e as dificuldades para transporte do produto a substituíram pela plantação de café e eucalipto; e criação de gado alterada para plantio de café.

Outra informação que auxilia no entendimento da formação da paisagem diz respeito ao tipo de técnica empregada nos diferentes tipos de produção presentes nas propriedades. E, em função da pequena dimensão das propriedades e das características das áreas destinadas ao cultivo localizadas em terrenos inclinados, em São Jerônimo da Serra 27% dos entrevistados utiliza algum tipo de máquina agrícola e 73% não fazem uso. No outro município estudado 33,3% utilizam e 66,7% não. O uso do maquinário agrícola conferiu-se na maioria das respostas obtidas

⁴⁵ Conforme o plano diretor este tipo de produção de origem animal começou no município a partir de 2003 tendo nesse ano uma produção de 336 quilogramas, em 2004 de 372, reduzindo para 267 quilogramas em 2005 e 224 em 2006 (PLANO DIRETOR MUNICIPAL – SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

para as propriedades a partir de 10 alqueires, e as máquinas usadas são trator, colheitadeira, plantadeira, pulverizador⁴⁶.

No tocante ao destino da produção obteve-se o seguinte quadro (QUADROS 13 e 14).

Destino da produção da propriedade	%
Outros	76,1
Comércio da cidade / Outros	2,3
Cooperativa	7,7
Comércio da cidade	2,3
Cooperativa / outros	10
Feira do produtor / comércio da cidade / outros	0,8
Não tem cultivo	0,8
TOTAL	100

QUADRO 13 – Destino da produção das propriedades em São Jerônimo da Serra (2012).

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Destino da produção da propriedade	%
Cooperativa / Outros	6,7
Outros	73,3
Cooperativa	13,3
Comércio da cidade / Outros	6,7
TOTAL	100

QUADRO 14 – Destino da produção das propriedades em Nova Santa Bárbara (2012).

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nesse aspecto analisa-se que em São Jerônimo da Serra 76,1% responderam 'outros' que se remetem na maioria das vezes a destinação da produção para consumo próprio, quando não significam a venda de café e eucalipto para compradores da mesma localidade, e ainda para outra localidade rural ou município (Londrina, Nova Santa Bárbara). A produção destinada a cooperativa e outros teve 10% das respostas e somente para cooperativa 7,7%. Ainda aparecem com 2,3% das respostas, comércio da cidade e outros, e somente comércio da cidade. Com menos de 1%, feira de produtor, comércio da cidade, outros e propriedades sem cultivo.

Sobre o café que ocupa em São Jerônimo da Serra 1,75% da área total do município e 85% das lavouras permanentes, sendo cultivado por pequenos, médios

⁴⁶ Em 2006 registrou-se 177 estabelecimentos agropecuários com tratores no município (PLANO DIRETOR MUNICIPAL – SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

e grandes produtores. Mas, principalmente por pequenos produtores, que comercializam o produto em Cooperativas como Corol e Integrada e também com intermediários. Quanto a infraestrutura de secagem predomina os terreiros de cimento, contudo há um grande número de produtores que não possui essa instalação e seca o café sobre encerados ou diretamente no chão. O município conta com Associação Municipal de Produtores Rurais (APROSSERRA) que possui 45 associados, os quais gerenciam a máquina de beneficiamento de café ambulante. Tal associação possui um barracão na sede municipal em que funciona uma Central de Classificação e Padronização de Café, Cereais e Tomate⁴⁷ (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

Entre as comunidades do município, a Terra Nova destaca-se como a mais importante na produção cafeeira, possuindo as condições climáticas e de altitude mais favorável no município para o desenvolvimento da cultura. A comunidade sempre teve na cultura e isso explica porque 90% do café, no sistema tradicional, está localizado nesta região. As lavouras são antigas, com mais de 20 anos e muitas delas se encontram em estado de depauperamento (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

Quanto a Nova Santa Bárbara 73,3% também referem-se a opção 'outros' expressando que a produção nessas propriedades se destinam ao consumo e ao Ceasa (Central de Abastecimento do Paraná S/A). Na sequência tem-se 13,3% para as cooperativas, e 6,7% para cooperativa e outros; comércio da cidade e outros, em ambos os casos 'outros' refere-se ao Ceasa.

Devido a predominância da pequena propriedade outro elemento que se percebia na paisagem rural do Norte Paranaense era o 'habitat' disperso. Este correspondia a existência de uma casa a cada lote, criava-se assim um corredor de habitações, mais ou menos alinhadas a meia-vertente, separadas umas das outras por espaços variáveis. Estas habitações situavam-se geralmente na faixa de pastos, pouco distantes do curso d'água, quase sempre no ponto em que as vertentes

⁴⁷ Mediante informações do Plano Diretor Municipal – São Jerônimo da Serra (2011) o município possui considerável número de olericultores, sobretudo que produzem tomates, e ainda feijão-vagem, pepino, pimentão, abobrinha, repolho e berinjela. A prática de olericultura expressa uma opção de diversificação do uso da terra em pequenas propriedades. Porém, somente um grupo de antigos produtores se encontra organizado, vendendo em conjunto diretamente para grandes redes de supermercado. Esta atividade econômica está individualizada e falta planejamento no plantio. A comercialização destina-se ao Ceasa de Londrina e mercados locais.

deixam seu perfil de inclinação suave para caírem abruptamente sobre os rios (MÜLLER, 2007).

Estas eram cercadas de árvores frutíferas, demonstrando a humanização da paisagem, ademais sobre tal aspecto podem-se citar as benfeitorias que ficam adjuntas, tais como: depósitos, celeiros, cercados para o gado ou animais domésticos, as próprias cercas que delimitavam o pasto (MÜLLER, 2007).

Müller (2007) afirma que essas paisagens oriundas de uma ocupação de solo típica e generalizada, podiam passar despercebidas ao observador pouco avisado, uma vez que viajando-se pela ferrovia ou pela estrada principal, que seguiam pelo espigão mestre, a única visão que se tinha era a de cafezais. Assim, para que a real ocupação fosse percebida, era preciso descer as estradas secundárias e vicinais e atingir os vales.

Com relação aos aspectos paisagísticos de habitação descritos por Müller é possível articular alguns comentários interpretativos acerca do cenário estudado. O mesmo padrão de ocupação dispersa das habitações ainda se percebe nas comunidades rurais e também nos assentamentos rurais, exceto, nas vilas rurais em função da extensão das propriedades, as residências se encontram mais agrupadas. O arranjo das construções em consequência do relevo na maioria das propriedades possui a mesma caracterização identificada por Müller, ou seja, estão dispostas próximas ao curso de água, porém na parte plana do terreno (FIGURA 13). O entorno das moradas caracteriza-se pela presença de árvores frutíferas ou de espécies nativas, em algumas propriedades observou-se também a presença de algumas instalações que auxiliam no trabalho diário, e ainda cercado para animais ou para proteção da propriedade.



FIGURA 13 – Habitação na área rural de São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em algumas áreas planas observou-se um verdadeiro corredor de habitações, contendo uma morada em cada lote e separadas por espaços variáveis, situadas nas margens da estrada principal (FIGURA 14). E, em outras era necessário afastar-se da estrada principal no espigão mestre e dirigir-se através de uma estrada secundária que dava acesso até as propriedades nos vales (FIGURA 15).



FIGURA 14 – Habitação na beira da estrada (caminho para Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 15 – Habitação e estrada de acesso (área rural de São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

A propósito do assunto, pode-se elucidá-lo também com os aspectos característicos da construção das casas nas propriedades dos municípios estudados (FIGURAS 16 e 17).

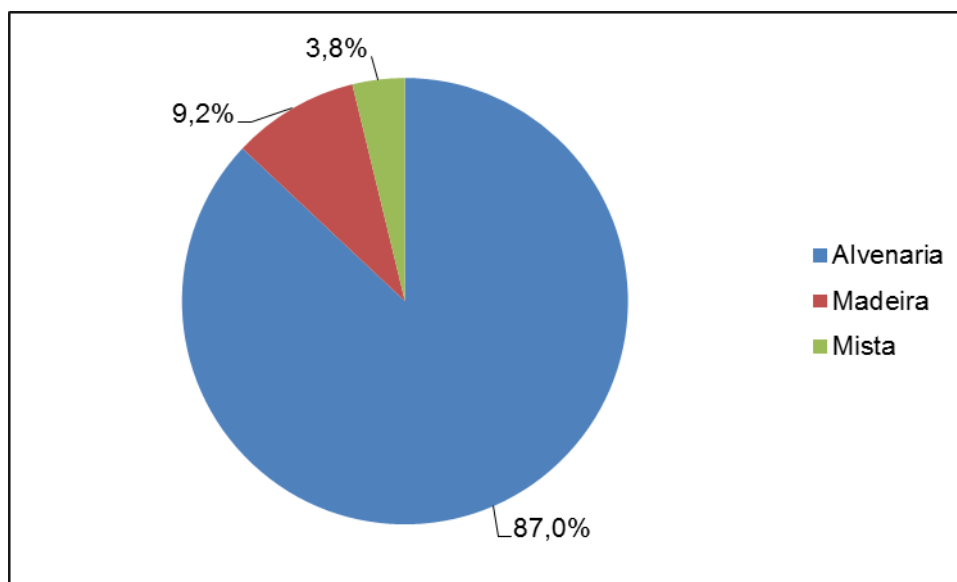


FIGURA 16 – Tipo de construção das casas nas propriedades de São Jerônimo da Serra
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

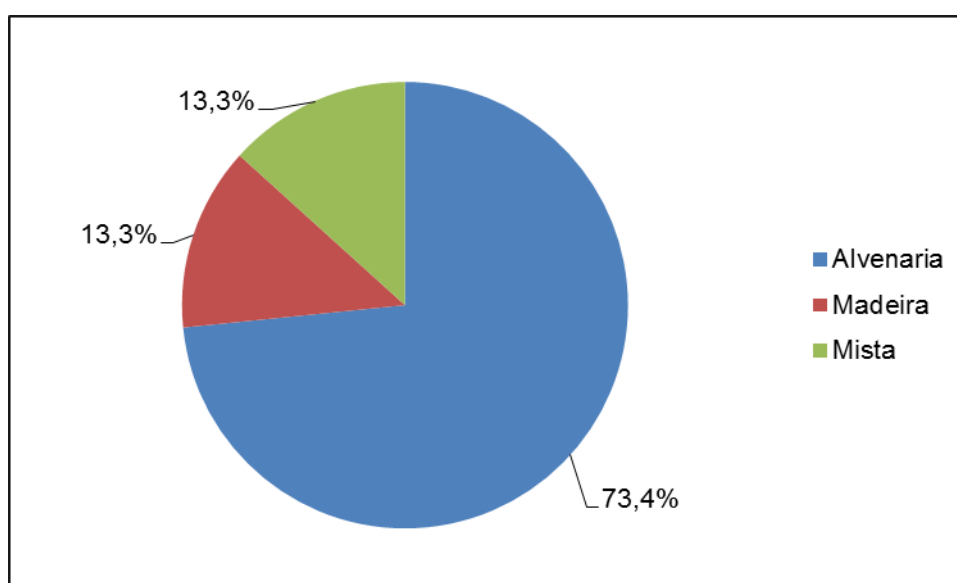


FIGURA 17 – Tipo de construção das casas nas propriedades de Nova Santa Bárbara
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

O tipo de material construtivo predominante das casas em São Jerônimo da Serra é de alvenaria com 87%, o seguinte é madeira (tábuas) com 9,2% e por último misto com 3,8%. Nova Santa Bárbara apresenta: alvenaria com 73,4%; madeira (tábuas) e mista com 13,3% cada um.

E, para exemplificar aspectos da cultura manifestada pelas pessoas formadoras da paisagem analisada, transcreve-se que:

[...] as comunidades rurais do norte e oeste do Paraná mantiveram muitos aspectos de suas culturas regionais e de suas religiosidades. Apesar de estarem distantes de seus locais de nascimento, de suas comunidades originárias [...] As populações que para o norte e oeste do Paraná vieram, apesar de longe de seus povoados, de suas famílias, de seus parentes e vizinhos, mantiveram formas de convívio ou privacidades herdadas dessas comunidades de origem. [...]

Nas descrições de caráter religioso, a solidariedade é sempre lembrada como um componente ativo nos eventos promovidos pela sociedade. A solidariedade das festas religiosas sempre aparece descrita a partir da fartura de alimentos existente nesses eventos. Frango assado, leitoa assada, sacas de feijão, de arroz, café etc. faziam parte das doações da população para o evento, que podia ser uma festa junina ou comemorações dedicadas ao padroeiro da cidade (MOTA, 2005, p. 86).

Ainda, fazendo referência ao aspecto religioso presente nos municípios abordados perguntou-se sobre qual era a religião seguida; frequência na igreja; igreja frequentada; existência de comemorações religiosas na comunidade e quais eram tais comemorações. Quanto a religião adotada pelos entrevistados teve-se o seguinte resultado (FIGURAS 18 e 19).

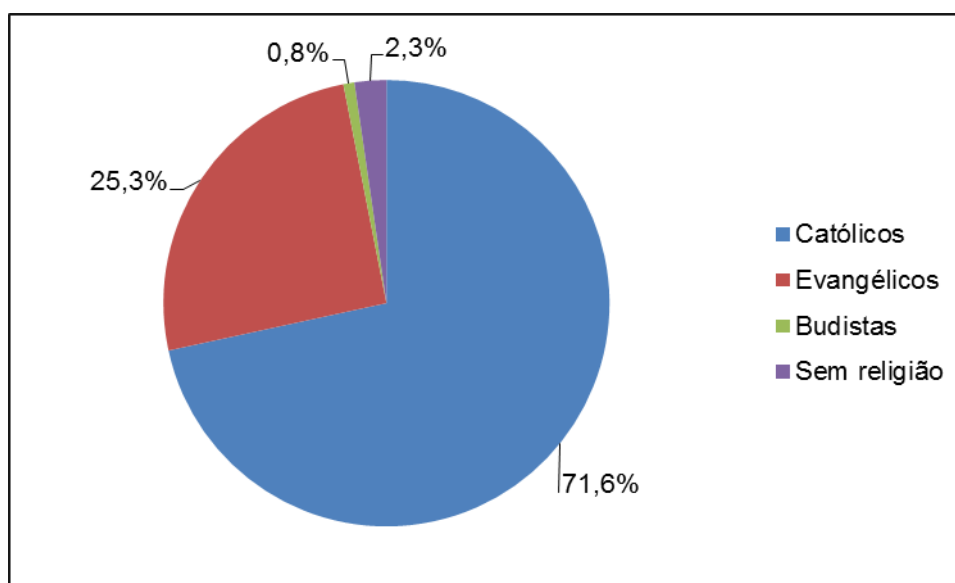


FIGURA 18 – Religião dos entrevistados em São Jerônimo da Serra (área rural)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

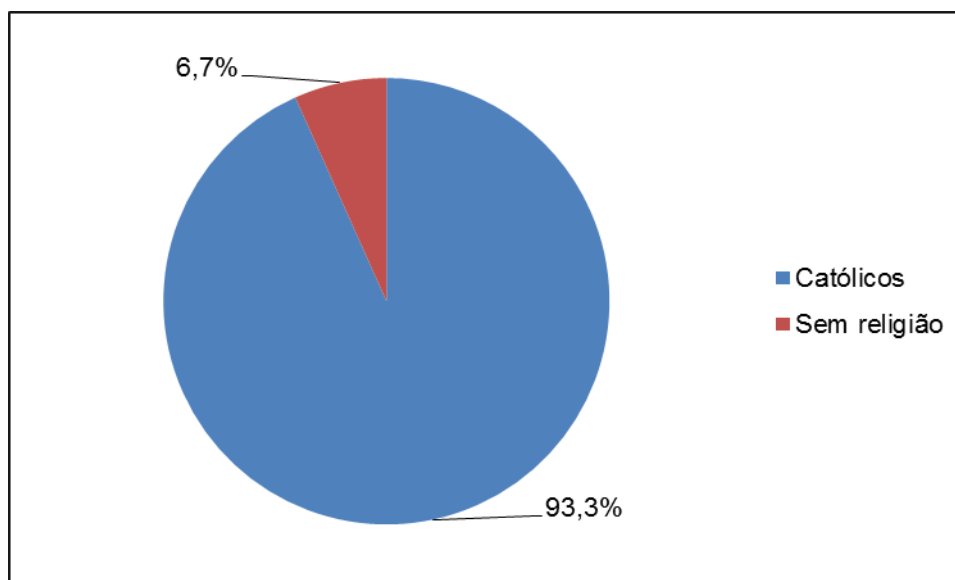


FIGURA 19 – Religião dos entrevistados em Nova Santa Bárbara (área rural)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em São Jerônimo da Serra 71,6% dos entrevistados são católicos, 25,3% evangélicos, 2,3% declararam-se sem religião, e 0,8% budistas⁴⁸. Para Nova Santa Bárbara tem-se 93,3% de religião católica e 6,7% sem religião. Observa-se o predomínio da religião católica, esta que já possuía expressividade nessa paisagem desde o passado histórico de formação dos municípios, mantendo-se até o momento atual. Quanto a frequência na igreja em São Jerônimo da Serra 90% responderam sim; 8,5% não frequentam, e 1,5% não respondeu. Já, em Nova Santa Bárbara 80% vão a igreja e 20% não. As igrejas frequentadas são tratadas a seguir (QUADROS 15 e 16).

Igrejas frequentadas	%
Assembleia de Deus	11,5
Congregação Cristã	7,7
Igreja Batista	2,3
Igreja de Passo Liso (Nossa Senhora das Graças)	2,3
Igreja de São João Pinhal	5,3
Igreja de São Jorge (Água do Tigre)	10

Continua...

⁴⁸ Esta religião corresponde ao percentual de 4,7% dos entrevistados declarados como amarelos. Ainda, nesse item sobre etnia teve-se os seguintes resultados na área rural de São Jerônimo da Serra: 42,3% pardos; 40% brancos; 10% negros e 3% indígenas. Na área rural de Nova Santa Bárbara os resultados obtidos foram: 60% declararam-se pardos; 33,3% brancos e 6,7% são negros. Fez-se a mesma pergunta na área urbana dos municípios. Em São Jerônimo da Serra teve-se: 55,4% brancos; 29,2% pardos; 6,2% indígenas; 5,4% amarelos e 3,8% negros. E em Nova Santa Bárbara: 49,3% brancos; 38,7% pardos; 5,3% negros; 4% indígenas e 2,7% amarelos. Nesses resultados exemplificam-se parte dos sucessores daqueles precursores já mencionados, que contribuíram para a composição populacional dos municípios.

Igrejas frequentadas	%
Igreja de Terra Nova (Capela Santa Luzia)	11,5
Igreja do Assentamento Amélia	3
Igreja do Assentamento Dom Elder	28,4
Igreja do Assentamento Dom Elder / Igreja de Terra Nova	0,8
Igreja do Assentamento Palmares	0,8
Igreja do Assentamento Palmares / Igreja de Terra Nova	0,8
Igreja do Reino de Deus	0,8
Igreja Matriz de São Jerônimo da Serra	4,7
Igreja Matriz de São Jerônimo da Serra / Igreja do Assentamento Amélia	0,8
Igreja Mundial do Poder de Deus	2,3
Não respondeu	7
TOTAL	100

QUADRO 15 – Igrejas frequentadas em São Jerônimo da Serra (área rural)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Igrejas frequentadas	%
Igreja Matriz	20
Igreja Matriz / Capela São José / Igreja da Vila Rural Sol Nascente	6,6
Igreja Matriz / Capela São José	6,7
Capela São José	40
Capela São José / Capela do Pocinho	6,7
Não respondeu	20
TOTAL	100

QUADRO 16 – Igrejas frequentadas em Nova Santa Bárbara (área rural)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

O exame dos quadros acima mostra no caso de São Jerônimo da Serra, logicamente a frequência maior nas igrejas católicas, assim como a presença maior de igrejas católicas distribuídas no município. Em Nova Santa Bárbara as frequências maiores foram para a Capela São José (40%) e a Igreja Matriz (20%), e não se registrou a frequência em igrejas evangélicas.

Sobre a realização de festas religiosas pela igreja na comunidade, 71,5% os entrevistados de São Jerônimo da Serra responderam que sim, são realizadas festas, e 28,5% responderam não. Dos entrevistados em Nova Santa Bárbara 80% disseram sim, e 20% não. Quanto as respostas negativas estas condizem a existência de igrejas evangélicas que não realizam festividades. As festas desenvolvidas na área rural dos municípios apresentam-se em seguida (QUADROS 17 e 18).

Festas realizadas na igreja	%
Festa de São Jerônimo / Festa de Santo Antônio	2,3
Festa de São Jerônimo / outra	1,6
Festa de Santo Antônio	5,3
Festa de Santo Antônio / outra	3
Festa de São Jerônimo	0,8
Outra	57
Não respondeu	30
TOTAL	100

QUADRO 17 – Festas realizadas nas igrejas em São Jerônimo da Serra (área rural)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Festas realizadas na igreja	%
Festa de Santa Bárbara / Festa de São Pedro	6,7
Festa de Santa Bárbara / Festa de São Pedro / Festa de São José	6,7
Festa de São Pedro	13,3
Festa de São Pedro / Festa de São José	6,7
Festa de São José	6,6
Outra	40
Não respondeu	20
TOTAL	100

QUADRO 18 – Festas realizadas nas igrejas em Nova Santa Bárbara (área rural)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

A resposta mais dada em São Jerônimo da Serra foi 'outra' por 57% dos entrevistados, esta opção no caso das igrejas católicas corresponde a: festa de arrecadação da igreja (quermesse), festa de comemoração de final de ano, festa junina, festa de Santa Luzia, festa de São Jorge, festa de Nossa Senhora Aparecida. E para as igrejas evangélicas, expressa as seguintes respostas: festa de aniversário da igreja, festa de dia das crianças, círculo da oração, festa para jovens. Os 20% que não responderam representa as igrejas que não realizam festas. Ainda, foram lembradas a festa de Santo Antônio com 5,3%; festa de São Jerônimo e Santo Antônio com 2,3%; e festa de São Jerônimo com 0,8% das respostas dos entrevistados.

É interessante na análise desse resultado perceber que a população rural entrevistada, embora frequente a igreja matriz do município, não se recordou da tradicional festa do padroeiro da cidade (comemorado no dia 30 de setembro) realizada nesse templo.

A festa do padroeiro São Jerônimo, realizada todo dia 30 de setembro, rememora as antigas festas que traziam gente de todas as partes. Pessoas que alugavam casa em São Jerônimo para poder aproveitar melhor a festa, que durava praticamente uma semana. Vem a lembrança, Guido Zanini saindo de Jataizinho à cavalo com sua família para cuidar dos jogos que aconteciam na festa. Também nos jogos de roleta e outras modalidades, encontrava-se o popular Miro Mello, que junto com Guido Zanini eram também atrações nas festas do padroeiro, pela empolgação que demonstravam em participar do evento tradicional. Duio, Jango Bueno lembram ainda hoje das festas memoráveis que a cidade promoveu, e que foi uma das principais manifestações culturais da cidade por muito tempo (MORAES, 199-?, p. 196).

As festas religiosas mais lembradas pelos entrevistados de Nova Santa Bárbara foram festa junina e quermesse, enquadrando-se na opção 'outra' com 40%. Dos que não responderam (20%) justificam-se por não saberem o nome das festas. Em seguida, destacam-se 13,3% que responderam festa de São Pedro, e os demais com percentuais inferiores mencionaram: festa de São Pedro, festa de Santa Bárbara e festa de São José. Tal observação assemelha-se ao caso do município anterior, festas tradicionais foram pouco lembradas, como por exemplo, a festa de Santa Bárbara, padroeira do município, comemorada no dia 04 de dezembro.

A avaliação dos mesmos resultados na área urbana dos municípios estudados realiza-se a seguir, com as informações acerca da religião adotada pelos entrevistados (FIGURAS 20 e 21).

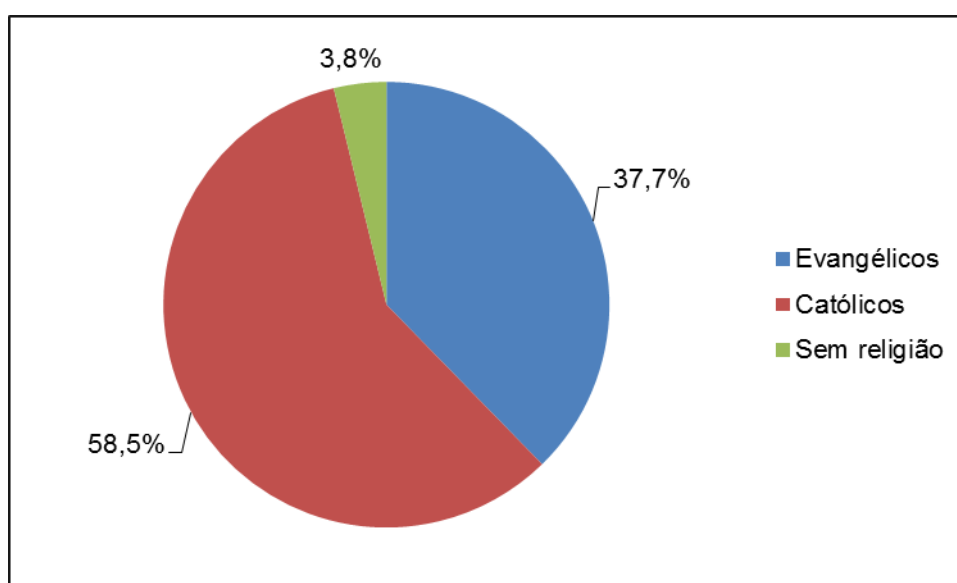


FIGURA 20 – Religião dos entrevistados em São Jerônimo da Serra (área urbana)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

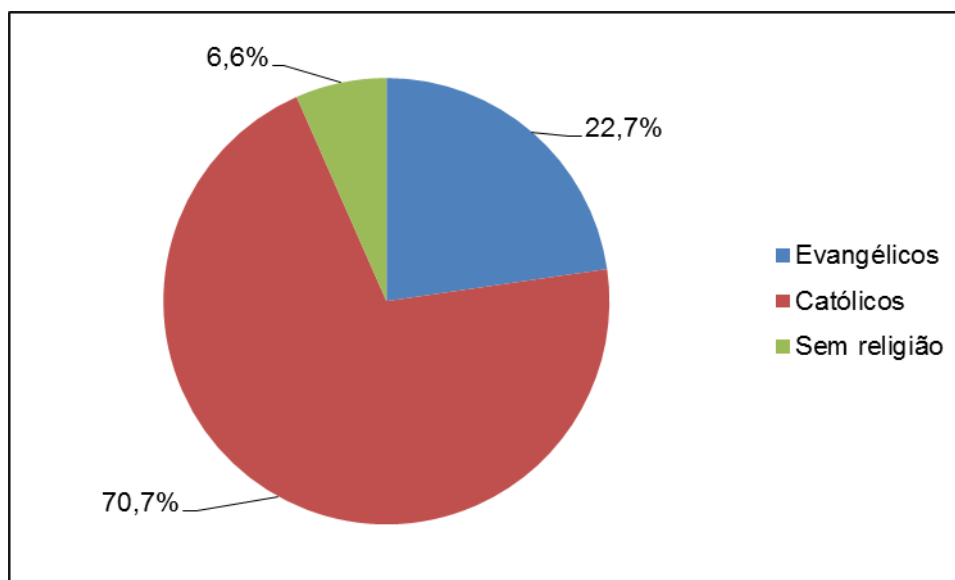


FIGURA 21 – Religião dos entrevistados em Nova Santa Bárbara (área urbana)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Na área urbana de São Jerônimo da Serra dentre as respostas dos entrevistados, registra-se como católicos 58,5%, evangélicos 37,7% e sem religião 3,8%. E na sede municipal de Nova Santa Bárbara 70,7% responderam que são católicos, 22,7% são evangélicos e 6,6% não tem religião. Assim, como ocorreu com os resultados da área rural, na área urbana predominou a crença na religião católica.

A propósito da frequência nas igrejas auferiu-se os seguintes resultados: em São Jerônimo da Serra, 80% disseram sim e 20% não; e no caso de Nova Santa Bárbara, 78,7% responderam sim, 14,7% falaram não e 6,6% não respondeu. As igrejas frequentadas apresentam-se nos próximos quadros (QUADROS 19 e 20).

Igrejas frequentadas	%
Igreja Matriz	44,7
Congregação Cristã	11,5
Salão do Reino de Deus	2,3
Igreja Cristã Primitiva	2,3
Igreja Batista	3
Igreja Protestante	0,8
Igreja Universal do Reino de Deus	0,8
Assembleia de Deus	9,2
Brasil para Cristo	1,5
Igreja Presbiteriana	2,3
Espírita	0,8
Igreja Católica da Reserva Indígena São Jerônimo	0,8
Deus é Amor	0,8

Continua...

Igrejas frequentadas	%
Igreja Adventista	0,8
Não respondeu	18,4
TOTAL	100

QUADRO 19 – Igrejas frequentadas em São Jerônimo da Serra (área urbana)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Igrejas frequentadas	%
Igreja Adventista	2,7
Igreja Matriz São José	41,4
Igreja Congregação Cristã	12
Igreja Presbiteriana Renovada	5,3
Igreja Assembleia de Deus	1,3
Igreja Quadrangular	1,3
Não respondeu	36
TOTAL	100

QUADRO 20 – Igrejas frequentadas em Nova Santa Bárbara (área urbana)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Na sede municipal de São Jerônimo da Serra 44,7% dos entrevistados frequentam a Igreja Matriz (FIGURA 22); 18,4% não responderam; 11,5% frequentam a igreja Congregação Cristã; e 9,2% disseram que vão a igreja Assembleia de Deus. Ainda que, o número de entrevistados católicos predomine, na área urbana verificou-se uma quantidade maior de igrejas das religiões protestante e espírita. Situação parecida verifica-se em Nova Santa Bárbara, a maior parte dos entrevistados (41,4%) são frequentadores da Igreja Matriz São José (FIGURA 23); 36% não responderam, e em seguida aparecem os frequentadores da igreja Congregação Cristã (12%), ainda com percentuais inferiores têm-se as igrejas protestantes (Adventista, Assembleia de Deus e Quadrangular).



FIGURA 22 – Igreja Matriz na sede municipal de São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 23 – Igreja Matriz São José de Nova Santa Bárbara
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Com relação a realização de festas nas igrejas frequentadas pelos entrevistados, no caso de São Jerônimo da Serra, 77,7% respondeu sim, e 22,3% não. Para os entrevistados de Nova Santa Bárbara a resposta sim corresponde a 76%, para 14,7% a resposta foi não, e 9,3% não responderam. As festas lembradas pelos entrevistados exibem-se nos quadros a seguir (QUADROS 21 e 22).

Festas realizadas na igreja	%
Festa de São Jerônimo / Festa de Santo Antônio	27
Festa de São Jerônimo / outra	6,1
Festa de Santo Antônio	13
Festa de São Jerônimo / Festa de Santo Antônio / outra	3,8
Festa de São Jerônimo	13,9
Outra	13,9
Não respondeu	22,3
TOTAL	100

QUADRO 21 – Festas realizadas nas igrejas em São Jerônimo da Serra (área urbana)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Festas realizadas na igreja	%
Festa de Santa Bárbara /outra	8
Festa de Santa Bárbara	12
Festa de Santa Bárbara / Festa de São Pedro / Festa de São José	8
Festa de São Pedro	9,3
Festa de Santa Bárbara / Festa de São Pedro	14,7
Festa de Santa Bárbara / Festa de São José	2,7
Festa de São Pedro / outra	1,3
Festa de Santa Bárbara / Festa de São Pedro /outra	1,3
Outra	10,7
Não soube responder	30,7
TOTAL	100

QUADRO 22 – Festas realizadas nas igrejas em Nova Santa Bárbara (área urbana)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em São Jerônimo da Serra, as festas mais lembradas com 27% das respostas foram a de São Jerônimo e a de Santo Antônio; ainda 13,9% responderam festa de São Jerônimo e 13% disseram festa de Santo Antônio. Estas festas correspondem a comemorações tradicionais no município, se diferenciando dos resultados obtidos na área rural em que a minoria as citou. No entanto, na área urbana 22% dos entrevistados não respondeu. A opção 'outra' que aparece isoladamente ou em associação com outras respostas refere-se a missa com cavalgada, festa junina, Corpus Christi, festa de Nossa Senhora Aparecida, festa de São João, festa de São Pedro, quermesse, círculo da oração, mocidade, dia da Bíblia, dia das crianças, festa de final de ano, aniversário da igreja.

Nova Santa Bárbara teve 30,7% dos entrevistados que não soube responder, na sequência, 14,7% lembraram da festa de Santa Bárbara (padroeira) e de São Pedro, 12% se recordaram somente da festa de Santa Bárbara e 10% responderam outra. Para 'outra' referiram-se a festa de São João, São Sebastião, Páscoa, Corpus Christi, festa junina, dia dos namorados, aniversário da igreja, quermesse, Nossa Senhora Aparecida, Natal, festa no final do mês. Ainda, aparecendo menos vezes nas respostas se citaram a festa de São José.

Ainda, quanto a religiosidade, desde a chegada dos primeiros exploradores das áreas dos municípios estudados, já era possível identificar a realização de práticas religiosas entre os indígenas. Considera-se o ano de 1854, quando foi fundado o aldeamento de São Jerônimo, denominado na época de São Thomaz de Papanduva, o momento de introdução da religião católica nesse município. E, até

1940 os padres vindos de Jataizinho e Cornélio Procópio dirigiam as atividades religiosas, estes usavam cavalos como meio de transporte.

A corrente cristã, denominada de evangélicos, se originou em São Jerônimo da Serra com a chegada de colonos procedentes da região de Itapeva (SP), instalados inicialmente na comunidade de Água do Taquara. Em 1953, já entrava em funcionamento no município um estabelecimento de madeira para a igreja Presbiteriana. Mais tarde, construíram-se mais dois, um no distrito de Terra Nova e outro na sede municipal. Em 1959, iniciou-se o movimento das igrejas da Assembleia de Deus com a vinda do diácono João Batista Arantes, sendo que o primeiro trabalho realizou-se na residência de Altair Proença no bairro da Taquara.

Outra pergunta feita aos entrevistados tanto da área rural quanto da área urbana versa sobre o local de residência durante a maior parte da vida (área urbana ou rural). No caso dos entrevistados na área rural obteve-se o seguinte (FIGURAS 24 e 25).

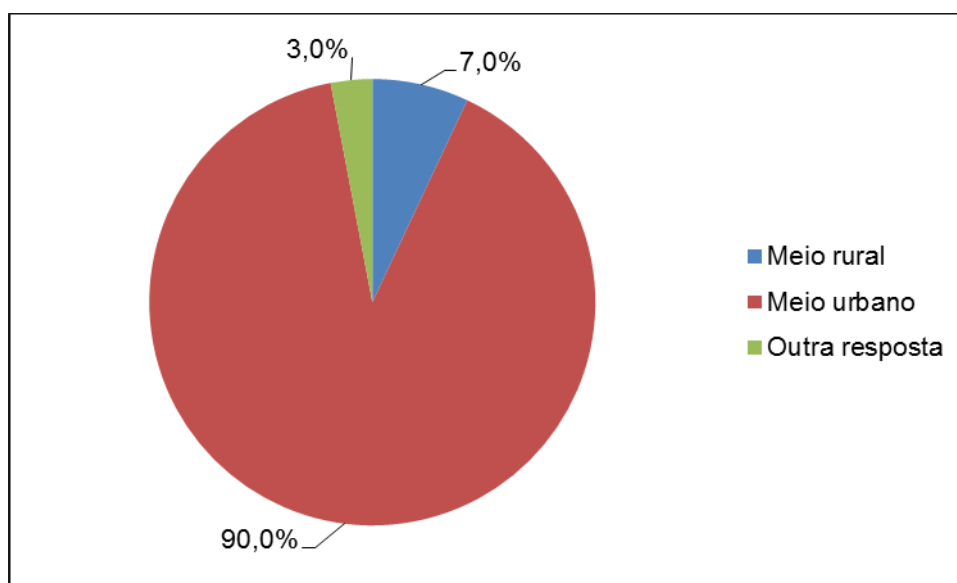


FIGURA 24 – Local de residência em maior parte da vida (área rural de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

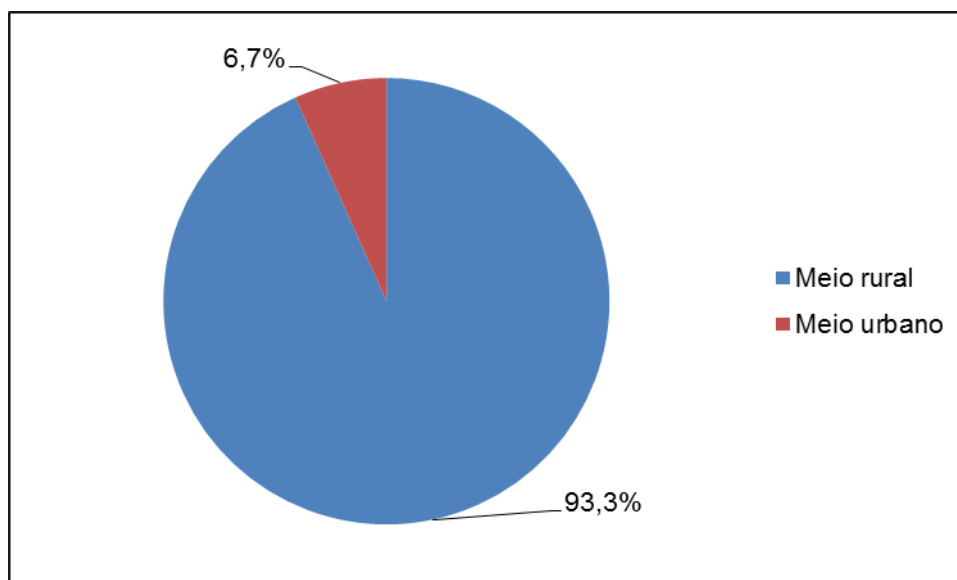


FIGURA 25 – Local de residência em maior parte da vida (área rural de Nova Santa Bárbara)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Os resultados em São Jerônimo da Serra revelam que 90% dos entrevistados que residem atualmente na área rural passaram a maior parte da vida morando em meio urbano, 7% respondeu meio rural e 3% deu outra resposta. Outra resposta no caso de terem passado parte da vida nos dois ambientes. Em Nova Santa Bárbara os resultados não se assemelham: 93,3% sempre viveram na área rural e 6,7% nas cidades.

Quanto aos resultados para mesma pergunta na área urbana analisam-se a seguir (FIGURAS 26 e 27).

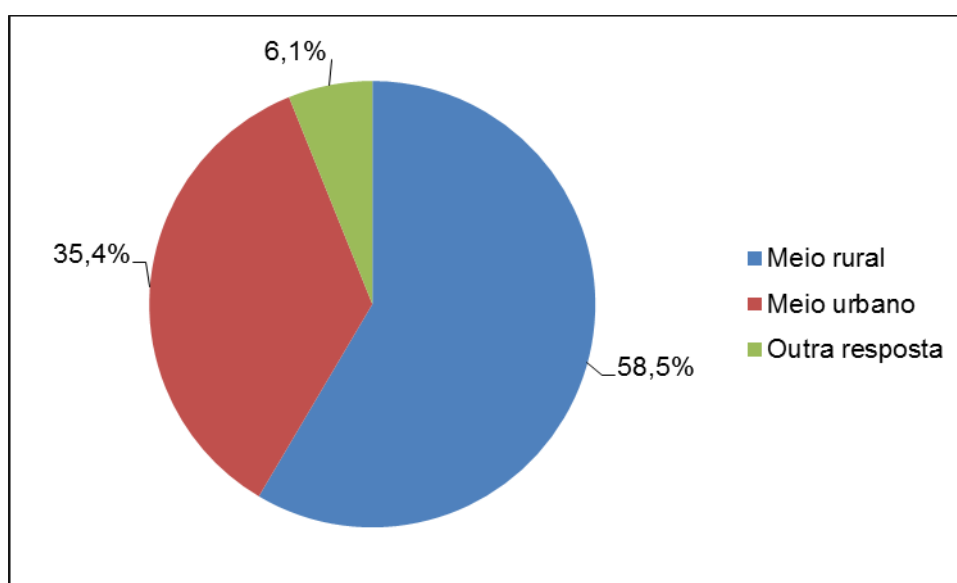


FIGURA 26 – Local de residência em maior parte da vida (área urbana de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

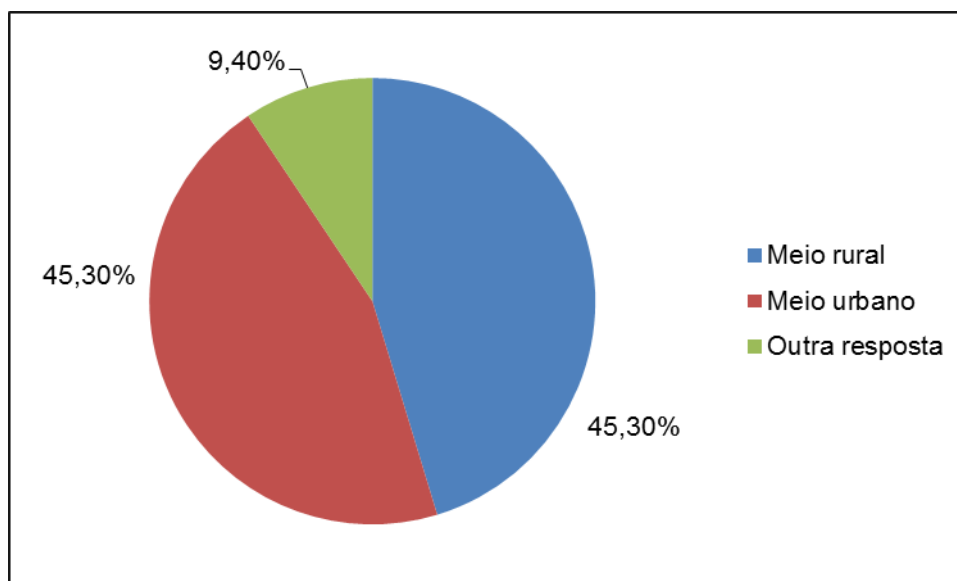


FIGURA 27 – Local de residência em maior parte da vida (área urbana de Nova Santa Bárbara)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

No caso de São Jerônimo da Serra que teve 58,5% das respostas para meio rural, 35,4% meio urbano e 6,1% disseram outra resposta, se comparado com os resultados anteriores, a situação se inverteu, apresentando a maior parte dos entrevistados da área urbana que já residiram no campo. Nova Santa Bárbara registrou os seguintes resultados: meio urbano e rural com 45,3% cada e outra resposta foram 9,4%.

Por meio das caracterizações anteriores se expôs parte dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários com a finalidade de esboçar aspectos relativos ao contexto social, cultural e econômico da área rural e urbana dos municípios estudados, e apoiando-se nas considerações de Müller, ressalta-se que esses dois elementos possuem significativo papel na construção da paisagem regional. Então, neste item buscou-se um enfoque específico de alguns aspectos relativos a composição da paisagem, sobretudo a rural, de São Jerônimo da Serra e de Nova Santa Bárbara. Ao tratar do processo de (re)ocupação do Norte Pioneiro objetivou-se aclarar acerca da conjuntura de composição regional e a partir da abordagem em linhas gerais desse processo histórico e geográfico, destacar alguns pontos pertinentes a compreensão paisagística pretendida.

Prosseguindo a presente explanação no intuito de alcançar tal compreensão paisagística dos locais estudados, se aceita que o estudo da paisagem em um

primeiro momento designa-se pelo conjunto daquilo que os olhos podem abarcar. Esse exercício foi possível durante a etapa de aplicação dos questionários e levantamento de informações em campo, as cenas captadas cingem o conteúdo histórico e geográfico do passado e do presente. Dentre as várias imagens obtidas, algumas foram selecionadas para este capítulo a fim de demonstrar a expressão fisionômica do espaço estudado decorrente dos fatos culturais, ou seja, da ação do homem nesses locais, da expressão material do sentido que a sociedade deu a esse meio. Ressaltando nesse ponto, que a paisagem significa uma representação mental contemplando leituras e interpretações diversificadas de seu conjunto, tais como os temas variados das imagens tratadas neste item (aspectos paisagísticos da área rural: plantação de café, criação de gado, reflorestamentos, habitações, etc.; e aspectos paisagísticos da área urbana: igrejas).

O entendimento da paisagem também confere a concepção das práticas sociais como uma ação metódica e contínua que interfere na fisionomia dos lugares, sendo esta composta de condições naturais específicas que produzem formas distintas de estabelecimentos humanos. Assim, o conteúdo da paisagem envolve qualidades físicas da área que sejam significantes para o homem e nas formas de seu uso, perfazendo desse modo fatos de sustento físico e fatos de cultura humana. Admite-se que a análise desta recorre ao passado que influencia no presente, sendo necessário recorrer à história para se perpetrar tal investigação geográfica, formando uma ideia de paisagem em termos de relações no tempo e no espaço.

Pois, poucas paisagens culturais atuais são inteiramente produtos do trabalho de comunidades contemporâneas, a evolução por que essas passam é um processo gradual e cumulativo, tem história. E, os diferentes estágios dessa história têm significados para a paisagem atual, assim como para as do passado, abrangendo não apenas evoluções locais, mas um grande número de influências como migrações, difusão, comércio, trocas.

A recorrência ao passado nesse estudo fez-se por meio do levantamento bibliográfico da história regional e local dos municípios estudados, e na medida em que tal explicação se efetivou, evidenciou-se a ação metódica e contínua da ação humana ao produzir diferentes aspectos fisionômicos nos lugares estudados. Assim, a evolução histórica da área estudada incide sobre tal consideração: de área posseada e transformada em fazenda, posteriormente passou a ser um aldeamento indígena durante o século XIX, depois se alterou para município durante a primeira

metade do século XX, no caso de São Jerônimo da Serra; e de pequena venda na beira da estrada para povoado na primeira metade do século passado, futuramente distrito, e depois para município na última década do mesmo século, no caso de Nova Santa Bárbara.

O contexto histórico do Norte Pioneiro também confirma a existência de uma ação metódica e contínua de transformação das mudanças morfológicas e fisionômicas desse espaço: a exploração dessa área desde o século XIX por diversos profissionais, e sua ocupação por caboclos e indígenas. Um fator importante que alterou esse cenário registra-se ainda no século XIX, qual seja a forma de ocupação estratégica da área através dos ideais de construção de caminhos e a fundação de colônias militares e aldeamentos para os indígenas. Nesse período, a conjuntura histórica contribuiu significativamente para os primeiros sinais da constituição dos municípios estudados pela necessidade de comunicação com a área já povoada e os centros mais desenvolvidos na região dos Campos Gerais, visto que São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara localizam-se no meio dessa ligação, e na época apresentavam certa funcionalidade nessa atividade como parada de viajantes. E, a partir disso o fazer metódico e contínuo que transformou tais lugares se manteve embora as intenções militares fracassassem na região, havendo em um período posterior certo abandono desses arranjos espaciais.

Outra tese a ser construída diz respeito às qualidades físicas consideradas significantes pelos grupos humanos que agiram continuamente nesses locais. Essas qualidades percorrem toda a narrativa histórica desde as primeiras expedições exploratórias e a busca pelos campos da região, os primeiros assentamentos humanos próximos aos rios, o desenvolvimento agrícola nos solos de 'terra roxa', os aspectos climáticos propícios para determinados tipos de produtos, o café, por exemplo, a localização das estradas nos espigões, dentre outros. Estes exemplificam a sustentação física para a cultura humana nos locais estudados.

O processo evolutivo da história dos municípios estudados que é gradual e cumulativo apresenta diferentes estágios históricos e teve como elementos atuantes várias gerações. Sabe-se que os diversos estágios históricos podem exercer significado para a paisagem atual. Nesse estudo citam-se alguns: o período de aldeamento dos indígenas como estratégia de "civilizá-los" e melhor ocupar a região; a fase da criação de porcos através do sistema de safras, importante atividade que dinamizou a economia dos locais estudados; a construção da Estrada do Cerne e as

alterações socioeconômicas consequentes; a expansão cafeeira a partir do território paulista e as plantações de algodão; a erradicação do café e diversificação agrícola.

Alguns desses expressam suas marcas nos municípios, sendo heranças de situações passadas, como por exemplo, a presença das terras indígenas no município de São Jerônimo da Serra, de áreas com cafeeiros nos dois municípios, a diversidade de produtos agrícolas na área rural de ambos, além das culturas já desenvolvidas no passado. Os efeitos advindos com a construção da Estrada do Cerne, que influenciou a decadência da atividade dos safristas também se exprimem pelas novas formas com que este segmento econômico é executado na atualidade.

Nesse sentido, também se pode avaliar o se considera antigo e recente, por exemplo, o café elemento antigo e típico na paisagem dos municípios desde o passado ainda se mantém, e como elemento recente tem-se a presença dos reflorestamentos verificados em São Jerônimo da Serra. A cultura do algodão apresentou-se de forma transitória na, sobretudo em São Jerônimo da Serra, sendo substituída por outros tipos de cultivo.

E, corroborando a consideração de que as evoluções históricas não são apenas locais, porque apresentam várias influências, citam-se outros fatores pertinentes como a migração de mineiros e paulistas compondo a população nos dois municípios. Nesse caso, a influência condiz aos hábitos de vida e gostos alimentares desses grupos, sobretudo, dos mineiros, que se apresentam como aspectos culturais na área estudada. Há expressividade da influência de ambos também nas formas da colonização rural, na presença de pequenas propriedades, na disposição das casas e benfeitorias, nos tipos de cultivo.

Nessa análise acolhe-se a ideia de que no transcorrer da ação metódica e contínua dos homens reunidos em sociedade nesses espaços transformou os condicionantes naturais, agindo fortemente sobre a fisionomia dos lugares. Ainda, sendo a paisagem, um fato geográfico que se explica por sua complexidade, percebe-se uma simultaneidade e complementaridade dos fenômenos a proporção que esta foi se constituindo na região e adquirindo espacialidade.

A paisagem é passível de observações acerca de múltiplas manifestações de valores, percepções e criatividade humanas, o que se acredita que a perspectiva histórica analisada possibilitou através do modo de vida descrito: a vivência em pequenas propriedades, o desenvolvimento de atividades econômicas como a produção de arroz, algodão, feijão, milho, café e especialmente a criação de suínos.

Ainda em São Jerônimo da Serra também se desenvolveu a retirada de madeira e a extração de diamantes no rio Tibagi. Os anseios de crescimento e progresso local com o propósito de ultrapassar os vários obstáculos que foram sendo transpostos com o decorrer do tempo. Deste modo, pretendeu-se compreender na área de estudo a paisagem, a tradução mais completa da cultura registrada ao longo da história, e a forma mais abstrata de compreensão do meio entendendo como a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios.

Dados da dimensão social da mesorregião⁴⁹ do Norte Pioneiro Paranaense, em que se situam os territórios estudados, expressam que no início da década de 1970, esta correspondia a umas das áreas mais populosas do interior do Paraná, e embora na época ocorresse um aumento do número de cidades, a maioria da população residia no meio rural (IPARDES, 2004).

Também na década de 1970, a região sofreu os abalos da crise cafeeira iniciada na região durante os anos 1960 com a intensificação e aceleração do processo de substituição dos cafezais pela produção de *commodities* e pela ampliação das áreas de pastagens. Então, o Norte Pioneiro se inseriu em um processo de transformação, porém algumas áreas não conseguiram incorporar de modo semelhante os vetores da modernização tecnológica que alterou de forma rápida a agricultura das áreas mais dinâmicas do Estado (IPARDES, 2004).

Entre 1970 e 1980, dados demográficos da região demonstraram significativas taxas de decréscimo populacional, tanto em termos rurais quanto no que concerne ao conjunto da população. E, nos decênios seguintes, tal processo permaneceu como um dos mais elevados do Estado. Ainda que se verificava o crescimento das áreas urbanas, o peso populacional da região no total do Estado sofreu sucessivas quedas entre 1970 e 2000, chegando a se reduzir praticamente pela metade (IPARDES, 2004).

Estabelecendo-se ligação com tais esclarecimentos, demonstra-se o caso dos municípios estudados, São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara, que registraram nos censos demográficos realizados entre 1991 e 2010 os seguintes números (QUADRO 23), ainda em termos de comparação, apresenta-se a população estimada para 2014. A partir dessas informações nota-se que ao longo do

⁴⁹ Mesorregião é um conceito definido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 1976, estabelecendo recortes territoriais e considerando como critério para tal definição a estrutura produtiva (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011).

tempo a população dos municípios apresentou significativas quedas, considerando que São Jerônimo da Serra em 1991 possuía 13.275, reduzindo tal número para 10.983 em 1996, e daí em diante teve um acréscimo populacional em 2000, decaindo em 2007 e 2010. Em 2014 a estimativa da população obteve um pequeno ganho, porém ainda se mantém distante do contingente populacional que tivera. Nova Santa Bárbara não obteve registros em 1991, porque na época sua emancipação política era recente. Do ano de 1996 até 2000 houve decréscimo de população, nas datas seguintes houve pequenos ganhos de população. Ambos correspondem as menores populações do Estado, principalmente, Nova Santa Bárbara.

Ano	São Jerônimo da Serra	Nova Santa Bárbara	Paraná	Brasil
1991	13.275	-	8.448.713	146.825.475
1996	10.983	3.746	8.942.244	156.032.944
2000	11.750	3.611	9.563.458	169.799.170
2007	11.563	3.802	10.284.503	183.987.291
2010	11.337	3.908	10.444.526	190.755.799
2014	11.570	4.135	11.081.692	201.032.714

QUADRO 23 – Dinâmica populacional dos municípios estudados em comparação com o Estado e o país

FONTE: IBGE, 2014.

Quanto ao desenvolvimento humano na mesorregião em que se inserem os municípios, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano que expõe as desigualdades de forma abrangente e comparativa (IPARDES, 2004). Esta medida comparativa avalia o progresso em longo prazo a partir de três dimensões básicas do desenvolvimento humano, quais sejam renda, educação e saúde (PNUD, 2014). Conforme o IPARDES (2004) na mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, dos 46 municípios integrantes, a maioria situa-se abaixo da média do Brasil (0,766), atualmente o país apresenta IDH 0,744 segundo PNUD (2014). Na sequência expõe-se um fragmento dessa realidade com as medidas do IDH-M dos municípios verificados na pesquisa (QUADRO 24).

Município	1991		2000		2010	
	IDHM	Ranking no Estado	IDHM	Ranking no Estado	IDHM	Ranking no Estado
São Jerônimo da Serra	0,364	332	0,532	338	0,637	374
Nova Santa Bárbara	0,423	234	0,608	161	0,680	303

QUADRO 24 – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios estudados (1991, 2000 e 2010)

FONTE: IPARDES, 2014.

Analisando o quadro anterior, é possível distinguir que ainda que Nova Santa Bárbara apresente um desenvolvimento humano superior ao de São Jerônimo da Serra, ambos caracterizam-se como municípios que ocupam as mais baixas posições no ranking do Estado. Como demonstração da dimensão escolaridade, apresentam-se os resultados obtidos com a aplicação dos questionários no meio rural e no meio urbano dos municípios. No meio rural de São Jerônimo da Serra examinou-se os dados organizados na FIGURA 28.

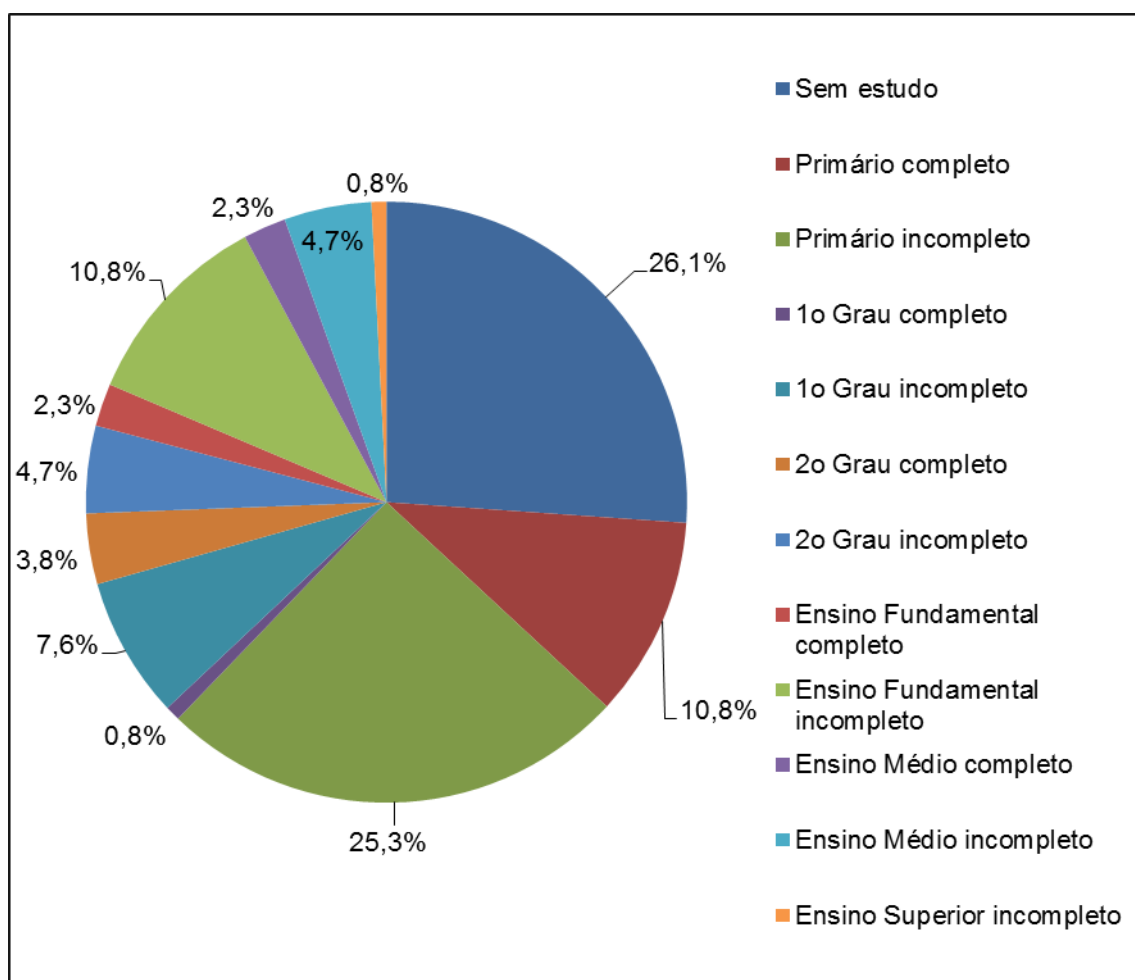


FIGURA 28 – Escolaridade (meio rural de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Percebe-se que a maior parcela dos respondentes aos questionários não possuem estudo com 26,1%, em seguida 25,3% tem primário incompleto. Com 10,8% estão aqueles que possuem primário completo e ensino fundamental incompleto. Com primeiro grau incompleto, 7,6% dos entrevistados. Sobre o assunto 4,7% destes tem segundo grau incompleto e o mesmo percentual possui ensino médio incompleto. Com segundo grau completo 3,8% dos respondentes. Com ensino fundamental completo 2,3% dos entrevistados, e também com o mesmo percentual aqueles que apresentam primeiro grau completo. Por fim, com 0,8% aparece ensino médio completo e ensino superior incompleto. E, no meio rural de Nova Santa Bárbara obteve-se o seguinte resultado (FIGURA 29).

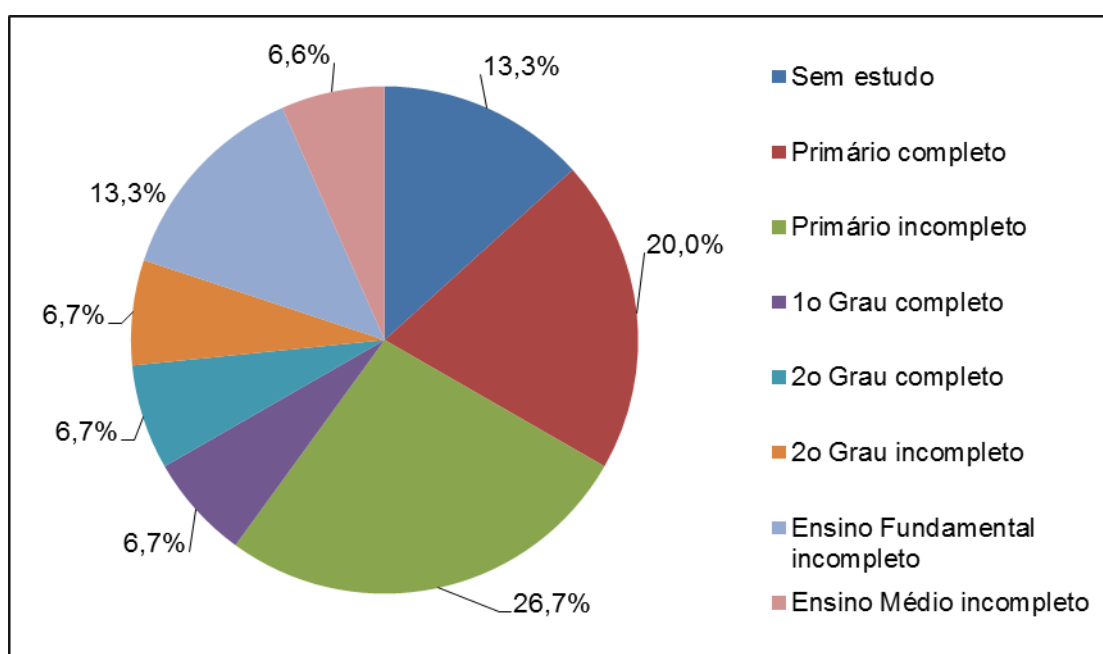


FIGURA 29 – Escolaridade (meio rural de Nova Santa Bárbara)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Diferente dos resultados examinados em São Jerônimo da Serra, a figura exibe com 26,7%, o percentual mais alto, dos entrevistados que possuem primário incompleto. Na continuidade tem-se 20% com primário completo. Ainda, 13,3% correspondem aos respondentes com ensino fundamental incompleto e também para aqueles sem estudo. Dos questionários aplicados o percentual de 6,7% refere-se aos que possuem segundo grau incompleto e segundo grau completo. E, com 6,6%, os respondentes com ensino médio incompleto. No meio urbano de São Jerônimo da Serra expõe-se os resultados a seguir (FIGURA 30).

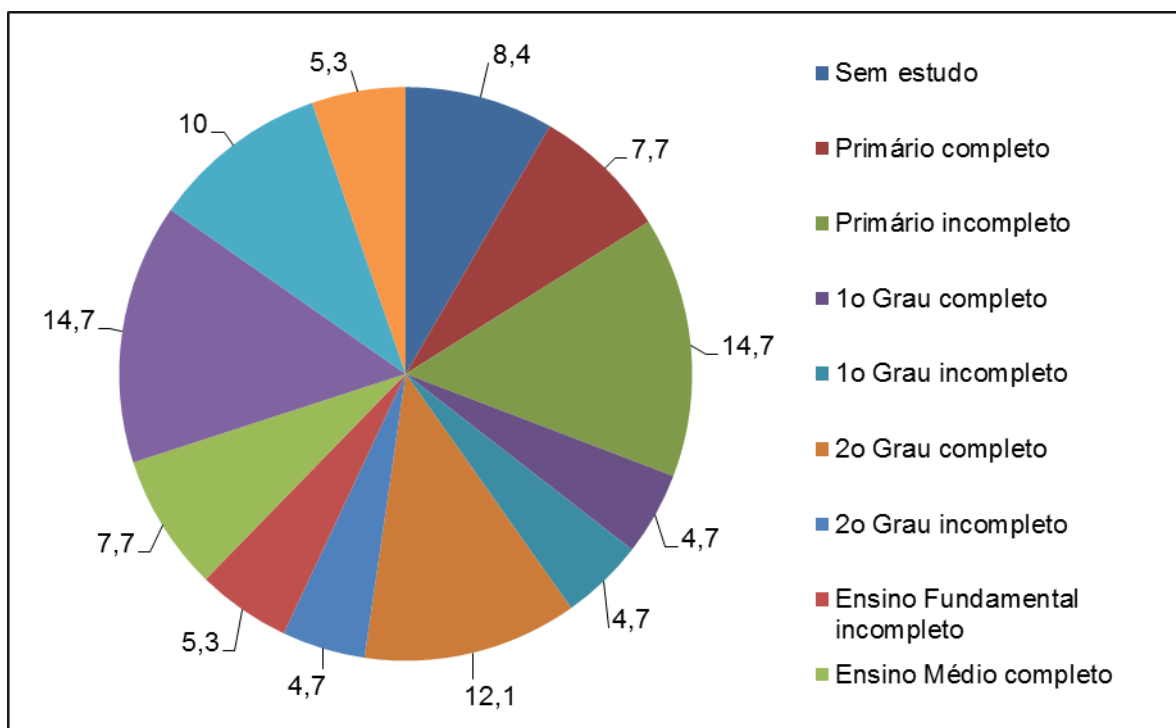


FIGURA 30 – Escolaridade (meio urbano de São Jerônimo da Serra)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Dos entrevistados na zona urbana de São Jerônimo da Serra, 14,7% possui primário incompleto e outros 14,7% ensino médio incompleto. Com segundo grau completo 12,1% e 10% com ensino superior completo. Ainda, 8,4% acusaram não possuir estudo. Possuindo primário completo com 7,7% e também com o mesmo percentual aqueles que possuem ensino médio completo. Possuindo ensino superior incompleto registrou-se 5,3% dos respondentes, e também com ensino fundamental incompleto outros 5,3%. Apresentando 4,7% estão aqueles com segundo grau incompleto e outros com o mesmo percentual possuem primeiro grau incompleto. Para a zona urbana de Nova Santa Bárbara obteve-se a seguinte amostragem (FIGURA 31).

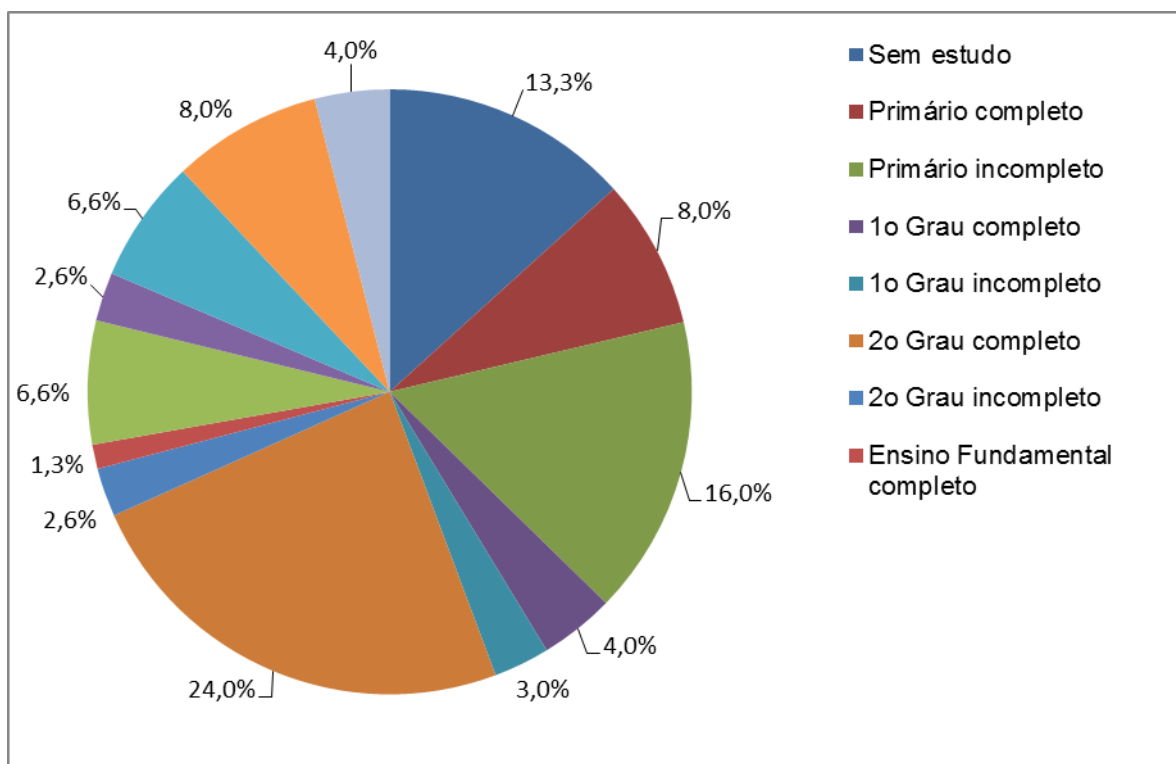


FIGURA 31 – Escolaridade (meio urbano de Nova Santa Bárbara)
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nesse caso o maior percentual foi 24% com segundo grau completo. Em seguida, 16% com primário incompleto e 13,3% que não possuem estudo. Com 8% os que possuem primário completo e também 8% que apresentam ensino superior completo. Ainda, 6,6% dos respondentes possuem ensino fundamental incompleto e outros 6,6% ensino médio incompleto. Com ensino superior incompleto, 4% dos entrevistados e 3% com primeiro grau incompleto. Possuindo ensino médio completo, 2,6% dos respondentes, e segundo grau incompleto outros 2,6%. Finalmente, 1,3% possui ensino fundamental completo.

Ainda, associando-se ao caso do baixo índice do desenvolvimento humano dos municípios estudados, os resultados auferidos quanto a caracterização social da família dos respondentes dos questionários indicam quantas pessoas da família estudam (QUADRO 25).

Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Pessoas que estudam na família (respondentes meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Nenhum integrante	27,7	Nenhum integrante	34,6
Agregados	18,4	Filhos	17,7
Filhas	18,4	Agregados	10,7

Continua...

Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Pessoas que estudam na família (respondentes do meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Filhos	12,3	Filhas	10,0
Filhas / filhos	10,8	Agregados / entrevistado(a)	7,7
Agregados / entrevistado(a)	9,2	Filhas / filhos	6,1
Filhos / agregados	1,6	Somente entrevistado(a)	6,1
Filhas / filhos / agregados	0,8	Mãe / entrevistado(a)	1,5
Somente entrevistado(a)	0,8	Filhos / agregados	0,8
		Pai / mãe / filhos	0,8
		Filhas / filhos / agregados	0,8
		Filhos / entrevistado(a)	0,8
		Mãe / agregados / entrevistado(a)	0,8
		Filhas / agregados	0,8
		Pai / entrevistado(a)	0,8
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

QUADRO 25 – Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nesse quadro percebe-se que a maioria dos integrantes da família dos respondentes não frequentam estabelecimentos de ensino. Em seguida, aparecem diversos percentuais de diferentes tipos de integrantes da família que estudam, inclusive o próprio entrevistado, observando-se um percentual maior de entrevistados que estudam na zona urbana do município. Em Nova Santa Bárbara, verificou-se a seguinte situação (QUADRO 26).

Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural de Nova Santa Bárbara)		Pessoas que estudam na família (respondentes do meio urbano de Nova Santa Bárbara)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Nenhum integrante	46,6	Nenhum integrante	48,0
Filhas	13,3	Agregados	14,6
Agregados	13,3	Filhas	6,7
Entrevistado(a) / Agregados	6,7	Entrevistado(a) / agregados	6,7
Filhas / filhos	6,7	Filhos	6,7
Somente entrevistado(a)	6,7	Filhas / filhos	5,3
Filhos	6,7	Somente entrevistado(a)	4,0
		Filhas / filhos / entrevistado(a)	2,7
		Filhas / entrevistado(a)	2,7
		Mãe	1,3
		Filhas / filhos / agregados	1,3
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

QUADRO 26 – Pessoas que estudam na família (respondentes do meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Semelhante à análise anterior, Nova Santa Bárbara registrou os maiores percentuais para nenhum integrante que estuda na família. A maioria dos percentuais, bastante diversificados corresponde aos vários integrantes da família dos entrevistados que estudam. Estas ligeiras mostras dos indicadores sociais suscitam a existência de potencialidade turística e do ensejo para o desenvolvimento do turismo nos municípios, pois segundo as considerações de Yázigi (2009, p. 236) “enquanto a sociedade não for educacional e eticamente organizada, não em função do turismo, mas no interesse da vida e do social, qualquer força política ou econômica poderá subjugar-la”. Ainda comenta-se que a participação na atividade turística que ocorre sem qualificação age em sentido contrário aquele previsto. Por esta razão deve-se investir de forma maciça no ensino fundamental e médio de alta qualidade, caso contrário, estará se praticando um grande reducionismo participativo, sobretudo, porque a participação não é uma obrigação, mas considera-se esta como um ato voluntário quando solicitada por aqueles que detêm o poder (YÁZIGI, 2009).

Os municípios de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra possuem instrumentos básicos de planejamento municipal, os Planos Diretores Municipais, contemplando projetos futuros para as áreas urbanas e rurais. O Plano Diretor Municipal de Nova Santa Bárbara (2007) após definir os principais condicionantes, deficiências e potencialidades do uso e ocupação do solo aponta diretrizes e proposições como parâmetro para direcionar as ações relativas ao interesse da comunidade local e da administração pública nos próximos dez anos. Dentre estas diretrizes, destaca-se um dos elementos para implementar a sua diretriz 2, qual seja incentivar e desenvolver o turismo rural e ecológico no município. Em suas propostas socioeconômicas, incidindo sobre o mesmo assunto tem-se a proposição da criação e desenvolvimento de um projeto municipal para implantação do turismo rural e ecológico.

Ainda, para efetivação das propostas delineou-se um macrozoneamento, requisito de um planejamento municipal, e no tocante ao turismo foi estabelecida uma macrozona de eixo de desenvolvimento turístico e econômico. Essa macrozona corresponde à porção territorial destinada às atividades compatíveis com a função de desenvolvimento turístico e econômico, desde que haja interesse público e econômico, após a aprovação de órgãos competentes municipais e ambientais. Segundo o Plano Diretor Municipal de Nova Santa Bárbara (2007) os objetivos

dessa macrozona, que equivale a Estrada Setecentos Alqueires, é aproveitar as características específicas do município, considerando seu potencial natural e localização geográfica.

E, em sua síntese do plano de ações, o desenvolvimento do turismo com custo previsto de R\$ 30.000,00⁵⁰ e tempo de início para longo prazo, com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população por meio da geração de emprego e renda, aumento da receita municipal, valorização e divulgação da cultura local, ainda melhoria da qualidade ambiental e dos recursos hídricos (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA, 2007).

O Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra (2011) descreve em seu item “Diretrizes e Proposições”, a diretriz potencializar a vocação turística do município, tendo como propostas:

Desenvolver e implantar projetos relacionados a vocação turística do município nos segmentos de aventura e lazer, dentre outros a partir dos atrativos locais: pratos típicos; aspectos históricos, eventos culturais e étnicos; paisagem natural; cachoeiras, trilhas;
Reativar o Conselho de Turismo;
Criação de Programa e Lei Municipal de Incentivo ao Turismo;
Gestionar junto ao CORPROBEN – SJS Consórcio Rural de Proprietários de Bens Naturais de São Jerônimo da Serra projetos de fomento a diferentes modalidades de turismo no município;
Apoio municipal na implementação dos COMUTURINS – Conselho Municipal de Turismo Indígena;
Gestionar junto aos setores públicos e associação comercial jeronimense a orientação aos empresários locais na instalação de empreendimentos hoteleiros, restaurantes e atividades complementares, bem como disponibilizar treinamentos para a população;
Equipar as áreas urbanas com infraestrutura turística de acordo com a demanda: hospitais, unidades básicas de saúde, terminais de atendimento turístico, estacionamento de transporte coletivo, praças, entre outros;
Gestionar junto aos governos Estadual e Federal, a implantação de sinalização de orientação turística no município;
Promover parcerias com instituições para dar continuidade aos cursos e treinamentos para formação de guias no município;
Divulgar os atrativos turísticos do município em rotas regionais e do Estado do Paraná, como também em sites, agências, folders e demais setores relacionados ao turismo;
Prover o Portal Turístico de infraestrutura para atendimento de informações locais sobre hotéis, restaurantes e material de divulgação, solicitação de guias, etc. (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011, p. 403).

⁵⁰ Esse valor está previsto na tabela “Síntese do Plano de Ações”, já no parágrafo explicativo ao longo do texto, consta o valor de R\$ 50.000,00 para tal plano.

Ainda, no plano de ação do documento, trata-se de ações prioritárias a serem desenvolvidas em curto prazo, a contar da data de sua elaboração o período de cinco anos, nesse caso até 2015. Assim, as propostas do eixo desenvolvimento socioeconômico, mencionadas anteriormente aparecem com prazo médio de ocorrência. Para o eixo estratégico de desenvolvimento institucional, uma das propostas de curto prazo refere-se ao estudo de viabilidade para criação de setores específicos com a contratação de profissionais qualificados para atendimento da demanda no município, como o setor de Turismo, dentre outros com custo calculado em R\$ 75.000,00. A fonte de recursos para tal proposição classificava-se como municipal. Esta estimativa financeira mostrava-se a mais cara para este eixo, e contava com um cronograma físico financeiro com início das atividades no ano de 2011 até 2015 apresentando gastos anuais de R\$ 15.000,00 (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011). Os problemas sociais e o baixo dinamismo dos municípios sugerem o turismo e o lazer como alternativas econômicas (CALVENTE, 2004), isso é perceptível nos planos de ações para gestão territorial. Porém, os resultados desta pesquisa que seguem a partir desse ponto, demonstram que ao longo do tempo desde a elaboração de tais planos e a definição dos prazos citados nos documentos a realidade atual não expressa o planejamento pretendido.

Dá-se início a abordagem sobre a potencialidade turística dos municípios a partir das evidências de um reconhecimento e valorização dos locais que na opinião de parte da população que participou da pesquisa já vem sendo utilizada como área de lazer nos municípios. As respostas dadas expressam a paisagem como campo de significação individual e sociocultural, com destaque para os significados e valores do grupo que a vivencia. Estes resultados decorrentes da percepção dos respondentes permitem que os aspectos visíveis da paisagem se mesclam aos invisíveis, demonstrando os processos de experimentação e vivência dos grupos humanos.

Sobre a realização de festas e/ou eventos na comunidade, bairro ou distrito dos respondentes, teve-se as seguintes respostas no caso do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra: grande parte dos entrevistados conhece as festas e eventos realizados em sua comunidade, tanto no meio rural (73% contra 27%)

quanto urbano (95,4% contra 4,6%). Estas festividades são especificadas a seguir no QUADRO 27.

Festas/eventos realizados no meio rural de São Jerônimo da Serra		Festas/eventos realizados no meio urbano de São Jerônimo da Serra	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Não respondeu	26,1	Rodeio / Feira da Lua	20,7
Outra	25,3	Festa de Aniversário da Cidade	14,6
Rodeio / Feira da Lua	9,2	Rodeio / Festa de Aniversário da Cidade / Feira da Lua	10,7
Feira da Lua / outra	7,0	Feira da Lua	9,2
Rodeio	6,1	Feira da Lua / outra	8,4
Feira da Lua	4,7	Rodeio	6,1
Rodeio / Festa de aniversário da cidade	4,7	Rodeio / Feira da Lua / outra	6,1
Rodeio / outra	4,7	Outra	4,6
Rodeio / Festa de aniversário da cidade / Feira da Lua	3,8	Festa de Aniversário da Cidade / Feira da Lua	3,8
Festa de aniversário da cidade / Feira da Lua	3,0	Não respondeu	3,8
Rodeio / Feira da Lua / outra	2,3	Rodeio / outra	3
Festa de aniversário da cidade / outra	1,5	Rodeio / Festa de aniversário / Feira da Lua / Festa do Clube Serrano	2,3
Festa de aniversário da cidade	0,8	Rodeio / Festa de Aniversário da Cidade / Feira da Lua / outra	1,5
Festa de aniversário da cidade / Feira da Lua / outra	0,8	Festa de Aniversário da Cidade / outra	1,5
		Rodeio / Feira da Lua / Festa do Clube Serrano / outra	1,5
		Feira da Lua / Festa do Clube Serrano / outra	0,8
		Festa de Aniversário da Cidade / Feira da Lua / outra	0,7
		Rodeio / Festa de Aniversário da Cidade / Festa do Clube Serrano	0,7
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

QUADRO 27 – Festas/eventos realizados no meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Percebe-se que no meio rural a maioria dos entrevistados não se lembrou de quais festas e/ou eventos são realizados no município. Na sequência, o segundo percentual mais alto demonstra que os respondentes se lembraram de outras festas. Os demais percentuais são variados e demonstram a diversidade de festas e/ou eventos existentes, sendo que as mais citadas foram Rodeio e Feira da Lua. Na zona urbana, também as mais lembradas foram Rodeio e Feira da Lua obtendo o percentual mais alto. O segundo percentual mais alto corresponde à Festa de

Aniversário da Cidade e em terceiro os respondentes se recordaram de três eventos, Rodeio, Festa de Aniversário da Cidade e Feira da Lua. O restante dos percentuais menores refere-se a várias respostas com um conjunto de respostas em que citam dois ou mais eventos, inclusive os já mencionados. Também houve alguns entrevistados que não responderam.

De acordo com o Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra (2011), o município está inserido nos Cadernos Culturais do Paraná, tais como, Museus do Paraná, Municípios Paranaenses, Festas Populares, Lendas e Contos Populares do Paraná; Catálogos de Equipamentos Culturais do Paraná. O município possui calendário comemorativo composto por alguns eventos, inclusive os citados nos resultados da aplicação dos questionários: Festa do Padroeiro (realizada em setembro no salão paroquial); Festa do Peão de Boiadeiro (realizada em outubro no centro de eventos); Festival de Bandas (realizado em setembro na Praça Coronel Secante); Natal Mais Feliz (realizada em dezembro na Praça Coronel Deolindo); Exposição de Artes (realizada durante todo o ano no Museu Histórico Municipal); Dia do Índio (realizada em abril nas reservas indígenas Barão de Antonina e São Jerônimo).

Em Nova Santa Bárbara quanto à realização de festas tiveram-se as seguintes respostas: 93,3% sim e 6,7% não no meio rural, e no meio urbano 97,3% sim contra 2,7% que disseram não. Assim como ocorre no outro município, em Nova Santa Bárbara a maioria dos respondentes sabe da existência de festas e/ou eventos, e estes são variados como mostra o QUADRO 28.

Festas/eventos realizados no meio rural de Nova Santa Bárbara		Festas/eventos realizados no meio urbano de Nova Santa Bárbara	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Feira da Lua	20,0	Carnaval / Feira da Lua	10,6
Outra	20,0	Carnaval / Aniversário da cidade	10,0
Carnaval / Aniversário da cidade	6,7	Festa da Rádio Iolanda / Carnaval	10,0
Feira da Lua / Outra	6,6	Outra	10,0
Carnaval / Feira da Lua	6,6	Carnaval	7,0
Não respondeu	6,6	Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Feira da Lua	5,3
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Aniversário da cidade / Virada de ano/ Feira da Lua	4,0
		Feira da Lua	4,0

Continua...

Festas/eventos realizados no meio rural de Nova Santa Bárbara		Festas/eventos realizados no meio urbano de Nova Santa Bárbara	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Aniversário da cidade	3,0
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Feira da Lua / outra	3,0
		Carnaval /outra	3,0
		Carnaval / Aniversário da cidade / Virada de ano / Feira da Lua	2,6
		Carnaval / Aniversário da Cidade / Feira da Lua	2,6
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Virada de ano	2,6
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Aniversário da Cidade / Feira da Lua	2,6
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Aniversário da cidade / outra	1,4
		Carnaval / Virada de ano	1,4
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Aniversário da Cidade / Virada de ano	1,3
		Carnaval / Feira da Lua / outra	1,3
		Aniversário da cidade / Virada de ano / Feira da Lua	1,3
		Festa da Rádio Iolanda / Feira da Lua	1,3
		Aniversário da cidade / Feira da Lua	1,3
		Carnaval / Virada de ano / Feira da Lua	1,3
		Festa da Rádio Iolanda / Aniversário da Cidade	1,3
		Festa da Rádio Iolanda / Aniversário da Cidade / Feira da Lua	1,3
		Festa da Rádio Iolanda / Aniversário da Cidade / Virada de ano / Feira da Lua	1,3
		Festa da Rádio Iolanda / Carnaval / Virada de ano / Feira da Lua	1,3
		Carnaval / Aniversário da cidade / Virada de ano / Outra	1,3
		Carnaval / Aniversário da Cidade / outra	1,3
		Aniversário da Cidade	1,3
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

QUADRO 28 – Festas/eventos realizados no meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nota-se a variedade de festas e/ou eventos em Nova Santa Bárbara, estes foram citados pela maioria dos respondentes. No meio rural a maior parte dos entrevistados respondeu Feira da Lua e Outra, o restante das respostas demonstram outros tipos de eventos como Carnaval e Aniversário da Cidade. No meio urbano, os maiores percentuais indicam que a Feira da Lua, Carnaval, Aniversário da Cidade e Festa da Rádio Iolanda, são os mais lembrados. Os demais percentuais expressam algumas combinações de respostas em que aparecem estas festas e em alguns casos outros tipos de eventos.

O carnaval de rua é uma festa que ocorre no município desde a época de sua emancipação contando com considerável público carnavalesco e desfile de blocos. A bibliografia histórica do município, conta que os moradores se preparavam para esta festa da recém-criada cidade quando recebiam visitantes de São Paulo, Curitiba, Minas Gerais e de outros lugares. Ainda, recebiam lotações dos municípios vizinhos, como São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira. Já nesse período acreditava-se que o carnaval de rua se tornaria uma grande referência e tradição na cidade (MORAES, 199-?). Conforme o Plano Diretor Municipal de Nova Santa Bárbara (2007) o carnaval de rua que ocorre entre fevereiro e março é uma festa muito tradicional e popular, atraindo visitantes dos municípios vizinhos e de outros Estados próximos.

Com relação ao lazer, perguntou-se às pessoas do universo pesquisado o que fazem no tempo livre, quando não estão trabalhando. Em São Jerônimo da Serra o QUADRO 29 expõe os resultados para essa questão feita aos entrevistados no meio rural e urbano.

Atividades no tempo livre (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Atividades no tempo livre (respondentes do meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Outra	47,7	Fica em casa	30,7
Passeio	17,0	Passeio	28,5
Fica em casa	15,3	Outra	28,5
Não faz nada	11,5	Não faz nada	8,5
Passeio / outra	4,7	Passeio / outra	3,0
Fica em casa / outra	3,8	Fica em casa / outra	0,8
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

QUADRO 29 – Atividades no tempo livre (respondentes do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

No meio rural e urbano, se somados alguns dos maiores percentuais que indicam atividades desenvolvidas, percebe-se a maioria dos entrevistados se ocupa no tempo livre. No meio rural a maior parte das respostas refere-se à Outra, segundo as respostas dadas as atividades são: passeio de charrete, passeio de moto, assistir TV, costurar, lidar na horta, fazer artesanato, fazer crochê, passeio na beira do rio, jogar vôlei, ir ao centro comunitário, ler a bíblia, passeio na vila, brincar com cachorro, cuidar da casa, jogar bola, andar a cavalo, praticar esporte, sem tempo livre, ir à igreja, escutar música, ler, passear com a irmã, criar aves, andar, jogar sinuca, ir à casa dos vizinhos, ir à igreja, ir à cachoeira, ir às festas, ir ao bar, jogar baralho. Já, na zona urbana que também aparece esse item com um dos maiores percentuais, os respondentes disseram: acessar internet, caminhar, ler livros, ouvir música, praticar esporte, atividade religiosa, plantar, conversar com amigos, visitar doentes, assistir TV, sem tempo livre. Para a resposta Passeio que apresentou os maiores percentuais, no meio rural esta corresponde a passear na casa de amigos, pescar, ir para alguns distritos do município, como São João do Pinhal e Terra Nova, ir até a sede municipal etc. Na cidade, responderam: andar a cavalo, ir a feira, ir a lanchonete, ir à casa de parentes no sítio, ir para outras cidades (São Paulo, Londrina), fazer excursão, ir à Cachoeira Joao Nogueira, ir às cachoeiras do município, pescar, ir à igreja.

Em Nova Santa Bárbara também executou-se o mesmo procedimento e teve os seguintes resultados (QUADRO 30).

Atividades no tempo livre (respondentes do meio rural de Nova Santa Bárbara)		Atividades no tempo livre (respondentes do meio urbano de Nova Santa Bárbara)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Passeio	40,0	Outra	53,3
Fica em casa	26,7	Fica em casa	28,0
Passeio / outra	13,3	Passeio	9,3
Não faz nada	13,3	Não faz nada	5,3
Outra	6,7	Passeio / outra	2,7
		Fica em casa / outra	1,4
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

QUADRO 30 – Atividades no tempo livre (respondentes do meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Nesse município verificou-se que a maioria dos respondentes no meio rural pratica alguma atividade no tempo livre, a categoria passeio abrangeu visitas a

outras cidades, ao centro da cidade, a casa de parentes, a praça da cidade, ir pescar. E o item Outra teve como respostas: ir à cachoeira, ao rio, ir à Cachoeira Maria Julia. Para os entrevistados na zona urbana, também se observa que a maior parte deles realiza atividades como lazer, sendo estas da categoria Outra: pescar, visitar parentes, tocar instrumento musical, ir à praça, ir ao sítio, ler a bíblia, usar o computador, caminhar, ir à piscina, ir às cachoeiras Maria Julia e Caratuva, praticar esporte, conversar com amigos, brincar com filhos e netos, praticar atividades do grupo de idosos. Aqueles que responderam Passeio identificaram como ir à Cachoeira Caratuva, ir ao sítio, namorar, ler, estudar música. As informações obtidas com essa pergunta, revelam que dentre as atividades de lazer indicadas, está o reconhecimento e a valorização de alguns atrativos naturais, como as cachoeiras e os rios.

Contudo, para aqueles que responderam que frequentam em algumas épocas do ano esses locais, geralmente no período do verão, também perguntou-se sobre a existência de infraestrutura para visitantes e o tipo de atividades de lazer desenvolvidas no local. No meio rural de Nova Santa Bárbara, não obteve-se respostas para essas questões. Os respondentes da zona urbana, em visita à Cachoeira Maria Julia, afirmaram que existe infraestrutura, nesse caso, lixeira, mesa, banheiros, churrasqueira, bancos, lanchonete. Já na Cachoeira Caratuva não há instalações que facilitem a visita. No meio rural de São Jerônimo da Serra em que se percebeu uma frequência maior da visita a cachoeiras teve-se o seguinte resultado quanto à presença de infraestrutura para visita: 93,9% disseram não e 6,7% sim. Quanto ao tipo de infraestrutura, atividades de lazer desenvolvidas e ainda com que frequência visita o local expõem-se os resultados a seguir (QUADRO 31, FIGURA 32 e FIGURA 33).

Presença de infraestrutura no local visitado – São Jerônimo da Serra	
Resposta dada	%
Lixeiras / Bancos / Mesas / Banheiros / Lanchonete / Campo de futebol / outra	25
Lanchonetes / Campo de futebol	12,5
Banheiros / outra	12,5
Bancos / Mesas / Banheiros / Lanchonetes / Campo de futebol	12,5

Continua...

Presença de infraestrutura no local visitado – São Jerônimo da Serra	
Resposta dada	%
Lixeiras / Bancos / Mesas / Banheiros / Lanchonete / Campo de futebol	12,5
Lixeiras / Bancos / Mesas / Banheiros / Campo de futebol	12,5
Banheiros / Campo de futebol	12,5
TOTAL	100,0

QUADRO 31 – Presença de infraestrutura no local visitado (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

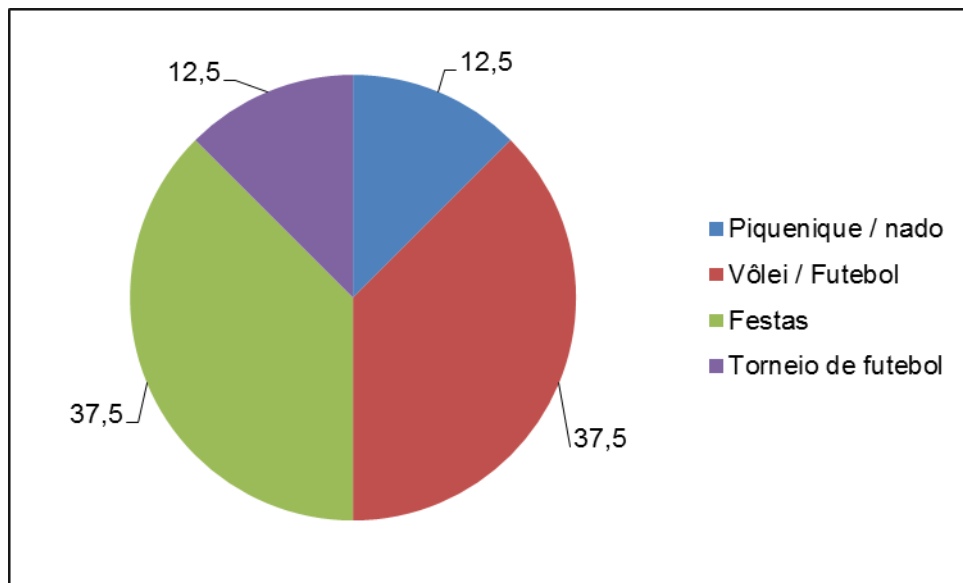


FIGURA 32 – Tipo de atividades desenvolvidas no local visitado (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

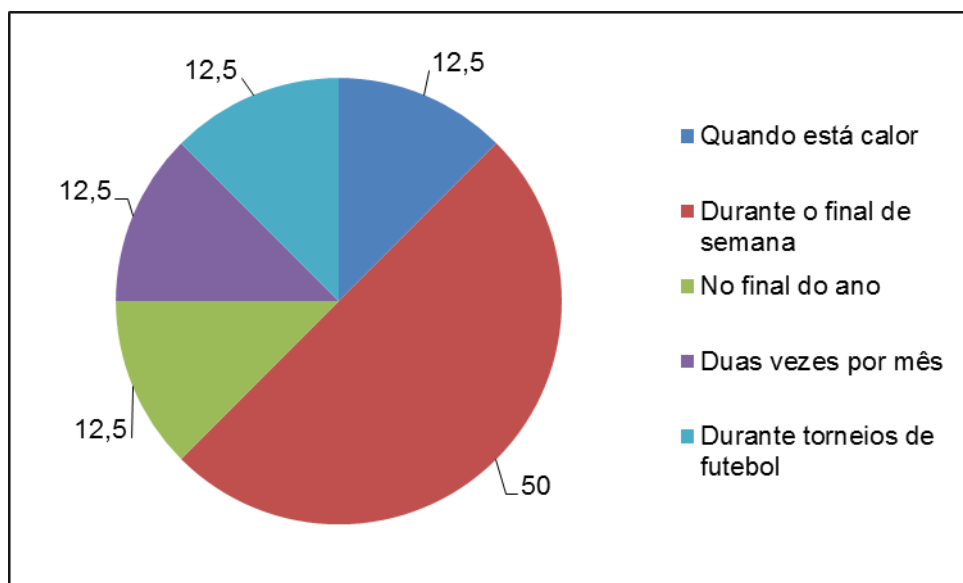


FIGURA 33 – Frequência de visitação (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Diante de tais resultados, vê-se que poucos locais visitados apresentam infraestrutura básica para atender aos frequentadores que buscam por esses locais nos finais de semana durante o verão. No meio urbano de São Jerônimo da Serra, responderam que nos locais visitados não há infraestrutura, e as atividades desenvolvidas são banho, piquenique e churrasco quando os visitam nos finais de semana em dias quentes de verão.

Quando indagados sobre a possibilidade de desenvolvimento turístico no município de São Jerônimo da Serra, repara-se que na zona rural, embora o percentual mais alto indique estes acreditam na possibilidade de desenvolvimento do turismo em São Jerônimo da Serra, a diferença é pequena dos que disseram sim com 57% com relação aos que responderam não com 43%. Na zona urbana, é visível o desejo do turismo no município, pois 88,5% responderam sim, contra 11,5% que falaram não.

No município de Nova Santa Bárbara as respostas dadas no meio rural e urbano expressam outro cenário. A maioria dos respondentes do meio rural de Nova Santa Bárbara não acredita no desenvolvimento do turismo, pois 80% responderam não, sendo que somente 20% se mostraram confiança em tal processo. Na zona urbana do município embora por uma pequena diferença a resposta predominante foi positiva com 50,7%, as respostas negativas registraram 49,3%, considera-se a opinião dos respondentes dividida.

A aspiração pelo turismo no município de São Jerônimo da Serra já se mostrava evidente em outras pesquisas sobre as suas potencialidades e quanto às prioridades para seu desenvolvimento. Em estudo realizado no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina em 1997, a maior parte da população entrevistada já se mostrava favorável à implantação do turismo, afirmando a existência de atrativos turísticos nas propriedades rurais, e acreditando que esta prática causaria melhorias nos estabelecimentos comerciais. Contudo, reconhecia-se na época a falta de infraestrutura no município para que tal atividade alcance êxito (AMÂNCIO, 1997).

No estudo técnico realizado pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) foram detectadas as potencialidades e desafios do município, assim como se detalharam suas prioridades. Para essas questões transparece o turismo como potencialidade, desafio e prioridade. No detalhamento das prioridades, o turismo⁵¹ apresenta-se como potencialidade, indicando-se a cultura indígena, e tendo como desafios a falta de infraestrutura e a necessidade de investimentos. Como sugestões tem-se a divulgação, o incentivo para atrair investidores, os projetos para obtenção de recursos e profissionais habilitados no assunto (EMATER, 20--). Por conseguinte, estes estudos realizados em São Jerônimo da Serra desde o século passado já exprimiam certa simpatia da população pela possibilidade de desenvolvimento turístico no município. Em Nova Santa Bárbara, a idealização da prática turística foi percebida na elaboração de seu plano diretor, não havendo mais pesquisas dessa espécie. Esse fato pode explicar as diferenças verificadas quanto aos resultados da questão sobre a possibilidade de desenvolver o turismo nos dois municípios.

Nestas pesquisas a população declarava como potencialidade turística de São Jerônimo da Serra, os recursos naturais (cachoeiras, clima, cavernas, vegetação etc.) e os aspectos culturais, como a presença das terras indígenas e as festas tradicionais. Neste município, mais especificamente no vale do rio do Tigre, estudos já identificaram cerca de cinquenta cavernas, além de um número não determinado de cachoeiras. Localizado na área de transição do Terceiro para o Segundo Planalto Paranaense, a morfologia do relevo é muito acidentada, ocorrendo grandes declividades, paredões e escarpas, podendo-se verificar com frequência desníveis superiores a 200 metros. Em alguns locais, chamados de mirantes naturais, pode-se visualizar a maior parte do vale do rio do Tigre. Também se identificaram sítios arqueológicos, com vestígios de que algumas grutas eram abrigo de animais e povos primitivos (CALVENTE, 2004).

Em São Jerônimo da Serra esse relevo ondulado e montanhoso refere-se à Escarpa Devoniana, com áreas consideradas inaptas para atividades agrícolas, em que predominam declividades superiores a 20% e localmente maiores que 45% (acima de vinte e cinco graus) aptas somente ao manejo florestal. Já, o compartimento do relevo em Nova Santa Bárbara apresenta-se suavemente

⁵¹ Também aparecem como potencialidades e desafios o ecoturismo e as cachoeiras.

ondulado com declividades de 10° a 20° graus (até doze graus de inclinação do terreno) com limitação para atividade agrícola mecanizável (IPARDES, 2004).

Na mesorregião em que se localizam os municípios, o potencial hídrico caracteriza-se pela presença da bacia hidrográfica do rio Tibagi, um dos principais afluentes do rio Paranapanema. Este curso d'água forma a segunda mais importante bacia hidrográfica do Estado. Possui suas nascentes nos Campos Gerais, atravessando biomas distintos ao longo de sua passagem nos dois planaltos, com uma extensão de 550 km, dos quais 190 km se situam na mesorregião Norte Pioneiro, correspondendo à porção do baixo Tibagi. Nesse trecho tem como principais afluentes, os rios Congonhas, das Antas e São Jerônimo (IPARDES, 2004).

3.5.1. Relatos e reflexões sobre a paisagem e sua potencialidade turística na área estudada

A identificação e reconhecimento da potencialidade turística e do desejo da prática turística nos municípios também se expressaram através das informações auferidas a partir das entrevistas. O roteiro das entrevistas se dividiu em duas seções, a primeira parte tratou da percepção da paisagem e a segunda investigou sobre a potencialidade turística da paisagem. Os entrevistados pertencem ao setor de gestão territorial dos municípios (dois entrevistados em cada município), lideranças indígenas (duas em São Jerônimo da Serra) e setor de hospedagem (um entrevistado em São Jerônimo da Serra). Optou-se pela seguinte identificação: entrevistados 'A', 'B' relacionados à gestão territorial de Nova Santa Bárbara 'C' e 'D' relacionados à gestão territorial de São Jerônimo da Serra; entrevistados 'E' e 'F' associados às lideranças nas comunidades indígenas; e entrevistado 'G' ligado ao setor de hospedagem de São Jerônimo da Serra (APÊNDICE I). A seguir apresentam-se os resultados das duas perguntas iniciais feitas para todos os entrevistados.

Sobre a primeira pergunta "O que você entende por paisagem?" as respostas foram as seguintes:

ENTREVISTADO A: *Bom... como a gente não tem nenhuma formação específica e também não trabalha com essa área específica... digamos... né... o meu trabalho mesmo é mais voltado pra Educação e até mesmo em não se falando em profissionalismo, na vivência mesmo, né? Tá. No meu entendimento paisagem é tudo aquilo que você visualiza né? Seja ela interna ou externa. Mas, é... se você... né... na questão de eu te dar uma resposta mais específica... digamos... eu diria mais se você... já imagina... quando alguém fala paisagem você já imagina o meio ambiente, assim você já imagina árvore, plantio, água, pedra, enfim né... você imagina algo assim de primeira vista quando alguém te diz paisagem, você imagina o verde né? O verde, a água né... mas, na verdade a gente sabe que não é apenas isso né... que é paisagem. Aí abre um campo muito grande pra você falar sobre essa questão.*

Do ponto de vista do ENTREVISTADO A, o trecho inicial de sua resposta assegura ser a paisagem tudo aquilo que está sob o domínio da visão (*paisagem é tudo aquilo que você visualiza*), quer se esteja em um ambiente interno ou externo.

Prosseguindo na explicação, associa o termo ao meio ambiente e aos elementos naturais (árvore, água, pedra etc.), momento em que reforça seu entendimento da paisagem natural (*quando alguém te diz paisagem, você imagina o verde*). Contudo, afirma: *“mas, na verdade a gente sabe que não é apenas isso”*. Essa frase final indica que o entrevistado possuía a noção de que paisagem não se refere somente aos aspectos naturais do espaço, porém faltaram argumentos para completar a ideia: *“Aí abre um campo muito grande pra você falar sobre essa questão”*.

ENTREVISTADO B: *Paisagem? Seria o... paisagem seria o terreno, a topografia, o que a gente vê né... quando você vai num sítio, se o terreno é muito caído, se tem morro ou não, serras, rios, paisagem eu entendo isso. A topografia, né o que se vê.*

De forma mais objetiva respondeu o ENTREVISTADO B, somente relacionando o termo aos aspectos visuais do relevo, da hidrografia e da vegetação: *“paisagem seria o terreno, a topografia, o que a gente vê”* e *“se o terreno é muito caído, se tem morro ou não, serras, rios”*.

ENTREVISTADO C: *Paisagem é a... pra mim é como que é a região, as características topográficas, vegetação, o ambiente né...*

No mesmo rumo de interpretação, o ENTREVISTADO C destaca a composição da paisagem: *“as características topográficas, vegetação, o ambiente”*.

ENTREVISTADO D: *O que que eu entendo por paisagem? Ah... é uma região que seja assim bem conservada, não... não... não destruída pelo ser humano, coisas bem naturais. Que tem paisagem de vários tipos né, mas eu, é... tem paisagem da floresta, tem paisagem serrana, né? Então, tem várias... várias maneiras de se interpretar paisagem. E no conforto turístico tem que tem um... assim uma... uma formosura de paisagem né, porque se não tiver alguma coisa que enobreça a área turística né se deixa um pouco a desejar. Não adianta você ir numa cachoeira, e não ter a reserva natural dela né, protegendo... no seu entorno aí. Enfim, de um modo geral bem conservada.*

A compreensão de paisagem do ENTREVISTADO D possui a mesma noção que predomina nas respostas anteriores. Este a entende somente em seus aspectos naturais, desconsiderando a ação humana: *“região que seja assim bem conservada, não... não... não destruída pelo ser humano, coisas bem naturais”*. Ainda, articula o conceito à atividade turística, e à necessidade de conservá-la para o

desenvolvimento adequado desta prática, quando diz: *“Não adianta você ir numa cachoeira, e não ter a reserva natural dela né, protegendo... no seu entorno aí”*.

ENTREVISTADO E: *Paisagem? Pra mim uma paisagem é um local que... que a gente ‘tá’ vendo. É uma imagem, um lugar, uma mata, é uma coisa que a gente pode ‘tá’ vendo ali que se refere no meu ponto de vista a paisagem, uma cachoeira, sei lá.*

O ENTREVISTADO E, resume a paisagem àquilo que se vê, e com certa dúvida, elenca alguns de seus componentes: *“um lugar, uma mata, é uma coisa que a gente pode ‘tá’ vendo ali que se refere no meu ponto de vista a paisagem, uma cachoeira, sei lá”*.

ENTREVISTADO F: *Paisagem? Paisagem que eu entendo é isso que a gente vê na natureza, floresta, é... vários tipos de espécie nativa que existe. Isso eu entendo como paisagem.*

Para o ENTREVISTADO F a paisagem remete-se ao campo da visão, e mais especificamente ao que pode ser visualizado na natureza: *“é isso que a gente vê na natureza, floresta, é... vários tipos de espécie nativa que existe”*.

ENTREVISTADO G: *Paisagem eu entendo como um lugar que você sai assim que seja bonito, que tenha muitas árvores, é... às vezes montanhas. Um lugar agradável, paisagem me parece um lugar agradável.*

Na opinião do ENTREVISTADO G, a paisagem implica em beleza estética e contemplação dos elementos naturais, ao falar: *“um lugar que você sai assim que seja bonito, que tenha muitas árvores, é... às vezes montanhas. Um lugar agradável”*.

Buscando-se comparar todas as respostas dadas, percebe-se que na maioria delas a paisagem associa-se àquilo que pertence ao domínio da visão e sua composição se dá através dos elementos naturais, pois nenhuma resposta afiança sua composição através de elementos humanos, apenas a sugere, como é o caso da resposta do ENTREVISTADO A. Tais respostas devem-se à vivência, área de formação e atuação profissional dos entrevistados, visto que aqueles que executam atividades de gabinete sentem-se menos a vontade para responder, como se observa na resposta do ENTREVISTADO A, com área de formação em Pedagogia. Aqueles que exercem cargos caracterizados por ações extensionistas, foram mais objetivos com as respostas, são os casos dos ENTREVISTADOS B e C, ambos formados em Agronomia. Das respostas obtidas, chamam a atenção, as respostas

do ENTREVISTADO D (ligado à gestão territorial em São Jerônimo da Serra) e ENTREVISTADO G (do setor de hospedagem em São Jerônimo da Serra), pois o primeiro faz uma relação entre paisagem e turismo, associação discutida nesta pesquisa, e o último lembra as qualidades estéticas que a paisagem apresenta, também tratadas na análise de aptidão paisagística para o turismo. Nota-se a experiência da paisagem e, sobretudo de seus componentes naturais nas respostas dadas pelos ENTREVISTADOS E e F, das lideranças das comunidades indígenas de São Jerônimo da Serra.

Com esta pergunta inicial em que se buscou a compreensão da paisagem por meio da subjetividade, pode-se perceber como se expressam as representações mentais de um espaço com conteúdo diversificado, definindo-a como o conjunto daquilo que os olhos podem abarcar. Assim, foi possível verificar como o visível se mistura ao invisível ao exporem suas significações individuais, ou seja, o modo como vivenciam e experimentam estas paisagens. As respostas dadas pelos entrevistados demonstram que as representações das paisagens dos municípios estudados resultam da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente.

Os entrevistados, nesse caso são os *insiders*, ou seja, os intérpretes, proporcionando que a paisagem como contexto seja aparentemente mais facilmente deduzida. Contudo, reconhece-se que o conhecimento local é apenas um domínio de conhecimento que não deve permanecer isolado, este necessita ser anexado, e criticamente colocado diante de outras experiências, percepções e exigências.

A segunda pergunta respondida “Como você interpreta a paisagem do município? Qual(is) elemento(s) a compõe?” expôs as seguintes ideias:

ENTREVISTADO A: *Eu diria que a gente precisava ter algo mais, precisava ter algo mais pra melhorar essa paisagem, em se falando né... em meio ambiente ou em algo externo, digamos tudo isso a gente visualiza aí disso que eu disse árvore, árvore, verde, água, enfim... a gente não tem nada que pudesse é... que a gente pudesse adequar essas paisagens né? Por exemplo, existem árvores? Sim. Precisaria de um cuidado maior, de uma coisa específica pra essa área, alguém que tivesse cuidando melhor, fazendo reflorestamento, né. Tá, na parte de... nessa questão das cachoeiras que a gente conversou... né... de águas, de enfim... é... não sei... eu não conheço muito, embora o município é pequeno, mas eu não posso dizer*

que eu conheço a palmo todos os pontos que deveriam, de repente, estar aí sendo ressaltados nesse momento. Porque né você se envolve tanto com situações internas né? E acaba às vezes nem visitando aquilo, nem conhecendo, tipo: semana passada eu conheci uma cachoeira que não... eu jamais sabia que existia, e “tá” a cinco quilômetros daqui, né. Precisa de preservação, né... é... cuidados essenciais pra que seja um local de livre acesso ou de um acesso né, mais rápido, mais fácil, até na questão de as pessoas conhecerem, saberem que existe esse lugar, né. Então precisa realmente um trabalho pra... pra que isso seja levado ao público, porque muitas vezes quem sabe que existe aquele lugar lindo maravilhoso é apenas o proprietário do terreno. E ele nem sabe do que... de quanta vantagem ele poderia estar tendo, até... né, financeiramente daquele local rico que ele tem lá. Não sei... às vezes uma parceria, algo assim que pudesse estar melhorando o espaço, melhorando o acesso.

A resposta do ENTREVISTADO A demonstra a necessidade de cuidados com os componentes do que se considera paisagem no município: *“precisava ter algo mais pra melhorar essa paisagem, em se falando né... em meio ambiente ou em algo externo, digamos tudo isso a gente visualiza aí disso que eu disse árvore, árvore, verde, água, enfim”*. E, simultaneamente sua fala exprime certa insegurança ao falar da paisagem existente em Nova Santa Bárbara: *“na parte de... nessa questão das cachoeiras que a gente conversou... né... de águas, de enfim... é... não sei... eu não conheço muito, embora o município é pequeno, mas eu não posso dizer que eu conheço a palmo todos os pontos que deveriam, de repente, estar aí sendo ressaltados nesse momento”*. Mais uma vez destaca-se a atuação profissional executada em gabinete e voltada assuntos desconexos dessa questão: *“Porque né você se envolve tanto com situações internas né? E acaba às vezes nem visitando aquilo, nem conhecendo, tipo: semana passada eu conheci uma cachoeira que não... eu jamais sabia que existia, e “tá” a cinco quilômetros daqui, né”*. Na mesma resposta transparece a necessidade de conservação, melhoria de acesso, divulgação e aproveitamento da potencialidade turística de alguns locais no município, ao afirmar que: *“cuidados essenciais pra que seja um local de livre acesso ou de um acesso né, mais rápido, mais fácil, até na questão de as pessoas conhecerem, saberem que existe esse lugar, né. Então precisa realmente um trabalho pra... pra que isso seja levado ao público”*.

ENTREVISTADO B: *A paisagem aqui ela... aqui é o menor município da região de Cornélio né, em termo de área nós somos o menor município, nós temos aqui 7.560 hectares e... paisagem bonita, ela é... o terreno aqui a maioria são planos, bem planos e... bastante... tem alguns rios também... só que... pouca serra, assim muito pouca serra, uma cachoeira só (que eu conheço), porque tem pouca serra então cachoeira, mas eu vejo como bonito, você vê assim a lavoura longe, um horizonte bonito. A visão é bonita né! Principalmente o trigo né, o trigo é uma cultura muito bonita né. Quando ele “tá” a florando assim, ele fica parecendo ondas, ele fica... quando “tá” maduro também ele fica bonito, uma cultura bonita, o trigo.*

Nessa resposta são destacadas as características do relevo e a beleza cênica de alguns pontos do município de Nova Santa Bárbara, composta de elementos naturais e humanos, tais como cachoeira e cultivo de trigo.

ENTREVISTADO C: *O município ele é bem... com topografia acidentada então a gente tem regiões de relevo bem quebrado. E eu não sei se a população também ela entra na paisagem, a distribuição, ela entra na paisagem? População rural, urbana, ela entra na paisagem também né? (Sim) Acho que hoje ainda nós temos uma distribuição de população meio a meio né, rural e urbano, que é uma coisa assim que ainda difere de outros municípios, nós temos muita gente no meio rural. É um município bem diversificado em termos de explorações agrícolas né, tem desde grãos, café, olericultura, pecuária. Sem falar na questão das belezas naturais né, as cachoeiras, cavernas. Agricultura familiar né, predominante assim, nós temos um número expressivo de agricultores familiares no município. Tem a questão das reservas indígenas, duas reservas indígenas, nove assentamentos rurais.*

Na perspectiva do ENTREVISTADO C a interpretação da paisagem e seus elementos constituintes passam pela caracterização do relevo e pela distribuição populacional, porém este último aspecto, foi mencionado após um rápido instante de dúvida. Na sequência da resposta fala de forma combinada, identificando tanto aspectos naturais, quanto humanos, lembrando-se de algumas territorialidades específicas, como as terras indígenas e assentamentos rurais.

ENTREVISTADO D: *Como eu interpreto paisagem? Do... assim no contexto do município? No geral? Ah... eu acho que no contexto geral a paisagem de São Jerônimo é uma paisagem muito bonita, chama atenção, né. Por ser... ela ter uma região de vasto plano, outra serrana, né, inúmeras cachoeiras, tanto grande como pequena né. Então, é o destaque da paisagem municipal aí, são essas belezas*

naturais que existe. Não só as cachoeiras, como os cânions que tem lá... na região nossa, no Penhasco Verde aí, faz parte também.

O ENTREVISTADO D, inicialmente demonstrou incertezas quanto às indagações feitas, e interpretou a paisagem de São Jerônimo da Serra quanto aos seus aspectos estéticos e naturais, identificando uma de suas unidades de conservação, o Parque Estadual Penhasco Verde.

ENTREVISTADO E: *O que que tem aqui que a gente possa dizer que é uma paisagem? Tem cachoeiras, é... matas, monumentos históricos.*

De modo sucinto, o ENTREVISTADO E disse que a paisagem apresenta elementos naturais e alude componentes humanos, ao citar os monumentos históricos, porém sem identificá-los.

ENTREVISTADO F: *A paisagem em São Jerônimo da Serra que eu vejo? Eu entendo assim que... eu acho que não tem tanta... é... é assim declarado... assim de São Jerônimo da Serra. Eu vejo mais assim nas... é... a paisagem, principalmente nas terras indígenas, né, que é a Terra Indígena Barão de Antonina e São Jerônimo e é alguns é... beirada do rio Tibagi existe um pouco né, rio Tigre também existe um pouco, e... agora no município a gente já não vê tantos, a gente vê uma outra tipo de madeira no caso, eucalipto, é pinus, mas já não considera como paisagem. Aí que na área... nas terras indígenas eu posso considerar que existe paisagem ainda, principalmente na área de preservação né, beira do rio Tibagi e rio Tigre, isso eu posso dizer que ainda nessa parte existe paisagem.*

O ENTREVISTADO F, ao ser indagado sobre a interpretação da paisagem e seus elementos constituintes em São Jerônimo da Serra, considera que esta se expresse apenas nos locais em que existem áreas preservadas, mais especificamente as margens dos rios próximos às terras indígenas.

ENTREVISTADO G: *A paisagem daqui eu vejo com muitas montanhas, é... cachoeiras, rio, cavernas. É uma paisagem aqui assim bem acidentada, porque ela tem muito né... altos e baixos.*

Para esse entrevistado a paisagem de São Jerônimo da Serra pode ser interpretada em função de sua rede de drenagem e feições geomorfológicas.

Dentre as respostas obtidas, três interpretam a paisagem dos municípios sendo constituídas por elementos naturais e humanos, é o caso dos ENTREVISTADOS B, C e E. Nesta resposta se expressa a constituição da paisagem por fatos de sustento físico e fatos de cultura humana. A maioria enfatiza sua

composição através das características naturais devido à influência do próprio senso comum. Também se considera interessante, a indicação de algumas ações para cuidados com a paisagem de Nova Santa Bárbara, relacionando-a ao turismo, no caso do ENTREVISTADO A, que falou das necessidades melhoria de acesso, divulgação e aproveitamento da potencialidade turística de cachoeiras. O que indica que as ações e diretrizes voltadas para o turismo presentes no plano diretor não são executadas. E, outros que identificaram alguns locais presentes na paisagem de São Jerônimo da Serra, caso dos entrevistados C, D e F.

Das perguntas 3 a 5 ainda tratou-se da percepção da paisagem, estas foram proferidas para os entrevistados 'A', 'B', 'C' e 'D'. A pergunta 3 "Qual(is) ação(ões) você considera importante para valorização da paisagem do município?", para esta teve-se as respostas:

ENTREVISTADO A: *Bom, antes da ação tem que ter o planejamento, né? Então, pra ser franca pra você, a gente... não existe esse... aqui no nosso município não existe esse planejamento. Né, como eu disse às vezes a gente fica tão ligado com outras questões e... algo que seria importante acaba sendo deixado de lado. Importante também, né não digo que aquilo que a gente se aplica seja importante, mas algo que seria também bastante interesse acaba ficando esquecido.*

Através da resposta do ENTREVISTADO A nota-se que não foram citadas as ações para a valorização da paisagem, somente se reforçou a inexistência de planejamento, e, por conseguinte de políticas públicas, no município de Nova Santa Bárbara no tocante ao assunto tratado.

ENTREVISTADO B: *A conservação do solo é muito importante, conservação das águas. Acho que é pouco trabalhado isso né, aqui não se preocupa, por não ter nenhum departamento, nenhuma secretaria é... não se preocupa com isso né. Poderia ter algum trabalho nas estradas rurais, né, ter algumas árvores embelezando né, a própria cidade né, também ter assim um trabalho mais... por não ter departamento não existe a preocupação né. Mas, é fundamental preservar né, preservar os rios, né, as nascentes.*

O ENTREVISTADO B, também ligado à gestão em Nova Santa Bárbara, especifica algumas ações, como conservação do solo, das águas, entretanto, admite que esta atitude ainda seja incipiente no município devido à inexistência de setores especiais na prefeitura. Tal consideração assemelha-se a resposta anterior do ENTREVISTADO A.

ENTREVISTADO C: *Eu acho que assim essa questão da... manejo e conservação dos solos né, e água, preservação ambiental. E, a questão assim do próprio desenvolvimento humano mesmo das pessoas aí né de “tá”... organização... organização rural e urbana... planejamento né, acho que falta muita ação de planejamento, das ações mesmo.*

Em São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO C menciona algumas ações existentes no município que segundo seu ponto de vista auxiliam na valorização da paisagem. E, conclui ressaltando a necessidade de planejamento e práticas que afetem a organização rural e urbana, assim como as respostas anteriores, também denuncia a falta de planejamento municipal.

ENTREVISTADO D: *Quais as ações? Em termo de investimento? Eu acredito que... (ações que valorizem a paisagem) Que valorizem a paisagem? Ah, eu acredito que em primeiro lugar ter um bom acesso né, uma boa conservação pra... que o turista tenha a essas belezas naturais do município... que hoje nem todas elas tem acesso ainda né. Tem algumas cavernas aí que não tem acesso, né.*

O ENTREVISTADO D inicialmente expressa dúvida para responder, em seguida fala sobre a necessidade de melhoria de acesso e conservação das belezas naturais do município com vistas ao desenvolvimento turístico, demonstrando que há certa desvalorização pelo desuso de alguns locais.

É possível se depreender a partir da análise de tais respostas, que as ações para valorização da paisagem nos municípios não se mostram eficientes, evidenciando assim que as ações e diretrizes descritas nos planos diretores não se aplicam de fato.

Na pergunta 4 indagou-se sobre “Como você compreende a paisagem do município ao longo do tempo?” e nesse caso os entrevistados (‘A’ ao ‘D’) responderam:

ENTREVISTADO A: *Olha... eu compreendo que ela está se desgastando. Está se desgastando e... realmente está faltando uma atenção voltada pra ela. A única... pra eu dizer pra você, nessa questão ambiental né que a gente de repente as vezes você não fica... a gente não fica muito desatento, o município não fica muito desatento é com referência a mata ciliar, o restante a gente vê assim que “tá” se desgastando. Precisava de algo melhor né como diz... como nós dissemos na questão anterior, planejamento e a ação pra “tá” recompondo isso.*

Na resposta acima, admite-se que em Nova Santa Bárbara, exceto a mata ciliar, sem especificar quais aspectos, há desgaste da paisagem e falta de ações planejadas para sua conservação.

ENTREVISTADO B: *Melhorou. Melhorou muito né. É nós temos aqui a praça que ela é muito bonita, é... talvez poderia ter mais árvores né, mas ela é bonita, a praça é bonita, tem uma pista de caminhada aí também, que tem um terreno enorme em volta que poderia ser trabalhado mas é... um lugar bonito né, fica num local no alto né e você tem uma paisagem bonita lá. Então nos últimos anos vem melhorando, apesar de não ter aí o departamento né, mas a prefeitura vem cuidando dessa parte, da arborização, de praça, aqui em frente mesmo colocaram o Cristo ficou bonito né, ficou bonito. Então, as praças aqui não “tão” abandonadas, “tão” cuidadas, então eu acredito que melhorou bem, na minha visão.*

O ENTREVISTADO B para o mesmo município, refere-se somente a paisagem urbana dizendo que esta melhorou ao longo do tempo, exemplificando alguns locais presentes na sede municipal.

ENTREVISTADO C: *Eu acho assim que... eu não sei se eu “tô” falando certo essa questão de paisagem, eu não sei se eu dei o conceito de paisagem direito, se o meu entendimento de paisagem é o... (não se preocupe é o seu entendimento que me interessa agora) Mas, eu acho assim que ao longo do tempo teve muitas mudanças. Quando eu vim pra São Jerônimo não tinha os assentamentos, entendeu? Então, hoje assim aumentou o número de produtor em função né, de pequenos aí também em função dos assentamentos que teve uma maior distribuição de terra, é... eu acho assim que a expansão do eucalipto no município foi muito grande né, nos últimos anos aí. Então, mudou assim muita coisa. Por exemplo, a pecuária que antes ela diminuiu, ela perdeu espaço né “pra” eucalipto, “pro” grãos, os grãos também aumentou muito né nos últimos anos. E a população a gente vê assim que a população ela tem diminuído né, do meio rural assim... muitas pequenas propriedades hoje o pessoal tem vindo né, os grandes estão comprando.*

Para São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO C demonstra algumas dúvidas quanto ao seu entendimento a respeito de paisagem, esclarecido quanto a incerteza, responde que percebeu muitas transformações na paisagem do município. Estas mudanças referem-se à organização do meio rural quanto a sua estrutura fundiária, uso da terra e distribuição da população.

ENTREVISTADO D: *Como eu compreendo? Ah... da minha forma de analisar eu compreendo assim um... como que eu podia falar pra você... ah... minha maneira de compreender, entender a paisagem de São Jerônimo da Serra é pela... pela beleza que se encontra dentro desses... dessas áreas turísticas aí, tanto das cachoeiras, como da região serrana e enfim muita coisa que ainda não está sendo... não foi explorada (ao longo do tempo, como você interpreta a paisagem do município ao longo do tempo) No sentido de conservação, né? Preservação da espécie? Da natureza? Eu acredito que ao longo do tempo é... pela ação predatória do homem houve alguma... alguma... algum desgaste nessas regiões né. Um pouco pela cultura, pelo... pela não organização de... de... é no conceito aí de preservação do próprio turista, né.*

Ainda sobre São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO D, tenta responder, inicialmente de forma confusa, por isso repetiu-se a pergunta, quando ainda demonstra algumas dúvidas e responde que a paisagem vem sendo desgastada pela ação do homem, inicia outra ideia, porém não conclui.

Percebe-se através das respostas dadas, que em Nova Santa Bárbara, as respostas divergem quanto à concepção de paisagem empregada e sobre as ações públicas executadas. Em São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO C apresenta mais domínio e conhecimento quanto ao conteúdo perguntado, já o ENTREVISTADO D pareceu não compreender direito a questão, apontando somente o desgaste da paisagem devido à ação antrópica. No caso da resposta do ENTREVISTADO C, as observações feitas quanto à expansão dos reflorestamentos, quantidade de pequenas propriedades, corrobora ao que já foi analisado anteriormente nesse item.

A pergunta 5 averiguou sobre a interpretação da transformação da paisagem do município, e com relação ao assunto “O que está se perdendo (saberes, natureza, usos e costumes etc.)?” As respostas foram as seguintes:

ENTREVISTADO A: *Olha, eu diria que... essas três opções ou quatro opções que você colocou aí a gente... poderia ressaltar todas por que pensa... sabe se... né... as nossas crianças que estão aí se formando, os nossos jovens que né serão os responsáveis, os grandes responsáveis aí no futuro, eles estão voltados pra outras questões... né. Não... negócio é a atualidade, mais na... na questão de multimídia, dessas né... não... pra você tirar uma criança de casa hoje pra ela brincar na rua ou debaixo de uma árvore ou num sítio, é complicado, eles querem o celular,*

querem... entendeu? Recursos diferentes, então... em todas as questões... de saberes, do uso, né do próprio saber aí já é um paralelo do conhecimento né... o... em todas as questões “tá” se perdendo cada vez mais, porque, por exemplo, se a criança tem o costume de “tá” brincando fora, usando ambientes naturais, tá. A partir do momento que ela viu uma decadência em uma árvore ou em uma paisagem ela já vai perceber, agora se ela “tá” muito ligada a outras questões como é o caso das nossas crianças, dos nossos jovens ou de outro, eles nem percebem, o que que “tá” acontecendo no mundo lá fora, não, é muito aqui interno coisas que às vezes nem tem tanto proveito. Então, se não houver esse trabalho que em se falando na minha área que é Educação, a gente tem que despertar isso nas nossas crianças, vai cada vez se perder mais, em todos os aspectos.

A resposta dada expressa considerações acerca de aspectos educacionais, em função da área de formação do entrevistado, assegurando que no caso dos mais jovens por não experimentarem efetivamente a paisagem do município, tal circunstancia pode acarretar perda de valores, usos, costumes, saberes etc.

ENTREVISTADO B: *É o município aqui é novo! O município é novo, então é... por ser um município novo e pequeno então as coisas foram... ela foi evoluindo, porque nós temos muito... muitas poucas famílias. Nos últimos anos diminui muitas famílias da zona rural né. O município aqui ele se transformou urbano. E os saberes né, como o pessoal “tá” indo embora isso daí foi perdido né, algumas questões como... algumas questões culturais nós perdemos né. Até porque hoje aqui assim ficou muita fazenda, as pequenas propriedades né, a maioria o pessoal “tá” arrendando, porque a juventude foi embora, foi “pro” grande centro, daí o casal acabou arrendando a terra e vindo pra cidade, então a questão, por exemplo, aquele costume antigo ele foi se perdendo com a história.*

O ENTREVISTADO B alega que tal perda se deve a migração de pessoas do meio rural para a cidade, ou devido à saída dos jovens do campo para centros maiores, fato já demonstrado anteriormente sobre a dinâmica populacional do município de Nova Santa Bárbara.

ENTREVISTADO C: *É eu acho assim que questão de perda eu vejo assim na... por exemplo na agricultura, essa questão dos agricultores familiares, por exemplo, diminuir né, os grandes “tá” comprando, pegando as... né. Então isso pra mim é uma perda né você acaba sentindo assim que diminui né. Agora mesmo esses tempos a gente vê um monte de área pequena que a pessoa morava lá, vai o*

grande lá compra aquela área né, a família acaba indo embora né. Na questão cultural assim não sinto muita... não vejo muita... não assim não tem muita tradição assim, não vejo o pessoal aqui com uma questão, assim que tem de tradição, porque tem lugares que o pessoal tem né é... tradições, festas, aqui não tem assim uma... muito definido assim, tem algumas festas de igreja que o pessoal né, padroeira aqui e lá na Terra Nova que tem também, dos indígenas né que fazem as festas deles também. Eu acho que uma das dificuldades que a gente assim, principalmente na questão de organização que a gente vê aqui no município, eu acho que não é só no município, na região em geral é essa falta de identidade assim entre as pessoas né pela questão até da colonização mesmo, tem gente de São Paulo, Minas, nordestinos, então eles não tem essa... é diferente da região ali mais pro sul né.

Para o ENTREVISTADO C, em São Jerônimo da Serra, também há migrações do campo para a cidade que interferem na referida perda de usos, saberes, costumes, valores etc. Contudo, chama a atenção para a falta de identidade presente no município, visto que em sua opinião não há tradições, devido as suas características de povoamento.

ENTREVISTADO D: *Ah olha... eu interpreto de uma maneira... é o seguinte pela ação do próprio homem e o desgaste né da ação do próprio homem é... ao longo do tempo ela vai perdendo a originalidade né, principalmente é... no desgaste, muita queimada é... muita formação de pastagem em volta dessas belezas naturais, mais pela 'predatoriedade' do homem. Também o desgaste das nascentes, dessas cachoeiras hoje é... não estão sendo preservadas, estão sendo... muita região desmatada, então a gente entende aí que o desgaste é prejudicial. Ao longo do tempo houve muita modificação, muita alteração nessas riquezas naturais aí, tudo pela ação do próprio homem.*

O ENTREVISTADO D interpreta a transformação da paisagem, afirmando que a paisagem de São Jerônimo da Serra vem perdendo suas características naturais ao longo do tempo. Assim, todos os entrevistados admitem a transformação da paisagem no decorrer do tempo, e que esta vem sofrendo perda tanto de suas características naturais quanto humanas. Destaca-se a inquietação do ENTREVISTADO C sobre a falta de identidade e tradições, os aspectos concernentes à população e seus aspectos culturais já foram abordados nesse item.

As perguntas 4 e 5 e suas respectivas respostas permitem entender como se delinea a ideia de paisagem em termo de suas relações no tempo e no espaço, percebendo-se que esta encontra-se em contínuo processo de transformação por causa da apropriação e uso humano. Depreende-se que a paisagem se constitui de formas originadas em momentos históricos diferentes, mas que coexistem no período atual. Nesse raciocínio as formas recentes correspondem às necessidades e determinações da sociedade atual.

Até esse trecho buscou-se compreender a paisagem a partir da percepção, evidenciando no tocante a este assunto como os sujeitos envolvidos na pesquisa se comunicam com o mundo. Investigou-se assim através dos aspectos subjetivos apresentados como se expressam seus valores e sentimentos em relação à paisagem estudada.

Ainda, segundo os resultados da pesquisa, a paisagem que significa a expressão material do sentido que as pessoas dão ao meio foi reconhecida como portadora de potencialidade turística e para esta há um forte desejo de transformação em recurso turístico por parte da população. A partir desse ponto apresentam-se as perguntas sobre potencialidade turística e paisagem. Quanto a pergunta 6 “Em sua opinião a paisagem do município apresenta potencial para a prática turística?”, assim como as perguntas 1 e 2 também foram aplicadas a todos os entrevistados, e as respostas e justificativas foram as seguintes:

ENTREVISTADO A: *Se é algo natural, eu não sei se teria assim muito campo, não... não vejo muito, porque o máximo que nós temos, igual eu disse é mais questão de água, cachoeiras, não sei. Agora a não ser que fosse né, prática turística, não sei se a gente teria muito campo pra isso, é... não sei se chamaria muito a atenção porque os pontos são poucos, embora... né como você disse, o que você pode visualizar não são tão poucos assim pelo tamanho do município, mas eu não sei se chamaria muito a atenção de pessoas de fora. Tudo bem que ponto turístico ele não teria apenas que atrair pessoas de outras localidades né, é claro que o essencial pra conforto ou pra lazer ou pra distração em si, seria pra pessoas do município, agora em termos de rendimento, né de obtenção de... monetária, de recurso monetário assim pra que a pessoa, o dono da propriedade tenha retorno, teria que vir algo, tipo na... ali o Salto das Orquídeas é conhecido, sei lá, ele tem um ângulo grande né, o pessoal conhece, vem pessoas de fora, de longe pra visitar, sabem que é bonito, veem propagandas, né. Não sei se seria o caso de Nova Santa*

Bárbara, posso “tá” enganada! Acho que... sabe “tá” meio restrito ainda esses lugares... Acho que não tem muita opção.

Na opinião do ENTREVISTADO A o município de Nova Santa Bárbara não apresenta potencialidade para o turismo, tal resposta contradiz a resposta dada na pergunta 2, cuja resposta mencionava a existência de cachoeiras e o possível aproveitamento para atividade turística desde que haja algumas ações planejadas. Na mesma resposta também se contradiz, quando afirma a existência de poucos pontos, e por fim nega a existência destes. Nota-se ainda na resposta dada certa confusão entre turismo e lazer quando diz: *“Tudo bem que ponto turístico ele não teria apenas que atrair pessoas de outras localidades né, é claro que o essencial pra conforto ou pra lazer ou pra distração em si, seria pra pessoas do município”*. Também compara o caso do desconhecimento de atrativos no município ao destacar a falta de divulgação, diferente do que acontece em município próximo, Sapopema, com o Salto das Orquídeas.

ENTREVISTADO B: *Olha aqui teria que trabalhar o turismo rural né, teria que trabalhar o turismo rural. Aqui nós temos apenas uma cachoeira muito bonita, cachoeira Maria da Júlia. É... a vantagem né... é que nós estamos próximo a Londrina né, um grande centro né. Poderia ser trabalhado aí com essa proximidade de ter... e tem muitas águas também né, você poderia ter algum termas, né, seria o turismo, eu veria assim mais o turismo regional né, e aproveitando o grande potencial de São Jerônimo, porque São Jerônimo já é diferente né o município muito grande né, município enorme... e lá sim tem muitas cachoeiras, muito atrativo. Mas, aqui poderia ser assim uma pousada né, o pessoal ficar, pousar e depois ir pra São Jerônimo e retornar pousando aqui. Eu vejo só na questão do turismo nessa questão né, o turismo rural né e aproveitando aí essa proximidade de São Jerônimo. E não vejo assim o pessoal vindo de muito longe pra cá, eu acho que talvez né da região de Santo Antônio da Platina, Cornélio, Londrina, o Norte e o Norte Pioneiro, eu não veria alguém sair lá de São Paulo pra vir pra cá, eu não veria esse potencial não, mas se pegar Londrina aí com mais 500 mil pessoas aí daria pra trabalhar alguma questão no sentido de trabalhar o regional. Aí o pessoal tem... “tá” desativado, mas tem um grande pesque pague aqui que poderia ser reativado né, se tivesse pousada, iria no pesque pague, iria na cachoeira. Mas é uma questão também de médio prazo, porque no turismo todo investimento é alto né, tudo... não é uma questão simples pra você entrar nesse ramo tem que se investir bastante, o*

investimento é alto, mas eu vejo potencial sim. Trabalhando assim, é... junto de Sapopema também tem uns lugares muito bonitos, Sapopema, São Jerônimo, aqui Nova Santa Bárbara daria pra fazer um trabalho nos três municípios.

Já, a resposta do ENTREVISTADO B afiança a existência de potencialidade turística em Nova Santa Bárbara, mencionando a modalidade de turismo rural, alguns atrativos, a Cachoeira Maria Julia e um pesqueiro, e a necessidade de uma pousada para hospedagem. Destaca-se a vantagem da proximidade com um grande centro urbano como Londrina, e pensa-se em possibilidades para o desenvolvimento de um turismo que abranja a população da região em três municípios, Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra e Sapopema.

ENTREVISTADO C: *Eu acho que tem muito potencial né, a gente sempre vive falando isso, acho que falta assim, ter mais questão de planejamento, esforço, porque ele depende né de uma questão de estrutura e o que a gente não tem é isso né, uma estrutura, mas potencial tem. Principalmente essa questão aí das naturais aí né, cachoeira, cavernas e a própria assim agricultura familiar né se você conseguisse ter... (interrupção celular tocando) Eu acho que principalmente nessa questão de agroindústria, de... a gente tem... tem uma feira, Feira da Lua né, e tem uma feira de produtor, então assim e... dá pra você trabalhar de estar junto assim né, agregando valor nos produtos deles, gerando renda pra famílias em função aí do turismo.*

Em São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO C confirma a existência de potencial, contudo há falta de planejamento. Sua resposta dá noções da possibilidade de desenvolvimento de turismo em áreas naturais e de turismo rural.

ENTREVISTADO D: *Bastante. A indústria desse município hoje é a área turística pela quantidade de... de... beleza que ele tem. Ao nível de cachoeira, grutas e enfim é... é... outra coisa, bonitos riachos, hã... muitas nascentes ainda que estão 'conservada' de águas puras cristalinas. Então, o potencial turístico para esse município hã... é muito grande, o que precisa é fazer um estudo cauteloso em cima disso aí e buscar parceiros pra desenvolver é... a exploração desse potencial turístico. Eu... até que inclusive nessa cachoeira, a maior cachoeira da região eu... eu... penso em desenvolver um planejamento pra... pra início de... de... exploração (qual é a maior cachoeira?) cachoeira do João Nogueira, com 135, 140 metros de queda e... pra você ter o acesso assim com segurança é... desenvolver uma escada é... uma escada ecológica pra não 'alterá' muito a natureza, pra você ter acesso até*

*lá embaixo, e voltar... e depois tem muita coisa pra ‘desenvolvê’, construir mirante é... enfim tirolesas também, só que pra isso a gente tem que buscar parceria e recurso aí do Ministério do Turismo que esteja envolvido nisso também e mais os parceiros que a gente contacta aí e tiver interesse de investir. Mas, o potencial aqui do município é muito grande, falta interesse é... do poder público e essa parceria aí que a gente precisa... **(essa parceria o senhor já teria em mente algumas pessoas pra conversar ou não?)** Hum não, além dos proprietários a gente tem que partir pra essa... o Ministério do Turismo aí né. Proprietários que envolve na vizinhança das cachoeiras e depois partir pro Ministério do Turismo. Mas, ainda ‘tamo’ em... só pensamentos, ‘colocá’ no papel pra ‘desenvolvê’. Infelizmente, nunca ninguém, pensou, mas não entrou com a contrapartida né, pra se ‘doá’ pra fazer a coisa andar.*

Ainda, sobre São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO D profere mais algumas considerações importantes, afirmando que o município apresenta potencial, todavia, no início sua resposta não condiz à realidade com a seguinte frase: “A indústria desse município hoje é a área turística pela quantidade de... de... beleza que ele tem”. Tal afirmação não expressa a realidade, uma vez que o turismo não se executa efetivamente no município, este não consiste em sua ocupação ou principal atividade econômica. Dando continuidade, a resposta toma o rumo adequado e condizente à situação atual ao identificar os componentes naturais da paisagem e sua potencialidade, a necessidade de inventário turístico, a falta de instalação de infraestrutura mínima para acesso a cachoeiras, a precisão de parcerias e a identificação da Cachoeira João Nogueira como um importante atrativo do município. Com relação à falta de levantamento da potencialidade turística em São Jerônimo da Serra, ao longo da primeira década deste século houve uma iniciativa para elaboração de inventário turístico, porém este não foi concluído. Em consulta a este documento em arquivo digital, observa-se que algumas ações do plano diretor, como a formação de Conselho Municipal de Turismo foi cumprida pela administração pública dessa época, contando com o envolvimento de várias secretarias, departamentos municipais, entidades públicas (Emater), representantes de diversos segmentos da sociedade (ramo hoteleiro, agricultura, comércio, indústria etc.) e organizações não governamentais (ONG Ambiental Norte do Paraná). Este conselho denominado Conselho Municipal de Turismo de São Jerônimo da Serra (COMUTUR) foi criado pela lei municipal 012/2005 em 16 de maio de 2005. Foi possível verificar a

organização dos Conselhos de Turismo Indígena (COMUTURINS) em 2008, outro desígnio presente no plano diretor, envolvendo representantes das terras indígenas. Ainda, para exemplificar tais organizações, foram anexados ao inventário vários materiais que descrevem as etapas executadas. O inventário turístico, embora incompleto, estrutura-se em apresentação geral contendo breve descrição da potencialidade turística do município, metodologia, caracterização de algumas etapas anteriores e necessárias ao desenvolvimento turístico (departamento de turismo, conselhos municipais de turismo), breve histórico municipal, símbolos municipais e aspectos geográficos.

Com o objetivo de elucidar a questão do turismo descreve a ocorrência de alguns cursos voltados para formação de mão de obra especializada realizados na década de 1990 e na primeira década do século XXI, sendo estes: curso de guia local (42 guias) em São Jerônimo da Serra e Santa Cecília do Pavão com 720 horas nos anos 1996 e 1997 (SENAC/SERT/EMBRATUR); curso de condutor de turismo (28 condutores) em 2001 com carga horária de 120 horas (SENAC/SERT); curso trabalhador em turismo rural – artesanato de tábua e fibra de bananeira (14 pessoas capacitadas) em 2006 com carga horária de 56 horas (SENAR); curso trabalhador em turismo rural – artesanato em bambu (13 pessoas capacitadas) em 2006 com carga horária de 16 horas (SENAR); curso trabalhador em turismo rural – artesanato em cestarias e trançados em palha de milho (10 pessoas capacitadas) em 2008 com carga horária de 16 horas (SENAR); curso trabalhador em turismo rural – floricultura (15 pessoas capacitadas) em 2008 com carga horária de 24 horas (SENAR); curso trabalhador em turismo rural – produção de alimentos como conservas vegetais, compotas, frutas cristalizadas (15 pessoas capacitadas) em 2008 com carga horária de 24 horas (SENAR); dentre outros.

O inventário também apresenta uma seção contendo detalhamento dos atrativos naturais e culturais do município, assim como dos equipamentos, serviços e infraestrutura de apoio ao turismo. Na seção sobre atrativos naturais apresenta breve descrição acerca de quinze cachoeiras, são estas: Cachoeira do Tigre ou João Nogueira, Cachoeira do Padre, Cachoeira do Assentamento ou Salto das Orquídeas, Salto do Capim, Cachoeira dos Pilões, Cachoeira do Tamanduá, Cachoeira Vale Verde, Cachoeira do Brandão, Cachoeira do Baiano, Salto do Haras, Cachoeira do Caratua, Salto do Bira, Salto da Lagoinha, Salto Água da Pedra e Salto do Porto de Areia. Para estas indica algumas informações importantes sobre

localização, características da trilha, distância da sede municipal, altura da queda, nome do proprietário, contatos, tamanho da área em que está localizada, condições de acessibilidade, integração em roteiros, origem dos visitantes, legislação para proteção, estado de conservação, aspectos da fauna e flora etc.

Ainda nesta parte, o documento aborda alguns picos, morros e mirantes naturais do município: Pico Agudo, Morro do Tafe, Mirante do Vale do Tamanduá, Mirante do Vale do Tibagi, Mirante do Vale do Tigre, mirante da entrada da cidade e Mirante do Tigre. Também descreve estes de forma semelhante às cachoeiras. Há apontamentos sobre as cavernas, grutas, tocas e cavidades de São Jerônimo da Serra, totalizando 16 itens e contendo alguns dados sobre: a Caverna Terra Nova, a Toca do Tibagi, a Gruta Arco Verde, a Gruta das Urtigas ou Gruta do Capim, a Gruta do Poço, a Gruta Gostosinho, Toca do Porto de Areia, a Caverna do Cedro I, a Caverna do Cedro II, a Caverna do Cedro III, a Caverna do Cedro IV, a Gruta Água da Pedra, a Caverna do Bira, a Gruta Alta, a Gruta Baixa e a Gruta do Tigre. A maioria possui acesso difícil, sendo por isso pouco visitada e conhecida pela população.

Quanto aos atrativos culturais informa sobre a existência de algumas manifestações e festas populares como a Festa do Padroeiro São Jerônimo (ANEXO I), a Festa do Aniversário da Cidade, a Festa do Dia do Índio (ANEXO J), a Festa de Santo Antônio, Festa da Padroeira Aparecida de Terra Nova (Fepaten) (ANEXO K), Festa do Padroeiro São João Batista do Distrito de São João do Pinhal, Feira da Lua dos produtores rurais, Festa do Carneiro no Buraco (APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e Festa e Culto do Agricultor.

Além disso, sobre a cultura, expõem-se informações sobre sítios históricos e arqueológicos do município, caracterizando as terras indígenas, São Jerônimo e Barão de Antonina, e ainda relata a existência de pinturas rupestres e restos cerâmicos a partir de consulta em material produzido por equipe de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina que mapeou os pontos de relevância turística e a possibilidade de desenvolvimento de geoturismo no município.

Quanto às instituições culturais refere-se ao Museu Histórico Municipal criado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, possuindo convênio com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SEC MING e COSEM (Coordenação do Sistema Estadual de Museus). Dispõe de mais de 400 objetos antigos datados do século XVIII ao XIX. Ainda seu acervo contém registros

históricos, documental, mobiliário, étnico, geológico, fotográfico, religioso e coleções diversas. Nos últimos anos este estabelecimento que já apresentava necessidade de melhorias quanto à ampliação e adequação de seu espaço, foi transferido para um prédio de dimensões menores. Atualmente também é possível conhecer a história de São Jerônimo da Serra através do Museu Histórico Virtual de São Jerônimo da Serra elaborado por pesquisadores do curso de História da Universidade Estadual de Londrina (MUSEU HISTÓRICO VIRTUAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2015). O site da prefeitura municipal apresenta resumido histórico da cidade sem apresentar figuras ou mapas. No *link* 'serviços' listam-se alguns locais identificados como pontos turísticos (cavernas, mirantes naturais, cachoeiras), expondo uma imagem para cada um, isso significa certo avanço, pois quando consultado o *site* em anos passados não havia nenhuma foto do município, contudo não há explicações sobre os locais, ao menos mapa com a localização, tais informações mais detalhadas somente são obtidas através do plano diretor disponível para *download* na página eletrônica (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2015). Aproveitando o ensejo, outro local inutilizado pela administração pública como instrumento de divulgação do município é o portal de entrada (FIGURA 34), este permanece abandonado e com sinais de degradação.



FIGURA 34– Portal de entrada em São Jerônimo da Serra (2012)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

O inventário turístico também organiza um rol de equipamentos e serviços turísticos, tais como: pousadas, lanchonetes e restaurantes. Para todos apresenta alguns dados descritivos similares aos já citados para os atrativos naturais. Em experiências de campo no local foi possível conhecer alguns dos serviços na área de alimentação, uma das pousadas oferece refeições e há alguns restaurantes especializados em culinária japonesa e comida italiana com massas caseiras, que funcionam em horários específicos, alguns durante o dia e a noite, e outros somente a noite, considerando-se como boa a qualidade da comida e do atendimento. Também se arrolam clubes, meios de comunicação, empresas de telefonia móvel e fixa, bancos, cartórios, secretarias públicas, instituições de ação social, estabelecimentos de segurança pública, estabelecimentos públicos e privados de saúde, associações agrícolas, empresas de viação rodoviária. E, por fim há um ensaio para organização de um quadro com os equipamentos e atrativos turísticos na busca de estabelecer o nível de atratividade a partir de alguns critérios.

ENTREVISTADO E: *Claro, eu acho que sim. Por ter bastante... bastante paisagem que atrai turistas, pessoas que gostam de fazer algum tipo de estudo.*

O ENTREVISTADO E vê potencial na paisagem de São Jerônimo da Serra para atrair turistas, e faz alusão ao perfil de turista que desenvolve estudos. Como já se expôs anteriormente na pesquisa há algumas tipologias para os turistas que manifestam interesse em visitar áreas naturais protegidas, na resposta dada pelo entrevistado, faz-se menção ao ecoturista pesquisador, ou seja, aquele que participa de grupos de pesquisa e enquadra-se pontualmente em experiências científicas.

ENTREVISTADO F: *Ah conforme o lugar, eu acho que existe o local que pode ser considerada pra... pra turismo né? No caso a gente tem aí vários... principalmente aqui na minha região, aqui na Terra Indígena Barão de Antonina a gente tem algumas 'área' que pode ser é... se a gente 'aproveitá' a oportunidade que ela oferece pode ser como... ser uma área de turismo né. Visita a cavernas né, é rios, córregos, né. Isso pode até pra... ser um bom... é... pra ser um bom é... evento assim pra turismo... pra 'participá'. Existem também cachoeiras, pode...*

O ENTREVISTADO F considera que a paisagem de São Jerônimo da Serra apresenta potencial, e particularmente a Terra Indígena Barão de Antonina, com possibilidade de visitação a cavernas, rios, cachoeiras etc.

ENTREVISTADO G: *Sim. Eu não conheço toda a... assim essa estrutura da... assim do turismo daqui. Eu não conheço todas as cachoeiras, cavernas, mas as que eu conheço, elas são bonitas, acredito que o pessoal que venha pra cá vai gostar. Tem uma cachoeira aqui que tem... me parece que são dez metros né, de altura. Tem uma paisagem muito bonita. (Qual é?) A do Salto do João Nogueira. Tem no Distrito da Terra Nova também, tem uma cachoeira lá muito bonita. É... tem um rio num Distrito... do Tigre, que tem um rio, e tem muitas pedras assim sabe que o pessoal vai muito lá pra fazer piquenique, pra fazer almoço. E, bastante cachoeira com rio bonito. (São as pessoas daqui mesmo que frequentam?) Já teve excursões que vieram pra cá, que veio de colégio, vieram de ônibus, trouxeram as crianças de escola. Um outro ponto de vista que não é bem de paisagem, mas que muita gente vem é pra ver a parte da reserva indígena. Vem assim muita escola pra conhecer, vem escola de fora, e eles sempre trazem os alunos pra conhecer a cultura deles né.*

E, por fim, a respeito do assunto, o ENTREVISTADO G, informa sobre a existência de vários elementos que representam a potencialidade turística do município de São Jerônimo da Serra, sendo citado novamente a Cachoeira João Nogueira e as terras indígenas. Também menciona o distrito de Terra Nova e o rio do Tigre. Além disso, explica que em alguns desses já há visitação, no caso das terras indígenas, para qual há certa dúvida sobre a existência de paisagem no local.

De acordo com as respostas dadas percebe-se que a maioria dos entrevistados confirma a existência de potencialidade para o desenvolvimento turístico, alguns demonstram ciência da falta de planejamento e dos desafios a serem enfrentados para que tal segmento econômico venha a ser executado e obtenha bons resultados. É válido destacar que algumas respostas além de mencionarem os possíveis atrativos para visitação turística, também já indicavam algumas modalidades turísticas e ideias de como estas podem se desenvolver.

Na análise das respostas obtidas faz-se menção ao turismo rural e ao ecoturismo: *“Olha aqui teria que trabalhar o turismo rural né, teria que trabalhar o turismo rural. Aqui nós temos apenas uma cachoeira muito bonita, cachoeira Maria da Júlia”* (ENTREVISTADO B, ligado à gestão territorial em Nova Santa Bárbara), *“Principalmente essa questão aí das naturais aí né, cachoeira, cavernas e a própria assim agricultura familiar [...] dá pra você trabalhar de estar junto assim né, agregando valor nos produtos deles, gerando renda pra famílias em função aí do*

turismo” (ENTREVISTADO C, ligado à gestão territorial em São Jerônimo da Serra), “Ao nível de cachoeira, grutas e enfim é... é... outra coisa, bonitos riachos, hã... muitas nascentes ainda que estão ‘conservada’ de águas puras cristalinas” (ENTREVISTADO D, ligado a gestão territorial em São Jerônimo da Serra), “Visita a cavernas né, é rios, córregos, né. [...] Existem também cachoeiras” (ENTREVISTADO F, liderança indígena em São Jerônimo da Serra), “Eu não conheço todas as cachoeiras, cavernas, mas as que eu conheço, elas são bonitas, acredito que o pessoal que venha pra cá vai gostar” (ENTREVISTADO G, do setor de hospedagem em São Jerônimo da Serra).

O turismo rural pensado para os dois municípios em um sentido amplo abrange a fruição dos recursos rurais, além de atividades desportivas e ecológicas, e a dimensão relativamente intangível da cultura e do modo de vida das comunidades rurais presentes em ambas as paisagens (RODRIGUES, 2001). Esta modalidade turística possibilitaria incluir esta parcela da população residente nestes locais com potencial para o desenvolvimento do turismo em pequena escala no Norte do Paraná, peculiaridade já citada ao longo deste estudo. Todavia, pensa-se que este se viabilizaria a partir da pequena escala e não organizado por grandes empresas, e logicamente vinculado a políticas em sentido amplo para a promoção da atividade que contribuem com os de menor poder econômico (CALVENTE, 2002).

Observa-se que conforme um dos entrevistados delinea-se planos de um turismo que envolva mais de um município da região: “Trabalhando assim, é... junto de Sapopema também tem uns lugares muito bonitos, Sapopema, São Jerônimo, aqui Nova Santa Bárbara daria pra fazer um trabalho nos três municípios” (ENTREVISTADO B). Este pensamento, embora extrapole a área desse estudo, é pertinente, pois existem os chamados Projetos Regionais de Turismo no Estado do Paraná que determinam algumas diretrizes e ações do governo com a meta de estudar, planejar e fomentar o turismo em escala regional e local. Tais planos turísticos buscam conciliação dos interesses manifestados pelos vários agentes envolvidos, ou seja, do governo do Estado, da iniciativa privada, das prefeituras municipais, das comunidades locais, dos órgãos ambientais e de organizações não governamentais. Esse planejamento turístico tem como modalidade principal o ecoturismo ao se pretender o turismo em escala regional, e dentre uma das regiões consideradas potencialmente turísticas tem-se a Costa Norte que enfatiza, por

exemplo, a exploração de antigas propriedades de cultura de café e outras áreas rurais (SILVEIRA, 2003).

Há outro projeto turístico delineado para a região do Norte Pioneiro Paranaense, este se iniciou em 2007, sendo organizado pela Adetunorp (Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná) e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa) e ainda tendo a parceria de Paraná Turismo, Secretaria do Meio Ambiente, prefeituras municipais, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), América Latina Logística (ALL), Convention & Visitors Bureau, Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, agências de turismo, Hidrelétrica Duck Energie e Codel (Instituto de Desenvolvimento de Londrina). Este objetiva criar condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo na região Norte do Paraná, promovendo a competitividade das micros e pequenas empresas, através da cooperação, das ações de melhoria no atendimento, de mercado e da gestão de negócios, consolidando-se como quinto destino turístico do Estado. Assim, suas metas correspondem a conhecer a oferta turística regional, avaliar o potencial turístico dos municípios, identificar obstáculos, fundamentar decisões, minimizar riscos e direcionar ações futuras. Seus trabalhos potenciais se expressam na definição de projetos para Rota das Águas, Rota do Café, Turismo Cultural e de Agronegócios a serem desenvolvidos na região turística composta por 59 municípios, dentre estes São Jerônimo da Serra que integraria a Rota das Águas (ANEXO L). Sobre as rotas pretendidas, apresenta-se de modo consolidado o desenvolvimento da Rota do Café (ANEXO M), com a finalidade de resgate da cultura e da identidade regional, este roteiro possui mais de trinta atrativos em nove municípios, um de seus atrativos localiza-se em São Jerônimo da Serra (ROTA DO CAFÉ, 2015). E, também a Rota das Águas contando com dois municípios integrantes, Carlópolis e Ribeirão Claro, ambos possuem doze atrativos, dentre estes cachoeiras, morros, mata nativa, praias de água doce, represa da usina hidrelétrica de Xavantes, pousadas, ponte pênsil, cafezais, parques, festividades, restaurantes etc. Em material disponível para download na página eletrônica da Adetunorp há indicação de *site* próprio da rota, porém não foi possível acessá-lo, verificando que este possui algum tipo de divulgação em *site* das prefeituras municipais. O material consultado intitulado “Guia Turístico Regional – Norte do Paraná” apresenta breve descrição das rotas (das Águas, do Café, do Agronegócio e do Rosário) e trata de alguns aspectos históricos,

atrativos turísticos e datas comemorativas de alguns municípios integrantes de roteiros turísticos da região, dentre estes São Jerônimo da Serra. Expõem algumas imagens do município, quais sejam da Fazenda Terra Nova que integra a Rota do Café, da Pousada Caminho das Águas Mansas, da Cachoeira João Nogueira, da Cachoeira do Baiano, da Cachoeira do Bira, da Cachoeira do Caratuva, Água da Pedra, Cachoeira das Palmeiras, um dos mirantes naturais e o site da prefeitura. Também relata de forma sucinta sua história e aponta apenas duas datas comemorativas, o Dia do Padroeiro São Jerônimo e o Aniversário da Cidade. O potencial identificado pela agência está vinculado à aventura, náutico, negócios e eventos. No site da Adetunorp há informações sobre os municípios que integram a região, a agência, segmentos turísticos, agenda de eventos etc. Contudo, nota-se que as últimas atualizações datam do ano de 2009.

As atividades de diagnóstico se iniciaram em 2007 realizando pesquisa preliminar com levantamento de informações em entidades diversas, em páginas eletrônicas dos municípios envolvidos e com conversas informais. Os trabalhos de campo envolveram roteiros de visitação enviados pelos municípios e acompanhamento de técnicos locais. Os itens avaliados no diagnóstico foram atratividade, compras, hospedagem, alimentação, acessibilidade, sinalização, apoio ao turista, valor real, valor potencial e capacidade empresarial. A partir de tal avaliação concluía-se a respeito do potencial turístico dos municípios, classificados em inexistente, inadequado, precário, razoável, bom, excelente (ANEXO N). Neste caso, São Jerônimo da Serra classificou-se como razoável detectando-se um segmento turístico real de turismo de aventura e lazer (ANEXO O), com potencial para turismo cultural e ecoturismo (ANEXO P). Necessitando se desenvolver para qualificar e assim promover o turismo em médio prazo (ANEXO Q). Segundo a pesquisa nessa situação ainda estaria desenvolvendo o segmento turístico real conferido no diagnóstico, não deixa claro como desenvolveria seu segmento turístico potencial. Também durante as entrevistas nenhum dos gestores abordados mencionaram as atividades da empresa consultora nesse período, demonstrando total desconhecimento desse fato.

Prosseguindo com a análise das respostas, concorda-se com os entrevistados quando apontam alguns locais nos municípios dotados de potencialidade para o desenvolvimento do turismo rural, porque incidem em algumas das principais características dos destinos turísticos de pessoas que manifestam

interesse em questões relativas ao meio ambiente, buscando experiências mais autênticas e de convívio com o modo de vida e costumes locais, necessitando de práticas de lazer mais saudáveis, e da tranquilidade e relaxamento que a vida no campo oferece, em contraste com o estresse da vida urbana (SILVEIRA, 2001).

Segundo a indicação dos entrevistados vários locais nos municípios propiciariam qualidade ambiental e pouca saturação, e a promoção de férias ativas através do contato com a natureza e a integração com a cultura e os costumes locais, transformando alguns espaços rurais e naturais em destinos exclusivos com fluxos turísticos de tipo alternativo (SILVEIRA, 2001).

Certo hibridismo entre turismo rural e ecoturismo poderia ser desenvolvido em algumas propriedades de São Jerônimo da Serra que possuam atrativos naturais (grutas, cachoeiras, rios, córregos, mirantes naturais etc.), que ainda possam oferecer atividades típicas do meio rural (cavalgada, passeio de charrete, técnicas de plantio, ordenha de vaca etc.) ou até mesmo que explorem algum tipo de produção agrícola ou frutífera com fabricação artesanal de produtos alimentícios. Neste município a potencialidade para tais atividades ocorre em algumas localidades próximas à sede municipal (FIGURAS 35 e 36) e em outras mais afastadas (FIGURAS 37, 38, 39, 40 e 41), situadas na região dos vales dos rios. Nas imagens expostas a seguir identificam-se alguns possíveis locais próximos à sede municipal de São Jerônimo da Serra e outros mais distantes situados em algumas localidades rurais na região do vale do rio Tigre e na comunidade Passo Liso (a denominação deve-se ao ribeirão Passo Liso). Quanto aos locais próximos à sede apresentam-se algumas propriedades rurais situadas ao longo do caminho que leva até um dos atrativos naturais, a Cachoeira do Padre (também conhecida como Cachoeira Humanitas por se localizar nas proximidades da Associação Filantrópica Humanitas). Nos locais mais afastados selecionaram-se algumas imagens que expressam parcialmente a paisagem rural do município, na estrada para a Terra Indígena Barão de Antonina, observando-se algumas propriedades rurais e seus diferentes usos da terra, plantio, pastagens, reflorestamentos e áreas de mata nativa. E, na região do vale do rio Tigre, avista-se ao longe a imponente Cachoeira João Nogueira, algumas propriedades rurais e a presença mais proeminente da mata devido ao relevo e a localização da unidade de conservação. Na localidade de Passo Liso, detectou-se a presença de propriedades rurais que exercem a prática de pecuária com a criação de gado bovino e cavalos.



FIGURA 35 – Propriedade rural ao longo do caminho para Cachoeira do Padre (próximo à sede municipal de São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 36 – Vista de propriedade rural com pastagens, ao longo do caminho para Cachoeira do Padre (próximo à sede municipal de São Jerônimo da Serra)
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 37 – Vista parcial da paisagem rural de São Jerônimo da Serra (Estrada em frente à Terra Indígena Barão de Antonina)
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 38 – Vista da paisagem rural no vale do rio Tigre em São Jerônimo da Serra (destaque para a visão da Cachoeira João Nogueira à direita da imagem)
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 39 – Propriedade rural com prática de pecuária na localidade de Passo Liso em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 40 – Criação de gado bovino em propriedade rural da localidade Passo Liso em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 41 – Pastagem com cavalos em propriedade rural do Passo Liso em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Ainda com relação aos locais próximos à cidade, para a Cachoeira do Padre (FIGURA 42), o acesso é realizado por estrada vicinal sem pavimentação em boas condições, e mais 200 metros de trilha (FIGURA 43) sem dificuldades para atingir a parte central da cachoeira com 18 metros que se divide em duas quedas. Este local pertence à propriedade particular, e sem cobrança de taxas e de infraestrutura é muito conhecido e frequentado pela população. A frequência de visitantes no local se expressa pela presença de resíduos sólidos (FIGURAS 44 e 45), evidenciando o descaso com as áreas de preservação no município, além de se observar a prática de pecuária e o plantio de eucaliptos nas margens do rio (FIGURA 46).

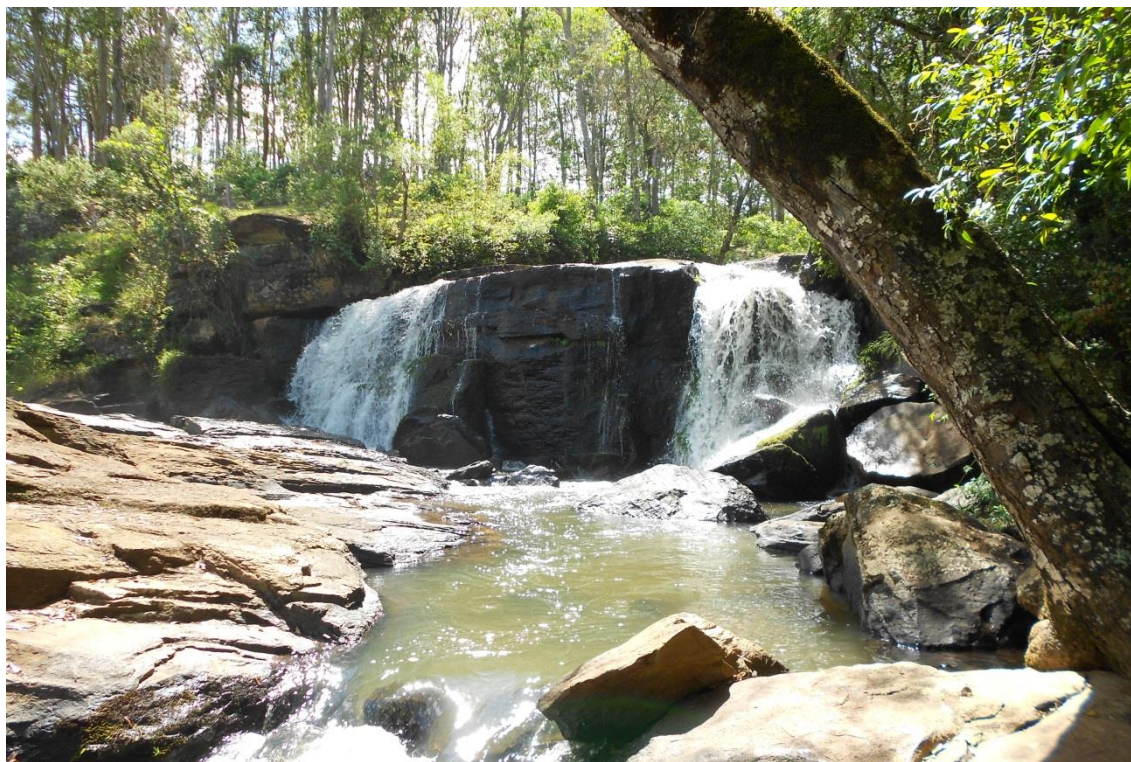


FIGURA 42 – Cachoeira do Padre em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 43 – Trilha de acesso a Cachoeira do Padre
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 44 – Resíduo sólido deixado na trilha de acesso a Cachoeira do Padre
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 45 – Resíduos sólidos na mata ciliar do rio Tigre (próximo a Cachoeira do Padre)
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 46 – Prática de pecuária e reflorestamento em área de preservação permanente no rio Tigre em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

É necessário comentar sobre a Associação Filantrópica Humanitas (FIGURA 47) que se situa a caminho da cachoeira descrita anteriormente, próximo ao acesso para o distrito de Terra Nova. Esta se caracteriza como uma entidade civil de caráter filantrópico, beneficente e assistencial, com fundação em 1977 em São Jerônimo da Serra pelo padre Haruo Sasaki. Tem como finalidade dar assistência médica, social e ambulatorial aos hansenianos, seus familiares e pessoas carentes e necessitadas de forma gratuita. Tal ideia teve início em 1972, quando o padre visitava o município e encontrou muitas pessoas carentes e portadoras de hanseníase que viviam de modo humilde, se escondendo nos morros e vales da região. Buscou auxílio junto à administração pública, contudo por falta de recursos, não obteve êxito. Persistindo com tal escopo conseguiu auxílio de conterrâneos japoneses, e ainda alemães e norte-americanos. Daí em diante, os planos para a entidade passaram a se concretizar, demonstrando seu crescimento, e atualmente possui ambulatório, capela, laboratório, sala de pequenas cirurgias, enfermaria, orquidário e dois médicos especializados em Dermatologia e Hansenologia. Sua área de abrangência remete-se a mais de sessenta municípios paranaenses e municípios de outros

Estados (ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA HUMANITAS, 2015). Esta entidade que exerce significativa atração para o município em função de seus serviços de saúde, também pode colaborar para a possível prática turística, inclusive, em *site* próprio esta já vem divulgando o município com um *link* chamado 'Ecoturismo' em que apresenta descrições breves das cavernas, das cachoeiras, dos mirantes e do histórico local (FIGURA 48).



FIGURA 47 – Associação Filantrópica Humanitas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 48 – Layout do site da Associação Filantrópica Humanitas (divulgação do município)

FONTE: ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA HUMANITAS, 2015.

No caso do empreendimento do turismo rural, tanto em Nova Santa Bárbara como em São Jerônimo da Serra há potencialidade para esta modalidade. Logo, atividades de pesque-pague em lagos artificiais, cavalgadas e visitas as fazendas de produção cafeeira caracterizam esse tipo de turismo. Este último atrativo distingue o chamado turismo rural do ciclo cafeeiro (RODRIGUES, 2001), encontrado em antigas fazendas de café do interior, como é o caso do norte do Paraná, e exemplifica o turismo rural tradicional de origem agrícola. Segundo Rodrigues (2001) tais propriedades ao longo da ocupação histórica e geográfica desses locais constituíram as principais unidades de produção durante o ciclo de café, algumas dispõem de patrimônio arquitetônico imponente em suas sedes, contendo áreas de pesque-pague, e algumas atividades rurais sem fins lucrativos, tais como ordenha de vaca e colheita de frutas em pomares. Em São Jerônimo da Serra, um dos entrevistados informa sobre a existência de uma propriedade produtora de café no Distrito de Terra Nova, que já está inserida em roteiro turístico com essa finalidade. Ainda, em São Jerônimo da Serra as propriedades existentes neste distrito (FIGURA 49) e em alguns assentamentos rurais (FIGURAS 50, 51, 52 e 53) poderiam executar o turismo rural nesses moldes. Em Nova Santa Bárbara, há possibilidades

na localidade chamada Estrada Setecentos Alqueires (FIGURA 54), já definida segundo o plano diretor municipal como eixo de desenvolvimento turístico.



FIGURA 49 – Vista panorâmica do Distrito de Terra Nova em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 50 – Vista de propriedades rurais ao longo do caminho para o Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 51 – Vista de propriedade rural ao longo de vales na região do Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 52 – Propriedade rural no Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 53 – Propriedade rural com plantação de café no Assentamento Dom Elder Câmara em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 54 – Vista da paisagem rural ao longo da Estrada Setecentos Alqueires em Nova Santa Bárbara
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Algumas variantes do chamado turismo rural contemporâneo também poderiam ser aplicadas ao caso dos municípios estudados, tais como pousadas rurais, segunda residência campestre, campings e acampamentos rurais. As pousadas rurais, instalações de menor porte e menos luxuosas que oferecem aos visitantes o desfrute da vida no campo sem muito requinte (RODRIGUES, 2001), poderiam ser empreendidas em alguns distritos e localidades rurais próximos as sedes municipais de ambos.

A segunda residência campestre geralmente situa-se na área rural de municípios vizinhos dos grandes centros urbanos, são as chamadas chácaras de veraneio. Ocorrendo nos arredores de muitas aglomerações metropolitanas, em municípios desse entorno, frequentemente cruzados por grandes rodovias traçadas em sentido radial para todas as regiões interioranas (RODRIGUES, 2001). Em Nova Santa Bárbara, o ENTREVISTADO B menciona a existência de uma propriedade com residência desse caráter, sendo construída com a finalidade de locação para usufruir de atrativo próximo, a Cachoeira Maria Julia.

Ainda, no que concerne ao assunto, a rodovia estadual PR-090 é a principal via de acesso aos municípios estudados, e considera-se vantajosa a presença de tal componente de infraestrutura viária, visto que no tocante ao planejamento do turismo, embora pouco abordado na bibliografia específica, o ônibus comparece como maior rede de transporte do país, sendo que o turismo rodoviário é responsável pelo transporte do maior número de turistas e viajantes nacionais (YÁZIGI, 2009).

Conforme Rodrigues (2001) os campings e acampamentos rurais consistem em um meio de hospedagem significativo para hospedar jovens e famílias com crianças, tipo de demanda expressiva do turismo rural. Localizam-se preferencialmente em vales de rios, em áreas de significativa cobertura vegetal, tais como as matas ciliares, existentes ao longo de alguns trechos dos rios Tigre e Tibagi em São Jerônimo da Serra. Este tipo de empreendimento turístico obedecendo a um plano de manejo adequado devido à localização específica em áreas de preservação permanente contribuiria para evitar ações depredativas já frequentes em várias áreas do município, tais quais as constatadas durante observações realizadas nas proximidades dos rios Tigre (FIGURA 55) e Tibagi (FIGURA 56), que faz a divisa a oeste com Londrina, Tamarana e Ortigueira. De um dos lados da ponte precária (FIGURA 57) presente nesse trecho do rio Tigre, observa-se a

transformação da mata nativa na beira de suas margens (FIGURA 58). Seguindo o caminho após esta estrutura que serve aos pescadores amadores e trabalhadores do reflorestamento de eucaliptos encontra-se uma considerável área alterada próxima as margens do rio Tibagi (FIGURA 59). Nesse local adjacente a Terra Indígena Barão de Antonina, também se encontravam alguns animais soltos buscando alimento no que restou da vegetação rasteira (FIGURA 60) e resíduos sólidos (FIGURA 61) dos pescadores que o frequentam. Do outro lado da margem no município de Londrina verifica-se outra área de reflorestamento de eucaliptos (FIGURA 62).



FIGURA 55 – Rio Tigre em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 56 – Vista das margens do rio Tibagi e embarcações atracadas
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 57 – Ponte precária sobre o rio Tigre em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 58 – Plantação de eucalipto nas margens do rio Tigre em São Jerônimo da Serra

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 59 – Corte de reflorestamento de eucalipto próximo as margens do rio Tibagi em São Jerônimo da Serra

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 60 – Cavalos pastando em área alterada as margens do rio Tibagi em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 61 – Resíduo sólido encontrado as margens do rio Tibagi em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 62 – Reflorestamento de eucalipto as margens do rio Tibagi
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Em Nova Santa Bárbara já existe uma iniciativa de camping na propriedade que possui a Cachoeira Maria Julia (FIGURA 63), nesta já se cobram também algumas taxas conforme o tipo de uso que se pretende fazer do local (FIGURA 64). Também há uma tentativa de dotá-la de infraestrutura mínima para visitação (FIGURAS 65 e 66), contudo necessitam-se melhorias para que a prática seja mais adequada, visto que se verificou lixo jogado no gramado. Há sinalização para chegar até o local, desde a estrada vicinal de acesso na beira da rodovia PR-090, e placas com recomendações aos visitantes na entrada da propriedade (FIGURA 67).



FIGURA 63 – Vista da propriedade e da Cachoeira Maria Julia em Nova Santa Bárbara
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 64 – Placa na entrada da propriedade da Cachoeira Maria Julia em Nova Santa Bárbara
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 65 – Lixeira improvisada
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 66 – Churrasqueira
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 67 – Placa de aviso para visitação na Cachoeira Maria Julia
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Dentre as ideias dos entrevistados, destaca-se a resposta do ENTREVISTADO B, que faz um exercício analítico indicando a potencialidade da paisagem, o tipo de empreendimento, a origem da demanda turística e o roteiro. Assim, concorda-se com este ao ressaltar além da potencialidade turística presente em Nova Santa Bárbara, a vantagem da proximidade a um grande centro urbano como Londrina, e a outro município maior em que a possibilidade de desenvolvimento turístico é mais recorrente, São Jerônimo da Serra. Portanto, entende-se que poderia ocorrer nos dois municípios de forma integrada e combinada um turismo de pequena escala.

A paisagem rural caracteriza-se e diferencia-se por duas variáveis: a topografia e o uso do solo associado ao seu caráter sociocultural. A topografia apresenta essencialmente duas configurações, uma composta por relevos predominantemente planos a suave-ondulados, como é o caso de Nova Santa Bárbara (FIGURA 68) e outra por relevos movimentados formados por vales e elevações com declividades mais acentuadas, tal qual ocorre em São Jerônimo da Serra (FIGURA 69).



FIGURA 68 – Vista parcial do relevo plano e suave-ondulado de Nova Santa Bárbara – Estrada da Vila Rural Sol Nascente
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 69 – Vista parcial do relevo acidentado de São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

E, o uso do solo verifica-se em três situações, na primeira registra-se o aspecto extensivo do referido uso – comumente pastagens naturais; a segunda tem o aspecto intensivo, como por exemplo, monoculturas e latifúndios, em ambas destacando-se a monotonia paisagística; a terceira situação apresenta um aspecto diversificado contendo pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas comerciais e de subsistência, com presença de traços étnico-culturais acentuados, percebendo-se a diversidade paisagística. Quanto aos municípios estudados podem ser encontrados os três tipos de situações (FIGURAS 70, 71 e 72), e conforme a região pode se ter o predomínio de um ou outro.



FIGURA 70 – Pastagens em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 71 – Áreas colhidas de trigo em Nova Santa Bárbara
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 72 – Uso diversificado da paisagem rural de Nova Santa Bárbara
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Considera-se que a paisagem rural dos municípios classifica-se como uma paisagem cultivada, podendo ser verificada em espaços abertos e extensos com topografia predominantemente plana, assim como em áreas mais acidentadas – vales e encostas – apresentando extensões e conformações espaciais variadas com predomínio de uso agrícola do solo através da agricultura tradicional diversificada ou da agricultura moderna intensiva – monoculturas. O atributo de tais paisagens define-se pelo uso agrícola mais diversificado e intensivo do solo. Ainda podem-se observar outros elementos típicos do meio rural tais como, povoados e vilarejos isolados, estradas e caminhos de terra, cercas e divisores (de aramado), pontes e passagens rústicas, estábulos, mangueiras, galpões, templos religiosos, escolas isoladas etc. (FIGURAS 73 e 74).



FIGURA 73 – Capela da localidade rural de Passo Liso em São Jerônimo da Serra
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.



FIGURA 74 – Escola Municipal Rural Santo André na localidade rural Passo Liso –
 Distrito de Terra Nova em São Jerônimo da Serra
 FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Quanto à potencialidade para empreendimentos ligados ao ecoturismo nos municípios estudados, será possível romper com o cotidiano, expressando-se ainda como alternativa de destinos distantes dos fluxos congestionados, e sob outro ponto de vista, compreendendo a venda e o consumo da natureza (LIMA, 2003). De tal modo, as atividades ecoturísticas serão capazes de provocar e satisfazer o desejo de estar em contato com a natureza, e ainda explorar o potencial turístico, promovendo a conservação e o desenvolvimento, evitando o impacto negativo à ecologia, à cultura e à estética (FIGUEIREDO, 2002).

Este consiste em uma atividade econômica, que exerce baixo impacto ambiental, orientando-se para áreas de expressivo valor natural e cultural, tais como as cachoeiras, grutas, parque e terras indígenas, sobretudo em São Jerônimo da Serra. Envolve atividades recreativas e educativas que contribuem para conservar a biodiversidade e a sociodiversidade, gerando benefícios para as comunidades receptoras (RODRIGUES, 2003). Dentre as práticas de ecoturismo citam-se as caminhadas, percursos de bicicleta ou a cavalo, contatos com a população residente etc. É evidente que tal atividade transcorre a educação por aqueles que a exercem, através do respeito à natureza e da redução ao mínimo do consumo de recursos não renováveis (CONTI, 2003).

As Unidades de Conservação acumulam várias condições propícias para esta modalidade, que apresenta baixo impacto ambiental, possibilitando a sustentação econômica destas áreas, funcionando como alternativa para as economias das regiões e lugares (CONTI, 2003). É cada vez mais frequente, a visitação de parques e reservas, buscando a partir dessa modalidade turística experiências que os auxiliem a compreender e “valorizar” o ambiente natural. Dessa maneira, a paisagem, a fauna e a flora – juntamente com os elementos culturais existentes nas ‘áreas naturais’, sobretudo as protegidas legalmente – representam polos de atração para os turistas (LIMA, 2003).

Quanto à biodiversidade presente na mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, segundo o IPARDES (2004) a fauna se distribui de modo desequilibrado entre as áreas abertas de campos e cerrados, as fechadas (florestas) e as alteradas (capoeiras, plantações) e proximidades dos rios. Dentre as espécies de mamíferos existentes no Estado, 29% tem como habitat esta região, o que corresponde a 41 espécies. Algumas destas espécies são dependentes de remanescentes florestais, e existem aquelas que se adaptam a ambientes alterados.

Dentre estas espécies, 12 representam *status* crítico ou consideram-se importantes para preservação da fauna paranaense. Nove delas são animais ameaçados de extinção: paca, lontra, anta, onça parda, jaguatirica, gato-do-mato, onça-pintada, tamanduá-bandeira, lobo-guará. Também duas espécies, os animais capiti e cateto, são considerados raros. E um mamífero, o bugio enquadra-se na categoria vulnerável. A biodiversidade de aves registrou 396 espécies das 700 que ocorrem no Paraná, representando 57% da avifauna do Estado. As aves ocorrem em diferentes ambientes: florestas, campos, cerrado, capoeiras, rios, córregos, lagos e áreas alteradas. Contudo, a avifauna é predominantemente florestal, tendo maior número de espécies exclusivas desse meio. Quanto à conservação, esta é fundamental, pois muitas aves estão ameaçadas de extinção (jacutinga, curiango-do-banhado, jacu, papagaio-do-peito-roxo etc.), outras são raras (sanhaço-cinzento, azulinho, águia-pescadora etc.) e algumas migratórias.

Lima (2003) explica que as áreas naturais protegidas como destino turístico, têm se tornado cada vez mais popular em viagens e férias. Um fenômeno que vem sendo acompanhado de uma imperativa necessidade de produzir capitais para manutenção da integridade dessas áreas. O que converge cada vez mais na elaboração de planos de manejo criativos e rentáveis para parques e reservas.

Os parques podem ter exploração turística, possibilitando contato com a natureza e servindo como um destacado instrumento no processo de educação conservacionista. Uma das operações para autofinanciamento dessas áreas baseia-se no ecoturismo, devido a sua capacidade para gerar receitas diretas ou indiretas, consequentes da cobrança de ingressos aos visitantes ou àqueles que exploram as áreas protegidas para o turismo, da venda de *souvenir*, ou por desencadear outras atividades, serviços e empregos relacionadas à atividade, como o setor de hospedagem e de alimentação, promoção de passeios e eventos, guias e monitores, aluguel de carros e equipamentos, comércio, artesanato, marketing, entre outros (LIMA, 2003).

Estas orientações, se bem aplicadas a partir de um adequado plano de manejo, sustentam a possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Penhasco Verde (ver ANEXO D) existente em São Jerônimo da Serra. Esta unidade de conservação com área de 302,57 hectares foi criada em 1991, tendo matrícula sob o nº 5.382 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra. Esta área foi incorporada ao patrimônio do Instituto de

Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná (ITCF)⁵², cuja competência refere-se à administração do parque, incumbindo-lhe de promover a preservação do regime hídrico, da flora e da fauna, assim como todos os atos fiscalizatórios. Na data de sua criação, já se estabelecia o prazo de dois anos para a elaboração do plano de manejo⁵³ do parque por parte do instituto responsável. Neste poderiam se elaborar roteiros monitorados para turistas hospedados em acampamentos para percorrer trilhas no interior da Unidade de Conservação a fim de conhecer possíveis atrativos turísticos, tais como nichos ecológicos representativos, sítios arqueológicos, mirantes etc. Contudo, ao consultar a página eletrônica do Instituto Ambiental do Paraná verifica-se que o parque não possui até o momento um plano de manejo, no *site* este se encontra na listagem de unidades de conservação do Estado constando a data de criação, área e localização, não havendo maior detalhamento sobre o local (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2015).

As perguntas 7 a 9 feitas somente aos entrevistados concernentes ao setor de gestão do território expõem-se a seguir com suas respectivas respostas. Na pergunta 7 “No caso da resposta anterior ter sido positiva, qual(is) local(is) existente(s) na paisagem do município apresenta(m) potencial para o turismo?”

ENTREVISTADO A: Diante da resposta anterior, não coube fazer a pergunta.

ENTREVISTADO B: *A cachoeira da Maria Júlia, inclusive do lado, um rapaz de Londrina comprou e fez lá... uma piscina ele fez uma casa boa pra alugar né, então ele já viu esse potencial e o pesque pague também poderia ser outro local... o pesque pague... é no momento seriam esses dois assim... agora tem vários locais que tem bastante água que poderia ser trabalhado né, questão de termas né... aqui graças a Deus é muito rico em água, mas assim de momento que eu me lembre esses dois locais que seria assim o...*

⁵² Esta instituição em fusão com a Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SUREHMA) em julho de 1992 dando origem ao atual Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

⁵³ Conforme Yázigi (2009) um plano de manejo deve apresentar em sua estrutura básica: memorial descritivo, inventário fundiário, características socioculturais, características físicas intrínsecas, características zoológicas e botânicas, levantamento arqueológico, listagem de atrativos turísticos e ilustração. Ainda deve conter princípios de zoneamento que a partir do diagnóstico considera os diferentes graus de fragilidade em suas várias porções, tanto do ponto de vista natural, quanto das ocupações existentes.

O ENTREVISTADO B lembrou-se da Cachoeira Maria Julia em Nova Santa Bárbara, já citada anteriormente, e de uma propriedade próxima com casa e piscina construída para alugar aos interessados em visitar o local.

ENTREVISTADO C: *Quais as paisagens? Eu acho assim... por região, eu acho que a região da Terra Nova tem potencial né. A paisagem é muito bonita lá, a topografia assim, a região é muito bonita. Eu acho que todo, assim no geral o município todo tem potencial, entendeu? Aqui eles tem a cachoeira ali do João Nogueira, que é assim bem conhecida né. Caratuva, que tem também tem cachoeira, a cachoeira do Caratuva. Que eu “tô” lembrando agora... tem outras, mas não “tô” lembrando os nomes agora. Tem os pesque pague também, próximos da área urbana.*

No caso de São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO C mencionou o distrito de Terra Nova, as cachoeiras João Nogueira e Caratuva, e pesqueiros próximos à área urbana, contudo, ressalta que o município de um modo geral tem potencial.

ENTREVISTADO D: *Ah, primeiro... de primeira mão a cachoeira, rainha que nós temos, que é a cachoeira do João Nogueira, depois aí temos mais outras diversas tem Larine, Caratuva, é... Paulo Freire, aqui na área indígena tem cachoeira pequena, é região de Terra Nova, Tamanduá. Claro que tem algumas que o acesso ainda... aqui na cachoeira do Salto também, então... **(só esses lugares ou tem mais?)** ah... são tantos, mas se a gente for nominando aí... a turma também explora a visita nas áreas indígenas né pelo... pelo... a procura dos artesanatos e tal, entende? Que as áreas indígenas também é um ponto turístico. E, algumas grutas aí que a gente não tem acesso, então pra gente se dispor a exploração disso aí a gente tem que primeira coisa o acesso pra depois você aí ‘colocá’ no regime de exploração né. Tem outras coisas aí, mas a gente... assim o foco mais é... **(que outras coisas?)** ah... tem umas ‘região’ serrana aí que são muito bonitas é... se fala em fazer um... uma pista de... de... asa delta, tudo, aí na região do morro do Tafe. E, entre São Jerônimo e Sapopema, o Pico Agudo são monumentos naturais aí muito ‘bonito’. E mais o rio Tibagi pra canoagem né. Tem potencial pra isso, aí a demanda são dos... contrapartida do proprietário, empresário interessados em desenvolver essa área. O potencial do município é muito grande, o difícil é ter acesso aos recursos.*

O ENTREVISTADO D destaca para São Jerônimo da Serra alguns locais: as cachoeiras João Nogueira, Larine, Caratuva, Tamanduá, Salto; terras indígenas; grutas; morro do Tafe e Pico Agudo (este se localiza no município de Sapopema no vale do rio Tibagi); rio Tibagi. Assim como o ENTREVISTADO C, afirma que o potencial do município é grande, contudo necessita-se de investimentos para transformar tal potencialidade em recurso turístico. Logo, as três respostas corroboram a tese de existência da potencialidade turística, e ainda do reconhecimento por parte da população, e da aspiração pelo desenvolvimento do turismo nos municípios.

A maioria dos entrevistados expressa tal anseio, ao identificar e descrever alguns aspectos dos locais com potencialidade em que se espera ter a prática social do turismo, confiando-se que esta adquire ao longo do tempo importância crescente, e, sobretudo, por que consiste em uma atividade econômica que contribui para o surgimento de várias iniciativas em prol do desenvolvimento, por intermédio de divisas para os governos, novos investimentos privados e emprego e renda para a população em geral.

O reconhecimento da potencialidade turística dos locais citados colabora para construção da valorização social e cultural da paisagem, consolidando sua importância como possível recurso para o turismo, já que se admite esta como um bem social e coletivo. Contudo, a paisagem não deve ser pensada somente para a atividade do turismo, pois quanto mais valorizada socialmente, mais valor esta adquire para habitantes e visitantes.

Complementando, perguntou-se “Qual(is) fator(es) justifica(m) a resposta dada na pergunta anterior?” E, os entrevistados responderam:

ENTREVISTADO A: Diante da resposta anterior, não coube fazer a pergunta.

ENTREVISTADO B: *Cachoeira Maria Júlia, pessoa de Londrina comprou o terreno fez uma casa boa e uma piscina pra pessoa que, por exemplo, quer ir lá pra não ficar acampada aluga a casa dele e fica pousando lá. Rapaziada vai no final de semana, fica lá no final de semana. Eu já fui lá nessa propriedade é um lugar agradável, é do lado da cachoeira, é vizinho lá. O pesque pague tem vários tanques né e tem um local lá, um barracão grande dá pra fazer um restaurante grande né, inclusive o rapaz, porque na verdade o pesque pague “tá” desativado né, o tanque lá tem muito pouco peixe. O rapaz desse barracão, ele alugou e fez uma pizzaria.*

Então, o local é agradável, o pessoal ir lá com a família né, vai almoçar, jantar, e quem gosta de pescar é um local assim praticamente dentro da cidade né. Então, pra quem gosta de pescar vai lá pesca com a família né, poderia ter lazer pra criança né, pra mulher, pro marido, pra passar o dia todo lá. Ali eu vejo a pessoa, por exemplo, nem pousa, vem lá de Londrina, vem de Assaí né, de Cornélio, vai lá e passa um dia né.

O ENTREVISTADO B descreve o que se encontra nos locais citados na resposta anterior, Cachoeira Maria Julia e pesqueiro (atualmente desativado e funcionando como pizzaria). Até comenta como os passeios poderiam acontecer, no caso do pesqueiro, que segundo o entrevistado não necessitaria de pernoite, então se caracterizaria como excursionismo.

ENTREVISTADO C: *Então, tem a beleza natural né, só que assim não tem estrutura, tem o...*

ENTREVISTADO D: *Ah, esses lugares é... é... são primordiais pra... pra desenvolver qualquer projeto, principalmente as cachoeiras que tem acesso hoje livre, então potencializa muito essa... esse desenvolvimento aí. (mas, em termos de infraestrutura nenhum desses lugares tem) Não... não... só... tudo natural, a infraestrutura da natureza.*

Quanto às respostas dos ENTREVISTADOS C e D, ambos de São Jerônimo da Serra, admitem que não existe nenhum tipo de infraestrutura nos locais citados. Dessa maneira, verifica-se a necessidade de estudos e planejamento adequado para que a potencialidade turística dos municípios se transforme em recurso. A potencialidade da paisagem para o turismo define-se por meio do levantamento de seus componentes naturais (clima, vegetação, relevo, hidrografia) e/ou culturais (gastronomia, cultura, museus e monumentos históricos etc.). Nos municípios estudados, a potencialidade turística se expressa a partir desses dois componentes, percebendo-se o predomínio dos naturais através das respostas dos entrevistados.

Ainda para os municípios analisados é válido considerar a diferença entre potencialidade para o turismo e recurso turístico, pois estes últimos sejam naturais ou culturais somente constituem potencial turístico quando cumprem determinada função. Então, a expressão potencialidade designa a possibilidade de cumprir a função turística, exatamente o que ocorre em vários locais da área estudada, pois embora em alguns existam visitas eventuais, não se caracterizam como prática turística, mas como excursionismo. Além disso, a maioria destes locais, como se

demonstrou nas respostas anteriores, não possui infraestrutura mínima para visitação, permitindo o acesso aos visitantes, e constituindo em seu imaginário a ideia de que o local (cachoeira, mirante natural, gruta, rio etc.) é merecedor de visita. Dessa maneira, o conjunto dos elementos naturais e sociais, a paisagem, transforma-se em recurso turístico a partir da construção social.

Na pergunta 9 para os entrevistados ligados a gestão territorial nos municípios: “Você sabe da existência de algum tipo de visitação turística no município? Se sim, onde, quando e como esta visitação foi realizada?” verificam-se as seguintes considerações.

ENTREVISTADO A: *Apenas a cachoeira ali da Maria Julia, onde o pessoal vem pra conhecer e acabam as vezes gostando, as vezes se decepcionando, achavam que seria algo melhor. É... até na questão de sinalização, sabe pra... do próprio local ali onde o pessoal... se diverte com a água, com as pedras, assim ele não é muito próprio pra “tá” recebendo público de fora, porque não conhecem, então dá muito acidente, as vezes até afogamento, sabe pessoas que vem não conhece o local assim, realmente não é próprio pra receber visitantes, não é... porque tá... se tem um poço algo que tem que ter sinalização né, advertência, olha aqui local perigoso né, não acessível. Pessoas que visitam no geral, pessoas do município e pessoas de fora também, mas acidentes normalmente acontecem com pessoas de fora. São visitas de verão e nos finais de semana. Acidentes envolvendo morte, quase chega a óbito às vezes, mas sabe... são casos assim bem assustadores. Por causa de poço né, a pessoa não sabe que tem esses lugares e aí... É o mais visitado.*

As informações do ENTREVISTADO A, indicam a cachoeira Maria Julia, como único local visitado, contudo, alerta sobre a existência de riscos de acidentes, o que segundo sua resposta já ocorreu durante visitas.

ENTREVISTADO B: *O que passa aqui é as trilhas de moto né, mas eles passam tem alguns locais aí que eu acho até que essa Maria Júlia o pessoal passa e daí eles vão em São Jerônimo. Então, tem essa trilha né, e tem bastante moto. Passam no interior e daí eles vão pra São Jerônimo e geralmente eles jantam aqui na pizzaria né, sempre vi eles, na volta eles vem na pizzaria, a única que eu vejo é essa daí. Acontece mais de uma vez por ano, no período de calor, mais ou menos é umas quatro vezes por ano.*

O ENTREVISTADO B diferente, da resposta anterior, não aponta para visitação nos locais, e informa que Nova Santa Bárbara, serve de passagem para motociclistas que realizam trilhas, fazendo parada na Cachoeira Maria Julia, e durante a noite para jantar na pizzaria (antigo pesqueiro).

ENTREVISTADO C: *Então, agora eu não sei como é que “tá”. Antes tinha assim, um assim... porque antes tinha a Secretaria Municipal de Turismo, que até era o Marcelo que era o secretário, então ele tinha um trabalho assim sabe, hoje eu não sei como é que “tá” essa questão não. Se tem alguma... Mas, que eu sei assim tem muita essa questão de trilha, sabe? De motoqueiro que vem, acho que até jipeiro, não sei que tipo de turismo que é esse, de aventura? Né. Ah, e tem lá na Terra Nova tem o Egon Bertalossim..., filho da Dona Josefina, e ele me parece que ele “tá” naquele.. no... como é que chama do café lá... é... circuito, acho que é circuito que eles chamam né **(Rota)** “Rota do café”. Não sei se eles estão recebendo visita, mas... lá tem café, só que ele assim não é um pequeno produtor, é um produtor grande, ele mora em Londrina. Não tem hospedagem, então, mas eu não sei se ele “tá” recebendo, eu sei que ele me trouxe até um dia... uns folder, um negócio, mas eu não sei se ele “tá” recebendo... se o pessoal “tá” vindo ali, entendeu? Eu acho que não.*

O ENTREVISTADO C também cita as trilhas de moto e de jipe. Comenta sobre a existência de uma propriedade produtora de café, integrante da Rota do Café no distrito de Terra Nova, porém acredita que ainda não esteja recebendo visitação. Em consulta a página eletrônica deste roteiro turístico verificou-se que um de seus atrativos, classificado como ‘agronegócio’ consiste na Fazenda Terra Nova (FIGURA 75) no município de São Jerônimo da Serra, na região certificada como IGP (Indicação Geográfica de Procedência) na qual há produção de cafés especiais. Segundo o *site* nesse ambiente se produz café e cereais com certificação Biodinâmica/Orgânica. A propriedade detém uma técnica de manejo pioneira no país, assim o local que possui 80 alqueires prioriza um ecossistema reequilibrado, sustentável, possibilitando mais qualidade e sabor aos alimentos que fabrica, destacando o café Terrara com um dos atrativos da Rota do Café e premiado como um dos melhores do país (ROTA DO CAFÉ, 2015).



FIGURA 75 – Layout do site Rota do Café com Fazenda Terra Nova em São Jerônimo da Serra

FONTES: ROTA DO CAFÉ, 2015.

ENTREVISTADO D: *Olha eu vou... visitação tem no verão, tem o verão inteiro e especificar a quantidade assim   difícil, mas tem cachoeiras aí que são mais vizinhas, as vezes tem dia que você chega lá não tem lugar pra você estacionar. (E, as pessoas são de onde?) Vem de toda parte do Brasil praticamente, daqui da região principalmente, mas a gente tem recebido visita do pessoal do Rio de Janeiro, São Paulo, é quase que do Brasil inteiro, não assim, sempre, mas de vez em quando tem turista de determinadas regiões do Brasil. (Seria são esse tipo de visita o que o senhor lembra que acontece no município? São nas cachoeiras?) Não. Têm no nível de outros esportes, jipeiro, trilhas de moto, isso aí é...   constante. Na região nossa aqui nessa... de trilha, motoqueiro, jipeiro aí é direto. Aqui todo final de semana choveu tem motoqueiro fazendo trilha. Então, não   são cachoeira que tem esse potencial, então tem essa linha de trilha de moto, jipeiro e... de vez em quando ciclista n . Tem um ciclista maluco aqui que de vez em quando desce por essas cachoeira aí, geralmente tem, então não   são turismo nas ‘cachoeira’ tem outros... desses esportes radicais. É... como que eu posso falar... aqui na... nessa cachoeira grande o pessoal faz muito rapel têm, pra rapel ela tem estrutura. Esses dias uma menina aqui, veio me procurou e queria ‘visitá a*

cachoeira, como ‘tava’ interditada, aí eu pedi pro chefe do pátio ali dá uma melhorada lá, aí pra você vê como é que funciona a coisa, a partir do momento que saiu que saiu o comentário tinha acesso na cachoeira, a gente chegou lá tinha mais de cinquenta pessoas, sem divulgar nada, então o pessoal tem necessidade de... dessa área de lazer porque não tem... São Jerônimo não tem nada pra diversão né, então eles vão curtir essas coisas naturais, cachoeira, bosque, enfim.

A resposta do ENTREVISTADO D também indica a existência de motociclistas e jipeiros, além destes ciclistas e praticantes de rapel. Afirma a prática de visitação das cachoeiras, contudo, percebe-se certo exagero na quantidade mencionada de visitantes no local, e também quanto à origem dos mesmos. Estas informações demonstram que há visitas es em alguns locais dos municípios, porém pela falta de infraestrutura, estas se caracterizam como excursionismo⁵⁴.

A pergunta 10, que encerra o bloco de perguntas feitas ao grupo de entrevistados (‘A’ ao ‘D’) também foi aplicada ao entrevistado ‘G’. Esta pesquisou sobre “Você acredita que a atividade turística pode trazer benefícios socioeconômicos para o município? Justifique sua resposta”. As respostas informaram que:

ENTREVISTADO A: *Com certeza. Com certeza, só que antes do benefício tem que haver o investimento, né? Aí que eu vejo um corte na nossa ideia, sabe? Mas, com certeza trará benefício socioeconômico, tanto para o dono da propriedade, quanto para o município, com certeza, né. A primeira... o primeiro impacto que você vai sentir é no comércio, a partir do momento que tiver visitantes, automaticamente vai ter consumo né, fora outros... outros ganhos, né.*

O ENTREVISTADO A trata da possibilidade de benefícios advindos com o turismo, desde que exista investimento na atividade. Explicita que tais benefícios serão sentidos pelos donos das propriedades, pelo município e pelo comércio.

ENTREVISTADO B: *Com certeza né, com certeza sim. Além de entrar recursos no município, você vai “tá” desenvolvendo né, porque vindo gente, pessoas de fora vão “tá” trazendo informação, né, vai melhorando a cultura das pessoas né, existindo um intercambio né e sem contar a questão financeira mesmo né, você pode, por exemplo, nessa cachoeira ter lá um restaurante grande também e a*

⁵⁴ Conforme as definições utilizadas pela OMT (Organização Mundial do Turismo) “no turismo ocorre a permanência de pelo menos uma noite no local de destino. Se a visita ocorrer em um período inferior ao de vinte e quatro horas, sem pernoite, a denominação utilizada deve ser de excursionismo” (CALVENTE, 2004, p. 2).

questão cultural né de você... das pessoas é... “tá” trazendo informação pra nós aqui.

O ENTREVISTADO B falou da entrada de recursos e do desenvolvimento pelo contato com pessoas de fora do município.

ENTREVISTADO C: *Eu acredito que sim né. Porque o turista quando ele vem pro município, geralmente ele né, ele gasta, ele compra né. Então, por isso que eu... assim, isso aí ligado com... no caso com a gente aqui, que envolve a Emater, que é a agricultura familiar, isso aí poderia ter na questão das agroindústrias, você “tá” né produzindo produtos para vender pro turistas né, artesanato, o próprio artesanato indígena, eu acho que é uma coisa... Eu acho que melhora assim questão de estrutura né, porque junto com o turismo você tem que melhorar a parte de estrutura também né, infraestrutura, estrada, é... Eu acho assim que nós temos uma deficiência na parte de hotel assim essas coisas que... E tem a pousada ali das Águas Mansas, mas ele morreu, eu não sei como é que “tá” ali, ele recebia também é... excursão assim ônibus, mas acho que era mais pessoal assim, mais assim terceira idade, não muito... na pousada ali. Eu acho que ficava só no local, não sei se chegava a percorrer o município. Na verdade eu não tenho assim muito conhecimento na questão do turismo como é que “tá” hoje, talvez o pessoal ali da prefeitura consiga te esclarecer melhor aí né...*

O ENTREVISTADO C indicou benefícios relacionados ao comércio, a possibilidade de confecção e venda de artesanato, de produtos derivados da agricultura familiar. Confia-se que o turismo pode acarretar melhoria na infraestrutura do município, como estradas, meios de hospedagem etc., inclusive, menciona sobre a existência de um destes em São Jerônimo da Serra, a pousada Caminho das Águas Mansas.

ENTREVISTADO D: *Bastante. Porque é uma maneira de trazer divisas, de... sabe... ‘consumí’ alguma coisa que tenha pra oferecer aqui no município, na área de artesanato indígena e na alimentação regional também, entende. O turismo incrementado aí no município com... em pleno vapor vai trazer muito... muito recurso pro município e esses ‘recurso’ ficando aqui logicamente que vai desenvolver o comércio e toda a estrutura do desenvolvimento do município. (E, assim esse turismo em todo vapor que você falou seriam situações que você imagina acontecer no final de semana?) Já digo assim com uma boa estrutura, com alguma estrutura já feita pra que né... você tenha o maior número de turismo. ‘Vamo*

*fazê' um comparativo que nem as Cataratas do Iguaçu, se não tivesse aquela escada... aquela pista lá... então era o contingente de visitante era menos, mas como tem aquela passarela, então triplica, então e a mesma coisa as nossas cachoeiras, com acesso, com alguma estrutura, que nem a cachoeira grande aqui, com essa escada é... que eu citei aí... é uma escada ecológica, pra você não violar a própria natureza, pra... por que as vezes vem jovens aí, vem pessoas de toda idade, então eu pensei pra uma pessoa da terceira idade ter acesso a essa beleza, olhando lá debaixo a toda essa estrutura, então tem que ter esse acesso e uma estrutura de trânsito pra... pra que você tenha um maior número de visitante, sem estrutura logicamente isso não vai atrair toda... toda faixa etária de turista. **(Esse número de visitantes o senhor não pensou?)** Não... não preciso... é... é variável. Que se você vem no final de semana, região calorosa aqui, se você visitar todas as cachoeiras, você vai encontrar gente. **(Cerca de quantas pessoas o senhor encontra nas cachoeiras?)** Ah, nunca contei. Mas, é bastante gente, viu?*

O ENTREVISTADO D, assunta sobre a geração de divisas que o turismo pode ocasionar através da venda do artesanato indígena e da gastronomia da região, esperando-se que este possa contribuir para o desenvolvimento do município. Este fala em “turismo em pleno vapor”, e indagado sobre a expressão usada, responde que para essa situação ocorrer, os impasses de falta infraestrutura de acesso e visitação já estariam solucionados, proporcionando o aumento do número de visitantes. O entrevistado até cita e compara a lugares já consolidados turisticamente e com infraestrutura adequada, as Cataratas do Iguaçu, porém este local corresponde ao turismo de massa, diferente do que se presume para São Jerônimo da Serra. Para os municípios estudados pretende-se o turismo alternativo, que em função do objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço se contrapõe ao turismo de massa. Esta modalidade tem nos espaços naturais seu principal objeto de consumo, requerendo ao contrário do turismo de massa, uma quantidade restrita de infraestrutura e serviços, embora, muitas vezes, não dispensa a sofisticação de ambos (CRUZ, 2003).

ENTREVISTADO G: *Acredito que bastante, desde que a população aqui entenda isso, porque quando você vai numa cidade turística, eles tem lojinha de artesanato né, eles procuram 'deixá' a cidade assim, 'capacitá' até pra receber o turista, precisa de mais restaurante, sabe lugar assim que possa 'recebê' esse público, porque ele não vai ficar o dia inteiro, só andando, vendo cachoeira e*

caverna que é o que eles tem pra oferecer. Acho que a cidade precisa de uma estrutura melhor pra receber turista. (Então você prevê benefícios para o seu negócio aqui também?) Sim, eu quero que essa cidade vá bem, porque o que que traz uma pessoa aqui? Algum negócio que ela venha fazer aqui, se a cidade não tiver bem, porque que alguém viria aqui. Então, eu acho que a cidade tem que progredir, ela tem que oferecer coisas pra atrair as pessoas pra virem pra cá né. Se nós não tivermos um comércio bom, o viajante deixa de vir aqui, porque o comércio não vai 'tá' vendendo, não vai 'tá' comprando dele. Turismo, se não tiver uma estrutura boa, o turista vem pra cá, e vem uma vez, não volta. Então, eu acho que o turismo pode 'melhorá' muito a situação de uma cidade, desde que ela seja bem feita, esse turismo né, que possa recebe bem. Você veja, a pessoa chega às vezes aqui, segunda-feira, todos os restaurantes fechados, aí chega uma pessoa de fora, vai 'fazê' o que aqui, né. Então, acho que falta essa estrutura na cidade.

O ENTREVISTADO G acredita que o turismo pode trazer benefícios, contudo, observa a necessidade de organização conjunta para a atividade, especialmente na sede municipal, pois acredita que uma vez que o turista visite o município e se depare com infraestrutura deficitária não retornará.

As respostas para esta questão indicam que de um modo geral, os entrevistados apostam no turismo, como gerador de benefícios socioeconômicos e melhorias de infraestrutura. Esta vontade manifestada pelos entrevistados prescreve que fazer turismo não significa obrigatoriamente frequentar lugares fabricados por sua indústria, mas também dirigir-se para qualquer outro cotidiano também repleto de rotinas dos outros, ressaltando possíveis valores nestas realidades, desatendidas, escanteadas, subestimadas, e entendendo-as como possíveis lugares (YÁZIGI, 2002).

A conjuntura dos municípios estudados inclui-se no contexto maior do país, caracterizado por um crescimento turístico que se mostra tímido, diante de sua vasta dimensão continental, considerável potencial da tropicalidade e expressivos aspectos culturais da formação social. Propala-se que tais potencialidades têm sido utilizadas em atividades turísticas desvinculadas de um planejamento adequado, o que tem gerado entraves para um modelo de desenvolvimento favorável e justo.

Os empreendimentos turísticos que virem a ser desenvolvidos nos municípios devem tirar proveito da potencialidade turística da paisagem como fonte de divisas, considerando-se ser essa uma atitude válida para territórios necessitados de frentes

de trabalho e com baixa expressividade no cenário socioeconômico do Estado. Porém não devem deixar transparecer fraqueza, oferecendo-se a natureza porque esta é dada de forma gratuita, sem dispender muito trabalho para vendê-la, ao contrário dos lugares dela pouco providos. Pois, na maioria das vezes a displicência na exploração de recursos paisagísticos naturais tem origem na fraqueza da administração pública em função de arbítrios pessoais (YÁZIGI, 2002).

Outros problemas decorrentes de falta de planejamento que devem ser evitados ocorrem em razão do uso indiscriminado do progresso técnico e o abismo social, associados a um baixo grau de informação do cidadão; o preconceito pelo antigo e pelas coisas da terra; os modismos; a sujeição cega ao gosto do mercado; a falta de expressão geográfica na administração do espaço; a desconsideração das características 'menores' do lugar. Fatores que "despersonificam" o lugar, em consequência da dinâmica do mundo, neste sentido os referenciais da geografia física, apesar de serem mutáveis, constituem-se ainda em um dos mais possantes pilares de reforço ao lugar turístico no país, sendo estes, parte expressiva de certo tipo de construção (YÁZIGI, 2001).

Desse modo, com o objetivo de pontuar algumas ressalvas pertinentes ao caso estudado, nota-se que em alguns lugares apesar de suas potencialidades, a atividade turística não tem sido acompanhada de um planejamento adequado, desse modo não abre espaço para uma participação da população local, nem tem proporciona o ajuste entre os vários segmentos sociais envolvidos. E ainda, recomenda-se que a existência de demanda potencial não significa condição suficiente para o desenvolvimento turístico na escala adequada para provocar a superação das condições de baixo desempenho econômico dos municípios.

Para o entrevistado 'G' do segmento de hospedagem em São Jerônimo da Serra, ainda realizaram-se mais duas perguntas. Dentre estas, indagou-se: "Quais foram os motivos para abertura da pousada no município? E, há quanto tempo o estabelecimento funciona?" E a resposta dada:

ENTREVISTADO G: *Funciona há um ano. Foi uma oportunidade que apareceu pra nós. Meu marido é advogado né, na verdade a gente trabalhava com outra coisa, mas surgiu essa oportunidade... e a gente começou... e gostamos do que nós fazemos, e por isso nós demos continuidade. (Continuidade do modo como ela vinha funcionando?) Na verdade melhorou bastante, né. Mas, São Jerônimo da Serra não tem assim... não tinha né um lugar, que o pessoal vinha,*

daí tinha que ir pra “Amoreira”, pra “Cornélio”, Sapopema, não tinha como ficar aqui né, que o hotel que tinha aqui fechou. Então tinha essa dificuldade, o pessoal chegava aqui e assim a gente foi ampliando porque aí aumentou muito né o movimento. (Então, o lugar aqui passou por algumas reformas?) Sim, ampliações. E o público também né, aí mudou também, esse perfil do público, vem muito advogado, engenheiro, agrônomo, professores, né, tem às vezes cursos aqui também vem professor de fora, ficam aqui, mesmo da Emater, cursos de Senar, vem os professores ficam aqui. Então, ele é um hotel assim meio prestador de serviço também, porque o pessoal que vem né, fica aqui a gente procura proporcionar pra eles também assim um atendimento bom.

Também para o mesmo entrevistado buscou-se saber “Qual é a demanda mensal de hóspedes que utilizam as instalações da pousada? E, qual é o motivo da viagem do público que frequenta o local?” Sobre a indagação falou-se:

ENTREVISTADO G: *Por mês? Bem, nós temos onze quartos e de segunda a sexta eles são todos ‘ocupado’. E, muitas vezes vem hóspede que a gente tem que ‘dispensá’ por isso que a gente está ampliando com mais sete. E, o pessoal já acostudou, a maioria deles a fazer reserva, porque muita gente vem toda semana, então eles já deixam reservado né semanalmente. É... então, tem os viajantes né que vem... há... comércio de roupa, de... sabe, que eles vem pra entregar no comércio aqui, de roupa, de calçado, de produto alimentício. Tem advogado, tem fazendeiro, já ficamos com médico, sabe, agrônomo, vem muito agrônomo e tem firmas né, estamos com firmas que vem fazer serviço da Copel, instalação de torre de celular, então às vezes vem firmas de cinco, seis, dez funcionários que também ficam no hotel.*

Percebe-se que dentre as poucas instalações de hospedagem de São Jerônimo da Serra, esta quase foi desativada, na mudança de proprietário, teve modificações e atualmente apresenta movimento de hóspedes superior ao existente antes da reforma. A procura pelo local, que nesse estilo de hospedagem é o único da cidade, segundo o ENTREVISTADO G aumentou suas dependências para atender a demanda constituída principalmente por profissionais que prestam serviços no município e comerciantes em geral (FIGURAS 76 e 77). A hospedagem ainda não possui *site* para divulgação na *internet*, somente alguns cartazes fixados em alguns pontos da cidade. Durante estadia na cidade para realização de trabalho de campo, foi possível conferir os serviços e acomodações do local, considerando-

os bons, percebeu-se higienização e interesse em atender as necessidades dos hóspedes. Contudo, as melhorias pretendidas poderão contribuir muito para a maior procura pelo local, inclusive para fins turísticos. Ainda, no tocante aos meios de hospedagem existentes em São Jerônimo da Serra, há a Pousada Caminho das Águas Mansas localizada a dois quilômetros da sede municipal. Realizou-se nessa algumas observações, porém sem utilizar as dependências da mesma como meio de hospedagem. A pousada tem piscinas, lagos, pequenas quedas d'água, churrasqueiras, mesas, bancos, dez apartamentos, trilha calçada, abrigo para carros (FIGURAS 78, 79, 80, 81, 82 e 83). O acesso ocorre pela estrada para Terra Nova, não apresentando dificuldades, e conta com autorização da Embratur desde 2005 para funcionamento. Nos últimos anos o local passou por uma troca de proprietários, em função do falecimento do antigo dono, atualmente são alguns herdeiros que têm posse do empreendimento. Notou-se que há certo descuido quanto à manutenção e ao atendimento, pois se percebe que já não há tanta demanda de visitantes no local e o serviço é precário devido ao despreparo e falta de funcionários. Até o ano passado possuía *site* próprio para divulgação de seus serviços de hospedagem e dos atrativos existentes nas proximidades, porém em consulta recente, só há algumas referências desse estabelecimento em outros *sites* que indicam meios de hospedagem na região. A infraestrutura do local é boa, porém este necessita de manutenção, administração e divulgação adequada, podendo vir a contribuir com a potencialidade turística do município e seu possível uso.



FIGURA 76 – Acomodações em apartamento triplo da pousada da Serra em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 77 – Pousada da Serra em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 78 – Lago artificial na Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 79 – Piscina da Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 80 – Queda d'água – Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 81 – Quiosque com churrasqueira – Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 82 – Trilha calçada – Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 83 – Abrigo para carros – Pousada Caminho das Águas Mansas em São Jerônimo da Serra
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Para os entrevistados 'E' (liderança da Terra Indígena São Jerônimo) e 'F' (liderança da Terra Indígena Barão de Antonina) também se efetuaram mais quatro questões, a primeira dessas: "A Terra Indígena apresenta potencial para o turismo? Justifique sua resposta". E, para a mesma se respondeu:

ENTREVISTADO E: *Eu acho que sim né. Aqui... aqui não são agora mas desde bastante tempo já vem recebendo pessoas pra 'visitá' e vê o que que tem de interessante. (E o que tem de interessante?) Tem cachoeiras, a cachoeira João Nogueira, a do Baiano Déti que 'nóis fala' e a 'casa de pedra', caverna. (Casa de pedra é uma caverna?) Uma caverna. Até mesmo pra 'visitá' os próprios indígenas, pra ver os artesanatos que eles confeccionam. (E essas pessoas compram artesanato também? Normalmente?) Compram.*

A resposta dada na Terra Indígena São Jerônimo confirma a potencialidade do local devido à presença de cachoeiras, cavernas e o artesanato indígena. Ainda acrescenta-se que esta já vem recebendo visitas. As terras indígenas existentes em São Jerônimo da Serra, de acordo com Yázigi (2009), classificam-se como tradicionais, ou seja, fazem jus à denominação, porque tradicionalmente são ocupadas pelos indígenas, sendo habitadas por eles em caráter permanente para uso nas atividades produtivas e imprescindíveis para preservar os recursos ambientais necessários para reprodução física e cultural conforme seus usos, costumes e tradições. Estes territórios significam muito mais do que reservas, representam uma base de referência social, cultural e econômica dos respectivos grupos indígenas que as possuem (YÁZIGI, 2009).

Quanto às origens desses territórios em São Jerônimo da Serra, retoma-se o que houve durante as primeiras décadas do século passado, quando dentre os indígenas que residiam nessa área predominavam as famílias kaingang. Também em 1947, famílias guarani foram transportadas por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) da localidade chamada Pinheiro Seco/Marabá às margens do rio Congonhas para São Jerônimo. Esta transferência das famílias guarani do rio Congonhas coincide com a política oficial de desmembramento das áreas indígenas em São Jerônimo (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2010).

Assim, o governo federal autorizou a doação gratuita ao Estado do Paraná das terras da fazenda São Jerônimo numa extensão de 33.800 hectares com a ressalva de que 4.840 hectares seriam reservados aos indígenas que ali habitavam. Esta área destinada aos indígenas foi dividida em duas áreas descontínuas,

originando as Terras Indígenas São Jerônimo (360 alqueires) a 1,5 quilômetros da cidade e Barão de Antonina (450 alqueires) distante 5,5 quilômetros da sede (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2010) (ver ANEXO D).

ENTREVISTADO F: *Sim. Ele... por exemplo que nem a gente fica... que nem é... falei no início aí que a gente tem vários é... local que dá pra 'aproveitá' né, no caso é... visita as cavernas, cachoeiras, é... matas né... nativas que existem na área, existe potencial pra isso. E algumas espécies de pássaros já existente, que 'tá' cada vez mais 'tá'... é melhorando né e... produzindo mais, então eu acho que existe sim pra ser é... explorado como turismo. Além disso, também a gente tem... nós 'tamo' também se organizando aí né pra se 'apresentá' também a dança indígena né, que pode também, e pode também ser aproveitado, e também artesanatos a gente 'tá' tentando 'recuperá' né, pra 'mostrá' pros visitantes que ainda o índio não esqueceu da cultura dele. E isso é importante pra gente. E também o povo que venha 'visitá' as 'terra indígena' pra eles também conhecerem como que é a cultura né. É... isso seria um passo a mais pra nossa comunidade.*

Na Terra Indígena Barão de Antonina, também se afirmou existir potencialidade turística em função da presença e possibilidade de visitação de cachoeiras, cavernas, matas nativas, espécies de pássaros. Ademais, citou-se a dança e o artesanato indígenas. Em trabalho de campo no local foi possível observar alguns dos costumes indígenas ainda preservados pelo grupo, segundo explicações do condutor da visita Isaél da Silva Pinheiro, os kaingang ainda praticam a caça e a pesca, utilizando alguns artefatos específicos para a atividade, tais como uma armadilha instalada na mata para captura de animais (FIGURA 84) e um instrumento feito de varas para auxiliar de modo fácil na limpeza do peixe (FIGURA 85). Ainda para o cozimento utiliza-se fogueira (FIGURA 86) e também uma espécie de grelha feita de varas sobre fogo e brasa, para usá-la deve-se saber o ponto certo de cozedura para não queimar as varas (FIGURA 87), esta é utilizada durante festividades indígenas. Na reserva também se conheceu uma pequena estrutura típica dos indígenas construída no meio da mata para reuniões entre lideranças (FIGURA 88). A Terra Indígena Barão de Antonina apresenta sua porção inicial de moradias em local plano e alto com arruamento, escola, "cadeia", igreja, posto de saúde, campo de futebol, cabines telefônicas, espaço para eventos culturais etc. (FIGURAS 89, 90 e 91). Dentre os usos da terra observados tem-se o

reflorestamento de eucaliptos, a plantação de mandioca, café, árvores frutíferas e a pecuária (FIGURAS 92, 93 e 94).



FIGURA 84 – Armadilha para captura de animais silvestres – Terra Indígena Barão de Antonina

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 85 – Artefato para limpeza e cozimento do peixe – Terra Indígena Barão de Antonina

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 86 – Fogueira para assar peixe – Terra Indígena Barão de Antonina

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 87 – Espécie de grelha para assar carnes – Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 88 – Instalação no meio da mata para reunião entre lideranças indígenas – Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 89 – Arruamento na Terra Indígena Barão de Antonina

FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 90 – Igreja evangélica na Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 91 – Campo de futebol da Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 92 – Estrada de acesso a Terra Indígena Barão de Antonina (ao fundo plantação de eucalipto)
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 93 – Plantação de mandioca na Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 94 – Plantação de café e pecuária na Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

A Terra Indígena São Jerônimo (FIGURA 95) situada próximo à sede municipal apresenta em sua estrutura escolas, igrejas (católica e evangélica), espaço para eventos culturais (etnias kaingang, guarani e xetá), habitações etc. (FIGURAS 96 e 97). Os indígenas do local também fabricam e vendem artesanato na beira da estrada (FIGURA 98).



FIGURA 95 – Vista da Terra Indígena São Jerônimo
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 96 – Escola da Terra Indígena São Jerônimo
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 97 – Novas habitações construídas na Terra Indígena São Jerônimo
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 98 – Venda de artesanato indígena
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Ainda, perguntou-se “No caso da resposta anterior ter sido positiva, como a atividade turística pode ser desenvolvida na Terra Indígena de São Jerônimo da Serra?” As respostas foram:

ENTREVISTADO E: *O que que pode ser desenvolvido? (Como, de que maneira? Assim do jeito que ela vem sendo, ou ela pode ser melhorada) Pode ser melhorada né, só precisa de mais incentivo, mais... é... até um certo investimento da parte é... da prefeitura... do município talvez ou qualquer outra entidade que possa levar mais a sério, resolver investir e fazer um trabalho mais aprofundado. (Você sente a falta de alguma infraestrutura na visitação desses lugares?) Com certeza. (O que precisava ter?) Mais acesso a esses ‘lugar’ né, estrada, pra que as pessoas possam chegar com mais tranquilidade, sem muito sofrimento, vamos dizer assim. (Pra chegar nesses lugares passaria aqui por dentro da terra indígena mesmo?) Passa. Tem mais, mas não vai lembrar agora, mas precisa sim, pra poder receber as pessoas com mais... ter mais segurança, mais conforto também. Mas, seria isso mais infraestrutura pra chegar... (E assim a visitação continuaria sendo aqui com vocês mesmo? Vocês que estariam levando as pessoas até os lugares?) Isso.*

O ENTREVISTADO E da Terra Indígena de São Jerônimo acredita que já vem sendo desenvolvido (visitações eventuais do tipo excursionismo) pode ser melhorado a partir da iniciativa pública, de modo que se tenha melhoria de acesso, segurança e conforto para a atividade.

ENTREVISTADO F: *Como pode ser desenvolvida? Eu acho que... pra ‘oferecê’ nós precisamos de pessoas que tem conhecimento nessa área que venha ‘capacitá’ né, que oferece capacitação, eu acho que nós temos... é... as ‘comunidade indígena’ aqui não tem pessoas é... ‘capacitada’ pra ‘acompanhá’ o turismo né. É... o que ele que pretende ‘vê’, qual que é o interesse do povo que tá visitando, o que ele pretende, qual que é... é... o que... vem com mais interesse no que... será que vem pra ‘vê’ mais dança, a língua, a comida típica ou ele vem pra ‘explorá’ caverna ou cachoeira. Pra ‘explorá’ não, pra é... visita né. Eu acho que ‘mais’ pra isso a gente precisa de uma pessoa que tenha conhecimento na área né, na área de ‘recebê’ o turismo, é na hora de caminhada pra ‘visitá’. Que quando a gente traz o turismo aqui dentro a nossa preocupação é isso, que é... problema de... é pode ‘causá’ muito lixo, ‘trazê’ lixo e ‘contaminá’ o rio, ‘contaminá’ mata, né. Então ou é então... pessoa preparada pra isso, ‘orientá’, ‘sabê’ ‘orientá’ é as ‘norma’ que podem ser ‘cumprido’,*

e por enquanto a gente não tem isso né, então precisa de alguém capacitado pra 'acompanhá' né, isso que é importante pra nós. **(E essa pessoa capacitada você presume que viria de onde, tem relação com algum órgão específico?)** É eu acho que seria um órgão ou a própria universidade 'fazê' um trabalho né de qualidade, a gente sabe que tem os 'próprio aluno' que talvez 'tão' no último ano da faculdade, podiam vir 'fazê' um trabalho né, 'orientá', dá uma palestra pros 'indígena', pra vê como que ele pode 'recebê' um turista, como que é a responsabilidade da pessoa que 'tá' recebendo aquele turismo é... e na parte também... parte do... na parte da preservação né. Talvez a pessoa vem, vai querer 'mexê' num órgão, árvore, que é de importância pro indígena né, pode 'querê' leva muda, isso não pode. Pode vir com bastante é... alguma coisa que pode vir a contaminar a própria natureza né, principalmente lixo né, que é uma coisa que... que prejudica e também a gente pensa muito também sobre turista fumante, porque pode 'pegá' fogo na mata, isso pode ser um prejuízo, então a gente 'tá' preocupado com isso. Mas, a nossa comunidade ele não 'tá' preparado ainda. Tem local pra ser visitado pelo turista, mas, só que pra isso, pra 'crescê', precisamos de pessoas que... é... capacitado pra ser a guia dos pessoas que 'tão' visitando essa área. **(E os guias seriam aqui os...)** Os próprios indígenas, né, os 'próprio indígena' que sabe fala a língua, que sabe 'falá' também é... língua de branco né, como a gente fala né, então que sabe dos dois, tanto indígena, tanto língua de branco pra 'podê' né é 'oferecê' e também 'entendê' um pouco da natureza, de repente então a pessoa, turista ali quer saber que tipo de erva que é aquela ali e saber também essa erva aqui serve pra isso, é... que até existe vários ervas medicinais que o responsável por acompanhar o turismo ele tem que 'sabê' também, 'entendê' um pouco desse lado. De repente, o cara pergunta "pra que que serve?", ele tem 'sabê' 'respondê' pra não 'ficá' perdido no tempo. **(Então pelo que eu entendi você enxerga esse turismo com uma parceria, junto de uma universidade, no sentido assim de uma preparação. Só esse tipo de parceria?)** É. Que o da universidade que oferece né, talvez venha e 'tá' fazendo trabalho com a gente né, se a gente 'tivé' interessado em fazê um turismo aqui dentro, mas que venha 'prepará' alguns 'indígena escolhido' pelas lideranças 'indígena' e que ele prepara essa pessoa. Qual que é o responsabilidade, qual que é... a finalidade dele 'recebê' essa turma né que visita essa área dele, é... o que nós propomos é isso, por que não adianta a gente 'recebê' um número grande de turismo e não 'sabê oferecê', é... talvez o que ele pretende

vim 'vê' né, então isso é a grande dificuldade nossa, e 'sabê' também é... como que é a norma ali né, tem que uma norma, se não 'tivé' norma acaba prejudicando a própria reserva nossa, de forma que não viável pra comunidade né.

Para o ENTREVISTADO F da Terra Indígena Barão de Antonina o desenvolvimento da atividade turística necessita de auxílio técnico para capacitação de guias de turismo na reserva. Outra preocupação apontada no caso de visitaçãõ diz respeito ao perfil do turista e a geraçãõ de impactos negativos. Quanto ao perfil do turista para atividades de ecoturismo há os pesquisadores ecoturistas, os ecoturistas pesquisadores, os ecoturistas naturalistas e os ecoturistas casuais. Na concretizaçãõ das terras indígenas como recursos turísticos, a maioria destes constitui público potencial para visitaçãõ.

Em referênciã a geraçãõ de impactos negativos a partir do turismo indígena, comentado por um dos entrevistados, a bibliografia especializada no assunto recomenda que este grupo étnico é passível de ser engajado tanto no turismo rural quanto em atividades ecoturísticas, uma vez que cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como alternativa para o desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos mesmos.

Com relação ao desenvolvimento de segmentos econômicos nas reservas, informa-se que em terras indígenas brasileiras já existe exploraçãõ com atividades agrícolas e de mineraçãõ para fins lucrativos, e em escala mundial, diversos povos tradicionais vêm se abrindo ao turismo, sugerindo que tal iniciativa se encaminhe com os indígenas brasileiros (YÁZIGI, 2009). Portanto, o interesse em inserçãõ de práticas turísticas em seus territórios, manifestado pelas lideranças indígenas entrevistadas é perfeitamente cabível. E, ainda pode-se considerar que os planos do ENTREVISTADO F revelam que existe um conhecimento prévio sobre o assunto, pois vários pormenores do planejamento da atividade são referidos.

No entanto, o modelo de organizaçãõ da terra indígena influencia quanto aos benefícios que estes podem auferir com o turismo. Não se deve ignorar que o turismo consiste em uma atividade de experiênciã quase nula para estes grupos, portanto, somente ao experimentá-la ao longo do tempo é que se atingirá o aperfeiçoamento de qualquer modelo (YÁZIGI, 2009).

Além disso, não se desconsideram riscos, tais como o desgaste de seus fundamentos culturais, falsificaçãõ étnica, partindo do próprio autóctone quando altera seus hábitos para ser visto a partir da abertura do indígena ao turismo. Porém,

em contrapartida, qualquer apresentação folclórica do mundo exige produção recreativa, e muitas vezes, opta-se por rituais abandonados, havendo uma inevitável adulteração de diversos graus (YÁZIGI, 2009).

Não se descartam os estudos que abordam o desenvolvimento do turismo em terras indígenas e comumente trazem concepções associadas ao processo de aculturação causado pela atividade, levando a conclusão que tal influência incentivaria os indígenas a abandonarem seu modo de vida para a executarem. Segundo Leal (2008) é inegável que a relação entre turismo e os povos tradicionais é bastante criticada, principalmente por problemas sociais e culturais que a atividade provoca, promovendo um desenvolvimento inadequado, como por exemplo, submissão econômica, degradação ambiental, artificialização das manifestações culturais etc. A tomada de conhecimento destas implicações negativas são de extrema importância para um turismo indígena que até o momento somente possui planos para execução, por isso é louvável a preocupação do entrevistado.

Assim, conforme explica Faria (2008) os impactos do turismo sobre territórios e comunidades indígenas podem ocorrer de duas maneiras, indesejável, quando a atividade é promovida a partir de um planejamento que ignora a identidade étnica e territorial, assim como as territorialidades, acarretando consequências negativas como a despersonalização do lugar e a descaracterização da cultura. E, o desejável, quando considera a cultura, a identidade do lugar para intercâmbio de conhecimentos.

Desse modo, para auferir um cenário desejável nas terras indígenas abordadas é importante o fortalecimento da cultura, a promoção da conscientização e da valorização de um povo sobre sua identidade étnica e cultural, juntamente com um planejamento adequado para realidade cultural e territorial, é capaz de minimizar ou impossibilitar os impactos indesejáveis causados pelo turismo, tanto em função de outras culturas, como devido à economia de mercado (FARIA, 2008).

No tocante ao assunto, qualquer tipo de gestão ou planejamento a ser realizado em terras indígenas, deve considerar a participação, promovendo discussão com a comunidade, para o esclarecimento de dúvidas, receios, formas de organização, valorizando o conhecimento preexistente (tradicional ou não), permitindo assim que tais atores sociais envolvidos possam ter autonomia e decidir sobre seu próprio destino (FARIA, 2008).

Geralmente onde se desenvolve uma atividade econômica que se utiliza da cultura local e do meio ambiente como produto, é suscetível o surgimento de impactos negativos ou positivos em maior ou menor grau, tais consequências dependerão da forma como essa atividade será dirigida. Pois, uma das grandes motivações para as comunidades locais aceitarem o desenvolvimento turístico é o fator econômico, uma vez que este funciona como uma renda complementar para as mesmas. Devido a isso, um de seus impactos negativos se manifesta quando prevalece a importância do turismo como fator econômico, e a comunidade ignora suas tradições e costumes para se adaptar aos gostos e exigências do turista (BARBOSA; SILVA, 2014).

Como benefícios há incontestáveis casos em que a abertura ao turismo possibilitou que grupos vernaculares recuperassem suas tradições e se aproximassem. Consideram-se as aldeias indígenas como receptoras passivas do fluxo turístico, mas também como empreendedoras turísticas atuantes, estabelecendo diálogo com a estrutura oficial do setor, sendo assim capazes de extrair condições para garantir sua existência no cenário capitalista desigual, usando a atividade turística também para revitalização cultural (YÁZIGI, 2009).

Em uma das respostas das lideranças indígenas, salienta-se a necessidade de parceria com universidade para o acompanhamento da atividade na comunidade. Conforme vários estudos o ecoturismo representa a modalidade turística mais adequada a ser desenvolvida nas terras indígenas, devido à possibilidade de planejamento e gestão participativa e comunitária dos grupos ou comunidade indígena envolvida, promovendo a interação entre comunidade e natureza.

Ainda, neste âmbito é possível que as instituições de ensino – as universidades – se comprometam com tais iniciativas comunitárias, perfazendo suas diferentes atribuições de ensino, pesquisa e extensão. Pois, pesquisas básicas são fundamentais, além destas, nas áreas que carecem de recursos econômicos, as pesquisas aplicadas são essenciais, e devem receber todo o apoio dos órgãos de fomento. Os estudos que articulam a pesquisa e a extensão desempenham duas funções importantes: a pesquisa-ação (YÁZIGI, 2009).

Mediante as ideias de Yázigi (2009) outra participação das instituições de ensino pode ocorrer quanto a divulgação da atividade, preferencialmente, feita através de veículo próprio em *sites* da Internet. Possivelmente, estas podem atuar junto a FUNAI, auxiliando, por exemplo, na manutenção de um *site* poli tribal sempre

atualizado, tal como é o caso das terras indígenas de São Jerônimo da Serra que possuem mais de um grupo étnico (guaranis, xetás e kaingang).

A próxima pergunta “Há algum tipo de visitação turística na Terra Indígena? Se sim, onde, quando e como esta visitação foi realizada?”. Para a questão teve-se como respostas:

ENTREVISTADO E: *Então ainda não tem assim uma organização, que dia que as pessoas podem vir, aqui é quando eles resolvem vir, a gente recebe. (E normalmente é em épocas de calor?) É mais... já com frio não é muito movimentado. (E, assim como funciona essa visita? A pessoa chega aqui e com quem ela fala?) Na maioria das vezes pede autorização pra mim, aí vai né uma pessoa acompanhando. (Quem que vai? Tem uma função aqui, um cargo?) Não... não, a gente pede pra quem estiver disponível na hora, tipo uma liderança ou... Quando vem pessoal de escola, normalmente é um da turma que talvez seja daqui e esteja junto, aí já acompanha. (Vocês recebem bastante, então, grupos de escola?) Sim, recebemos sim. (E aí qual é o roteiro que eles fazem aqui dentro?) Não, é conforme eles querem, por exemplo, querem ir em tal lugar primeiro, ‘vamo’ lá, depois querem ir pra outro lugar, não tem assim um determinado primeiro depois vai, aonde eles quiserem ir, vai. (Por ano, mais ou menos quantas visitas acontecem? Você tem ideia?) Ah eu não tenho muita ideia não, mas também não é todo dia não, não é direto. (Mas, chega a ter umas dez visitas por ano?) É daí pra mais.*

Na Terra Indígena São Jerônimo há visitas eventuais, principalmente de grupos escolares, porém não organizadas, pois não há roteiro específico.

ENTREVISTADO F: *Não. A gente sempre recebe os alunos, os alunos de outras cidades que sempre vem ‘visitá’, mas mais vem ‘visitá’ mais a escola ali. Agora pra ‘oferecê’ é... caminhadas assim no mata aqui nunca aconteceu, sempre eles mais pra ‘visitá’ a comunidade indígena. (Eles não vão a cachoeira, ficam só aqui nesse local que vocês vivem?) Não só vem aqui na sede, fica por aqui... (Mas, então tem né, é uma visita) É uma visita... (São muitos grupos que vem durante o ano, quantas vezes acontece?) É uma vez por ano, principalmente nas férias procura mais né pra ‘visitá’. (Daí vêm com a escola, professora...) É a professora, acompanhantes, né. (Crianças?) Crianças, principalmente as crianças. (E aí qual é o roteiro dessa visita?) O roteiro é eles ‘visitá’ mais a escola né, a*

gente tem os nossos professores indígenas que ‘acompanha’ eles, visita essa área só, a escola, os ‘morador’ aqui da... daqui né.

Na reserva Barão de Antonina também ocorrem visitas do mesmo caráter, restritas a conhecer o centro da comunidade indígena, a escola e alguns moradores (FIGURA 99).



FIGURA 99 – Área das moradias – Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

A última pergunta que questiona: “Você acredita que a atividade turística pode trazer benefícios socioeconômicos para a terra indígena? Justifique sua resposta.” E, os entrevistados concluem que:

ENTREVISTADO E: *Eu acho que pode né, a partir do momento que ‘seje’ bem organizado e que ‘teje’ pronto pra receber as pessoas, eu acho que pode gerar sim. Por enquanto, a gente não pensa nisso ainda, porque a gente não tem uma estrutura preparada pra receber né. Mas, eu acho que a partir do momento que for feita uma coisa bem organizada a gente pode pensar em ganhar alguma coisa sim. (De que forma que você pensa que vocês poderiam ganhar?) Então, a partir do momento que a gente tiver estrada, tiver pessoas pra acompanhar né, que possa ser ‘renumerada’ também a gente pode pensar em... em talvez até ter uma lanchonete nesses... próximo a esses lugares né pra que as pessoas possam se alimentar e assim a gente consegue ganhar algum dinheiro que possa ser investido também*

nesses trabalhos aí de... pra poder receber mais melhor as pessoas, não pensando assim num dinheiro pra mim, digamos como cacique, mas sim pra investir no próprio turismo. **(A venda desse artesanato não tem um lugar próprio então?)** Não tem. **(Isso também poderia ser melhorado?)** Isso, é com certeza. **(Não tem também uma organização de quem faz esse artesanato, é quem tem vontade de fazer?)** Não. É quem tem vontade faz, no dia que tem assim essas pessoas de fora, eles acabam negociando.

O ENTREVISTADO E confia na possibilidade de auferir ganhos com a atividade turística. Segundo ele a partir da organização do turismo na reserva, pode-se melhorar o acesso, a infraestrutura, além gerar renda.

ENTREVISTADO F: *Eu acho que sim, eu acho que traz isso benefício, porque desde que seja bem preparado né. Porque a gente sabe que tem muitos 'indígena' aqui, algumas que mexe com muito artesanatos, e quando vem pessoas pra 'visitá' eu acho que gira um pouco de recursos pra essas comunidade né que acaba beneficiando. **(Então, esse benefício você enxerga na venda do artesanato?)** Na venda do artesanato, na apresentação de danças, é... e outros mais né. E... isso traz... **(Mas, e aí pensando no trajeto desses recursos naturais, cachoeira, caverna que você falou, isso também você pensa que teria uma cobrança...)** Sim, eu acho que o turismo na hora de 'entrá' dentro da terra indígena ele vai ter que 'pagá' uma taxa né, 'pagá' uma taxa pra 'visitá' esse local, por pessoa, no caso vem, 'recebemo' vinte a trinta pessoas, então vai ter uma taxa por pessoa, tanto paga pra 'visitá', visita a caverna, visita as cachoeiras e outro mais, né... não eu quero também 'vê' dança de índio, ele vai ter que 'pagá' outro valor pra 'vê' como que são dança de índio né. Agora também vai existir também umas 'barraca' de venda de artesanato, se ele interessa de 'comprá' alguma coisa ele vai lá e compra, entendeu? Não eu quero também 'posá' numa oca aí, quero dormir aqui pra ver como é... então ele vai né, tudo isso vai ter uma taxa pra 'pagá' né. É eu também quero conhece comida indígena, então pessoa que vai 'apresentá' como que faz a comida indígena também vai né... **(Que prato típico indígena vocês tem aqui?)** A gente tem vários, a gente principalmente bolo feito com milho, daí tem o piché que eles falam também que é feito com milho também e também tem vários tipos de comida indígena também da mata, que são coletado e consumido pelos 'índio'.*

O ENTREVISTADO F da Terra Indígena Barão de Antonina, também confia na contribuição do turismo com benefícios socioeconômicos, desde que a atividade seja organizada. Este até lembra, sem citar os nomes, de algumas comunidades indígenas que desenvolvem o turismo e suas vantagens. Explorando mais suas ideias, percebe-se que o entrevistado apresenta alguns planos quanto às atividades que podem ser realizadas durante a visita: apresentação de danças indígenas, artesanato, visita as cavernas e cachoeiras, hospedagem, culinária indígena.

As nações indígenas representam o último reduto exótico do planeta, no caso brasileiro existem culturas de cerca de 200 etnias diferentes com aproximadamente 180 idiomas, as representam o notável potencial para o país e para o restante do mundo (YÁZIGI, 2009). As terras indígenas em São Jerônimo da Serra e seus anseios pelo desenvolvimento turístico consistem em um fragmento deste potencial, desse modo o turismo indígena neste município merece atenção, não somente por causa das aspirações destes grupos étnicos, mas também porque enriquece a potencialidade turística desta paisagem.

E, compreendendo-se os povos indígenas, primeiramente como seres humanos e depois como culturas distintas, é notável a resposta do ENTREVISTADO F sobre o que o turista teria como atividade ou como produtos para consumo na Terra Indígena Barão de Antonina. Pois, os visitantes que se interessam em conhecer culturas indígenas não esperam se deparar nesses locais com os elementos banalizados do turismo mundial, como piscinas, *night clubs* etc. se assim fosse, o turismo indígena não se caracterizaria como original, e durante uma estadia entre indígenas é possível praticar turismo cultural por meio de: danças rituais, sistemas de crença, pintura corporal, artesanatos (cerâmica, cestaria, bijuteria, arte plumária etc.), arquitetura ecológica, vários domínios técnicos (caça, pesca, medicina fitoterápica) (YÁZIGI, 2009).

As respostas das lideranças indígenas entrevistadas, especialmente do ENTREVISTADO F, que proferiu respostas mais longas a respeito do assunto, dão sinais evidentes de que desconhecem o modo ideal de organização para tal prática. Contudo, este demonstra noção sobre o tipo de parceria conveniente passível de existir entre indígenas e universidades. Ademais, de acordo com Yázigi (2009) lembra-se que a produção dessa modalidade turística requer a participação do Estado, pois este constitui a maior das instâncias envolvidas, uma vez que é a instituição dominante na regulação de etnicidades, através da distribuição de

recursos e de regras e estruturas de acesso político. Ainda com vistas ao bom funcionamento do turismo indígena algumas diretrizes éticas são imprescindíveis, dessa maneira deve ser de interesse das culturas indígenas que a FUNAI reforce cuidados para evitar visitas turísticas clandestinas, assim como qualquer visita turística deve passar por essa instituição. Contudo, na fala dos entrevistados, tal participação não foi sequer cogitada, não se referindo em nenhum momento à colaboração da prefeitura local ou outro órgão governamental.

A organização do turismo em terras indígenas deve contar com a profissionalização em turismo, assim recomenda-se a reprodução de cursos profissionalizantes de turismo que envolva integrantes de tais populações (YÁZIGI, 2009). Para as comunidades indígenas de São Jerônimo da Serra, que já possuem alguns membros cursando ou já concluintes de cursos superiores, o meio para se atingir esta profissionalização seria através do ingresso nas universidades da região, a Universidade Estadual do Norte do Paraná ou a Universidade Estadual de Londrina. Outra forma seria através da oferta de cursos de nível médio profissionalizante na rede de educação básica, e logicamente, que os mesmos fossem estendidos às escolas existentes nas terras indígenas.

Inicialmente, devem-se determinar quais áreas indígenas manifestam interesse por uma iniciativa individual ou conjunta de operacionalização turística, qual seja o interesse regional (YÁZIGI, 2009). Em São Jerônimo da Serra através da análise das respostas dadas pelas lideranças indígenas verifica-se que se tenciona este empreendimento de forma separada em cada terra indígena.

No Brasil, como já existem destinos turísticos consagrados e equipados, seria cabível aproveitá-los, organizando extensões aos núcleos indígenas em sua área de influência, para os municípios estudados, o núcleo urbano considerado destino turístico e que integra um roteiro temático (Rota do Café) é Londrina. O próximo passo exige reconhecimento prévio das terras nas quais se podem organizar visitas. Ressalva-se que na inexistência de meios indígenas de hospedagem, em lugares distantes, necessita-se de pontos urbanos de apoio. Quanto às terras indígenas de São Jerônimo da Serra, uma delas, a Terra Indígena São Jerônimo se localiza a seis quilômetros da sede municipal, nesta seria possível a instalação de meios de hospedagem oportunizando esta experiência ao visitante. A Terra Indígena Barão de Antonina se localiza distante da área urbana, portanto esta necessitaria de serviços de hospedagem existentes na cidade.

Assim o planejamento da viagem, exige que cada lugar receptivo ofereça ao menos acesso, local de hospedagem, alimentação, e atrativos com exemplar segurança de efetivação. Também se recomenda que tudo ocorra no curto tempo de uma permanência turística. A prática do turismo indígena ultrapassa o significado de uma visita a uma reserva comum, pois seu principal produto é um ser humano, o indígena. Deste modo, seu plano de manejo, preocupa-se em criar condições específicas para o sensível encontro entre indígenas e indivíduos pertencentes a culturas muito específicas. Nessa modalidade turística há uma dupla necessidade, que consiste na oferta de pacotes turísticos por grupos indígenas e as necessidades do visitante. Ninguém se aventura a visitar grupos indígenas sem se informar do mínimo necessário, daí a necessidade de divulgação da potencialidade turística e dos empreendimentos em sites da prefeitura municipal ou das terras indígenas. Embora um turista tipicamente urbano possa dormir numa rede e se alimentar das mesmas refeições que o hospedeiro, algumas de suas necessidades básicas são insubstituíveis, portanto, será preciso ser tolerante com a iniciação dos que vêm de fora (YÁZIGI, 2009).

A seguir traçam-se algumas sugestões para organização do turismo indígena em São Jerônimo da Serra, considerando-se logicamente que a execução destas só ocorreria após apresentação e discussão com as comunidades envolvidas, no intuito destas manifestarem seus reais interesses, em conformidade ou não com a proposta. Esta organização contaria com a parceria já pretendida pelas lideranças indígenas locais, isto é, com as universidades, porém outras entidades governamentais seriam acionadas conforme necessidade.

Recomenda-se a construção de uma vila turística, o que caracteriza um sistema de hospedagem distanciado da aldeia, esta instalação evitaria possíveis intromissões, de domiciliares, perturbando a privacidade dos indígenas, no caso daqueles não interessados e não engajados como o restante dos receptores (YÁZIGI, 2009).

Quanto à disposição arquitetônica e urbanística, desperta interesse e idealiza-se que a vila turística reproduza a mesma ordem espacial e padrões arquitetônicos do grupo indígena, permitindo uma ambientação harmoniosa, e simultaneamente sem criar modelos bizarros que venham a sugerir aos indígenas o abandono de suas tradições. Para o sistema de hospedagem, independente da forma adotada, é necessário o mínimo de conforto para o hóspede, então deve possuir água corrente

para os sanitários e um sistema apropriado de ventilação, podendo ser natural ou artificial. O padrão construtivo tradicional dos indígenas que utiliza palhas e troncos, com aberturas laterais e pé direito alto é mais aprazível que a construção de alvenaria com vidros. Importante ter em cada unidade de hospedagem um regulamento completo sobre as exigências da visita (YÁZIGI, 2009). Estas características do padrão arquitetônico tradicional ajustam-se aos modelos construtivos de algumas instalações presentes nas terras indígenas (FIGURA 100), passíveis de serem reproduzidas na edificação da vila turística. A vila turística seria de grande utilidade para a Terra Indígena Barão de Antonina devido sua localização distante dos meios de hospedagem que a cidade oferece e também em função das respostas do ENTREVISTADO F que define o pernoite como uma das experiências propiciadas durante a visitação.



FIGURA 100 – Instalação para eventos – Terra Indígena Barão de Antonina
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

Dentre as necessidades básicas para essa modalidade turística, cita-se o pronto socorro, no caso de ferimentos, picadas de insetos e mordidas de outros animais. Também é essencial dispor de um atendente especializado, a ser convocado sempre que necessário (YÁZIGI, 2009). A precisão maior dessa

instalação é para a Terra Indígena Barão de Antonina que se situa mais distante da sede municipal.

Outra instalação básica refere-se a uma biblioteca mínima com acervo de dados sobre o próprio grupo indígena e informações regionais (clima, mapas das terras indígenas e da região etc.). Tal infraestrutura é proveitosa para aguçar o interesse e as relações exercidas entre as duas culturas durante o período da visita (YÁZIGI, 2009). Esta poderia existir em uma das reservas, a de São Jerônimo, com bibliografia que explore a história de origens e formação das terras indígenas, destacando que a redução e divisão do território destes povos ao longo do tempo.

Podendo existir nas duas terras indígenas, o centro de informações turísticas faz-se necessário, pois segundo Yázigi (2009) sua permanência no local oportuniza excursões locais, algumas até pré-definidas no pacote original. E, outras podem ser suscitadas pelo interesse momentâneo, tais como pesca ou visita a outra aldeia. Por causa do câmbio de datas e trajetos que os turistas fazem, aconselha-se dispor de informações locais sobre horários e modos de transporte regionais.

Como elemento do centro de apoio ao turismo também se tem as butiques que correspondem a uma boa fonte de renda complementar, contendo alguns suprimentos vitais e outros são lembranças do local. Estas podem ter estoques de artesanato, água mineral em garrafas, livros de antropologia e etnografia, fotos, DVDs, CDs, artigos de higiene pessoal, preservativos, frutas regionais etc (YÁZIGI, 2009). Estas instalações recomendam-se para as duas terras indígenas, uma vez que nas respostas dos dois entrevistados manifesta-se o desejo deste tipo de atividade.

É necessário um espaço de encontros, como local de convivência entre turistas e para palestras com membros indígenas, projeções etc. Os avisos e programas diários devem ser reunidos neste espaço, e deve ter um Livro de Sugestões para registrar a memória turística (YÁZIGI, 2009). Em ambas já existe uma estrutura que atualmente serve para realização de eventos indígenas, dessa maneira, a construção da vila turística na Terra Indígena Barão de Antonina é preferível próxima a esta edificação.

E, completa-se o centro de apoio turístico com uma oficina de artes e ofícios, pois muitos turistas podem se interessar pelo aprendizado de técnicas tribais de diversas naturezas, sendo assim um local de aprendizado que permitirá arrecadar

mais renda (YÁZIGI, 2009). Tal oficina mostra-se interessante, para as duas reservas, já que em ambas manifestou-se a vontade de comercializar artesanato, pratos típicos etc.

Ainda, a infraestrutura da vila turística é indispensável apresentar tratamento de resíduos para os lixos sólidos dos turistas (mesmo que seja mais viável pedir-lhes que os levem para um destino mais adequado ao deixarem o lugar); tratamento de águas usadas; uso preferencial de energia solar; sinalização para toda a área (aldeia indígena, vila turística e seus arredores); e limpeza e manutenção (YÁZIGI, 2009). Estas atitudes são sugeridas não somente para a Terra Indígena Barão de Antonina, que segundo este estudo pode comportar uma vila turística, mas também para a Terra Indígena São Jerônimo, dada a proeminência destas ações para o funcionamento adequado do turismo.

No término das entrevistas ainda se deixou um espaço para os entrevistados apontarem observações relevantes sobre algum assunto não inserido na estrutura seguida. Com exceção dos entrevistados 'E' e 'G', o restante expressou as seguintes ideias:

ENTREVISTADO A: *Realização de festas, tais como: a festa de comemoração de aniversário do município; festa da rádio Iolanda e carnaval (as maiores comemorações da cidade com público de cerca de 5 mil pessoas); festa do padroeiro do município; festa de Natal. A prefeitura organiza os comerciantes que participam das festas por meio de inscrições.*

Observação relevante do ENTREVISTADO A, pois no item lazer dos questionários aplicados, estas duas festividades foram as mais citadas, correspondendo também a elementos que contribuem para a potencialidade turística.

ENTREVISTADO B: *Envolver as três prefeituras – Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra e Sapopema – em um projeto turístico para aproveitar o potencial, criar um sinergismo.*

O entrevistado reforça a última ideia exposta, o desenvolvimento de um turismo que integre os três municípios em função de todos apresentarem potencialidade para a atividade.

ENTREVISTADO C: *O turismo é um potencial, a gente sempre vive falando e quando nós fizemos o trabalho com os produtores, assim de levantar as prioridades, as potencialidades do município, o turismo, ele aparece como uma potencialidade na*

fala dos pequenos produtores. Eles mesmos identificam como uma potencialidade, só que aí a gente tem essa dificuldade de... porque não depende só do... se não tiver uma organização, uma coisa maior, eu não sei como assim... pra “tá” organizando isso daí. Porque não adianta a gente só trabalhar com os produtores, organizar os produtores, fazer eles produzirem né, organizar as propriedades, tal, se não tiver um... tem que ter uma proposta mesmo de trabalho, planejamento né. Nós já fizemos cursos através do Senar, cursos até meio focados pra questão do turismo né, que a primeira coisa que você tem que fazer tem organizar, pra organizar as propriedades, saber... e eles tem vários cursos assim, eles tem... você faz um, vai fazendo por etapa né, só que tem que ter uma coisa maior, eu acredito que tem que ser uma proposta do município, é uma coisa maior, pra você conseguir implantar né... que senão...

Esta observação evoca a atenção da iniciativa pública, compreendida como importante parceiro e agente da atividade. Também informa a realização de cursos pontuais e o interesse de produtores rurais, porém até o momento por falta de organização sem surtir os efeitos almejados.

ENTREVISTADO D: *O estilo de turista, porque tem turista de boas índoles, tem outros que vão né... já não vão pra curtir, vão pra fazer outros tipos de... né. Tem uns que vão pra curtir e outros que vão lá pra usar droga, então é essa contaminação que existe não só aqui como em toda área turística deve ter, sem controle. Não deixa de não ser uma contaminação pra uma família de boa índole que ‘tá’ ali curtindo a natureza.*

Tal observação é pertinente, pois se preocupa com a geração de impactos negativos do turismo, em função do comportamento de turistas.

ENTREVISTADO F: *Sobre esse assunto aí o meu interesse é isso. Abrir um turismo aqui é... pra ‘trazê’ é... alguns ‘benefício’ dentro da terra indígena. Como assim que benefício? Que o índio invés de sair pra fora, vender seu artesanato, levar criança de menor, pedindo na rua, isso seria importante... evitaria índio ‘tá’ transitando na cidade, com criança de menor, correndo o risco de ‘levá’ acidente e turismo seria um dos melhores, em vez de ir pra fora, o próprio turismo vinha, levava, comprava artesanato né, isso seria de grande importância pra comunidade indígena. E também a gente precisa de apoio de pessoas que tenha conhecimento nessa área que venha ‘fazê’ um trabalho junto com a gente. E como ‘encaminhá’ o índio né, o... pessoa que tá na frente do turismo ‘encaminhá’, qual que é o motivo*

certo pra 'recebê', o risco que tá correndo, qual que é o benefício que ele pode 'tê' né, então positivo, negativo sempre tem que ser tratado junto pra não 'prejudicá' é também né que grande medo nosso também é assim pessoas que nós temos né jovens 'indígena' aqui que pode 'querê envolvê' com turismo, traze doença, isso também é um problema muito sério que a gente pensa muito. Então se tem uma pessoa preparada aqui nessa área, ele pode prepara bem, a... o... pessoa que pode trabalha com a comunidade que serve o turismo aqui dentro".

E, finalmente a última observação do ENTREVISTADO F, liderança indígena na reserva Barão de Antonina, enfatiza o interesse pelo desenvolvimento do turismo no local e a credibilidade depositada na atividade, no sentido de esta evitará o deslocamento de indígenas para fora da comunidade em busca de vender seus artefatos. Do mesmo modo como se expressou durante a entrevista, demonstra preocupação em desenvolver a atividade sem acompanhamento de equipe especializada. Outro assunto importante que cita refere-se aos riscos que o turismo mal planejado pode ocasionar.

Com as observações feitas pelos entrevistados em que se reforçam os planos descritos acerca da possibilidade de transformar alguns locais conhecidos em destinação turística ou em que se demonstram inquietação quanto aos possíveis impactos da atividade, conclui-se que existe em ambos vários locais dotados de significativa potencialidade para o turismo, os quais são reconhecidos por grande parte do universo pesquisado.

A última questão apresentada na pesquisa para evidenciar a potencialidade turística da paisagem de São Jerônimo da Serra e Nova Santa Bárbara e a aspiração pela prática turística nos municípios indica os locais que segundo os respondentes podem ser utilizados para turismo (QUADRO 32).

Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Não soube ou não respondeu	53,7	Não soube ou não respondeu	13,8
Cachoeiras / Paredão rochoso ('Peral')	0,8	Cachoeiras / Cavernas	10
Cachoeira do Tamanduá / Cachoeiras / Grutas / Rio Tibagi / Morro do Taff	0,8	Cachoeira João Nogueira	6,1
Cachoeiras / Rio do Tigre / Rio Tibagi	0,8	Cachoeiras / Cavernas	4,6

Continua...

Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Rio do Tigre / Cachoeiras / Cavernas / Nascentes	0,8	Cachoeiras / Cachoeira João Nogueira	3,8
Cavernas / Cachoeiras	0,8	Cachoeira do Baiano / Cachoeira João Nogueira	3
Rio do Tigre	0,8	Cachoeira do Baiano / Cachoeira João Nogueira / Cavernas	2,3
Igreja Matriz / Cafezais	0,8	Cachoeiras / Cavernas / Reserva Indígena	2,3
Vale do Rio Tibagi / Cachoeira do Tigre	0,8	Cachoeira João Nogueira / Cavernas / Cachoeiras	2,3
Rios / Cachoeiras / Cavernas	0,8	Cachoeira João Nogueira / Cavernas / Bairro do Salto	1,5
Rio do Tigre / Morros	0,8	Cachoeira João Nogueira / Cavernas Vale Verde	1,5
Morros	0,8	Cachoeira Caratuva	1,5
		Cachoeiras / Reserva Indígena	1,5
		Cachoeira do Baiano	1,5
		Belezas naturais / Cachoeiras / Cavernas	1,5
		Cachoeira do Tigre	1,5
		Distritos (Terra Nova, Tigrão) / Cachoeira do Salto / Cavernas	0,8
		Grutas / Picos / Cachoeiras	0,8
		Grutas / Trilhas / Cachoeiras	0,8
		Perto da rodoviária (parque / circo)	0,8
		Rios / Corredeiras / Sítios	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Rio do Tigre	0,8
		Cachoeira Caratuva / Cachoeira Sapé / Cachoeira João Nogueira / Cavernas	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Pousada Caminho das Águas Mansas / Reserva Indígena	0,8
		Cachoeira Salto do Tigre	0,8
		Chácara Joaninha (Pinhal)	0,8
		Cachoeiras / Cavernas / Rio Tibagi / Pico Agudo	0,8
		Cachoeiras / Cavernas / Pico Agudo	0,8
		Cachoeira Caratuva / Cachoeira do Tigre	0,8
		Pousada Caminho das Águas Mansas	0,8

Continua...

Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
		Pousada Caminho das Águas Mansas / Cachoeiras (Caratuva, Água da Campina, da Sunta)	0,8
		Terra Nova / Pinhal / Cachoeiras	0,8
		Cachoeiras / Vale do Rio Tibagi / Morro Pico Agudo / Mata / Corredeiras	0,8
		Cachoeiras / Mata / Vale do Rio Tibagi / Morro Pico Agudo	0,8
		Reserva Indígena / Matas / Cavernas / Cachoeiras da Reserva Indígena	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Rio Arixiguana / Campina	0,8
		Cachoeira / Rios / Reserva Indígena / Cidade	0,8
		Cachoeiras / Cachoeira João Nogueira / Pousada Caminho das Águas Mansas / Cachoeira da Reserva Indígena	0,8
		Cachoeiras (João Nogueira / do Salto / Caratuva / da Reta)	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Cachoeira do Salto / Reservas Indígenas (São Jerônimo e Barão de Antonina)	0,8
		Cachoeiras / Terras Indígenas	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Salto do Rio Arixiguana / Salto do Rio Capim / Morro do Tafe / Pico Agudo	0,8
		Cachoeiras / Cavernas / Reservas de Mata	0,8
		Cidade alta / Terra Nova / Pinhal	0,8
		Humanitas	0,8
		Terra Nova / Morro do Tafe / Reserva Indígena	0,8
		Terra Nova / Cachoeiras / Cavernas	0,8
		Chácaras (Vanolim e Paraná) / Cachoeira João Nogueira / Bairro do Salto	0,8
		Fazenda Água Grande / Salto da Esperança	0,8
		Cidade / Saltos	0,8

Continua...

Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural de São Jerônimo da Serra)		Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio urbano de São Jerônimo da Serra)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
		Cachoeiras/ Picos / Cavernas / Vales / Cachoeira João Nogueira / Cachoeira do Baiano / Rio Arixiguana	0,8
		Porto de Areia / Cachoeiras	0,8
		Cachoeiras / Matas / Cachoeira João Nogueira	0,8
		Cavernas / Cachoeiras / Pico Agudo / Cachoeira João Nogueira	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Cachoeira Caratuva	0,8
		Cavernas / Cachoeira do Baiano	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Cachoeira do Salto	0,8
		Sede Municipal	0,8
		Cachoeira João Nogueira / Reserva Indígena / Cachoeira Caratuva / Cachoeira do Salto	0,7
		Cachoeira Maria Julia / Cachoeira Caratuva / Humanitas	0,7
		Cachoeira Taquara / Cachoeira do Tigre	0,7
		Cachoeira João Nogueira / Pico Agudo	0,7
		Cachoeira João Nogueira / Cachoeira Caratuva / Cachoeira Maria Julia	0,7
		Cachoeira do Salto / Cachoeira João Nogueira	0,7
		Cachoeira Caratuva / Humanitas	0,7
		Cachoeira João Nogueira / Morro do Tafe	0,7
		Cavernas / Cachoeiras / Cachoeira do Pilão	0,7
		Rio do Tigre	0,7
		Cavernas / Cachoeira Vale Verde / Distrito Tigrão / Cachoeira João Nogueira	0,7

QUADRO 32 – Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Conforme os resultados auferidos a partir da última questão feita nos questionários, a maioria da população abordada no meio rural de São Jerônimo da Serra (53,7%) não conseguiu identificar os locais que apresentam potencialidade para o turismo, na sequência dos mesmos aparecem com o mesmo percentual

(0,8%) algumas cachoeiras, cavernas, rios, vale, igreja, cafezais. Para a mesma pergunta, no meio urbano teve-se 13,8% que não soube ou não respondeu. Em seguida, com 10% aparecem dentre as respostas cachoeiras e cavernas e com 6,1% a Cachoeira João Nogueira. Com percentuais menores tem-se uma variedade de respostas que corroboram a vasta potencialidade turística existente no município, dentre estas: Cachoeira do Baiano, reserva indígena, Bairro do Salto, Cachoeira do Tigre, Distrito de Terra Nova, Cachoeira Caratuva, picos, morros, sítios, chácaras, Pousada Caminho das Águas Mansas, Humanitas. Dentre os locais citados selecionaram-se aqueles mais lembrados nas respostas para elucidar a potencialidade turística do município.

A Cachoeira João Nogueira é também conhecida como Cachoeira ou Salto do Tigre, por se localizar no curso do rio Tigre, localiza-se nas proximidades do Parque Estadual do Penhasco Verde, distante cerca de quinze quilômetros da sede municipal. Possui altitude de 828 metros e a altura da queda com 136 metros, o entorno é constituído de florestas de mata nativa e mata ciliar ao longo do rio, porém percebe-se a existência de reflorestamentos de eucaliptos em algumas porções do vale. A área apresenta acesso facilitado para chegar até o topo, contudo para atingir a base e a piscina que esta forma o acesso é de elevada dificuldade, também não possui nenhum tipo de infraestrutura para receber visitantes (FIGURAS 101 e 102). Contudo, durante o trabalho de campo observou-se que dentre os frequentadores do local estão os esportistas radicais no salto devido à presença de estrutura para a atividade de rapel (FIGURA 103).



FIGURA 101 – Vista do vale do rio Tigre (também conhecido como mirante natural do Tigre)
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

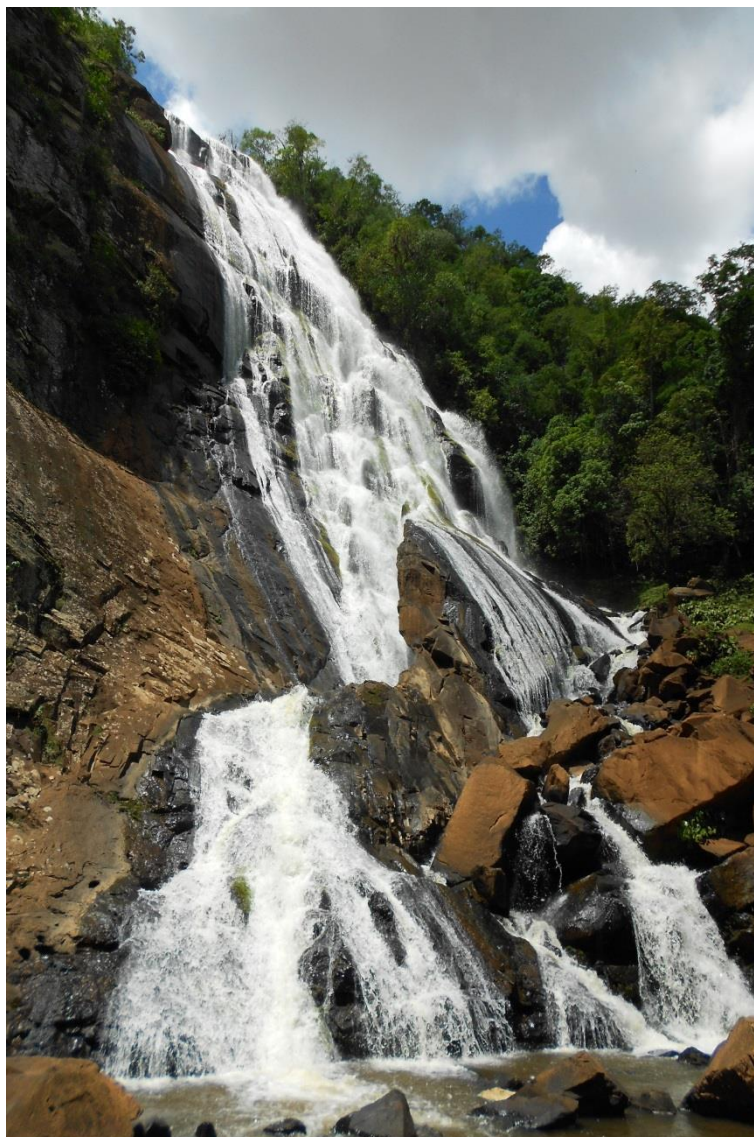


FIGURA 102 – Cachoeira João Nogueira
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 103 – Estrutura para rapel na Cachoeira João Nogueira
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

A Cachoeira do Baiano (FIGURA 104) também mencionada localiza-se na Terra Indígena São Jerônimo a cinco quilômetros da sede municipal com boas condições de acesso. Outro atrativo citado é a Cachoeira Caratuva (FIGURA 105) situada em bairro rural do mesmo nome no rio São Jerônimo a oito quilômetros da sede municipal. O acesso ocorre através da rodovia PR-090, tomando-se uma estrada vicinal e uma trilha em boas condições chega-se a queda com 15 metros de altura e piscina natural. A cachoeira pertence à propriedade particular, sendo muito conhecida e visitada no município. Também foi citada a Cachoeira ou Salto do Arixinguana de propriedade particular (FIGURA 106), ainda a Cachoeira dos Pilões (FIGURA 107), a Cachoeira Vale Verde (FIGURA 108) e a Cachoeira do Tamanduá. A Cachoeira dos Pilões no Ribeirão dos Pilões localiza-se próximo a estrada que leva até o distrito de Terra Nova. O acesso ocorre após percorrer 500 metros de estrada rural, porém após deixar a estrada, a trilha apresenta dificuldades para atingir a queda com 23 metros de altura. A Cachoeira Vale Verde localiza-se em propriedade particular a seis quilômetros da sede municipal. E, a Cachoeira do Tamanduá distante 25 quilômetros da sede do município, situa-se nas proximidades do distrito de Terra Nova no corpo d'água do Ribeirão Tamanduá com 82 metros de

altura. Para chegar até o local utilizam-se cinco quilômetros de estrada rural e mais trilha com elevado grau de dificuldade. De forma geral os respondentes lembram-se das cachoeiras como locais a serem utilizados para o turismo, pois o município apresenta dezenas delas, portanto, seria difícil aparecer nas respostas todas as denominações destas. Dentre as que não foram expressas nas respostas tem-se a Cachoeira do Larine (FIGURA 109), do Lauro (FIGURA 110) e Cachoeira do Brandão (FIGURA 111). Esta última encontra-se em propriedade particular, distando dez quilômetros da sede, possuindo boas condições de acesso. Os respondentes também se recordaram do Pico Agudo e Morro do Tafe (FIGURA 112), ambos localizados na região do distrito de Terra Nova. O Pico Agudo faz parte da divisa entre os municípios de São Jerônimo da Serra e Sapopema.

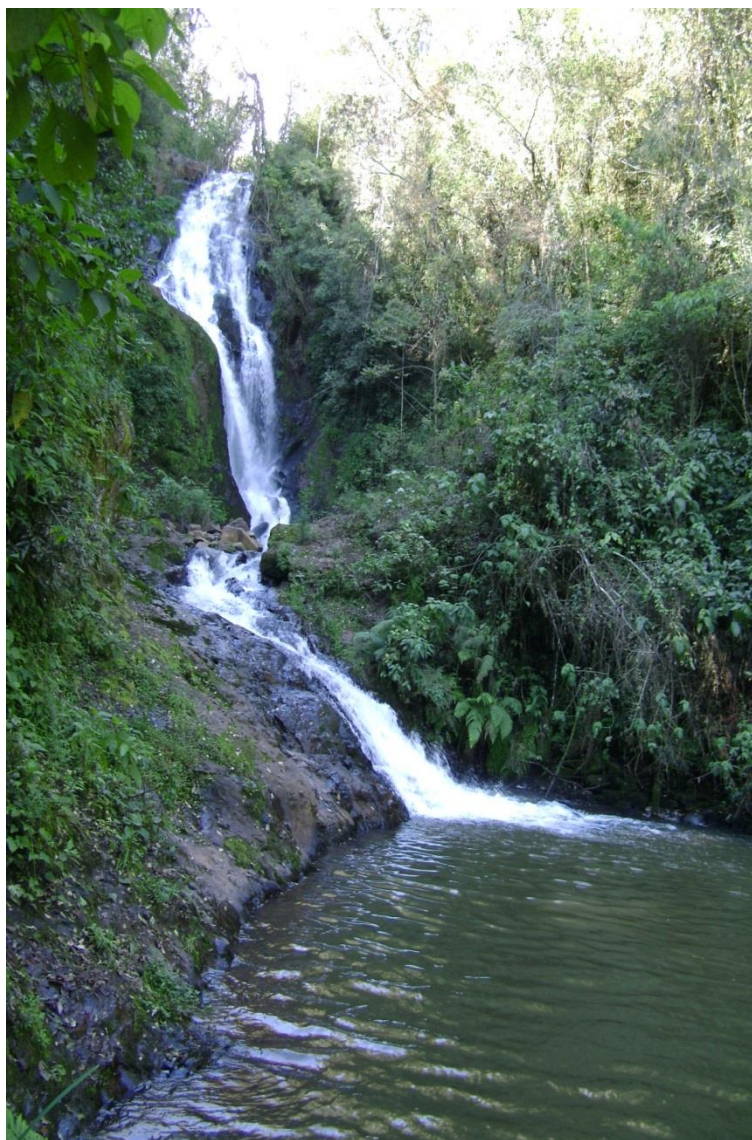


FIGURA 104 – Cachoeira do Baiano
FONTE: LUZ, 2009.



FIGURA 105 – Cachoeira Caratuva
FONTE: LUZ, 2009.



FIGURA 106 – Cachoeira do Arixinguana
FONTE: LUZ, 2009.

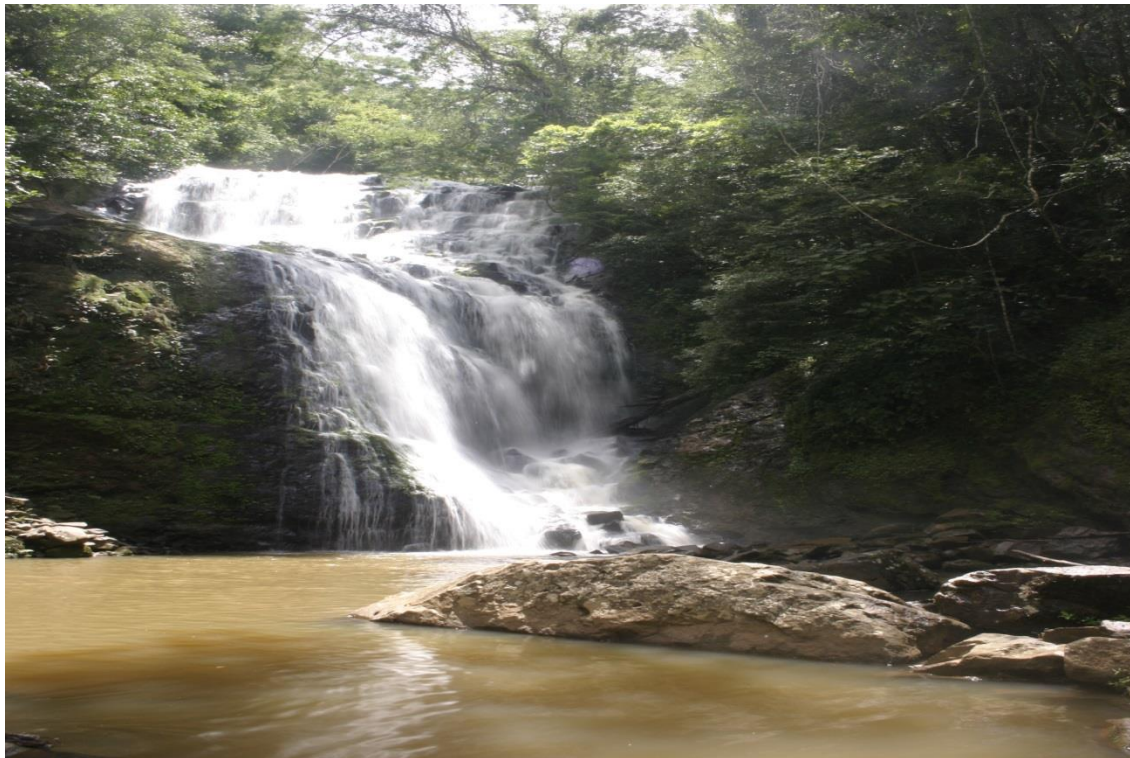


FIGURA 107 – Cachoeira dos Pilões
FONTE: INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2009.



FIGURA 108 – Cachoeira Vale Verde
FONTE: INVENTÁRIO TURÍSTICO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2009.

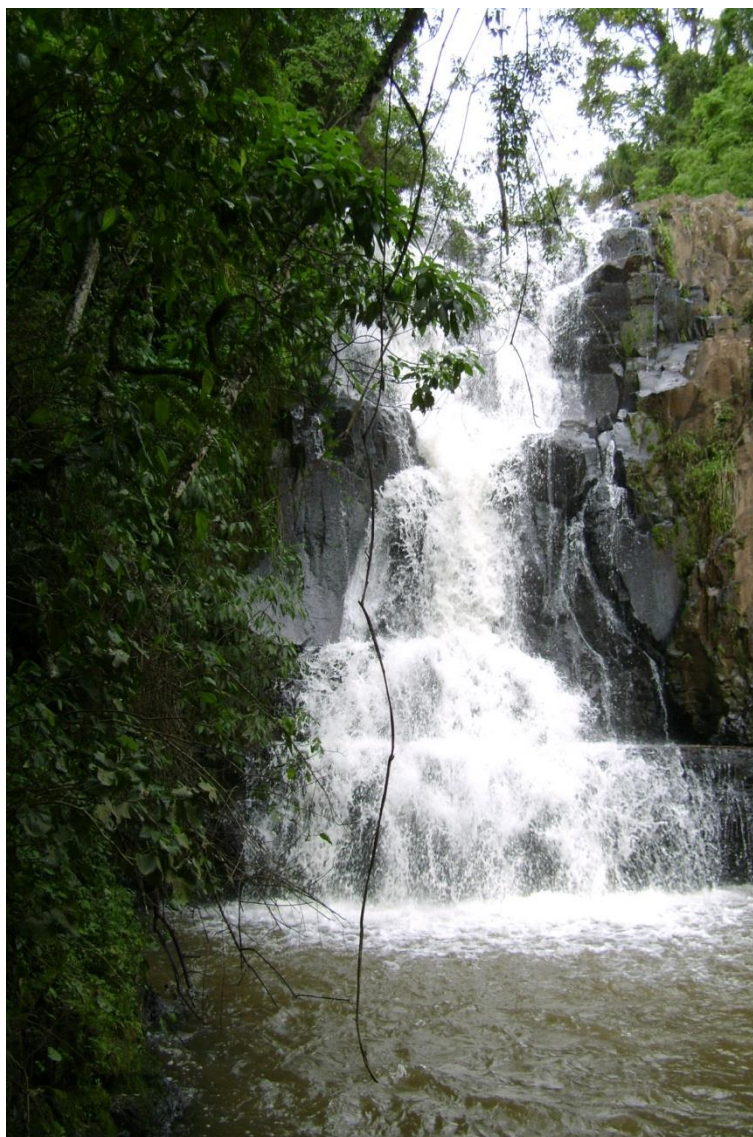


FIGURA 109 – Cachoeira do Larine
FONTE: LUZ, 2009.



FIGURA 110 – Cachoeira do Lauro
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.



FIGURA 111 – Cachoeira do Brandão
FONTE: LUZ, 2009.



FIGURA 112 – Pico Agudo e Morro do Tafe – região do distrito de Terra Nova

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Em Nova Santa Bárbara, para a mesma questão o QUADRO 33 exhibe as respostas dadas no meio rural e urbano do município:

Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural de Nova Santa Bárbara)		Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio urbano de Nova Santa Bárbara)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
Não respondeu	80,0	Cachoeira Maria Julia	13,2
Cachoeira Maria Julia e Cachoeira do Caratuva	6,7	Cachoeira Caratuva	10,6
Festa de aniversário da cidade e Cachoeira Maria Julia	6,7	Cachoeira Caratuva / Cachoeira Maria Julia	10,6
Não soube responder	6,6	Parque com represa / pista de caminhada	5,3
		Em toda parte	5,3
		Cachoeira	5,3
		Não soube responder	5,3
		Cristo da igreja católica / Cachoeira Maria Julia / Cachoeira Caratuva	2,7
		Rios / Cachoeiras / Cachoeira Caratuva / Cachoeira Maria Julia	2,7

Continua...

Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural de Nova Santa Bárbara)		Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio urbano de Nova Santa Bárbara)	
Resposta dada	%	Resposta dada	%
		Parque de eventos	2,6
		Chácara (área de lazer - entrada da cidade)	2,6
		Praça da Avenida	2,6
		Cachoeira Caratuva / Cachoeira Maria Julia / Pesque Pague (Clóvis)	2,6
		Festa de Carnaval	2,6
		Fazenda Santa Bárbara	2,6
		Clube de lazer (piscina)	2,6
		Fazenda Santa Bárbara / Cachoeira Maria Julia / Cachoeira Caratuva	2,6
		Rios / Cachoeira Caratuva / Cachoeira Maria Julia	2,6
		Cachoeira Maria Julia / Praça	2,6
		Cachoeira	2,6
		Cachoeira Maria Julia / Cachoeira Caratuva / Praça / Pesque Pague	2,6
		Praça (em frente a igreja) / Cachoeira Água do Tigre	2,6
		Cachoeira Caratuva / Pesque Pague	2,6
		Zona rural / rios	2,6

QUADRO 33 – Locais que apresentam potencialidade turística (respondentes do meio rural e urbano de Nova Santa Bárbara)

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

No município de Nova Santa Bárbara obteve-se no meio rural 80% não respondeu, e para mesma pergunta as demais respostas expuseram percentuais parecidos para Cachoeira Maria Julia, Cachoeira do Caratuva, aniversário da cidade e não soube responder. No meio urbano apenas 5,3% não soube responder, a resposta mais frequente com 13,2% foi Cachoeira Maria Julia, seguida da Cachoeira Caratuva com 10,6%, e também com o mesmo percentual, respondentes que se lembraram das duas cachoeiras, entretanto há certa confusão sobre a localização da Cachoeira do Caratuva, pois esta se situa em São Jerônimo da Serra. Os demais percentuais mais baixos repetem estas respostas, e identificam outros locais com potencialidade turística: parque com represa, pista de caminhada, monumentos, rios, chácaras, festas, praças, pesque pague, fazenda, clube, zona rural. Percebe-se nas respostas dadas que alguns locais como clube, praça, pista de caminhada são locais

utilizados pela população no município para atividades de lazer. Estes resultados para a identificação dos locais que apresentam potencialidade turística nos municípios assemelham-se as respostas dadas na pergunta anterior sobre a possibilidade de desenvolvimento turístico nos mesmos.

A potencialidade turística existe nos dois municípios estudados (FIGURAS 113 e 114), porém São Jerônimo da Serra destaca-se em função de alguns resultados obtidos na pesquisa, que evidenciam como sua população a identifica mais facilmente e de modo mais expressivo em comparação com a população entrevistada em Nova Santa Bárbara. A localização, a extensão territorial, as características do relevo e da hidrografia enaltecem tal potencialidade que se manifesta de forma diversa a existente na paisagem de Nova Santa Bárbara. Outros fatores que corroboram esta distinção deve-se a existência de estudos a respeito do tema em São Jerônimo da Serra, que certamente envolveram a população em seus procedimentos de investigação. Além disso, a utilização que os próprios moradores fazem de alguns locais para atividades de lazer e recreação contribui para valorização da paisagem e para percepção de seu possível uso como recurso turístico. Algumas ações previstas no Plano Diretor Municipal de São Jerônimo da Serra condizentes ao turismo que foram colocadas em prática e introduziram de alguma forma parte da população. Embora, sejam observadas tais diferenciações entre os municípios estudados, há semelhanças no que diz respeito ao mesmo cenário de não aproveitamento da potencialidade turística identificada.

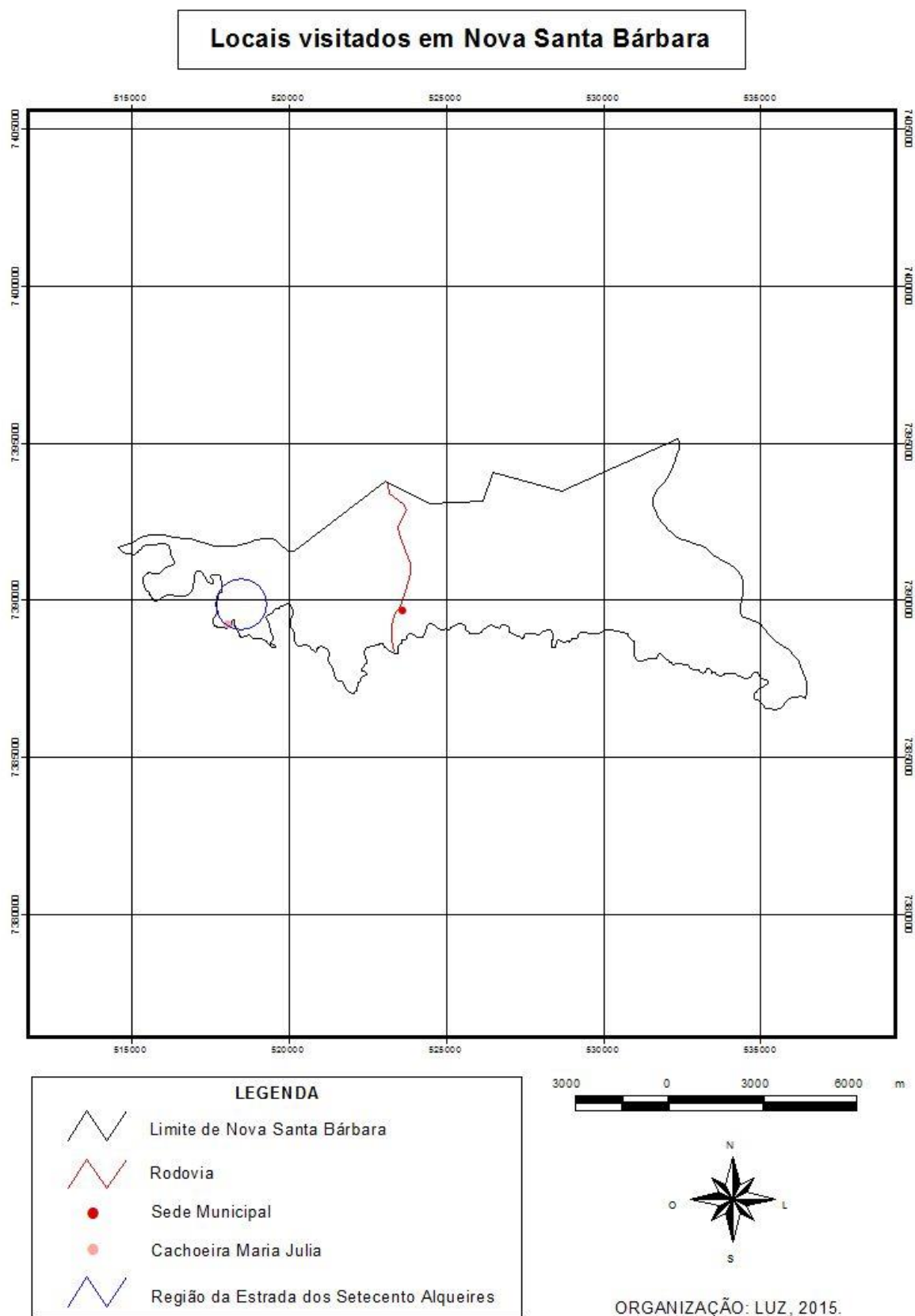


FIGURA 114 – Locais visitados em Nova Santa Bárbara
FONTE: Pesquisa de campo, 2014.

É nítido nos resultados alcançados com as entrevistas estruturadas que pessoas vinculadas à gestão nos municípios, meios de hospedagem e liderança indígena depositam credibilidade na potencialidade turística da paisagem, entretanto, revela-se certo lamento da falta de maior comprometimento de políticas públicas para sua real transformação em recurso do turismo. Some-se a isso a ineficácia do setorialismo, em que “a ausência ou recusa da comunicação horizontal é expressão do descompromisso político com a eficácia do compromisso social, derivado, sobretudo, do loteamento do poder” (YÁZIGI, 2009). E, pode-se inferir que em diversos setores do governo, os cargos mais altos de chefia incidem sobre escolhas consideradas tecnicamente desqualificadas para suas funções. Não são raros casos em que decisões oriundas de acertos do alto escalão ruem o que quiçá politicamente seria correto. De acordo com Yázigi (2009), os poderes decisórios expõem a mesma conduta, principalmente em nível municipal, figurado como grande responsável pela organização detalhada do espaço.

Mesmo no caso de São Jerônimo da Serra, que demonstrou algumas ações de cunho mais prático, contudo, não surtiu grandes efeitos significativos para deflagrar o turismo. Em Nova Santa Bárbara, de modo mais sutil, o assunto surge em documentos de planejamento municipal e em material de divulgação de propostas em campanha eleitoral (ANEXO R), e semelhantemente ao que acontece no outro município, não apresenta visibilidade.

CONCLUSÃO

A interpretação da paisagem examinada contemplou esta como campo de visibilidade ao se interessar pelas características de suas formas e estrutura visível, assim como enquanto campo de significação individual e sociocultural, ao focalizar os significados e valores construídos pelos sujeitos e grupos que a vivenciam nos municípios estudados. Dessa maneira, o estudo abrangeu estes dois aspectos do enredo da paisagem, o visível e o invisível.

Numa perspectiva empírica, a análise dedicou atenção ao universo do visível, ou seja, do que pode ser descrito a partir dos elementos que se encontram ao alcance da visão do observador. E, nesse exercício alguns elementos considerados importantes foram selecionados para explicar as semelhanças e diferenciações paisagísticas dos municípios estudados.

Desse modo, o estudo da paisagem em um primeiro momento desenvolveu-se a partir do conjunto daquilo que os olhos abarcaram durante a etapa de aplicação dos questionários e levantamento de informações em campo, uma vez que as imagens captadas envolvem o conteúdo histórico e geográfico atual e do passado. Comprovou-se que o conteúdo da paisagem estudada envolve qualidades físicas significantes para o homem e nas formas de seu uso, ratificando assim a existência de fatos de sustento físico e fatos de cultura humana. Ainda, evidenciou-se na análise a ideia de paisagem em termos de relações no tempo e no espaço, recorrendo-se ao passado que a influencia no presente, portanto, sendo necessário recorrer à história para se realizar tal investigação geográfica.

A Geografia também exerceu seu papel no que diz respeito ao olhar sobre a potencialidade turística de Nova Santa Bárbara e São Jerônimo da Serra. Nesse exame, definiu-se como base de investigação para atividade turística, um conhecimento integrado de compreensão geográfica da paisagem, isto é, os aspectos naturais e sociais componentes da mesma, dando maior destaque aos últimos.

No tocante a relação entre turismo e Geografia Cultural, a interpretação da paisagem e de seu potencial geográfico compreendeu o elemento humano como detentor de um papel fundamental no desenvolvimento de todo processo, qual seja, a formação da paisagem estudada, e ainda a identificação, reconhecimento e valorização de sua potencialidade turística. Nesse sentido a pesquisa demonstrou

que os indivíduos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira.

Considerando as diversas correntes do pensamento geográfico, já experimentadas em estudos que se interessam pelo fenômeno turístico e concordando que se fundamentar em linhas teórico-metodológicas diversas não se apresenta conflitante, mas estas podem ser complementares, ao revelarem uma realidade muito mais rica, o estudo se orientou em algumas etapas através dos preceitos da Geografia Tradicional, como por exemplo, na compreensão da paisagem geográfica estudada, e em outra fase para identificação da potencialidade turística, teve como fundamento teórico-metodológico, a percepção espacial.

Através da percepção espacial buscou-se compreender a paisagem por meio da subjetividade, percebendo-se como se expressam as representações mentais de um espaço com conteúdo diversificado. Assim, verificou-se como o visível se mistura ao invisível nas respostas obtidas por intermédio da aplicação das entrevistas e questionários. A interpretação destas revela como o universo pesquisado expõe suas significações individuais, ou seja, o modo como vivenciam e experimentam estas paisagens. As respostas dadas pelos entrevistados demonstram que as representações das paisagens dos municípios estudados resultam da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos.

Com relação à potencialidade para o desenvolvimento turístico, a maioria dos entrevistados compartilha tal opinião, no entanto, alguns demonstram ciência da falta de planejamento e dos desafios a serem enfrentados para que tal segmento econômico venha a ser executado e obtenha bons resultados. Ao responderem sobre este assunto, alguns adiantavam as respostas de perguntas posteriores, mencionando os possíveis atrativos para visitação turística, e ainda as modalidades turísticas e ideias de como estes podem vir a se desenvolver, o que expressa sobremaneira seus anseios e pensamentos prévios para a paisagem que vivenciam.

A potencialidade turística identificada na pesquisa, assim como a pretendida realização do turismo nos municípios estudados elucidam o vasto potencial existente no país. Porém a bibliografia existente sobre o assunto alerta quanto ao fato de que tais potencialidades têm sido associadas às atividades turísticas que não são acompanhadas de um planejamento adequado, gerando entraves para um modelo de desenvolvimento favorável e justo. Esta constatação deve ser encarada como

sobreaviso uma vez que se estimule e oportunize o desenvolvimento turístico na área estudada. Apesar da identificação de suas potencialidades, se a atividade turística não for conduzida por um planejamento adequado, não se favorece nesse espaço uma participação da população local, e, por conseguinte não se proporciona o ajuste entre os vários segmentos sociais envolvidos. Então, adverte-se que a existência de demanda potencial não significa condição suficiente para desenvolver o turismo na escala adequada para provocar a superação das condições de baixo desempenho econômico nos locais estudados.

No caso dos municípios estudados trata-se de potencialidade para o turismo, que se distingue de recurso turístico, pois estes últimos sejam naturais ou culturais somente constituem potencial turístico quando cumprem determinada função. Sendo aplicável a realidade estudada a expressão potencialidade porque designa a possibilidade de cumprir a função turística, sendo esta definida socialmente, ou seja, é um elemento merecedor de visita, e quando transformados em recursos pela sociedade, incluem o conjunto destes elementos naturais e sociais, a paisagem.

Esta situação de potencialidade para o turismo ocorre em vários locais identificados na paisagem dos municípios estudados. A paisagem dos municípios estudados consiste em um dos motores fundamentais para a possível realização do turismo, pois seus grandes componentes paisagísticos, como o relevo, a água, a vegetação e as atuações humanas, destacam-se nos resultados da pesquisa feita a partir dos questionários e entrevistas, evidenciando a valorização da paisagem para desejosas atividades turísticas por parte das populações locais.

É nítido nos resultados alcançados com as entrevistas estruturadas que pessoas vinculadas à gestão nos municípios, meios de hospedagem e liderança indígena depositam credibilidade na potencialidade turística da paisagem, entretanto, revela-se certo lamento da falta de maior comprometimento de políticas públicas para sua real transformação em recurso do turismo. Pertinente a tal questão percebe-se certa ineficácia do setorialismo, caracteriza pela inexistência ou recusa de comunicação horizontal entre gestões administrativas, o que expressa o descompromisso político com a eficácia do compromisso social, esse é o caso, por exemplo, do inventário turístico de São Jerônimo da Serra, iniciado, porém inacabado em gestão passada, e atualmente é desconhecido tanto pela população quanto por representante da administração pública. E, mesmo nesse município que demonstrou algumas ações de cunho mais prático, como o documento citado,

diagnóstico realizado por empresa de consultoria, pesquisas por parte de instituições de ensino superior, contudo, não surtiu grandes efeitos significativos para deflagrar o turismo. Em Nova Santa Bárbara, de modo mais sutil, o assunto surge em documentos de planejamento municipal e em material de divulgação de propostas em campanha eleitoral, e semelhantemente ao que acontece no outro município, não apresenta visibilidade.

O anseio pela promoção do turismo é expresso pela maioria dos entrevistados, quando identificam e descrevem alguns aspectos dos locais com potencialidade em que se espera ter a prática social do turismo. Estes depositam confiança de que esta adquire ao longo do tempo importância crescente, e, sobretudo, por que consiste em uma atividade econômica que contribui para o surgimento de várias iniciativas em prol do desenvolvimento, por intermédio de divisas para os governos, novos investimentos privados e emprego e renda para a população em geral.

Este reconhecimento da potencialidade turística dos locais citados contribui para construção da valorização social e cultural da paisagem, consolidando sua importância como possível recurso para o turismo, já que se compreende esta como um bem social e coletivo. A expressão potencialidade designa a possibilidade de cumprir a função turística, exatamente o que ocorre em vários locais da área estudada, pois embora em alguns existam visitas eventuais, não se caracterizam como prática turística, mas como excursionismo. Além disso, a maioria destes locais, como se demonstrou nas respostas obtidas, não possui infraestrutura mínima para visita, permitindo o acesso aos visitantes, e constituindo em seu imaginário a ideia de que o local (cachoeira, mirante natural, gruta, rio etc.) é merecedor de visita. Dessa maneira, o conjunto dos elementos naturais e sociais, a paisagem, transforma-se em recurso turístico a partir da construção social. Contudo, a paisagem não deve ser pensada somente para a atividade do turismo, pois quanto mais valorizada socialmente, mais valor esta adquire tanto para habitantes quanto para visitantes.

Os empreendimentos turísticos que virem a ser desenvolvidos nos municípios estudados devem tirar proveito da potencialidade turística da paisagem como fonte de divisas, considerando-se ser essa uma atitude válida para territórios necessitados de frentes de trabalho e com baixa expressividade no cenário socioeconômico do Estado. Porém, não devem deixar transparecer fraqueza, oferecendo-se a natureza

porque esta é dada de forma gratuita, sem dispende muito trabalho para vendê-la, ao contrário dos lugares dela pouco providos. Pois, na maioria das vezes a displicência na exploração de recursos paisagísticos naturais tem origem na fraqueza da administração pública em função de arbítrios pessoais.

Remetendo-se a possibilidade de transformação da potencialidade turística em recurso turístico e assim obtendo-se a implantação do turismo a partir da importante pré-condição para tal prática, ou seja, a representatividade dessa prática para as populações locais exposta nesse item, destaca-se que ambos os municípios podem desenvolvê-lo de forma integrada e combinada, aliando assim suas semelhanças e diferenças em termos de tipos de atrativos e infraestrutura presentes na paisagem. Logicamente, considera-se de extrema importância o engajamento sólido da administração pública local a fim de encaminhar as principais ações e diretrizes já propostas em estudos de planejamento municipal passíveis de serem aplicadas e outras delineadas a partir da conjuntura atual. Esta iniciativa pública atacaria os principais equipamentos e serviços necessários à infraestrutura turística e, por conseguinte incentivaria o poder privado que já vem manifestando interesse na promoção de tal segmento econômico nos dois municípios.

Estas ações podem contribuir, sobretudo, para a melhoria da classificação do potencial de São Jerônimo da Serra em planejamentos turísticos para a região, como é o caso da já citada Rota das Águas, proposta pela Adetunorp e Sebrae, reduzindo assim o prazo para promoção da atividade turística no município, e para inserir Nova Santa Bárbara que segundo estudos realizados para implantação de tal roteiro turístico não constava como município integrante desta região turística. Ainda, sobre os roteiros turísticos elaborados e desenvolvidos para a região os municípios poderiam se integrar àquelas já existentes, como é o caso da Rota do Café, cujo roteiro já conta com uma propriedade de São Jerônimo da Serra.

A integração destes as rotas mostra-se fundamental para se espelharem em atitudes desenvolvidas em municípios vizinhos e que vem promovendo algum segmento turístico com considerável satisfação em seus territórios, como é o caso dos que participam da Rota das Águas e da Rota do Café. O primeiro roteiro conta com apenas dois municípios e doze atrativos e o segundo com nove municípios e mais de trinta atrativos. Nestes locais houve parcerias entre poder público e privado, como já se mencionou a atuação de agências de turismo, tais como a Adetunorp (Agência de Desenvolvimento Turístico do Norte do Paraná), ainda registra-se a

colaboração do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa), da Secretaria de Esporte e Turismo, das prefeituras municipais, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares etc. A integração de tais esforços se daria no sentido de criar condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo, promovendo ações de melhoria no atendimento, no mercado e na gestão dos negócios das modalidades turísticas sugeridas. São Jerônimo da Serra que já integra um roteiro turístico poderia intensificar sua atual participação, contendo mais atrativos do gênero e também fazer parte da Rota das Águas, juntamente com Nova Santa Bárbara e também com outros municípios vizinhos como, por exemplo, Sapopema, mencionado durante a explanação dos resultados da pesquisa.

E, chegando ao fim desse estudo, que não pretendeu esgotar o assunto, acerca da paisagem geográfica analisada, assim como não se teve como objetivo exaurir a dimensão da potencialidade turística desta em ambos os territórios, mas elencar algumas de suas nuances para refleti-las a partir dos propósitos traçados para a presente pesquisa, declara-se que há entre paisagem e turismo um inegável potencial de reprodução mútua, contudo serão as hierarquias dos interesses humanos e das estruturas em que estes se expressam e operam em São Jerônimo da Serra e em Nova Santa Bárbara que definirão sob que condições esta potencialidade poderá se realizar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. Geografia Cultural: contemporaneidade e um *flashback* na sua ascensão no Brasil. In: MENDONÇA, F.; et. al. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Ademadan, 2009. p. 243-260.
- AULICINO, M. P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 27-36.
- AMÂNCIO, J. et. al. **O turismo e a população local** – o caso de São Jerônimo da Serra. Londrina: [S.I.], 1997.
- ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA HUMANITAS. Disponível em: <<http://www.humanitasbrasil.com.br>> Acesso em: jan. 2015.
- BALHANA, A. P.; et. al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. 277 p. 1 v.
- BAPTISTA, L.; MOREIRA, J. C. A Geografia Cultural e o turismo: reflexões e análise. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 14-27, Jul./Dez. 2013.
- BARBOSA, I. K. P.; SILVA, C. B. C. da. **Ecoturismo e etnoturismo na aldeia de Tramataia** – área de proteção ambiental da barra de Mamanguape-PB: uma nova alternativa econômica sustentável ou mais um fator gerador de conflitos sócio ambientais? Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>> Acesso em: dez./2014.
- BERDOULAY, V. Espaço e cultura. In: CASTRO, I. E. et. al. (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-131.
- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 77-118. 1 v.

BERTRAND, G. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2009. 332 p.

BRAGUETO, C. R. O comportamento territorial do Norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 141-199. 2 v.

CABRAL, L. O.; BUSS, M. D. A paisagem como campo de visibilidade e de significação: um estudo de caso. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 47-62, Jan./Jun. 2002.

CALVENTE, M. del C. M. H.; et al. O projeto “turismo e excursionismo rural no Norte do Paraná – a valorização dos elementos da potencialidade em uma abordagem interdisciplinar” (TERNOPAR). In: MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia**: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento. Londrina: Ed. Humanidades, 2002. p. 218-220.

_____. **Turismo e excursionismo rural**: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Edições Humanidades, 2004. 159 p.

CAMBIAGHI, S. M. O povoamento do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 71-86. 2 v.

CASTRO, I. E. de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 121-140.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999. 454 p.

_____. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001. 454 p.

_____. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E. de; et. al. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 89-117.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 147-166.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. [S.l.]: [s.n.], 1975.

CONTI, J. B. A natureza nos caminhos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 17-26.

_____. Ecoturismo: paisagem e Geografia. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-69.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 119-135.

CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Z.; _____. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 49-58).

CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E. de. et. al. (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 133-153.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: _____. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 9-18.

COSGROVE, D. E. Geografia Cultural do milênio. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 17-46.

_____. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 103-134.

_____; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 135-146.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, A. **Pierre Monbeig**: um marco da Geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D. **Paisagem como categoria da análise geográfica**. [S.l.]: UFRN, 2008.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain, 1991. 654 p.

DUNCAN, J. S. O supraorgânico na Geografia Cultural americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 63-102.

EL-KHATIB, F. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. 316 p. 4 v.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável de São Jerônimo da Serra**. São Jerônimo da Serra: Emater, 20--.

FARIA, I. F. de. Ecoturismo, cultura e participação – gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: BARTHOLO, R. (orgs.). et al. **Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [S.l.]: Letra e Imagem, 2008. p. 261-276.

FERRAZ, C. B. O. O estudo geográfico dos elementos culturais – considerações para além da Geografia Cultural. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 2, n. 29, p. 29-50, 2007.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Cuiabá: J. C. V. Ferreira, 1999. 513 p.

FIGUEIREDO, L. A. V. de. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES A. B. (org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 55-67.

FRESCA, T. M. A estruturação da rede urbana do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 201-250. 2 v.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58.

GAIOTTO, M. A. **Patrimônio e paisagem cultural: contribuição ao retrato memorialístico para o desenvolvimento do turismo no município de**

Cerquilha/SP. 2009. Monografia de Especialização (Formação de Professores em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GALVÃO FILHO, C. E. P.; CALVENTE, M. del C. M. H. O território brasileiro e o turismo – uma análise da difusão do conhecimento geográfico aplicado ao tema. In: YAMAKI, R. et al. (orgs.). **Geografia e meio ambiente**: estudos teóricos e metodológicos. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p. 129-139.

GARCIA, D. S.; BAHL, M. As contribuições da Nova Geografia Cultural na atividade turística. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 5, n. 1, p. 23-44, Abr. 2011.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 49-70.

GONÇALVES, A. C.; CASAGRANDE, J. A.; CALVENTE, M. del C. H. A análise da paisagem como potencialidade e recurso e o imaginário do turismo. In: MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia**: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento. Londrina: Ed. Humanidades, 2002. p. 224-225.

GRÜNEWALD, R. de A. Turismo e etnicidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, p. 141-159, Out. 2003.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro. n. 7, p. 67-78, 1999 a.

_____. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999 b. p. 149-168.

IBGE. **Levantamento estereofotogramétrico topográfico regular**. Congonhinhas, 1967. 1 mapa, color., 74 cm x 61 cm. Escala 1:100.000.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br>> Acesso em: 25 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em: 21 abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em: 21 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em: 21 abr. 2014.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica Norte Pioneiro Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2004. 141 p.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 35-45.

JUSTINIANO, E. F. Registro fotográfico. In: VENTURI, L. A. B. (org.). **Praticando a geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 187-195.

LA BLACHE, P. V. de. Geografia Geral – os gêneros de vida na geografia humana. **Geographia**, n. 13, p. 113-130, 2005.

LEAL, R. E. da S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLLO, R. (orgs.). et al. **Turismo de base comunitária** – diversidade de olhares e experiências brasileiras. [S.l.]: Letra e Imagem, 2008. p. 240-248.

LIMA, M. das G. de. Contribuições aos procedimentos de pesquisa em Geografia Humana: questionários e entrevistas para levantamento de informações. **Apontamentos geográficos**, Maringá, n. 1, p. 119-143, 2011.

LIMA, M. L. C. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: _____. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-87.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 9-28.

MACHADO, E. V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES A. B. (org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 68-75.

MARANGONI, A. M. M. C. Questionários e entrevistas – algumas considerações. In: VENTURI, L. A. B. (org.). **Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 167-174.

MARTINS, C. C.; ZANGIROLI, C. M. CALVENTE, M. del C. M. H. A paisagem e sua análise para a atividade turística. In: MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento**. Londrina: Ed. Humanidades, 2002. p. 205-206.

MARTINS, I. R. dos S.; COUTINHO, H. R. M. Turismo em áreas indígenas. **Revista Eletrônica Aboré** – publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, Amazonas, n. 7, p. 1-9, 2007.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MELO, V. M. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 29-48.

MENDIBIL, D. O sistema iconográfico da geografia clássica francesa e Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira**: a dinâmica da transformação. Bauru: Edusc, 2006. p. 235-247.

MENESES, U. T. B. de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório antropológico**. [S.l.]: [s.n.], 2010.

MORAES, J. B. de. **Histórias e mistérios do sertão do Tibagi**. [S.l.]: MR, [199-?]. 200 p.

MORAES, A. C. R. **Geografia** – pequena história crítica. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 44-51.

MOREIRA, M. A. N. A paisagem enquanto instrumento turístico de interpretação: em busca de melhores condições de vida para a população no entorno da APA de Alto Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** 2009, p. 1-15.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. Em: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 21-50.

MOTA, L. T. **História do Paraná**: ocupação humana e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2005. 97 p.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná**: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 19-70. 2 v.

MUSEU HISTÓRICO VIRTUAL. Disponível em:
<<http://www.uel.br/cch/his/ledi/museu/index.php>> Acesso em: jan. 2015.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 5-19.

NORTON, W. Introducing Cultural Geography. In: _____. **Cultural Geography: themes, concepts, analyses**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-26.

OLIVEIRA, B. de. Contribuição para a divisão regional do Estado do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. de. (orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007. p. 115-137. 2 v.

O'REILLY STERNBERG, H. **Contribuição ao estudo da Geografia**. [S.l.]: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

PASSOS, M. M. dos. As travessias bertrandiana. In: BERTRAND, C. e G. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2009.

PICHININ, E. dos S. Turismo e paisagem: a dinâmica da realidade e contradição entre os fenômenos que se manifestam nos diferentes lugares. **Revista Formação**, v. 2, n. 15, p. 125-133, 2008.

PIRES, P. dos S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 117-132.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL – NOVA SANTA BÁRBARA. Nova Santa Bárbara, 2007.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL – SÃO JERÔNIMO DA SERRA. São Jerônimo da Serra, 2011.

PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> Acesso em: dez. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA. Disponível em: <<http://www.saojeronimodaserra.pr.gov.br>> Acesso em: jan. 2015.

RAFFO, J. G. da G. Posicionamento de objetos sobre a superfície da Terra. In: VENTURI, L. A. B. (org.). **Praticando a geografia**: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. p. 19-31.

RIO, G. A. P. Jogo de espelhos: a dimensão cultural do econômico. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Economia, cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. p. 15-36.

RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. In: **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan/jun. 2008.

RODRIGUES, A. A. B. Geografia e turismo – reflexões preliminares. In: _____. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 37-60.

_____. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: _____. (org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 101-116.

_____. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: _____. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-45.

ROTA DO CAFÉ. Disponível em: <<http://www.rotadocafe.tur.br>> Acesso em: jan./2015.

SALGUEIRO, H. A. Do arquivo ao banco de dados – documentos textuais e iconográficos. In: _____. (org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: Edusc, 2006. p. 249-293.

SANTOS, M. A. dos.; FERREIRA, Y. N. As imagens fotográficas e suas possíveis “falas”. In: MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento**. Londrina: Ed. Humanidades, 2002. p. 198-200.

SARMENTO, J. Geografia Cultural e Geografia do Turismo: configurações para o final da década de noventa. CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA, 3., 1999, Lisboa. **Anais...** 1999. p. 163-172.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a. p. 19-26.

_____. **La morfología del paisaje**. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/15/sau.htm>> Acesso em: 11 set. 2011b.

SILVEIRA, M. A. T. da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.

_____. Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. In: _____. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 101-120.

SILVEIRA, M. L. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 36-45.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 17-22.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999. p. 51-85.

VESENTINI, J. W. **O papel e o valor do ensino de geografia**. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/texto09.htm> Acesso em: 27 mar. 2014.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: [s.n.], 1987. 178 p.

_____. **História do Paraná**. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 27-61.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A importância da paisagem. In: _____. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-27.

_____. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009. 573 p.

APÊNDICE
APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO Nº _____

Data: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO:

1. Idade: _____
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Estado de origem: _____
4. Cidade de origem: _____
5. Etnia:
() negro () branco () amarelo () pardo ()
indígena
6. Você mora em meio:
() urbano () rural
7. Em maior parte de sua vida você morou em meio:
() urbano () rural () Outra
resposta: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR:

8. Escolaridade:
() sem estudo
() primário completo () primário incompleto
() 1º grau completo () 1º grau incompleto
() 2º grau completo () 2º grau incompleto
() ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto
() ensino médio completo () ensino médio incompleto
() ensino superior completo () ensino superior incompleto

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA:

9. Número de pessoas da família que moram com você:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
10. Quantas pessoas da família trabalham:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
11. Quantas pessoas estudam:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____

RELIGIOSIDADE:

12. Qual é sua religião? _____
13. Você frequenta a igreja? () sim () não
14. Qual igreja você frequenta? _____
15. Há comemorações religiosas na sua comunidade? () sim () não
Se sim, quais?
() Festa de São Jerônimo () Festa de Santo Antônio ()
Outra
resposta: _____

LAZER:

16. Há festas/eventos na sua comunidade/bairro? () sim () não

Se sim, quais?

() Rodeio () Festa do aniversário da cidade () Feira da Lua

() Festa do Clube Serrano () Outra

resposta: _____

17. O que você faz no seu tempo livre (quando não está trabalhando)?

() Não faz nada () Fica em casa ()

Passeio: _____

() Outra

resposta: _____

18. O local visitado apresenta alguma infra estrutura para visitantes?

() sim () não

Se sim, quais?

() Lixeiras () Bancos () Mesas () Banheiros

() Lanchonetes () Campo de futebol Outra

resposta: _____

19. Que tipo de atividades de lazer são desenvolvidas no local?

20. Com que frequência visita o local? _____

21. Em sua opinião existe(m) algum(ns) local(is) de São Jerônimo da Serra que poderia(m) ser explorado(s) turisticamente?

() Sim () Não

Se sim,

qual(is)? _____

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO Nº _____

Data: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO:

1. Idade: _____
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Estado de origem: _____
4. Cidade de origem: _____
5. Etnia:
() negro () branco () amarelo () pardo ()
indígena
6. Você mora em meio:
() urbano () rural
7. Em maior parte de sua vida você morou em meio:
() urbano () rural () Outra
resposta: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR:

8. Escolaridade:
() sem estudo
() primário completo () primário incompleto
() 1º grau completo () 1º grau incompleto
() 2º grau completo () 2º grau incompleto
() ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto
() ensino médio completo () ensino médio incompleto
() ensino superior completo () ensino superior incompleto

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA:

9. Número de pessoas da família que moram com você:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
10. Quantas pessoas da família trabalham:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
11. Quantas pessoas estudam:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

12. Situação da propriedade: () particular () arrendada () parceria
() outros Qual: _____
13. A propriedade é chamada de: () SÍTIO; () CHÁCARA; () LOTE; ()
FAZENDA; () OUTROS: _____
14. Localização geográfica da
propriedade: _____
15. A propriedade possui: () RIO; () NASCENTE; () VEGETAÇÃO
NATIVA;

() OUTROS RECURSOS NATURAIS

Quais? _____

16. Quantos alqueires possui a propriedade? _____ alqueires

17. Quantos alqueires da propriedade é utilizado para cultivo? _____ alqueires

18. Cultiva: () lavoura () pastagem () lavoura e

pastagem () Outra

resposta: _____

19. Principais produtos da propriedade atualmente (2012):

() pecuária de corte	() milho
() arroz	() cana
() mandioca	() soja
() suínos	() tubérculos
() aves	() hortaliças
() feijão	() flores
() algodão	() mel
() ovos	() frutas
() café	() Outros:

20. Já mudou o tipo de cultivo produzido na propriedade desde que a adquiriu?

() Sim () Não

Se sim, por

quê? _____

Mudou de qual cultivo para qual

cultivo? _____

21. Faz uso de máquinas agrícolas? () Sim () Não

Quais? _____

22. Qual o destino da produção: () Feira do produtor () Comércio da cidade () Cooperativa ()

Outros: _____

23. Tipo de construção da casa:

() alvenaria () madeira (tábuas) () pau-a-pique

() mista () material reciclável

Qual? _____

RELIGIOSIDADE:

24. Qual é sua religião? _____

25. Você frequenta a igreja? () sim () não

26. Qual igreja você frequenta? _____

27. Há comemorações religiosas na sua comunidade? () sim () não

Se sim, quais?

() Festa de São Jerônimo () Festa de Santo Antônio ()

Outra

resposta: _____

-

LAZER:

28. Há festas na sua comunidade/bairro? () sim () não

Se sim, quais?

() Rodeio () Festa do aniversário da cidade () Feira da Lua

() Festa do Clube Serrano () Outra

resposta:_____

29. O que você faz no seu tempo livre (quando não está trabalhando)?

() Não faz nada() Fica em casa ()

Passeio:_____

() Outra

resposta:_____

30. O local visitado apresenta alguma infra estrutura para visitantes?

() sim () não

Se sim, quais?

() Lixeiras () Bancos () Mesas () Banheiros
() Lanchonetes () Campo de futebol Outra

resposta:_____

31. Que tipo de atividades de lazer são desenvolvidas no local?

32. Com que frequência visita o local?

33. Em sua opinião existe(m) algum(ns) local(is) de São Jerônimo da Serra que poderia(m) ser explorado(s) turisticamente?

() Sim () Não

Se sim, qual(is)?_____

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO Nº _____

Data: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO:

1. Idade: _____
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Estado de origem: _____
4. Cidade de origem: _____
5. Etnia:
() negro () branco () amarelo () pardo ()
indígena
6. Você mora em meio:
() urbano () rural
7. Em maior parte de sua vida você morou em meio:
() urbano () rural () Outra
resposta: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR:

8. Escolaridade:
() sem estudo
() primário completo () primário incompleto
() 1º grau completo () 1º grau incompleto
() 2º grau completo () 2º grau incompleto
() ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto
() ensino médio completo () ensino médio incompleto
() ensino superior completo () ensino superior incompleto

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA:

9. Número de pessoas da família que moram com você:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
10. Quantas pessoas da família trabalham:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
11. Quantas pessoas estudam:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____

RELIGIOSIDADE:

12. Qual é sua religião? _____
13. Você frequenta a igreja? () sim () não
14. Qual igreja você frequenta? _____
15. Há comemorações religiosas na sua comunidade? () sim () não
Se sim, quais?
() Festa de Santa Bárbara () Festa de São Pedro ()
Festa de São José ()
Outra: _____

LAZER:

16. Há festas/eventos na sua comunidade/bairro? () sim () não

Se sim, quais?

() Festa da Rádio Iolanda () Carnaval () Aniversário da cidade
() Virada de ano () Feira da Lua ()

Outra: _____

17. O que você faz no seu tempo livre (quando não está trabalhando)?

() Não faz nada () Fica em casa ()

Passeio: _____

() Outra

resposta: _____

18. O local visitado apresenta alguma infra estrutura para visitantes?

() sim () não

Se sim, quais?

() Lixeiras () Bancos () Mesas () Banheiros
() Lanchonetes () Campo de futebol Outra

resposta: _____

19. Que tipo de atividades de lazer são desenvolvidas no local?

20. Com que frequência visita o

local? _____

21. Em sua opinião existe(m) algum(ns) local(is) de Nova Santa Bárbara que poderia(m) ser explorado(s) turisticamente?

() Sim () Não

Se

sim,

qual(is)? _____

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO Nº _____

Data: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO:

1. Idade: _____
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Estado de origem: _____
4. Cidade de origem: _____
5. Etnia:
() negro () branco () amarelo () pardo ()
indígena
6. Você mora em meio:
() urbano () rural
7. Em maior parte de sua vida você morou em meio:
() urbano () rural () Outra
resposta: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR:

8. Escolaridade:
() sem estudo
() primário completo () primário incompleto
() 1º grau completo () 1º grau incompleto
() 2º grau completo () 2º grau incompleto
() ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto
() ensino médio completo () ensino médio incompleto
() ensino superior completo () ensino superior incompleto

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA:

9. Número de pessoas da família que moram com você:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
10. Quantas pessoas da família trabalham:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____
11. Quantas pessoas estudam:
PAI (); MÃE (); FILHAS (); FILHOS (); AGREGADOS ()
): _____

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE:

12. Situação da propriedade: () particular () arrendada () parceria
() outros Qual: _____
13. A propriedade é chamada de: () SÍTIO; () CHÁCARA; () LOTE; ()
) FAZENDA; () OUTROS: _____
14. Localização geográfica da
propriedade: _____
15. A propriedade possui: () RIO; () NASCENTE; () VEGETAÇÃO
NATIVA;

() OUTROS RECURSOS NATURAIS

Quais? _____

16. Quantos alqueires possui a propriedade? _____ alqueires

17. Quantos alqueires da propriedade é utilizado para cultivo? _____ alqueires

18. Cultiva: () lavoura () pastagem () lavoura e

pastagem () Outra

resposta: _____

19. Principais produtos da propriedade atualmente (2012):

() pecuária de corte	() milho
() arroz	() cana
() mandioca	() soja
() suínos	() tubérculos
() aves	() hortaliças
() feijão	() flores
() algodão	() mel
() ovos	() frutas
() café	() Outros:

20. Já mudou o tipo de cultivo produzido na propriedade desde que a adquiriu?

() Sim () Não

Se sim, por

quê? _____

Mudou de qual cultivo para qual

cultivo? _____

21. Faz uso de máquinas agrícolas? () Sim () Não

Quais? _____

22. Qual o destino da produção: () Feira do produtor () Comércio da cidade () Cooperativa ()

Outros: _____

23. Tipo de construção da casa:

() alvenaria () madeira (tábuas) () pau-a-pique

() mista () material reciclável

Qual? _____

RELIGIOSIDADE:

24. Qual é sua religião? _____

25. Você frequenta a igreja? () sim () não

26. Qual igreja você frequenta? _____

27. Há comemorações religiosas na sua comunidade? () sim () não

Se sim, quais?

() Festa de Santa Bárbara () Festa de São Pedro ()

Festa de São José ()

Outra: _____

LAZER:

28. Há festas/eventos na sua comunidade/bairro? () sim () não

Se sim, quais?

() Festa da Rádio Iolanda () Carnaval () Aniversário da cidade
 () Virada de ano () Feira da Lua ()

Outra: _____

29. O que você faz no seu tempo livre (quando não está trabalhando)?

() Não faz nada () Fica em casa ()

Passeio: _____

() Outra

resposta: _____

30. O local visitado apresenta alguma infra estrutura para visitantes?

() sim () não

Se sim, quais?

() Lixeiras () Bancos () Mesas () Banheiros
 () Lanchonetes () Campo de futebol Outra

resposta: _____

31. Que tipo de atividades de lazer são desenvolvidas no local?

32. Com que frequência visita o local?

33. Em sua opinião existe(m) algum(ns) local(is) de Nova Santa Bárbara que poderia(m) ser explorado(s) turisticamente?

() Sim () Não

Se sim,

qual(is)? _____

APÊNDICE E

Cidades de origem – população urbana de São Jerônimo da Serra

Cidade de origem	Quantidade	%
Araraquara (SP)	1	0,8
Assaí (PR)	10	7,7
Bandeirantes (PR)	1	0,8
Barretos (SP)	1	0,8
Bela Vista do Paraíso (PR)	1	0,8
Congonhinhas (PR)	1	0,8
Cornélio Procópio (PR)	1	0,8
Figueira (PR)	2	1,6
Florianópolis (SC)	1	0,8
Foz do Iguaçu (PR)	1	0,8
Fronteiras (PI)	1	0,8
Guanambi (BA)	1	0,8
Iaçú (BA)	1	0,8
Ibiporã (PR)	1	0,8
Iepê (SP)	1	0,8
Itararé (SP)	1	0,8
Jataizinho (PR)	3	2,3
Londrina (PR)	5	3,8
Município não identificado	1	0,8
Município não identificado (MG)	1	0,7
Município não identificado (PE)	1	0,8
Município não identificado (PR)	1	0,8
Município não identificado (SP)	4	3
Nova América da Colina (PR)	1	0,8
Paraguaçu Paulista (SP)	1	0,8
Santa Cecília do Pavão (PR)	11	8,4
Santo Antonio do Paraíso (PR)	2	1,5
Santos (SP)	2	1,5
São Jerônimo da Serra (PR)	59	45,3
São Pedro do Suaçuí (MG)	2	1,5
São Raimundo Nonato (PI)	1	0,7
São Sebastião da Amoreira (PR)	3	2,3
Sapopema (PR)	2	1,5
Tamarana (PR)	3	2,3
Uberlândia (MG)	1	0,7
TOTAL	130	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

APÊNDICE F

Cidades de origem – população rural de São Jerônimo da Serra

Cidade de origem	Quantidade	%
Abatiá (PR)	1	0,8
Alecrim (RS)	1	0,8
Ampére (PR)	1	0,8
Aquidauana (MS)	1	0,8
Arujá (SP)	1	0,8
Assaí (PR)	12	9,2
Bela Vista do Paraíso (PR)	2	1,5
Cachoeiro do Itapemirim (ES)	1	0,8
Caculé (BA)	1	0,8
Cafelândia (PR)	1	0,8
Cambé (PR)	1	0,8
Camboriú (SC)	1	0,8
Campo Erê (SC)	1	0,8
Cândido Mota (SP)	1	0,8
Candói (PR)	1	0,8
Chapecó (SC)	1	0,8
Corbélia (PR)	1	0,8
Curitiba (PR)	1	0,8
Curiúva (PR)	1	0,8
Diamante do Sul (PR)	1	0,8
Faxinal (PR)	1	0,8
Foz do Iguaçu (PR)	4	3
Francisco Beltrão (PR)	1	0,8
Galiléia (MG)	1	0,8
Grandes Rios (PR)	2	1,5
Ibaiti (PR)	1	0,8
Iraí (RS)	1	0,8
Jaguapitã (PR)	2	1,5
Jandaia do Sul (PR)	1	0,8
Jardim Alegre (PR)	2	1,5
Jataizinho (PR)	1	0,8
Jesuíta (PR)	1	0,8
Laranjeiras do Sul (PR)	1	0,8
Leme (SP)	1	0,8
Londrina (PR)	3	2,3
Mandaguari (PR)	1	0,8
Mamborê (PR)	1	0,8
Marília (SP)	1	0,8
Medianeira (PR)	1	0,8

Continua...

Cidade de origem	Quantidade	%
Mortugaba (BA)	1	0,8
Mundo Novo (MS)	1	0,8
Município não identificado	1	0,8
Município não identificado (BA)	1	0,8
Município não identificado (MG)	4	3
Município não identificado (RS)	1	0,8
Município não identificado (SC)	1	0,8
Nova Palma (RS)	3	2,3
Nova Santa Bárbara (PR)	1	0,8
Ortigueira (PR)	1	0,8
Palma Sola (SC)	1	0,8
Palmital (PR)	2	1,5
Panelas (PE)	1	0,8
Pérola do Oeste (PR)	1	0,8
Pinhão (PR)	1	0,7
Província não identificada (Paraguai)	3	2,3
Salinas (MG)	1	0,7
Santa Cecília do Pavão (PR)	2	1,5
Santa Rosa (RS)	1	0,7
Santa Terezinha (PE)	1	0,7
Santo Anastácio (SP)	1	0,7
Santo Antonio da Platina (PR)	1	0,7
Santo Antonio do Aventureiro (MG)	1	0,7
Santo Antonio do Sudoeste (PR)	1	0,7
São Jerônimo da Serra (PR)	29	22,3
São Miguel do Iguaçu (PR)	2	1,5
São Miguel do Oeste (SC)	1	0,7
Sapopema (PR)	1	0,7
Sobradinho (RS)	1	0,7
Tamarana (PR)	2	1,5
Três Passos (RS)	2	1,5
TOTAL	130	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

APÊNDICE G

Cidades de origem – população urbana de Nova Santa Bárbara

Cidade de origem	Quantidade	%
Apucarana (PR)	1	1,3
Araraquara (SP)	1	1,3
Assaí (PR)	5	6,7
Batatais (SP)	1	1,3
Belo Horizonte (MG)	1	1,3
Capitólio (MG)	1	1,3
Castro (PR)	1	1,3
Catolé (BA)	1	1,3
Congonhinhas (PR)	2	2,7
Cornélio Procópio (PR)	3	4
Garanhuns (PE)	2	2,7
Guaira (PR)	2	2,7
Ibaiti (PR)	1	1,3
Juazeiro (BA)	1	1,3
Londrina (PR)	1	1,3
Monte Santo (MG)	1	1,3
Município não identificado (MG)	1	1,3
Muzambinho (MG)	1	1,3
Nova Santa Bárbara (PR)	11	14,7
Palmeira dos Índios (AL)	1	1,4
Paraisópolis (MG)	1	1,3
Pederneira (SP)	1	1,3
Santa Cecília do Pavão (PR)	5	6,7
Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	2	3
Santo Antonio da Platina (PR)	1	1,3
Santo Antonio do Paraíso (PR)	2	2,7
São Caetano (SP)	1	1,3
São Jerônimo da Serra (PR)	8	10,7
São Manuel (SP)	1	1,3
São Paulo (SP)	1	1,3
São Sebastião da Amoreira (PR)	8	10,7
Sorocaba (SP)	1	1,3
Ubiratã (PR)	2	2,7
Ventania (PR)	1	1,3
Vitória da Conquista (BA)	1	1,3
TOTAL	75	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

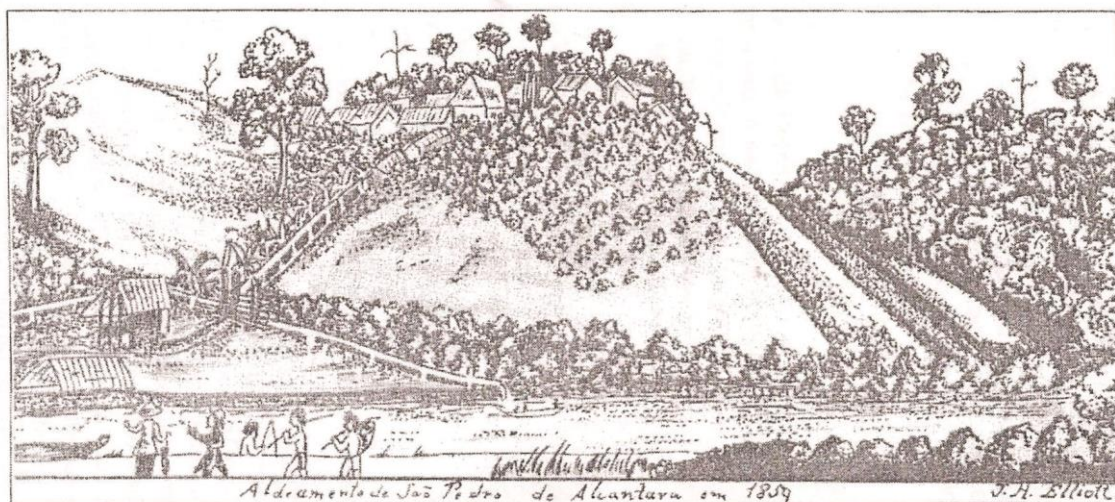
APÊNDICE H

Cidades de origem – população rural de Nova Santa Bárbara

Cidade de origem	Quantidade	%
Assaí (PR)	2	13,3
Campo Morão (PR)	1	6,7
Cornélio Procópio (PR)	2	13,3
Ibiporã (PR)	1	6,7
Ituaçu (BA)	1	6,7
Londrina (PR)	1	6,7
Município não identificado (RJ)	1	6,7
Rio Pardo de Minas (MG)	1	6,7
Santa Cecília do Pavão (PR)	2	13,3
Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	1	6,7
Santo Antonio do Paraíso (PR)	1	6,6
São Sebastião da Amoreira (PR)	1	6,6
TOTAL	15	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

APÉNDICE I

ANEXOS**ANEXO A****Vista do Aldeamento São Pedro de Alcântara (1854)**

Reprodução do desenho feito por John Henry Elliot (1859). Mostra o ALDEAMENTO visto da colônia militar de Jatahy. Ao alto o centro urbano. Em primeiro plano vêem-se canoa e índios pescadores. A seguir o rio Tibagi, à esquerda além do rio o engenho de cana-de-açúcar, a olaria, e a estrebaria dos animais. No declive as plantações de café. O café rodeava o aldeamento bem com se vêem outras culturas. (O original está na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

FONTE: MORAES, 199-?.

ANEXO C

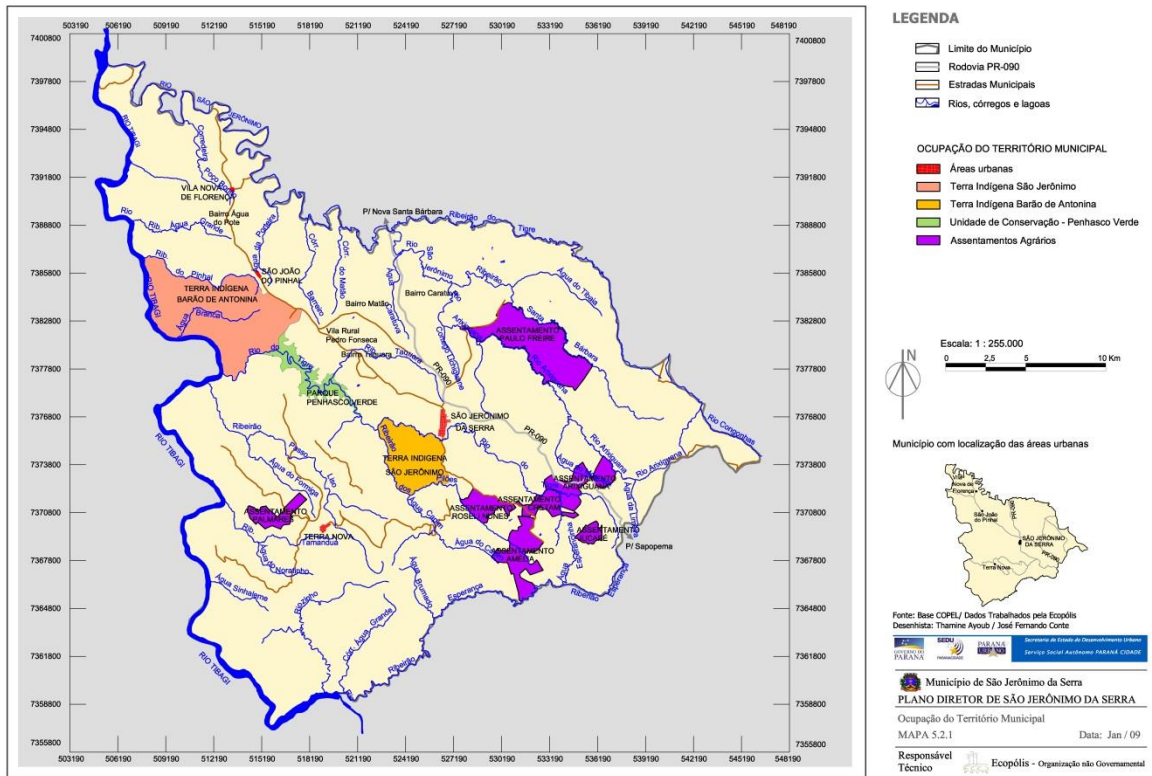
Divisão política do Estado do Paraná (1950)



FONTE: IPARDES, 2015.

ANEXO D

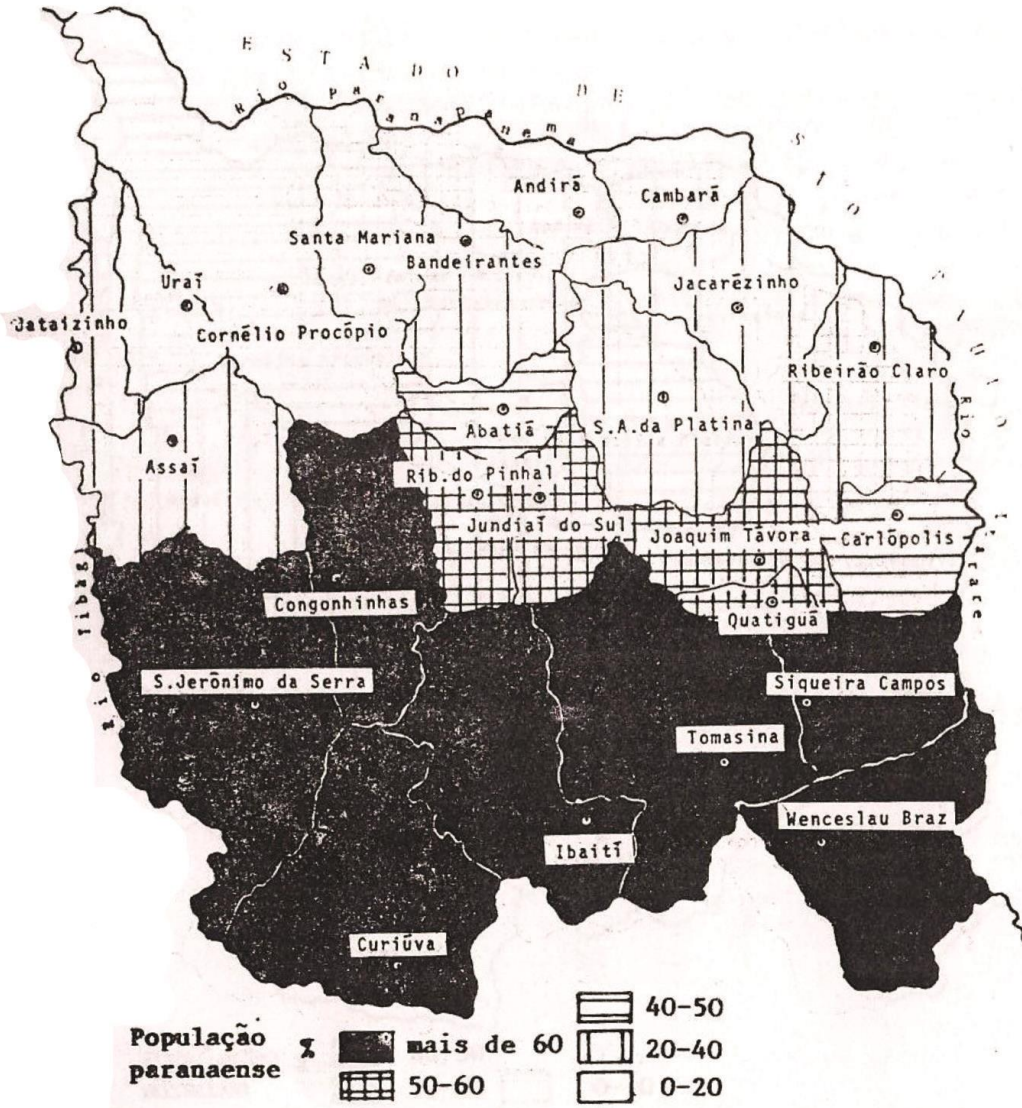
Ocupação do território de São Jerônimo da Serra



FONTE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, 2011.

ANEXO E

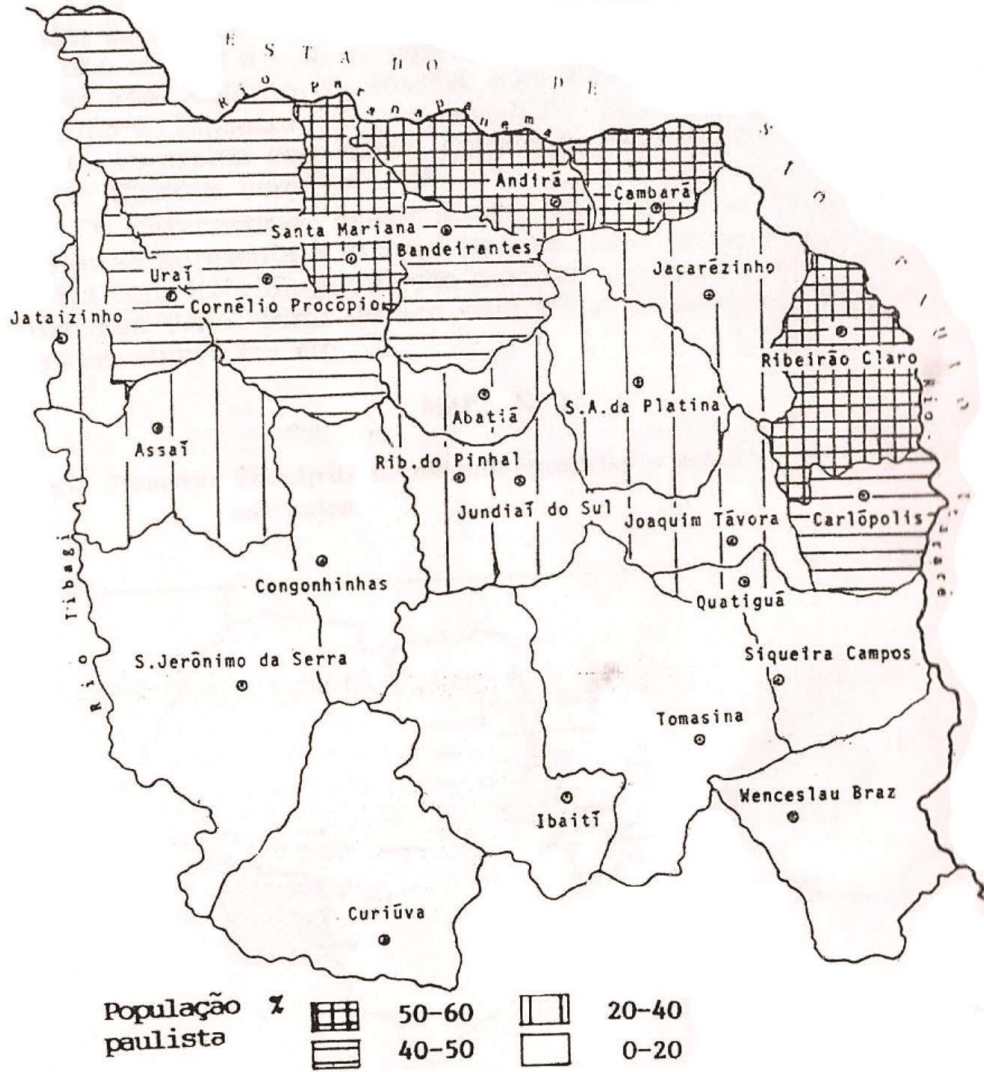
Norte Pioneiro: Porcentagem da distribuição da população paranaense até 1950



FONTE: WACHOWICZ, 1987.

ANEXO F

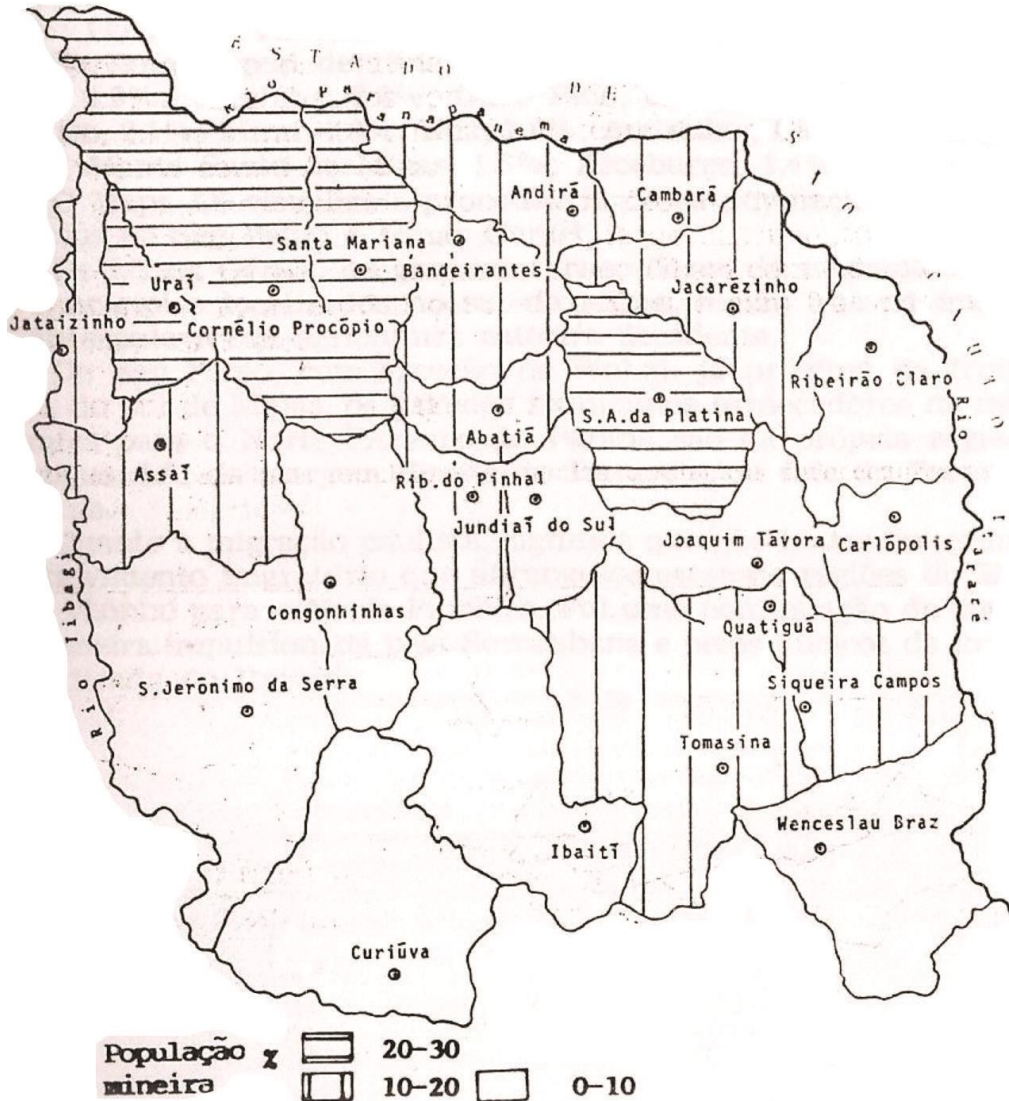
Norte Pioneiro: Porcentagem da distribuição da população paulista até 1950



FONTE: WACHOWICZ, 1987.

ANEXO G

Norte Pioneiro: Porcentagem da distribuição da população mineira até 1950



FONTE: WACHOWICZ, 1987.

ANEXO I

147 ATIVIDADES DO PADROEIRO

SÃO JERÔNIMO

DE 21 A 30 DE SETEMBRO DE 2014

TEMA: NA PALAVRA, VIVEMOS EM COMUNIDADE E FORMAMOS COMUNIDADES

SEGUNDA-FEIRA E NOVENÁRIO

DOMINGO-9H) TEMA: A COMUNIDADE
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. PEDRO GIELINSKI - CM
 SETOR TERRA NOVA: TERRA NOVA, MINEIROS,
 SÃO CARLOS - PASTORAL DA CRIANÇA E JUVENS

SEGUNDA-19H) TEMA: COMUNIDADE
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. ENÉAS MEADO DA CRUZ
 SETOR JUVENS, PASTORAL DA CRIANÇA E SAV

TERÇA-19H)
COMUNIDADE E ACOLHIDA FRATERNAL
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. ELCIO JOSÉ DA SILVA
 SETOR JUVENS, PASTORAL FAMILIAR

QUARTA-19H)
COMUNIDADE E NOSSA SENHORA
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. GILMAR TITO RIBEIRO
 SETOR JUVENS, ASSOCIAÇÃO DA MEDALHA MILAGROSA - AMM
 SETOR JUVENS, PASTORAL DA CRIANÇA E SAV

QUINTA-19H)
COMUNIDADE E LEITURA ORANTE DA PALAVRA
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. WELLERSON ROBERTO DIAS
 SETOR JUVENS, RCC E OFICINA DE ORAÇÃO

SEXTA-19H)
COMUNIDADE E ESPIRITUALIDADE
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. NELSON MENDES VASCONCELOS
 SETOR PINHAL: PINHAL, BARRA MIMOSA, VILA
 QUARA, POTE E S. JORGE DO TIGRE

SÁBADO-19H) TEMA: COMUNIDADE E A CARIDADE
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. MARCO AURÉLIO SOARES DA COSTA - CM
 SETOR JUVENS, FAMILIA VICENTINA, AREA INDÍGENA E

DOMINGO-9H) (MISSA SERTANEJA)
COMUNIDADE E INICIAÇÃO À VIDA CRISTÃ
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. ADEMAR LORRENZETTI
 SETOR CENTRO: MATRIZ, SANTO ANTÔNIO E
 SANTA LUZIA, RETA GRANDE, CARATUVA E SANTA LUZIA

SEGUNDA-19H)
COMUNIDADE E MINISTÉRIOS
 OFICINA DE ORAÇÃO - PE. MAYCO JOSÉ DA SILVA
 SETOR JUVENS, MINISTÉRIOS EXTRAORDINÁRIOS DA SAGRADA



DIAS COM PROMOÇÕES CULTURAIS

DIA 21 (DOMINGO)
 10H - CADEIATA DE ABERTURA DA FESTA
 13H30MIN - TARDE FESTIVA COM FESTIVAL DE FOLCLORE
 18H - BAILL GAÚCHO

DIA 27 (SABADO)
 18H - ABERTURA DA QUERMESSE
 20H30MIN - ESCOLHA DA PRINCESA DA FESTA
 23H - SHOW SERTANEJO

DIA 28 (DOMINGO)
 12H - ALMOÇO FESTIVO (COSTELA FOGO DE LINDA CRUZ)
 15H - GRANDE FESTIVAL DE PRÊMIOS
 18H - MODA DE VIOLA

SOLENIIDADE DO PADROEIRO
DIA 30

8H30 - TERÇO DOS HOMENS EM LOUVOR AO PADROEIRO
 9H - MANHÃ BÍBLICA COM QUEIMA DE FOGÃO
 9H30MIN - BENÇÃO DAS BIBLIAS E DO BOLA
 10H30MIN - MISSA SOLENE PRESIDIDA PELO PADROEIRO
 DIÓCESANO: DOM MANUEL FRANCISCO

LEMA: "ELES ERAM PERSEVERANTES EM OUVIR O ENSINAMENTO DOS APÓSTOLOS..." AT 2,42

ANEXO J
PROGRAMAÇÃO

HORA	ATIVIDADE / EVENTO	RESPONSÁVEL
10:00	Cerimônia de abertura e boas vindas (fala das autoridades convidadas).	
10:20	Palestra sobre a cultura Kaingang.	Sr. João Tapixi
10:30	Palestra da Cultura Kaingang	Prof. Luís Gino
10:40	Palestra sobre a cultura Guarani.	Prof. Carlos Cabreira
11:50	Palestra sobre a Cultura Xetá.	Claudemir da Silva
11:00	Dança Típica Guarani ("Dança do Xondaro")	Prof. Carlos Cabreira e alunos
11:15	Dança Típica Kaingang	Prof. Luís Gino
11:30	Música Kaingang	Profa. Célia Juvêncio
11:45	Dança típica Kaingang ("Dança do fogo")	Rute e Aristides
12:00	Cântico sagrado guarani	Alunos
INTERVALO PARA ALMOÇO E PREPARAÇÃO DOS EVENTOS DA TARDE		
13:20	Cerimônia de abertura da tarde	
13:30	Dança Típica Guarani ("Dança do Xondaro")	Prof. Carlos Cabreira e alunos
13:40	Dança Típica Kaingang	Prof. Luís Gino
14:00	Música Kaingang	Profa. Célia Juvêncio
14:30	Teatro sobre a vida (biografia) de uma pessoa tradicional da comunidade.	Prof. Joice
15:00	Dança típica Guarani ("Dança da guerra")	Prof. Carlos Cabreira e alunos.
15:30	Dança típica Guarani ("Dança do fogo")	Prof. Carlos Cabreira e alunos.
16:00	Cântico sagrado guarani	Alunos
16:30	Teatro sobre a vida (biografia) de uma pessoa tradicional da comunidade.	Professoras e alunos do Ensino Médio
16:50	Cerimônia de encerramento	Professores e equipe pedagógica

METODOLOGIA: haverá a oca principal (maior), na qual serão feitas as palestras e as apresentações.

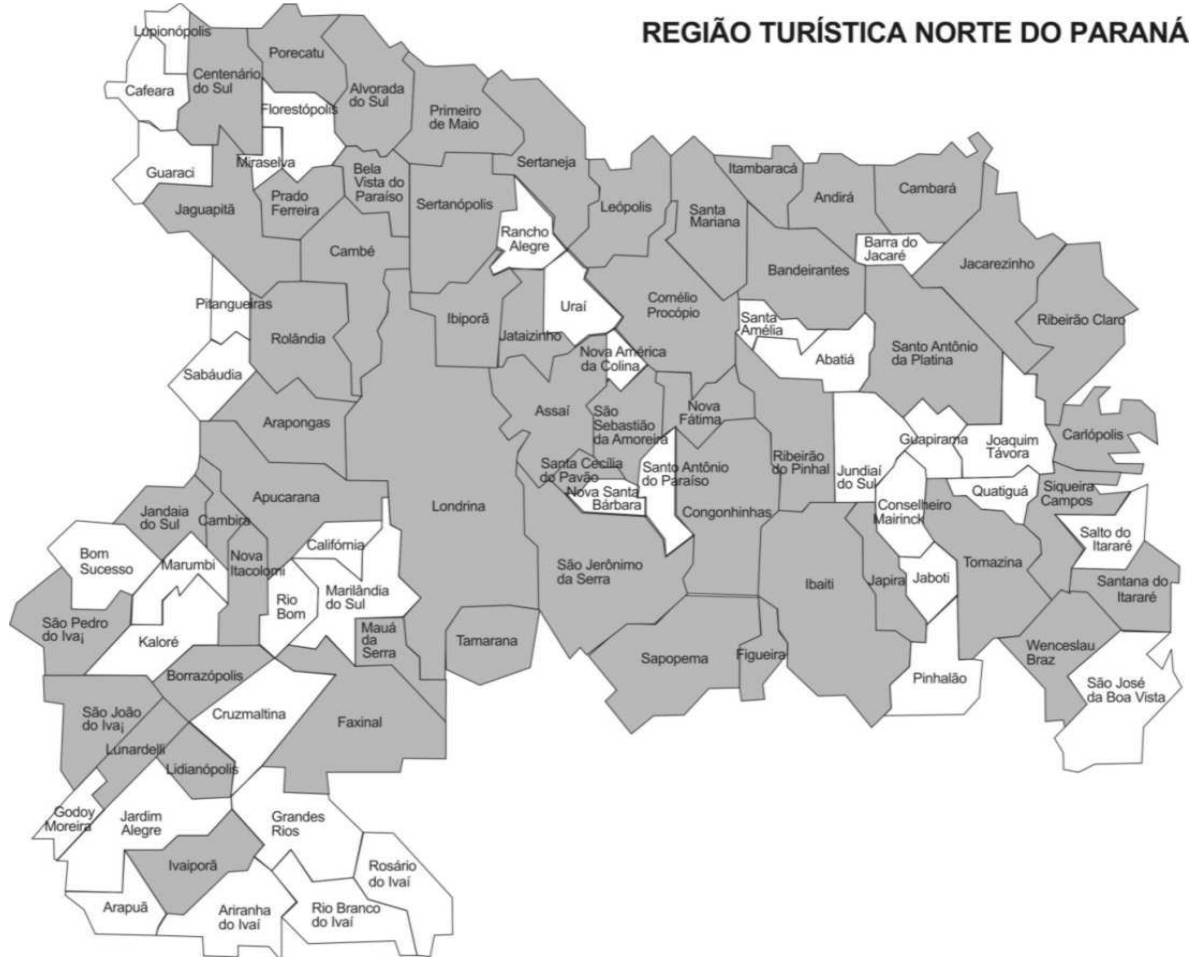
Haverá mais 6ocas menores (duas Xetá, duas Guarani e duas Kaingang), nas quais haverá apresentações de oficinas de brinquedos, oficinas de artesanato indígena, banners, cartazes, painéis, vídeos, lendas indígenas desta comunidade, história dos caciques

Os visitantes ficarão livres para circular entre as ocas. Portanto, os visitantes, poderão circular pelo local do evento.

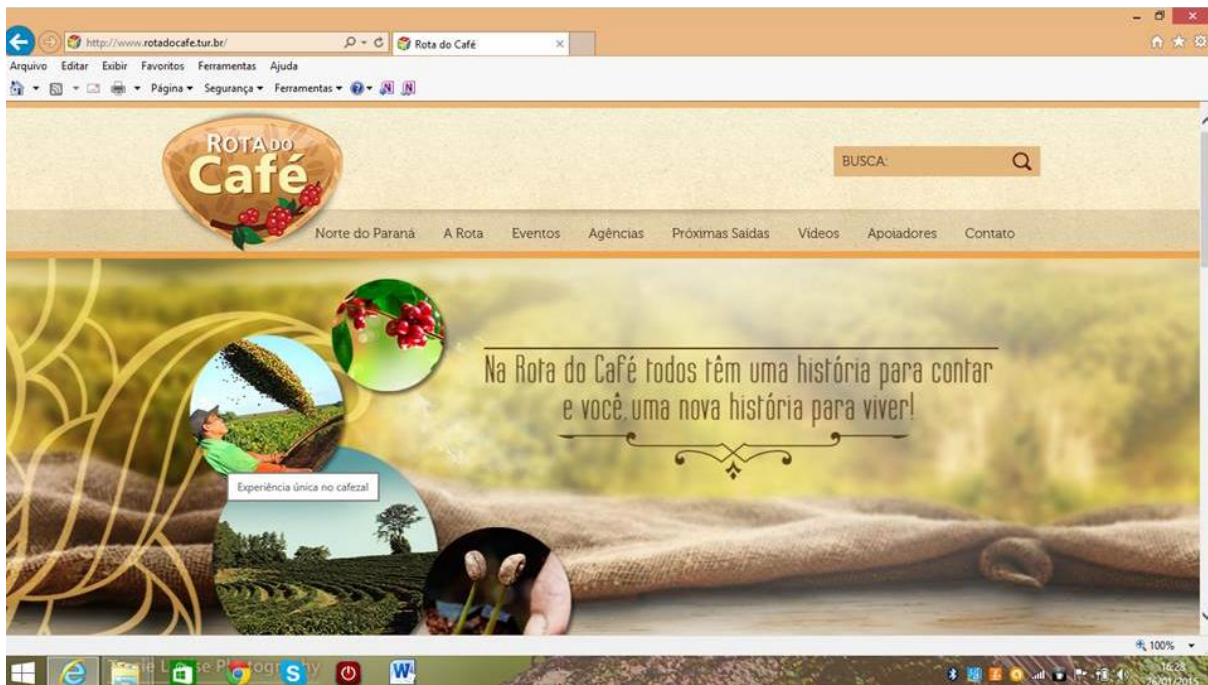
OBS:

Solicitamos aos visitantes para que permaneçam somente no local do evento, evitando circular por outros locais da comunidade.

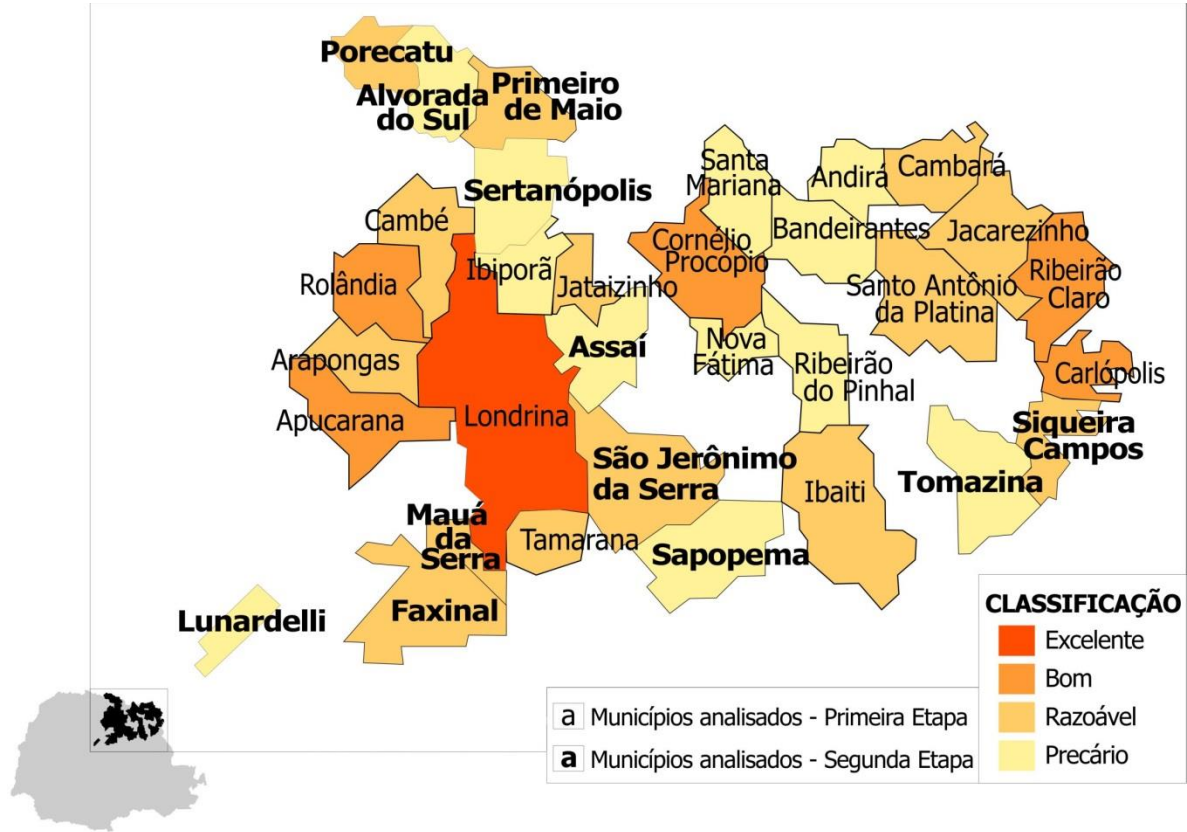
ANEXO L



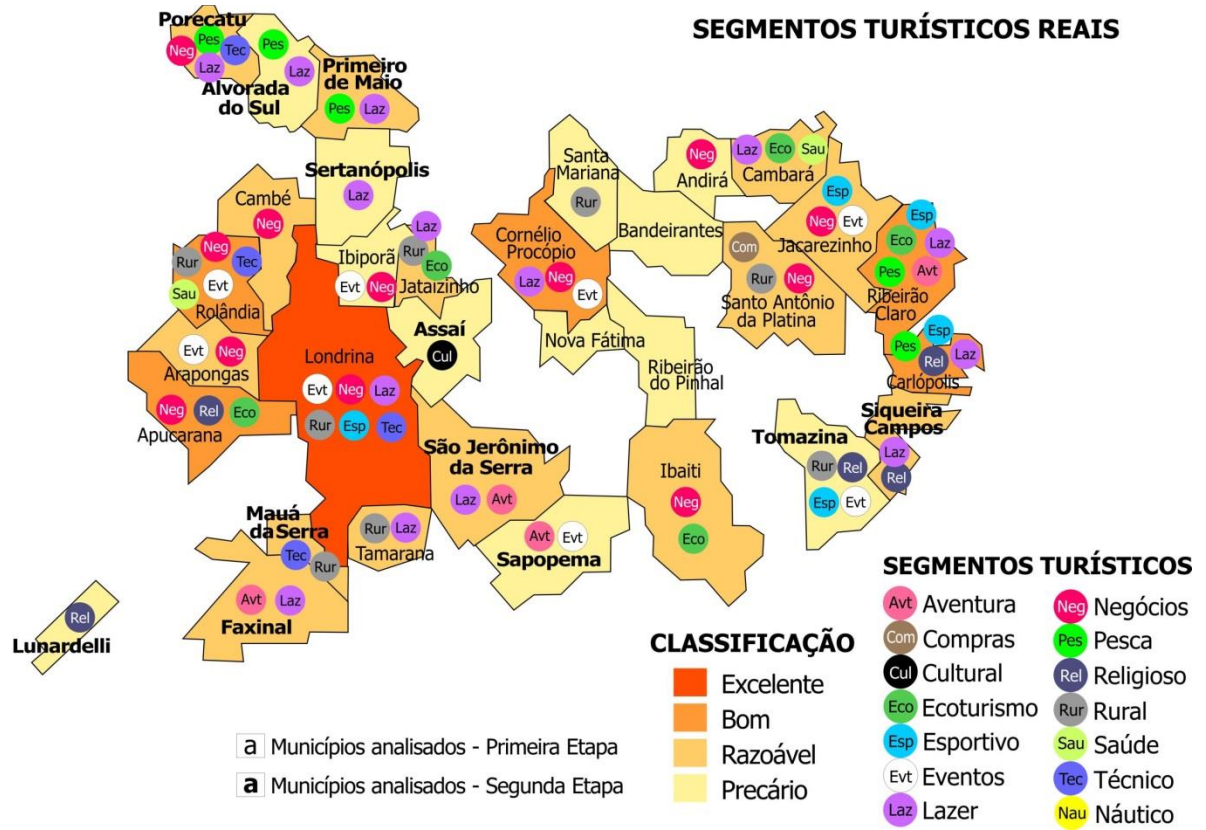
ANEXO M



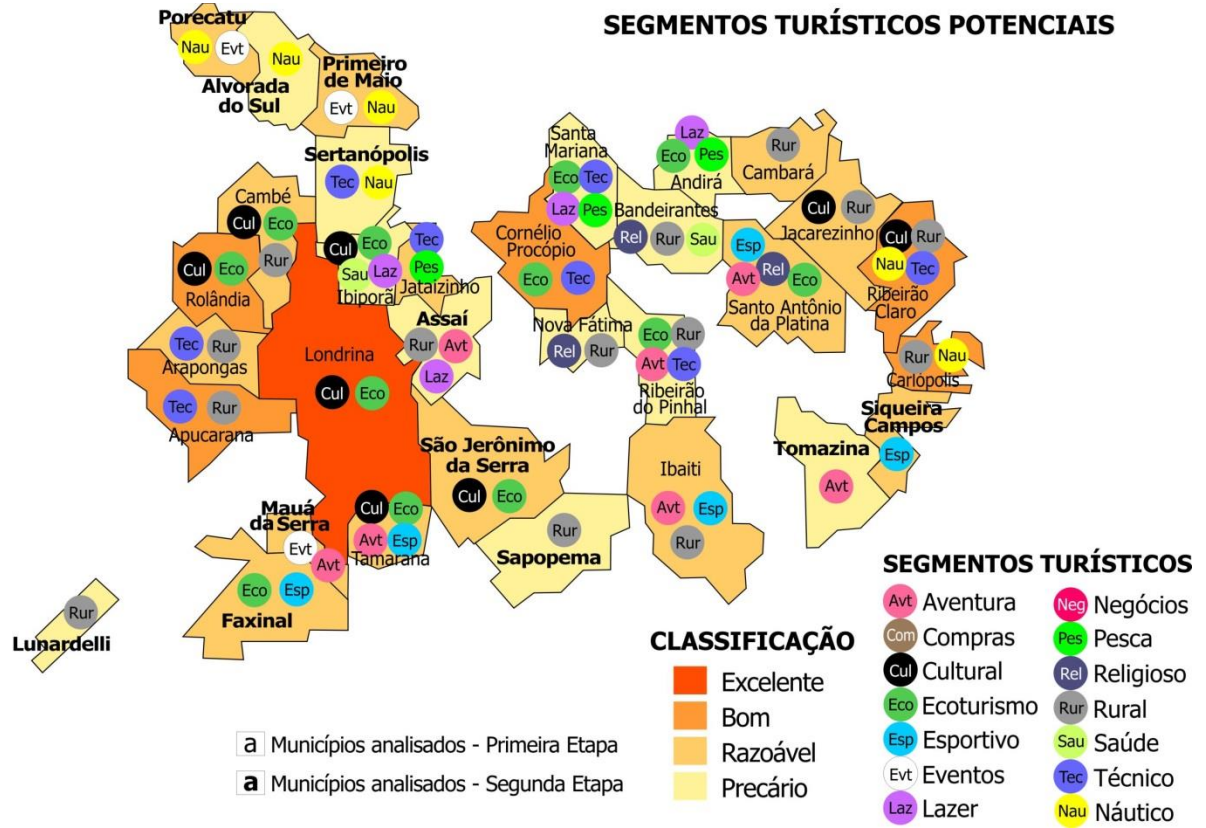
ANEXO N



ANEXO O



ANEXO P



ANEXO Q

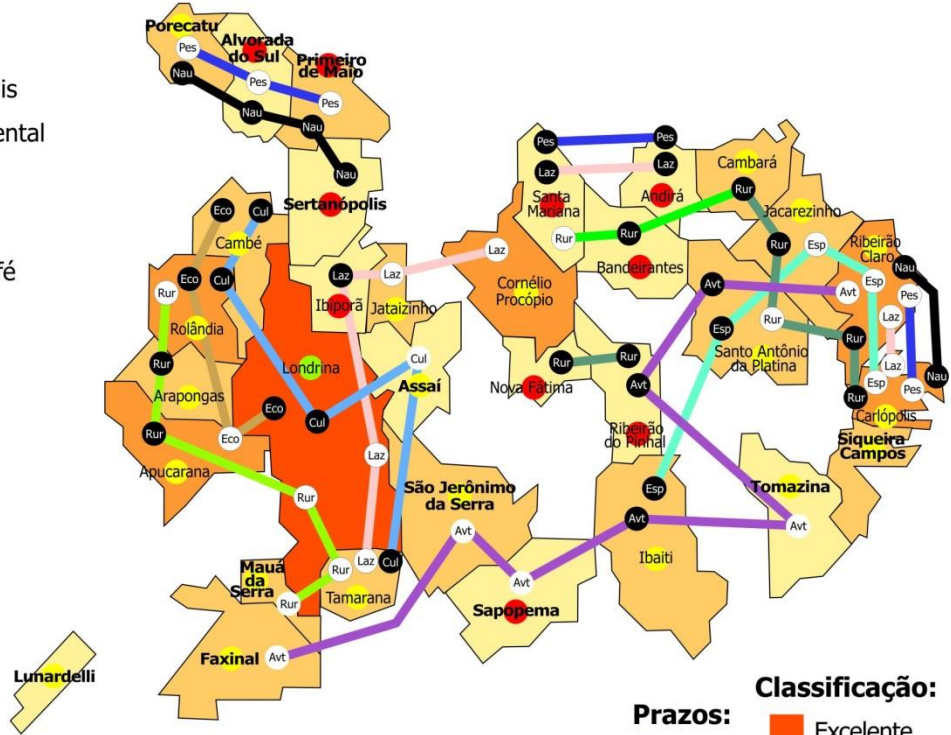
Temáticas:

- Água
- Esportes Radicais
- Educação Ambiental
- Vôo Livre
- Etnias
- Fazendas de Café
- Lazer Rural
- Pesca
- Náutico

Segmentos:

- Avt: Aventura
- Cul: Cultural
- Eco: Ecoturismo
- Esp: Esportivo
- Laz: Lazer
- Pes: Pesca
- Rur: Rural
- Nau: Náutico

- Real
- Potencial



Classificação:

- Excelente
- Bom
- Razoável
- Precário
- Curto
- Médio
- Longo

ANEXO R

Esporte e Lazer

- Campo de Futebol Suíço, iluminado para jogos noturnos promovendo o esporte e o lazer de nossos moradores.
- Incentivo a jogos amadores de futebol.
- Incentivo ao atletismo
- Incentivo ao Xadrez



Turismo

- Projeto “**Lindas Cachoeiras**”
Desejo colocar nossa cidade na rota do turismo fazendo parceria com os proprietários aproveitando as inúmeras quedas de águas que temos em nossa região para fazer conhecida a nossa cidade e gerar trabalho e renda.

